UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RODRIGO SANTAELLA GONÇALVES

**Teoria e Prática em Fernando Henrique Cardoso: da
nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-
1994)**

Versão Corrigida

São Paulo
2018

RODRIGO SANTAELLA GONÇALVES

**Teoria e Prática em Fernando Henrique Cardoso: da
nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-
1994)**

Versão Corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas para a obtenção do título de Doutor
em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

De Acordo: (08/07/2108)
Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S231t Santaella-Gonçalves, Rodrigo
Teoria e Prática em Fernando Henrique Cardoso: da
nacionalização do marxismo ao pragmatismo político
(1958-1994) / Rodrigo Santaella-Gonçalves ;
orientador Bernardo Ricupero. - São Paulo, 2018.
364 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Fernando Henrique Cardoso. 2. Teoria e
Prática. 3. Nacionalização do Marxismo. 4.
Dependência. 5. América Latina. I. Ricupero,
Bernardo, orient. II. Título.

A Natalia, porque esses anos são seus.

Agradecimentos

À Natalia, por dividir a vida comigo e preenchê-la de sentido. Obrigado por todos os dias, pelas sugestões ao trabalho e por toda a compreensão nos momentos mais difíceis. Obrigado pela vida e pela sintonia. À minha mãe, ao Renato e ao meu pai, por todo o suporte de sempre, pelo amor e pela segurança que me passaram desde a minha infância, cada um à sua maneira. Sem vocês, não existiria tese, não existiria doutorado, não existiria nada. Às minhas avós, Chames e Rosa, pelo aconchego da acolhida a cada encontro, por carregarem consigo um pedaço de mim. À Lizandra, Catarina e Danilo, por fazer da casa deles a minha e pelo carinho nos meses que precisei ficar em São Paulo.

Fiz este doutorado em condições peculiares e difíceis. Ao mesmo tempo em que passei na seleção, em fins de 2013, passei num concurso para o Instituto Federal do Ceará, para dar aulas em Crateús, a 340km de Fortaleza. Todas as chances apontavam para a impossibilidade de conciliar as duas coisas. Eu resolvi correr o risco, e se tive êxito em concluir a tese no tempo certo, devo isso à atuação de algumas pessoas (e instituições), às quais quero agradecer de coração.

Primeiro, ao professor Bernardo Ricupero. Não tenho palavras para agradecer a compreensão e a orientação fraterna, desde o início. Além de uma referência intelectual, Bernardo se tornou uma referência profissional e ética para mim. Muito obrigado por cada momento, pela paciência e pelas imprescindíveis contribuições com o trabalho.

Ao Departamento de Ciência Política, que assumiu comigo os riscos desta empreitada, na medida em que me aprovou sabendo das condições em que me encontrava. Em especial, ao professor Rogério Arantes que, apesar de provavelmente não se lembrar, como coordenador do programa teve uma conversa comigo em que mostrou que seria difícil dar certo, mas possível. E foi.

Ao Instituto Federal do Ceará, nos campi de Crateús e Caucaia, que na medida das possibilidades, sobretudo com a compreensão das respectivas administrações e ajuda dos colegas (em especial o Prof. Kleiton Moraes, que cobriu algumas disciplinas no semestre que me ausentei), também contribuiu para que essa tese fosse possível.

Aos professores André Singer e Jean Tible, pelas inestimáveis contribuições durante o exame de qualificação. Ao André, também por toda a dedicação como professor na disciplina que cursei com ele, pela disponibilidade de sempre e pela participação na

banca do trabalho, e ao Jean por toda a fraternidade e carinho nos encontros que tivemos dentro e fora da universidade ao longo desses anos. Aos professores Milton Lahuerta, Pedro Lima e Alvaro Bianchi, por sua participação na comissão julgadora da defesa.

Agradeço às e aos colegas de turma pelas contribuições ao projeto e do grupo de pesquisa pela interlocução, ainda que à distância. Em especial, Leonardo Octavio, pela parceria intelectual mais direta e pela disponibilidade de fazer um milhão de trâmites burocráticos necessários para o depósito da tese, enquanto eu estava em Fortaleza trabalhando. Agradeço também a paciência, a competência e a disponibilidade do Vasne, com o qual pude tratar – e resolver – os problemas burocráticos que a distância (e às vezes a desatenção) proporcionava.

Por fim, às minhas amigas e amigos de Fortaleza, da infância à militância, ao Clayton Mendonça pela parceria e ajuda de sempre, ao Estevão Arcanjo por ter contribuído com meus primeiros passos na Ciência Política.

Muito obrigado, de coração, a todas e todos.

Resumo

O presente trabalho busca elucidar aspectos da relação entre teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso, desde o início de sua produção teórica até sua primeira candidatura presidencial, em 1994. Neste sentido, trabalha também com uma problemática mais ampla, a da relação entre teoria e prática em intelectuais que se querem transformadores da realidade. Esta análise contrasta com as interpretações que encontram nas formulações sobre dependência a origem determinada da trajetória política de Cardoso – seja com um viés de continuidade, como se a teoria prévia houvesse determinado a prática, seja de ruptura, como se a prática fosse fruto de uma corte com a teoria original. Buscamos demonstrar o processo através do qual Fernando Henrique Cardoso caminhou, sem grandes rupturas, de um momento que chamamos de “nacionalização do marxismo *sui generis*” para um pragmatismo político que era marca de sua atuação em 1994. Encontraremos na confluência entre sua trajetória inicial, suas origens, as características de sua produção teórica mais importante e os elementos do contexto histórico, social e político do país durante a transição, as bases para as opções políticas seguidas por Cardoso. Mostraremos a existência de uma tensão em sua produção teórica, para explicar como esta foi se resolvendo na prática política, em especial entre sua candidatura ao Senado, apoiada pelo novo sindicalismo brasileiro, em 1978, e sua candidatura a prefeito de São Paulo em 1985, já desconectada de uma perspectiva de esquerda. Por fim, buscaremos mostrar como a definição de uma nova hegemonia no país no final dos anos 1980 criou as condições para a consolidação desse pragmatismo em Cardoso, que passa a justificar “teoricamente” suas ações a partir do retorno a uma dicotomia moderno *versus* arcaico que ele próprio ajudara a superar com a teoria da dependência.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso; Teoria e Prática; Nacionalização do Marxismo; Dependência

Abstract

This thesis seeks to elucidate aspects of the relationship between theory and practice in Fernando Henrique Cardoso, from the beginning of his theoretical production until his first presidential candidacy in 1994. In this sense, it also addresses a broader problem, that of the relation between theory and practice in intellectuals who intend to transform reality. This analysis contrasts with the interpretations that find in Cardoso's formulations about Dependence the determined origins of his political trajectory -whether with a continuity bias, as if the previous theory had determined the practice, whether with a rupture bias, as the practice was the result of a rupture with the original theory. We intend to demonstrate the process through which Fernando Henrique Cardoso evolved, without significative ruptures, from a moment we call a *sui generis* "nationalization of Marxism" towards a political pragmatism that was the hallmark of his political action in 1994. We find it at the confluence between his class' origin, the characteristics of his most important theoretical production and the elements of the historical, social and political Brazilian context during the transition to democracy, the bases for the political choices made by Cardoso. We emphasize the existence of a tension in his theoretical production, and then explain how it was resolved in political practice, especially between his candidacy for the Senate, supported by the new Brazilian trade unionism in 1978, and his candidacy for mayor of São Paulo in 1985, at that moment already disconnected from a left perspective. Finally, we show how the definition of a new hegemony in the country at the end of the 1980s created the conditions for the consolidation of this pragmatism in Cardoso, which at that moment justified "theoretically" his actions based on a return to a modern versus archaic dichotomy that he himself had helped to overcome with dependency theory.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso; Theory and practice; nationalization of Marxism; Dependence

Sumário

Introdução	10
1. Teoria e prática: um olhar sobre os intelectuais e o marxismo latino-americano	22
1.1. Unidade teoria-prática como devir histórico.....	22
1.2. Identidade entre Filosofia, História e Política: uma premissa para analisar os intelectuais.....	31
1.3. Notas sobre o marxismo na América Latina e no Brasil.....	43
1.4. Nacionalização do Marxismo.....	54
2. Bases para a compreensão da relação entre teoria e prática em Cardoso: nacionalização do marxismo e uma tensão não resolvida.	66
2.1. Da nacionalização do marxismo às determinações estruturais da globalização: o caminho até a Dependência.....	72
2.2. Entre os limites histórico-estruturais e as potências da práxis.....	103
3. Resolvendo tensões em meio à crise: a paixão pelo possível e a falta de aposta nas classes populares.....	120
3.1. A paixão militante pelo possível (1974-1977).....	121
3.1.1. Dependência atualizada: as bases teóricas para uma prática moderada.....	122
3.1.2. Novas utopias, horizontes estreitos.....	141
3.2. A falta de aposta nas classes populares (1978-1984).....	174
3.2.1. Nem <i>calco</i> , nem cópia: o partido da transformação nos moldes brasileiros.....	187
3.3. Senado: o possível, dentro da ordem.....	215
4. O retorno ao dualismo pela política: atitude cínica de acomodação?.	248
4.1. Moderno x Arcaico: o retorno ao dualismo pela política (1985-1989).....	247
4.1.1. Constituinte e PSDB: socialdemocracia para engatar o Brasil no primeiro mundo...	268
4.2. Um novo olhar para o mundo e as chances do Brasil (1990-1992).....	284
4.2.1. Relação com o governo Collor.....	302
4.3. O Brasil nas mãos de Cardoso: encontro do 'ser' com o 'dever ser' (1993-1994).....	314
Considerações Finais.....	337
Referências bibliográficas	341

Introdução

A política é como a perfuração lenta de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade: que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível.

Trecho de “A Política como Vocação”, de Max Weber, citado por Fernando Henrique em seu primeiro discurso no Senado Federal, em 23 de abril de 1983.

**

Meu realismo é utópico. Se nós não criarmos com a imaginação e a vontade um horizonte de alternativas, o realismo se transforma numa atitude cínica de acomodação com tudo o que existe.

Fernando Henrique Cardoso, em entrevista concedida em dezembro de 1977.

Fernando Henrique Cardoso foi, provavelmente, o sociólogo mais influente do Brasil nas décadas de 1960 e 1970, conhecido no mundo inteiro e tendo pelo menos uma de suas obras sido traduzida para 20 idiomas. Por outro lado, a partir de 1978, inicia como candidato a Senador pelo MDB uma carreira política que culminaria no exercício de dois mandatos como Presidente da República, de 1995 a 2002. Desde que assumiu protagonismo político no país, como suas preocupações teóricas sempre estiveram relacionadas às condições e possibilidades para o desenvolvimento dos países latino-americanos – e mais especificamente o Brasil – a tentação de buscar conexões ou rupturas entre sua produção teórica e o que defendeu politicamente passou a ser muito grande no campo das ciências sociais brasileiras.

O fato de que não só existe como é muito relevante a relação entre teoria e prática em Fernando Henrique é, por certo, bastante conhecido. Entretanto, as formas de conceber essa relação variam bastante de acordo com os interesses, a abordagem ou a orientação política de quem a constrói. O título do artigo de Leôncio Martins Rodrigues (2009, p.390), “A ciência e a política como vocação” na coletânea *Um Enigma Chamado Brasil*, organizada por André Botelho e Lilia Schwarcz, dá conta de explicitar

sinteticamente a existência da relação. Rodrigues afirma que, em Cardoso, “a dimensão intelectual e a política tendem a se confundir porque a produção intelectual de Fernando Henrique, mais do que a maioria, liga-se de modo estreito às injunções políticas que afetaram sua vida”. Na mesma linha, Fernando Limongi (2012, p.88) ao proferir discurso em homenagem à Fernando Henrique na entrega do prêmio Kluge afirma que a experiência de Cardoso refuta a tese weberiana da separação entre ciência e política, na medida em que exerce as duas com excelência.

A empreitada de Roberto Pompeu de Toledo, que publicou cerca de 20 horas de entrevistas feitas com Fernando Henrique em 1997 (*O Presidente segundo o sociólogo*), também caminha nesse sentido, embora com uma sugestão ao leitor: “a quem ainda pensa em Fernando Henrique Cardoso como intelectual, ou sobretudo como intelectual, sugere-se que comece a pensar nele como político” (CARDOSO & TOLEDO, 1998, p.11). Qual seria a relação do intelectual com o político? O programa político implementado por Cardoso na Presidência da República já estaria determinado em seus primeiros escritos mais importantes, principalmente sobre a dependência, ainda em finais dos anos 1960?

Há muitas interpretações sobre Fernando Henrique que buscam encontrar em suas formulações sobre a dependência e sobre o autoritarismo as origens de suas posições políticas nos anos 1990. Um dos principais exemplos dessas abordagens está em Emir Sader (2005), que encontra ali uma defesa do grande capital contra o Estado, que teria sido a base ideológica para a transição conservadora no Brasil e para o advento do neoliberalismo no país. Nessa vertente de interpretação, predomina a ideia de que a prática e o programa político com claras afinidades com ideias neoliberais implementado por Cardoso na Presidência da República já estavam, de certa forma, embutidos em suas primeiras formulações teóricas. Nessas formulações – que, com os resultados que tiveram, não poderiam ser marxistas – estariam já os germes que determinaram uma aludida evolução política de Cardoso rumo à direita neoliberal. Haveria, portanto, uma conexão e uma coerência perversa entre teoria e prática em Fernando Henrique.

Por outro lado, alguns autores que discorrem sobre o famoso Seminário d'O Capital, na USP, onde Cardoso teve sua ‘introdução ao marxismo’ utilizam as hipóteses de Perry Anderson (1976) sobre o marxismo ocidental para sustentar que as principais características daquele grupo eram uma utilização acadêmica do marxismo, que separava teoria e prática e desarmava o marxismo de sua busca pela emancipação humana (Cf. ARANTES, 1994; LAHUERTA, 1999; RODRIGUES, 2011; MARTINS, 2008). Nesse

caso, haveria um descolamento entre teoria e prática, já que o processo de construção teórica referenciado no marxismo não tinha relação com nenhum tipo de prática política – e no caso de Fernando Henrique a prática política viria depois, deslocada e pouco comprometida com aquela primeira produção teórica marxista do autor. Há ainda autores que, com uma linha parecida com a anterior, trabalham a ideia de que a produção teórica do Seminário e de Fernando Henrique em particular era baseada em um marxismo fraco teoricamente, repleto de falhas, que dava margem para uma evolução política que se distanciava cada vez mais de qualquer objetivo emancipatório típico do marxismo (Cf. TRASPADINI, 1999; SANTOS, 2000; VARGAS, 2009; BIANCHI, 2010).

Sebastião Velasco e Cruz (1999), refletindo sobre a relação entre teoria e prática em um Fernando Henrique Cardoso já presidente, conclui que ele se valia de suas antigas categorias para orientar-se no caminho que havia escolhido, como político, entre as várias alternativas que aquelas permitiam. Neste sentido, a política implementada por Fernando Henrique na Presidência da República não seria nem totalmente desconectada de suas formulações teóricas anteriores, nem a materialização de ideias previamente concebidas por ele, mas sim o “resultado de uma história longa, que se bifurcou em vários pontos, e as escolhas [de Cardoso] foram ditadas por circunstâncias e motivações que muito pouco tinham a ver com a *teoria da dependência*, ou outra teoria qualquer” (VELASCO e CRUZ, 1999, p.243).

Mais recentemente, Pedro Lima (2015) construiu uma interpretação acurada sobre o marxismo de Fernando Henrique em suas primeiras obras, para demonstrar que Cardoso era marxista pelo menos entre sua tese de doutorado e a publicação de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (período que o estudo de Lima abrange), e perceber “neste marxismo não um desvio inconsistente, e sim um de seus *modos possíveis de existência* o qual, por si mesmo, aponta para este sentido de reconciliação ao qual não se limita” (LIMA, 2015, p.198). A dialética de Fernando Henrique, dentro do campo de possibilidades do marxismo, teria caminhado já na discussão sobre dependência, mais para uma reconciliação com a efetividade, com a realidade como ela é, do que para uma recusa revolucionária desta realidade.

Nosso trabalho se coloca nos marcos de todo esse debate, especialmente na esteira das reflexões de Velasco e Cruz e Lima. Dada a relevância da produção teórica e da prática política de Fernando Henrique Cardoso para as ciências sociais e para o Brasil, e a diversidade de interpretações acerca da relação estabelecida, entre ambas, nosso

objetivo é, a partir de um arcabouço teórico marxista e gramsciano, analisar *o processo* através do qual os caminhos e escolhas de Fernando Henrique se constituíram, nas circunstâncias em que estavam inseridos: ou seja, demonstrar *como* essa reconciliação com a efetividade foi construída no pensamento e na prática de Fernando Henrique. Assim, optamos por trabalhar com a produção teórica e a prática política de Cardoso desde os seus primeiros anos de vida acadêmica mais relevante até sua candidatura à Presidência da República em 1994. Entendemos que no momento da candidatura já estão colocados os marcos do que seriam seus anos como presidente. Por outro lado, estudar sua gestão à frente do país geraria praticamente outro trabalho, pela extensão do tema.

Menos do que contestar teses que vinculam as formulações sobre a dependência às amarras de um caminho político que culminaria num distanciamento grande de qualquer projeto popular ou as que encontram essas mesmas determinações na inconsistência do marxismo de Cardoso, nosso intuito é mostrar *como se deu o processo complexo e dialético de imbricação entre teoria e prática neste autor ao longo de boa parte de sua trajetória*. Se tivermos êxito, as referidas teses não necessariamente cairão por terra, mas teremos demonstrado a necessidade de nuançar e de compreender a evolução da relação entre teoria e prática em Cardoso para compreender efetivamente a trajetória deste autor. De nossa perspectiva, não existe filosofia separada da história ou da política e, portanto, não há teoria que determine, por si, o curso político das coisas ou dos seres humanos. A mesma teoria, no caso de Cardoso, poderia ter fundamentado caminhos diferentes do ponto de vista histórico-político.

Contribuir para a compreensão da relação teoria e prática em Cardoso teria, por si, bastante relevância para as ciências sociais e para a ciência política brasileira em particular, pela importância teórica e política que a figura de Fernando Henrique representa na história do país. Ao buscar esse objetivo, a presente pesquisa pretende abordar uma problemática mais ampla, a da relação entre teoria e prática em intelectuais marxistas, ou em intelectuais que se querem transformadores da realidade. E, no caso do marxismo, nosso objeto também se insere na discussão sobre seus “desencontros” com a realidade latino-americana, para usar a expressão de Carlos Franco.

Para o marxismo, desencontrar-se da realidade é trágico, pois significa a falência de suas pretensões mais elementares. “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. A célebre décima primeira tese de Karl Marx sobre Feuerbach, publicada pela primeira vez em 1845, coloca um problema

que perpassa as mais importantes correntes filosóficas existentes, especialmente as relacionadas ao pensamento político, que é justamente o objeto de nossa discussão relacionada a Fernando Henrique Cardoso: o da relação entre teoria e prática. Por ter como principal força motriz de sua existência a transformação da realidade, o marxismo encontra na construção de uma relação orgânica e dialética entre teoria e prática um de seus principais desafios. Como produzir teoria que forneça os mecanismos para analisar a realidade e seja capaz de influenciar na sua transformação radical, e como no decorrer do processo da luta concreta por essa transformação forjar e desenvolver teoria?

Pensar o marxismo nos termos da relação estabelecida entre teoria e prática é necessário para compreender sua capacidade de dar conta dos desafios a que se propõe. Quando tratamos de sociedades de matriz histórica diferente da europeia na qual o marxismo foi originalmente formulado, coloca-se um problema anterior: é possível sequer conceber “marxismo”, se compreendido como uma teoria interpretativa e transformadora da realidade, em sociedades completamente diferentes daquela para e na qual ele foi forjado originalmente? A presente pesquisa dialoga também com essa dupla problemática acerca das condições de existência e das necessidades de adaptação ou ‘tradução’ do marxismo para contextos diferentes, mais especificamente a América Latina, e a relação entre teoria e prática estabelecida no por intelectuais marxistas inseridos nesses contextos.

Para abordar esse aspecto da problemática, optamos por trabalhar com a ideia de “nacionalização do marxismo” (Cf. TAPIA, 2002; RICUPERO, 2000), buscando compreender os nexos existentes entre pensamento e política, nos termos propostos por Bianchi (2012, p.9) num intelectual que empreendeu uma tentativa de analisar sua realidade nacional através do marxismo, assim desenvolvendo e transformando em alguma medida essa própria matriz teórica. Neste sentido, nossa pergunta de partida mais geral, dentro da qual está inserida nossa preocupação particular com Fernando Henrique Cardoso, poderia ser formulada nos seguintes termos: como se estabelece a unidade entre teoria e prática em intelectuais latino-americanos que construíram ou deram continuidade a processos de nacionalização do marxismo?

Também orientados por essa pergunta de fundo, portanto, buscamos empreender o estudo sobre Cardoso¹. Concretamente, estudaremos sua produção teórica em cotejo com sua prática política – analisada sobretudo a partir das intervenções que fazia na imprensa e nos espaços oficiais, como por exemplo o Senado – de 1958 até 1994. O principal objetivo é compreender e explicitar a relação entre pensamento, projeto político e prática política em Fernando Henrique nos diversos momentos de sua trajetória, como forma de, além de elucidar um processo que é, em si, muito relevante para o Brasil, contribuir com o debate acerca da relação entre teoria e prática no âmbito do marxismo latino-americano. Para isso, os objetivos específicos são os de a) analisar a obra de Cardoso para 1) elencar suas contribuições teóricas para a interpretação da realidade brasileira e latino-americana e 2) extrair dela o projeto político defendido explícita ou implicitamente por ele; b) analisar o que realmente foi defendido por ele no campo político, para além de suas obras; c) cotejar pensamento, projeto e prática política, construindo as relações buscadas tendo como nexos os contextos históricos e sociais nos quais ele esteve inserido, reconstruídos tendo como ponto de partida as obras estudadas e textos secundários do próprio Fernando Henrique.

Nossas principais hipóteses estão articuladas em dois níveis, um que poderíamos chamar de global, relacionado à problemática da relação teoria e prática em geral, e um mais específico, relacionado ao marxismo e à prática política de Cardoso. Partindo das formulações gramscianas acerca da relação entre o estágio em que se encontra a disputa de hegemonias em uma dada sociedade e as condições para a fusão entre teoria e prática nesta, a hipótese mais geral que nos orienta é a de que as melhores condições para que se estabeleça uma relação orgânica entre teoria e prática, ou uma ‘fusão’, para utilizar o termo gramsciano, são proporcionadas nos momentos de maior acirramento da disputa entre hegemonias.

Do ponto de vista mais específico, partindo das discussões feitas por Portantiero (1993), Morse (1988), Ricupero (2000) e Tapia (2002), percebemos que os processos de

¹ Originalmente, o trabalho tinha um objetivo mais ousado. A ideia era estudar dois intelectuais brasileiros – Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort – e dois bolivianos – Luis Tapia e Alvaro García Linera – para discutir em termos mais teóricos a relação entre teoria e prática em cada um deles, mas também as semelhanças e diferenças entre os processos de cada um, para buscar traçar algumas hipóteses gerais sobre a nacionalização do marxismo na América Latina e suas consequências para a discussão das condições de unidade entre teoria e prática. Entretanto, dado o tamanho do objeto, optamos por ficar apenas com o estudo de Fernando Henrique Cardoso e dar continuidade posteriormente às demais análises.

“nacionalização do marxismo” “clássicos” estão diretamente conectados com o engajamento político dos intelectuais que os levam a cabo, sendo os exemplos de Lênin na Rússia, Gramsci na Itália e Mariátegui no Peru paradigmáticos, mas também tendo Caio Prado Jr. e René Zavaleta Mercado, no Brasil e na Bolívia respectivamente, como exemplos importantes. A percepção da necessidade de transformar o marxismo e de movimentá-lo a partir da realidade concreta provém de um engajamento militante na realidade, ao mesmo tempo em que modela e constrói esse engajamento. Assim, pode-se buscar uma relação de influência mútua entre pensamento e projeto político efetivamente defendido por esses intelectuais a partir desse fio condutor comum que é a nacionalização do marxismo.

Partimos da hipótese de que em Fernando Henrique Cardoso há um processo de nacionalização do marxismo *sui generis*. Como demonstra Bianchi (2010, p.188), os méritos do marxismo de Cardoso – assim como seus limites – tinham mais a ver com a relação estabelecida entre teoria marxista e *pesquisa empírica* neste autor. Do ponto de vista da produção teórica, a falta de um papel dirigente e protagonista e de uma proximidade às classes populares em seu engajamento militante prévio, no início dos anos 1950, foi suprida pela pesquisa empírica, produzindo interpretações robustas sobre o Brasil e a América Latina, que poderiam fundamentar diversos tipos de prática política diferentes. Entretanto, essas ausências originais exerceram influência na sua prática política futura que, nos momentos – sobretudo de crise – em que podia tomar, de forma coerente com a produção teórica, rumos mais próximos aos das classes trabalhadoras organizadas, seguiu outro caminho.

Pelo menos até seu retorno efetivo à vida política militante, por volta de 1973, seu pensamento era permeado por uma forte tensão entre o reconhecimento da impossibilidade de alternativas ao capitalismo e a esperança de uma transformação proveniente da práxis das classes trabalhadoras. As peculiaridades do momento histórico brasileiro e a constância da crise – econômica, política, social – vivida pelo país durante o período que analisaremos, somadas às características anteriores de sua produção teórica, fizeram com que no momento de sua inserção na política militante, a fusão entre teoria e prática ocorresse de forma que aquela tensão existente fosse se resolvendo paulatinamente em favor de uma certa resignação diante dos condicionantes estruturais do capitalismo brasileiro, o que gerou uma priorização da atuação política pelos meios institucionais e a construção paulatina de arcos de aliança política distantes das classes

trabalhadoras organizadas. A sua produção teórica, que não para, *a partir do seu engajamento militante naquelas condições*, evoluiu no sentido de fortalecer e tornar mais robusta a tese da impossibilidade de alternativas concretas estruturais naquele momento.

Com efeito, essa era uma das possibilidades de desenvolvimento que já estavam presentes nas formulações de Cardoso desde o início de sua trajetória intelectual, mas não era a única possível – e a tensão que buscaremos identificar mostra isso. Em resumo, nosso trabalho tentará demonstrar como se deu a caminhada concreta que levou Fernando Henrique do “realismo utópico” a uma atitude mais assemelhada ao que ele definia como “acomodação a tudo o que existe”. A falta de engajamento prévio ao lado das classes trabalhadoras estava diretamente relacionada a um ceticismo com relação ao papel político delas que, ao longo do processo, contribuiu para o distanciamento de Fernando Henrique de uma perspectiva emancipatória do marxismo. Como veremos, se em 1978, na sua primeira candidatura ao Senado, era uma aposta das classes trabalhadoras organizadas e sobretudo do novo sindicalismo brasileiro, em 1985, em sua candidatura a Prefeito de São Paulo, o cenário já era bem distinto. Entre esses dois momentos, num período marcado pela intensa disputa em torno da transição democrática brasileira e no qual surgiria o Partido dos Trabalhadores, as tensões existentes até ali no pensamento de Cardoso foram praticamente resolvidas em conexão direta com a conjuntura política do país.

Nossa hipótese principal sobre Fernando Henrique Cardoso parte, portanto, do pressuposto teórico de que a trajetória de um intelectual é melhor elucidada quando se analisa a evolução da imbricação entre teoria e prática ao longo de sua história, entendendo como totalmente identificadas filosofia, história e política. Buscaremos no encontro – ou nos diversos encontros – entre pensamento, contexto histórico e projeto político em Cardoso a resposta para a pergunta sobre como se relacionam teoria e prática neste intelectual. Encontraremos, como apontam alguns dos autores acima, nas peculiaridades de seu marxismo originário elementos importantes para compreender essa relação, mas apenas se cotejados com as inúmeras possibilidades colocadas no contexto político concreto no qual Cardoso esteve inserido e nas próprias características de Cardoso como intelectual, pensado em termos gramscianos. Do ponto de vista mais geral, Gramsci propõe que o encontro entre teoria e prática se dá de forma mais orgânica nos momentos de crise, de transição, de disputa de hegemonias. Estudar a trajetória política e intelectual de Cardoso em busca dessa relação se torna ainda mais interessante porque

praticamente a totalidade dela se deu em momentos de crise vividos pelo país e de intensa disputa de hegemonias.

Aprofundar o conhecimento produzido sobre o pensamento de Fernando Henrique já traria relevância por si só à pesquisa apresentada. Porém, na medida em que buscamos, a partir de um intelectual marxista bastante controverso (inclusive no seu marxismo), contribuir para a reflexão sobre as relações entre teoria e prática, pensamento, projeto e prática política, no campo do marxismo latino-americano e brasileiro, o trabalho tende a ganhar em relevância. Entender melhor como se dá essa relação é interessante não só para o marxismo, por tratar-se de uma de suas principais preocupações, mas também para a própria ciência política. Um dos mais importantes debates da disciplina desde o seu surgimento é o da relação entre a ciência produzida e a política estudada. Pensar a relação entre teoria e prática em Fernando Henrique é contribuir com a compreensão – utilizando o jogo de palavras proposto por Alvaro Bianchi – da relação entre ciência e política na ciência política brasileira.

Uma pesquisa como a que propomos implica como pressupostos centrais pelo menos dois grandes movimentos intelectuais: primeiro, compreender a existência de uma relação intrínseca entre pensamento e política, teoria e prática, que no campo do marxismo se pretende consciente. Neste sentido, partimos do pressuposto de que toda teoria, todo pensamento, mesmo aqueles que se buscam neutros ou imparciais, são uma forma de intervenção na realidade, e de que toda intervenção na realidade é orientada por uma teoria, mesmo que não sistematizada. Tal como mostra Bianchi, se na busca pela legitimidade científica da ciência política, “predominou [em diferentes correntes intelectuais e políticas] um discurso que valorizou a neutralidade axiológica do conhecimento e procurou separar o estudo da política da prática política”, “teimosamente ciência e política permaneceram juntas” (BIANCHI, 2012, p.12).

O outro pressuposto fundamental é uma forma de perceber o marxismo que proporciona um escopo de análise mais completo acerca de sua difusão e de seu desenvolvimento na América Latina e no Brasil. A condição de possibilidade para considerar produções teóricas latino-americanas que inovam no âmbito do marxismo como desenvolvimentos locais e concretos do núcleo central de pensamento pelo “modelo” original, e não como desvios deste, é perceber o marxismo como uma corrente teórica nem estática e nem dogmática. Se isso vale para os marxistas inovadores consagrados, como Mariátegui ou Caio Prado Junior, deve valer também para aqueles

que, politicamente, se afastaram do marxismo e tomaram outros caminhos, como Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido, mais do que considerá-lo como um edifício monumental, de arquitetura impressionante e cujas estruturas se articulam harmoniosamente dos alicerces até o telhado, a abordagem aqui proposta opta por percebê-lo como um “canteiro de obras, sempre inacabado, sobre o qual continuam a trabalhar as gerações de marxistas críticos”, tal como sugere Michael Löwy (2000a, p.67).

A discussão teórico-metodológica que apresentamos aqui visa dar conta de aprofundar esses dois pressupostos e de localizar nossa problemática, nosso objeto e nossas hipóteses em um debate teórico mais amplo no campo do marxismo e da ciência política. Para isso, o ponto de partida e fio condutor teórico ao longo da investigação é o pensamento do marxista sardo Antonio Gramsci. Se a principal contribuição de Marx à cultura moderna é seu novo método de pensamento e de ação, que rompe com as tradições filosóficas anteriores, é Gramsci quem melhor sintetiza essa nova visão de mundo, com a formulação conceitual de “filosofia da práxis” (LOWY, 2000, p.59), que resume bem em uma expressão a problemática relação entre teoria e prática no âmbito da ciência e no campo do marxismo em particular. Muito além disso, Gramsci tem entre suas principais contribuições reflexões sobre temas que são fundamentais em nossa investigação, das quais vale destacar três: a identidade entre filosofia, história e política; o papel dos intelectuais na sociedade e nas disputas políticas; e a tradutibilidade das linguagens científicas.

Por outro lado, o marxista sardo fornece um arcabouço conceitual que contribui com a compreensão da nossa própria condição periférica e ambígua na América Latina, para a discussão acerca dos processos de nacionalização do marxismo no continente, e para a localização de nosso objeto de pesquisa no contexto mais amplo da problemática da relação entre teoria e prática no marxismo. Se, como latino-americanos somos uma periferia que se localiza cultural e estruturalmente entre Ocidente e Oriente, com mais proximidade – por conta dos processos de colonização – do Ocidente,

(...) é alguém proveniente do que era outra periferia, mas que é tradicionalmente considerado como um dos principais nomes do “marxismo ocidental”, o “estrategista da guerra de posições”, Gramsci, quem nos fornece as melhores indicações de como tratar países como os nossos. O que, entretanto, se explica, em grande parte, em razão de as indagações desse autor estarem voltadas principalmente para a compreensão da Itália, país de capitalismo tardio como os latino-americanos (RICUPERO, 2000, pp.70-71).

Por fim, uma ressalva: por termos optado por trabalhar com um objeto extremamente amplo (tanto pela quantidade de material disponível quanto pela extensão temporal abordada), em alguns momentos terminamos por priorizar uma abordagem mais “textualista”, no sentido de nos deixarmos levar pelos caminhos propostos por Cardoso, para poder a partir deles demonstrar nossa argumentação. Não seria possível reconstruir detalhadamente todo o contexto – nem histórico, nem intelectual – no qual Fernando Henrique esteve inserido durante aproximadamente quarenta anos. Contudo, acreditamos que tanto o arcabouço teórico movimentado quanto os elementos de contexto histórico que trouxemos em momentos fundamentais da discussão fundamentam as análises que construímos a partir dos escritos do autor, e nos levam às reflexões que estão na essência desta tese.

O primeiro capítulo do trabalho é uma tentativa de, a partir da discussão teórica acerca da unidade entre teoria e prática e a identidade entre filosofia, história e política, contextualizar e justificar o objeto, os objetivos e a hipótese mais geral da pesquisa, além de deixar marcadas algumas premissas metodológicas. A partir dessas reflexões, discutiremos teoricamente a ideia de nacionalização do marxismo buscando localizar introdutoriamente Fernando Henrique Cardoso na tradição do marxismo latino-americano. No segundo capítulo, discutiremos as bases para a compreensão da relação entre teoria e prática em Cardoso, analisando sua produção teórica desde seus primeiros escritos, em 1958, até o início de sua colaboração com o *Jornal Opinião*, em 1973. Buscaremos aqui demonstrar as características do processo de nacionalização do marxismo efetuado por Cardoso e a existência de uma forte tensão em seu pensamento entre uma constatação de que não havia alternativas possíveis ao capitalismo e às suas formas de desenvolvimento peculiares aos países da América Latina, e a esperança na possibilidade de transformações inesperadas provenientes das classes populares.

No terceiro, analisaremos o período em que essas tensões vão se resolvendo na política, entre 1974 e 1984, em prol da primeira tendência, no que caracterizamos como a consolidação da “paixão pelo possível” em Cardoso, que se expressa numa decidida aposta nas classes médias e em setores do capital como protagonistas da transformação possível no Brasil daquele momento. Por fim, no quarto capítulo trataremos do período que vai de 1985 à sua candidatura à Presidência da República em 1994, argumentando que a partir daí predomina uma tendência mais praticista em Cardoso, que o leva a um retorno, do ponto de vista político, a uma perspectiva dualista de dicotomia moderno x

arcaico. Esse processo permite que o que ele entendia como sendo o ‘possível’ atropela qualquer perspectiva de transformação mais profunda da realidade.

Este trabalho terá sido exitoso, em boa medida, se contribuir para elucidar aspectos pouco conhecidos ou pouco trabalhados – com a análise da relação entre teoria e prática a partir do arcabouço teórico proposto – do processo que levou Fernando Henrique Cardoso de renomado sociólogo, referenciado no marxismo e decididamente localizado na esquerda política do país, a candidato a Presidente da República sob um arco de alianças conservador e um programa muito assemelhado à ortodoxia neoliberal hegemônica nos anos 1990.

1. Teoria e prática: um olhar sobre os intelectuais e o marxismo latino-americano

1.1. Unidade teoria-prática como devir histórico

Por ser uma questão que preocupou toda concepção do mundo e toda filosofia, segundo Gramsci afirmava no caderno 11 de seus *Cadernos do Cárcere*, “deve-se pesquisar, analisar e criticar as diversas formas nas quais se apresentou na história das ideias, o conceito de unidade entre teoria e prática” (GRAMSCI, 2001, p.199). No interior do marxismo, a tradição de pensamento que por muito tempo foi hegemônica teve como uma de suas principais características uma relação entre teoria e prática bastante problemática, em geral subordinando completamente a produção de “teoria” à justificação de uma prática política orientada para a manutenção de um determinado regime ou, por outro lado, considerando a teoria – o próprio marxismo – como podendo ser independente da correlação de forças na sociedade e, portanto, da dinâmica prática desta. Uma tende ao reducionismo sociológico e outra nada mais é do que a síntese do marxismo com o positivismo.

Na virada do século XIX para o século XX, quando o positivismo era soberano no campo das ciências sociais, exerceu grande influência sobre o marxismo. No âmbito da Segunda Internacional, tendo Bernstein e Kautsky – apesar das inúmeras diferenças entre eles – como representantes importantes, se construíram sínteses problemáticas entre as duas perspectivas. O marxismo passava a aparecer na argumentação desses autores como a ciência universal, superior em qualquer tempo histórico e ocasião a qualquer outra perspectiva: no âmbito do marxismo estaria toda ciência possível, e fora dele restaria apenas ideologia. Essa interpretação positivista, que concebe o marxismo como única maneira de acessar de forma verdadeira e objetiva a realidade, tira-o das reflexões do próprio materialismo histórico dialético, colocando-o como independente da luta de classes, dos interesses das frações de classe, ou de qualquer outro elemento do contexto no qual está inserido. Além disso, a defesa de uma ciência objetiva, independente dos valores que a guiam, é incoerente com o próprio materialismo histórico dialético, que se quer necessariamente transformador da realidade (Cf. LOWY, 2000a).

De outra parte está a redução do marxismo a um sistema mecânico de interpretação da realidade social, simplificado e pouco dinâmico. Talvez o principal

exemplo dessa tendência tenha sido o livro “A Teoria do Materialismo Histórico - Manual Popular de Sociologia Marxista”, publicado em 1921 por Nikolai Bukharin (1974), com o intuito de ser um manual popular de marxismo. Não é à toa, portanto, que algumas das reflexões metodológicas norteadoras de uma pesquisa que busca dar conta de explicitar aspectos da relação teoria e prática em uma produção intelectual marxista (pelo menos em parte de sua trajetória) sejam buscadas principalmente nas críticas do marxismo de vertente historicista feitas à empreitada de Bukharin.

O filósofo húngaro Georg Lukács, apesar de louvar a iniciativa de Bukharin, critica fortemente vários aspectos de seu livro, afirmando que por muitas vezes simplifica os problemas fundamentais do marxismo e torna-os mais difíceis de compreender, que cai em um economicismo mecanicista, e sobretudo que trata o marxismo como se fosse similar às ciências naturais (LUKÁCS, 1974). Ao tratar da forma como Bukharin acredita na capacidade de previsão quase total do marxismo com relação aos fenômenos sociais, afirma Lukács:

La inclinación de Bujarin por las ciencias naturales ha hecho que olvidara que nuestro conocimiento de las direcciones o las tendencias, a diferencia de las predicciones estadísticas, no es un resultado de la diferencia entre lo que efectivamente sabemos y lo que ha de saberse, sino *de la diferencia objetiva y cualitativa en el propio objeto* (LUKÁCS, 1974, p.50)

Antonio Gramsci (2001, p.121), em suas observações e notas críticas sobre a tentativa do marxista russo, segue a mesma linha ao afirmar que só é possível prever cientificamente a luta, mas não os momentos concretos dela. No entanto, o sardo é mais duro na crítica, e questiona a própria iniciativa de Bukharin.

É possível escrever um livro elementar, um manual, um “ensaio popular” de uma doutrina que ainda está na sua fase da discussão, da polêmica, da elaboração? Um manual popular só pode ser concebido como a exposição formalmente dogmática, estilisticamente fechada, cientificamente serena, de um determinado assunto; só pode ser uma introdução ao estudo científico, jamais a exposição de pesquisas científicas originais; deve ser destinado aos jovens ou a um público que, do ponto de vista da disciplina científica, está nas condições preliminares da idade juvenil e que, por isso, tem imediatamente a necessidade de “certezas”, de opiniões que se apresentem como verídicas e indiscutíveis, pelo menos formalmente. Se uma determinada doutrina ainda não atingiu esta fase “clássica” do seu desenvolvimento, qualquer tentativa de “manualizá-la” deve fracassar necessariamente, sua sistematização lógica é apenas aparente e ilusória; tratar-se-á não de um manual, mas ao contrário, como é o caso do Ensaio, de uma mecânica justaposição de elementos desconexos, que permanecem inexoravelmente desconexos e desligados, não obstante o verniz unitário fornecido pelo seu tratamento literário (GRAMSCI, 2001, p.142).

Os argumentos de Lukács e Gramsci ao manual de Bukharin são o mote para as reflexões sobre o papel e o significado da ortodoxia no marxismo, levadas à cabo por Alvaro Bianchi (2013). O autor brasileiro argumenta que as críticas de Lukács e Gramsci ajudam a evidenciar algumas fraturas importantes estabelecidas no interior do pensamento marxista: a fratura entre filosofia, história e política; entre materialismo histórico e materialismo dialético; entre estrutura e superestrutura; e, por fim, entre teoria e prática (ibid., pp.123-124). Sobre a fratura entre teoria e prática, que ora nos interessa, afirma o autor, a partir de Gramsci, que

(...) implica na afirmação do predomínio de um termo sobre outro. Tem-se, então, ou o teoricismo, a afirmação de um reduto para o livre arbítrio que não só retira à teoria sua possibilidade de afirmar-se como força material, como é, de fato, uma sujeição à realidade presente; ou o praticismo, expressão de uma fase econômico-corporativa onde a possibilidade de passagem da estrutura às superestruturas complexas é afastada, ou seja, onde a condição de subalternidade política e intelectual é aceita (BIANCHI, 2013, p.124).

Essas formulações não significam que haja uma prática sem teoria ou uma teoria sem prática, mas o *predomínio* de um momento sobre o outro do processo, que demonstra uma atitude seja de sujeição tácita à realidade como ela é, ou de reconhecimento da subalternidade política e intelectual. Essa fratura entre teoria e prática que pode ser vista no interior de determinadas tradições de pensamento, sendo Bukharin um dos exemplos no campo do marxismo, perpassa também a ação concreta dos homens e mulheres em sociedade. Não se trata apenas de um problema de história das ideias ou da conexão entre grandes doutrinas de pensamento com projetos políticos concretos, mas de uma questão presente no cotidiano de cada um e cada uma na vida em sociedade e especialmente na ação política. Lembremos que para Gramsci todos os seres humanos podem ser considerados intelectuais, na medida em que exercem funções intelectuais, pensam, reproduzem a cultura do senso comum, etc., ainda que nem todos tenham na sociedade a função social de intelectual (GRAMSCI, 2006, p.18) Neste sentido, o italiano se pergunta no caderno 14 de onde vem a inquietude dos homens, que gera a ação sem reflexão, “cega”, por um lado, e o imobilismo, por outro. O marxista sardo encontra a resposta justamente na falta de unidade entre teoria e prática, que gera um duplo tipo de hipocrisia: age-se implicitamente baseado em uma teoria que não se quer explicitar, e se explicita uma teoria que não tem correspondência na prática (GRAMSCI, 1999, p.146).

No caderno 11, em outro desenvolvimento da mesma discussão, o autor afirma que o homem ativo da massa age praticamente mas sem necessariamente ter a consciência

clara de sua atuação, que sempre carrega consigo uma concepção de mundo na medida em que o transforma, ou atua tendo uma consciência teórica contraditória com sua consciência prática, o que gera a contradição e o impasse explicitados no texto do caderno 14: o homem ativo da massa pode até ter uma dupla consciência, uma implícita na sua ação transformadora, e outra explícita e acolhida acriticamente de outros grupos sociais, e essa contrariedade pode produzir a passividade, a imobilidade política (id., 2001). O problema, portanto, é individual e coletivo, e é exatamente na fusão entre essas duas esferas, quando o individual se percebe coletivo, que Gramsci começa a encontrar pistas para sua superação, para a constituição da unidade entre teoria e prática, que não pode ser entendida como um dado mecânico. Como explicitado na nota IV ao §12 do caderno 11:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária (GRAMSCI, 2001, p.103-104).

Percebemos a partir da discussão apresentada até aqui que o problema da relação entre teoria e prática permeia tanto a questão mais geral da relação da produção do conhecimento científico – qualquer que seja ele – com a dinâmica da luta de classes na sociedade, quanto a relação entre consciência e concepção de mundo e agir prático de cada um dos homens e mulheres que atuam nela. A reflexão sobre o problema da unidade entre teoria e prática pode, então, ser um caminho interessante para perceber as relações dialéticas entre consciência e ação, ciência e política.

Pelas características da discussão, há muitas formas possíveis de aproximação para abordar o problema. Poder-se-ia focar na teoria propriamente dita, e fazer história das ideias percebendo-as em relação constante com o contexto e com a dinâmica política concreta da sociedade nas quais estavam inseridas; poder-se-ia estudar justamente essa dinâmica, a partir da luta de movimentos sociais os mais diversos, partidos políticos, grupos de interesse, conflitos específicos; ou o comportamento dos atores estatais e das instituições, etc. Mais importante do que o tipo de objeto escolhido, o fundamental é a forma de analisá-lo, que deve ser coerente com a afirmação de que existe uma relação

entre pensamento e política, teoria e prática, e do que se trata é de conhecê-la e explicitá-la, demonstrar como ela se constrói e como pode ser percebida em cada objeto estudado.

Optamos por aproximar-nos do problema através do estudo do pensamento e do projeto político de um intelectual brasileiro marxista em parte importante de sua trajetória. A opção de trabalhar partir da figura de um intelectual não é aleatória. Se a partir de uma variedade grande de objetos é possível aproximar-se e explicitar diferentes aspectos da relação teoria e prática, no estudo dos intelectuais marxistas estabelecer essa relação é, além de possível, necessário para compreender tanto o caráter político de suas produções teóricas quanto as próprias contribuições que deram à compreensão de suas realidades específicas e ao desenvolvimento do marxismo.

Como ponto de partida, deve-se ter em mente que os intelectuais estão diretamente relacionados com as classes e grupos sociais em disputa na sociedade, na medida em que todo grupo social cria para si camadas intelectuais que servem para dar-lhe homogeneidade e consciência de suas próprias funções nos campos econômico, social e político (GRAMSCI, 2006, p.15). Neste sentido, para definir intelectuais e para definir o que é mais relevante no momento de estudá-los, o foco não deve ser suas atividades intrínsecas, já que, como vimos, desse ponto de vista todos são intelectuais: o critério de distinção deve ser buscado “no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto real das relações sociais” (GRAMSCI, 2006, p.18).

No momento em que consideramos intelectuais a partir das funções que exercem na sociedade e de sua localização entre os grupos sociais em pugna, torna-se impossível debater sua importância e seu papel na sociedade sem compreender o conceito de hegemonia. É muito interessante perceber que à continuação do texto citado anteriormente do §12 do caderno 11, em que Gramsci afirma a unidade entre teoria e prática como um devir histórico e termina falando da aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária, ele escreve:

É por isso que se deve chamar atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 2001, p.104).

O tema dos intelectuais em Gramsci surgiu ainda antes do período do cárcere, mas foi retomado na prisão e associado à teoria da hegemonia e do Estado integral, passando a ocupar uma posição estratégica em seu pensamento (BIANCHI, 2008, p.73). Não é possível compreender o sentido da importância dos intelectuais na concepção do marxista sardo sem percebê-lo em continuidade com a discussão sobre hegemonia. Seu conceito de hegemonia é desenvolvido a partir de um critério histórico-político de diferenciação entre as funções de direção das classes aliadas e domínio das adversárias (ibid., p.234). Em uma conhecida passagem, no parágrafo 24 do caderno 19, Gramsci afirma que a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral: um grupo social domina os adversários que visa liquidar ou submeter inclusive com o uso da força física, e dirige os grupos afins e aliados. Além disso, um grupo social pode ser dirigente antes mesmo de tomar o poder governamental – e essa é uma das condições para tal – e depois, quando mantém o poder, torna-se dominante, mas nunca pode deixar de ser dirigente (GRAMSCI, 2002, p.62). A política – e a luta entre os grupos sociais – não se reduz a atividades práticas, mas envolve também a conformação de uma identidade filosófica que garanta a unidade do grupo e forneça sentido a uma prática transformadora e à constituição de um grupo intelectual próprio: é nesse nexo da relação teoria e prática que está o conceito de hegemonia (BIANCHI, 2008, p.80). Este permite articular dialeticamente muitas das dicotomias e diferenciações conceituais presentes no pensamento de Gramsci – coerção e consenso, direção e domínio – e no marxismo – estrutura e superestrutura, economia e política, estado e sociedade civil –, superando algumas das fraturas descritas anteriormente (Cf. BIANCHI, 2007).

A partir dessas articulações dialéticas e diretamente relacionado à discussão de hegemonia desenvolve-se o conceito de Estado Integral, também importante para localizar a importância dos intelectuais: o locus prioritário da direção, da produção de consenso e disputa do senso comum seria a sociedade civil, enquanto o espaço do domínio, de uso da força física e da coerção consistiria prioritariamente na sociedade política – o Estado. Entretanto, isso não significa que não haja coerção no âmbito da sociedade civil e nem geração de consenso a partir do Estado:

“(...) as funções de dominação próprias da sociedade política não seriam canceladas pelas funções de direção política, que teriam lugar privilegiado na sociedade civil. Daí uma teoria que desse conta do Estado em seu sentido integral ou orgânico (...)” (BIANCHI, 2008, p.120).

Além disso, para deixar claro que não se tratam de esferas separadas, mas sim em constante articulação, Gramsci afirmava que na noção geral de Estado existem elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil, apresentando a conhecida fórmula de que o Estado é igual à sociedade política mais a sociedade civil, ou “hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000, p. 244). Neste sentido, para o marxista sardo há sempre uma dupla perspectiva na ação política e na vida estatal, que pode se apresentar em vários graus, sendo aqueles correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico sua redução teórica, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do universal, da estratégia e da tática, da agitação e propaganda, etc. (id.2000, p.33).

Uma das principais contribuições de Gramsci com relação ao Estado foi pensar suas funções muito além do monopólio legítimo da violência e da aplicação da coerção na sociedade, incorporando também a noção de direção política e de criação de consenso como uma função organizada e exercida estatalmente. A percepção dessas funções como parte do papel do Estado e a compreensão integral do Estado a partir dessa dupla perspectiva colocam a questão dos intelectuais em primeiro plano: ao destacar a unidade-diferenciação, a articulação dialética entre as duplas conceituais – sociedade civil e sociedade política, força e consenso – ao invés de seu antagonismo, os intelectuais passam a ter um lugar de extrema importância para a compreensão destes conceitos e da dinâmica política de qualquer sociedade, porque eles são agentes de ambas as funções (BIANCHI, 2008, p.79), e atuam na articulação entre essas esferas. O principal objetivo estratégico da disputa de ideias que é parte constituinte da disputa de hegemonias é a criação e o fortalecimento de um consenso em torno da direção e da dominação de uma classe – no caso da filosofia da práxis, a forma como Gramsci chamava o marxismo, se trata da classe trabalhadora e dos setores subalternos – e a partir daí a busca por uma reforma intelectual e moral: para atingir esse objetivo os intelectuais são fundamentais, e necessariamente deve construir-se neles e no processo uma fusão entre teoria e prática.

Na esteira da formulação sobre a compreensão crítica de si mesmo como primeiro passo para a unidade entre teoria e prática, e da importância do desenvolvimento político do conceito de hegemonia, Gramsci traz à tona novamente a questão dos intelectuais, agora colocando de forma direta a sua importância. Afirma que nos desenvolvimentos mais recentes – provavelmente referindo-se a Bukharin – da filosofia da práxis, na

discussão sobre a relação entre teoria e prática o mecanicismo prevalecera, sendo a teoria encarada como complemento ou assessorio da prática.

Parece justo que também esse problema deva ser colocado historicamente, isto é, como um aspecto da questão política dos intelectuais. Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica (GRAMSCI, 2001, p.104).

A questão dos intelectuais não é, então, de interesse meramente sociológico, mas sim eminentemente política, e a conformação de grupos intelectuais uma questão estratégica (BIANCHI, 2008, p.74). Assim, um dos grandes desafios, no sentido de manter a unidade ideológica de todo o bloco social unificado diante da concepção de mundo que se tornou movimento cultural, é criar uma unidade ideológica entre os “simples” e os que exercem socialmente a função de intelectuais, o que só é possível se isso reflete uma fusão entre teoria e prática: os intelectuais devem ser capazes de sistematizar de forma coerente os princípios e os problemas enfrentados pela massa em sua atividade prática, e isso é possível se forem *organicamente* os intelectuais daquelas massas (GRAMSCI, 2001, p.100).

Aqui aparece uma distinção importante dentro da definição bastante ampla de intelectuais proposta por Gramsci, entre intelectuais orgânicos e tradicionais. Os primeiros são provenientes das classes sociais fundamentais no sistema capitalista, que cumprem a função de buscar organizar a sociedade em geral, desde seus serviços até o Estado, de forma a criar condições favoráveis para a expansão da própria classe, ou possuir a capacidade de recrutar os empregados especializados que cumprirão essa função. Já os intelectuais tradicionais são representantes de uma continuidade histórica que, apesar de todas as modificações trazidas pelo capitalismo, não foi interrompida, sendo os eclesiásticos o maior exemplo da época do italiano (GRAMSCI, 2006, p.16-17). Há graus internos qualitativamente diferentes no âmbito da atividade intelectual, encontrando-se nos mais altos graus os criadores das várias ciências, filosofia, arte, etc., e no mais baixo os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual existente e já acumulada (ibid., p.21). Há ainda uma diferenciação entre intelectuais urbanos e rurais, sendo esses últimos em grande parte tradicionais, ligados às massas do campo e à pequena burguesia, cumprindo o papel de mediar a relação destas massas com

a administração local e estatal através do exercício profissional, o que confere também uma função política muito importante a esses intelectuais.

Na luta entre hegemonias, um dos grandes objetivos dos grupos em disputa é a assimilação e a “conquista ideológica” dos intelectuais tradicionais, o que se torna cada vez mais concreto na medida em que o grupo consegue formar mais intelectuais orgânicos (ibid., p.19). Do ponto de vista histórico, o central é entender a formação de camadas especializadas de intelectuais conectadas com os grupos sociais mais importantes, que disputam essa conquista ideológica dos intelectuais tradicionais (BIANCHI, 2008, p.77). De qualquer maneira, o fundamental é o contato entre filosofia superior e senso comum, entre os intelectuais dos mais altos graus e a massas dos simples: trata-se de criar uma filosofia que por ser ligada à vida prática, tenha possibilidade ampla de difusão e possa tornar-se um senso comum renovado e com coerência e rigor. Neste sentido, é importante entender que quando Gramsci afirma todos os seres humanos como intelectuais seu objetivo não é diluir a filosofia no senso comum: existe uma diferença clara, pois a filosofia, produzida por aqueles intelectuais “dos mais altos graus”, tem um papel importante a cumprir com relação ao senso comum, em uma perspectiva de transformação da sociedade:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica ao “senso comum” (...); e posteriormente como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (...) pode ser considerada como “culminâncias” de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular. (GRAMSCI, 2001, p.101)

Aí reside também a importância dos intelectuais produtores dessa filosofia. A disputa entre grandes sistemas filosóficos, principalmente no que diz respeito aos seus grandes expoentes, é parte importante da luta entre hegemonias, daí também o ímpeto de Gramsci em enfrentar dedicadamente Benedetto Croce, a principal figura do revisionismo na Itália (BIANCHI, 2008, p.111). A filosofia da práxis busca o contato entre intelectuais e “simples” para conduzir as massas a uma concepção de mundo superior, formar um bloco intelectual e moral que torne politicamente possível o progresso intelectual das massas, e não apenas de pequenos grupos individuais (GRAMSCI, 2001, p.103). Assim, a “vitória” dessa filosofia sobre outros sistemas filosóficos, e seu contato direto com o

senso comum são necessários para a construção de um novo consenso e na imposição de uma hegemonia dos setores subalternos da sociedade.

O que media a importante relação entre intelectuais e senso comum, e entre intelectuais orgânicos e tradicionais é a política: os partidos políticos garantem a soldagem entre intelectuais orgânicos e tradicionais, fundamental para a disputa do senso comum, e são a forma que alguns grupos sociais têm de elaborar sua própria camada de intelectuais orgânicos, que se formam diretamente no campo filosófico e político, e não no campo da técnica produtiva (GRAMSCI, 2001, p.101; id.2006, p.24).

Na medida em que percebemos que os intelectuais cumprem função importante na sociedade do ponto de vista da disputa política e encarnam de forma explícita em sua própria função a questão da unidade consciente entre teoria e prática, são uma das alternativas de objeto de estudo mais interessantes para abordar o problema. Mais do que isso, a partir da discussão trazida até aqui, pretendemos demonstrar que Fernando Henrique Cardoso tem relevância para ser analisado do ponto de vista proposto a partir das reflexões gramscianas: a opção por Fernando Henrique se baseia, além da importância de sua trajetória e de sua figura para a história – política e das ideias – do Brasil, também no desafio e na possibilidade de analisar profundamente sua produção teórica e sua prática política – e principalmente o nexo entre elas – a partir da perspectiva teórica aqui descrita, que podem trazer luz a aspectos pouco trabalhados pelos autores que discutem a obra deste intelectual.

1.2. Identidade entre Filosofia, História e Política: uma premissa para analisar os intelectuais

Na busca por encontrar em Fernando Henrique elementos que contribuam com a elucidação da nossa problemática mais geral e por compreender a forma como se efetiva a relação entre teoria e prática nele, é preciso refletir sobre o que exatamente queremos estudar deste objeto e sobre como fazê-lo. A chave para dar conta deste desafio de pesquisa é enfrentar outra das fraturas que se estabeleceram no interior do marxismo, entre filosofia, história e política (BIANCHI, 2013, p.123). Quanto a isso, nossa concepção tanto acerca do marxismo quanto da história das ideias em geral está em sintonia com a percepção da continuidade e da relação constante de inter-determinação existentes entre filosofia, história e política: elas, na realidade, são inseparáveis, porque são a mesma coisa. Assim, buscamos evitar dois problemas graves com os quais o

marxismo se deparou em sua história ao longo do século XX e os quais discutimos brevemente: o “reducionismo sociológico”, que não compreendia os confrontos teóricos e científicos senão em termos de interesse de classe e o “positivismo vergonhoso”, que pretendia dissociar inteiramente o desenvolvimento da ciência social – e particularmente do marxismo – da luta de classes e dos conflitos ideológicos (LOWY, 2000b, p.114).

Uma das necessidades prementes para um estudo de história do pensamento político da perspectiva aqui proposta é construir uma forma de analisar o objeto que evite os riscos de autonomizar as ideias com relação à dinâmica mais geral da sociedade, seja ela política ou econômica, ou pinçar os intelectuais de seus contextos. Por isso, um de nossos pressupostos metodológicos é o de buscar aplicar o materialismo histórico “continuamente a si mesmo”, como descrevia Lukács em “História e Consciência de Classe” (2003, p.54). Isso significa, além de escolher e localizar nosso objeto de forma coerente com a perspectiva do materialismo histórico, também construir a problemática e as hipóteses da pesquisa a partir daí, e com a consciência de que ambos se encontram delimitados ideologicamente. Em suma, podemos orientar-nos pela interpretação de Marx que oferece Löwy acerca da questão:

Não é senão por uma análise sócio-histórica, em termos de classes sociais, que se pode compreender a evolução de uma ciência social (...), seus avanços ou seus recuos do ponto de vista científico. A história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular (LOWY, 2000b, p.105).

Neste sentido, tampouco a história dos intelectuais que desenvolvem essa ciência social, seja qual for a problemática que guie o pesquisador, pode ser construída sem dar conta da ‘história em geral’ e da ‘história da luta de classes em particular’. Da mesma maneira que seria um equívoco fazer história (da ciência, ou de qualquer coisa) sem considerar o contexto político e a história da luta de classes, fazer filosofia (ou qualquer tipo de ciência social) sem dar conta da história torna-se um exercício vão.

Destacada da teoria da história e da política, a filosofia não pode deixar de ser metafísica, ao passo que a grande conquista da história do pensamento moderno, representada pela filosofia da práxis, é precisamente a historicização concreta da filosofia e sua identificação com a história (GRAMSCI, 2001, p.144).

A noção de identidade entre história, filosofia e política proposta por Gramsci, “permite ir além das obras de um ou de vários autores destacados e encontrar o nexo que aproxima pensamento e política, ou seja, investigar em que medida um autor ou uma obra são parte dos conflitos políticos em um dado contexto histórico” (BIANCHI, 2012, p.9).

Poder-se-ia afirmar que ainda que haja uma relação intrínseca entre história e filosofia, e que seja necessário ao sujeito político conhecê-la, a ação política propriamente dita não deveria preocupar-se demasiado com essa relação, na medida em que se orienta a objetivos práticos e muitas vezes imediatos. Entretanto, Gramsci trata de uma *identidade*: elas são a mesma coisa. Aqui, o parágrafo 16 do caderno 13 é de suma importância para compreender exatamente como buscamos nos aproximar de nosso objeto. Nele, Gramsci discute contra o “excessivo realismo político”, que afirmaria que o homem de Estado – o político – só deve atuar no âmbito da realidade efetiva, sem preocupar-se com o ‘dever ser’, e que neste sentido caberia distinguir entre o diplomata e o político, e entre o *cientista da política* e o *político em ato*: o diplomata e o cientista devem mover-se apenas na realidade efetiva, o ‘ser’, sem preocupar-se com filosofia ou qualquer coisa do gênero. As palavras de Gramsci sobre Maquiavel servem de exemplo para a construção da problemática acerca da história do pensamento político e dos intelectuais, principalmente considerando a questão da unidade entre teoria e prática:

Mas Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que pretende criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o “dever ser”, não entendido evidentemente em sentido moralista. A questão, portanto, não deve ser posta nestes termos, é mais complexa: ou seja, trata-se de ver se o “dever ser” é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem. O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política. (GRAMSCI, 2000, p.35)

Aqui há uma síntese muito importante: Gramsci busca demonstrar como em Maquiavel teoria e prática se relacionam e se fundem. A ação política coerente pressupõe a teoria, e neste sentido o homem de Estado precisa de uma filosofia, o político precisa da ciência. Enquanto o mero cientista se contenta com o “ser” – a realidade efetiva vista de forma limitada – o homem de Estado parte do “ser” percebido científica e historicamente para buscar o “dever ser” construído filosoficamente, e por isso

movimenta a ciência ao mesmo tempo em que se movimenta politicamente, num processo de construção de unidade – de fusão – entre teoria e prática. Somente o “dever ser” *como vontade concreta* que conecta filosofia, história e política é a interpretação realista e historicista da realidade, porque localiza o presente num contexto mais amplo, que é história, momento, e conjunto de possibilidades.

A realidade efetiva não é estática nem imóvel, mas sim uma relação de forças em contínuo movimento. É neste contexto que faz sentido aplicar a “vontade à criação de um novo equilíbrio de forças baseando-se naquelas que se considera progressistas e fortalecendo-as para fazê-las triunfar”. Gramsci demonstra que quando esse processo é construído, continua-se movendo no terreno da realidade: há uma fusão entre “ser” e “dever ser”. Aqui é que o “dever ser” se torna algo concreto e, mais do que isso, é ele a interpretação realista e historicista da realidade. Neste ponto da discussão abre-se um debate importante, também do ponto de vista epistemológico e da sociologia do conhecimento. Neste sentido, cabe uma breve digressão para trazermos algumas questões que podem vir a ser importantes na análise de nosso objeto. Quais seriam os critérios para determinar quais forças se considera progressista, ou em quais forças se aposta para contribuir com a superação da realidade efetiva? Como determinar se o “dever ser” que pode potencializar a análise é um ato arbitrário ou realmente a interpretação realista e historicista da realidade, para usar os termos de Gramsci?

Michael Löwy se aproxima dessa discussão em seu livro *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, e encontra uma resposta que para nós é bastante satisfatória a partir das discussões do marxismo historicista, sobretudo do próprio Gramsci, de Lukács e Lucien Goldmann. O primeiro elemento importante a ser considerado é que a estrutura categorial de um intelectual é sempre um fato social, e está relacionada aos seus interesses de classe: portanto, é uma perspectiva que sempre terá limites e depende de onde esse intelectual se localiza na estrutura da sociedade (LÖWY, 2000b, p.138). O conhecimento produzido e a visão de mundo de um intelectual são, então, sempre relativos à sua posição de classe.

Para Goldmann (1979), cada classe social tem uma “consciência possível”, um limite de possibilidades através do qual pode se aproximar da verdade, mas estas consciências possíveis das diferentes classes sociais não estão num mesmo plano, pois algumas permitem uma maior compreensão da realidade do que outras. Como demonstra Löwy (2000b, p.142), essa é a hipótese chave da sociologia diferencial do conhecimento

de Goldman, e é fundamental para escapar do impasse relativista gerado pela constatação de que todo conhecimento está relacionado ao contexto social no qual está inserido o intelectual. O que está implícito na passagem citada anteriormente de Gramsci – e explicitado em vários outros momentos de sua obra – é que a perspectiva do “dever ser” que potencializa a análise da realidade e funde história, filosofia e política é justamente aquela que parte do ponto de vista das classes subalternas. Com efeito, a classe revolucionária em uma sociedade é sempre, da perspectiva marxista, aquela que tem maiores condições objetivas de conhecer a verdade. Mais do que isso, no caso específico do proletariado, por suas peculiaridades como classe – especialmente ter no âmago de seus interesses a superação da própria sociedade de classes, e precisar da verdade para conseguir isso, enquanto a burguesia mesmo em sua fase revolucionária teria precisado omitir certas verdades – essa possibilidade é ainda mais ampla (ibid., p.207). Neste sentido, o intelectual que busca ter condições de compreender efetivamente a realidade, fundir “ser” e “dever ser”, deve buscar partir dessa perspectiva do proletariado – ou dos setores subalternos – que proporciona maiores condições para isso.

Entretanto, como constatar objetivamente a percepção de Löwy – assim como de Goldman, Gramsci e Lukács – de que a consciência possível do proletariado, por ser a classe universal, é a que tem melhores condições de atingir maior objetividade? Löwy, também aqui com Goldman, diz que é impossível demonstrar cientificamente isso, porque essa percepção é fundamentalmente baseada numa *aposta*, numa espécie de *fé* no papel histórico a ser cumprido pelo proletariado.

Esta aposta marxista sobre o futuro histórico, esta *fé* no papel revolucionário socialista do proletariado, esta *docta spes* (termo de Ernst Bloch que Goldman retoma por sua conta) não podem ser invalidadas por este ou aquele julgamento de fato: nada sobre o plano das proposições no indicativo permite afirmar o caráter válido ou não desta aposta inicial. Em nossa opinião, um dos maiores méritos de Goldman na história do pensamento marxista e uma das suas contribuições mais originais é esta idéia ousada e “heterodoxa” de uma aposta sobre o futuro como fundamento último da *Weltanschauung* marxista; uma aposta que implica uma análise das possibilidades objetivas existentes na realidade social, mas que é, em última análise, irreduzível a uma demonstração puramente factual (LÖWY, 2000b, p.144).

O privilégio cognitivo do proletariado não é, portanto, totalmente demonstrável cientificamente. Em alguma medida ele pode ser deduzido das condições objetivas e estruturais que ocupa o proletariado na sociedade, mas ele só verdadeiramente aceitável como pressuposto para aqueles que já tomaram o ponto de vista do proletariado como

seus, já fizeram uma opção política baseada numa aposta racional sobre seu papel histórico. Essa percepção contém um “núcleo irreduzível de fé, ou de aposta histórica sobre o papel emancipador do proletariado, sobre sua vocação universal e redentora” (ibid., p.209).

Löwy utiliza uma metáfora topológica, das “paisagens da verdade”, para tentar explicar melhor seu ponto de vista sobre as possibilidades do conhecimento. Sempre que um pintor vai pintar uma paisagem, ele está posicionado em algum ponto específico de observação: esse ponto pode ser mais alto, proporcionando uma visão mais ampla e total, ou mais baixo, limitando a perspectiva (Cf. LÖWY, p.212). Esses lugares se referem a posições de classe, mas mesmo dentro dessas classes há especificidades e outras questões que importam na forma como se pinta a paisagem (raça, gênero, a especificidade de exercer a função de intelectual, o talento pessoal e a capacidade do observador, entre outras). O que o lugar na paisagem oferece é um conjunto de possibilidades, não garante que quem está no lugar mais alto se aproximará mais da verdade do que quem está mais abaixo. Por exemplo, alguém que chegasse ao limite de suas possibilidades em um patamar inferior poderia se aproximar mais da verdade do que quem está num patamar superior, mas, por quaisquer motivos, tenha uma visão distorcida da realidade.

Löwy utiliza essa metáfora porque, segundo ele, ela é capaz de mostrar vários aspectos importantes para a discussão sobre as possibilidades do conhecimento e sua relação com as classes sociais: primeiro, não existe visão de paisagem que não esteja situada em um observatório determinado, ou seja, não há conhecimento independente do contexto social; depois, a síntese ou média entre as várias visões não significa um ponto de vista privilegiado; que os limites não dependem da boa ou má vontade do expectador, mas sim de onde ele está localizado; que esse “pintor”, o intelectual, pode passar de um mirante a outro, mas seu horizonte de visibilidade sempre dependerá de onde ele se encontra em um momento determinado; e que o mirante oferece apenas possibilidades objetivas, não é garantia nenhuma de que o pintor apreenderá bem a realidade e pintará um bom quadro (LÖWY, 2000b, p.212).

Como observamos a partir de Gramsci, para compreender o papel dos intelectuais é preciso considerá-los de acordo com o lugar que ocupam dentro dos grupos sociais em pugna na sociedade. Com a metáfora da paisagem, Löwy agrega a essa discussão a importância desse lugar social ocupado pelo intelectual para a compreensão de suas próprias possibilidades de produção de conhecimento e de compreensão da realidade.

Mas agrega que é também possível que o intelectual passe “de um mirante a outro”, ou seja, que mesmo tendo sua origem relacionada a um grupo social, pode ao longo de sua trajetória optar por efetivamente se localizar em outro grupo e, assim, e pensar a partir da perspectiva deste grupo. Se isto é correto, e se estamos no campo da filosofia da práxis que se coloca ao lado das classes subalternas, um dos elementos fundamentais do critério que dá concretude ao “dever ser”, que amplia as condições para a percepção da realidade, é a *aposta racional* por parte deste intelectual nessas classes subalternas e em seu papel histórico.

Essa aposta, muito mais política do que científica, possibilita a opção pelo proletariado ou pelas classes subalternas como perspectiva de mundo e, portanto, a aplicação da “vontade à criação de um novo equilíbrio de forças existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista” e fortalecendo-a para fazê-la triunfar, que significa justamente continuar a mover-se no terreno da realidade efetiva, mas de forma a dominá-la e superá-la. Assim, é a opção pela aposta política nas classes subalternas como pressuposto que permite a identidade total entre filosofia, história e política. Estar no patamar mais elevado de observação da paisagem significa ter condições objetivas de apreender a realidade de forma mais concreta, conectando história geral, momento específico e conjunto de possibilidades; filosofia, história e política; “ser” e “dever ser”.

No encontro entre pensamento – entendido aqui como a filosofia, o “dever ser” – projeto – compreendido como a política – e o contexto histórico – o “ser” –, se insere o objetivo principal desta pesquisa: encontrar o nexo que aproxima pensamento e política em Fernando Henrique Cardoso, explicitando a partir desse nexo a relação existente entre pensamento, projeto e prática política, na busca de compreender como se estabelece neste intelectual a relação entre teoria e prática, e assim contribuir para as reflexões mais gerais sobre as possibilidades de unidade entre teoria e prática no campo do marxismo brasileiro e – por que não? – latino-americano.

Dada a ideia de identidade entre filosofia, história e política, deve procurar-se o nexo buscado no contexto no qual os intelectuais estão inseridos. Na medida em se percebe a unidade entre teoria e prática como um devir histórico e a “compreensão crítica de si mesmo” relacionada diretamente à percepção de si inserido numa luta de hegemonias, começa a desenhar-se a possibilidade de construção de uma hipótese mais geral acerca da relação entre teoria e prática nos intelectuais.

A hipótese teórica geral que orienta a pesquisa relaciona as condições para uma unidade entre teoria e prática com o momento em que se encontra a disputa de hegemonias na sociedade. Para isso, nos apoiamos em algumas formulações de Gramsci acerca da questão, e ao mesmo tempo na ideia de crise como método, desenvolvida pelo marxista boliviano René Zavaleta Mercado. Gramsci afirmava no caderno 15, que

La identificación de teoría y práctica es un acto crítico, por el que la práctica se demuestra racional y necesaria o la teoría realista y racional. He ahí porque el problema de la identidad de teoría y práctica se plantea *especialmente en ciertos momentos históricos llamados de transición, o sea de más rápido movimiento transformativo*, cuando realmente las fuerzas prácticas desencadenadas exigen ser justificadas para ser más eficientes y expansivas, o se multiplican los programas teóricos que exigen ser también ellos justificados realistamente en cuanto que demuestren ser asimilables por los movimientos prácticos que sólo así se vuelven más prácticos y reales (GRAMSCI, 1973, p.198). (grifo nosso).

Aqui, fica muito claro que do ponto de vista do marxista sardo, o problema da identidade entre teoria e prática é um devir histórico precisamente no sentido de que está diretamente vinculado ao momento histórico, à luta de classes, e se coloca especialmente em momentos de transição, de mais rápido movimento transformativo.

Por sua vez, vale trazer algumas reflexões de René Zavaleta Mercado, marxista boliviano que, discutindo a sociedade boliviana na década de 1980 e sua história, a caracteriza como *abigarrada*, com vários modos de produção e tempos históricos convivendo mutuamente, sem que nenhum consiga funcionar como articulador dos demais – problemática trabalhada também por diversos outros autores latino-americanos pensando suas realidades nacionais, com terminologias e nuances diferentes. A partir daí, Zavaleta argumenta que os momentos de crise social são aqueles que condensam essa unidade patética do diverso, e exatamente por isso podem servir como método de análise interessante para o autoconhecimento de sociedades como a boliviana (ZAVALETA MERCADO, 1983, p.19).² Neste sentido, se expandimos a ideia zavaletiana para outras sociedades – ainda que menos *abigarradas* –, colocando as reflexões de Zavaleta ao lado das de Gramsci, podemos argumentar que os momentos de crise e de disputa mais intensa de hegemonias proporcionam condições mais propensas para a unidade entre teoria e prática, e por sua vez para o autoconhecimento das sociedades. Esses momentos

² Para uma discussão mais aprofundada dos conceitos de Zavaleta, Cf. *Intelectuais em movimento: o grupo Comuna e a construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia* (SANTAELLA-GONÇALVES, 2015) e *Autodeterminação das massas em uma sociedade “abigarrada”: René Zavaleta Mercado e as bases para um marxismo renovado na Bolívia* (SANTAELLA-GONÇALVES, 2012).

proporcionam condições para o autoconhecimento, por um lado, mas também para a experimentação política.

Gramsci afirma no caderno 11 que atividades intelectuais determinadas correspondem respectivamente à fase econômico-corporativa, à fase da luta pela hegemonia na sociedade civil e à fase estatal, sendo que “na fase da luta pela hegemonia, desenvolve-se a ciência política; na fase estatal, todas as superestruturas devem desenvolver-se, sob pena de dissolução do Estado” (GRAMSCI, 2001, p.210). O marxista sardo desenvolve então uma reflexão no sentido de associar a fase estatal à necessidade de uma produção teórica mais orgânica. Para ele, a partir do momento em que um grupo subalterno se tornar autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nascerá concretamente a exigência de se construir uma nova ordem intelectual e moral, e por isso de elaborar os conceitos mais universais (ibid., p.225). Por outro lado, há momentos em que existe uma cisão clara entre teoria e prática, nos quais o aspecto prático ganha proeminência ao teórico de forma mecânica, e isso mostra que se está atravessando uma fase histórica econômico-corporativa, na qual se transforma quantitativamente a estrutura e a superestrutura adequada ainda está em vias de surgir, mas não organicamente formada (ibid., p.105).

Mas quando o subalterno se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanicismo revela-se num certo ponto como perigo iminente; opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo social de ser. Os limites e o domínio da “força das coisas” se restringiram. Por que? Porque no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “resistente” a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor (GRAMSCI, 2001, p.106).

Assim, Gramsci parece indicar que nos momentos econômico-corporativos as condições para a unidade entre teoria e prática são menos adequadas, já que essa problemática se coloca em momentos especiais, de transição, de transformação rápida, de crise, de disputa de hegemonias. O autor italiano vai além disso, e afirma que no momento estatal, dada a necessidade de construir uma nova ordem intelectual e moral, a fusão teoria e prática se torna mais necessária e mais possível.

Neste ponto, pensando nosso objeto de pesquisa, abrem-se alguns debates importantes. Fernando Henrique Cardoso conseguiu ser parte importante da direção do Estado no Brasil, embora já depois de ter transformado suas posições políticas, a partir e em relação intrínseca com toda uma trajetória percorrida por seu pensamento, tendo

aderido a uma nova hegemonia que se consolidava e sustentando um programa distante organicamente dos interesses dos setores subalternos. Assim, é muito complicado falar de um ‘momento estatal’ dos subalternos no caso brasileiro com Cardoso dirigindo o Estado, embora seja muito possível buscar a fusão teoria e prática em sua trajetória nos “momentos históricos chamados de transição”, de “mais rápido movimento transformador”, quando as forças práticas desencadeadas exigem ser justificadas para poderem se expandir, ou quando programas teóricos que surgem exigem também justificativa prática. Os momentos de crise e de disputa de hegemonias proporcionam boas condições para a unidade entre teoria e prática, propiciam um tipo de relação entre teoria e prática mais intenso e propenso à experimentação, enquanto momentos estatais proporcionam um tipo de relação com características diferentes, que passa da resistência ao empreendimento, mas que no caso de Cardoso, se efetiva num momento de grande distanciamento das classes subalternas³. Abordaremos essas questões ao longo do trabalho.

Pensando no Brasil e em Fernando Henrique, se podemos afirmar que os anos 1960 são uma fase mais acadêmica de sua produção – o que não significa que não haja nenhuma forma de prática política (Cf. RODRIGUES, 2009; ARAÚJO, 2012), a partir de meados da década de 1970, com o desenrolar da crise e das disputas geradas em torno da transição democrática brasileira (Cf. KINZO, 2001), as condições para uma relação mais contínua e constante entre pensamento, projeto e prática política vão se dando, e Cardoso passa a construir mais efetivamente os projetos políticos explicitados – ou implícitos – na sua produção teórica até aquele momento.

Não à toa, o CEBRAP, fundado em 1969 como forma de continuar a tradição sociológica uspiana, interrompida pelas demissões feitas pela ditadura, passa a ter importância política crescente, especialmente quando seus membros – dentre eles Cardoso – são chamados para construir o programa eleitoral do MDB para as eleições de 1974. Quando a transição começa a intensificar-se, alguns intelectuais do CEBRAP separam-se para construir projetos políticos bem distintos, como é o caso de Francisco Weffort. Como demonstra Lahuerta (2001, p.75), é a legitimidade conferida pela

³ Inicialmente, o escopo de objeto da pesquisa era bem mais amplo, abrangendo além de Fernando Henrique Cardoso, também as obras e trajetórias de Francisco Weffort, e dos bolivianos Luis Tapia e Alvaro García Linera. No caso deste último, que chegou à vice-presidência da Bolívia a partir da conformação de um bloco histórico eivado e protagonizado por setores subalternos, a discussão sobre o “momento estatal” poderia ser bem melhor desenvolvida. Ficará para próximos trabalhos.

intelectualidade que os cacifa para a militância política, e é a partir dela que o CEBRAP é chamado para contribuir com a construção do programa do MDB, partido que aglutinava toda a oposição institucional ao regime. Se Cardoso já se vinculava cada vez mais ao MDB, Weffort funda o CEDEC em 1976, e depois de apoiar a candidatura de primeiro ao Senado em 1978, é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, em 1980, do qual seria secretário geral por quinze anos (Cf. LAHUERTA, 2001).

Os anos 1980, com uma crise de hegemonia instaurada no Brasil (SALLUM JR., 1994), marcam o período de maior intensificação da relação teoria-prática em Weffort e Cardoso, e também o distanciamento político entre eles. É durante esse processo que Cardoso se distancia definitivamente, a partir da forma como se configurou a relação entre teoria e prática nele até aquele momento, de uma perspectiva política ancorada nas classes populares. A partir do momento em que se consolida uma nova hegemonia e as disputas perdem intensidade em fins dos anos 1980 e princípios da década de 1990, a tendência de ambos, ainda que com trajetórias diversas, é a de aderir a ela, ao que parece com Cardoso como protagonista e Weffort coadjuvante, o que cria uma nova forma de relação entre teoria e prática em ambos. No caso de Cardoso, que ora nos interessa, há um processo paulatino de subordinação da produção teórica ao projeto político defendido, numa espécie de sujeição praticista mais deliberada à “realidade como é”, ainda que o nexo entre teoria e prática não se rompa completamente em momento algum.

A partir do debate anterior e da contextualização de nosso objeto e hipóteses, é necessário discorrer acerca das consequências metodológicas dessa abordagem teórica e sobre como efetivamos a pesquisa. A forma de conceber a relação consciente entre teoria e prática como um devir histórico e a percepção de que filosofia, história e política são inseparáveis são premissas também metodológicas: a abordagem historicista que adotamos aqui é distinta daquela proposta por Quentin Skinner nos termos elencados por Femia (1981). Se para Skinner o que importava eram as intenções originais dos autores, para nós importa estabelecer a relação de influência mútua entre texto e contexto, mas também perceber o que é possível extrair dessas relações para reflexões contemporâneas, e para uma problemática que segue pertinente no âmbito do marxismo.

A identidade entre filosofia, política e história traduz-se em nossa pesquisa na constatação de que obra e contexto relacionam-se e influenciam-se mutuamente, com a mediação da política, mas também que obra e política se relacionam e influenciam com a mediação do contexto, e que contexto e política se relacionam e influenciam também

com a mediação da obra, em intelectuais. O contexto ao qual nos referimos e que consideramos central para a pesquisa, em se tratando de pensadores da política como objeto, é mais especificamente o intelectual e o político, tal como demonstra Ricupero (2000, p.44) em seu estudo sobre a obra de Caio Prado Junior.

Na medida em que a política é uma atividade prática, a teoria política está relacionada praticamente com o contexto sócio-histórico no qual está inserida. Assim, a gênese de uma teoria política está sempre relacionada com uma posição particular assumida diante dos conflitos da época, o que toma a forma de recomendações sociopolíticas que atendem mais aos interesses de alguns grupos do que de outros (WOOD, 1978, p.345). A única maneira de situar completamente um autor em seu contexto é entendendo a política, a economia, a divisão de classes, a estrutura social, o sistema prevalecente de status, a conexão entre este sistema e as classes e a relação de tudo isso com o Estado (ibid., p.348). Obviamente, é impossível dar conta de todas as relações e de todo o contexto, e neste sentido a reconstrução do contexto que interessa de fato à pesquisa deve surgir das próprias obras estudadas:

A reconstrução do contexto político deve nascer do próprio texto que se quer estudar, na relação deste com os acontecimentos de seu presente e com o conjunto de obras que conformam seu presente intelectual. Isso implica ir além das grandes obras. Exige reconstruir os debates na imprensa, examinar a correspondência privada, explorar uma literatura “menor” em seu alcance e em suas intenções originais, mas ainda assim extremamente significativa para a reconstrução desse contexto político-intelectual (BIANCHI, 2012, p.9).

Assim, analisaremos as obras de Fernando Henrique no período considerado, buscando compreendê-las e elencar suas principais contribuições teóricas, perceber nelas o projeto político que empreendem ou que se pode empreender a partir delas, mas também analisaremos seus discursos públicos, artigos em jornais e textos de polêmica, como forma de compreender o que efetivamente defendeu no campo político e quem eram seus interlocutores. A partir das obras e desses documentos, reconstruiremos o contexto político-intelectual e buscaremos cotejar pensamento, projeto político e prática política em sua trajetória tendo como nexos esse contexto reconstruído.

Se passado e presente estão conectados, cada evento histórico e cada momento não pode ser tratado de forma isolada. Neste sentido, seguimos a linha argumentativa de Femia quando o autor afirma que

The historian must, unavoidably, pursue analogies, make comparisons, identify regularities, and use general concepts. If all historical events

are sui generis, then we cannot write history; we can only pile up documents (FEMIA, 1981, p.127).

Além disso, podemos entender, como faz Femia seguindo Croce a partir de Gramsci, que toda história é história contemporânea, no sentido de que é sempre guiada por interesses contemporâneos (FEMIA, 1981, p.115). Assim, compreendemos que de uma forma ou de outra as ideias do passado são atualizadas, transformadas, traduzidas para os contextos contemporâneos. Dessa mesma maneira, o marxismo, como uma vertente de pensamento forjada na Europa do século XIX e para pensar a realidade do capitalismo naquele momento, teve de ser adaptado, traduzido, “nacionalizado” para analisar as realidades latino-americanas dos séculos XX e XXI de forma não mecanicista. Compreender esse processo de ‘nacionalização do marxismo’ e a forma como ele se deu concretamente em Fernando Henrique Cardoso, é um dos elementos que ajuda a explicar as questões que queremos resolver acerca de da relação entre teoria e prática neste intelectual.

Assim, é interessante discutir a ideia de nacionalização do marxismo como uma das características de Cardoso, mas também como porta de entrada para uma localização de sua produção no contexto mais geral do marxismo latino-americano do século XX. O aprofundamento dessa ideia e sua associação com a trajetória e a obra dos intelectuais que estudamos contribui, ademais, com a própria discussão acerca da relação teoria-prática que se estabelece nos intelectuais estudados. É o que tentaremos demonstrar na continuação do texto.

1.3. Notas sobre o Marxismo e a América Latina e no Brasil

A produção teórica da América Latina sempre passou pelo dilema entre a “importação” ou a “imitação” do conhecimento produzido nos grandes centros, especialmente a Europa e mais recentemente os Estados Unidos, e a produção “original” de suas próprias ideias. A natureza periférica proveniente das imposições da colonização da cultura latino-americana, as reflexões sobre como as ideias são apropriadas, recriadas, desenvolvidas originalmente nessas situações e a relação dessas formulações com as complexas realidades do continente perpassaram toda a história do século XX⁴.

⁴ A questão foi muito bem sintetizada por Bernardo Ricupero (2000). O autor, em seu trabalho sobre Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil, afirma: “(...) nosso problema reflete o desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza o capitalismo. As ideias, assim como as manufaturas, não são originalmente produzidas na periferia capitalista, o que obriga à sua importação. Mas ao mudarem de ares, as ideias se transformam” (p.48). A preocupação que move essa parte de nossa

Do ponto de vista da história das ideias, o mexicano Leopoldo Zea foi o primeiro a sistematizar, ainda em 1943, pensando a história do positivismo no México, preocupações e teorias sobre qual seria o sentido de produzir história intelectual dos países periféricos, nos quais os autores supostamente não teriam contribuição tão relevante à história universal. Segundo Elias Palti, Zea sugeriu que o mais importante a ser observado seriam os “desvios”, os erros e as necessidades de adaptação que as teorias centrais encontravam ao serem trazidas para o subcontinente (PALTI, 2003, p.236). Desde suas origens, portanto, o campo da história das ideias latino-americanas seguiria o esquema de modelos e desvios, preocupando-se com a definição das distorções produzidas no traslado das ideias liberais para a região, que supostamente eram incompatíveis com a cultura e a tradição local (id., 2002, p.25).

O debate em torno deste tema foi muito forte na segunda metade do século XX, como bem retratado a partir da concepção de “lugar” das ideias, trazida por Roberto Schwarz em seu famoso “As ideias fora do lugar”, publicado em 1973 e que desde o título indica certo sentimento de desconforto difuso na América Latina com relação ao tema. Tendo como pano de fundo o contraste entre a realidade social brasileira – escravista, patrimonialista, clientelista – e as ideias liberais europeias no século XIX, o pressuposto de Schwarz era o de que estas estariam deslocadas de seu lugar no Brasil (SCHWARZ, 2000, p.12). O autor buscou demonstrar como, apesar de todas as contradições aparentes, essas ideias eram utilizadas para reproduzir um sistema de dominação que não era isolado ou exclusivo do Brasil, mas sim parte de um contexto internacional no qual a colonização, a dependência e a hegemonia cultural europeias pesavam muito (ibid., p.30). Maria Sylvia Carvalho Franco, pouco tempo depois, contestou o pressuposto central de Schwarz: para ela, assim como a escravidão no Brasil convivia plenamente com o capitalismo, não sendo resquício do sistema feudal, as ideias liberais não estariam fora de lugar, mas centro e periferia fariam parte do mesmo modo de produção, seriam em alguma medida partes diferentes de um só lugar (RICUPERO, 2013, p.532).

Mais recentemente, há um certo senso comum e algumas correntes teóricas que, a despeito de suas diferenças, negam a oposição entre centro e periferia e contestam em diversos aspectos a tese de Schwarz (ibid., p.537). Como mostra Ricupero, Alfredo Bosi

discussão teórica é a de compreender como se dá essa transformação no caso de quatro intelectuais marxistas, e como essa transformação reflete ou se relaciona com uma forma de relação entre teoria e prática.

e Carlos Nelson Coutinho trouxeram a ideia – aceita em certa medida por Schwarz – de que entre o lugar e as ideias se colocavam os interesses das classes presentes na sociedade, o que não colocava fim à percepção de Schwarz sobre o sentimento de desconforto que originara a tese das “ideias fora do lugar” (RICUPERO, 2013, p.531).

Para além das polêmicas da existência de um centro e uma periferia atualmente ou se há questão do lugar das ideias foi ou não bem colocada por Schwarz, o fato é que há alguns países que têm uma história baseada na colonização e dividem ainda algumas características comuns a partir dessa situação original, e por isso o debate de fundo que norteia essas reflexões segue profundamente atual. Edgardo Landier, um dos intelectuais do chamado pensamento descolonial, que busca desnaturalizar os pressupostos e problematizar grande parte da produção do conhecimento ocidental, na medida em que este teria se forjado e se sustentaria fundamentalmente na colonização, discorre sobre o tema afirmando que

As principais vertentes do pensamento que foram historicamente hegemônicas sobre e a partir da América Latina podem ser caracterizadas como colonial-eurocêntricas. Existe uma continuidade básica desde as Crônicas das Índias, o pensamento liberal da independência, o positivismo e o pensamento conservador do século XIX, a sociologia da modernização, o desenvolvimentismo em suas diversas versões durante o século XX, o neoliberalismo e as disciplinas acadêmicas institucionalizadas nas universidades do continente (LANDIER, 2007, p.223)

No que diz respeito ao marxismo, todo esse debate é também muito intenso. A chegada tardia do marxismo na América Latina e grande parte da história de seu desencontro encontram em Richard Morse (1988) algumas de suas explicações mais interessantes, nos contrastes que o autor faz entre a Ibero-América e a Rússia, onde o marxismo chegou mais cedo e foi a principal referência teórica da revolução que transformaria o país.

Morse localiza essas diferenças em quatro aspectos: primeiro, os russos tinham uma cultura nacional própria, enquanto os países latino-americanos herdavam o que havia de mais atrasado na Europa, sem construírem identidades nacionais plenas; a Rússia tinha passado por uma ocidentalização radical, que gerou confrontos diretos entre ocidentalistas e eslavófilos, socialistas e burgueses, racionalistas e niilistas, enquanto na Ibero-América se adotaram preceitos dirigidos e seletivos da ilustração, que impediram esses confrontos; na Rússia existia o *narodnichestvo*, uma fé nacionalista nos camponeses e um sentimento de culpa na intelectualidade, já que aqueles encarnariam a verdadeira

cultura nacional e seriam oprimidos, enquanto para os nossos lados a questão a ser resolvida era a de como tutelar e incorporar à cultura ocidentalizada etnias subjugadas e oprimidas ao longo da colonização; por fim, Morse afirma que na América Latina faltava o elemento socialista na cultura, mas também o autocrático e o totalitário, que depois se apresentaram de forma clara no desenrolar do processo de evolução da URSS (MORSE, 1988, pp.99-100).⁵

Carlos Franco, por sua parte, também associa o já citado desencontro à particularidade na forma como estado e nação se constituíram na América Latina, e à incapacidade que teve Marx de perceber isso, na medida em que seu arcabouço teórico havia sido forjado para compreender um determinado tipo de relação Estado-sociedade diferente daquela que se forma na América Latina (FRANCO, 2009, p.66)⁶. Em seu famoso trabalho sobre dito desencontro, José Aricó (2009) busca explicar exatamente o que levou Marx a tratar de forma tão superficial ou preconceituosa a América Latina, o que fica bastante explícito em seu texto sobre Bolívar: o problema não seria simplesmente de eurocentrismo ou de impossibilidades teóricas ou metodológicas, mas sim de posições políticas de Marx que, ao fim e ao cabo, o teriam impedido de ver essa realidade. Esse impedimento marxiano estaria na origem de uma “extensa rede de equívocos”, para emprestarmos a expressão de Horacio Crespo (2009, p.17)⁷, que marcaria em grande medida o desenvolvimento do marxismo na região.

Por sua parte, a reflexão de Antonio Candido sobre a vida intelectual brasileira, argumentando que ela pode ser sintetizada na dialética entre o cosmopolitismo e o localismo, serve como mote para pensar também a América Latina, e em especial o marxismo (RICUPERO, 2000, p.89). Michael Löwy reflete a mesma posição quando

⁵ Esse último elemento da caracterização de Morse é curioso, e Bernardo Ricupero argumenta que foi justamente a cultura política não participativa da América Latina um dos fatores importantes para a forte difusão da vertente leninista do marxismo no continente, o que parece ser mais preciso (Cf. RICUPERO, 2000, p.74).

⁶ Franco argumenta ainda que mesmo os escritos não (ou menos) eurocêtricos de Marx, sobre a China, Turquia, Rússia, Irlanda, trazidos por Aricó para construir a problemática abordada em Marx e a América Latina (2009), lidavam com situações em que havia uma formação nacional prévia, o que pode se conectar com o argumento de Morse. Neste sentido, mesmo essas reflexões de Marx mais adequadas a países não europeus não poderiam dar conta de analisar a realidade latino-americana. Daí, na perspectiva do autor, o fato de Marx tenha sempre lidado com bastante ‘preconceito’ com a região e que, posteriormente, o marxismo por aqui tenha tido muita dificuldade de se desenvolver de forma autônoma.

⁷ O autor refere-se às diversas interpretações da biografia de Bolívar feita por Marx, dando como exemplo a de Aníbal Ponce, que incorpora diretamente as adjetivações de Marx. Entendemos, entretanto, que a expressão serve também para ilustrar e descrever, analogamente, grande parte do desenvolvimento posterior do marxismo na região.

afirma que o marxismo latino-americano foi ameaçado por duas tentações opostas: o excepcionalismo indo-americano de um lado, e o eurocentrismo de outro (LOWY, 2012, p.10). Apesar de a solução localista ou do excepcionalismo indo-americano ter tido importância, talvez com a maior expressão tendo sido Haya de la Torre e a APRA no Peru, Löwy e Ricupero concordam que foi a atitude cosmopolita que predominou na história do marxismo latino-americano.

Foi o eurocentrismo, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com esse termo queremos nos referir a uma teoria que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. (...) Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada como progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista, etc. (...) toda a especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob o domínio do império norte-americano (LOWY, 2012, pp.11-12).

Isso não significa, em absoluto, que não tenham havido exceções a essa regra. Nessas exceções, das quais podemos citar Mariátegui como um precursor, mas que também têm em Caio Prado Junior e René Zavaleta Mercado dois ótimos exemplos, estão as contribuições mais interessantes do marxismo para a interpretação e a intervenção no continente, se considerado o ponto de vista dos setores oprimidos e explorados da sociedade. Essas contribuições conseguem superar esse dilema, conectando dialeticamente o arcabouço teórico, metodológico e político do marxismo com a realidade específica dos países latino-americanos, em uma articulação que permite desenvolver e transformar a própria matriz teórica, e ao mesmo tempo interpretar a realidade nacional específica conectada à dinâmica mais geral do capitalismo mundial.

Quando discute a ideia de “tradutibilidade” das linguagens científicas e filosóficas, Gramsci se pergunta se essa possibilidade é um elemento crítico de todas as concepções de mundo ou se apenas da filosofia da práxis (o marxismo), para depois construir a hipótese de que “ao que parece, que só na filosofia da práxis a ‘tradução’ é orgânica e profunda, enquanto de outros pontos de vista trata-se frequentemente de um mero jogo de esquematismos genéricos” (GRAMSCI, 2001, p.185). Porém, quando olhamos para a história do marxismo na América Latina nos damos conta de que o tipo de produção teórica que logrou “traduzir” efetivamente o marxismo para a realidade dos países latino-americanas, ao invés de apenas aplicar esquematismos genéricos, não foi

predominante. Pelo contrário, como vimos, os processos desse tipo se deram em formas de exceção, e por isso foram tão extraordinários e dignos de interesse. Pela capacidade que tiveram de expressar “traduções” do marxismo operando um duplo processo de apropriação e reelaboração (BIANCHI 2012, p.10), esse tipo de produção teórica, ainda que tenha sido quantitativamente minoritária ao longo do século XX, tem muita importância na história do marxismo na região por suas potencialidades qualitativas e pela forma como se destacou das interpretações correntes do marxismo na região.

O marxismo surgiu na América Latina a partir de imigrantes europeus, especialmente alemães, espanhóis e italianos, no final do século XIX: nasceram os primeiros partidos operários e uma primeira corrente inspirada pela II Internacional, que tinha sua vertente mais moderada no Partido Socialista Argentino de Juan Bautista Justo, fundado ainda em 1895 e sua vertente mais radical encabeçada por Luis Emilio Recabarren e o Partido dos Trabalhadores Socialistas do Chile fundado em 1912 (LOWY, 2012, p.14). Não à toa, pelo relativo sucesso que tiveram em termos de crescimento e influência, ambas as experiências estão colocadas por Portantiero (1993, p.53) como dois dos três principais momentos nos quais as correntes socialistas conseguiram apresentar algum projeto hegemônico relacionado ao socialismo ou pelo menos contribuir com a construção deste na região. A outra experiência apontada por Portantiero é a obra de Mariátegui.

A partir da Revolução Russa em 1917, as análises da III Internacional sobre a América Latina passaram a influenciar decisivamente nas posições dos partidos comunistas que foram se fundando nos países do subcontinente, e consequentemente na forma como o marxismo era utilizado, interpretado e “aplicado” por eles. Conforme a revolução na Europa não se consolidava e as perspectivas com relação a ela diminuía, as posições da Internacional foram cada vez mais pendendo para a percepção da União Soviética como o lugar prioritário de construção do socialismo no mundo, e a ideia do “socialismo em um só país” ganhou força. Isso fazia com que os giros táticos da URSS fossem exportados em formas de análise e linha política para os outros países do mundo.

Ainda que a revolução russa tenha colocado em xeque alguns preceitos do marxismo ortodoxo, demonstrando que a revolução não tinha que seguir necessariamente as etapas que Marx havia pensado para a Europa ocidental, a forma que sua experiência foi difundida para outros países foi bastante ortodoxa, na medida em que, nas palavras de Ricupero, o leninismo foi “incapaz de levar às últimas consequências sua grande

descoberta: a autonomia da revolução em diferentes formações econômico-sociais”, o que fez com que a partir da Internacional se tratasse tudo o que não era a Europa como fosse tudo igual: como “países coloniais, semicoloniais e dependentes” (RICUPERO, 2000, p.75).

Como mostra o mesmo autor (id.ibid.), a posição da Internacional Comunista sobre a América Latina ao longo do tempo foi baseada em dois livros de Lênin: *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* e *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, no qual o revolucionário russo fala da convivência de mais de um modo de produção em uma mesma sociedade e da necessidade da revolução ser democrático-burguesa, mas levada à cabo pelo proletariado na Rússia. O interesse e as resoluções diretamente relacionadas com a América Latina começam a surgir no II Congresso da Internacional, em 1920, quando Lênin afirma que nos países semicoloniais e coloniais do subcontinente a burguesia poderia progressista, diferente do caso russo – tese que foi contestada já na época por M.N. Roy, um delegado indiano que representava o México (ibid., p.77). No VI Congresso, em 1928, onde se conceitua o chamado “terceiro período”, no qual se previa uma crise grave do capitalismo e a consequente retomada das condições para a revolução proletária internacional, e a partir também do fracasso da linha política de aliança de classes adotada na China, reconsiderou-se a posição com relação à burguesia nacional, agora vista com desconfiança e deu-se um momento em que os partidos comunistas buscaram afastar-se dela. Neste Congresso pode afirmar a “descoberta” da América e da importância da luta contra o imperialismo na Internacional, e pela primeira vez surge a noção de dependência (id.ibid.).

Finalmente, no VII e último congresso da III Internacional, realizado em 1935, já com o pano de fundo da ascensão do nazismo e do fascismo na Europa, a política anterior é revista e a burguesia e os Estados Unidos – antes alvo da luta anti-imperialista – passam a ser vistos novamente como aliados, na política das frentes únicas contra o fascismo. Os três períodos são descritos com bastante sistematicidade por Ricupero: primeiro, de 1919 a 1923, trata-se da busca e da expectativa pela revolução europeia e mundial com a Internacional servindo de instrumento para isso; de 1924 a 1928, com a derrota de revolução na Alemanha e na Europa, abre-se um período de estabilização do capitalismo e da construção do socialismo na URSS e com a morte de Lênin a Internacional é usada para as disputas internas do partido bolchevique; por fim, de 1928 a 1935 é o momento

de crise do mundo capitalista e construção das bases do socialismo na URSS, com o Comintern sendo considerado instrumento da política externa soviética (ibid., p.80).

Um exemplo interessante das implicações políticas na América Latina das oscilações das posições da Internacional é o vai e vem de posições do PC Argentino, considerado historicamente o mais “fiel” à linha política da URSS: o dirigente Gonzáles Alberdi afirmava em 1933 que Roosevelt era tão imperialista quanto Hoover, para em 1938 afirmar que as tentativas nazistas de promover o anti-imperialismo contra os ianques haviam fracassado, que Roosevelt não poderia ser considerado um representante das forças imperialistas do norte e que portanto era preciso uma colaboração estreita (!) com ele (LOWY, 2012, p.30). Os exemplos poderiam multiplicar-se, mas o fundamental é consolidar a ideia de que o comportamento dos Partidos Comunistas na América Latina foi predominantemente cosmopolita, oscilando conforme interesses alheios aos locais, até pelo menos o fim da primeira metade do século XX.

A forma como foi recebida a revolução de outubro na América Latina gerou pelo menos três tendências diferentes, que a partir de 1927 se separaram explicitamente: o populismo de Haya de La Torre, que se afastava do marxismo para, a partir das particularidades peruanas forjar uma política de aliança de classes; a socialista ortodoxa representada pelo cubano Juan Antonio Mella, que contestava veementemente as teses de Haya e apostava – junto com a URSS naquela época – no obreirismo; e a socialista heterodoxa de Mariátegui, que entendia as particularidades do Peru e da América Latina como Haya, mas apostava – por motivos diferentes – na autonomia da classe trabalhadora (RICUPERO, 2000, p.80).

Como dissemos, Mariátegui foi o primeiro exemplo de marxista que se afastou da dicotomia cosmopolitismo x localismo e consequentemente do mecanicismo na “aplicação” do marxismo proposto pela URSS, sendo a primeira expressão na América Latina daquilo que chamamos de nacionalização do marxismo. A hegemonia do stalinismo no pensamento de esquerda latino-americano entre os anos 1930 e a revolução cubana não impediu que outros marxistas lograssem superar esse mecanicismo de diversas maneiras, sendo Caio Prado Jr. no Brasil, os argentinos Sergio Bagú e Nahuel Moreno e o chileno Marcelo Segall importantes exemplos (LOWY, 2012, p.40).

De qualquer forma, as implicações de outubro na América Latina já iam conformando aquele que seria um “diálogo tenso” entre populistas e socialistas, que

marcaria profundamente a história posterior do continente (RICUPERO, 2000, p.83). Se ambos são uma forma de convocatória nacional-popular, como mostra Portantiero, o populismo saiu vitorioso em praticamente todos os países do continente diante da convocatória socialista (PORTANTIERO, 1993; RICUPERO, 2000). Haya de la Torre no Peru, Perón na Argentina, Vargas no Brasil, Cárdenas no México são alguns dos exemplos de como essa vitória populista se materializou nas disputas políticas. Como demonstra Cristóbal Kay (1990, p.2), o debate entre o reformismo populista de Haya de la Torre e o revolucionarismo de Mariátegui está na origem das diferentes tendências que tomariam, no pós-guerra, as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na América Latina.

Intelectualmente, como mostra Ricupero, a principal expressão do populismo foi a produção teórica da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), que forjou a concepção de centro-periferia e que preconizava que o desenvolvimento da periferia podia e devia seguir as mesmas etapas seguidas pelo desenvolvimento dos países centrais. A CEPAL foi fundamental no sentido de buscar produzir conhecimento local a partir das realidades dos países periféricos, contestando os pressupostos da vertente econômica neoclássica, que buscava adequar a situação dos países periféricos à realidade estudada dos países centrais (DIAS, 2012, p.18). A formulação cepalina introduzia, especialmente a partir de Raúl Prebisch (Cf. 2000), o paradigma centro-periferia, afirmando que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são parte de um processo único, e que as disparidades entre centro e periferia são reproduzidas no âmbito do comércio internacional (KAY, 1990, p.4). Como demonstram Goldestein (1994) e Kay (1989; 1990), as características mais gerais do pensamento da CEPAL estão relacionadas à ideia da deterioração dos termos de troca; à ideia de que a inflação não era causada pelo excesso de demanda; e à aposta na industrialização via substituição de importações como forma de superar o subdesenvolvimento. A proposta era clara: “uma política de industrialização deveria ser implementada pelo Estado juntamente com a burguesia industrial contra os setores aliados dos países centrais, os exportadores tradicionais e os latifundiários, no que teriam apoio dos trabalhadores⁸” (GOLDESTEIN, 1994, p.27).

⁸ Nas palavras do próprio Prebisch, em “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, um dos textos fundacionais do estruturalismo cepalino, escrito em 1949: “Existe, portanto, um desequilíbrio patente e, seja qual for sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Daí

Neste sentido, se a CEPAL foi a principal expressão teórica do populismo, suas teses se assemelhavam em alguns momentos às do socialismo ortodoxo, sobretudo na ideia de, a partir de uma aliança do Estado com a burguesia industrial, trabalhadores e setores médios, impulsionar a industrialização (ibid., p.28). Se para o estruturalismo esse seria o caminho para as reformas que levariam ao desenvolvimento econômico e que mudariam o patamar dos países periféricos *dentro do capitalismo*, para os partidos comunistas ortodoxos essa seria a primeira etapa para a revolução democrático-burguesa, necessária como parte do caminho para a transformação socialista, que não tinha condições de ocorrer naquele momento nos países latino-americanos.

As teses cepalinas e sua abordagem estruturalista apresentavam limites importantes: havia nas análises de seus autores um peso excessivo dos requisitos econômicos necessários ao desenvolvimento das forças produtivas em detrimento das exigências em termos de relações de produção; por isso, a industrialização parecia o passaporte para o desenvolvimento dos países mais pobres; e não se problematizava a questão da luta de classes nem as formas de exploração inerentes à industrialização (DIAS, 2012,p.47). Como demonstra Joseph Love (1990, p.145), as crises “gêmeas” do estruturalismo econômico da CEPAL e do marxismo ortodoxo – portanto, uma das expressões do diálogo tenso entre populistas e socialistas – estiveram na base da construção do que viriam a ser as formulações mais importantes sobre a dependência. As ideias cepalinas encontraram seus principais limites com o paulatino fracasso de suas recomendações econômicas – sobretudo a principal delas, a política de substituição de importações como forma de impulsionar a industrialização, que por sua vez geraria desenvolvimento⁹ – a partir dos anos 1950 e principalmente nos anos 1960 e a consequente derrocada de muitos regimes populistas (ibid., p.155). Por outro lado, o marxismo mais ligado aos partidos comunistas oficiais também encontrava dificuldades por suas teses ortodoxas relacionadas ao papel das burguesias nacionais e principalmente com o advento da Revolução Cubana e com a posterior adesão do regime castrista ao marxismo-leninismo a partir de uma perspectiva bastante distinta das orientações da União Soviética (id. ibid., p.162).

a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas (PREBISCH, 2000, p.72).

⁹ Como bem demonstra Cristóbal Kay (1990, p.7), as críticas à industrialização via substituição de importações começaram dentro da própria CEPAL, no início dos anos 1960.

Assim como Mariátegui forjara um marxismo original criticando as vertentes populistas e o marxismo ortodoxo ao mesmo tempo, foi a partir da crítica às teses da CEPAL (RICUPERO, 2000, p.85) e do novo impulso ao pensamento marxista trazido pela revolução cubana que se estimulou a produção de um marxismo renovado e que a ciência social marxista pôde também ganhar as universidades na América Latina (LOWY, 2012, p.48). Tanto Ricupero quanto Löwy reconhecem que os teóricos que surgiram nesse momento, em especial os da teoria da dependência, foram os primeiros depois de Mariátegui e Caio Prado a conseguir fugir tanto do cosmopolitismo eurocêntrico quanto do localismo. Ricupero fala explicitamente da teoria da dependência como expressão e exemplo desse momento, e Löwy afirma:

Um grande número de pesquisas marxistas importantes e inovadoras sobre temas fundamentais da realidade latino-americana surgiu desde o início da década de 1960: dependência e subdesenvolvimento, populismo, sindicatos e a sua ligação com o Estado, os movimentos operários e camponeses, a questão agrária, a marginalidade e outros (LOWY, 2012, p.48).

À continuação dessa reflexão, Löwy cita explicitamente, entre muitos outros nomes dentre aqueles que *não* se fazem presentes em sua antologia sobre o marxismo na América Latina, Fernando Henrique Cardoso como parte desse processo. De fato, quando fala de dependência e subdesenvolvimento não há dúvidas que se refere também ao trabalho de Fernando Henrique (2010), ainda que o autor tenha mais simpatia pela outra vertente da teoria da dependência, mesmo porque Löwy esteve também inserido diretamente no contexto da sociologia da USP nos anos 1960. “Embora por vezes defendendo teses contraditórias, não há dúvidas de que essas obras (...) ofereceram uma contribuição rica e estimulante para a interpretação marxista da América Latina” (id.ibid.). Neste sentido, a própria forma como Löwy opta por organizar sua coletânea – que conta com textos de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Andre Gunder Frank – explicita certa ambiguidade no lugar que Cardoso ocuparia no marxismo latino-americano¹⁰.

É um pouco depois deste momento que surge também a produção teórica de René Zavaleta Mercado, na Bolívia, um dos importantes exemplos de nacionalização do marxismo e de produção teórica relevante no continente, estranhamente não citado na introdução e nem no livro de Löwy. Depois de uma fase nacionalista na qual militou no

¹⁰ Trataremos no capítulo seguinte da discussão sobre o marxismo de Cardoso em suas formulações sobre a dependência.

Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), sua ruptura com o pensamento nacionalista se dá justamente nos anos 1960, e a partir de 1974, com o livro *El poder dual*, Zavaleta já é um intelectual decididamente marxista que fica de fora da Antologia (TAPIA, 2002; GIL, 2006).

A partir da revolução cubana, o “guevarismo” ganha bastante força no marxismo latino-americano, com sua proposta “foquista” de guerra de guerrilhas para tomar o poder (potencializada nos meios intelectuais pelas interpretações de Régis Debray), mas também o trotskismo e o maoísmo têm certa expressão em alguns países. A Revolução Sandinista na Nicarágua em 1979, inspirada pelo guevarismo, e o surgimento do PT e da CUT no Brasil foram os eventos mais importantes do ponto de vista da luta de massas relacionada com o marxismo na América Latina na segunda metade do século XX. Em 1989-1990, com a queda do muro de Berlim e a derrota eleitoral e política dos sandinistas na Nicarágua, o marxismo latino-americano tem um forte baque: as guerrilhas entregam as armas e assinam acordos de paz, Cuba passa a ter cada vez mais dificuldades e alguns aspectos antidemocráticos do regime passam a ser destacados e a ofensiva neoliberal vai ganhando força em todo o mundo, e em especial consolidando sua hegemonia na América Latina: tudo isso faz com que muitos intelectuais marxistas do período anterior decretem o fim da era aberta pela revolução cubana e o início de uma era de consenso democrático capitalista (LÖWY, 2012, p.60).

Cardoso estava diretamente inserido nesse contexto. Como veremos, se contraporá às teses guerrilheiras e foquistas e às vertentes mais radicalizadas da teoria da dependência, defendendo a mudança a partir da ordem institucional existente, e não fará parte da formação do PT, criticando seu viés estritamente classista. O argumento que buscamos construir ao longo do trabalho relaciona o primeiro momento da produção teórica mais relevante de Fernando Henrique Cardoso com um processo de nacionalização do marxismo no Brasil (de certa forma na esteira de Caio Prado Jr.). Para isso, é necessário deter-se alguns momentos na discussão sobre como a nacionalização do marxismo é compreendida aqui, e sobre como ela se relaciona com a discussão da relação entre teoria e prática.

1.4. Nacionalização do marxismo

Como mote para a discussão sobre a nacionalização do marxismo¹¹, utilizamos os trabalhos de Luis Tapia e de Bernardo Ricupero. Tapia (2002), em sua tese de doutorado acerca da obra de René Zavaleta Mercado, intitulada *La producción del conocimiento local*, argumenta que o trabalho desse autor é o mais importante exemplo de nacionalização do marxismo na Bolívia. Ricupero (2000), por outro lado, trabalha com a noção de nacionalização do marxismo para caracterizar a produção teórica de Caio Prado Jr. no Brasil em *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*.

Para Tapia, dentre as maiores contribuições em toda a história do marxismo estão aquelas que desenvolveram reflexões a partir de suas realidades concretas, através de adaptações do marxismo ao contexto local, como as obras de Lênin, Mariátegui e Gramsci (TAPIA, 2002, p.330). Ricupero trabalha indiscutivelmente o mesmo fenômeno que Tapia, citando inclusive os mesmos exemplos:

É possível, assim, considerar que Mariátegui e Caio Prado Jr., aos quais se pode acrescentar o italiano Gramsci, foram pensadores que, a partir de suas respectivas realidades nacionais, procuraram fazer uma obra comparável à empreendida por Lênin e seus camaradas, de “russificar” o marxismo. O ponto mais importante que os aproxima é justamente o reconhecimento da necessidade de se agir a partir de realidades nacionais concretas (RICUPERO, 2000, p.67).

Gramsci, que aqui serve como referencial teórico, mas também como exemplo de nacionalização do marxismo, pensando a Itália do início do século XX, tinha como preocupação fundamental entender as condições para a transformação social em situações de capitalismo atrasado, nas quais a unificação estatal foi tardia ou incompleta (PORTANTIERO, 1993, p.47). A constatação de Portantiero (id., p.57), de que Mariátegui evocaria a mesma preocupação gramsciana com a construção de uma vontade coletiva nacional-popular e com uma reforma intelectual e moral como premissas do socialismo em seus respectivos países traz algumas pistas para entender as origens da ideia, como será visto adiante. Os marxistas latino-americanos que conseguiram sair da dicotomia cosmopolitismo x localismo e “nacionalizaram” o marxismo, tendo Mariátegui como o primeiro expoente, estavam preocupados – a partir de uma perspectiva militante – com as condições para a transformação em situações de países que passaram por

¹¹ Parte da discussão aqui apresentada está aprofundada em SANTAELLA-GONÇALVES, Rodrigo & BRITO, Leonardo Octavio. “Ainda sobre a nacionalização do marxismo”. In: *Revista Outubro*, n.28, abril de 2017, pp.54-79.

processos de colonização, nos quais convivem mutuamente culturas, tempos históricos e realidades bastante diferentes.

Do ponto de vista de Ricupero, a nacionalização do marxismo consiste na tradução do modo de abordagem dessa teoria às condições de uma experiência histórico-social específica, que proporciona capacidade de reflexão original sobre ela (RICUPERO, 2000, p.29). Neste sentido,

a universalidade do marxismo consistiria precisamente na sua capacidade de se converter em uma força viva nas mais variadas sociedades, o que faria que, de verdade teórica abstrata, passasse a ser uma universalidade concreta (RICUPERO, 2000, p.30).

A definição não só se complementa com a ideia de que a nacionalização torna possível a utilização do marxismo para entender a realidade específica analisada, mas também demonstra a capacidade do marxismo em abranger a análise das realidades mais diversas (ibid., p.31). Vale observar que a ideia de tradução utilizada por Ricupero, que é de matriz gramsciana, abarca a necessidade de inventar categorias para a análise concreta de uma situação concreta. Por sua vez, essa invenção pode surgir de categorias que outros intérpretes nacionais utilizaram anteriormente. Para ficar num exemplo clássico, podemos lembrar da ideia de “revolução passiva” em Gramsci, que a tomou emprestada da literatura pré-existente na Itália, ressignificando-a.

Tapia define a nacionalização do marxismo na mesma linha, mas aprofunda a reflexão acerca do modo a partir do qual ela é construída. Para ele, esse processo se refere a um movimento de interiorização da teoria, no qual o marxismo se transforma em uma concepção de mundo interiorizada e se converte na forma de pensar cotidianamente o conjunto de relações e experiências vividas pelo sujeito, o conjunto de relações da sociedade na qual ele está inserido e, mais ainda, os objetos de pesquisa estudados por ele (TAPIA, 2002, p.327).

O autor boliviano utiliza analogamente as categorias de subsunção formal e subsunção real que Marx desenvolveu para as fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista para explicar aspectos dos processos intelectuais e ideia de nacionalização do marxismo. Ele argumenta que há processos de subsunção formal na apropriação de uma teoria quando o intelectual se apropria de uma teoria mais ou menos geral e a utiliza como modelo geral em diversos níveis de análise para explicar os casos específicos, subsumindo o caso específico estudado aos modelos gerais e tentando adaptar

o particular à teoria, ou seja, quando simplesmente se aplicam as teorias gerais aos casos específicos (id.ibid.). Por outro lado, se pode pensar que se pratica a subsunção real da teoria por parte dos sujeitos quando ela foi incorporada de tal modo que existe uma transformação das próprias subjetividades que a interiorizam, fazendo com que a prática desse conjunto sistemático de ideias não se reduza à aplicação de modelos formais gerais, mas sim um movimento no qual a teoria ou as teorias apropriadas convertem-se em um meio ou um modo de produção de mais teoria, a partir do diálogo com a situação concreta estudada (ibid., p.328).

O processo de nacionalização do marxismo ocorreria, então, no processo de apropriação, pelo sujeito, da teoria marxista, interiorizando-a, subsumindo-a realmente e passando a ter sua própria subjetividade e atividade investigativa baseada nela, convertendo-a num movimento intelectual capaz de estudar problemas específicos, produzindo mais teoria e enriquecendo a própria matriz marxista com a qual se trabalha. Esse é o processo que se dá na construção da obra de René Zavaleta Mercado segundo Tapia, e que, com outras palavras, Bernardo Ricupero associa à obra de Caio Prado Jr. no Brasil.

Es una nacionalización del marxismo porque es un proceso de apropiación e interiorización de una teoría general de carácter epocal (el tiempo histórico del capitalismo o de la modernidad de los hombres libres) para pensar y explicar una realidad local bastante compleja y compuesta, no por la vía de la subsunción del caso boliviano en modelos de validez general, sino por un proceso por el cual a la vez se experimenta y reflexiona sobre los límites de validez de lo que Zavaleta también llama modelos de regularidad en la producción de un sistema categorial que dé cuenta de los problemas específicos de conocimiento y de explicación de la forma en que la realidad social se configura en la historia local. A partir de eso, a la vez se reforma y se desarrolla la matriz teórica general, que en este caso es el marxismo (TAPIA, 2002, p.328).

Não se tratariam, portanto, de “desvios” com relação a um modelo determinado, mas sim do desenvolvimento e transformação do próprio modelo, tendo como referência o seu núcleo central, que no caso do marxismo é a forma de analisar a realidade, não as categorias históricas e as conclusões de Marx acerca da realidade europeia. Por outro lado, não seria a construção de uma teoria exótica que pressupusesse uma particularidade tal da realidade latino-americana que tornaria qualquer relação com o marxismo impertinente. Löwy esclarece a questão:

A aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana significa justamente a superação – no sentido da *Aufhebung* hegeliana – dessas

duas tendências e do dilema entre um particularismo hipostasiado e um dogmatismo universalista – graças à unidade dialético-concreta entre o específico e o universal (LOWY, 2012, p.12).

A condição de possibilidade para considerar esse tipo de produções teóricas como desenvolvimento local e concreto do núcleo central de pensamento proposto pelo “modelo” original, e não como desvios deste, *é perceber o marxismo como uma corrente teórica nem estática e nem dogmática*, como debatemos em nossa introdução. Perceber o marxismo como “*um canteiro de obras, sempre inacabado, sobre o qual continuam a trabalhar as gerações de marxistas críticos*”, tal como sugere Löwy (2000, p.67), significa poder encontrar nele movimento, inovações e inúmeras possibilidades, sem prender-se a quaisquer tipos de dogmas.

Ricupero e Tapia desenvolveram a ideia de nacionalização do marxismo de forma paralela, e sem contato mútuo ou referências um ao trabalho do outro. Movidos por preocupações parecidas, utilizaram uma expressão ou premissa teórica que permite compreender ou pelo menos caracterizar produções teóricas marxistas localizadas em contextos como os latino-americanos, em sociedades que passaram por processos de colonização e cujo desenvolvimento histórico se deu de forma peculiar. Enquanto Ricupero utiliza a expressão mais como caracterização do pensamento de Caio Prado Jr., Tapia faz o mesmo com relação a Zavaleta, mas desenvolve um pouco mais o próprio instrumento de caracterização. Neste sentido, ainda que trabalhem com o mesmo termo e com a mesma preocupação teórica para enquadrá-lo, mesmo que não tenham referência¹² um no trabalho do outro, se referem a um fenômeno claramente análogo – os processos de construção teórica que escapam à dicotomia que norteia a vida intelectual marxista latino-americana – coloca-se a necessidade de reconstruir a noção de nacionalização do marxismo de forma mais sistematizada, buscando uma espécie de genealogia da ideia e uma forma de defini-la que permita a consolidação de sua utilização como categoria para analisar a história do pensamento marxista na América Latina, mas sobretudo de auxiliar ainda mais na compreensão no fenômeno descrito por ela e de suas diversas manifestações.

¹² Bernardo Ricupero e Luis Tapia não conheciam os trabalhos e as pesquisas um do outro quando forjaram a ideia de nacionalização do marxismo. Para além de não haver referências nos trabalhos, tive a oportunidade de perguntar para ambos sobre isso, e a resposta foi a mesma. Isso fortalece ainda mais a tese de que existe efetivamente um fenômeno que pode ser chamado de nacionalização do marxismo, e que é muito pertinente para analisar determinados tipos de produção teórica em nosso continente.

As principais pistas sobre as origens da conformação desta ideia/conceito – e simultaneamente para as possibilidades de seu desenvolvimento – parecem estar no conceito de nacional-popular de Gramsci e em toda a discussão que ele propõe acerca da questão. No pensamento do autor italiano, o problema de fundo que motiva a reflexão sobre a necessidade da construção de uma vontade nacional-popular é o da criação de condições para a transformação social em situações de capitalismo atrasado, e o grande desafio político é construir a ponte entre a cultura científica marxista e a cultura popular, assistemática, desorganizada e contraditória, na medida em que nela se aglomeram fragmentos de diferentes concepções de mundo (PORTANTIERO, 1993, p.48).

Como pudemos observar, esse contato e a soldagem entre os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais na sociedade civil, fundamental para a construção de consenso e para a disputa de hegemonia, são garantidos a partir da atuação do partido político (GRAMSCI, 2002, p.24). Não à toa, os principais exemplos de nacionalização do marxismo tinham um engajamento militante – inclusive partidário – que em boa medida precedia sua produção teórica. Se é a política que garante a mediação entre os grupos sociais fundamentais e os intelectuais tradicionais, ela também assegura a relação entre a “filosofia superior”, elaborada sistematicamente, e o senso comum, reproduzido acriticamente (BIANCHI, 2008, p.73).

Praticamente toda a discussão apresentada por Gramsci tem como objetivo fomentar esse contato entre intelectuais e povo e a construção do processo de reforma intelectual e moral, fundamental para a produção da ação hegemônica. Garantir o nexo entre intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas e o senso comum é condição para a criação de uma vontade nacional popular relacionada ao socialismo. No caso particular da América Latina, o desafio se traduz na capacidade dos socialistas de

(...) construir uma “vontade coletiva nacional-popular”, a partir de um processo de recomposição de uma pluralidade e diversidade de demandas segundo papéis sociais, de classe e de categoria, incluindo entre estas as étnicas e regionais (PORTANTIERO, 1993, p.52).

Assim, na prática, a construção da “vontade coletiva nacional-popular” tem íntima relação com dimensão concreta da vida da população. Daí, aliás, coloca-se o dilema da relação entre a “questão nacional” – vital para o marxismo que se quer imerso na vida política da nação – e o “nacionalismo”, que se constitui como uma barreira ideológica aos horizontes políticos mais amplos postos pelo próprio marxismo. Quando discute sobre a

construção hipotética do moderno *Príncipe*, Gramsci deixa claro como se pode contribuir com a compreensão relacionada à construção de uma vontade nacional-popular:

Uma das primeiras partes deveria precisamente ser dedicada à “vontade coletiva”, apresentando a questão do seguinte modo: quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? Em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura social do país em questão e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos (GRAMSCI, 2000, p.17).

É neste debate, que permeia a linha tênue entre a questão nacional do ponto de vista socialista e o nacionalismo populista, que os intelectuais e militantes citados até aqui se colocaram. Mariátegui, por exemplo, buscou elaborar uma perspectiva socialista inclusiva do mundo rural, condizente com a realidade nacional peruana. Foi ele o primeiro a propor no socialismo latino-americano um projeto amplo de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular (ibid., p.56). Para Portantiero, além de Mariátegui, o argentino Juan B. Justo, na tradição do socialismo argentino até o começo da década de 1940, também avançou em problemáticas que contribuíram para pensar um projeto hegemônico relacionado ao socialismo na América Latina. Ambos foram derrotados pela outra convocatória nacional-popular, a do populismo, que precisamente estabelecia a identificação entre “questão nacional” e “nacionalismo”. No caso de Justo, o principal limite de sua contribuição foi que, diferente de Mariátegui, ele

(...) jamais pôde construir uma linguagem capaz de assimilar o mundo das heterogêneas classes subalternas argentinas, imersas num convulsivo processo de estratificação social e cultural marcado pelo rápido crescimento da sociedade e pela instabilidade dos valores culturais de massa provocada pela difusão de padrões europeus (...) (PORTANTIERO, 1993, p.55).

As palavras de Portantiero para descrever os limites de Justo casam com a definição de nacionalização do marxismo trazida aqui a partir de Ricupero e Tapia e com os apontamentos de Gramsci sobre as características necessárias de uma reflexão acerca da construção de uma vontade coletiva. Os processos bem-sucedidos de nacionalização do marxismo permitiriam, assim, a construção de uma forma de interpretação marxista da realidade que pudesse contribuir com a necessidade histórica de formar uma vontade nacional-popular coletiva relacionada ao programa do socialismo nos países da América Latina. Este programa e esse socialismo não surgiriam do nada, mas sim a partir da realidade concreta das nações latino-americanas: o projeto de realização do socialismo e dessas nações se confundiria (RICUPERO, 2000, p.67) em muitos aspectos. O marxismo

teria necessariamente que ser transformado para que o nexo entre intelectuais e povo, ou entre intelectuais orgânicos e tradicionais fosse possível. Entretanto, retomando as formulações anteriores, essa transformação do marxismo não o desvirtuaria, mas sim o tornaria mais complexo, completo e abrangente, desenvolvendo a própria matriz teórica original. Se a universalidade do marxismo consiste na sua capacidade de se converter-se em força viva em cada sociedade, é nessa conversão que se dá a nacionalização do marxismo. Os processos de nacionalização do marxismo, portanto, seriam necessariamente parte dessa tentativa de construção da vontade nacional-popular coletiva na América Latina, na medida em que o marxismo tem como princípio a análise da realidade buscando a intervenção real nela.

Assim, podemos localizar nossa problemática na mesma chave de interpretação trazida por Tapia em seu trabalho sobre Zavaleta e por Ricupero em seu trabalho sobre Caio Prado Jr. Nas palavras de Ricupero,

Nosso problema, conseqüentemente, é avaliar se certos latino-americanos, apesar dos pesares, foram capazes de criar um marxismo, que, ao mesmo tempo que não subordinou a realidade às fórmulas da teoria, tampouco fez a operação inversa, subordinando a teoria à realidade. Estes homens teriam, assim, se lançado à aventura de fundir teoria com realidade, produzindo verdadeiramente um marxismo latino-americano e não apenas um marxismo localizado na América Latina (RICUPERO, 2000, p.64).

Em sua antologia sobre a história do marxismo na América Latina, Michael Löwy (2012, p.10) coloca a ênfase e o ponto de referência na *natureza da revolução*. Essa opção metodológica o leva a associar tanto a postura excepcionalista ou localista quanto a eurocêntrica, opostas na forma de abordar a realidade latino-americana, com uma conclusão comum: a de que o socialismo não estaria na ordem do dia na América Latina e, portanto, a revolução teria de ser democrático-burguesa, e não necessariamente conduzida pelo proletariado. Haya de La Torre e os PCs seriam os principais exemplos dessas perspectiva, respectivamente. Por outro lado, a perspectiva dialético-concreta, que em nossas palavras é trabalhada como nacionalização do marxismo, fica associada, em Löwy, à conclusão pela necessidade da revolução permanente, tendo Mariátegui e Che Guevara como exemplos maiores. Bernardo Ricupero (2000, p.90) critica essa perspectiva como sendo “excessivamente normativa”, na medida em que não dá conta de casos em que as descobertas teóricas deram conta de compreender a realidade latino-americana mas não levaram à conclusão da revolução permanente, como Caio Prado Jr., que não teria “compreendido as consequências de suas descobertas”, ou mesmo

problemas como o de Mariátegui, que trabalhava com a categoria de feudalismo do ponto de vista teórico, e ainda assim não defendia uma revolução por etapas.¹³

A crítica de Ricupero a Löwy com relação ao excessivo normativismo de sua perspectiva é pertinente. Ainda que Löwy (2012, p.12) ressalve que não são todos os intelectuais que conseguem a “unidade dialético-concreta entre o específico e o universal” que chegam à conclusão de que a revolução na América Latina será socialista ou não será, mas sim a *maioria* deles, sua perspectiva ofusca produções teóricas que parecem ter logrado essa unidade e que levaram a conclusões diferentes. A de Caio Prado Jr. é um exemplo, mas a de Fernando Henrique ou mesmo de René Zavaleta Mercado durante bastante tempo também podem servir como exemplos.¹⁴

De qualquer forma, Ricupero também associa a capacidade de influência do pensamento socialista na América Latina com a forma como este é construído, afirmando que se “não se tivesse implantado na América Latina de forma mecanicista, teria sido possivelmente mais do que uma influência cultural”, ainda que com a ressalva de que interpretações mais completas das especificidades de uma realidade “não levam automaticamente a uma prática mais eficaz” (RICUPERO, 2000, p.87). Se a utilização pouco cuidadosa do critério da natureza da revolução defendida para hierarquizar as diferentes expressões do pensamento político marxista latino-americano pode levar a omissões importantes, ela pode ser também um ponto de partida interessante para a pensar a relação entre processos de nacionalização do marxismo e a unidade entre teoria e prática, junto com a hipótese trazida por Ricupero acima. Logo no segundo parágrafo de sua introdução, Löwy afirma:

Um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente a definição do caráter da revolução no continente – definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégia e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre a teoria e a prática (LÖWY, 2012, p.9).

¹³Ricupero considera a periodização proposta por Löwy fundamentalmente correta, mas critica sobretudo a indicação do início do período eurocêntrico e stalinista como sendo em 1935. Para o autor, esse período começa ainda em 1928, mas Löwy não levaria isso em consideração porque entre 1928 e 1935 o stalinismo já vitorioso conviveu com o esquerdismo com o qual, segundo Ricupero, “Löwy parece identificar-se”.

¹⁴ Aliás, talvez seja justamente por esse critério metodológico que autores importantes do marxismo latino-americanos não estejam presentes na antologia organizada por Löwy, especialmente Fernando Henrique Cardoso, que é citado brevemente mas sem fazer parte da compilação, e a ausência em nossa opinião mais grave, de René Zavaleta Mercado.

Neste sentido, pensar o problema da natureza da revolução como uma das mediações possíveis para compreender a unidade entre teoria e prática nos intelectuais latino-americanos aponta caminhos interessantes, ainda que seja necessário cuidado com as caracterizações apressadas. Löwy associa o problema à “certas questões teóricas e metodológicas fundamentais que giram em torno da questão de como aplicar o marxismo à realidade latino-americana”, para depois, como vimos, associar uma determinada forma de “aplicação criativa”, que consegue a unidade dialético concreta entre o específico e o universal, ou seja, a nacionalização do marxismo, com a conclusão pela revolução socialista e permanente. O que propomos aqui é que a discussão acerca da natureza da revolução e de tudo o que está implicado nela – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – é de fato uma mediação importante para compreender a relação entre teoria e prática em intelectuais marxistas latino-americanos, mas que há mais possibilidades do que aquelas apontadas por Löwy. Assim, é possível que intelectuais que não tenham caído em nenhum dos polos da dicotomia localismo x cosmopolitismo, que tenham portanto logrado continuar processos de nacionalização do marxismo em seus países, tenham chegado – em suas reflexões e prática política ao longo do tempo – a conclusões diferentes acerca da natureza da revolução, por vezes similares àquelas que Löwy associa ao eurocentrismo e ao excepcionalismo, mas sem terem deixado de buscar a construção de uma vontade nacional-popular com referência no programa do socialismo.

Propomos aqui enxergar a nacionalização do marxismo – não só em seus pioneiros na América Latina, como Mariátegui, Caio Prado Jr. ou René Zavaleta Mercado, mas também em seus continuadores – como processos que pressupõem um determinado tipo de fusão consciente entre teoria e prática em intelectuais marxistas dos países periféricos, no caso específico dessa pesquisa o Brasil. É nesta chave que buscamos entender em que medida houve um processos de nacionalização do marxismo em Cardoso e como ele contribui para expressar a unidade entre teoria e prática em sua trajetória. Buscaremos demonstrar em qual período se pode caracterizar sua produção como um processo de nacionalização do marxismo e que consequências e reverberações esse processo teve em sua trajetória intelectual e política subsequente. Isso não significa que partamos do ponto de vista de que ‘uma boa teoria leva necessariamente a uma boa prática’, ou vice-versa: trata-se aqui de compreender como se efetiva a relação entre teoria e prática, e de perceber em processos de nacionalização do marxismo um potencial maior para a compreensão

dessa relação, e ao mesmo tempo perceber determinadas formas de relação consciente entre teoria e prática como propulsoras de processos de nacionalização do marxismo.

O tema principal trabalhado por Gramsci, Mariátegui e Caio Prado Jr. é o passado nacional, e de países – a Itália, o Peru e o Brasil – em que por muito tempo diferentes épocas históricas se sobrepuseram (RICUPERO, 2000, p.68), configurando realidades similares ao *abigarramiento* que Zavaleta Mercado utilizava para descrever a complexa sociedade boliviana. Neste sentido, as hipóteses que discutimos na seção anterior acerca dos momentos de crise e de transição como mais propensos a uma relação orgânica entre teoria e prática podem ser relacionadas também com a discussão da nacionalização do marxismo. Na medida em que esta parte justamente de uma percepção prática e engajada da necessidade de transformar ou movimentar uma determinada teoria no sentido de fazê-la dar conta de uma realidade diferente daquela para a qual ela foi forjada, o processo de nacionalização do marxismo *pressupõe* uma forma de unidade entre teoria e prática. Assim, não é casual que a mesma relação que encontramos entre a unidade entre teoria e prática e os momentos de crise e de transição, de disputa profunda de hegemonias, encontremos entre o período de existência dos principais processos de nacionalização do marxismo e esses momentos.

É por isso que Löwy destaca que o tipo de produção teórica marxista no continente está diretamente associado à “situação histórica do movimento dos trabalhadores no mundo e na América Latina” (LOWY, 2012, p.13), para argumentar que os anos 1920 – a era do “comunismo original” – e da esperança na revolução mundial com uma intensa disputa de hegemonias foi mais propenso do que o período de hegemonia stalinista para a construção de um marxismo com a perspectiva dialético-concreta. O autor argumenta também que depois da revolução cubana, em 1959, surge um novo momento propício para a construção de um marxismo criativo.

Como discutimos anteriormente, Fernando Henrique Cardoso entra no cenário do marxismo latino-americano neste momento e, como pretendemos argumentar, trazendo formulações condizentes com a problemática da nacionalização do marxismo nos termos em que aqui a apresentamos, ainda que com características próprias, que abordaremos no próximo capítulo. Feitas as discussões teóricas e de contextualização, passemos agora às primeiras reflexões acerca da relação entre teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso, implementando o referencial teórico e o arcabouço metodológico apresentados até aqui na análise concreta do objeto e tentando começar a desvendar, a partir daquela

relação, os caminhos teórico-políticos trilhados por Cardoso até chegar à Presidência da República no Brasil.

2. Bases para a compreensão da relação entre teoria e prática em Cardoso: nacionalização do marxismo e uma tensão não resolvida

Abordar a obra de Fernando Henrique Cardoso é, por si só, desafiador pelas suas características: trata-se de um intelectual que produziu muito e de forma densa sobre diversos temas, tem uma trajetória acadêmica longa e foi um ator político de extrema relevância no contexto brasileiro e latino-americano. Já tem se tornado corriqueiro aos que estudam sua obra falar dessa dificuldade. Quando inserido na problemática que pretendemos tratar nesta pesquisa, a situação torna-se ainda mais complicada, porque vai no âmago mesmo da dificuldade: se Leôncio Rodrigues (2009, p.392) fala que em Fernando Henrique “dimensão intelectual e a política tendem a se confundir”, é precisamente essa “confusão” o objeto de estudo deste trabalho. Pensar teoria e prática em um intelectual que foi político profissional com uma trajetória relevante no país traz desafios metodológicos, e debater seu marxismo ou considerar sua posição nessa – tão diversa – tradição de pensamento acarreta também muitas discussões, na medida em que há uma tentação constante de mirar sua trajetória e sua obra a partir de sua atuação como homem público no país, o que pode acarretar distorções.

Neste último aspecto, em recente trabalho sobre a emergência e as primeiras manifestações do marxismo em FHC, Pedro Lima aponta algumas dificuldades a mais: Fernando Henrique nunca teria feito questão de se declarar marxista, na maioria de sua obra não postula uma transformação revolucionária, não cita Marx a cada parágrafo de seus textos, insiste na resiliência da sociedade capitalista na maioria deles, etc. (LIMA, 2015, p.16). Cardoso formou-se em sociologia na USP em 1952, tendo sido o primeiro mestre nesta disciplina daquela universidade em 1953, com o trabalho intitulado “A evolução da indústria em São Paulo” e tornou-se doutor em 1961, com “Formação e desintegração da sociedade de castas”, que seria publicado como primeiro livro de autoria exclusiva dele em 1962, com o título “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional” (1962). Em todo esse percurso inicial de sua formação acadêmica Fernando Henrique foi orientado por Florestan Fernandes, naquele momento ainda muito influenciado pelos métodos funcionalistas e no afã de, com seu “ecletismo bem temperado”, explicar o atraso do Brasil (Cf. LIMA, 2015). Aos poucos e principalmente com o início das reuniões do *Seminário d'O Capital*, a partir de 1958, ele vai ganhando certa autonomia intelectual

diante de seu orientador, e se aproximando cada vez mais de abordagens marxistas, que foram se consolidando em sua obra.

Não é nosso objetivo buscar o momento exato do “surgimento” do marxismo na obra de Cardoso e nem procurar sua primeira expressão. Neste sentido, temos acordo geral com a interpretação de Lima de que na primeira parte de sua produção Fernando Henrique reproduzia em grande medida os pressupostos funcionalistas de Florestan Fernandes e via o “atraso” do Brasil como principal obstáculo a ser superado – ainda que já nesse momento evitasse esquematismos e certo etapismo, buscando as especificidades – e que em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* já há claramente uma forma de interpretação marcadamente dialética marxista (LIMA, 2015, p.65). Sobre essa problemática, entendemos que mesmo que este livro represente uma inflexão dialética, a incorporação da dialética e do marxismo em Cardoso se deu de forma processual: a partir do momento em que os estudos sobre “O Capital” passaram a fazer parte de seu cotidiano acadêmico, aos poucos as reflexões baseadas na leitura do grupo passaram a povoar suas publicações.

Assim, atribuir a “inflexão dialética” a uma determinada obra ou a um determinado momento poderia implicar em desconhecer o processo através do qual o marxismo se incorporou no pensamento do autor. Já em 1959, ao lado dos textos de interpretação mais dualista e visivelmente influenciadas pelo funcionalismo e pela linha de Florestan Fernandes à época, começam a aparecer reflexões referenciadas no marxismo nas publicações de Fernando Henrique, o que sem dúvida foi inspirado pelo ambiente e as leituras do *Seminário*. É neste sentido que discutindo a questão da incorporação da estabilidade no emprego na legislação e os impactos dela para a industrialização em publicação da *Revista Brasiliense* de maio-junho de 1959, o autor já afirmava que a definição da polêmica não se daria com base na força dos argumentos apresentados por quem era a favor ou contra à estabilidade, mas sim no “equilíbrio real de forças destes dois grupos”, os que comprou a força de trabalho e os que a vendem (CARDOSO, 1959a, p.168), ou que em outra publicação na mesma revista em 1960 ele cita o tomo II do *O Capital* de Marx na primeira nota de rodapé e termina afirmando que ao fim e ao cabo a emergência da industrialização no Brasil dependeu da formação de “duas camadas sociais distintas, por um lado a dos que como donos do capital podiam dispor dos meios de produção, e por outro lado a dos que, sendo homens livres, dispunham apenas de sua força de trabalho” (id. 1960a, p.44).

Por outro lado, tampouco pretendemos demonstrar as minúcias do cotidiano acadêmico-político da USP no período de duração do *Seminário D'O Capital* e os detalhes do papel articulador que Fernando Henrique cumpriu em diversos momentos, dos recursos que utilizou para isso, etc., como muito bem trabalhado por Lidiane Rodrigues (2011) em diversos trechos de *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário'*. Assim, mais do que as motivações ou interesses específicos relacionados à carreira acadêmica – e a Florestan Fernandes – que mediarão as escolhas e os caminhos que guiarão as preocupações teóricas de Cardoso em seus primeiros passos na vida acadêmica¹⁵, nos concentraremos nessas preocupações propriamente ditas e na forma como foram posteriormente se articulando teoria e prática em nosso autor a partir delas.

O contexto intelectual-político-pessoal em que Fernando Henrique, nascido em 1931, estava inserido no início de sua atividade intelectual pode ser caracterizado de três ângulos. Primeiro, o contexto pessoal e familiar, no qual havia o pai político, general do exército e depois deputado pelo PTB e “uns 10 generais na minha família, ministros de Getúlio”, que obviamente forjavam um cenário de nacionalismo exacerbado e ideologia do crescimento, com o foco no combate ao imperialismo estrangeiro que impedia a afirmação do Brasil (LIMA, 2015, p.216). O pai, Leônidas Fernandes Cardoso, era um homem muito aberto, de espírito liberal e democrático, e principalmente muito tolerante, o que o teria marcado profundamente (CARDOSO, 1981d, p.126). Cardoso estava inserido, portanto, em uma família com muitos políticos.

Depois, estava o debate político nacional do campo da esquerda, também influenciado pelo desenvolvimentismo e pelas teses majoritárias do PCB, do qual Cardoso foi parte entre 1949 e 1954¹⁶. que reafirmavam em geral a importância do

¹⁵ Rodrigues traz reflexões interessantes sobre isso também. Por exemplo, falando sobre as trajetórias de Octavio Ianni e Fernando Henrique, a autora afirma: “Vale dizer, no percurso dos temas trabalhados nas teses com vistas às titulações há uma espécie de ziguezague, refém do andamento das pesquisas de Florestan Fernandes: industrialização paulistana, no mestrado – quando a história econômica de São Paulo o interessa; relações raciais no Sul, no doutoramento – quando é estratégico “replicar” a pesquisa da Unesco em região não explorada; industrialização, novamente, na livre-docência – estreitando relações no plano internacional (Cepal/sociologia do trabalho francesa), com mira no Cesis” (RODRIGUES, 2011, p.154).

¹⁶ Em entrevista dada à Folha de São Paulo, em 16 de abril de 2018, por conta do falecimento do intelectual e também participante do Seminário d'O Capital, Paul Singer, Cardoso afirma: “O grupo que lera ‘O Capital’ discutia os textos com paixão acadêmica, mas tinha pouca experiência política, com exceção dele e minha. Paul havia sido membro do movimento em favor dos kibutzim israelenses (o Dror) e no Partido Socialista e eu pertencera ao Partidão de 1949 a 1954”. Disponível em <

crescimento e do desenvolvimento capitalista, em aliança com a burguesia nacional, para combater o imperialismo e transformar o país: em trecho de documento aprovado em seu IV Congresso, em novembro de 1954, encontramos que “os monopólios norte-americanos freiam o desenvolvimento da indústria nacional e impedem a criação de indústrias básicas indispensáveis para libertar o Brasil da dependência econômica” e que “as transformações democráticas que nosso povo necessita só podem ser alcançadas com um governo democrático de libertação nacional” do qual participariam além das classes operárias os camponeses, intelectuais, pequena burguesia e burguesia nacional (PCB, 1954). Por sua vez, as posições nacional-desenvolvimentistas no Brasil eram sustentadas teoricamente pelo desenvolvimento das teses da Comissão Econômica Para América Latina criada na ONU nos anos seguintes ao término da II Guerra Mundial, para desenvolver teses sobre as condições e os passos a serem seguidos para o desenvolvimento na América Latina (Cf. DIAS, 2012), e pelo ISEB, que apesar de ter sido considerado o grande “adversário” da escola sociológica paulista, sem dúvidas exercia influência no contexto ideológico da intelectualidade de esquerda brasileira. O nacionalismo era como um paradigma de difícil superação.¹⁷

O terceiro ângulo é o do contexto intelectual da própria USP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, muito influenciado, nos anos 1950, por uma linhagem dualista de interpretação do Brasil, onde se destacam Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e o próprio Florestan Fernandes antes de 1964 (LIMA, 2015, p.30), que buscava explicar os motivos do atraso brasileiro diante das civilizações europeias e norte americana, buscando sobretudo encontrar os obstáculos das mudanças. Além dessa preocupação, aquela que ficou conhecida como a “escola sociológica paulista” afirmava buscar a explicação estritamente científica dos fenômenos e a separação dessa explicação da vida política do país, numa contraposição às posições do ISEB, que apesar de sua

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/fhc-paul-singer-economista-militante-e-ser-humano.shtml>>

¹⁷ Não à toa, Roberto Schwarz, em seu texto memorialístico sobre o Seminário d’O Capital, mesmo com todo o ímpeto que depois se forjou para cientificamente superar as teses nacionalistas atribuídas ao ISEB, ao populismo, etc, afirmava: “Fica a sugestão, mas a idéia talvez não pudesse mesmo se realizar em nosso meio, já que em última análise estávamos e estamos engajados em encontrar a solução para o país, pois o Brasil tem que ter saída. Ora, alguém imagina Marx escrevendo *O Capital* para salvar a Alemanha? Assim, o nosso seminário em fim de contas permanecia pautado pela estreiteza da problemática nacional, ou seja, pela tarefa de superar o nosso atraso relativo, sempre anteposta à atualidade. Ficava devendo outro passo, que enfrentasse na plenitude complicada e contraditória de suas dimensões presentes, que são transnacionais as relações de definição e implicação recíproca entre atraso, progresso e produção de mercadorias, termos e realidades que se têm de entender como a precariedade e a crítica uns dos outros, sem o que a ratoeira não se desarma” (SCHWARZ, 1998, p.)

diversidade, seriam sobretudo ideológicas, numa caracterização que de distintas maneiras foi aceita por diversos estudiosos (Cf. LAHUERTA, 1999; PECAUT, 1990).

A repressão do período ditatorial, especialmente entre 1969 e 1975, gera um cenário de resistência no meio intelectual, que caracteriza um *ethos* de esquerda na intelectualidade e no meio cultural brasileiros (LAHUERTA, 2001, p.59). Por outro lado, o marxismo – mesmo que difuso – seria o cenário teórico no qual boa parte da intelectualidade brasileira se movimentaria pelo menos até meados dos anos 1980 (id., p.67). Toda a primeira elaboração teórica de Fernando Henrique se dará, portanto, nesse contexto eivado por uma associação da intelectualidade à esquerda e pelo marxismo como eixo norteador dos debates teóricos.

A partir dessa breve retomada em linhas muito gerais de um contexto político-intelectual, podemos localizar as preocupações teóricas de Fernando Henrique em seu início de carreira intelectual e que marcariam toda sua trajetória. Podemos afirmar que a preocupação mais geral que moveu suas pesquisas ao longo de seus primeiros anos de carreira acadêmica se relacionava com as peculiaridades históricas e as condições para o processo de industrialização e desenvolvimento no Brasil e posteriormente na América Latina. E que, para ele, “o problema de compreender o desenvolvimento do processo de industrialização numa área dependente ou colonial liga-se diretamente, pois, ao de analisar-se as condições de formação do sistema capitalista nestas áreas” (CARDOSO, 1960b, p.33). Mesmo com mudanças de enfoque metodológico ao longo dos seus primeiros anos, especialmente entre o mestrado e a conclusão do doutorado, e com mudanças de objeto de pesquisa – ora investigando a inserção do negro, ora os industriais, ora as classes populares, ora o proletariado – a preocupação que o moveu até pelo menos o final dos anos 1960 foi essa, das condições de formação do sistema capitalista e de seu desenvolvimento. Depois, como veremos, o contexto histórico político desloca essas preocupações – também em grande parte da intelectualidade brasileira – para a participação social e a democracia, mas o fio condutor anterior se mantém e reaparece na discussão sobre as condições de inserção da América Latina e do Brasil na economia mundial e as implicações disso para os desafios políticos internos de cada país.

De certa forma, há um caminho percorrido pelo autor a partir desse fio condutor até 1973, período que engloba as principais contribuições teóricas de Cardoso, e que podemos traçar introdutoriamente em linhas muito gerais. As primeiras preocupações relacionam-se ao papel do educador e da educação para a garantia do desenvolvimento e

da modernização, numa perspectiva ainda bastante marcada pelo dualismo. A partir de 1960, emerge a questão da mentalidade da burguesia recém-formada – proveniente do regime senhorial – que protagonizou a industrialização do país na até a década de 1950, e das condições sobretudo internas para o país adequar-se a esse processo de industrialização e potencializá-lo – considerando inclusive o monopólio tecnológico dos países centrais como entraves ao desenvolvimento – numa perspectiva ainda bastante influenciada pelo nacionalismo. Depois, especialmente a partir da pesquisa de doutorado sobre a questão do negro e durante a pesquisa para a livre docência entre 1961 e 1962 sobre o empresariado nacional, a problemática se desloca para as peculiaridades da burguesia nacional relacionadas à sua origem, ainda dialogando com a questão das mentalidades mas ampliando o espectro para as relações, alianças, e das dificuldades dessa burguesia para dirigir qualquer processo transformador de caráter nacionalista no país, o que fica claro em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964).

A partir daí, e de sua saída do Brasil por conta do golpe militar, as pesquisas efetuadas no Chile vão mostrando que as características das burguesias nacionais na América Latina e sua impossibilidade de dirigir mudanças nacionalistas não se relacionam apenas com sua origem (algo que poderia ser transformado com o tempo), mas sobretudo com as condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo internacional, que se transformava. É aí que entra a discussão sobre a dependência e o desenvolvimento associado, retratada em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1969) e *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (1971). Depois de muito discutir a dependência e o desenvolvimento associado, no contexto dos regimes autoritários e com sua volta ao Brasil, ele passa a voltar as atenções para a discussão do regime político, argumentando que o autoritarismo e o desenvolvimento eram compatíveis, mas que era se o modelo de desenvolvimento era condicionado estruturalmente e muito difícil de ser transformado, o regime político não. A discussão dessa questão, num contexto de luta contra o autoritarismo no país, marca o início dos anos 1970 para Cardoso, e é no bojo dessa discussão que se dá sua entrada mais direta para a vida pública e também seu paulatino distanciamento do marxismo.

Este capítulo se organizará traçando um pouco a trajetória intelectual a partir das problemáticas que conduziram Fernando Henrique entre o final dos anos 1950 e 1973, tratando de argumentar como sua obra até esse momento pode ser considerada um processo bem-sucedido e de certa forma *sui generis* de nacionalização do marxismo no

Brasil; depois, na transição para a discussão sobre teoria e prática propriamente dita, mapearemos o que identificamos como sendo uma tensão que marca o pensamento de Cardoso no período analisado, entre uma posição mais “científica” e uma mais filosófico-política; por fim, mostraremos a partir da análise de suas primeiras intervenções na vida pública como essa tensão dá os primeiros passos para, nos anos seguintes, começar a ser resolvida no autor.

2.1. Da nacionalização do marxismo às determinações estruturais da globalização: o caminho até a Dependência

Como introduzimos, segundo Cardoso, ele fez parte do Partido Comunista do Brasil em sua juventude, entre 1949 e 1954, ou seja, dos dezoito aos vinte e três anos de idade. Não há muitas informações sobre como se dava concretamente essa militância política inicial de Cardoso, nem muitos textos de intervenção política neste período. Algumas pistas, entretanto, podem ser seguidas e demonstram que um dos principais eixos de sua militância política na juventude foi a questão da defesa da exploração do petróleo brasileiro através do monopólio estatal. No início de 1948, o governo de Eurico Gaspar Dutra enviou ao Congresso um projeto de Estatuto do petróleo que tinha conteúdo bastante privatista. Nesse contexto, se abriu uma disputa entre “nacionalistas” e “entreguistas”, que marcou todo o restante do período de Dutra no governo, até 1951. Em abril de 1948, pouco depois do projeto de Dutra ser enviado, em texto intitulado “O Petróleo”, escrito no jornal *Tribuna estudantil*, um Fernando Henrique nacionalista e militante, aos dezessete anos, surge defendendo o monopólio estatal e a soberania nacional: “O petróleo deve ser monopólio do estado (...) No terreno da soberania, e o petróleo confunde-se com nossa soberania, precisamos tomar uma posição de irredutibilidade. O Brasil ainda é dos brasileiros, e nós a mocidade estudantil, lutaremos para que assim continue” (CARDOSO, 1948, p.3).

O jovem Fernando Henrique e a “mocidade estudantil” não estavam desconectados do que estava acontecendo no país. Em 21 de abril de 1948, portanto no mesmo mês que foi escrito o texto citado acima, nascia com sede no Rio de Janeiro o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), “em prol da união mais ampla pela emancipação econômica do Brasil, reunindo tôdas as forças vivas da Nação em defesa da exploração do petróleo brasileiro pelo monopólio estatal”¹⁸.

¹⁸ Texto sobre o CEDPEN publicado no *Diário de Notícias*, jornal carioca, em 26 de maio de 1952.

O CEDPEN criou, no Rio de Janeiro em 1949, um jornal chamado Emancipação, no contexto da Campanha do Petróleo¹⁹. Em setembro de 1951, Fernando Henrique escreve a seu pai dizendo que Jorge Cabral, representante da Emancipação em São Paulo, o havia chamado para uma reunião para informar que ele – seu pai – estava sendo convidado para tornar-se Presidente de Honra do CEDPEN em São Paulo e que o próprio Cardoso fora convidado para compor a diretoria do centro²⁰.

Dito isso, fica nítido que havia algum tipo de militância política em Cardoso já na sua juventude. O período do qual ele foi militante do PCB foi justamente o mais radical do partido no Brasil, marcado pela mudança de linha política assinalada no “Manifesto de Janeiro” de 1948 e pelo “Manifesto de Agosto” (Cf. MAZZEO, 1999), no qual havia uma autocrítica da linha mais colaboracionista e condescendente com a burguesia nacional dos comunistas até aquele momento, e uma ferrenha oposição aos governos trabalhistas aliados de Getúlio Vargas. De todo modo, é interessante notar que Cardoso afirma que militou no PCB até 1954, justamente o ano em que, com o suicídio de Vargas, há uma nova reorientação política no partido, de alinhamento com o legado varguista do trabalhismo. Entre este período e o final dos anos 1950, há poucos registros de Cardoso relacionados à militância política, mas esse pano de fundo é importante para compreender a partir de que “lugar” Cardoso chegava nas reflexões sobre as condições e peculiaridades para a industrialização e o desenvolvimento do Brasil e da América Latina no contexto do capitalismo internacional. Ao que parece, tratava-se de um engajamento militante mais conectado a questões específicas (sobretudo o petróleo), sem tanto protagonismo e com relativa distância das camadas populares. Entretanto, não há dúvidas que as revelações do XX Congresso da Internacional Comunista em 1956, relacionadas aos crimes e equívocos políticos de Stalin, e todo seu impacto político internacional não passariam em branco para Cardoso, e os estudos vindouros sobre O Capital seguramente já estavam eivados de todo um balanço político crítico com relação aos caminhos da União Soviética e à linha oficial dos Partidos Comunistas pelo mundo, incluído aí o PCB, especialmente depois de 1954.

¹⁹ Sobre o Jornal Emancipação, consultar o acervo do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no verbete temático Emancipação. Disponível em < www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/emancipacao >

²⁰ A carta está disponível na Fundação FHC com a numeração 01/0013039 e data de 12 de setembro de 1951.

Alguns dos textos elaborados por Fernando Henrique no final dos anos 1950 e início dos 1960, portanto durante suas pesquisas de mestrado e de doutorado mostram como a problemática geral que o orientava começava a se construir concretamente naquele momento para o autor. Entre a industrialização paulistana e depois nacional e as relações raciais no sul do país, estava a preocupação com as particularidades e as condições para o desenvolvimento nacional do Brasil. Ele buscou explicar a industrialização de São Paulo complexificando as teses que atribuíam a industrialização simplesmente à acumulação de capital proporcionada pelo café associada à conjuntura excepcional das guerras mundiais, como se os determinantes externos predominassem diante dos internos. Além da acumulação de capital proporcionada pelas exportações de café, especialmente a partir do “rush” do Oeste Paulista, Cardoso chama atenção para o fato de que o deslocamento da produção do Vale do Paraíba para esta região beneficiou geograficamente São Paulo, que passava a urbanizar-se mais, e principalmente para o fato de que essas fazendas passavam a ser administradas em moldes capitalistas. Essa situação teria feito com que a mão de obra escrava pudesse ser substituída pela assalariada, mais econômica, e que surgissem algumas cidades e uma pequena burguesia, importantes para o processo de industrialização, mas Cardoso destaca um aspecto em especial:

Finalmente, o que nos parece merecer maior atenção do que até agora tem sido dispensado: o fazendeiro do “Oeste” era um empreendedor capitalista, com as principais características do chefe de empresa. À vontade do lucro somavam-se o arrojo e o espírito inventivo. (...) Certamente, o espírito capitalista, o afã de progresso do paulistano, se é verdade que também se deve ao imigrante, encontra suas raízes históricas na cafeicultura do “Oeste Paulista”, e sem esse espírito São Paulo não seria o grande centro industrial que é hoje (CARDOSO, 1958, p.6)

Não há, neste artigo de 1958, nenhum tipo de crítica a respeito das consequências da industrialização no Brasil ou reflexões sobre os problemas que as particularidades do país poderiam acarretar mesmo com a industrialização. No ano seguinte, em texto de intervenção política no contexto da Campanha pela Educação Pública, ele afirma que no Brasil, “um dos mais sérios problemas do crescimento industrial rápido, e que está exigindo medidas racionais e práticas para a sua solução, é o da inadequação do sistema educacional à nova ordem econômica e social emergente (CARDOSO, 1959b, p.142), para depois argumentar sobre toda uma gama de reformas necessárias na educação para adequar a mão de obra do país às demandas da industrialização. A democratização da educação brasileira, não só com o aumento do número de matrículas, mas com sua transformação em termos de conteúdos técnicos, seria necessária para a expansão

econômica (CARDOSO, 1959c), e era nesta chave que Cardoso contribuía com a campanha junto com o grupo constituído por Florestan Fernandes (RODRIGUES, 2011, p.147).

No final de 1961, Florestan Fernandes formaria o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), na USP, a partir da Cadeira de Sociologia I, dirigida por ele (Cf. ROMÃO, 2006, p.21). Como consequência de seus estudos sobre a integração do negro na sociedade de classes, surge a questão mais ampla de qual o tipo de sociedade estava sendo organizada no Brasil e de que rumos ela teria: isso coloca Florestan diante do problema das mudanças sociais, especialmente em São Paulo, principal centro urbano do país (CASTRO, 2007, p.92). Com a construção do Centro, Florestan Fernandes tinha a intenção de engajar mais os estudos sobre o atraso da sociedade brasileira, especialmente focando no processo de industrialização em São Paulo, de certa forma influenciado pelo fracasso da Campanha pela Educação (ROMÃO, 2006, p.22)²¹. O CESIT tinha uma aproximação institucional com os sociólogos franceses especializados em sociologia industrial, e uma aproximação teórica com a CEPAL, ilustrada principalmente pelo caráter dualista na forma como interpretava a realidade em perspectiva mais geral (Cf. ROMÃO, 2006; BERNARDES, 2009).

Como demonstra Bernardes (2009, p.38), a pesquisa sobre a industrialização em São Paulo foi dividida em quatro grandes temas, sob responsabilidade de cada um dos pesquisadores do grupo. Octavio Ianni ficou incumbido de pesquisar o papel do Estado; Fernando Henrique a mentalidade e a ideologia do empresário industrial; Maria Sylvia Carvalho Franco e Marialice Mencarini estudariam a força de trabalho; e o próprio Florestan Fernandes compararia sociedades desenvolvidas com os “fatores societários residuais” do Brasil.

Foi, então, no contexto do CESIT que se deram as pesquisas de Cardoso com relação ao empresariado nacional. Para ele, a mentalidade capitalista forjada no Oeste

²¹ “O grupo da Sociologia I mesclou, à formulação de um ‘projeto acadêmico’ que visava estabelecer as bases teórico-epistemológicas da sociologia científica no Brasil – especialmente com a produção de Florestan Fernandes –, uma atuação interna e externa à Universidade, em que o talento político de Fernando Henrique Cardoso aliava-se à liderança acadêmica de Florestan. A experiência do CESIT é o ponto alto dessa ação acadêmico-política em que a sociologia assume a missão de transformar a Universidade e o Brasil” (ROMÃO, 2006, p.22-23). Assim como demonstra Lidiane Rodrigues (2011), Romão também destaca a habilidade política de FHC, sobretudo no que diz respeito às articulações internas na Universidade e à sua capacidade de aglutinar apoiadores em torno dos projetos nos quais estava envolvido. Não aprofundaremos muito neste sentido, na medida em que nosso foco será sua atuação política “para fora” e a relação desta com sua produção teórica.

somada à imigração – e aos excedentes produzidos pelos imigrantes nas fazendas, que iam criando condições de acúmulo de capital para eles e potencializando um mercado interno – gerara condições para que depois da I Guerra Mundial a industrialização florescesse em São Paulo, o que foi potencializado durante a crise da II Guerra, com a substituição de importações. As novas condições de exploração do café criaram tanto a mão de obra livre quanto o mercado consumidor, e “instigaram nos mais audazes dentre os fazendeiros, comerciantes ou antigos imigrantes que passaram a negociar ou trabalhar em oficinas nos núcleos urbanos, o espírito de empresa” (CARDOSO, 1960a, p.39). Ainda que houvesse dificuldades culturais por conta da tradição agrária e patrimonialista do sistema agroexportador anterior e por conta de o proletariado ter sido recrutado entre homens do campo, sem consciência de classe tradicional – por isso agindo de forma “incompatível com o desenvolvimento” (id. 1960c, p.8),

A expansão industrial paulistana foi possível porque houve realmente modificações na “cultura adaptativa” do sistema industrial paulistano. Além dos antigos empresários que conseguiram ajustar-se à situação emergente, empresários de novo tipo passaram a atuar no mercado da cidade, sobretudo depois dos últimos anos da guerra (CARDOSO, 1960b, p.39)

Não pretendo incorrer no erro de generalizar demasiadamente essa situação, e sei perfeitamente que, pelo menos nas grandes indústrias modernas dos centros mais urbanizados, já impera a “nova mentalidade” na camada empresarial e que segmentos consideráveis do proletariado não procedem conforme os padrões apontados acima (CARDOSO, 1960c, p.9)

Não por medidas protecionistas (apesar de um “protecionismo natural” por conta da guerra), mas sim principalmente pela *mentalidade* capitalista que se forjava e se manifestava em grupos de pressão dos setores mais modernos, partir da década de 50 se teriam criado condições para a auto estimulação da indústria paulista. Entretanto, alertava Cardoso neste texto de 1960, nada disso significa que tenham sido “resolvidos os grandes problemas da civilização industrial. Pelo contrário, agora é que os grandes dilemas da industrialização começam a desafiar os paulistanos” (ibid., p.42). Esses problemas viriam a ser os embates entre os diferentes setores da indústria, grandes industriais contra pequenos, nacionais contra estrangeiros, e entre a indústria e outros segmentos da população. Um deles, portanto, estava relacionado com a questão do monopólio da tecnologia e da técnica pelos países imperialistas, que continuariam sendo um dos “mais fortes entraves à industrialização do País” (id.1960, p.40). Sendo assim, Fernando Henrique corroborava com a ideia de que haviam condicionantes externos, mas atentava para o fato de que, a partir do momento em que o café proporcionara mecanismos para

quebrar o sistema ‘exportação de produtos agrícolas x importação de produtos industrializados’ as condições internas eram fundamentais como fatores explicativos da forma que a industrialização estava ocorrendo. As condições econômicas foram necessárias para a industrialização, mas não suficientes.

Era preciso, portanto, entender o que anteriormente a essas condições externas já houvera de mudanças internas que criaram as condições para a industrialização: “a produção passara a ser baseada na mão-de-obra livre e apoiava-se numa estrutura mercantil generalizada, o que supõe a criação de um mercado consumidor e de um mercado de mão-de-obra” (ibid., p.41).

Até aqui, a perspectiva de Cardoso era influenciada mais pelo dualismo tradicional da escola sociológica uspiana e de Florestan Fernandes naquele momento do que por seus estudos no Seminário d’O Capital, que já haviam tido início. Como bem demonstra Pedro Lima, o horizonte normativo no qual estavam inseridas as primeiras reflexões de Fernando Henrique se relacionava diretamente com a ideia da busca pela formação da sociedade competitiva de classes, em uma palavra, com a modernização (LIMA, 2015, p.52). Aqui predominava a ideia de uma dicotomia arcaico x moderno, que precisava ser superada em direção à modernização do país, a qual por sua vez deveria ser acelerada. Pelo menos até o golpe de 1964, Florestan Fernandes se orientava por uma perspectiva normativa de contribuir – a partir da academia – com a modernização e a industrialização no Brasil. Como escrevia em 1959, ele via um atraso no Brasil “da ordem mínima de um quarto a meio século, em relação aos centros urbanos melhor sucedidos na reconstrução dos modos e concepções ocidentais de vida” (FERNANDES, 2013, p.214). Neste contexto, a educação e as ciências sociais tinham um papel importante a cumprir, preparando a inteligência dos homens para a modernização (id., 2013b, p.358). O horizonte normativo de Florestan, de busca por construir as condições para a modernização e contribuir com ela, era compartilhado por Cardoso.

Em diversos momentos no final da década de 1950 e início dos anos 1960 a concepção dualista aparece em Cardoso, na mesma linha de Florestan Fernandes. Seja no texto citado sobre as exigências educacionais do processo de industrialização (CARDOSO, 1959b), ou em 1960 quando discorre sobre como construir as atitudes e expectativas do operariado que seriam favoráveis ao processo de industrialização (CARDOSO, 1960d, p.22). Em projeto com Ianni, em 1959, em que buscavam construir uma pesquisa para entender as condições e os efeitos da industrialização em São Paulo,

ficava nítido o horizonte normativo que buscava pensar no *futuro* dessa industrialização e contribuir com ela.

Así, por ejemplo, la investigación revelará cómo el sistema de enseñanza se integra a la nueva configuración de vida, resaltando los sectores en que este debe ser considerado anacrónico y los puntos en que se encuentra suficientemente ajustado o es un factor dinámico (CARDOSO & IANNI, 1959, p.582).

Buscando aprofundar a compreensão das condições particulares em que se dava o desenvolvimento da formação da sociedade de classes no Brasil, inserido no contexto da continuação do projeto UNESCO²² e em consonância com as preocupações de Florestan Fernandes, Fernando Henrique investiga também, pelo menos desde 1955, a integração do negro na sociedade de classes, de forma relacionada com a preocupação acerca das peculiaridades do desenvolvimento capitalista no Brasil; tratando de demonstrar como o capitalismo precisou do regime escravocrata para se desenvolver no Rio Grande do Sul até determinado ponto, e como quando se chegou ao limite da capacidade de expansão capitalista naqueles termos a escravidão passara a se tornar obsoleta, sendo aos poucos trocada pela mão-de-obra assalariada.

Se um dos objetivos de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (2011) – a tese doutoral resultado da pesquisa em questão, defendida em 1962 – era explicar esse processo de integração e depois desagregação da escravidão no capitalismo sulino em todas as suas nuances, e como o ele reverberou de diferentes maneiras nas formas de integração do negro na sociedade de classes que se formava, outro objetivo não menos importante é o de afirmar explicitamente a dialética como método de análise para se chegar àquela conclusão. O processo de superação do dualismo em Cardoso se deu ao longo dessa pesquisa – e principalmente a partir das leituras no Seminário – Na famosa introdução, considerada por muitos como um ‘manifesto’ do grupo do *Seminário d’O Capital*, Cardoso anuncia que o livro visa analisar a totalidade social concreta que resultou da interação entre senhores e escravos na sociedade gaúcha (CARDOSO, 2011, p.27). Sob total influência das leituras do *Capital* de Marx, além de *História e Consciência de Classes* de Lukács e *Questão de Método*, de Jean Paul Sartre, a introdução é uma

²²O Projeto UNESCO era uma tentativa da UNESCO de investigar um país no qual houvesse supostamente a premissa de um convívio pacífico entre as diferentes raças. As pesquisas de Luiz Costa Pinto, Thales de Azevedo, Florestan Fernandes e Roger Bastide são os principais resultados, que desmontam a ideia de democracia racial no país. Florestan Fernandes continua o projeto por sua própria conta buscando inserir a temática na discussão sobre a emergência da sociedade de classes no Brasil. Daí vem as pesquisas de Octavio Ianni, Renato Jardim e FHC (Cf. MAIO, 1999).

discussão densa teórica e metodologicamente acerca do método dialético, de sua viabilidade – e superioridade diante de outros – e de como ele foi aplicado na análise do objeto.

Chega-se, dessa forma, ao resultado fundamental sobre as possibilidades de aplicação do método dialético na sociologia. Através dele é possível lidar com os fenômenos sociais tanto em função do que possuem de singular e concreto como em função das normas gerais que se exprimem, como diferenças, nas singularidades. Por isso, *o método dialético permite a análise dos processos sociais recorrentes em conexão com os mecanismos regulares de mudança.* (ibid., p.37).

De fato, se o marxismo foi penetrando o pensamento de Fernando Henrique processualmente, é neste momento que ele aparece explícito, sistematizado, e orientando a sistematização e a exposição dos resultados de uma pesquisa de fôlego (a primeira do autor). E, de fato, essa pesquisa foi importante por vários aspectos: primeiro, firmou a dialética como um método plausível e de certa forma consolidou alguns dos acúmulos do *Seminário*; depois mostrou como a sociedade escravocrata foi uma tentativa para “intensificar a produção visando a realização de lucros no mercado”, já que a única forma “historicamente possível de alcançar esse objetivo estava na intensificação da escravidão” (ibid., p.348), ou seja, tratava-se de um regime “escravocrata-capitalista” e não feudal, como queria grande parte da esquerda, sobretudo os teóricos do PCB.

Aqui Cardoso se aproximava das discussões de Caio Prado Jr (Cf. 1961; 1963) e fortalecia a discussão contra os teóricos do ‘feudalismo’ ou do pré-capitalismo. Além disso, vinculado diretamente às preocupações gerais, a obra trata indiretamente da formação da burguesia gaúcha, demonstrando que na economia do charque, a mais vinculada à escravidão por suas características (e, portanto, a mais prejudicada com a concorrência estrangeira e o declínio do tráfico de escravos), não foram recrutados aqueles que seriam os novos empreendedores capitalistas, que foram formados sobretudo pelos imigrantes cujas atividades se concentravam no plantio de cereais ou na pequena empresa semi-industrial, tendo sido essas as atividades que depois dinamizariam a economia capitalista no Rio Grande do Sul (ibid., p.263). Por fim, a pesquisa de Fernando Henrique mostra também como as diferenças na condição do escravo – se do charque, a parte da economia mais atrasada, ou os escravos “domésticos nas cidades – geraram também diferentes maneiras de inserção na sociedade de classes (ibid., p.282; 313), que posteriormente influenciaria na forma como se daria a ascensão dos negros na região.

Se alguns autores falam de uma inflexão dialética (LIMA, 2015) ou de uma reviravolta metodológica (RODRIGUES, 2009) que fica marcada em Capitalismo e Escravidão Meridional, e que como acreditamos foi construída de forma processual ao longo da pesquisa de doutorado e das reuniões do *Seminário*, há outro elemento importante representado neste livro. Ele era a primeira experiência, em Cardoso, de fusão do treinamento em pesquisa empírica que recebera de Florestan Fernandes e de sua formação na USP com a utilização do método dialético marxista de interpretação da realidade.

Outro momento importante nesse período da trajetória de Cardoso na vida acadêmica também é marcado pela pesquisa empírica, mas dessa vez ainda mais concreta em sua dimensão política: a pesquisa sobre o empresariado, que daria origem à sua tese de livre docência. Como vimos, a “mentalidade” dos empresários e sua adequação às condições que o desenvolvimento industrial capitalista impunha a eles no Brasil sempre foram preocupações de Fernando Henrique. Mais do que isso, ainda influenciado pelas teses majoritárias na esquerda brasileira, Cardoso acreditava na hipótese de que a burguesia nacional era uma aliada importante na luta contra o imperialismo consequentemente pelo estímulo do crescimento e desenvolvimento do Brasil.²³ O projeto desenvolvimentista, aquele mesmo apoiado pelo ISEB e largamente difundido na época, teve também em Cardoso um de seus aderentes pelo menos até a pesquisa iniciada com os empresários de São Paulo para a construção da tese de livre-docência, entre 1961 e 1962.

Durante dita pesquisa, as reflexões de Cardoso com relação à industrialização no país começam a refinar-se e a tornarem-se mais complexas. O autor começa a atentar-se mais para as particularidades da burguesia nacional recém-formada relacionadas a sua origem e para algumas características particulares do processo de desenvolvimento econômico do Brasil e dos países subdesenvolvidos. Em dois textos de 1961, *Condições e fatores sociais da industrialização em São Paulo* e *Proletariado no Brasil: situação e*

²³ A entrevista de Cardoso em 2011 à Paiva et. al. (2011) é esclarecedora neste sentido: “Devo dizer que eu parti da hipótese que isso era certo. Era a ideologia gerada pelo Partido Comunista, basicamente, que tinha uma influência enorme, naquela época, no campo das ideias, embora nenhum de nós fosse ligado, àquela altura, ao Partido Comunista. Mas a influência era geral. E qual era a ideia? Era a seguinte: tem que haver uma aliança entre os setores progressistas do empresariado com a intelectualidade e os setores populares contra o imperialismo e o latifúndio. Essa era a visão, pode ler todos os documentos do Partidão. Quando eu fui fazer a pesquisa sobre os empresários, todos eles estavam se associando com os estrangeiros, ninguém queria fazer a reforma agrária, não existia tal coisa, era pura ideologia. Então, a partir daí, a crítica era essa.”

comportamento social, trata novamente sobre as origens agrárias de grande parte da burguesia industrial paulista e de como esta é ligada ainda à mentalidade tradicional e senhorial, inclusive os imigrantes, e por outro lado passa a falar do papel do Estado na propulsão da industrialização como uma característica que diferencia bastante esse processo do que aconteceu com os países europeus, especialmente por conta da pressão das massas por sua incorporação (CARDOSO, 1961a, p.157; 159). Discute também no mesmo contexto a história do proletariado no Brasil, demonstrando como no período populista houve uma incorporação paternalista, na qual o proletariado era massa de manobra mas ao mesmo tempo elevava seu nível de consciência, e argumenta sobre a tendência de que as reivindicações proletárias se tornassem cada vez mais organizadas, mas não saíssem dos marcos da luta por melhorias dentro do capitalismo, já que esse ainda tinha potencial para expandir-se no país (id.1961b, p.152).

Mas é na apresentação dos resultados da pesquisa, em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, que fica sistematizado o acúmulo teórico de Fernando Henrique até aquele momento. No prefácio que escreve à segunda edição do livro, em 1971, ele afirma:

Convém ressaltar que ao iniciar as entrevistas com os empresários parti da convicção, corrente na época, da possibilidade de levar adiante o desenvolvimento econômico, promover as “reformas de base” e alcançar formas de participação política mais amplas e de distribuição social mais equitativa por intermédio da política nacional-populista. A reconstituição histórico-estrutural da formação da sociedade industrial e a análise do comportamento e das atitudes dos empresários mostraram-me, no decorrer da investigação, os equívocos da ideologia predominante à esquerda e a inconsistência prática das políticas propostas. Este livro foi um esforço para ressaltar, quando ainda existiam opções nacional-populistas vigorosas, as dificuldades e mesmo impossibilidades de conseguir a transformação da sociedade brasileira, com as aspirações indicadas acima, com base na referida aliança entre empresários nacionais, Estado e massas populares. (CARDOSO, 1972a, pp.14-15).

Não é à toa, portanto, que Roberto Schwarz interpreta o livro como estando a um passo da intervenção política. De fato, pelas polêmicas que levanta e pelas consequências políticas das análises apresentadas, o livro tinha um potencial muito diferente de *Capitalismo e Escravidão*. O trabalho anterior trazia uma análise inovadora sobre um tema importante para a história nacional, e podia representar rupturas metodológicas importantes no meio acadêmico da USP especialmente com relação a Florestan Fernandes, mas seu impacto político, para além das discussões – de certo ainda existentes à época – sobre a pertinência da utilização da categoria ‘feudalismo’ para analisar o Brasil

– não podia ser muito grande. Com *Empresário Industrial* a história era outra. O sociólogo estava entrando diretamente em um dos pontos fulcrais da estratégia política encampada por amplos setores da esquerda, desde o PCB aos nacionalistas do ISEB, como ele afirma claramente no livro (id.1972a, p.87).

Ele começa o argumento retomando seus trabalhos anteriores sobre as condições sociais do processo de industrialização, e chamando a atenção para outros trabalhos de Caio Prado Jr., Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe que demonstravam as dificuldades externas e internas do desenvolvimento, para depois demonstrar como a literatura vigente apostava que a burguesia latifundiária, o setor mercantil da burguesia urbana e a pequena burguesia radical vinculada às forças armadas constituíam o apoio ao imperialismo e do imobilismo social, enquanto o proletariado e a burguesia industrial seriam os polos dinâmicos da sociedade. Na medida em que o proletariado é, no processo de formação do capitalismo, mais objeto da ação empresarial da burguesia do que agente dinamizador, “as consequências políticas dessa análise são grandes, pois a “burguesia nacional” surge como a esperança e a razão de ser do desenvolvimento econômico e da modernização do país”, o que teria um exemplo na experiência de São Paulo (id.ibid.). Contudo, argumenta Cardoso, a pesquisa realizada mostrou que a ação empresarial brasileira, mesmo em São Paulo, foi acanhada, com práticas rotineiras e sem organizar grupos de pressão em torno de um projeto pelo menos até meados da década de 50.

Para explicar então o desenvolvimento ocorrido até ali, ele fala de dois momentos importantes: o primeiro foi a pressão pelo progresso e independência nacional, surgida a partir dos grupos técnicos das classes médias e das massas populares que haviam emergido na política nacional, e o segundo foi uma permeabilização do setor industrial já existente aos modelos e práticas difundidos pelas pressões desenvolvimentistas, sem necessariamente ter havido uma adesão aos valores que moviam aquelas pressões (ibid., p.90). Segundo Cardoso, os grupos que impulsionaram o primeiro momento nacionalista, pela falta de um projeto coerente e por sua posição estrutural – eram burocratas, trabalhadores do setor de serviços e massas rurais recém chegadas às cidades, fruto das mudanças estruturais acarretadas pela industrialização rotineira e incipiente – não esperavam que a burguesia nacional poderia aliar-se posteriormente aos interesses estrangeiros; a burguesia industrial, por sua parte, não sabia que seria a principal beneficiária desses movimentos, aos quais era em sua maioria contrária.

As possibilidades de os movimentos populares nacionalistas – mesmo apoiados por sindicatos, pela extrema esquerda, etc. – conduzirem os processos de mudança eram estreitas, já que a massa era amorfa e o que sobrava eram os grupos pequeno-burgueses, sem lastro estrutural para encampar movimentos de fôlego. Por outro lado, as classes dominantes se transformaram ao longo do processo, aliaram-se a outros grupos e buscaram preservar parte do seu antigo poder. O Estado se fortaleceu com a participação do maior número de cidadãos como “massa de manobra”, mas continuou a funcionar de acordo com as decisões da aliança entre a burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que exprimem o imperialismo e o subdesenvolvimento (ibid., p.96). Justamente por esse último aspecto, a situação não era totalmente adequada aos interesses industrialistas, e por isso a instabilidade era muito grande, já que a nova ordem não permitia mais a total exclusão do ponto de vista popular.

Cardoso segue argumentando que ainda que esse ponto de vista tenha que ser considerado, a participação era manipulada em grande parte pelos meios de comunicação de massa, e a ineficácia dos partidos e movimentos de esquerda dava espaço à atuação de líderes carismáticos populistas. Na medida em que a massa não se tornava classe, a pequena burguesia não conseguia impor uma política concreta e passava a rejeitar como retrógrada a política populista, pelo que foram perdendo rapidamente o controle do processo que haviam iniciado. A burguesia, por sua parte, oportunamente “acatou” a ideologia desenvolvimentista mesmo que superficialmente, e com seu interesse de classe, fundado em uma posição estrutural consistente para movê-la, lançou-se ao desenvolvimentismo deixando para trás o nacionalismo, o que se consolidou com os industriais da segunda geração (ibid., p. 98). Essa segunda geração de industriais compreendia a importância do Estado para seu próprio crescimento, mas dissociava isso de uma ideia de interesses nacionais.

A partir dessa caracterização geral do processo brasileiro, a segunda parte do livro é dedicada mais propriamente à caracterização do empresariado no país. Cardoso vai construindo um quadro em que a própria falta de consciência da burguesia industrial de sua situação lhe garante algumas vantagens, na medida em que se vê subjetivamente como povo, e *exige* do Estado as suas demandas, mas ao mesmo tempo pode influir decisivamente nas decisões por ser parte da composição da aliança de poder e fundamental na estrutura econômica do país (ibid., p. 179). Aos poucos, o autor vai

desconstruindo a ideia de uma burguesia capaz de levar a frente por sua própria conta um projeto de desenvolvimento no país:

À crescente expansão do mercado e, conseqüentemente, ao aumento de poderio econômico da burguesia industrial, não tem seguido, pelo menos no mesmo ritmo, a desagregação da antiga ordem político-social pré-industrial. A burguesia industrial se acomoda em larga medida à dominação tradicional. Queixa-se da política clientelista do Estado, mas exige, em troca de apoio a esta mesma política, favores, privilégios e concessões que, se fossem concedidos na medida da demanda e se não houvesse, como já mostraremos tendências noutro sentido, tornariam as indústrias brasileiras réplicas modernas das Reais Companhias que, noutros tempos, abrigaram interesses dinásticos e interesses burgueses (CARDOSO, 1972a, p.181).

Mais concretamente, Cardoso demonstra que existem dois setores da burguesia industrial no Brasil: um mais moderno, que se beneficia da inversão direta de grupos internacionais e que busca a industrialização do país como sócio menor dos interesses estrangeiros; e outro que, tendo conseguido “fazer a América” ou aplicado os capitais ganhos na lavoura na indústria, fez surgir grandes industriais, cujo progresso é logrado através da manipulação de empréstimos estatais, do trabalho árduo e da sonegação, estes sendo os que dirigem as empresas de forma mais tradicional (ibid., p.182). Entretanto, nem os primeiros deixam de utilizar o Estado quando precisam e nem os segundos de aliar-se aos interesses estrangeiros. Conforme as indústrias crescem, a tendência é que uma ideologia industrial única vá se formando, em defesa da propriedade privada, liberdade de iniciativa, etc., e na medida em que estruturalmente vão se apresentando condições em que a necessidade de alianças com grupos industriais internacionais é maior, as diferenças ideológicas entre os grupos tendem a diminuir cada vez mais. Assim, essa racionalidade crescente, com objetivos e estratégias comuns, pelo menos em alguns setores mais dinâmicos da burguesia industrial, poderia em caso de generalização dar condições para que a burguesia industrial se tornasse realmente dirigente do processo de desenvolvimento brasileiro.

Por sua vez, isso dependeria da forma como a burguesia lidaria com os outros setores, e os dilemas nos quais ela se encontrava impediam em grande medida essa generalização. Primeiro pelo fato de que por não terem participado do impulso inicial do modelo de desenvolvimento apoiado pelo Estado, tinham necessidade de optar ou por apoiar os movimentos populares que pressionavam no sentido da estatização dos setores básicos da economia, ou associar-se aos capitais estrangeiros para tentar o

desenvolvimento nos moldes clássicos (ibid., p.,186). Entretanto, em ambas as situações a burguesia industrial corria o risco de perder a hegemonia, e além disso não tinha capacidade de controle diante do Estado para, por exemplo, buscar construir um ambiente adequado ao investimento estrangeiro quando este se tornasse mais escasso, e nem aceitava defender com firmeza o investimento estatal como modelo de desenvolvimento. Por outro lado, precisava lidar também com a situação de pressão das massas populares, já que a industrialização se fazia através do consumo amplo.

Então, a opção aqui era entre apoiar as massas populares em suas reivindicações de maior participação e de incorporação ou apoiar o “partido da ordem”, para evitar qualquer tipo de revolução ou transformação radical, mas correndo o risco de cair no imobilismo (ibid., p.189). Finalmente, Fernando Henrique mostra que por conta dessa situação a política brasileira vivia um movimento pendular, que ia do imobilismo ao reformismo e, alguns meses antes do golpe de 1964, em um momento em que muitos autores previam que a situação se tornava insustentável, afirmava a impossibilidade da situação seguir como estava:

As possibilidades de manutenção do movimento pendular na política brasileira não são, todavia, ilimitadas. As últimas “crises institucionais” – queda de Jânio, parlamentarismo – exprimem, no fundo, a incapacidade das classes médias tradicionais e dos grandes proprietários “pré-industriais” de manterem o controle do Poder sem o concurso mais direto do que se convencionou chamar o “novo Brasil”, isto é, dos representantes da economia urbana e industrializada. Estes, por sua vez, temem os riscos de provocar mudanças consideráveis no aparelho estatal e na estrutura econômica tradicional. Assim, com a atitude tímida motivada pelo medo de realizar alianças com as massas urbanas, favorecem o arremedo de controle que as cúpulas dos partidos políticos, representantes dos interesses tradicionais, pretendem exercer sobre o Estado e a Nação. Abre-se, pois, certa margem para que o comportamento político dos grupos dominados possa tentar exprimir-se com algum êxito. (...) Às vacilações que a situação impõe à burguesia urbano-industrial, pode corresponder a ousadia das massas se elas se negarem a “desempenhar o seu papel” no jogo tradicional de compromisso e acomodação. (CARDOSO, 1972a, p.190).

A situação em que se encontrava a burguesia a tornara “temerosa e incapaz” de “romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados” (ibid., p.191). Neste sentido, a mensagem principal da análise do autor fica muito clara: a burguesia simplesmente não tem condições de dirigir qualquer processo de desenvolvimento de caráter popular e sequer nacionalista. Resumindo o argumento, para se consolidar como classe hegemônica precisaria contrariar os interesses

dos grupos tradicionais, mas para isso precisaria aliar-se com as classes populares, o que não fazia por medo de perder tudo em uma transformação radical.

É neste contexto que Cardoso termina o livro afirmando que a burguesia já optou pelo “partido da ordem”, e que resta saber o que farão as massas urbanas e os grupos populares, deixando no ar a pergunta entre as alternativas: será subcapitalismo ou socialismo? Com relação à pergunta final do livro, Lima argumenta que é uma pergunta formulada já sem esperança, na medida em que “pela sua própria análise, não parece haver lugar para um desdobramento socialista entre as *massas afônicas* e o *interesse soberano*” (LIMA, 2015, p.182). O próprio Cardoso, em entrevista ao autor daquele trabalho, reconhece que o final do livro é uma “concessão à ideologia”, já que no contexto de crise do governo Jango era “muito difícil ser consequente com o que eu tinha visto” (LIMA, 2015, p.223). Apesar da interpretação de Lima ser muito condizente com o tom geral do livro e principalmente com as análises de Cardoso posteriores às que ora discutimos, e de FHC em 2013 ter declarado expressamente que não acreditava realmente naquela possibilidade, acreditamos ter elementos para demonstrar que durante toda a década de 1960 e pelo menos até fins dos anos 1970 existiu uma tensão clara no pensamento de Cardoso, entre sua posição de cientista que compreendia os limites estruturais para transformação, e uma posição mais filosófico-política que mantinha vivo certo “dever ser” em diversos momentos de sua obra. O fato de no futuro essa tensão parecer ter sido resolvida em prol da primeira linha e do próprio autor negar – décadas depois – sua existência já naquele momento, não significa que ela não tenha existido. Todavia, esse tema que aqui é apenas uma oportuna digressão será tratado com mais profundidade no próximo tópico de nossa discussão. Por ora, voltemos à trajetória do pensamento e das problemáticas construídas por Fernando Henrique ao longo do período analisado.

Quando Cardoso afirma que a burguesia se tornara “temerosa e *incapaz*” de conduzir o processo de outra forma que não associando-se aos interesses tradicionais ou ao capital estrangeiro, fica colocado um novo aspecto da problemática geral, que será abordado pelo autor nos anos posteriores: a impossibilidade da burguesia nacional conduzir os processos se relaciona com as características provenientes de sua origem de classe, e é daí que vem seu temor, mas também com a nova situação estrutural que vai se formando no capitalismo internacional naquele momento, e é daí que vem sua

incapacidade. Este último aspecto, embora abordado superficialmente no *Empresário Industrial*²⁴, será bastante mais desenvolvido nos próximos trabalhos de Cardoso.

Pouco antes do golpe de 1964, Cardoso publica na revista *América Latina*, do Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, um texto intitulado *Projeto de estudo: Empresários industriais e desenvolvimento econômico na América Latina* que, apesar de curto e pouco conhecido, nos parece muito importante para compreender a continuidade entre os trabalhos anteriores e os que viriam a forjar a discussão sobre a dependência. O pequeno artigo, em forma de projeto, começa afirmando que o estudo proposto busca continuar as investigações feitas anteriormente sobre a formação da burguesia e o desenvolvimento econômico em São Paulo, já que os resultados mostraram que a interpretação sociológica a respeito da continuidade do ritmo do desenvolvimento econômico e das transformações das instituições políticas e sociais de uma região “só podem ser suficientemente esclarecidas através de análises mais amplas que permitam focalizar em conjunto as relações entre países subdesenvolvidos e países industrializados” (CARDOSO, 1964, p.101). A semelhança da condição estrutural de países subdesenvolvidos na América Latina, cotejada com a diferença dos contextos histórico-políticos nos quais se formaram as burguesias nacionais permitiria isolar variáveis sociologicamente relevantes para explicar as condições de desenvolvimento dos países da região. Assim, seria possível analisar o problema das “possibilidades de formação de um núcleo empresarial” e o da “transformação da burguesia nacional sob pressão deste núcleo em camada dominante politicamente dominante” (ibid., p.102).

Fernando Henrique afirmava buscar partir da contestação à ideia geral de que o dinamismo do setor privado da produção constituiu a mola do desenvolvimento – certamente percebida em *Empresário Industrial* para o caso brasileiro, e demonstrada já com a inserção na problemática mais geral do empresariado na América Latina em texto de 1963, publicado para a parte sobre o Brasil em coleção chamada *El empresario Industrial en América Latina*, da CEPAL (CARDOSO, 1963) – mas buscando examinar a necessidade, para o desenvolvimento da industrialização nos moldes capitalistas, da

²⁴ FHC afirma que “a penetração das organizações econômicas internacionais nos mercados dos países subdesenvolvidos, quando não os subjuga inteiramente, provoca reações dos empresários nacionais no sentido de garantir o mercado para ‘grandes empresas’ sob seu controle. Em geral, como foi o caso do setor privado da economia brasileira, as grandes empresas nacionais acabam por associar-se às empresas estrangeiras de uma ou de outra forma, tornando-se dependentes, na medida em que são sócios menores.” (1972a, pp.156-157).

formação de um empresariado ativo, e a forma pela qual a burguesia nacional pode ou não assumir o controle das decisões da política econômica nacional dos países estudados (id. 1964, p.102).

Neste momento surge a problemática fundamental, da qual partirão as conclusões – da perspectiva aqui adotada – mais importantes para o próximo período da produção teórica de Fernando Henrique:

Ainda dentro dos problemas fundamentais a serem analisados em conexão com a formação da burguesia industrial e o desenvolvimento, tentaremos delimitar *as possibilidades que efetivamente existem*, em termos políticos e econômicos, para que se complete o processo de industrialização sob a égide das burguesias nacionais em países subdesenvolvidos da América Latina. A pressão constante das populações fora da economia urbano-industrial e as relações de dependência econômica e política dos países latino-americanos para com os países capitalistas desenvolvidos serão os marcos dentro dos quais as burguesias nacionais terão de definir políticas capazes de permitir a industrialização sob seu controle. Tentaremos, portanto, verificar objetivamente as condições e as possibilidades deste cometimento, e quais as alternativas que se abrem diante dele. (CARDOSO, 1964, p.103).

Estão colocados neste projeto os principais pontos de partida para a obra mais importante da trajetória acadêmico-política de Fernando Henrique. Entre a feitura do projeto – a fins de 1963 – e o início da pesquisa, viria o golpe militar no Brasil em 31 de março de 1964. De certa forma, as previsões sobre a impossibilidade das coisas ficarem como estavam se confirmaram antes das expectativas, e o intelectual exilou-se em Santiago do Chile em agosto do mesmo ano. Lá foi contratado como diretor-adjunto do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (Ilpes), um órgão de pesquisa da ONU vinculado à CEPAL²⁵ (RODRIGUES, 2009, p.395).

É bastante interessante notar que, ainda que Cardoso não tivesse uma militância política efetiva e orgânica naquele momento, as conclusões políticas de suas teses pareciam se alinhar ao que eram as teses da extrema esquerda, quando contestavam tanto as teses nacionalistas defendidas pelo ISEB quanto as etapistas defendidas pela esquerda vinculada ao PCB²⁶. Como demonstra Bianchi,

²⁵ O Ilpes surge no interior da Cepal com a insatisfação com uma análise meramente econômica do desenvolvimento. Buscava-se, assim, levar em conta também os aspectos sociais e políticos do desenvolvimento, com o sociólogo espanhol exilado José Maria Echavarría tendo tido papel fundamental (Cf. LOVE, 1990, p.147).

²⁶ De fato, diversos autores (Cf. SADER, 2005; GUIMARÃES, 2001) destacam criticamente o fato de, às vésperas do golpe, parte da esquerda focar suas críticas no populismo e no nacional-desenvolvimentismo, e não na direita. Elio Gaspari demonstra como formou-se um cenário em que o golpe poderia vir tanto do

As críticas à noção de “burguesia nacional” e aos esquemas etapistas que caracterizavam a análise do PCB eram voz corrente na esquerda anti-stalinista da época e, particularmente, na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), fundada em 1961 (...) E haviam sido antecedidas em muito pelas pioneiras análises da Liga Comunista Internacionalista na década de 1930 e, particularmente pelo “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, de Mario Pedrosa e Lívio Xavier. (BIANCHI, 2010, p.189).

É certo que, depois do golpe, o exílio no Chile, com a experiência de trabalho e o contato com os demais profissionais do Ilpes e da CEPAL originários dos mais diversos países latino-americanos contribuiu com os anseios de Cardoso de estudar a América Latina em sentido mais amplo para compreender o subdesenvolvimento. Entretanto, como demonstra o projeto de estudos discutido há pouco, não é totalmente preciso dizer que o exílio pôs Fernando Henrique “em contato com mundo latino-americano e internacional”, como afirma Rodrigues (2009, p.395), na medida em que dá a entender que suas preocupações relacionadas a outros países da América Latina teriam surgido depois do exílio, quando na verdade elas foram potencializadas neste momento, tanto por esse encontro quanto pelas condições objetivas de pesquisa e produção do conhecimento proporcionadas por uma instituição de caráter internacional, mas já existiam desde antes da saída de Fernando Henrique do Brasil.

De qualquer forma, em 1965 já aparecem os primeiros resultados das pesquisas de Cardoso no Chile, publicados em dois textos internos do Ilpes praticamente simultaneamente, ambos em novembro: *Las elites empresariales en Latinoamerica* e *El proceso de desarrollo en América Latina (Hipótesis para una interpretación*

próprio governo Jango quanto da direita, a partir das Forças Armadas (CF. GASPARI, 2017) Em 1985, no contexto das eleições para a prefeitura de São Paulo, FHC dá uma entrevista sobre sua trajetória intelectual em que afirma: “O Brasil estava mudando. Quando subiu o Jango, o Darcy Riberio, que eu já conhecia, estava na Casa Civil. Eu não via isso com a animosidade que alguns (na USP) viam. O Weffort, por exemplo, tinha um horror ao populismo; ele nunca foi udenista, mas tinha espírito udenóide. Entre o udenismo e o populismo, eu ficava com o populismo. Com o Darcy eu briguei, porque eu achava uma loucura o que o Jango estava fazendo aqui. Com as reformas de base eles achavam que iam transformar o Brasil e eu dizia: ‘Mas meu Deus, isso aqui não vai dar certo’. No dia 13 de março de 1964, dia do comício pró Jango no Rio, num trem da Central, o Plínio Sampaio (hoje no PT) me disse que nós íamos ser exilados pelo Jango. Depois nos encontramos os dois no exílio, no Chile, exilados pelo golpe. Eu fiquei contra o golpe antiJango de cara. Mas lembro que, às vésperas do golpe, os professores da USP, encabeçados pelo Weffort e pelo Rui Fausto (filósofo) queriam assinar um manifesto contra os generais golpistas do sr. João Goulart. Eu tive que me aliar ao PC para segurá-los. Foi a única aliança que fiz com o PC na universidade, porque nós sabíamos que o golpe vinha do outro lado. Eles eram intelectualóides, tinham horror ao populismo. Isso se repete. Você vai convencer o PT de que o Jânio é de direita? Eles vão achar que no fundo é a mesma coisa, o Jânio, o PMDB, o Fernando Henrique. Eu fiz um desvio tremendo para entender qual é a força política do real” (CARDOSO, 1985, pp.31-32).

sociológica). Em ambos aparecem aspectos que estarão presentes, em vários momentos *ipsis litteris*, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*.

No primeiro texto Cardoso se pergunta, em consonância com o projeto de pesquisa anterior, sobre “las posibilidades y los límites que tiene la clase empresarial en América Latina, para actuar fuera del plano de la empresa, promoviendo las “condiciones para el desarrollo” y transformándose a la vez em clase política dominante (burguesía)” (CARDOSO, 1965a, p.15-16). O autor afirma que parte da hipótese de que as classes tradicionais têm permeabilidade o suficiente para incorporar os interesses da burguesia e que, portanto, é ingenuidade acreditar que os grupos empresariais representam simplesmente o setor moderno das sociedades latino-americanas e que tendem a aliar-se com as classes populares: ao fim e ao cabo, Cardoso parte, para a análise da situação latino-americana, das constatações que fez no estudo sobre os empresários no Brasil. Além disso, aparecem aqui já os esboços dos dois tipos básicos de integração ao mercado observados nos países latino-americanos: através de economias de enclaves, como as plantações centro-americanas, as minas bolivianas e a exploração petrolífera na Venezuela; ou através de economias baseadas em mercadorias de exploração controladas por produtores locais, que através da substituição forçada de importações, ampliam o mercado interno criado inicialmente com o segundo modelo apresentado (ibid., p.8).

Cautelosamente, a conclusão do texto afirma que

Parecería que la permeabilidad de las clases dominantes tradicionales y la especificidad de las condiciones en las cuales se da la industrialización en América Latina dificultan, si no impiden, que los grupos empresariales industriales y los hombres de negocio ejerzan el mismo papel dinámico que alguna vez tuvieron en el desarrollo del capitalismo y en la formación de la sociedad industrial. Paralelamente, parecería que la explicación de la mentalidad, de los valores, de las ideologías, las posibilidades de actuación de los empresarios latinoamericanos, tanto como jefes de empresa como en su actuación organizada como clase social, depende de una doble referencia a las condiciones concretas, ambiguas y a veces contradictorias que impulsan el mercado por una parte, y a las presiones y requerimientos de la sociedad por la otra. La confirmación de estas hipótesis está a la espera de los resultados de investigaciones ahora en curso, aunque las informaciones e interpretaciones disponibles hasta el momento parecen confirmarlas. (CARDOSO, 1965a, p.21).

O outro texto, *El proceso de desarrollo en América Latina*, é uma versão preliminar assinada apenas por Cardoso de boa parte das reflexões que aparecerão em *Dependência e Desenvolvimento*, escrito em parceria com Enzo Faletto. No texto surge o conceito de dependência que será utilizado pelos autores: Fernando Henrique afirma

que o reconhecimento da historicidade do subdesenvolvimento leva à necessidade de uma análise que considere a dinâmica interna dos países subdesenvolvidos também em função da estrutura global do subdesenvolvimento (CARDOSO, 1965b, p.13), ou seja, levando em consideração os interesses e as movimentações dos setores econômicos dos países desenvolvidos. Era preciso entender, para responder às perguntas feitas, o modo particular como as economias subdesenvolvidas se vinculam ao mercado mundial, é essa situação que configura as condições de possibilidade de ação das classes e grupos nos países subdesenvolvidos. Portanto, há “necesariamente algún tipo de dependencia” nessas situações.

La vinculación subordinada de las economías subdesarrolladas al mercado mundial se manifiesta en el plan más dinámico del proceso de desarrollo por una serie de características básicas en el modo de actuación y en la orientación de los grupos que aparecen en el sistema económico como productores o como consumidores. Esa situación de dependencia supone en sus posiciones extremas que las decisiones que afectan a la producción o al consumo de una economía dada se toman en función de la dinámica de las economías desarrolladas con las cuales la economía subdesarrollada mantiene relaciones de dependencia. Las economías basadas en enclaves coloniales constituyen un ejemplo extremo de esa situación (CARDOSO, 1965b, p.14).

A condição metodológica para chegar a esse nível de discussão proposta pelo autor era uma “análise integrada do desenvolvimento” que aliasse interpretações econômicas, sociológicas e políticas. Esta é discutida amplamente nos dois artigos, e também aparece aprofundada no livro. Em 1966, discutindo explicitamente o desafio da integração entre as perspectivas dos economistas com a dos sociólogos, inserido no contexto do Ilpes, no qual haviam especialistas das mais diversas áreas, Cardoso afirma que não se trata simplesmente de a sociologia complementar o trabalho da economia, mas sim analisar de forma integrada o desenvolvimento como um processo econômico-social e propiciar a formação de economistas e sociólogos com uma visão interdisciplinar, já que qualquer transformação econômica é ao mesmo tempo uma transformação social (id. 1966a, p.34). No contexto do Ilpes, ele está preocupado diretamente com o papel dos sociólogos – e provavelmente no seu próprio – na contribuição para os planos de desenvolvimento elaborados pela entidade, e é esse tipo de análise que busca aplicar com Enzo Faletto em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicado pela primeira vez em 1967 ainda no Chile.

As teses que se tornariam clássicas – não só as de Cardoso e Faletto, mas sim a de diversos autores que discutiram a dependência no período, com diferentes nuances –

começariam com a constatação já desenvolvida desde Celso Furtado na CEPAL de que o desenvolvimento dos países latino-americanos não poderia repetir os mesmos passos ou esquemas daqueles seguidos pelos países desenvolvidos em seu processo de industrialização originário, porque ao inserir-se no mercado mundial os países periféricos já apresentam uma relação de subordinação com os países centrais, uma forma de inserção subordinada e com papéis limitados no mercado mundial (CARDOSO & FALLETO, 2010, p.43, p.48). Como já discutimos, as formulações sobre dependência surgiam a partir da crítica ao paradigma cepalino e a partir de um balanço do fracasso de suas principais propostas em termos de políticas públicas, especialmente a industrialização via substituição de importações e o modelo político populista que a sustentava. Para Cardoso e Faletto, a industrialização dos países periféricos não seria causada simplesmente por crises econômicas internacionais, mas sim pela conjunção dos fatores estruturais com a dinâmica interna de cada sociedade, desde a história da formação de suas burguesias à relação que elas estabeleceram com o mercado mundial, etc.

Em resumo, a depender do tipo de colonização e das características da economia de cada país, somados aos condicionantes globais da dependência, se configurariam formas históricas diferentes, com arranjos determinados e dinâmicos entre as classes e grupos sociais em cada país. Na fase de “expansão para fora”, eram duas as situações gerais encontradas na América Latina, como vimos já na discussão do texto preliminar: a de controle nacional do sistema produtivo e as de enclave. Na primeira situação, os centros hegemônicos estrangeiros controlam a economia, mas não substituem as classes produtoras nacionais, pelo contrário, as reforçam na medida em que a elas cabe estabelecer relações com os novos centros hegemônicos diferentes daqueles que haviam sido as metrópoles – no primeiro momento a Inglaterra e depois os Estados Unidos, no lugar da Espanha e Portugal. Por sua vez, as condições de êxito dessa classe produtora nacional dependem da existência de um produto primário que assegure seu desenvolvimento – característica presente nesse tipo de situação de controle nacional do sistema produtivo –, da abundância de mão-de-obra e da disponibilidade de terras. A garantia dos dois últimos aspectos é eminentemente política, e por isso as classes produtoras vinculadas diretamente ao centro hegemônico no plano externo têm também que construir alianças no plano interno com os setores mais tradicionais, para garantir o latifúndio (disponibilidade de terras) e a mão-de-obra (na medida em que as pessoas não têm terra para trabalhar). Contudo, conforme se desenvolve a economia local se formam

novos setores médios e massas populares, que pressionam por sua incorporação, o que acentua as diferenças entre os setores dominantes modernos e os tradicionais (ibid., p.59-61).

Na situação de enclave, por sua vez, a produção local é um prolongamento direto da economia central, na medida em que tanto o investimento quanto os lucros são definidos e ficam nos centros hegemônicos. As relações estabelecidas não existem em nível econômico, mas sim em nível “social”, na medida em que os centros hegemônicos precisam de administradores locais para organizar o sistema de concessões, assim, do ponto de vista do mercado mundial as relações são estabelecidas entre os centros hegemônicos, passando apenas muito secundariamente pelos países de economia de enclave (ibid., p.69).

Cardoso e Faletto especificam os diferentes processos de cada um dos países vinculados a essas duas situações gerais de inserção no mercado. Não é nosso objetivo dissecar cada uma das situações, mas sim nos deter um pouco sobre o caso brasileiro e sobre as conclusões gerais do trabalho, para seguirmos acompanhando a trajetória e o desenvolvimento das problemáticas propostas por Fernando Henrique neste período. No caso brasileiro, o setor empresarial hegemônico não teve força para neutralizar os interesses das classes dominantes tradicionais, e menos ainda para unificar os setores populares – muito mais amplos que o setor operário, com massas urbanas não operárias e com amplas massas rurais não incorporadas, o que diferenciaria por exemplo do caso argentino – como massa assalariada (ibid., p.135). Neste sentido, a forma de vinculação das massas urbanas mobilizadas pela industrialização ao sistema de poder é o *populismo*, com uma forma de participação bastante limitada via sindicatos oficiais e que não incorporava as massas rurais e grande parte das massas urbanas não industriais, e ao mesmo tempo configurava-se numa “situação de poder” na qual os setores tradicionais também eram parte da aliança: a industrialização no Brasil tem impulso quando o setor mais dinâmico agroexportador perde o aparato de Estado a partir de 30, e será ele o único setor excluído da aliança populista posterior, além da massa rural (ibid., p.137).

Assim, no caso brasileiro o setor agroexportador potencialmente mais moderno fica de fora da situação de poder em um primeiro momento, e vai sendo incorporado, em sua ‘segunda geração’, posteriormente. Na medida em que isso vai acontecendo, as críticas à ineficácia do Estado e ao populismo como modelo de desenvolvimento vão aumentando, até que quando a necessidade de optar por um modelo estatista ou o de

“grande empresa” se impõe, a resistência do regime populista se torna insustentável (ibid., p.139). Quando a industrialização substitutiva de importações estava de vento em popa era possível compatibilizar a necessidade de acumulação de capital pelo menos com interesses das massas urbanas incorporadas parcialmente, mas quando a pressão aumenta e a situação econômica muda, em meio à crise de legitimidade da situação de poder, o populismo tenta ampliar-se em direção ao campo e a aliança populista se desfaz.

É de todo evidente que tal esforço apenas demonstrou a impossibilidade de conciliar interesses já claramente contraditórios; não só cindiu o ápice da aliança nacional-desenvolvimentista, pois os setores burgueses e latifundiários ainda estavam comprometidos, dentro do esquema de dominação vigente, e a aliança não podia manter-se com a incorporação dos homens do campo ao movimento de massas; mas comprometeu-se também a acumulação, principalmente no setor público, pois os custos sociais de tal política diminuíram as possibilidades econômicas de continuar a redistribuição sem afetar a expansão do sistema capitalista. Alcançam-se, assim, nesta etapa, os limites de populismo como forma de mobilização das massas e como possibilidade de propiciar o desenvolvimento (CARDOSO & FALLETO, 2010, p.140).

Esse panorama – abstraindo-se algumas especificidades – não é diferente do modelo latino-americano geral de desenvolvimento para dentro: tendo sido propiciado por vantagens momentâneas que proporcionaram as alianças populistas, quando essas vantagens terminam a aliança se desfaz e o modelo de desenvolvimento se esgota. Isso, somado à tendência à deterioração dos meios de intercâmbio nas relações de exportação com as economias centrais, *estrangula as possibilidades de crescimento senão vinculadas à abertura do mercado interno para o capital estrangeiro* (ibid., p.156). Nesse novo cenário, em que se soma a ação deliberada dos centros hegemônicos em buscar ampliar seus investimentos no mercado interno dos centros periféricos, gera-se a nova situação de dependência: os vínculos não são mais apenas de importação-exportação, mas sim de investimento direto nos mercados.

O esquema político de sustentação desse novo modelo de desenvolvimento requer uma articulação entre a economia do setor público, as empresas monopolistas internacionais e o setor capitalista moderno nacional: o mercado interno – no qual as empresas do centro investem – passa a ser formado pelos produtores nacionais, que são os “consumidores” prioritários, e não pelas massas. Assim, a política de redistribuição de renda e a demanda reivindicatória das massas, que em outro momento eram consideradas como propulsoras do desenvolvimento na medida em que incrementavam a capacidade de compra no mercado interno, agora passam a ser obstáculos, o que num regime democrático causa muita instabilidade, na medida em que o Estado precisa dessas massas

para eleger-se (ibid., p.168), daí a tendência a esse modelo de desenvolvimento ser dirigido por regimes autoritários (ibid., p.176). Ou seja, era possível haver desenvolvimento dependente, mas ele não geraria distribuição de renda ou mais igualdade.

Assim, o desenvolvimento, a partir desse momento, realiza-se intensificando a exclusão social, e já não só das massas, mas também de camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior, cuja principal alternativa agora é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se de forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura (CARDOSO & FALETTTO, 2010, p.169)

Uma das grandes contribuições de Cardoso e Faletto foi demonstrar, num contexto teórico em que havia uma dicotomia entre dependência e desenvolvimento, que era possível haver desenvolvimento mesmo sob o cenário da dependência, sem a necessidade de uma ruptura com o sistema capitalista – como apregoavam outros teóricos da dependência. No final do livro, ao retomar a discussão sobre se a ideia de dependência poderia ser eventualmente substituída pela de interdependência em algumas situações específicas, Cardoso e Faletto afirmam:

Por certo, a existência de um “mercado aberto”, a impossibilidade da conquista do mercado dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência. Mas a combinação destas com os interesses políticos, as ideologias e as formas jurídicas de regulamentação das relações entre os grupos sociais é que permite manter a ideia de “economias industriais em sociedades dependentes”. Portanto, a superação ou a manutenção das “barreiras estruturais” ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais do que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas “condições econômicas” (CARDOSO & FALETTTO, 2010, p.183).

Embora seguramente os autores não estejam defendendo a ideia de que a única forma de desenvolvimento poderia se dar pela via revolucionária, nos parece exagerada a ideia de que há “bastante otimismo” nas conclusões de Cardoso e Faletto neste livro, como sustenta Lidia Goldestein (1994, p.42), por exemplo, ou que os autores estejam fazendo qualquer tipo de apologia a este modelo de desenvolvimento possível e excludente, dentro do capitalismo.

Durante a feitura de *Dependência e Desenvolvimento*, as mesmas preocupações foram publicadas em outros textos, além dos que vimos anteriormente. Ora enfatizando o combate à perspectiva dual de análise das sociedades latino-americanas e em defesa da

análise integrada, que perceba os setores modernos imbricados nos tradicionais e vice-versa (CARDOSO, 1966b), ora enfatizando as opções possíveis para os setores modernos nacionais, entre o nacionalismo ou uma política de desenvolvimento “pura” independentemente de ser baseada no capital estrangeiro ou nacional (id.1967a, p.55). Em um texto de 1967, Cardoso expressa diretamente o que ficaria claro também em *Dependência e Desenvolvimento*: era necessária uma correção dos supostos concretos de interpretação sobre os limites do empresariado brasileiro. Ao invés de buscar a explicação nas marcas de origem do empresariado, vinculadas aos setores agrários e tradicionais, esta deveria ser encontrada “na estrutura histórica que ilumina a peculiaridade das formas de comportamento empresário” (CARDOSO, 1968, p.75), ou seja, no novo modelo de dependência que começava a ser imposto: os interesses da burguesia urbano-industrial se inter-relacionam com os da burguesia agrária, mercantil e financeira, além do capital estrangeiro, e isso não se trata de um vício de origem ou de uma falsa consciência.

A análise construída em *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, publicado em 1971, mas escrito entre 1967 e 1968, coaduna com essas reflexões. Se é certo que os empresariados brasileiro e argentino não têm “vocaço poltica hegemnica”, isso no significa que no tenham uma ideologia apropriada a seus interesses, mas sim uma poltica de interesses compartilhados, tpica das situaes de dependncia estrutural (CARDOSO, 1971, p.197). Alm disso, Cardoso demonstra que entre os dois principais setores do empresariado, aquele mais ligado s ideologias nacional-desenvolvimentistas o mais reacionrio, porque estruturalmente ocupa posies menos dinmicas na sociedade, enquanto o setor mais ligado ao capital estrangeiro potencialmente mais progressista, o que no deve ser confundido com defensor de um modelo de desenvolvimento que necessariamente inclu as massas (ibid., p.188). Uma das formulaes mais importantes de Cardoso durante esse perodo est expressa na concluso do mesmo livro:

A acomodaco da burguesia industrial forma' particular de dependncia que ela vive no implica "incapacidade histrica" para vislumbrar seus verdadeiros objetivos, mas sim o reconhecimento prtico da impossibilidade histrica de uma poltica hegemnica. A falta de um projeto de dominao s se revela como carncia em comparao com uma suposta necessidade de existncia de tal projeto. Ora, a anlise da situao de dependncia mostrou que, ao contrrio, na estrutura da situao no est inscrito qualquer projeto poltico necessrio de hegemonia nacional a ser cumprido pela burguesia industrial (CARDOSO, 1971, p.203).

A incapacidade histórica da burguesia não era para compreender seus próprios interesses, mas sim para alterar o curso do desenvolvimento internacional, o que fazia com que tivesse que adequar-se a ele. Fica claro que Fernando Henrique caminhou, de suas primeiras publicações relevantes até este momento, por uma trilha que buscou a compreensão das particularidades do desenvolvimento brasileiro, chegando aos demais países latino-americanos e formulando uma tese que baseia a particularidade de nossa realidade em um determinado momento da história justamente na totalidade concreta na qual ela está inserida, o contexto internacional, as relações econômicas e políticas aí construídas e as articulações internas que a elas dão forma. Nossas principais peculiaridades se devem a uma forma específica de inserção na totalidade, que por sua vez condiciona a forma como nos transformamos dinamicamente.

FHC defendia – e isso fica claro em *Dependência e Desenvolvimento* e nos demais textos daquele período – que não se devia separar o “externo” do “interno”, mas sim encontrar as características das sociedades nacionais que expressam a relação com a totalidade, com o externo. Isso significa que as variáveis externas podem ser consideradas como uma das variáveis internas para analisar as situações específicas de cada país. A relação entre processo econômico, condições estruturais e situação histórica na América Latina desvendada por Cardoso e Faletto naquele livro, e desenvolvida por Cardoso em diversos outros momentos, deixava claro que os esquemas teóricos formulados para os países desenvolvidos não davam conta de compreender as especificidades da América Latina. Nesse contexto surgia a necessidade do conceito de dependência, que substituindo a ideia de subdesenvolvimento e a de periferia econômica, acentuava não só o subdesenvolvimento econômico, mas também os processos políticos de dominação de uns países sobre os outros e de classes sociais sobre outras. Ao demonstrar as transformações históricas que surgem a partir das formas básicas de integração – enclave e controle nacional do sistema produtivo – eles buscavam evitar o equívoco de acreditar que a situação externa condiciona mecanicamente a interna e por outro lado de acreditar que as mudanças externas são irrelevantes. No fundo, a mensagem é que se articular dialeticamente os condicionantes externos e os internos, o universal e o particular, não há ciência política possível.

Neste sentido, consideramos oportuno interromper por agora a retomada da trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso para refletir sobre as possibilidades de considerar sua produção parte de um processo de nacionalização do marxismo no país,

nos termos que discutimos na primeira parte do trabalho. O “marxismo” de Cardoso neste período de sua produção teórica está longe de ser indiscutível. Vale a pena trazer ainda que rapidamente algumas discussões sobre a teoria da dependência de Cardoso e suas relações com o marxismo para fortalecermos nosso argumento. Diversos autores dividem em duas grandes vertentes as formulações sobre dependência que tiveram início nos anos 1960 na América Latina: uma marxista, e uma que seria mais diretamente uma continuação evoluída do estruturalismo da CEPAL. Alguns pontos seriam comuns a todos, e caracterizariam mais ou menos esse campo de discussão: a perspectiva histórica centro-periferia, as teorias da troca desigual (deterioração dos termos de troca), a negação do dualismo proveniente das teorias da modernização e a falta de expectativa com relação ao papel das burguesias nacionais (LOVE, 1990, p.168). Para Love, as duas primeiras características são derivadas diretamente do estruturalismo latino-americano da CEPAL; a terceira é comum tanto às teorias marxistas do imperialismo quanto à economia neoclássica e as teorias da modernização, sendo que quando em sua vertente marxista, se choca com a ortodoxia dos Partidos Comunistas; e a quarta seria efetivamente contraditória com as perspectivas cepalinas, que apostavam muito no papel das burguesias nacionais (id.ibid.).

Outro importante historiador das ideias econômicas e das teorias de desenvolvimento latino-americanas, Cristóbal Kay, reconhece que há elementos comuns a todos os pensadores da dependência, mas os divide em duas grandes tendências: uma reformista, que de alguma forma acreditava nas possibilidades de transformação e superação ou amenização da dependência – e do desenvolvimento – dentro do capitalismo, e outra marxista, que não via solução para a dependência dentro do capitalismo (KAY, 1990, pp.14). A primeira delas seria mais relacionada a uma evolução da escola estruturalista, com a tentativa de reformular as teorias cepalinas diante da crise da industrialização via substituição de importações, e a segunda questionaria o papel progressista do capitalismo nos países dependentes, desta maneira se colocando contra o marxismo ortodoxo (id.ibid.).

Joseph Love (1990; 1998) questiona o marxismo de Cardoso em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, afirmando que nos rascunhos do texto, marcados pelo estruturalismo cepalino, o marxismo está totalmente ausente e que na primeira edição em espanhol há pouco de marxismo. Segundo o autor, os rascunhos carregavam ainda as interpretações de *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*:

That work adumbrates one of his most important contributions to the dependency tradition – namely, his denial of the adequacy of the modernization paradigm, although in the limited context of the role of entrepreneurs. In that work, Cardoso though eclectic in methodology, cast his major conclusions within a Marxist paradigm. Thus the sources of Cardoso's contributions were various, and a safe conclusion would seem to be that he could make his statement in either a structuralist or a Marxist idiom. Yet it was initially made in the former, as dependency emerged in Santiago (LOVE, 1990, p.167).

Apenas na década de 1970, quando a teoria da dependência passou a ser mais discutida como tendo um referencial marxista, Cardoso teria introduzido mais marxismo em sua análise da dependência, como exemplificado no *post scriptum* e no prefácio da edição inglesa de 1979 (LOVE, 1998, p. 451).

Kay, por sua vez, usando sua classificação de reformistas x marxistas, coloca Cardoso entre os primeiros²⁷, embora afirme em uma nota de rodapé: “As with any classificatory schema, some degree of arbitrariness and simplification is involved. In a more refined classification F.H. Cardoso would have his own category” (KAY, 1990, p.25). Onde estaria a ambiguidade de Cardoso, que faz com que Kay não se sinta confortável em simplesmente deixá-lo sem nenhuma ressalva entre aqueles que ele considera reformistas e não marxistas? Nossa hipótese é que essa ambiguidade vem precisamente do fato de que Cardoso se referenciava no marxismo – era, efetivamente, um marxista naquele momento – mas não chegava a conclusões revolucionárias. Neste sentido, o trabalho de Lima (2015) é bastante elucidativo. O autor busca cotejar as formulações de Cardoso com as de Marx em *O Capital* (sabidamente lido por Cardoso ao longo do Seminário na USP) e encontra nexos importantes com o pensamento marxiano nas formulações de Cardoso. Para Lima, o conceito de dependência, construído a partir da noção marxiana de aniquilação do espaço para o mundo, teria como principal marca a demonstração da viabilidade do desenvolvimento do capitalismo na periferia, enquanto outros pensadores como Debray, Gunder Frank ou Celso Furtado, de diferentes maneiras desconsideravam essa possibilidade (LIMA, 2015, p.193).

Retomando muito rapidamente o debate que fizemos sobre nacionalização do marxismo na seção anterior, relembremos que construímos, a partir de Ricupero (2000) a ideia de que a universalidade do marxismo consiste justamente na capacidade de se

²⁷ Para este autor, dentre os reformistas estariam: Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Helio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Aníbal Pinto. Os marxistas seriam: Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank, Oscar Braun, Vania Bambirra, Aníbal Quijano, Edelberto Torres-Rivas, Tomás Amadeo Vasconi, Alonso Aguilar, Antonio García, entre outros (KAY, 1990, p.14).

converter em força viva nas mais variadas sociedades, passando de uma verdade teórica abstrata a uma universalidade concreta, o que demonstra a capacidade do marxismo de abranger as mais diversas realidades. Com Tapia (2002), vimos uma definição de nacionalização do marxismo no mesmo sentido, mas aprofundando a relação subjetiva do pesquisador marxista, que interiorizaria o marxismo como concepção de mundo tornando-o capaz de analisar as mais diversas realidades sem submetê-las a mecanicismos e nem tentar adequá-las a esquemas teóricos prontos.

Cardoso se identifica, no prefácio à segunda edição de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, escrito em 1977, com os que “continuaram lendo Marx buscando inspirar-se para entender a realidade contemporânea e não apenas para repetir o já sabido com um jargão de versículo de bíblia, conforme a moda” (CARDOSO, 2011, p.18), e todo o debate teórico da introdução do livro tenta fundamentar a dialética marxista como forma de conhecimento das totalidades concretas em suas particularidades. Não há dúvidas, por outra parte, de que em toda sua obra deste período há uma preocupação com as particularidades, e com a discussão teórico-metodológica que desse conta delas, sem reduzir a realidade a esquematismos. A preocupação provém do diagnóstico de que o cientista social latino-americano sempre convive com o “risco de utilizar quadros de referência ‘científicos’, isto é, sancionados pela comunidade acadêmica, mas que não encontram apoio nas situações de vida que ele experimenta e nas estruturas que deseja explicar” (CARDOSO, 1969, p.10).

Assim, se consideramos que Fernando Henrique se referenciava no marxismo como método de análise da realidade ao longo deste período de sua produção teórica e de suas formulações sobre a dependência²⁸, não há dúvidas que sua intenção não era repetir os erros das correntes que reproduziam as fórmulas dos manuais difundidos desde a União Soviética. Como observamos, seu marxismo vinha questionando, à esquerda, o marxismo manualesco típico dos partidos comunistas, particularmente dos setores majoritários do PCB no Brasil na maior parte de sua existência (talvez à exceção do período em que o próprio Cardoso fez parte de suas fileiras)²⁹. Toda a ideia da leitura de Marx no original

²⁸ Para uma discussão detalhada sobre as referências marxistas utilizadas por Fernando Henrique ver a tese de doutorado *As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)*, defendida no IESP-Uerj por Pedro Luiz da Silva do Rego Lima.

²⁹ É importante lembrar que dentro do próprio Partidão houveram tentativas interessantes de “nacionalizar” o marxismo, para além da de Caio Prado Jr.. Talvez o principal exemplo seja o de Astorjildo Pereira, ainda nos anos 1940 (Cf. PEREIRA, 1978; TRINDADE, 2014).

no *Seminário* visava superar o mecanicismo e dar conta das especificidades da realidade local brasileira, sem deslocá-la das questões universais. Para além da intenção expressa do autor, é importante da perspectiva que adotamos analisar sua produção teórica à luz das discussões que fizemos no início do trabalho. As considerações de Gramsci sobre a contribuição do moderno *Príncipe* para a construção de uma compreensão sobre a vontade nacional-popular podem ser um referencial para estabelecer a relação da produção teórica de Cardoso com o que aqui chamamos de nacionalização do marxismo. Como vimos, Gramsci falava que uma das primeiras partes do estudo deveria ser dedicada à vontade coletiva, “apresentando a questão do seguinte modo: quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?” E “em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura social do país em questão e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos” (GRAMSCI, 2000, p.17).

De acordo com o que debatemos até aqui, a primeira parte da segunda pergunta de Gramsci é praticamente uma obsessão para Fernando Henrique. Toda sua discussão, desde a preocupação com a industrialização em São Paulo, depois com a relação da escravidão com o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul, as discussões sobre o empresariado brasileiro e sua capacidade de dirigir processos e sobre os condicionantes histórico-estruturais que limitam e condicionam sua ação, está relacionada à busca de interpretar histórica, econômica, sociológica e politicamente a estrutura do Brasil e de outros países da América Latina. A partir dessa que sem dúvida é sua maior preocupação, ele chega em diversos momentos de forma explícita, e em muitos outros de forma indireta, ao debate das condições para que se possa criar e desenvolver uma vontade nacional popular e busca explicar a partir de sua análise estrutural as razões para os fracassos até aqui e para as dificuldades futuras.

Neste sentido, podemos falar de uma nacionalização do marxismo em Cardoso tanto por conta de sua forma de análise da realidade, pautada pela unidade dialético-concreta, quanto pelas problemáticas que aborda. De fato, ao construir uma interpretação que ‘nacionaliza’ o marxismo, ele parte dialeticamente do concreto da realidade nacional para terminar voltando a ele em outro patamar, considerando novas determinações e percebendo sua inserção na totalidade: é uma nacionalização do marxismo que, a partir do que há de nacional e particular, chega ao internacional e geral para depois voltar com

mais clareza ao ponto inicial. Ao fazer isso, Cardoso contribui com uma reinterpretação geral do capitalismo a partir da periferia, construindo uma das principais contribuições da América Latina ao marxismo internacional. A nacionalização do marxismo em Cardoso contribuiu para que ele percebesse, a partir da realidade local, justamente a emergência da globalização do capitalismo como determinante estrutural que limita e forja uma nova condição nacional. Se ao que parece suas conclusões apontam muito mais para impossibilidades da construção de uma vontade nacional popular que tenha capacidade de ser hegemônica nas sociedades latino-americanas do que para perspectivas de êxito e de ruptura com esse processo de globalização, isso não significa que não seja uma análise marxista ou que o autor não buscasse até aquele momento colocar-se ao lado da tentativa da construção dessa vontade, e menos ainda que não tenham havido reflexões sobre ela em sua obra, pelo menos até esse período.

A nacionalização do marxismo pressupõe uma fusão consciente entre teoria e prática em intelectuais marxistas dos países periféricos. Pressupõe, portanto, um engajamento político anterior ao lado das classes populares. Cardoso produz uma interpretação marxista original da realidade latino-americana com esse engajamento prévio tendo sido relativamente limitado, na medida em que sua militância anterior no PCB e sua trajetória intelectual a partir daí não parecem ter proporcionado uma aposta mais direta nas classes trabalhadoras ou populares como propulsoras da transformação social. Os limites desse engajamento prévio parecem ter sido substituídos, no processo de nacionalização do marxismo em Cardoso, pela pesquisa empírica. A fusão de pesquisa empírica com teoria marxista gera o potencial da interpretação de Cardoso, e faz com ele que efetive um processo de nacionalização do marxismo *sui generis*, pelos limites do seu engajamento anterior e pelo ceticismo nas classes populares como protagonistas da transformação. Nestes aspectos está a explicação para a obsessão de Fernando Henrique pela primeira parte da segunda pergunta de Gramsci (uma análise histórica e econômica da estrutura social do país em questão), e ao mesmo tempo para o tratamento apenas indireto da primeira pergunta (quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?).

Por outro lado, ele chega à segunda parte da segunda pergunta (uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos) na crítica ao populismo e às alternativas nacional-

desenvolvimentistas, especialmente depois do golpe de 1964 – que demonstrara o fracasso dessas perspectivas –, e de suas análises sobre a dependência, que demonstravam a impossibilidade e a impertinência do seu retorno. Se antes suas formulações se alinhavam com a extrema esquerda dos setores socialistas, inseridas naquele “diálogo tenso” com os populistas (Cf. RICUPERO, 2000, p.83), a partir das análises sobre a dependência e sobre o desenvolvimento possível (e provável) sob o manto do autoritarismo, sem mudanças radicais de conteúdo – mas com a ampliação no escopo da análise em uma nova conjuntura – a evolução contínua daquelas formulações o coloca diante de novas polêmicas contra o conjunto da esquerda.

Buscando compreender essa fusão consciente entre teoria e prática, continuaremos a discussão acerca da trajetória de Cardoso com um novo enfoque: as tensões que marcaram sua obra nesse período acerca das possibilidades de transformação radical da sociedade e da construção de uma vontade nacional-popular referenciada no socialismo, e como elas parecem ter começado a ser resolvidas fora do âmbito de sua produção teórica, mas no estágio da disputa de hegemonias que existia no momento em que ele dava os primeiros passos rumo a vida pública.

2.2. Entre os limites histórico-estruturais e as potências da práxis

Ainda em 1967, Cardoso publica um texto chamado *Los agentes sociales de cambio y conservación em America Latina (Un programa de estudios)*, no qual discute o papel das massas populares, dos empresários, dos setores tradicionais e do Estado no processo de desenvolvimento. Chama a atenção que, sem questionar-se acerca da possibilidade de qualquer outro modelo de desenvolvimento, o autor passa a perguntar-se, no final do texto, sobre as possibilidades de compactuar os interesses econômicos dos empresários com a integração das massas: existiriam essas condições na América Latina ou, como parecia na época, a forma de desenvolvimento adotada é incompatível com a participação das massas dentro do sistema político e tende ao autoritarismo? (CARDOSO, 1967b, p.28). Continua o raciocínio argumentando que um dos pontos importantes para responder a essa questão é observar a capacidade das burocracias estatais de se adaptarem a esse novo modelo de desenvolvimento, e que

Uno de los obstáculos más generalizados, en los países latinoamericanos, para la formación de una verdadera burocracia de formación técnica reside en el hecho de que la transición de la sociedad tradicional se hace bajo la presión de los movimientos populistas, de donde las reivindicaciones en torno a la distribución del ingreso y el precio de los favores electorales repercuten a nivel estatal,

transformando la administración en un mecanismo de la política de clientela, aunque con un sentido distinto del que tenía en el período de selección exclusivamente patrimonial de los funcionarios; es decir, se atiende sólo a las exigencias del "clientelismo de masas" y no a los criterios y a los objetivos impersonales y técnicos que reclama una burocracia moderna (CARDOSO, 1967b, p.28).

Neste sentido, subentende-se que uma organização “exemplar” do Estado poderia proporcionar melhores condições para a participação popular nesse modelo de desenvolvimento, na medida em que poderia ser considerado eficaz pelas classes dominantes, e um dos principais obstáculos disso historicamente foi o populismo. Mas Cardoso mostra que há casos de organização melhor do Estado, e que isso depende da presença das camadas médias – dirigentes de empresas estatais, planejadores – que, portanto deveriam tornar-se também objeto de estudo mais detido: elas seriam também agentes sociais relevantes da transformação (ou da conservação) na América Latina.

Dois aspectos chamam a atenção nesse texto: primeiro, a preocupação com a vinculação entre desenvolvimento e autoritarismo, que desemboca na questão da viabilidade da participação política das massas, e segundo a crítica ao populismo como um arranjo que prejudica a capacidade do Estado de adequar-se ao modelo de desenvolvimento, o que contribui com a opção autoritária corroborada pelas classes dominantes. De fato, após a sua volta ao Brasil em 1968, Fernando Henrique assume a cadeira de Ciência Política da USP, para em abril de 1969, alguns meses depois do decreto do Ato Institucional-5, ser aposentado de suas atividades pela ditadura militar, fundando, junto com outros intelectuais importantes, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O CEBRAP foi formado de certa maneira para dar continuidade ao ambiente intelectual da USP e terminou funcionando como um polo de referência para o pensamento de oposição no país (LAHUERTA, 2001, p.62), inclusive com conexões internacionais importantes, que pesaram muito para o interesse do MDB em convidar alguns de seus intelectuais para contribuir com a campanha de 1974 (id.ibid.). Além disso, ali seriam produzidas novas interpretações sobre temas importantes da agenda das ciências sociais no país, especialmente a crítica as teorias estagnacionistas (a partir de José Serra e Maria da Conceição Tavares), a ideia do desenvolvimento dependente e associado (desenvolvida sobretudo por Cardoso), a caracterização mais precisa do regime autoritário, que não seria fascista (novamente com Cardoso tendo protagonismo) e também as reflexões sobre o sindicalismo populista (especialmente a partir de Francisco Weffort) (id., p.63).

Ao que parece, a partir desse momento suas preocupações se deslocam da análise do modelo de desenvolvimento e dos condicionantes estruturais – que acompanharão suas interpretações por toda vida, agora mais como pressupostos que vão sendo atualizados do que como objetos – para as questões relacionadas ao regime político, ao poder e à participação nas sociedades latino-americanas e em especial a brasileira. É interessante notar que se antes o enfoque crítico era sobre o papel da burguesia, na medida em que a discussão era sobre o modelo de desenvolvimento, ele parece passar mais enfaticamente ao populismo quando a questão norteadora das reflexões de Cardoso se desloca para o regime, na medida em que as insuficiências do populismo explicariam de certa forma o autoritarismo vigente a partir de 1964. É provável que parte dessa mudança de perspectiva tenha a ver com sua estada na França, em 1968. Durante os protestos que deram origem ao maio de 1968, Fernando Henrique era professor de sociologia em Nanterre, junto com Alain Tourraine, Henri Lefevbre, e deu aulas para Daniel Cohn-Bendit, uma das principais lideranças dos protestos franceses. Parte da preocupação futura de Fernando Henrique com as classes médias, com questões mais comportamentais e com os limites do marxismo seguramente está relacionada a sua experiência francesa em 1968 (Cf. CARDOSO, 1978p, p.13).

À exceção de um texto que escreve para a ONU em 1969, no qual afirma que seria ingênuo pensar que na década vindoura seria possível reverter a internacionalização dos mercados³⁰ e defende a educação como um ponto importante de impulso do desenvolvimento e da inclusão, e de debates sobre a teoria da dependência³¹, as publicações seguintes de Fernando Henrique vão mudando o enfoque até 1973. Em 1970, escreve um texto discutindo o conceito de marginalidade em Aníbal Qujano e em José Nun, com um debate teórico-metodológico marxista interessante que resulta na problematização do conceito, e na afirmação da marginalidade como um determinado

³⁰ “It would probably be naive to think that it would be possible, in the coming decade, to suggest a retrocession in the process of internationalization of the mode of production in the Latin America-countries considered here. In the same manner, it would be unrealistic to believe in the possibility of closing the market to new technology and to consumer expectations of the masses, as was the case during the first stages of industrialization of the socialist countries. Even the selection of priority areas of investment and the choice of non-intensive technology - policies which undoubtedly will proposed -will meet with considerable obstacles” (CARDOSO, 1969a, p.19).

³¹ Além do texto “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”, de 1972, há também a resposta à crítica de Weffort sobre a teoria da dependência, publicada em 1970 como “Teoría de la dependencia: análisis concreto de situaciones de dependencia” e toda a polêmica travada com Rui Mauro Marini, que discutiremos no próximo capítulo.

tipo de integração específico das sociedades dependentes, e não como uma forma de “não integração” (CARDOSO, 1970a).

Se a reflexão sobre a participação e os regimes autoritários ganha força, outra ideia polêmica com relação à esquerda da época, e que continua as reflexões sobre o modelo de desenvolvimento em outro patamar, também passa a povoar suas reflexões: a de que havia desenvolvimento e crescimento mesmo sob o regime autoritário (CARDOSO, 1970b). Dadas as condições estruturais, o regime autoritário proporcionava um cenário possível para o desenvolvimento dependente associado, ainda que este viesse imbuído de exclusão e formando “ilhas de modernidade”. Entretanto, conforme ganhava força nos setores reacionários a ideia de que a democracia era incompatível com o crescimento, ele também polemizava com essas teses, demonstrando que se havia condicionantes estruturais que praticamente determinavam o modelo de desenvolvimento, estes não significavam que o regime político tinha que ser autoritário: era possível lutar contra o autoritarismo e manter o crescimento e o desenvolvimento, ainda que nos moldes da dependência (CARDOSO, 1972b).

Além disso, era importante deixar claro que não se podia generalizar para toda a América Latina o padrão de desenvolvimento associado: este seria a “forma possível” de aceleração do crescimento em situações de dependência de economias industriais que se integram cada vez mais ao modo capitalista de produção (ibid., p.18), mas havia também o “desenvolvimento popular”, que buscava vias não capitalistas de desenvolvimento, como em Cuba, Peru e no Chile de Allende naquele momento. Daí que sejam duas as grandes perguntas da década 1970 para Cardoso: como vincular os objetivos do desenvolvimento econômico a práticas políticas não totalitárias nem autoritárias, e se é possível a convivência entre esses dois “modelos” de desenvolvimento, principalmente por conta da preocupação com o papel dos Estados Unidos no contexto de uma Guerra Fria, que se enfraquecia mas seguia sendo usada ideologicamente (ibid., p.21).

Fernando Henrique se dedicou mais a responder a primeira delas. As justificativas para o argumento autoritário de que a democracia não era compatível com o desenvolvimento seriam a necessidade de “disciplina” (controle das pressões sociais por conta dos efeitos negativos do modelo de desenvolvimento para as massas) e o combate ao “inimigo interno”. Sobre o último, ele afirma que depende muito da correlação de forças internacional, na medida em que os grupos guerrilheiros na época encarnavam caricaturalmente a ideia do inimigo interno. Quanto à disciplina, no Brasil o regime é

desmobilizador e almeja a apatia política, que em longo prazo poderia ser bastante prejudicial para o desenvolvimento, na medida este demandava que as sociedades de massa fossem “ativadas” para que os conflitos se tornassem historicamente construtivos (ibid., p.29). Para Cardoso, portanto, o maior desafio da década que começava era “como evitar que, em nome do desenvolvimento, se termine por construir em alguns dos países-chave da América Latina uma sociedade apática controlada por regimes burocratizados e repressivos” (ibid., p.30).

Parece ser buscando construir uma resposta a essa pergunta para a situação brasileira que escreve *O modelo político brasileiro*³², em 1971, onde há uma interpretação sobre as razões e as principais tendências relacionadas ao golpe militar de 1964 no Brasil e alguns posicionamentos políticos importantes. Partindo da constatação de que não há condições de uma volta ao passado em termos econômicos e nem existe uma continuidade entre a tradição autoritária brasileira pré-45 e o tipo de autoritarismo exercido a partir de 64, Fernando Henrique busca explicar isso a partir das mudanças estruturais de padrão de desenvolvimento que ocorreram no Brasil desde o governo de Kubitschek. Naquele momento, as bases sociais do regime se alteraram devido à presença do capital estrangeiro, que buscava expandir-se para os mercados periféricos. Assim, no cenário de maior presença estrangeira na economia brasileira, ganharam força os grupos que expressavam o capital internacional, os setores nacionais que se vinculavam a esses grupos e, por seu caráter antipopulista, as forças armadas e a tecnocracia. Por outro lado, as empresas públicas, o Estado e os capitalistas locais seguiram atuando, mas perderam força, assim como os setores agrários tradicionais, as classes médias burocráticas tradicionais e os representantes políticos das classes que sustentavam o antigo regime.

Cardoso tenta mostrar neste momento (início da década de 1970) que um dos fatores explicativos mais importantes para essas mudanças – e a própria articulação em torno do golpe – era o fato de que o processo de acumulação capitalista passava a requerer a desarticulação dos instrumentos de pressão do regime populista anterior, e o golpe de 1964 criva as condições para isso imediatamente. Por isso, a burguesia aceitara no

³² Como demonstra Bernardo Sorj (2001, p.54), esse texto havia sido discutido em um dos “mesões” do CEBRAP e gerou profunda repercussão. Segundo o autor, tanto o importante texto de Francisco de Oliveira, “A economia brasileira: crítica da razão dualista” (1972) quanto o de Paul Singer, “As contradições do milagre” (1973), são de certa forma respostas ou repercussões diretas dos debates gerados pelo texto de Cardoso e pela intervenção de José Serra e Maria da Conceição Tavares, intitulada “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil” (2000), publicada em 1971.

primeiro momento a predominância das forças armadas, mas depois ficara impossibilitada de retomar o controle civil do Estado, sem sistema partidário representativo e dependendo – assim como setores da classe média que estavam fora do Estado – de contatos e alianças com os militares tecnocráticos para influir na esfera de decisão. Tudo isso gerou um modelo que, ainda que Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e grande parte da esquerda brasileira argumentassem que levaria à estagnação econômica³³, produzia dinamismo, crescimento econômico e mobilidade social para parte das massas urbanas, mas provocava marginalização e desigualdade social (CARDOSO, 1993a, p.63). Reclamar e imaginar tecnicamente modelos alternativos, como fizeram Furtado e Jaguaribe, apostando na classe média, era possível, mas não havia forças sociais disponíveis para tocar nenhum projeto alternativo naquele momento. Assim, consolidou-se um modelo de estabilidade social com dinamismo econômico, com mobilidade social limitada mas ideologicamente estimulada, desde que não gerasse nenhum tipo de pressão mobilizadora, dirigido por uma aliança entre forças armadas no Estado, a burguesia industrial e as classes médias que buscavam ascensão social, todos em contraposição aos interesses das classes populares.

O golpe de 64, assim, revolucionou economicamente porque adequou o sistema às novas condições de dependência associada. A partir da estabilização do regime e dos logros econômicos dos primeiros anos, passou-se a difundir a ideia de que o autoritarismo é necessário para o crescimento (ibid., p.79). Dessa forma, a pergunta da década ganhava seus contornos concretos diante da situação brasileira. Cardoso aí argumentava que havia dois fatores desestabilizadores do regime, um interno que seriam as forças repressivas mais duras, e outro externo que seriam os grupos de esquerda armados. Nenhum dos dois com poder de dar a linha política no governo, mas ambos funcionando como condicionantes, na medida em que contribuíam indireta ou diretamente para o impedimento da abertura (ibid., p.81). Então Fernando Henrique esboça um começo de resposta para a pergunta:

Não creio, novamente, que existe uma inevitabilidade favorável ao totalitarismo. Mas não acredito que sem uma reação vigorosa de dentro e de fora do Regime se possa evitar o fortalecimento dessa tendência. O curso atual do processo político levou o regime a um impasse. Apesar do êxito econômico e da disposição de parte de setores que o apoiam para criar um "sistema de reconciliação", as forças contrárias a isso estão estrategicamente colocadas dentro e fora o sistema. A oposição,

³³ Aqui está o âmago da sua crítica aos teóricos daquela que ficou conhecida como a “vertente marxista da dependência”. Desenvolveremos essa discussão no capítulo seguinte.

armada ou verbal, não tem forças, por outro lado, para provocar uma derrocada do Regime. (ibid., p.82);.

De toda essa interpretação e de suas conclusões, podemos inferir um pressuposto e uma consequência política das reflexões de Cardoso neste momento. Com base nas análises feitas nos anos anteriores sobre o modelo de desenvolvimento e seus determinantes estruturais, as alternativas para uma transformação do modelo seriam muito limitadas nas condições em que o Brasil se encontrava. Por outro lado, o regime militar autoritário não era estruturalmente necessário para garantir esse modelo de desenvolvimento e, portanto, existiam possibilidades de transformá-lo, e daí o deslocamento de perspectiva de análise: o modelo de desenvolvimento estava explicado e percebido como dificilmente transformável, e passava a ser uma questão de adequar-se a ele, enquanto o regime político poderia ainda ser transformado para garantir mais participação e, na medida do possível, alguma incorporação. A consequência política é a possibilidade de transformar o regime político, o que requeria costurar a oposição de dentro e de fora: esse seria o desafio daquele momento.

Retomemos um pouco o que consideramos um pressuposto, que foi brevemente discutido em uma digressão algumas páginas acima. É verdade que as análises de Fernando Henrique apontavam para muitas dificuldades de transformação, e que ele mesmo afirmou, como vimos, que realmente não enxergava possibilidades de fugir desse modelo de desenvolvimento. “Forma possível”, “impossibilidade histórica”, são expressões utilizadas pelo autor para caracterizar “o novo tipo de desenvolvimento, [no qual] os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, **não permitem alternativas**” (CARDOSO & FALETTTO, 2010, p.130). Reiteradamente, porém, poderá o contrário ao longo de seus textos.

Para além da conclusão de Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, que discutimos brevemente, em vários momentos aparece uma faceta que parece depositar um pouco mais de esperança na práxis das classes sociais subalternas, ou ser mais precavida com relação às conclusões estruturais provenientes de suas teses: o curso da história manteria sua autonomia criadora como “práxis de classes que se enfrentam” (CARDOSO, 1972, p.199). Em texto escrito em 1972 e publicado no mesmo livro que os artigos discutidos anteriormente (*O modelo político brasileiro e outros ensaios*), no qual

reafirma as mesmas teses centrais – que dependência e desenvolvimento caminham juntos nesse novo modelo, e que os militares no Brasil não representaram um retrocesso econômico – e argumenta na mesma linha com relação às determinações estruturais do modelo de desenvolvimento associado, Cardoso afirma:

Por este motivo não é realista esperar que a burguesia nacional lidere a resistência contra a penetração externa. Consequentemente, a crítica da perspectiva da dependência não poderá estar baseada nos valores associados ao nacionalismo burguês. Integridade nacional, como foi dito acima, significa primariamente integração popular na Nação e a *necessidade de luta contra a forma específica de desenvolvimento promovida pelas grandes corporações*. Do mesmo modo que o sindicalismo se torna um perigo para as sociedades de capitalismo avançado, o desenvolvimento é um real ponto de atração ideológica para os setores da classe média e operariado nos países latino americanos. A resposta a este efeito de atração *não pode ser uma negação puramente ideológica do progresso econômico, quando ele existe realmente. A contestação deve estar baseada em valores e objetivos políticos que aumentem a consciência da população com respeito às desigualdades sociais e à dependência nacional* (CARDOSO, 1972, p.203). [grifos nossos]

Esta é a última passagem do livro. Assim como termina *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* deixando no ar a possibilidade da alternativa socialista (primeiro ao subcapitalismo, depois ao capitalismo dependente), aqui ele termina falando da possibilidade de luta *contra* essa forma específica de desenvolvimento, e associa as possibilidades de êxito dessa luta ao aumento da consciência da população com relação às desigualdades e à dependência nacional. Ora, seria um exercício de retórica do autor terminar os livros apontando deliberadamente para caminhos os quais não acreditava serem possíveis, ou havia de fato uma tensão em seu pensamento? A hipótese que levantamos aqui é de que durante o período de sua produção teórica analisado até aqui houve, especialmente vinculada à imprevisibilidade das conjunturas de disputa política no qual estava inserido nosso autor, uma tensão que acompanhou suas reflexões: a da busca pela determinação das condições estruturais de possibilidade da transformação, em geral bastante reduzidas, por um lado, e a concessão ao inesperado, à possibilidade de transformação proveniente de algum cenário imprevisto, ocasionado pela ação das coletividades.

Em muitos momentos no período analisado há esse movimento em Cardoso de construir a análise dos limites estruturais, e deixar a porta aberta para a transformação. Para tomarmos um exemplo bem anterior, em texto de 1961 que discutimos acima, após argumentar que o proletariado tendia a lutar por melhorias de sua condição no sistema capitalista naquele estágio da industrialização em São Paulo, especialmente porque o

contexto era de crescimento econômico e expansão, o autor termina perguntando-se se o capitalismo, em nível nacional e internacional, poderá assegurar em médio e longo prazo o ritmo presente (à época) da expansão econômica, para arrematar: “O autor acredita que não, e neste caso, no futuro, redefinir-se-ão os quadros gerais que limitam as possibilidades de ação operária e as formas de comportamento proletário no Brasil” (CARDOSO, 1961b, p.122). Em *A Cidade e a Política*, texto publicado pelo CEBRAP em 1972, no qual discute a ideia de cidade e a vincula com uma crítica ao regime ditatorial brasileiro, está colocada uma dimensão de “dever ser” que não é comum na obra de Fernando Henrique até aquele momento, e que pode contribuir com nosso argumento. Tendo discutido o modelo de desenvolvimento e os limites, e argumentado em prol da “reativação das bases populares”, o texto termina de forma surpreendente pela sua radicalidade, afirmando que se não houver a reativação da sociedade por meio de movimentos sociais que forcem a participação política e a definição de novas formas de *controle das empresas, das cidades, do estado e das instituições sociais básicas*, criaremos um horroroso mundo novo que substituirá a cidade por Aylhaves (CARDOSO, 1972c, p.61).

É claro que poder-se-ia argumentar que se tratava de uma perspectiva de luta restrita à participação política, e que o controle das empresas, das cidades, do Estado e das instituições não significava transformações estruturais. Mas em um pequeno texto sobre Cuba, chamado “*Lição ou Símbolo*”, essa tensão se expressa de forma mais intensa e parece justificar nossa argumentação. Escrevendo em 1973, Cardoso afirma que não pode haver esperança sem fatos, e que nesta medida Cuba os havia proporcionado.

Primeiro, uma lição: *a dependência pode ser quebrada*. O peso das estruturas jogava contra e não a favor. A frialdade da análise política “objetiva” teria que apostar no fracasso. E houve vitória. No calcanhar do gigante, afirma-se a liberdade de diferir. Com fatos. (...)

Lição dura a deste método. O quase martírio do Che e as anotações que ele deixou em sua última arremetida têm para a América Latina o significado supremo de mostrar o preço deste aprendizado. Não há líder – e o exemplo refere-se talvez ao mais genuíno pregador da lição cubana para a América Latina – que deixe de pagar um preço absoluto quando se dá o desencontro entre a vontade de mudar e as condições da mudança. Mesmo neste caso, de insucesso, fica, entretanto, o símbolo: *para mudar é preciso lutar* (CARDOSO, 1973, p.3;5) [grifos nossos]

A dependência pode ser quebrada mesmo que o peso das estruturas jogue contra. Quando Fernando Henrique fala da frialdade da análise objetiva, sem dúvida poderia estar falando de si mesmo, de sua própria forma de analisar a realidade e a América Latina –

ainda que em seu modelo de discussão das formas de dependência a formação histórico-estrutural de Cuba gerava condições para esse tipo de ação revolucionária, já que não havia ali mediações e nem expectativas de incorporação para as massas. De qualquer forma, o mais interessante dessa passagem é notar um Fernando Henrique estimulado com os fatos que derrubam as estruturas, mas atento – com o exemplo do Che – ao preço que se paga pelo desencontro entre a vontade de mudar e as condições para a mudança. Mas como pode ser possível que qualquer movimento derrube ou pressione as estruturas a ponto de transformá-las de forma inesperada se a análise objetiva mostra que a tendência é que haja o desencontro que leva à tragédia? A mediação é o símbolo, nas palavras do próprio Fernando Henrique, trazido pela revolução cubana: *para mudar, é preciso lutar*.

Gramsci afirmava que o mero cientista se contentava com o “ser”, enquanto o homem de Estado não podia deixar de ocupar-se também com o “dever ser”, como vontade concreta, com base na realidade efetiva, que é uma relação de forças em contínuo movimento: “aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la ou superá-la” (GRAMSCI, 2000, p.35). Fernando Henrique parecia concordar com a tese de Gramsci, e afirmava ser “preciso meditar não apenas sobre o processo político tal como ele ocorre, mas sobre como nos parece que ele deve vir a ser” (1972c, p.60).

A relação consciente que se estabelece entre teoria e prática é mediada precisamente pela dimensão do “dever ser” inserida num contexto concreto. A questão que se coloca de imediato é como se determina a distância, o tamanho do caminho a ser percorrido entre o “ser”, a realidade efetiva percebida e conhecida cientificamente, e o “dever ser” apontado filosoficamente nos intelectuais? Gramsci, novamente, nos oferece as pistas, quando diz que devemos buscar compreendê-los não apenas pela função que exercem, mas também pela posição que ocupam em algum dos grupos em pugna na sociedade. É a posição ocupada na estrutura da sociedade, num determinado contexto de disputa de hegemonias, que coloca as dimensões da distância entre a realidade efetiva das coisas e o tamanho da transformação a que se almeja, o que, então, orienta a ação consciente. Conforme debatemos com Löwy e Goldmann, a posição estrutural de determinadas classes sociais permite pontos de vista mais amplos, mais gerais. Fernando Henrique era um homem da classe média intelectualizada, com status de professor

universitário e intelectual profissional reconhecido já internacionalmente no início dos anos 1970. Era de um setor da sociedade que se não era prejudicado diretamente pela política econômica do regime, era perseguido culturalmente. Além disso, era de uma família com história na política, de um setor da classe média que tinha ligações históricas com o Estado e que proporcionava um leque de contatos e interações diferente do que o que ele teria com a projeção acadêmica que já ganhara. Além disso, diferente de outros como ele, não havia se engajado politicamente em nenhum tipo de organização que buscasse estar ao lado das classes trabalhadoras e partir da perspectiva delas para pensar e intervir no mundo.

Se havia uma tensão entre o “ser” como estrutura analisada, como determinantes estruturais, e o “dever ser” como conjunto de possibilidades, no momento em que o pensamento de Fernando Henrique passa a tornar-se mais concretamente projeto de ação, em princípios dos anos 1970, a dimensão do “dever ser” que aparece efetivamente para ele é a da transformação do regime. Não existia projeto alternativo, como “dever ser”, ao modelo de desenvolvimento, um “ser” tão conhecido por Cardoso, e talvez por isso tão intocável: ele conhecia muito bem os riscos do desencontro entre a vontade de mudança e as condições. Se as possibilidades históricas se relacionavam à ousadia das massas para descumprir o seu papel no jogo tradicional de poder (CARDOSO, 1972a, p.190), Cardoso não fazia parte delas e nem estava organicamente vinculado a elas, para incidir sobre esse processo. Por outro lado, conhecia também as possibilidades de transformação do regime, e se para mudar era preciso lutar, era essa a luta que fazia sentido encampar, talvez porque fosse essa a luta possível em coerência com a conjunção entre sua produção teórica, sua origem e situação de classe e o estágio em que se encontrava a disputa de hegemonias no Brasil a princípio dos anos 1970. Para ele, a conjuntura política do momento era propícia para essa transformação, havia oposição dentro do regime e aos poucos a oposição de fora passava a ter mais voz, ao passo que as alternativas armadas se enfraqueciam (pelo desencontro que ele apontara). Se as eleições de 1972 haviam sido um fracasso para o MDB, as de 1974 trariam resultados surpreendentes já num contexto de início de abertura.

É nesse contexto que o já intelectual consagrado entra para a vida pública mais diretamente, ao começar a escrever no jornal Opinião, fundado por seu amigo de adolescência (RODRIGUES, 2011, p.161) Fernando Gasparian, e que circularia de outubro de 1972 a abril de 1977, atingindo tiragens consideráveis e contando com diversos colaboradores. Como demonstra Lahuerta (2001, p.58), formava-se aos poucos

um “partido informal” que vinculava CEBRAP, Opinião, SBPC, que gera um protagonismo dos intelectuais na política brasileira naquele momento. Foi esse partido informal, protagonizado por intelectuais, que legitimou que tantos deles tenham entrado na vida política brasileira naquele momento (id.ibid.). Todas as intervenções de Cardoso naquele jornal estão relacionadas diretamente com a questão do regime, seja criticando a falta de democracia e liberdade, criticando o marasmo da oposição consentida ou buscando desconstruir “mitos” relacionados à impossibilidade de participação, à associação do autoritarismo com o crescimento econômico, etc. As análises são sempre muito baseadas em suas discussões teóricas sobre o modelo de desenvolvimento e a dependência, mas enfatizam invariavelmente o tema do regime e da democracia.

Nessas intervenções, tendo sempre como mote elementos da conjuntura, Cardoso afirmava a necessidade de “proposição de soluções que, invertendo pela base os condicionamentos políticos atuais, permitam transformar a apatia e o marasmo das maiorias silenciadas em força viva numa sociedade politicamente ativa”, e “simultaneamente, é preciso definir e praticar regras no jogo político” (CARDOSO, 1972d). As críticas à moderação e aos “mitos” da oposição consentida também são frequentes, e bastante relacionadas às suas formulações teóricas: as “oposições não perceberam as mudanças havidas” e ainda acreditam que em 1964 venceu o imperialismo que, por essência, “gera a estagnação econômica, o atraso, o predomínio dos setores latifundiário-exportadores”, quando na verdade deveriam perceber que houve mudanças – não sem contradições – e explorá-las: “o tema número 1 no calendário político da oposição é a discussão das formas de participação política, e não a fraseologia de um anti-imperialismo formal, desligado das práticas cotidianas das camadas da população que estão excluídas do jogo de poder” (CARDOSO, 1973c).

Por outro lado, se as oposições errariam por estarem presas à ideia da estagnação, a propaganda oficial do regime também era desconstruída:

O Brasil do milagre é apresentado como uma sociedade dinâmica, enérgica e construtora do futuro. É o Brasil dos índices e das médias per capita. Não vou protestar, uma vez mais, dizendo que o crescimento do P.I.B. não enche a barriga de pobre. Isso é certo, embora, como qualquer afirmação genérica, é uma meia verdade. O famoso crescimento transforma parcialmente a sociedade. Uma transformação em si mesmo não é boa, nem má. Depende do rumo que a ela se imprima. E é aí que a questão das escolhas, ou seja, da política, começa a colocar-se. (CARDOSO, 1973d).

Era fato que havia crescimento, e que haveriam transformações, mas o curso delas nos limites dessa estrutura maior poderia ser definido nacionalmente, através da política. A relação com sua produção teórica não poderia ser mais clara. E, nesse sentido, além de lutar pelo aumento da participação social, seria tarefa da oposição também potencializar os anseios de consumo das maiorias para demonstrar sua inviabilidade de realização naquele modelo, destacando-se temas como educação, moradia, emprego. Era preciso perceber que, mesmo havendo desenvolvimento e crescimento, o sol ainda não nascia para todos e, portanto, a ideologia dominante da ampla possibilidade de mobilidade social deveria ser combatida: o desafio era fugir do mito da apatia das massas para compreender e potencializar o que realmente as moveria, e em que condições essa participação poderia se dar.

O importante, por fim, menos do que radicalizar verbalmente e tomar uísque à noite diante do peso morto das condições adversas, é procurar concretamente alternativas e criar forças que permitam uma transformação.

Que a grande transformação não está para amanhã, que mesmo uma mudança sensível no regime não é uma questão posta na ordem do dia é o óbvio ululante. Entretanto, assim como nos anos da retomada do crescimento (1968-1969) os setores radicais da oposição projetaram as tendências anteriores de estagnação e proclamaram uma situação “pré-revolucionária” no exato momento de consolidação do poder e da ordem estabelecida, também os setores situacionistas olham para o espelho pela ótica do ministro Delfim e se veem gordos de êxito. *Quosque tandem?* Até o ponto em que a ilusão da permanência da época dos sete anos de prosperidade obscureça a razão e substitua o “pragmatismo” pelo “voluntarismo”. (...)

Então será a vez e a hora de a oposição pensar em transformar seus programas em políticas. Quando o mito desenvolvimentismo eterno passar a chocar-se com os fatos da vida (é questão de tempo e de ciclo), aí sim, quem sabe, se as oposições não estiverem colhidas nas malhas da visão oposta à de 68-69 e terminem por acreditar, similar e equivocadamente, que afinal no capitalismo tudo dá certo, abrir-se-á uma nova conjuntura política. Quem sabe, então, a sociedade civil e suas organizações (se elas tiverem sido criadas) possam aproveitar a nova chance histórica para substituir a forma de Estado burocrático-tecnocrático que assegura o estilo atual do desenvolvimento capitalista (CARDOSO, 1973e).

Essa passagem expressa muito do conteúdo teórico-político que o orientava nos momentos de seu ingresso na vida pública brasileira. A “grande transformação” não estava colocada, mas era preciso perceber que nem tudo dá certo no capitalismo, há contradições que devem ser exploradas para transformar, para incorporar. É preciso ativar a sociedade civil para lutar pelo que é pertinente e possível nesta quadra histórica, não o fim do capitalismo ou a transformação total do modelo de desenvolvimento dependente, mas a forma de Estado burocrático-tecnocrático que assegura esse *estilo* atual do

desenvolvimento capitalista. Se a transformação do modelo de desenvolvimento ou do sistema – a grande transformação – não estavam na ordem do dia, a transformação do regime político e do ‘estilo’ que o modelo adota eram o desafio do momento. Nessas condições, a participação política poderia se dar de forma efetiva, com a busca por formas de incorporação – possíveis, mas bloqueadas pelo regime político naquele momento – dentro do modelo.

Como argumenta Sorj (2001, p.60), “a presença do CEBRAP junto ao grande público se deu através dos artigos escritos particularmente por Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer para o semanário *Opinião*”. Pelo conteúdo das intervenções, a tiragem do jornal e o momento, pouco mais de um ano antes de ele ser chamado para, via CEBRAP, contribuir com a construção do programa do MDB nas eleições de 1974, acreditamos ser pertinente considerar esses artigos publicados no final de 1972 e ao longo de 1973 no jornal *Opinião* como um regresso de Fernando Henrique na militância política por sua própria conta, já que no início dos anos 1960 ele havia publicado textos e participado também da Campanha Pela Educação Pública, mas tratava-se de um tema bastante específico e num contexto bastante influenciado por Florestan Fernandes e ainda na juventude havia tido uma militância no PCB. Esse retorno à militância e o peso que ele teve só foram possíveis, como vimos, no cenário intelectual e político que estava colocado na década de 1970, com a formação de uma espécie de partido informal da sociedade civil encabeçado por intelectuais, dos quais Cardoso passaria a ser o mais importante em termos de peso político, especialmente pela repercussão internacional de sua obra anterior.

De todo esse processo de produção teórica e de paulatina entrada na vida pública – ainda incipiente – vai se forjando e ficando claro o projeto político que ele tinha para a sociedade naquele momento. Em *A Questão da Democracia*, escrito entre agosto e outubro de 1973, esse projeto está explicitado: trata-se da busca pela democratização da sociedade civil, inclusive em termos culturais no sentido de construir uma lógica da aceitação do conflito, para afastar os riscos de que o regime se aproxime do totalitarismo; do próprio regime; e da ativação das massas populares através da participação. A democratização do regime teria necessariamente que contar com os setores não totalitários de dentro do Estado, o que faria com que ela tivesse que ser lenta e gradual. A oposição de fora, a parte não alienada da sociedade civil, seria composta por setores importantes da igreja, segmentos universitários e profissionais e a militância operária.

Ainda que o curso de um projeto como o indicado seja relativamente lento, ele será certamente mais demorado se não começar já. Não para “pedir” democracia, no sentido do jogo de partidos controlados pelo Estado e pelas classes dominantes, mas para criar um clima de liberdade e respeito que permita as reativações da sociedade civil, fazendo que as associações, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudos e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos construtivos para o país. Neste contexto, é preciso não esquecer que dentro do aparelho de Estado será preciso legitimar as divergências construtivas e eliminar as tendências favoráveis à uniformidade pseudoconsensual (CARDOSO, 1975g, p.238).

Também em 1973 Cardoso escreve outro texto desconstruindo a ideia de um “modelo brasileiro de desenvolvimento” próspero e bem-sucedido como o propagandeado pelo governo militar. Toda a desconstrução é baseada na demonstração da desigualdade social, a cujo combate se soma o projeto democrático que ele defendia: apenas com canais de pressão política que permitam a expressão dos interesses dos menos favorecidos é possível avançar na distribuição de renda, condição para que a sociedade brasileira não se torne um “simulacro de sociedade opulenta de consumo” (CARDOSO, 1973b, p.38). Assim, no âmbito social e econômico, estava incorporado no projeto defendido por Cardoso uma política de distribuição de renda e combate à desigualdade, que de certa forma completava o projeto democratizante que ele defendia.

Munido deste projeto democratizante, tendo compreendido – ou escolhido – os amplos setores que poderiam ser os protagonistas para encampá-lo, Fernando Henrique entra efetivamente na militância, primeiro apenas como parte da “opinião pública”, papel mais frequente entre os intelectuais, e nos anos vindouros como militante partidário, candidato e político. Neste sentido, nossa hipótese é que foi a conjunção do momento em que se encontrava a disputa de hegemonias do país no início de sua “militância” com o projeto encampado por ele que começou a resolver-se a tensão que argumentamos existir até aquele momento em sua produção teórica. Para construir a luta contra o autoritarismo como regime político, ganham força temas mais caros à tradição liberal – como a restituição das liberdades civis e políticas – do que questões mais próximas à tradição socialista, como a luta de classes. Neste sentido, o afastamento posterior de Cardoso do marxismo – ainda que, como afirmamos, esse não seja um processo unívoco e sem contradições – provavelmente está também relacionado com essa conjunção de fatores ‘internos’ e ‘externos’ à sua produção teórica, vinculados precisamente com a relação que se foi estabelecendo entre teoria e prática nele.

Até 1973, havia nitidamente uma tensão que permeava o pensamento de Cardoso, entre o que parecia ser uma impossibilidade estrutural de transformações mais profundas e as potências do inesperado, da ação das classes populares que poderiam subverter as estruturas, ou pressioná-las até seus limites. Partindo de uma percepção do mundo informada por um processo de nacionalização do marxismo muito bem fundamentado, mas construído a partir sobretudo de uma fusão entre pesquisa empírica e teoria (não tanto entre engajamento militante prévio, aposta nas classes trabalhadoras, e teoria), ele lia de forma acurada as tendências do desenvolvimento capitalista naquele momento. Se a nacionalização do marxismo pressupõe um tipo de engajamento, ela também informa e qualifica o engajamento político dos intelectuais, numa relação dialética. O processo de nacionalização do marxismo que informava seu engajamento tinha a dificuldade de vislumbrar alternativas estruturais, sobretudo pela falta de aposta anterior – militante – nas classes trabalhadoras.

A aposta militante na transformação era substituída pela “frialdade da análise política objetiva”, que termina por acreditar no fracasso das ações políticas protagonizadas pelas classes populares. Se os processos bem-sucedidos de nacionalização do marxismo fundamentariam a construção de uma forma de interpretação marxista da realidade que pudesse contribuir com formação de uma vontade nacional-popular coletiva relacionada ao programa do socialismo nos países da América Latina, o processo efetuado por Cardoso fornecia elementos importantes de análise da realidade concreta dos países latino-americanos, mas não conseguia vislumbrar alternativas de superação dessa ordem analisada. Essa característica de sua produção teórica somada à conjunção de fatores trabalhados acima – a origem de classe de Cardoso, o momento político brasileiro e as próprias tendências apontadas por sua produção teórica, já em franca polêmica com outros setores da esquerda – levaram a um tipo de engajamento militante e à formulação de um programa político que, na prática, tenderia ao longo do tempo a resolver a tensão que, naquele momento, ainda existia.

A dimensão prática da produção teórica de Cardoso esteve, até aquele momento, presente de forma mais relacionada ao trabalho do intelectual. Fosse como “planificador” ou como produtor de teorias, em muitos momentos fica clara a intenção de intervir na realidade ou de contribuir com atores políticos dispostos a isso, mas sua intervenção direta começa nesse momento, a partir de 1973 com os textos no jornal Opinião e mais diretamente de 1974, quando passa a contribuir com o MDB. Neste sentido, nos próximos

capítulos buscaremos mostrar como essa relação foi paulatinamente sendo invertida, de uma prática política que surge tímida e em continuidade explícita com sua produção teórica para uma produção teórica que aos poucos vai utilizando a prática política – cada vez mais intensa – e os pressupostos forjados nela como mote fundamental de onde partem as análises, ao mesmo tempo em que se dá um processo paulatino de afastamento e de estabelecimento de uma relação em outros marcos com o marxismo.

3. Resolvendo tensões em meio à crise: a paixão pelo possível e a falta de aposta nas classes populares

Conforme discutido, nos anos que descrevemos anteriormente, os mais duros do regime militar, começou a formar-se uma espécie de “partido difuso, comprometido com a democratização e com forte tendência oposicionista” e a articulação entre CEBRAP, MDB, o jornal Opinião e a SBPC foi um aspecto importante para compreender tanto o processo de formação desse “partido” quanto o protagonismo político inédito assumido por diversos intelectuais naquele período (LAHUERTA, 2001, p.58). Foi nesse contexto que, em 1974, Fernando Henrique e outros intelectuais do CEBRAP foram convidados por Ulysses Guimarães para contribuir com a construção do “Programa de Campanha” do MDB (Cf. LAHUERTA, 2001, p.62; RODRIGUES, 2011, p.516). O próprio Cardoso atribui esse momento e esse contexto de ao começo da rearticulação político-cultural do Brasil (CARDOSO, 1985a, p.33).

A partir de 1974, portanto, a dimensão militante e propriamente prática da atividade de Cardoso começaria a se acentuar: essa curva ascendente seguiria com cada vez mais intensidade até sua chegada à Presidência da República em 1994. Entretanto, naquele momento se vivia o início desse processo, e a dimensão teórica acadêmica ainda era predominante, mas já com algumas características diferentes dos anos anteriores. Se nos anos 1960 seu trabalho acadêmico havia sido marcado pela pesquisa empírica – sobretudo relacionada ao empresariado, que depois se desdobraria nas reflexões sobre a dependência – como bem demonstra Bernardo Sorj, a maioria dos trabalhos do CEBRAP de maior impacto eram esforços de interpretação e síntese de conjunturas históricas dadas ou debates sobre temas teóricos mais gerais, com pouca sustentação em pesquisas empíricas. No caso específico de Cardoso, sua obra

(...) nesse período orienta-se geralmente no sentido de intervenções sobre questões atuais, procurando definir os parâmetros do debate. Esse estilo, se por um lado não desenvolvia pesquisas ou argumentações teóricas sistemáticas, lhe permitia discutir fenômenos de conjuntura sem ter que limitar a realidade à camisa-de-força de marcos analíticos. Isso implicou um corte tanto com a tradição uspiana de tratamento acadêmico e de afastamento dos temas políticos candentes, como com o estilo isebiano de grandes interpretações sistemáticas e normativas.

Parte importante do esforço crítico desse ensaísmo, particularmente em Fernando Henrique Cardoso, consistia em procurar indicar a forma adequada de confrontar problemas políticos e intelectuais que o debate tendia a apresentar como posições unilaterais. Assim, por exemplo, ele insistia em que o regime militar era politicamente reacionário porém propulsor de transformações e avanços econômicos, que o imperialismo

explora mas pode ser industrializador, que os movimentos sociais surgem contra o Estado mas precisam deste para realizar suas reivindicações e assim por diante. (SORJ, 2001, pp.58-59).

Neste sentido, de certa forma Cardoso parecia utilizar seu prestígio intelectual construído na década anterior – e que embasou seu crescente protagonismo político nos anos 1970 – para discorrer mais livremente sobre temas relacionados à conjuntura, num esforço menos sistemático de construção teórica. Isso não significa que sua produção teórica se interrompa, mas sim que vá mudando de estilo e se relacionando cada vez mais diretamente com a conjuntura política.

É interessante notar como a militância propriamente dita de Cardoso começa mais ou menos junto com a transição democrática brasileira. Os principais autores que discutem a transição brasileira argumentam que ela tem início com um processo de liberalização controlada pelo regime autoritário por volta de 1973 (Cf. STEPAN, 1988; SKIDMORE, 1988)³⁴. Na retrospectiva feita por Maria D’Alva Kinzo em 2001, a transição brasileira vai de 1974 a 1989. A autora divide esse processo em três períodos menores: o primeiro, sob controle dos militares, foi de 1974 a 1982; o segundo, com controle militar, mas protagonismo crescente de políticos e setores da sociedade civil, foi de 1982 a 1985; e o terceiro, já com protagonismo maior dos setores civis da política e da sociedade organizada, de 1985 a 1989, culminando na eleição direta para presidente (KINZO, 2001, pp.4-5). Se o problema da identidade entre teoria e prática se coloca mais fortemente nos períodos de transição, como vimos com Gramsci, esse momento da transição brasileira é de fundamental importância para nossa problemática.

Como veremos, nesses períodos, sobretudo entre 1978 e 1985, estão os aspectos mais relevantes e decisivos da construção da relação entre teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso. No primeiro período, Kinzo demonstra que o governo militar, sob a direção de Geisel, teve que lidar com três grandes desafios para manter a transição controlada: primeiro, interromper o crescimento eleitoral e social do MDB, através de leis que restringissem sua capacidade de se desenvolver como opção eleitoral e partido real;

³⁴ Há uma diferença conceitual entre “liberalização” e “democratização”. Nas palavras de Stepan: “Num quadro autoritário, “liberalização” pode envolver um misto de mudanças políticas e sociais, tais como menos censura da imprensa, uma amplitude um pouco maior para a organização de atividades autônomas da classe operária, a reintrodução de algumas salvaguardas legais e individuais tais como o *habeas-corpus*, a liberação da maioria dos prisioneiros políticos, o retorno dos exilados políticos, possivelmente medidas para melhorar a distribuição de renda, e mais importante, a tolerância da oposição política. “Democratização” inclui liberalização, mas é mais ampla e um conceito político mais específico. Democratização requer contestação aberta pelo direito de assumir o controle do governo, e isso por sua vez requer eleições livres, o resultado das quais determina quem governa” (STEPAN, 1988, pp.12-13).

depois, enfrentar a crise interna nas próprias Forças Armadas, principalmente relacionadas a setores linha-dura que não aceitavam a política de transição implementada por Geisel que, no limite, visava preservar as próprias Forças Armadas; e, por fim, e problema que se tornaria cada vez mais grave da crise econômica, que decretara fim ao milagre brasileiro e que, sob diferentes facetas, prosseguiria ao longo de todo esse processo (KINZO, 2001, p.5).

No período seguinte, entre 1982 e 1985, o regime consegue reverter apenas parcialmente os efeitos do crescimento do MDB (que se tornara PMDB) e da oposição em geral, e a transição se dá em dois grandes atos: primeiro, a mobilização em torno das eleições diretas, que apesar de multitudinária e histórica, é derrotada (id., ibid., p.6). Depois, restavam duas opções à oposição: a primeira era buscar uma solução institucional, tentando articular dissidentes do próprio regime e garantir uma vitória na eleição do sucessor de Figueiredo via eleições indiretas, e a segunda era romper as regras do jogo e apostar na mobilização popular: o PT defendia, com alguns setores do PMDB, esta última estratégia, enquanto o setor majoritário – e mais moderado – do PMDB defendia a primeira, que efetivamente foi implementada (id.ibid). Como discutiremos mais profundamente, Cardoso teve participação crescente em todo esse período, que pode ser considerado – talvez exatamente por ser um momento-chave da transição – um dos pontos em que a fusão entre teoria e prática se expressa de forma mais nítida e decisiva em nosso autor. Neste sentido, ao longo deste capítulo demonstraremos como as características da transição brasileira se fundem e se confundem com aquelas que se tornarão as características mais marcantes de Fernando Henrique Cardoso.

3.1. A paixão militante pelo possível (1974-1977)

Na primeira parte deste capítulo, buscaremos argumentar como nos anos entre 1974 e 1977 se consolida uma “paixão pelo possível³⁵” que conforme argumentamos será uma das marcas mais importantes da militância política de Fernando Henrique nos anos vindouros. Para construir essa argumentação, utilizaremos dois grandes eixos: o primeiro relacionado às reflexões de Cardoso com relação à repercussão e aos debates posteriores às suas formulações sobre a dependência e à forma como elas são utilizadas para embasar

³⁵ Em 1994, Albert Hirschman, que trabalhava muito com a expressão cunhada por Soren Kierkegaard, “hope is the passion for what is possible”, definiu FHC a partir da característica da paixão pelo possível. Em texto de 1984, o próprio FHC trabalha com essa expressão para definir a forma como pensava (CARDOSO, 1984a, p.15), e em texto de 1994, se refere à Hirschman para de novo trazer essa formulação (CARDOSO, 1994a).

a justificativa de uma prática política mais moderada ou centrista; e por outro lado, suas considerações sobre as transformações ocorridas no cenário internacional, que geravam as bases para o que ele chamava de uma nova utopia acerca de outra ordem mundial, porém quando se traduziam para as condições objetivas de possibilidade de transformação no Brasil, consolidavam a alternativa política moderada – no método e no mérito – defendida concretamente por Cardoso no momento de sua transição de intelectual acadêmico para um intelectual engajado na oposição, e posteriormente para militante político do MDB.

3.1.1. Dependência atualizada: as bases teóricas para uma prática moderada

Uma das principais preocupações teóricas de Cardoso entre os anos de 1974 e 1977 foi defender, reexplicar e atualizar suas teses sobre a dependência, que ainda geravam muita repercussão e polêmica dentro e fora do Brasil. As formulações desse período, que continuam as anteriores já discutidas aqui, também começam a balizar mais concretamente o que viria a ser uma prática militante mais direta de Fernando Henrique. Duas das polêmicas mais importantes com relação a seus estudos sobre a dependência são anteriores a esse período, mas de certa forma balizam as discussões teóricas de Cardoso passados os primeiros dez anos da elaboração de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: são as com Francisco Weffort e Rui Mauro Marini, a qual será analisada no próximo subtópico, principalmente porque atinge seu ápice em 1978.

A crítica de Weffort (1978) foi apresentada originalmente no “2º Seminário Latino-Americano Para el Desarrollo”, promovido pela FLACSO, ainda em novembro de 1970. O cientista político da USP afirmava basicamente que a ideia de dependência não trazia nada de muito novo do ponto de vista teórico: haveria uma oscilação na análise entre um *approach* relacionado à nação e outro relacionado à classe, e mesmo que os “dependentistas” focassem no segundo, acabariam partindo do primeiro e adotando-o como premissa, o que para Weffort configuraria um equívoco teórico com consequências políticas importantes: a resposta política apresentada explícita ou implicitamente pelos dependentistas parecia ser a nacional, independentemente da estrutura de classes vigente no interior dos países analisados. Se o marco ideológico cepalino criticado pelos autores que haviam formulado a ideia de dependência era o de fortalecimento da burguesia nacional, eles terminariam por cair no erro de apenas radicalizar esse marco, sem romper com ele (WEFFORT, 1978, p. 171). Por outro lado, a teoria da dependência não

substituiria a teoria do imperialismo e partiria de pressupostos equivocados, caindo na armadilha de, mesmo criticando a ideia de nação como ponto de partida, assumi-la como pressuposto teórico.

Cardoso, no mesmo seminário, responde basicamente que ele e Faletto não buscaram, com a noção de dependência, substituir a análise de classes pela de nações, e por outro lado não propõem o conceito de dependência como uma teoria geral sobre coisa alguma (CARDOSO, 1970c, pp.34-35). A ideia de dependência em Faletto e Cardoso, diferente de outros autores que discutiram a questão, viria para enfatizar o aspecto concreto, falando de *situações de dependência* e não da “dependência em geral” (ibid., p.41). Outro aspecto importante de sua resposta às críticas de Weffort estava relacionado a uma dimensão mais política: se não seria correto substituir a análise dialética e concreta das situações de dependência por uma análise formalista de classes, para dar passos à frente se fazia necessário analisar, dentro dessas situações, “como se movem as forças sociais que podem *negar*, isto é, *superar* as condições atuais de dependência”. Neste aspecto, Cardoso reconhece que seu ensaio com Faletto deixa muito a desejar. Se a ideia era orientar a prática, essa era a crítica que Cardoso consideraria mais pertinente ao próprio trabalho (ibid., p.45). Para responder à crítica que era teórica e política, ele terminava, então, com uma reflexão que buscava conectar os dois aspectos, e que reconhecia os próprios limites. Voltaremos em breve a este tema.

Por ora, é importante considerar que se a crítica de Weffort partia do reconhecimento de que as discussões sobre a dependência fizeram avançar o debate sobre as condições de desenvolvimento para a América Latina, para a partir daí apontar os limites daquela perspectiva analítica, este não era o caso de outros críticos, como José F. Ocampo e Raúl Fernandez (1974). Em 1974, em texto intitulado O Inimigo de Papel, Cardoso buscou responder a essas análises mais incisivas – e mais rasas – do que as de Weffort, que se baseavam muito na interpretação e na difusão norte-americana da discussão sobre a dependência para criticar sua produção a partir de uma ideia abstrata de “dependentistas”. Os críticos Ocampo e Fernandez chegam a argumentar o caráter feudal da organização socioeconômica latino-americana para combater as teses de Cardoso, e fazem uma crítica diametralmente oposta à de Weffort: enquanto este dizia que a ênfase acabava sendo uma relação abstrata entre nações, Ocampo e Fernandez afirmavam que o problema era que a “teoria da dependência” esqueceria a relação imperialista entre as nações. Além de apontar o que seria um dogmatismo quase cego dos autores e de criticar

a forma como utilizavam um marxismo profundamente mecânico, Cardoso oferece um caráter também político à sua resposta: a ideia de articular a dimensão externa com a interna, que ele havia buscado em seu trabalho com Faletto, faz com que se perceba que

(...) nem é válido pensar que o inimigo principal é o imperialismo visto como algo externo à dominação local, nem que só a luta interna de classes e a burguesia local constituem o alvo privilegiado. Lutar contra o imperialismo significa *ao mesmo tempo*, identificar a cara interna dele. Essa não é outra coisa que o setor monopolístico industrial financeiro local e a burguesia local a que ele se alia, tanto no campo como na cidade. A incapacidade de ver isso, a insistência dogmática em dar maior peso ao “feudalismo agrário”, e em pensar que nada mudou na relação imperialista em termos de quais são as classes sociais que o tornam realidade imediata, leva a equívocos, já assinalados, de criar inimigos de papel e de fazer críticas sobre argumentos que só existem no papel dos próprios críticos e não na prática e no pensamento de quem está sendo criticado. (CARDOSO, 1974a, p.73).

Cardoso se posiciona no campo dos que lutam contra o imperialismo e defende sua perspectiva teórica como a mais adequada para instrumentalizar essa prática, porque dá condições de identificar sua “cara interna”. A tensão que demonstramos no capítulo anterior segue vigente, e a opção por destacar a dimensão prática e política na defesa de sua formulação teórica é parte de uma imbricação entre teoria e prática que se tornará, aos poucos, cada vez mais complexa e cada vez mais eivada pela prática política em Fernando Henrique.

Ao discutir a recepção da teoria da dependência nos Estados Unidos, em artigo de 1977, Cardoso vai pelo mesmo caminho das respostas anteriores. Em síntese, afirma que a recepção dos estudos sobre a dependência nos EUA gerou distorções importantes, especialmente relacionadas à ideia de que a “teoria da dependência” teria sido uma grande ruptura com tudo o que havia sido produzido antes (CARDOSO, 1980a, p.90); por outro lado, teria gerado a busca por uma teorização geral da dependência que enfatizava mais o caráter externo dela e esquecia as especificidades e a concretude de cada situação, o que para ele era a principal característica da ideia de dependência. Essa perspectiva norte-americana teria gerado, então, uma predominância do fator externo sobre o interno na análise, “e levou finalmente à eliminação da dinâmica própria das sociedades dependentes como fator importante nas explicações, o que é inaceitável” (ibid., p.98). Fernando Henrique afirma que, ao contrário dessa perspectiva, nas análises sobre a dependência feitas por ele, Faletto e outros, a preocupação era captar o movimento contraditório real que fazia com que a dinâmica externa se concretizasse internamente nas alianças e nas disputas entre as classes em cada sociedade: o mais importante seria esse movimento

contraditório e, dentro do contexto geral de dependência, específico de cada sociedade (ibid., p.96).

Com efeito, a recepção da teoria da dependência nos países de língua inglesa é reconhecidamente limitada, sobretudo pela influência excessiva exercida pelos escritos de Andres Gunder Frank (Cf. KAY, 1990, p.18), que apesar de sequer se considerar totalmente vinculado a essa tradição de interpretação sobre a América Latina (Cf. FRANK, 1970), terminou sendo, nos Estados Unidos, durante muito tempo o mais famoso dentre os diversos autores que trabalharam a dependência³⁶. Em suma, esse tipo de recepção característica dos Estados Unidos pegaria os trabalhos mais gerais e formalistas de Gunder Frank, a definição formal de dependência fornecida por Theotônio dos Santos, uma ou outra citação dos trabalhos do próprio Cardoso e de Sunkel, e consideraria tudo isso como uma “teoria da dependência”. Assim, em vez de fazer-se o esforço empírico-analítico, passava-se a consumir a dependência como uma teoria, com um corpo de proposições formalizáveis e testáveis (CARDOSO, 1980a, p.98). A partir dessa perspectiva, especialistas norte-americanos estabeleceram um corpo de hipóteses deduzidas do princípio da dependência para testá-las empiricamente. Para eles, seria possível definir o contínuo que vai de dependência à autonomia e graus variáveis de dependência.

Para Cardoso, isso modificava e distorcia completamente o campo teórico da dependência, porque seria a busca por uma formalização da história que retirava a contribuição específica que as análises sobre a dependência poderiam dar metodologicamente, quando optavam decididamente por fazer a análise dialética dos processos históricos, concebidos como resultado da luta entre as classes e os grupos “que definem seus interesses e valores no processo de expansão de um modo de produção” (ibid., p.100).

Com efeito, ao admitir que as estruturas têm movimentos e que não se podem explicar as mudanças através da ação de fatores exclusivamente concebidos como externos (que condicionam e interferem no processo social), os "dependentistas" afirmam que existe dominação e luta. As perguntas sobre como se dá a *transição* de uma situação de dependência para outra ou sobre como é possível eliminar situações de dependência

³⁶ Ainda em 1998, Kay dizia: “It is surprising to find that even today many of the books and articles referring to structuralist and dependency theories continue to display a limited and often mistaken knowledge of these theories as they failed to consider key Latin American contributors (...) While this may have been excusable when feel of the original texts were available in English, this is no longer the case since 1979 when some of these were translated and especially when comprehensive and thoughtful analyses of these theories became available in English (KAY, 1998, p.3).

devem ser feitas em termos de saber quais são as classes e grupos que, na luta pelo controle ou pela reformulação da ordem vigente (através dos partidos, dos movimentos, das ideologias, do Estado, etc.), estão tornando historicamente viável uma dada estrutura de dominação ou a estão transformando. Não existe portanto o pressuposto de "neutralidade" científica nestas análises. Elas se consideram mais "verdadeiras" porque supõem que ao discernir quais são os agentes históricos capazes de impulsionar um processo de transformação e ao dar-lhes instrumentos teórico-metodológicos para suas lutas captam o sentido do movimento histórico e ajudam a destruir uma ordem de dominação dada. (CARDOSO, 1980a, p.101)

Para Cardoso, então, a ideia de dependência não podia ser tratada como uma abstração teórica distante das disputas políticas e de classe presentes no movimento contraditório do real. A força de atração das análises sobre a dependência residiria não apenas em uma nova metodologia proposta e em novos temas colocados para o debate, mas principalmente em sua perspectiva “radicalmente crítica”, para usar a expressão de Cardoso (id.ibid.). Para ele, é a dimensão política dessa formulação, portanto, que a torna mais relevante e mais robusta, inclusive teoricamente.

Avançando mais, Fernando Henrique afirma que se o consumo das análises sobre a dependência pôde ser tão distorcido, isso significa também que alguns aspectos dessa proposta analítica realmente não eram suficientemente nítidos e precisavam ser aprofundados. Para o autor, partindo de seus próprios pressupostos, a perspectiva da dependência deveria ser confrontada com pelo menos três questões: primeiro, se suas formulações foram capazes de despertar discussões e formas de compreensão da realidade compatíveis com o processo histórico contemporâneo; segundo, se permitem compreender as formas de expansão do capitalismo na periferia e possíveis alternativas a ele; e, terceiro:

Os estudos feitos permitiram definir as classes e grupos que nas contendas políticas dão vida às estruturas dependentes? Permitem eles que se ultrapasse o quadro estrutural de caracterização para tornar mais transparente, em conjunturas políticas específicas, as relações entre as ideologias e os movimentos sociais e políticos, de modo a ajudar a ação transformadora da realidade? (CARDOSO, 1980a, p.102).

Sobre a primeira pergunta, o balanço de Fernando Henrique é positivo. Já sobre as duas últimas, nem tanto. Ele descreve de forma bastante resumida o que ele considera ser a clivagem fundamental entre os “dependentistas”: de um lado estariam aqueles que acreditam que o capitalismo dependente é baseado na superexploração do trabalho, não tem capacidade de ampliar o mercado interno, gera desemprego e marginalidade e apresenta tendência à estagnação e a reprodução do subdesenvolvimento (aqui estariam,

Marini³⁷, Theotônio dos Santos, Gunder Frank); de outro lado, os que pensam que em pelo menos alguns países periféricos o capital industrial-financeiro acelera a produção de mais-valia relativa, intensifica as forças produtivas e produz um tipo de desenvolvimento dependente-associado (Fernando Henrique se identificaria com essa segunda posição, como já discutimos anteriormente) (ibid., p.105). O fundamental, todavia, era perceber que do ponto de vista da resposta às duas últimas perguntas, e mais concretamente à última, ambas as perspectivas eram insuficientes. Para Cardoso, nenhuma delas oferecia uma interpretação da realidade que gerasse respostas políticas robustas e seguras. Os primeiros acreditavam que os limites do sistema de dependência e as contradições estruturais levarão fatalmente a uma transformação socialista ou à barbárie. De outro lado,

Os que não têm tal visão, entre idílica e catastrofista (e eu me incluo entre eles), são reticentes quanto às alternativas políticas. De qualquer maneira, enquanto os primeiros (os catastrofistas) fazem uma análise política "mecânico-formal", os segundos ou revelam uma boa vontade quanto a um "capitalismo autônomo" que não se vê bem como se realizará ou esboçam expectativas quanto a um socialismo cuja *persona* histórica não se vê desenhada nem nas análises nem, talvez, na realidade (CARDOSO, 1980a, p.106).

Cardoso se depara com uma questão que pode ser decisiva para compreender suas movimentações e tomadas de posições políticas naquele momento e no futuro. Ele considera a perspectiva dos autores que ele chama de “catastrofistas” equivocada, já que aqueles não percebiam o dinamismo possível do esquema de dependência, e apostavam numa estagnação que provavelmente não aconteceria, o que gerava consequências políticas descoladas da realidade – e que por isso mesmo podem ser inclusive prejudiciais se a perspectiva é de “ajudar a ação transformadora”, para usar as palavras dele.

É preciso lembrar que depois do golpe de 1964 no Brasil, Castelo Branco tivera de fazer muitas concessões à grande pressão exercida pela ala conhecida como “linha-dura” dos militares, que queria um endurecimento do regime. Segundo um dos principais historiadores da transição brasileira, Thomas Skidmore, o prolongamento de seu mandato até 1967 e a criação dos “Atos Institucionais” que davam poderes excepcionais ao Presidente estavam nesse contexto (SKIDMORE, 1988, p.28). Mesmo que Costa e Silva afirmasse querer “humanizar” o processo, a fragilidade da Constituição de 1967, montada no governo de Castelo Branco, dificilmente conseguiria conviver com a radicalização política que estava em curso (id.ibid.). Em 1966, como demonstra Gaspari (2017), surgiram as primeiras ações violentas da esquerda em busca de combater a ditadura

³⁷ Retomaremos as polêmicas com Marini ao final do próximo subtópico, com mais profundidade.

militar, e em 1967 Carlos Marighella romperia com a direção do PCB, desde Cuba, por conta de sua divergência relacionada à luta armada.

Foi neste contexto que em 1968 houve diversas mobilizações estudantis (id.ibid.), além das importantes greves de Contagem e Osasco (Cf. WEFFORT, 1972). O “governo reagiu com medidas policiais que se tornaram altamente repressivas, especialmente porque em geral os ‘linha-dura’ comandavam as forças de segurança” (SKIDMORE, 1988, p.29). Em dezembro daquele ano, o governo decretaria o famoso Ato Institucional 5, que vinha sem data de validade (diferentemente dos quatro anteriores) e autorizava a suspensão de direitos civis como o *habeas corpus*, fechamento do Congresso, censura, e etc. O documento justificava as medidas repressivas, em seus “considerandos”, nos “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais” que estariam usando a ordem jurídica construída pela “Revolução” contra ela mesma³⁸. O fato é que o governo militar, principalmente depois da morte de Costa e Silva e da ascensão de Médici à presidência, justificava o aumento da repressão com a existência da esquerda armada e radicalizada.

A presidência de Médici foi a mais autoritária desde 1964. Apesar do fato de se fazer eleições, e do Congresso continuar funcionando (com a suspensão de 1969 a 1971, quebrada apenas para ratificar a sucessão de Médici no começo de 1970), o Brasil estava sob o controle das forças de segurança, que travavam uma batalha com vários pequenos movimentos de guerrilha. Mesmo depois que as guerrilhas foram liquidadas sem misericórdia, os procedimentos arbitrários e as práticas ditatoriais continuaram (SKIDMORE, 1988, p.29).

Assim, o endurecimento do regime sob Médici fora justificado na ideia do “inimigo interno”. Por sua vez, as tentativas guerrilheiras ou violentas da esquerda brasileira haviam fracassado, culminando na derrota retumbante da Guerrilha do Araguaia, liderada por militantes do PC do B, em 1974, e isso não impedia o regime de continuar buscando justificar-se na “violência terrorista”. Era nesse contexto que Cardoso temia as orientações políticas das perspectivas teóricas que ele chamava de “catastrofistas”. A luta armada não tinha sido eficiente na transformação do país, como demonstravam suas derrotas, e por outro lado podia, para ele, justificar ainda mais repressão e endurecimento.

Apesar de considerar seu arcabouço teórico e suas conclusões mais corretas que a dos “catastrofistas”, ele reconhece que a corrente de pensamento com a qual se identifica,

³⁸ Ato Institucional Número Cinco. Documento original digitalizado disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_Número_Cinco#/media/File:AI-5_fl.03.jpg

ainda que tenha uma leitura mais precisa da realidade, que captaria a dinâmica do desenvolvimento contraditório existente (e talvez exatamente por isso), não tem nenhum tipo de convicção política transformadora, e que seus defensores são “reticentes quanto às alternativas políticas”. A tensão entre a ideia de um “capitalismo autônomo, que não se vê bem como se realizará” e um “socialismo” sem sujeito (usando suas expressões), permeava, então, o próprio pensamento de Cardoso. Em texto de 1975, na introdução de *Autoritarismo e Democratização*, ele já havia dito que discordava daqueles que “apologeticamente fazem repousar o milagre do crescimento nas virtudes objetivadas do capitalismo em si mesmo” e acreditam que “os investimentos – especialmente quando são estrangeiros e, portanto, vêm de fora do sistema – se bem orientados por critérios técnicos resultam no progresso e no aumento da riqueza nacional”, e que toda a população sentiria os mesmos efeitos do progresso material (CARDOSO, 1975a, p.13). Neste sentido, parece que Fernando Henrique, ao se colocar entre os apologetas e os catastrofistas, se distanciava dos que defendiam um “capitalismo autônomo” e se aproximava mais dos que ainda acreditavam no socialismo, ainda que de forma abstrata, sem sujeito claro e sem métodos definidos para construí-lo.

Se retomamos a discussão feita anteriormente sobre nacionalização do marxismo em Cardoso, podemos agora avançar em algumas daquelas reflexões. Vimos que a nacionalização do marxismo pressupõe um engajamento prático na realidade que baliza a produção teórica (e ao mesmo tempo gera esse engajamento), que por sua vez tem a capacidade de romper com o mecanicismo precisamente por ter sido elaborada em contato direto com a realidade concreta e com as situações nacionais específicas. Em Mariátegui, Gramsci, Lênin, Caio Prado Junior, esse engajamento era propriamente político e militante, relacionado às causas por assim dizer “populares”. Entretanto, em Cardoso, o que gerou as condições para que ele construísse um processo de nacionalização do marxismo (e que faz com que este seja *sui generis*) não foi propriamente seu engajamento político anterior (embora ele tivesse existido, mesmo com seus limites), mas sim um contato com a realidade concreta via pesquisa empírica. Esse processo fez com que ele produzisse uma formulação teórica que, ao se propor a contribuir com a transformação da realidade, conseguiu captar a especificidade e boa parte do movimento contraditório do real especificamente brasileiro (e de outros países da América Latina, quando se propôs a isso); explicou bem os condicionantes e os limitantes estruturais da situação em que o país está inserido; e explicou a relação entre as classes e grupos sociais; mas,

aparentemente, falhou em apontar ou em analisar com profundidade as possibilidades de alternativas. Em alguns momentos, como ficou claro em *O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos*, ele reconhece essa limitação. Antes disso, retomando e aprofundando o que dissemos sobre o texto de resposta a Weffort ainda em 1970, Cardoso já tinha apontado este como o principal limite dos estudos sobre a dependência, o dele incluído:

Para dar passos à frente o que é necessário é ir mais longe na análise das situações de dependência no sentido de ver, em situações concretas, como se movem as forças sociais que podem *negar*, isto é, superar a condição atual de dependência. Neste sentido, o ensaio criticado [Dependência e Desenvolvimento na América Latina] deixa muito a desejar, pois, apesar de sua intenção, pouco acrescentou (...) ao conhecimento de situações particulares capazes de revelar os limites da “reprodução” da situação de dominação de classe em países dependentes. (...)

É nesta direção, creio, que se encontra a crítica mais legítima feita ao esforço feito e para ela deve caminhar quem estiver interessado, não em fazer uma “teoria socialista” da revolução, mas em elaborar uma teoria que permita orientar a prática, se fôr o caso, de uma revolução socialista, ou que permita mostrar as situações nas quais tal tipo de revolução se transforma mais num anseio enraizado em ideologias do que num caminho socialmente viável. (CARDOSO, 1970c, p.45).

Esse limite reconhecido pelo próprio Cardoso em 1970, não tinha sido resolvido em 1977, conforme observamos. A lacuna continuava lá e sua permanência, apesar do diagnóstico, é sintoma de como foi sendo construída sua produção teórica. Aqui, é importante resgatar mais uma vez as questões que Gramsci afirma que balizariam a compreensão sobre uma vontade nacional-popular para compreender os limites da produção teórica de Fernando Henrique na relação com sua prática política. Se sua obsessiva preocupação em apreender os condicionantes estruturais das situações de dependência dos países periféricos (e a forma como elas vão se atualizando ao longo do tempo) contribui para que se possa pensar nas “condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular” e se, por outro lado, ele havia partido, no início de suas reflexões, da preocupação sobre os sujeitos históricos da transformação política (com todo o debate sobre os limites estruturais da burguesia nacional), o fato é que a chave de suas preocupações teóricas não era compreender propriamente os sujeitos que conformariam essa vontade coletiva nacional-popular. Isso está relacionado com a própria forma de engajamento prático que levou Fernando Henrique às suas formulações, sem engajamento militante ao lado dos setores subalternos da sociedade, e por isso, apesar do anseio por compreender as particularidades do

processo nacional, não parece haver nem uma *aposta* efetiva prévia na ação das classes populares como capazes de extrapolar os limites do possível e nem a adesão posterior a essa alternativa. A preocupação com os limites do possível se sobrepunha, na produção teórica de Cardoso, àquela relacionada às as possibilidades de alargá-los. Ele aventava alternativas socialistas valorativamente, mas não via sujeitos coletivos capazes de encampá-las entre as classes populares. Esse é o âmago do dilema e da tensão que permeava sua produção até ali.

Além disso, o combate ao mecanicismo e à teleologia de um marxismo que ele considerava mais vulgar (Cf. CARDOSO, 1980a, p.93; id., 1977a, p.55) o levava a enfatizar a não existência de um curso determinado da história, e que o socialismo ou qualquer transformação profunda na sociedade não chegaria por inércia. Ele colocava os estudos sobre a dependência no campo dos diversos movimentos teóricos que renovaram e oxigenaram o marxismo durante o século XX, afastando-o de um mecanicismo que talvez lhe fosse próprio. Neste sentido, afirmava que os estudos sobre a dependência concebiam a história como um processo aberto em que “se as estruturas delimitam as margens de oscilação, tanto a prática dos homens quanto sua imaginação as revivem e transfiguram, quando não as substituem por outras não predeterminadas” (id., 1980a, p.93). O objetivo, então, seria estudar as relações entre grupos e classes que configuram as situações concretas de dependência.

Ou se faz jogo dialético entre geral, particular e o todo concreto que os integra, ou a caracterização das classes (...) é parcial e formal: não é capaz de apontar quais são as contradições principais e as secundárias, nem portanto de ver qual a classe, camada social ou fração de classe capaz, *num dado momento*, de alterar a ordem subsistente. É, pois, uma análise politicamente impotente. (CARDOSO, 1977a, p.64-65)

Demonstraremos adiante o que aventamos como hipótese anteriormente, como a falta de *aposta* militante nas classes populares é uma das questões de fundo que deixam Fernando Henrique entre aqueles que, em suas próprias palavras, são “reticentes quanto às alternativas políticas”, oscilando numa posição de tentar construir um “capitalismo autônomo” ou um “socialismo cuja *persona* histórica não se vê desenhada nem nas análises nem, talvez, na realidade”, ainda que se aproximasse mais da última alternativa naquele momento. Isso ajuda a explicar as razões pelas quais a dimensão do “dever ser” no pensamento de Cardoso não é ampla: naquele momento, como vimos, a dimensão da transformação que defendia ficava mais concentrada na mudança do regime político do que nas transformações estruturais do ponto de vista econômico, que pareciam

impossíveis e careciam de sujeito coletivo para impulsioná-las. Se não se trata de uma análise “politicamente impotente”, termina servindo de embasamento para posições futuras cada vez mais moderadas, que trabalham pelas transformações possíveis dentro das “margens de oscilação” dos limites estruturais, sem muito espaço para a reflexão sobre a prática e a imaginação dos homens que podem reviver ou transfigurar esses limites, ou mesmo substituir por outras estruturas não predeterminadas.

Concretamente, que limites estruturais seriam esses, quase dez anos depois da publicação de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*? Para responder a essa pergunta e atualizar suas reflexões sobre a dependência, Cardoso publicou em 1976, junto com Enzo Faletto, um texto intitulado *Post-Scriptum a Dependencia y Desarrollo en América Latina*, no qual os autores buscam atualizar algumas discussões e que talvez seja o mais importante de todo esse período para sistematizar o pensamento de Fernando Henrique. A ideia do texto era basicamente aprofundar algumas das discussões do livro, especialmente a ordem econômica mundial e o papel das multinacionais, a atuação política dos países da América Latina e principalmente a questão do Estado e de como ele articula a dominação interna com grupos locais e empresas multinacionais: algumas das mudanças ocorridas no mundo não eram episódicas, e o capítulo adicional ao livro se fazia necessário para recolocar de forma atualizada algumas questões.

A ordem capitalista mundial que tinha hegemonia norte-americana clara no final da II Guerra estava sendo alterada. Como demonstra Hobsbawm, os Estados Unidos haviam perdido parte de sua hegemonia mundial, especialmente a partir da derrota no Vietnã e de vários processos revolucionários ocorridos no Terceiro Mundo (inclusive no mundo árabe), e nesse contexto de diminuição de sua confiança é que terminaram por “aceitar” o embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que, em 1973, acarretaria uma das mais profundas crises econômicas mundiais do século XX (Cf. HOBBSBAWM, 2003, p.439). Depois do apoio dos Estados Unidos a Israel na Guerra do Yom Kippur, os países da OPEP decidiram aumentar em 400% os preços dos barris de petróleo. Obviamente, esse movimento econômico político abalou as estruturas da economia mundial. Para o historiador, a história do mundo nos vinte anos seguintes a 1973 seria marcada por essa crise, que só seria compreendida em toda sua dimensão mais de uma década depois (id., p.393).

Cardoso e Faletto partem da discussão de algumas dessas mudanças do mundo para construir o *Post-Scriptum*, ainda em 1976. O fim da Guerra Fria, alguns êxitos socialistas e a ascensão econômica de Alemanha e Japão, por exemplo, desorganizavam um pouco o que antes era uma ordem hegemônica consolidada dos Estados Unidos: essa quebra do equilíbrio anterior, agravada pela guerra do Vietnã e pela crise do petróleo em 1973, dera uma margem de manobra maior para políticas novas nos países de Terceiro Mundo (CARDOSO & FALETTTO, 1976, p.9). Foi nesse contexto que aconteceu a expansão das empresas multinacionais na América Latina e no resto do mundo. Há pelo menos quatro formas transformadas de vinculação entre economias dependentes e internacionalização dos mercados: as plataformas industriais onde as multinacionais buscam vantagens competitivas mas o produto final não é consumido no local, como Singapura e Hong Kong; a transformação de antigos enclaves de produção colonial em outros enclaves agora com controle das empresas imperialistas; a produção de parte de produtos industriais complexos que ainda que não sejam necessariamente consumidos no mercado local, demandam certo avanço tecnológico e mão de obra mais especializada; e, por fim, a produção de bens industriais de consumo ou de capital sob controle das empresas multinacionais, mas contemplando predominantemente os mercados locais (id.ibid.). No caso da América Latina, são essas duas últimas formas que se combinam, em geral.

Durante esse período, a política externa dos EUA teve bastante influência no curso dos acontecimentos na América Latina, embora não tenha sido determinante e tenha encontrado ambientes com diferentes formas de propensão e receptividade a essa influência: dentre as diversas formas de reagir ao novo cenário internacional, os países mais industrializados da América Latina, dentre os quais o Brasil, tentaram esboçar políticas externas de nível mundial, com relações com diversos países. Neste sentido, com uma política externa mais autônoma, poderia parecer que havia menos dependência se a análise fosse pautada prioritariamente na relação entre as nações. Contudo, Fernando Henrique afirmava que esse não era o caso. As contradições que podem existir entre estados nacionais periféricos e as multinacionais não são antagônicas: tanto o Estado quanto as empresas implementam políticas que formam mercados baseados na concentração de renda e na exclusão social das maiorias e, sempre que existisse reação popular, haveria unidade entre estados nacionais e empresas multinacionais (ibid., p.20).

Nesse contexto, a relação entre classe, nação e Estado teria assumido uma nova forma na história daquele momento na América Latina. Em todos os processos de tentativas de rupturas que não seguiram o caminho guerrilheiro (o chileno, o peruano e o boliviano), as forças populares não trataram o Estado como instituição burguesa que deveria ser destruída, mas sim como um espaço necessário para impulsionar uma possível transformação geral da sociedade. Neste sentido, tanto a luta entre as classes quanto a relação fundamental da dependência encontravam na natureza e na forma do Estado o lugar crucial por onde passava e de certa forma se decidia a história contemporânea (ibid., p.21). Também por isso o Estado e a discussão sobre o regime político foram ganhando cada vez mais força na produção teórica de Fernando Henrique. Se no horizonte histórico e teórico não se coloca mais a possibilidade do fim do Estado, era preciso uma teoria política que pensasse em como assegurar o controle deste pela sociedade (CARDOSO, 1977b, p.28). Por isso, o objetivo principal do *Post-Scriptum* já era perceber como se dava em meados da década de 1970 a relação entre Estado e Nação do ponto de vista das alianças e interesses de classe, que tanto no plano interno quanto externo constituíam a substância do processo histórico de desenvolvimento econômico (CARDOSO & FALETTTO, 1976, p.22).

Se no início de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* o núcleo da temática era a contradição entre um Estado que constitui a Nação mas não é soberano, os dez anos de crescimento econômico, industrialização de setores da periferia, expansão do comércio mundial e fortalecimento do setor produtivo dos Estados recolocaram a problemática de forma mais complexa: Cardoso e Faletto diziam que nesse cenário pareceria haver menos dependência, mas se perguntavam para quais classes e grupos ela teria realmente diminuído (id.ibid.). É, portanto, na leitura desses dez anos que transcorreram entre um texto e outro que os autores encontram essa aludida nova relação entre nação e Estado: este último cresceu e se fortaleceu como expressão de uma situação de classe que abrigava, ao mesmo tempo, ameaças de ruptura com o padrão de acumulação capitalista e políticas que eram favoráveis ao crescimento do sistema empresarial, de vinculação do Estado com as multinacionais, etc. Para conseguir isso, o Estado assumiu um caráter crescentemente repressivo, e as classes dominantes adotaram políticas cada vez mais distantes dos interesses populares. Houve crescimento econômico, enriquecimento e urbanização, mas a população se via mais como recurso para a acumulação do que como beneficiária do processo (ibid., p.22-23).

A resposta dos grupos dominantes aos condicionantes externos teria sido a construção de um Estado que mistura um caráter repressor e um empresarial, na qual o último dava o dinamismo ao sistema. Nesse processo, o que há de novo é que a relação fundamental começa a se dar diretamente entre as empresas multinacionais e um Estado que vai se tornando cada vez mais produtor, não mais diretamente e necessariamente com as burguesias locais. As tendências apontadas no *Dependência e Desenvolvimento* à internacionalização dos mercados se confirmaram, e o Estado passou assumir funções empresariais para se proteger, por isso é muito importante que se compreenda melhor o que é esse novo tipo de Estado e como se organizam os regimes políticos neste contexto de desenvolvimento dependente e associado (ibid., p.26), em que, por definição, há acumulação e portanto expansão econômica capitalista real (portanto, *desenvolvimento*); o setor da produção e o financeiro se abrem para o exterior e dele requerem os elementos para sua expansão continuada (portanto, *dependente*); e existe algum espaço para que os capitais locais e estatais também se expandam (portanto, *associado*) (CARDOSO, 1975a, p.16). As empresas locais, que antes se associavam como sócias menores do capitalismo internacional, agora se associam diretamente ao Estado ou às multinacionais. Vários dos países mais industrializados da América Latina eram controladas naquele momento por militares e pela burocracia, configurando o que Guillermo O'Donnell (1972; 1975) havia conceituado como Estados Burocrático-Autoritários.

Na esteira das formulações da teoria da dependência, O'Donnell sustentaria que o desenvolvimento dos países latino-americanos não repetiria os modelos europeus, e contestava especificamente as perspectivas “otimistas” que preconizavam que quanto mais desenvolvimento econômico, maior seria a tendência de se desenvolver uma democracia política (RICUPERO, 2014, p.92). Neste sentido, o sociólogo argentino, estudando especialmente as realidades dos países mais industrializados da América Latina, observa uma tendência contrária: para ele, conforme a modernização e a diferenciação social avançam, embora os custos da exclusão política aumentem, os custos da tolerância aumentam ainda mais, e portanto há uma tendência ao autoritarismo (O'DONNELL, 1972, p.101). Nos processos de modernização,

La pluralización política es la expresión en el plano político de la diferenciación social. Los niveles de activación política – incluso del sector popular urbano – tienden a crecer marcadamente con los avances en diferenciación y pluralización. Dada tal activación política en un contexto de alta modernización, es probable que resulte el pretorianismo de masas. Dada esa situación, es probable que los

sectores más establecidos, en especial los más densamente penetrados por los roles tecnocráticos, consideren que es necesaria la exclusión, y de ser posible la desactivación política del sector popular. Para lograr este fin es necesaria la aplicación de un alto grado de coerción gubernamental, así como la inauguración del tipo de régimen autoritario que supuestamente podía aplicar esta coerción en el grado aparentemente requerido (O'DONNEL, 1972, p.102).

Para O'Donnel, então, nos processos de modernização e industrialização contemporâneos na América Latina, havia uma tendência à organização de regimes autoritários. Estes, por sua vez, nessas situações de mais alta modernização, teriam particularidades com relação a outros tipos de autoritarismo, especialmente porque não seriam dirigidos por caudilhos, mas sim por instituições (como as Forças Armadas), pela burocracia. Daí a caracterização de Estados burocráticos-autoritários (id., p.106). Como demonstra Collier (1979, p.15), ainda que as hipóteses de O'Donnel tenham se tornado paradigmáticas, diversos autores criticaram duas dimensões de suas teses: primeiro até que ponto esse novo autoritarismo poderia ser considerado uma restauração dos modelos autoritários anteriores e segundo os argumentos econômicos utilizados para explicar a tendência ao surgimento desses regimes. O segundo aspecto interessa muito a Cardoso, e aparecerá em vários momentos de suas discussões sobre o autoritarismo.

No contexto da discussão sobre o autoritarismo, Cardoso e Faletto chegam no que talvez seja a reflexão mais importante daquele momento para Cardoso. O Estado é definido como uma situação de domínio que expressa as classes dominantes e sua capacidade de se impor sobre as classes e grupos subalternos: é uma instituição reguladora, mas também produtora, e na situação daquele momento da América Latina expressava uma aliança contraditória entre os interesses do setor internacionalizado da burguesia (as multinacionais), das burocracias públicas e das empresas. As burguesias locais estariam ligadas a esses setores (CARDOSO & FALETTI, 1976, p.31). Surge aqui também o conceito de “burguesia estatal”, que seria uma camada social de dirigentes de empresas estatais que não é propriamente uma burocracia, que tem relações de outros tipos com as demais classes sociais (id.ibid.; CARDOSO, 1975a, p.17). Entretanto, mesmo dentro dos limites estruturais do capitalismo dependente na fase de industrialização da periferia sob impulso do capitalismo oligopólico internacional, que determinam a forma estatal baseada nessa aliança (empresa multinacional, burguesia estatal e burguesia local), *não haveria uma determinação total de como se organizaria o regime político*:

(...) la misma alianza fundamental que constituye el Estado del capitalismo industrial dependiente puede, por las razones aducidas arriba y por otras más, organizarse institucionalmente en un contexto de autoritarismo, democracia restringida o totalitarismo, siendo poco probable su compatibilidad estructural con formas de democracia substantiva de masas, populismo o aún autoritarismo caudillesco tradicional, por cuanto en éstos regímenes los requisitos para una política conducente a la expansión del capitalismo industrial dependiente se hacen de difícil implementación. (CARDOSO & FALETTTO, 1976, p.32).

Dentro dos limites estruturais colocados pelo modelo de desenvolvimento dependente associado existem, então, alternativas em termos de regimes políticos e, portanto, não se pode reduzir os processos políticos e ideológicos a meras condições de reprodução da ordem dominante. Esse – a determinação da diferença entre regime e Estado – era o centro da crítica de Cardoso às formulações de O'Donnel. Mas

(...) no todos los cambios son siempre posibles, ni siempre existen fuerzas políticas capaces de aprovechar las posibilidades de transformación, pero aún en los regímenes burocrático-autoritarios, y aunque considerásemos la permanencia de la misma relación estatal básica (tal como la definimos), existe lugar para la variabilidad histórica de los tipos de regímenes. No debe argumentarse en este caso que se trata de un "mero cambio de forma", pues *las diferencias entre un régimen autocrático-represivo y una "democracia restringida" inciden sobre la propia forma y las posibilidades de las luchas entre las clases y, por tanto, afectan las posibilidades históricas del Estado capitalista-industrial dependiente*, como se puede fácilmente percibir por las condiciones de emergencia del gobierno de Allende en Chile y por la destrucción de grupos de izquierda en otros países de América Latina (CARDOSO & FALETTTO, 1976, p.33) [grifos nossos]

O que Cardoso e Faletto afirmam aqui é muito nítido: há limites estruturais, mas há possibilidades de mudança nos regimes políticos, a depender da atuação das forças políticas capazes de aproveitar as possibilidades de transformação. Mas mais do que isso, as eventuais mudanças de regimes políticos não são necessariamente apenas mudanças de forma, porque alterariam qualitativamente a possibilidade da luta de classes e, portanto, poderiam abrir fendas ou possibilidades qualitativamente maiores de transformação. Neste sentido, mudar o regime alteraria as condições e poderia levar à possibilidade de, no futuro, outros tipos de mudanças mais estruturais. A tensão demonstrada por nós, portanto, continuava presente.

A grande contradição desse modelo estaria em que, paradoxalmente, para atender aos interesses das multinacionais os Estados têm de se fortalecer e organizar o espaço econômico local, exercendo funções de regulamentação e produção e aumentando sua expectativa de soberania, mas por outro lado, diante dos desafios políticos propostos pelas

classes dominadas, o Estado empresarial regulamentador se militariza. Nesse processo de exercer a soberania e de instrumentalizar-se para ser capaz de permitir a acumulação internacional e realizar a acumulação local, o Estado empresarial-repressivo se separa da Nação (ibid., p.34). De um lado há desenvolvimento, soberania como atributo das classes dominantes e tarefas prioritárias do Estado, e de outro a dimensão nacional-popular fica alheia ou mesmo oposta ao Estado (id.ibid.).

Nesse contexto, Cardoso e Faletto percebem concretamente qual o desafio a ser enfrentado pelas classes populares: relacionar os dois aspectos fundamentais dos movimentos políticos transformadores – o nacional e o popular – e aprofundar a relação entre o popular e o proletário (ibid., p.35). Os autores têm certeza que para construir essa articulação, o populismo já não é mais alternativa (id.ibid.). É notável que o desafio político está colocando diante dos autores, e que os próprios diagnosticam potencialidades e limites. Porém, talvez pelas razões aventadas anteriormente, não conseguem ir muito além do diagnóstico. Eles se perguntam sobre os rumos que tomará o processo de “democracia substantiva” para rearticular nacional e popular e construir outro tipo de Estado, e também sobre os limites entre a necessidade de organização e a vitalidade do comportamento espontâneo das massas (id.ibid.). Seguindo por esse caminho, possivelmente se encontrariam pistas para desenvolver alguma proposta de alternativa política que não fosse tão “reticente”. Entretanto, os próprios autores afirmam que essas perguntas transbordam a análise e se firmam em valores, se projetam no futuro como utopias para escapar de uma objetividade que reforça e reproduz a ordem de exploração vigente. E apesar de apontar que elas já foram incorporadas na prática social latino-americana, “não cabe neste livro desenvolvê-las” (id.ibid.).

Os autores terminam o texto discutindo brevemente o corporativismo e contestando a ideia corrente em alguns estudos sobre o tema de que este seria uma questão cultural consolidada na América Latina, por conta do patrimonialismo. Na verdade, não há nenhum elemento cultural estático nessa questão e o desafio é compreender o âmago da forma atual da contradição entre Estado, povo, nação e desenvolvimento (ibid., p.38). Se existe alguma dimensão cultural na discussão, ela se relacionaria mais com o conceito de hegemonia de Gramsci do que com essa perspectiva culturalista sobre o corporativismo. E, portanto,

(...) la pugna efectiva no es entre corporativismo y tradición democrática sino entre el elitismo tecnocrático y una visión del proceso de formación de la sociedad industrial de masas que sea capaz de proponer lo que es popular como lo específicamente nacional y que consiga transformar la reivindicación de una economía más desarrollada y de una sociedad democrática, en la expresión de dimensiones que se articulen en el Estado como manifestación de vitalidad de fuerzas realmente populares, capaces de buscar formas socialistas para la organización social del futuro (CARDOSO & FALETTTO, 1976, p.38).

O *Post-Scriptum* é muito importante porque sintetiza boa parte do que era central para Fernando Henrique naquele momento: reafirma e atualiza suas teses sobre a dependência, coloca de forma mais concreta o que seriam os limites estruturais para uma transformação, deixando as portas abertas para mudanças na forma do regime (que poderiam ser qualitativas, gerar mudanças de fundo mais adiante), e termina ainda com uma reflexão sobre qual é a verdadeira disputa ideológica por trás da situação de dependência. Não se trata de uma disputa entre corporativismo e tradição democrática, mas sim entre um elitismo tecnocrático e uma visão que proponha a ideia do nacional como popular e que se concretize através de forças populares que busquem formas socialistas de organização para o futuro.

Mas, como discutimos no capítulo anterior, Fernando Henrique não compunha essas forças populares, não era originalmente parte delas e nem se organizava politicamente ao lado delas. Mais do que isso, o grosso de sua produção teórica era dedicado a explicar estruturalmente as relações entre as classes, as condições e os limites para as transformações. Neste sentido, se sua produção se propunha até então em ser comprometida com esse ideal de transformação, ser “radicalmente crítica”, e tem o potencial e o mérito de diagnosticar bem as situações concretas, a tensão entre os limites histórico-estruturais e as potências da práxis, ainda existente, parecia caminhar mais para uma desconfiança da capacidade de transformação das forças populares do que para uma opção ou uma tentativa prática de impulsioná-las, talvez pelos próprios limites de sua condição de intelectual com as características que apontamos anteriormente.

A consequência desse cenário vai se consolidando na forma de um certo realismo/pragmatismo político bastante informado teoricamente, que marcará seus posicionamentos políticos em sua transição de intelectual engajado para militante efetivo do MDB. Para ilustrar isso, podemos analisar um texto escrito para a revista norte-americana *Journal of Social Studies*, no qual Fernando Henrique reafirmava que não

considerava reais as possibilidades de uma alteração no sistema, mas que era possível alterar o regime político e, ao fazê-lo, também alterar também o “estilo de desenvolvimento”, para um modelo um pouco mais igualitário e menos destruidor do meio ambiente. Usava como exemplo a Argentina. Os interlocutores de Cardoso nesse artigo não eram a esquerda mais radical e revolucionária nem os setores populares propriamente ditos, mas sim o próprio status-quo e as classes dominantes inclusive internacionais e, dialogando com eles, o intelectual reafirma e defende a moderação desse objetivo, que de forma alguma seria excessivamente utópico e que, pelo contrário, poderia ser criticado no máximo pelo seu excessivo realismo (CARDOSO, 1977c, p.102).

De qualquer maneira, a referida tensão continuava existindo. Na já citada introdução de *Autoritarismo e Democratização*, em 1975, Cardoso continuava se perguntando como

(...) fazer nascer uma utopia igualitária, socializante e democrática, mas, ao mesmo tempo eficaz para o ordenamento e a solução dos problemas básicos num país tão contraditório como o Brasil? (...) Como buscar nesta mesma maioria carente a energia para impedir que a única transformação posta como possível ao nível da realidade seja o reforçamento das tendências favoráveis ao despotismo esclarecido, que transformam cada governante num deus ansiado e temido, cada tecnocrata num petulante que substitui o querer dos homens pela pseudo-racionalidade do inevitável “progresso”?

A busca de resposta para perguntas deste tipo poderá orientar a imaginação criadora dos que creem que sem a participação efetiva daqueles que não puderam educar-se mas têm a energia que é própria dos que constroem e têm a seu lado a autenticidade que a situação de carência confere, todo esforço de programação social acaba por deteriorar-se sob a forma de um paternalismo tradicional ou de um despotismo iluminado que, embora não tradicional, gera ou reforça situações políticas autoritárias. É para ajudar, embora timidamente, a busca de alternativas, que algumas colocações deste livro são valorativas. (CARDOSO, 1975a, p.23)

A vontade política de contribuir com uma transformação mais profunda e ancorada nos setores populares era explícita. Sua produção teórica até ali – e não só em *Autoritarismo e Democratização* – contribui com a compreensão da realidade. Mas talvez a timidez das colocações valorativas de Fernando Henrique – que tem a ver também com sua prática até ali – desse a elas um status muito inferior e subalterno dentro da sua própria produção teórica. A busca por explicar os condicionantes estruturais do capitalismo internacional de forma muito concreta, e de encontrar aí os limites de ação real e possível para nossa realidade, em um determinado momento de crise do sistema capitalista internacional (a partir de 1973) e de início de crise do regime político autoritário

brasileiro, balizou o início da militância efetiva e mais direta de Fernando Henrique Cardoso. Se em 1974 ele havia contribuído programaticamente com o MDB, em 1978 seria candidato a senador pelo partido. Para compreender como se deu essa passagem e sob quais bases teóricas o engajamento concreto como candidato se deu, é necessário perceber as potencialidades e os limites que ele via no cenário internacional, e como acreditava que se deveria agir politicamente no Brasil para avançar nas transformações possíveis.

3.1.2. Novas utopias, horizontes estreitos

O mundo estava passando por grandes transformações do ponto de vista da geopolítica depois da Segunda Guerra Mundial. Conforme observamos, havia um novo equilíbrio sendo formado, baseado principalmente no fortalecimento das economias da Alemanha e do Japão; na presença ativa das multinacionais como atores econômicos e políticos internacionais com a consequente criação de um enorme fundo de reservas que fluía fora das instituições financeiras criadas depois da Segunda Guerra; e no êxito crescente dos Estados Unidos para manter sua presença armada contra a União Soviética e uma política externa intervencionista (CARDOSO, 1976b, p.1). Cardoso dizia que esse processo, com a diminuição da ameaça de guerra nuclear entre as superpotências, criaria as condições para o embargo árabe e a crise do petróleo desencadeada em 1973 (CARDOSO, 1974b, p.6) e também geraria uma política externa norte-americana mais *low profile*.

Na década de 1960, o general De Gaulle, na França, aventara uma solução nacional, de desenvolvimento do capitalismo dentro das fronteiras da França, sem priorizar a articulação com outros países. Cardoso argumenta que essa política não tinha como ser sustentável no tempo, na medida em que a emergência das multinacionais como atores políticos novos e que atuam de forma transnacional fazia com que houvesse uma necessária interdependência entre os países capitalistas (CARDOSO, 1976b). Ninguém endossaria uma política que gerasse recessão nos EUA, por exemplo, porque isso significaria recessão mundial: a internacionalização dos mercados havia tornado inviável qualquer saída individual para as crises.

Para além de perceber um novo equilíbrio entre as potências, a emergência de novos países economicamente fortes e de novos atores políticos e econômicos com ideologia própria, como as multinacionais, para compreender as possibilidades do

processo político real era preciso olhar também a dinâmica interna das classes em cada país.

Quando ocorre uma situação como a atual em que o aumento dos preços do petróleo, a inflação, o desequilíbrio na balança de pagamentos, mais as transformações estruturais às quais me referi agora aceleram a luta para saber quem fica com que parte do bolo, e quando nessa luta interferem classes sociais fortemente organizadas, pode-se inferir que isto também condiciona as possibilidades da política econômica a ser adotada por esses países. (CARDOSO, 1976b, p.2).

Para Cardoso, portanto, era nítido que a década de 1970 trazia diferenças profundas com relação às anteriores, com um equilíbrio internacional diferente, com problemas econômicos sendo transformados, e principalmente uma redefinição da ordem mundial que implicava uma redefinição da ordem política e social interna dos países. Nesse contexto, ele dizia que a tendência é que surgissem novas utopias.

A expansão das economias até aquele momento tinha levado a uma maior associação entre os países, mas também a uma maior dependência: mesmo os países periféricos mais industrializados eram obrigados a aceitar um tipo de política de “ajuda” externa que na verdade eram formas de exploração de seus recursos naturais e de sua força de trabalho (CARDOSO, 1975b, p.9). Isso gerou concentração de renda interna e aumento das dívidas externas, e a consciência crítica dos países de terceiro mundo começou a falar e criticar a dependência gerada por esse modelo. Se até ali se tratara de uma crítica pela negativa, a crise do petróleo e essa desorganização da ordem mundial levam os países de Terceiro Mundo a acreditar na viabilidade de alternativas. Cardoso cita algumas reuniões ou iniciativas que demonstram essa viabilidade: a política mais agressiva das nações subdesenvolvidas na Unctad (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento) e no bloco dos neutralistas na ONU, a reunião dos chanceleres acontecida em novembro de 1974 em Quito e o fracasso das negociações de Kissinger com os países latino-americanos seriam sintomas de que estes não estariam mais totalmente submissos à política externa dos Estados Unidos (id.ibid.). Portanto, se a solução nacionalista e de certa forma isolacionista de De Gaulle na França era anacrônica, tampouco parecia viável retomar uma tutela dos Estados Unidos e voltar ao modelo de exploração passado. Parecia haver espaço para a concepção de outro tipo de relação entre os países, e também de outro modelo de desenvolvimento.

É nesse cenário – em que Fernando Henrique havia participado ou participaria de diversos encontros para discutir perspectivas dos países do Terceiro Mundo para a ordem

mundial, dentre eles o que deu origem ao chamado “Foro do Terceiro Mundo”, em janeiro de 1975 em Karachi, no Paquistão e a Conferência da ONU sobre o “Habitat” em Vancouver, em 1976 – que ele começa a falar da possibilidade e da necessidade de uma nova utopia, focada em outro modelo de desenvolvimento (Cf. CARDOSO, 1974b; 1975b; 1975c; 1976b; 1980b). Neste sentido, FHC afirmava:

Busca-se, portanto, uma utopia socialmente transformadora, capaz de alentar a ação concreta das maiorias deserdadas, que sem recusar a herança positiva da civilização ocidental e o fundamento técnico-racional que a sustenta, incorpore também os valores próprios de outras culturas (até hoje marginalizadas), que não recusam a crença na superioridade do interesse comum sobre o individual e não substituem a fruição simples e legítima da vida cotidiana pela irracionalidade da acumulação e do progresso quando passam a ser vistos como fins em si mesmos (CARDOSO, 1975b, p.10).

Esse novo pensamento utópico que fundamentaria a ideia de outro desenvolvimento tem uma matriz clara para ele, e está relacionado com as utopias e os símbolos de luta social presentes no mundo naquele momento. Como argumenta em um texto muito interessante intitulado *Por um outro desenvolvimento*, publicado originalmente em inglês em 1977, o homem novo representado por Che Guevara, o grito dos argelinos contra a tortura, a guerra do povo de Giap, o socialismo de Mao prolongavam-se em outras lutas e se juntavam, em um plano de motivação para a construção de alternativas, como um amálgama não resolvido, com o liberalismo quase anárquico do maio francês, com o racismo antirracista das “almas geladas dos negros americanos” pronunciado por Sartre, com os movimentos feministas, com os movimentos antiburocráticos de Praga, etc. (CARDOSO, 1980b, p.114). Para Cardoso, esse amálgama que formaria uma base simbólica e ideológica para a nova utopia, apesar de ser muito diverso, deixava muito claro quem seriam os beneficiados por essa nova ordem mundial: os deserdados nesta civilização da opulência que beneficia poucos e marginaliza a maioria (ibid., p.115).

Para nossos propósitos, talvez o mais interessante desse texto de 1977 é que ele é profundamente normativo em praticamente toda sua extensão, sistematizando o que ali parecia ser uma proposta de nova utopia possível, que serviria como base para a defesa de outro modelo de desenvolvimento. Concretamente, há pouca coisa proposta no texto: está colocada a ideia de um “tribunal de consciência política”, formado por entidades da sociedade civil, movimentos sociais, etc., que anualmente divulgaria dados sobre o grau de progresso alcançado pelos povos e governos em seu desenvolvimento político; e por

outro lado há uma discussão longa sobre a necessária criação de novos índices de medição econômica e social que dessem conta de informar sobre os problemas mais importantes vivenciados pelos países de Terceiro Mundo naquele momento (CARDOSO, 1980b, p.126).

O contraste entre a dimensão do “dever ser” presente no texto e nas reflexões sobre a utopia naquele momento em Cardoso e a modéstia das propostas concretas apresentadas nesse texto pode ser explicado justamente pela “reticência” com relação às alternativas políticas descrita por ele e discutida por nós no tópico anterior e por suas ponderações quanto as condições reais de possibilidade para a efetivação dessas utopias. Mesmo nesse momento, em que ele parecia um pouco mais otimista com relação a possibilidades estruturais de grandes transformações no planeta, seguramente influenciado pelas discussões dos terceiro-mundistas mundo à fora e pelas reuniões que participava, ele sempre ponderava com relação às condições reais existentes nos países para permitir essas transformações.

Em outro texto interessante (*Declaração sobre os problemas territoriais e de “habitat” dos países do Terceiro Mundo*), síntese de um grupo de discussão do qual Cardoso participou e que serviria como base para uma das discussões do encontro da ONU em Vancouver em 1976, há proposições gerais bastante radicais. Partindo de um panorama sobre a urbanização – sempre a partir do paradigma da teoria da dependência (não dá pra seguir as mesmas etapas dos países desenvolvidos) – a declaração apresenta propostas como uma a política de uso do solo que passe pela apropriação coletiva da terra; garantir um novo direito urbano que repense a propriedade, e que considere a supremacia do valor de uso sobre o valor de troca; a inversão da tendência dominante sobre transporte urbano (da individual pra coletiva); o reconhecimento das ocupações urbanas, etc. Mas afirmam que isso só será possível se as populações locais se mobilizassem e lutassem (CARDOSO et. al., 1975).

A emergência dessa nova ordem mundial dependeria, portanto, de questões objetivas, vinculadas diretamente à correlação de forças e às decisões internas dos países subdesenvolvidos, que deveriam ser na direção da escolha de modelos de desenvolvimento que rompessem com o proposto por Kissinger, baseado na “ajuda” e no crédito, que reproduzia o ciclo da dependência continuada (CARDOSO, 1976b, p.2).

O desafio é grande, e está posto. Será que, de fato, os povos do “hemisfério sul” terão a capacidade criadora para elaborar e propor um

novos estilos de desenvolvimento que tenham um fundamento econômico real e ao mesmo tempo o charme da abertura de novas formas culturais capazes de impor-se ao mundo como um modelo alternativo? É o que a crer na declaração de Cocoyoc e no “Communiqué” de Karachi, veremos desenrolar-se na cena mundial na próxima década à sombra da crise mundial e do milagre do petróleo. Sem isso, dificilmente haverá uma nova ordem econômica mundial capaz de ser duradoura e progressiva, pois os *constraints* (restrições) do estilo de crescimento econômico controlado pelas multinacionais e pelo monopólio tecnológico-financeiro das economias centrais acarretam necessariamente formas de dominação que, do ângulo dos países dependentes, são injustas e perpetuadoras de desigualdades sociais e econômicas, tanto nacional como internacionalmente (CARDOSO, 1975b, p.10).

De fundo, ele não tinha certeza sobre a efetividade da construção de uma alternativa desse tipo. A ideia era, mais ou menos, esperar para ver. Enquanto a dúvida sobre a capacidade dos povos do hemisfério sul para elaborar, propor e implementar um novo estilo de desenvolvimento pairava, Cardoso tentava esboçar alguns direcionamentos concretos, pelo menos com relação às multinacionais. Até aquele momento, para ele, a resposta ao desenvolvimento das multinacionais teria sido o fortalecimento das empresas estatais, e ele não estava seguro se o pensamento da esquerda percebia que isso não era suficiente (CARDOSO, 1974b, p.7). Ele propunha considerar as multinacionais como empresa cujas decisões, por afetar milhões de vidas e a realidade de diversos países, devem ser consideradas de interesse público e, assim, ter suas informações disponibilizadas e garantir participação pública na construção de suas decisões (CARDOSO, 1975d).

Em todo esse contexto internacional, de transformações geopolíticas e emergência de novos atores, o sociólogo via a possibilidade de que alguns países do terceiro mundo, sobretudo os mais industrializados, comessem a ganhar mais opções comerciais e alternativas de relação econômica. A nova ordem econômica marcaria o fim do acordo de Breton Woods e dos grandes instrumentos de regulação do mercado mundial, e “alguns países do antigo Terceiro Mundo estarão sendo chamados a participar de uma espécie de ‘Mundo Dois e Meio’” (CARDOSO, 1975e, p.1).

O regime militar brasileiro vivia, no fim do governo Médici no início de 1974, seu momento de maior força. A ameaça guerrilheira parecia ter sido definitivamente eliminada, e a economia crescera no ano anterior como nunca antes havia acontecido: o milagre econômico brasileiro impulsionava a legitimidade do regime, a despeito da repressão e da violência terem aumentado (SKIDMORE, 1988, p.30). O crescimento

econômico ao longo do “milagre” tinha aumentado a desigualdade social, e Ernesto Geisel, presidente eleito no Colégio Eleitoral para substituir Médici, sinalizava que queria distribuir melhor a renda, além de iniciar um processo de abertura lento (id.ibid.). Entretanto, distribuir renda demandava crescimento econômico contínuo, e o choque do petróleo de 1973 piorara muito as condições neste sentido. Como bem demonstra Hobsbawm, se os impactos da crise do petróleo no Terceiro Mundo eram muito diversos, uma coisa poderia ser generalizada: desde 1970, quase todos os países haviam mergulhado no problema da dívida (HOBBSAWM, 2003, p.411). Efetivamente, Thomas Skidmore (1988, p.31) argumenta que como o Brasil importava 80% do petróleo que utilizava, o aumento dos preços deixava poucas alternativas a não ser usar as reservas próprias e fazer empréstimos estrangeiros. Por isso, a dívida externa brasileira duplicou ao longo de 1974, passando de 6,2 bilhões de dólares para 11,9 bilhões (id.ibid.).

Pensando na situação brasileira em meio a esse cenário mundial, em junho de 1975, Fernando Henrique publica no jornal Opinião um texto chamado “Opções Fundamentais”, em que descreve um pouco os efeitos da crise desse modelo de desenvolvimento no Brasil, e algumas opções que estariam colocadas para o país naquele momento. Depois de sete anos de bonança, nos dois anos e meio anteriores ao texto os efeitos da crise tinham chegado ao país, porque havia sido montado um modelo de desenvolvimento baseado no consumismo das classes dominantes, e com ele foi debilitado o setor de produção de bens de produção, aumentou-se a dívida externa e utilizou-se irracionalmente os recursos naturais do país (CARDOSO, 1975f). O modelo “fez água” porque os empréstimos estrangeiros foram se tornando escassos e porque o petróleo aumentou muito de preço. Esse modelo de desenvolvimento, que tinha a ilusão de repetir um dos “estágios” de desenvolvimento do capitalismo avançado, na verdade se parecia mais ao modelo czarista na Rússia, com muita exclusão, mas num contexto de dinamismo das multinacionais e mudanças tecnológicas e comunicacionais mais rápidas, que faziam com que transformações que antes levavam décadas acontecessem muito rapidamente, e elevassem o anseio das populações por mais qualidade de vida (id.ibid.).

Economicamente, o governo Geisel estava naquele momento implementando o chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento, que buscava enfrentar a crise econômica internacional e o choque do petróleo com medidas de intervenção estatal na economia. O milagre brasileiro havia durado cinco anos e terminado, e o modelo de crescimento econômico baseado na expansão acelerada do setor de bens de consumo duráveis entrava

em crise porque esbarrava nos seus limites externos e internos (MANTEGA, 1997, p.30). A indústria automobilística, que era o carro-chefe do desenvolvimento, era muito afetada com a crise do petróleo, e o mercado de bens de consumo duráveis como um todo dava sinais de saturação. Ainda de acordo com Mantega (1997), o II PND foi um dos maiores programas de intervenção estatal na economia no Brasil: uma das diretrizes do plano era reduzir a dependência do petróleo estrangeiro (o país exportava até 80% do petróleo que precisava) investindo em pesquisas e exploração do petróleo brasileiro e no desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como álcool e energia nuclear, e a outra era dominar todo o ciclo produtivo industrial, com investimento na produção de bens de consumo básico e bens de capital. O sucesso desse modelo dependia de investimentos de longo prazo, que viriam com petrodólares (o que acarretou o aumento da dívida externa) e com linhas de crédito oferecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O governo Geisel buscou, num cenário internacional bem menos favorável do que os anteriores, continuar os projetos de investimento estatais anteriores e ao mesmo tempo implementar novos projetos, à base dos empréstimos estrangeiros (SKIDMORE, 1988).

Cardoso via, nesse contexto, três grandes opções a serem consideradas no nosso cenário nacional. A primeira e principal era entre a continuidade do estilo de desenvolvimento elitista e concentrador e a compreensão de que a busca por mais igualdade social e pelo atendimento das necessidades básicas da maioria era um imperativo do próprio processo de crescimento, tanto do ponto de vista econômico, quanto para atender as aspirações populares; a segunda opção, que vinha junto com a primeira, era sobre a sustentação energética para o crescimento: entre continuar apostando em utilizar irracionalmente recursos não renováveis como o petróleo ou buscar outras formas como a energia atômica, o que demandaria pesquisas e investimento; a terceira opção é entre construir ou não uma educação de massas, que para ele era pré-requisito para qualquer tentativa de construção de uma democracia substantiva (CARDOSO, 1975f, p.2). Naquele momento, em que Cardoso constatava que o modelo anterior de desenvolvimento (o que havia proporcionado o “milagre”) tinha se esgotado, ele percebia uma articulação entre Estado, indústria local e multinacionais para assegurar os objetivos da nova fase de industrialização nacional inaugurada pelo II PND. Por isso, ele achava que o mal-estar gerado em um setor do empresariado nacional, sobretudo paulista, com relação ao alto grau de intervenção estatal na economia, era mais relacionado a uma

cegueira de parte do empresariado do que ao não atendimento real de seus interesses. FHC dizia que a área de incerteza maior dessa reconversão da economia não estava no setor automobilístico ou nos interesses do empresariado, a despeito de suas reclamações, mas sim

(...) em saber como compatibilizar os objetivos do Estado com os da nação, posto que essa, além das classes produtoras, compõe-se por um povo de trabalhadores, por uma população agrícola, por técnicos e intelectuais, por funcionários, empregados, etc. É cedo para julgar as chances reais de desdobramento político-social do novo patamar de acumulação que está se formando. Por agora não se vê mais do que as resistências contra a “distensão” presidencial como se esta fosse o bode expiatório de suas dificuldades econômicas. Perdidos diante das dificuldades da reconversão, com a cegueira tradicional dos burgueses locais, muitos empresários vêem (...) apenas o chicote do AI-5 para disciplinar o pacífico povo brasileiro. (...) (CARDOSO, 1975f, p.2).

Parte do empresariado nacional, portanto, não só não compreendia o programa de Geisel como colocava na conta da pequena distensão que começava a ocorrer no regime a crise econômica que na verdade se devia, em boa medida, ao modelo de desenvolvimento implementado anteriormente e às condições internacionais. O que o grupo de industriais paulistas que estavam em campanha pela “desestatização da economia” não compreendiam, segundo Cardoso, era que o ponto crucial da reconversão da economia não estava relacionado a uma dicotomia “estatismo x privatismo”, e menos ainda a uma entre “nacionalismo x integracionismo”, mas sim em promover, diante das condições internacionais colocadas, as articulações necessárias para preparar os mecanismos para um novo patamar de acumulação (CARDOSO, 1976c, p.10). A crítica dos empresários se dava por questões conjunturais relacionadas a seus interesses diante uma situação pontual de mercado, e não porque o Estado não estaria cumprindo seu papel de organizar as condições materiais para a acumulação de médio e longo prazo (ibid., p.15). Em resumo, a mudança de modelo teria se dado por questões objetivas, já que o modelo consumista anterior havia se esgotado e era necessária uma rearticulação para superar as contradições geradas anteriormente e agravadas pela crise mundial.

O interessante dessas reflexões para nossos propósitos é que Cardoso estava argumentando, basicamente, que a despeito de parte do empresariado brasileiro, por sua “cegueira tradicional”, reclamar do modelo intervencionista implementado por Geisel no II PND, esse modelo serviria em médio e longo prazo aos interesses dos capitalistas no Brasil. Não à toa, o texto em que essas reflexões estão colocadas se chama *Estatismo e Autoritarismo Esclarecido*: no fundo, a tese é que a política econômica implementada

pelo Estado brasileiro naquele momento estava em consonância com os ditames do capitalismo internacional, e parte do empresariado não percebia isso porque seus interesses imediatos estavam sendo feridos. A base de apoio para essa espécie de autocratismo esclarecido do governo Geisel era formada pelo segundo escalão de tecnocratas e pela burguesia de Estado (ibid., p.23). A crítica de Fernando Henrique ao modelo proposto por Geisel é que ele geraria a ilusão de que o mercado seria controlado pelo processo de intervenção do Estado, e isso nunca aconteceria.

Ao invés de um processo harmonioso como os tecnocratas dizem, vai haver um processo confuso em que governo, empresas estatais, multinacionais e empresários nacionais privados definirão os termos em que participarão do novo ciclo econômico. Os outros grupos e classes continuarão suportando as irracionalidades do mercado até que possam, por sua própria força e decisão, propor-se como alternativa viável para conduzir um processo de desenvolvimento que, diferentemente do atual, consiga, de fato, submeter o mercado à lógica de um Plano Social (CARDOSO, 1976c, p.24).

Neste sentido, a “confusão” do processo se dava entre governo, empresas estatais, multinacionais e empresários nacionais privados. As classes populares ficavam de fora do processo. Como havia demonstrado em um seminário da CEPAL ainda em 1974, havia soluções possíveis para a crise econômica do ponto de vista do establishment, mas elas se davam às custas do povo, não em seu favor (CARDOSO, 1974c, p.40). Sendo assim, tanto os setores que ainda apostavam numa espécie de nacional-populismo e agora viam vantagens na direção de um “socialismo” nessa presença maior do Estado na economia quanto os que defendiam que a estatização era sinônimo de autoritarismo estavam equivocados. Para Cardoso (1977d), a tendência de aumento do tamanho do Estado se dava de modo relativamente autônomo com relação aos regimes políticos: a questão da democracia é política, não tem necessariamente relação com o crescimento do Estado na economia, mesmo porque no Brasil o Estado intervinha bastante naquele momento, mas mantendo um modelo autoritário, concentrador de renda e excludente. Além disso, existem grupos privados dentro do Estado que atuam buscando seus interesses, e a própria burocracia também confunde seus interesses com os da nação. Assim, a presença do Estado na economia não define o regime político, e não há, portanto, relação linear necessária entre maior estatização e autoritarismo, ou maior estatização e democracia ou socialismo (CARDOSO, 1976d).

Aparentemente, então, a situação colocada da perspectiva de Cardoso era a seguinte: havia transformações importantes no cenário internacional, que criavam

condições para a construção de uma nova ordem mundial, a depender da situação interna e da capacidade de iniciativa dos setores populares dos países subdesenvolvidos. Todavia, no caso brasileiro, vivíamos sob um regime ditatorial que, embora se movimentasse no sentido de adequar-se às novas condições mundiais, atualizando a articulação necessária para garantir a acumulação capitalista, não fazia isso em nome dos interesses populares e nem da busca por contribuir com a constituição de uma nova ordem internacional. É nesse cenário que ele vai afunilando sua percepção sobre qual seria a tarefa política prioritária para aquele momento – a transformação do regime em direção à democracia – e suas condições de possibilidade.

Se os condicionantes internacionais e estruturais do capitalismo funcionavam como limites à transformação social, a pressão que exerciam não seria apenas negativa. Neste sentido, Fernando Henrique argumenta que o próprio crescimento econômico brasileiro – mesmo que excludente – e a internacionalização dos mercados aumentam a pressão das massas por sua participação efetiva e legítima nos processos de decisão, ou seja, pela transformação do regime (Cf. CARDOSO, 1974d). Como vimos, ele não acreditava que o modelo de acumulação exigia um tipo específico de regime. Se nem todos eram possíveis, havia alternativas dentro de um mesmo quadro estrutural: outro exemplo dessa reflexão está em *Estado Capitalista e Marxismo*, de 1977, em que afirma que a *autonomia relativa do Estado* implicava a variabilidade de relações político-institucionais em função das alianças e das lutas de classes, mesmo com o mesmo predomínio de setores do capital, e que mesmo sem a alteração do pacto de dominação visto do ponto de vista mais geral eram possíveis alterações de regime político (CARDOSO, 1977b, p.27).

O autoritarismo no Brasil começara, no período Castelo Branco, com uma espécie de dilema entre uma perspectiva mais liberal e uma mais autoritária, que foi resolvido em prol da segunda com uma argumentação ancorada na Guerra Fria e no risco da subversão interna, portanto, na necessidade de enfrentar o inimigo interno vinculado ao cenário internacional e na ideia de que não haveria condições de garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento em condições democráticas (Cf. GASPARI, 2017; SKIDMORE, 1988; STEPAN, 1988). Observamos que para Cardoso a justificativa fundamentada na Guerra Fria se tornava cada vez mais anacrônica. Não existiriam mais condições internacionais para a justificativa utilizada pelo regime autoritário de

“combater a subversão interna” (Cf. id. 1974b). Em *A questão da democracia*, discutido introdutoriamente no tópico anterior, ele afirma:

A guerra fria foi redefinida e, conseqüentemente, as guerras internas de subversão perdem pouco a pouco o sentido, pelo menos na atual conjuntura. Já não existem bases externas para apoiar transformações políticas concebidas nos estritos termos militares anteriores. Sobraram, entretanto, os regimes autoritários e repressivos que condicionam a vida política a partir da situação anterior e impedem os movimentos de massa e a ampliação da participação política. Existe, pois, nesse aspecto, uma situação de anacronismo. Será que este anacronismo, redefinido, é indispensável às classes dominantes? Ou num dado ponto pode haver coincidência tática de interesses em sua eliminação? (CARDOSO, 1975g, p.230).

Aqui entra outra questão importante para compreender as posições políticas que Fernando Henrique adotaria naquele momento em que já contribuía diretamente com o MDB, e poucos anos antes de se candidatar pela primeira vez ao Senado. Se as condições internacionais haviam mudado, ainda sobravam os regimes autoritários. E a pergunta que ele se faz nesse momento é se realmente eles seriam indispensáveis para as classes dominantes manterem seu regime de acumulação, no contexto do debate a partir das formulações de Guillermo O'Donnell (1972). A resposta a essa pergunta será decisiva – porque ela é definidora da melhor estratégia política a ser adotada pelas oposições – e o primeiro passo para chegar a ela é caracterizar adequadamente o regime autoritário brasileiro. Cardoso dedica algumas páginas da introdução de *Autoritarismo e Democratização* a essa tarefa, além de *A questão da democracia* – escrito em 1973 mas publicado também como último capítulo do mesmo livro, agora acompanhado de outros textos que reforçam ou complementam as argumentações do artigo original, mediados pela discussão da introdução.

A primeira afirmação da discussão sobre essa definição no livro (CARDOSO, 1975, p.18-22) é que ao utilizar o termo autoritarismo, não está se recusando a definir como ditatorial o regime brasileiro, especialmente por conta da existência da tortura. Isso não significa, porém, que se trate de um regime fascista. O fascismo, que como conceito remete a um determinado tipo de organização social e política de uma época determinada, remete a um modelo de organização política em que o Estado atua mobilizando diretamente as massas e sustentado em partidos políticos, e no qual a acumulação capitalista busca a expansão para mercados internacionais, baseada numa ideologia de expansionismo e grandeza nacional apoiada pelas massas. Por outro lado, “no nacional-estatismo dos regimes autoritários contemporâneos existem diferenças fundamentais.

Trata-se de regimes essencialmente desmobilizadores” (ibid., p.19), que utilizam de forma técnico-burocrática os recursos do Estado e têm fortes fatores inibidores para transformar a ideologia de Estado que os caracteriza em uma ideologia genuinamente fascista.

Concretamente, essa diferença implica em maiores possibilidades de atuação para as oposições, que se são reprimidas, não são totalmente destruídas como nos regimes fascistas. Nunca se cortam inteiramente os núcleos opositores na imprensa, na universidade, na igreja, nos sindicatos, etc.: isso não deriva de uma decisão dos setores que dirigem o Estado, mas sim de uma *situação*, já que eles não possuem a cumplicidade de toda a máquina estatal, e não conseguem controlar o conjunto dos interesses que se definem na sociedade, pois não há um regime de partido único (id.ibid.). Além disso, uma das características do autoritarismo contemporâneo é o fato de ser baseado em uma política de cúpulas, um elitismo, que faz com que surjam vozes de proteção caso algum pequeno grupo tente aplacar os outros que disputam o poder do regime, o que diminui as condições para o fascismo, embora existam tendências neste sentido.

Mesmo tendo se tornado anacrônico do ponto de vista internacional, o “modelo político brasileiro” teve uma base objetiva útil para os grupos vencedores. O autoritarismo permitiu a reorganização do aparelho de Estado, liquidou o sistema partidário e as representações das classes populares e incorporou as Forças Armadas e os grupos sociais que expressam os setores monopólicos da economia no processo político sob novas condições (CARDOSO, 1975g, p.225). Essas modificações moldaram o milagre econômico da forma como aconteceu, com concentração de renda e desigualdade social, e, por outro lado, com o desmantelamento da ordem política anterior, intervenção econômica do Estado e investimentos estrangeiros puderam se combinar melhor (id.ibid.). Assim, o modelo político é o sistema de poder que assumiu a forma burocrático-autoritária e que tem dois eixos diferentes mas não excludentes, um tecnocrático e um militar: por trás desse sistema estão os interesses da expansão capitalista, tanto a empresa estatal quanto o conglomerado internacional (e ligada a eles uma burguesia local que, por ser dependente, perde importância do ponto de vista econômico e social) (ibid., p.226).

Cardoso tinha pelo menos dois interlocutores diretos nesse debate. Um, conforme discutimos, era Guillermo O’Donnell, do qual tomava a ideia de regimes burocrático-

autoritários³⁹, mas criticando o determinismo implícito nas formulações do argentino e ao mesmo tempo buscando diferenciar regime político de Estado, para mostrar que o primeiro pode mudar sem que se altere a essência do último, no sentido de organizador da acumulação capitalista. O outro era Juan Linz, que formulara originalmente a famosa tese sobre a “situação autoritária” no Brasil, em que percebia as dificuldades do regime militar de institucionalizar-se como uma ditadura e, portanto, possibilidades para saídas democráticas a partir daí (Cf. LINZ, 1973).

Cardoso argumenta, então, que os intelectuais que desejam contribuir com a transformação do cenário têm a tarefa de refletir sobre as formas de oposição numa situação autoritária com as características colocadas. Nessas situações, nem adianta ter uma ilusão na força da “classe redentora” ou simplesmente na pressão das bases, ignorando a política de cúpula, e nem por outro lado poder-se-ia correr o risco de ser cooptado pelo regime, com a ilusão de que apenas a política de cúpulas resolveria (CARDOSO, 1975g, p.20).

Acredito que exatamente porque o regime não é mobilizador, existe boas chances para as oposições de evitarem os riscos de uma espécie de “novo despotismo esclarecido” por parte das elites, que bem pode vir a ser o passo seguinte ao atual marasmo político social a que o regime foi jogado, especialmente pelo governo Médici. A chance para evitar a cooptação das oposições, mesmo quando estejam operando ao nível restrito da atual (e insatisfatória) “política de cúpula”, estaria dada pela pré-dica e prática de uma “democratização substantiva” (CARDOSO, 1975a, p.20).

Essa ideia de democratização substantiva, que começa a aparecer mais e mais no pensamento de Fernando Henrique neste período, não se refere apenas a mudanças na forma de governo, controle partidário, etc.: é uma discussão anterior a isso, que preza pelo direito à participação, à crítica e ao controle por parte dos indivíduos nos distintos planos da sociedade. O desenvolvimento deste aspecto levaria, na perspectiva dele, à construção daquelas já citadas novas utopias, que se formalmente se parecem às do século XVII e XVIII (com a luta pela liberdade, igualdade e fraternidade), “devem enraizar-se na situação de classe e no âmbito civilizatório do século XX em sua passagem para o século XXI” (ibid., p.21). Assim, ao invés do simples apelo às classes populares ou da repetição de slogans – e aqui ele estava criticando os setores da oposição mais à esquerda ao regime – seria preciso compreender os níveis onde ocorrem efetivamente as decisões:

³⁹ Depois da crítica de Cardoso, que diferenciava regime e Estado, O'Donnel incorporara a ideia de “regimes burocrático-autoritários” (Cf. RICUPERO, 2014), conforme demonstramos.

se o Estado intervém cada vez mais na economia, é preciso democratizar essas decisões econômicas do Estado, e se por outro lado as multinacionais são atores políticos e econômicos que influenciam decisivamente a vida dos países, era preciso encontrar formas também de tornar mais públicas suas decisões, com algum tipo de controle social (id.ibid.).

Não se trata, obviamente, de substituir a luta de classes por uma panaceia de “participação indeterminada”, mas de criar arenas e o clima de participação que permitam aos trabalhadores, aos assalariados em geral, aos sindicatos, às organizações culturais, religiosas e políticas exercer sua ação transformadora. É óbvio que para isso será necessário reorganizar os partidos e criar associações que expressem autenticamente os interesses dos assalariados (CARDOSO, 1975a, p.22).

Aqui há diversos elementos importantes. Em primeiro lugar, mesmo com o foco na defesa de um processo de democratização que caracterizava como “substantivo”, ele afirmava não abandonar a perspectiva da luta de classes. Segundo, neste trecho está um pouco mais nítida e materializada a maneira como ele imaginava que as mudanças na *forma* do regime poderiam gerar alterações qualitativas, que permitissem mudanças de maior conteúdo posteriormente, como discutido no *Post-Scriptum à Dependência e Desenvolvimento*: se a democracia possível para o modelo de acumulação existente era a restrita, essa poderia gerar condições melhores para uma democratização substantiva, que por sua vez poderia gerar condições para mudanças econômicas e sociais. Para isso, por fim, seria necessário reorganizar os partidos políticos e criar associações que expressassem os interesses dos assalariados em geral: se não abandona a perspectiva da análise de classe e nem a luta de classes como forma de transformação, Cardoso busca não se iludir com um apelo genérico ao que chama ironicamente de “classe redentora” (o proletariado), porque pelas condições estruturais do país e pelas mudanças no capitalismo internacional, o sujeito coletivo da transformação deve ser concebido de forma mais ampla, daí a noção de assalariados. Essa última reflexão terá muita importância nas decisões políticas de Cardoso com relação à participação e à construção de partidos depois da abertura do regime ditatorial, como veremos.

Para além do anacronismo que representava um regime ditatorial autoritário, fundamentado ideologicamente na ideia de subversão interna que já não tinha mais base internacional alguma, havia outro elemento problemático importante que ele continuava afirmando: o modelo político autoritário, se garante crescimento econômico e acumulação capitalista (tese que defendia em oposição àqueles que chamava de

catastrofistas), não é *necessário* para esse crescimento. É por isso que ele se pergunta sobre a possibilidade de alianças táticas com setores das classes dominantes, para alterar o regime.

Na atual fase do ciclo expansivo, não creio que a rigidez totalitária seja uma condição necessária para garantir o crescimento econômico. Por certo, ela é cômoda do ponto de vista estreito dos empresários individuais. Mas não parece indispensável do ponto de vista global da economia. Sem dúvida este último é racionalizador e encontra expressão em políticas concretas através do Estado, que, por sua vez, pode sustentar valores e práticas totalitárias, por motivos mais políticos e ideológicos do que econômicos. Portanto, na conjuntura atual as mudanças ou o imobilismo político dependerão mais da dinâmica dos grupos ligados diretamente ao Estado do que de um hipotético empresariado competitivo que alimentaria uma concepção liberal de mercado, ou, no polo oposto, de um empresariado ávido por manter o controle salarial e a repressão sindical. Se este argumento for correto, a dinamização da conjuntura atual vai depender mais de fatores definidos no plano propriamente político do que, de imediato, no plano econômico. (CARDOSO, 1975g, p.231).

Nem do ponto de vista da justificativa política – subversão interna – nem do ponto de vista global da economia o autoritarismo era necessário. Além disso, a transformação do regime, em direção a uma democracia substantiva, poderia gerar condições para uma transformação mais qualitativa do próprio modelo de acumulação. Essa era a linha de raciocínio que conectava, em Cardoso, a perspectiva de transformação mais profunda e estrutural (uma dimensão do dever ser que apesar de ele não abandonar totalmente lhe parecia distante, se não totalmente impossível) com uma perspectiva imediata e pragmática, que o orientava em direção a uma postura política que fosse mais concreta do que a aposta na “classe redentora”, que atuasse nos espaços decisórios reais, que tivesse influência nos grupos ligados diretamente ao Estado.

Para ele, embora o regime militar a partir do AI-5 tivesse legitimidade muito fundamentada na economia – em pragmatismo e realizações –, na medida em que conseguia manter as regras de exclusão social que garantiam vantagens para as classes dominantes e gerar um conjunto de valores que reproduziam a ordem vigente, com a crise econômica começou a crescer também uma certa crise de condução política. Não se tratava apenas de um regime de funcionários e burocracia, porque havia uma capacidade de incorporação de parte da sociedade civil – as classes dominantes – através dos anéis burocráticos de decisão, que garantiam um espaço de participação frágil e tutelado pelo “poder moderador”, que era o executivo – principalmente o presidente (CARDOSO, 1975h, p.208). Como o regime de 1964 e, especialmente, a partir de 1968, havia excluído

as possibilidades de participação dos setores dominados, gerou desafios difíceis de serem resolvidos em termos de legitimidade, especialmente porque a sociedade industrial de massas demanda mecanismos de representação e participação. Entre outras questões, Cardoso cita a da educação, que é uma necessidade para a sociedade industrial, mas entra em contradição com a falta de liberdade do regime, assim como o acesso a informações através dos meios de comunicação (Cf. CARDOSO, 1975g, p.234).

Conforme observamos, na América Latina o Estado expressava a dominação de uma articulação contraditória entre os interesses do setor internacionalizado da burguesia (as multinacionais), das burocracias públicas e das empresas. No Brasil, essa articulação gerava uma espécie de dualidade entre um setor mais político e repressivo, ligado à burocracia e com “sede” simbólica em Brasília, e um setor mais econômico e dinâmico, com “sede” simbólica em São Paulo, como se fosse uma “capital da sociedade civil”: quem mediava essa articulação contraditória era o poder executivo (CARDOSO, 1975h, p.210). O Estado seria, então, essa tentativa constante de articular os interesses nem sempre coincidentes das empresas locais, estatais, multinacionais, etc., com a unificação geral entre eles sendo baseada fundamentalmente na exclusão popular.

Ele argumentava que havia, assim, uma face contraditória no pacto de dominação brasileiro, que se resolvia em grande medida na prioridade da exclusão popular. A burguesia estatal, as multinacionais e a burocracia teriam interesses fortes e próprios, e demandariam esse arranjo dual entre setores burocráticos e setores dominantes da sociedade civil, incorporados às esferas de decisão através dos anéis burocráticos. O regime se apoiaria numa ideologia de estado que não é mobilizadora das massas (e por isso difere muito do fascismo) mas cumpriria a função de cimento simbólico das classes dominantes (CARDOSO, 1975h, p.217). No entanto, além das mudanças estruturais internacionais e da pressão por participação que naturalmente ocorre na sociedade industrial de massas, esse arranjo tinha que enfrentar os elementos desestabilizadores dessa relação ambígua entre “nacional-estatismo” e “liberal-imperialismo”, do choque constante entre o aparelho repressivo e a “legalidade revolucionária” do regime, e as constantes crises sucessórias. Tudo isso abria certas possibilidades de transformação. Com efeito, em diversos momentos o regime originado em 1964 tinha de lidar com situações de contradição entre a orientação política de seus presidentes e assessores mais próximos e as vontades dos militares que cuidavam da segurança nacional. Geisel, ao assumir a presidência, sinalizara que gostaria de iniciar a abertura, mas nitidamente não

controlava a “linha-dura” dos militares, que controlavam o aparelho repressivo (SKIDMORE, 1988, p.33).

Nesse cenário, Cardoso afirmava que talvez pela primeira vez na história do Brasil existissem forças sociais que não estavam cooptadas pelo pacto de dominação e que por sua situação econômica e social, possuem reivindicações específicas com alguma consciência de seus interesses. Esses setores seriam a massa trabalhadora urbana, segmentos dos setores técnicos do funcionalismo e das empresas que não se solidarizaram com o regime, setores das próprias empresas do Estado e da burocracia que discordam da linha econômica seguida, a baixa classe média urbana, os estudantes universitários, etc. (CARDOSO, 1975h, p.220). Essas forças, para ele, poderiam no futuro formar um *partido de assalariados*. Por trás delas, estariam os “deserdados de sempre” (camponeses, setores marginalizados urbanos, etc.) e que poderiam, numa aliança tênue com esse partido de assalariados, formar a base social para uma Oposição ao regime. O regime não teria se dado conta ainda desses problemas, e a oposição de esquerda e de centro dispunha de pouca clareza acerca dos limites do modelo brasileiro de autoritarismo para dar conta das demandas de uma sociedade industrial de massas e sobre os tipos de questões e a ideologia capazes de mobilizar essa base social.

Além disso, Fernando Henrique afirma que muito provavelmente não haveria uma evolução linear e resultante do enfrentamento global entre Oposição e Bloco de Poder. O mais provável é que setores do bloco de poder dispostos a reforçar suas posições na disputa existente no interior do regime estabelecessem conexões com setores da oposição e, quem sabe, a partir desses realinhamentos surgissem possibilidades para outro tipo de arranjo de poder (ibid., p.221). Por sua parte, a oposição não poderia se limitar a ser massa de manobra dos setores mais liberalizantes do interior do regime e não perceber que existe uma base social real para justificar um outro tipo de Estado, sob pena de servir de mola para nada mais do que uma “modernização conservadora”. É interessante notar como essas análises se confirmariam de forma quase irônica – porque contariam com seu protagonismo político para consolidar um processo muito limitado de transformação do regime político brasileiro – quase dez anos depois de ele escrever essas palavras. Cardoso prosseguia afirmando:

O desafio real existente é, portanto, o da discussão a fundo da Questão da Democracia, para com ela reequacionar as bases sociais de uma ideologia que permita recuperar o núcleo válido da problemática da liberdade sem aliená-la no formalismo grandiloquente e, ao mesmo

tempo, descobrir as formas de organização política que, ao lutar pelas possibilidades reais do igualitarismo, não condene a vida política às desventuras do autoritarismo e amplie a participação da cidadania.

Noutros termos, existe um desafio aberto aos “intelectuais orgânicos” da Oposição que sejam capazes de propor o debate e as práticas políticas não ao nível abstrato da ideologia, mas ao nível de uma ação que conduza efetivamente à hegemonia, na sua tripla determinação, ao nível das forças sociais, da relação política e da ação coercitiva, se necessário, que, em circunstâncias dadas, como se disse, pode ser decisiva. (CARDOSO, 1975h, p.221).

Neste texto, portanto, escrito em abril de 1974, Cardoso colocava em pontos cada vez mais concretos os desafios imediatos que via para a Oposição brasileira, mas principalmente para os seus “intelectuais orgânicos”, inclusive para ele próprio⁴⁰. O desafio mais profundo tinha a ver com colocar a fundo a questão da democracia, com a ideia que ele já havia trabalhado em anos anteriores de “ativar a sociedade civil”, e que agora já começa a esboçar nos termos da construção de um partido político que tivesse a capacidade de juntar diversos setores da sociedade, um partido de assalariados. Mas para dar conta disso, os “intelectuais orgânicos” precisariam debater e propor não em termos abstratos, mas sim de disputa real de hegemonia.

Nessa condição de dualidade do regime brasileiro, para que houvesse um descongelamento político que permitisse a ativação da sociedade civil era necessário que setores não totalitários dos grupos dirigentes entendessem a necessidade da construção de canais da participação política e expressão do conflito, para que se expressasse a sociedade industrial de massas (CARDOSO, 1975g, p.236). Os setores da esquerda também precisariam compreender que o objetivo não é eliminar o conflito. Sem essas compreensões, o modelo brasileiro poderia descambar no futuro para formas envergonhadas de fascismo, no mundo cinzento da dominação burocrático-repressiva que se é horrível para a maior parte da população tampouco é condizente com as demandas dos setores mais dinâmicos das classes dominantes. É neste ponto que poderiam coincidir os interesses de setores de dentro e de fora do regime.

Ele não podia ser mais claro:

O argumento que estou sustentando aqui é de que as contradições existentes no próprio sistema de poder acabarão por fazer ruir este tipo de racionalização do imobilismo burocrático-repressivo, se a eles se

⁴⁰ Não há dúvidas que FHC se entende como um dos “intelectuais orgânicos” da oposição. É, por certo, um uso livre do conceito gramsciano. Nós preferimos defini-lo como um “intelectual engajado”, sobretudo para não naturalizar um uso livre do conceito sem discorrer mais profundamente sobre ele, o que não parece ser necessário para a argumentação que estamos construindo aqui.

juntar a pressão dos grupos e classes que estão fora do Bloco de Poder e que, se bem seja certo que insistem na participação política, não a confundem com adesão mas, ao contrário, estão dispostos a manter a integridade de suas visões de oposição (CARDOSO, 1975g, p.238).

Retomava-se, então, a argumentação já desenvolvida em 1971 em *O modelo político brasileiro* e introduzida por nós no capítulo anterior. Naquele momento ele já dizia que não havia uma inevitabilidade favorável ao totalitarismo, que era necessária uma reação vigorosa de dentro e de fora do regime, e que a oposição armada ou verbal não tinha força para provocar a derrocada do regime (Cf. CARDOSO, 1993a, p.82). Dois anos depois, em *A questão da democracia*, o argumento se fortalecia por conta da consolidação de uma nova ordem internacional, e ia se tornando uma política concreta para um FHC que, ao propor desafios para os “intelectuais orgânicos” da oposição em *A Questão do Estado no Brasil*, já se via claramente nessa posição, contribuindo diretamente com o programa político do único partido de oposição existente naquele momento no Brasil, o MDB. Naquele momento, Geisel oscilava entre uma postura de liberalização e a concessão aos “linha-dura”, e por outro lado buscava afirmar indiretamente que a ‘segurança nacional’ era indispensável para manter o desenvolvimento do país:

Prosseguirá o Governo na missão que lhe cabe, de promover para toda a nação, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível – econômico, social e também político – com o mínimo de segurança indispensável. E deseja mesmo, empenhando-se o mais possível para isso, que esta exigência de segurança venha gradativamente a reduzir-se.

Erram – e erram gravemente, porém – os que pensam poder apressar esse processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública e, através desta, sobre o Governo. Tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão, tal como se requer, para chegar-se a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora (GEISEL, 1974, p.122).

O clima criado pelo governo era da necessidade de uma distensão lenta, gradual e controlada, sob pena de retrocessos que levariam à radicalização política de parte a parte. Concretamente, nesse contexto, Cardoso ia assumindo uma posição política que caminhava numa direção centrista, e de certa forma bem fundamentada na sua perspectiva teórica mais ampla com relação aos condicionantes estruturais. Ele via o mundo, a situação internacional e a situação brasileira inserida a partir de uma perspectiva que ele considerava estar “entre os apologetas e os catastrofistas”, onde ainda havia a possibilidade do rigor e da análise científica (Cf. CARDOSO, 1975a, p.14). Por outro lado, defendia a necessidade de uma aliança da oposição com os setores insatisfeitos de

dentro do regime para acelerar a democratização. Politicamente, ele criticava o gradualismo na distensão proposta pelo governo Geisel a partir de 1974, e criticava aqueles que, como professor Samuel Huntington em visita ao país, naturalizavam essa abertura lenta e controlada. Entretanto, não opunha o gradualismo preconizado com um “instantaneísmo impossível” (CARDOSO, 1974e).

Na mesma linha, em debate promovido pela revista *Visão* no início de 1975, entre Fernando Henrique, o colunista político Carlos Castello Branco, o senador pela ARENA José Sarney e o senador pelo MDB Roberto Saturnino, ao discutir um pouco sobre as condições estruturais para a mudança, Cardoso afirma que “dadas as premissas, o Governo não tem alternativa além do gradualismo, nem a estrutura comportaria uma passagem abrupta. O que é possível é acelerar o passo (...)” (CARDOSO, 1975i, p.16). O espaço que a crise econômica e a crise de hegemonia pela qual o regime passava abria era o da transformação gradual (não tão gradual quanto o governo desejava, mas não imediata) do regime, e para isso Cardoso não via outra alternativa que não a unidade da oposição com setores de dentro do regime.

Em 1974, o regime venceu tranquilamente as eleições indiretas para governadores em outubro, mas sem que houvesse muita expectativa, o MDB se sagrou em boa medida vitorioso nas eleições diretas para o Congresso em novembro, e isso alterou significativamente o curso do regime, em vários aspectos. Dos 22 senadores eleitos, o MDB elegeu 16 e a ARENA 6, e o partido oposicionista ainda fez 161 das 342 cadeiras em disputa na Câmara dos Deputados. Geisel havia permitido o acesso de todos os candidatos da oposição à TV e isso gerara uma reação inesperada da população, de acreditar que de alguma forma aquilo era para valer (SKIDMORE, 1988, p.34). O MDB defendera ali pelo menos três grandes bandeiras: justiça social, liberdades civis, e fim da intervenção estrangeira. A vitória não significava necessariamente uma adesão a essas pautas, mas sem dúvida representava uma reprovação da população com relação ao regime autoritário brasileiro (id., p.35). Por sua vez, o Planalto perdia as ilusões com relação às possibilidades de a ARENA sair vitoriosa de eleições minimamente livres (id.ibid.). As eleições de 1974, com essa vitória do MDB, foram um marco importante no processo de transição do regime político para a democracia (Cf. LAMOUNIER, 1988; SKIDMORE, 1988; KINZO, 2001; KECK, 2010).

Em 1975, Cardoso organizou com Bolívar Lamounier um livro dedicado a explicar as eleições de 1974 no Brasil (LAMOUNIER & CARDOSO, 1978), e boa parte

das análises políticas mais importantes dele naquele ano se basearam num balanço sobre os impactos daquela eleição sobre o regime político brasileiro e sobre o próprio MDB, que agora se deparava com desafios maiores do que os de antes.

Para ele, depois das eleições, o MDB passava a enfrentar dificuldades próprias de um movimento que, sem ser efetivamente um partido político, passou a ter um peso que fez com que se tornara um fator de poder, mesmo pequeno e mesmo na oposição (CARDOSO, 1975j, p.1). Isso implicava uma disputa no partido entre setores mais fisiológicos e “institucionalistas”, preocupados com os acordos a serem feitos dentro do regime, com os cargos que ocupariam nos governos, e setores mais ideológicos. Nesse novo contexto político, já em janeiro de 1975, Fernando Henrique cobrava do MDB firmeza na defesa da democracia e firmeza programática, para além das discussões institucionais de ocupação de cargos de mesa no Senado, etc. (id.ibid.). Em outro texto (id. 1975l) publicado no mesmo mês, ele fazia um panorama geral do ano de 1974 e cobrava do MDB ser a partir daquele momento mais do que um “estado de espírito” contra o regime. Afirmava que os encontros do MDB pós-eleições faziam arrefecer a hipótese de que os acordos de cúpula já o tinham afastado de seus compromissos eleitorais, mas continuava preocupado com o necessário fortalecimento do movimento que, em suas palavras, “poderia vir a ser um partido” e tinha que aprender a se relacionar também com as demais forças oposicionistas.

Outra de suas preocupações imediatas e expressa em seus textos para a imprensa era a de não acreditar em ilusões relacionadas à reforma partidária ou a questões propriamente institucionais, porém menores, naquele momento. Nem bem o Congresso tinha sido eleito, já começavam as discussões sobre reformas que, para ele, embora setores da oposição que ele considerava acometidos de um “infantilismo pseudo-esquerdista” apoiassem, não tinham outra função se não enfraquecer a democracia e a própria oposição (CARDOSO, 1975m). Sua ideia era reforçar que a democratização precisaria vir de baixo para cima, com pressão e organização dos interesses da sociedade civil independentemente do aspecto paternalista e coercitivo do Estado, sob pena de não ser efetiva.

O MDB havia tido um resultado eleitoral bom por questões econômicas e objetivas, mas também porque o eleitorado teve um sentimento de que as eleições eram “para valer”. O partido havia sido, para Cardoso, mais a expressão de um sentimento de protesto contra o regime do que uma expressão de interesses de classes sociais, embora a

votação dos partidos populares historicamente em São Paulo demonstrasse que havia elementos de interesses de classe também no voto para o MDB (CARDOSO, 1978a, p.57). Se repete, em *Partidos e Deputados em São Paulo*, capítulo de Cardoso no livro organizado com Lamounier em 1975, a tese de que o MDB teria grandes dificuldades para se tornar um partido real sem ter mudanças profundas na sua própria estrutura. Além disso, eram necessárias mudanças no próprio regime para formar partidos reais: tanto o partido oposicionista teria dificuldades para ser um partido de massas de assalariados quanto a ARENA teria dificuldades de se tornar um partido conservador moderno sem mudanças mais profundas no regime (ibid., p.74).

Contudo, mesmo com as distorções do regime, ele considerava que existiam sementes para que a massa popular, especialmente os assalariados, recomeçasse a existir e a atuar politicamente. Para canalizar isso, o MDB precisaria de uma atmosfera de maior liberdade, que não fosse essa da “democracia elitista”, que seria o horizonte dos setores mais liberais entre os detentores do poder (id.ibid.). Portanto, “o destino do sistema político-representativo no Brasil liga-se à possibilidade de uma democratização que atinja pela raiz a forma de estruturação de nossa sociedade” (id.ibid.). O MDB precisava enfrentar alguns desafios internos para dar conta de ser expressão daqueles setores, mas nas condições existentes do regime, provavelmente não conseguiria cumprir esse papel, tornando-se um partido adaptado à ordem, e as massas assalariadas teriam muito mais dificuldade de expressar-se politicamente. Por isso, a democratização real, que viesse de baixo para cima, era necessária: ela, que implicaria por si só uma mudança no regime, criaria um cenário para a expressão política das classes populares e proporcionaria melhores condições para transformações mais estruturais.

1975 foi um ano importante para a transição, especialmente porque a ambiguidade característica do governo Geisel com relação à liberalização sofreu um forte abalo com a morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog em São Paulo. Ao longo do ano, os casos de tortura aumentaram, e a perseguição à oposição (incluindo a abertura de um processo contra Fernando Henrique, por conta do livro *Autoritarismo e Democratização*) continuou (GASPARI, 2017b, l.50124). Depois da morte de Herzog, o cardeal Paulo Evaristo Arns, importante representante dos setores da Igreja que lutavam contra o regime autoritário, organizou um culto ecumênico católico-judeu que terminou sendo uma grande mobilização contra a ditadura e a tortura. Depois de tentar em vão obscurecer mais um crime do regime – que, novamente, demonstrava a incapacidade do presidente de

controlar os comandantes da “segurança nacional” – Geisel demite o general Edgardo D’Ávila Melo, que dera carta branca ao aparato de segurança de São Paulo (SKIDMORE, 1988, p.39) e se cacifava como um dos mais importantes generais da linha dura (GASPARI, 2017, 1.50198). A linha dura passava a ficar um pouco mais na defensiva.

O papel que Cardoso, percebendo-se como “intelectual orgânico” da oposição, acreditava poder cumprir naquele cenário era o de buscar construir pontes entre a oposição de dentro e de fora do regime, para disputar hegemonia de forma real, contribuir concretamente para esse processo de democratização, e não ficar no que para ele seriam posicionamentos abstratos. Neste sentido, em 1976 ele dedica diversos textos a combater a ideia de que a população brasileira não estava pronta para a democracia e, neste bojo, que havia alternativas para diminuir a desigualdade e distribuir melhor a renda no Brasil. Em *Democracia, hoje*, critica a ideia de democracia direta para a realidade das sociedades industriais de massa, mas argumenta que igualdade só pode vir com liberdade na forma de democracia representativa, além de afirmar categoricamente que os que dizem que o povo não está pronto para a democracia estão enganados, porque desconsideram os dados da realidade: industrialização da sociedade, multiplicação dos centros de pesquisa, a existência latente de uma opinião pública, etc. (CARDOSO, 1976e). Enquanto o governo dizia que primeiro seria preciso garantir-se a ordem econômica, depois a social, e depois a política, Cardoso respondia que esse era um argumento típico do Brasil autoritário, uma atualização de argumentos dos tempos do absolutismo (CARDOSO, 1976f).

Em *Alternativas Brasileiras*, o argumento é que o Brasil estaria diante de duas grandes alternativas, que se entrelaçavam: a primeira era a de aceitar que o povo tem condições de escolher seus governantes, de participar politicamente, de expressar suas opiniões – ou seja, a alternativa da democratização – e a outra é a do reconhecimento de que o crescimento econômico por si só não reduz as desigualdades (CARDOSO, 1976g). É possível aliar distribuição e crescimento, e para isso era preciso que a opinião pública controlasse tanto o crescimento quanto o destino das poupanças (das empresas e dos governos). Em *Ainda as Alternativas*, mostra que as elites sempre se acharam superiores ao povo, e que para mudar isso era preciso ampliar os canais institucionais de participação, fazer existir os mecanismos do Estado de Direito, mas principalmente fortalecer e legitimar instrumentos da sociedade civil: o controle popular através das entidades da sociedade civil seria o elemento-chave para a democracia. Essa percepção já estaria circulando difusamente entre as pessoas, e cabia aos políticos, aos partidos e às

organizações sociais articularem essa opinião para que ela se tornasse realidade (CARDOSO, 1976h). Nesses dois textos estão elencados os dois aspectos fundamentais do programa daquele momento para Cardoso: era preciso e possível democratizar e crescer com distribuição de renda.

Contudo, essa dupla possibilidade provavelmente, para Cardoso, não se expressaria nas eleições que estavam por vir, em novembro de 1976. Antes do pleito, ele analisava o cenário afirmando que as eleições de 1974 (feitas sob o signo do início da distensão de Geisel) geraram uma reação do regime no sentido de piorar as condições de campanha da oposição, com a Lei Falcão que limitava a propaganda política e que, além disso, o MDB não teve forças para reagir às iniciativas do governo: tudo isso geraria uma eleição despolitizada e com apatia popular, na qual a tendência era uma vitória da ARENA (CARDOSO, 1976i). Com efeito, o processo de descompressão iniciado por Geisel (que tivera como um dos seus pontos fortes a mudança de comando depois da morte de Herzog no ano anterior) fora interrompida por conta do medo do governo de mais uma derrota eleitoral nas eleições de 1976: a Lei Falcão, que restringia novamente o acesso ao rádio e à TV, era uma expressão disso (SKIDMORE, 1988, p.41).

Cardoso afirmava que não adiantaria culpar simplesmente as pessoas pelo voto “errado”, já que o MDB também tinha parcela de culpa nesse cenário porque não havia conseguido trazer os debates reais para a discussão e compatibilizá-los com os caminhos democráticos (CARDOSO, 1976j). Ele via o MDB em 1976 no dilema entre tentar ser uma oposição firme e enraizada socialmente ou ser um partido de fachada, apegado a cargos e legitimador do bipartidarismo. Para seguir o primeiro caminho, defendia no jornal Movimento – vinculado ao MDB – que o partido priorizasse seu trabalho de base, independentemente de quais fossem resultados das eleições vindouras (CARDOSO, 1976l).

Passadas as eleições e com a confirmação das previsões de um resultado ruim, Cardoso critica o MDB nos lugares em que havia ganho em 1974, e afirma que o eleitorado mais ideologizado não acompanhou o partido nas eleições, o que paradoxalmente atrapalhou justamente seus setores menos fisiológicos do interior do partido. O dilema do MDB ia se tornando mais concreto: ou ele abria mais espaço para os setores minoritários do partido que faziam uma oposição mais aguerrida e eram mais vinculados aos setores populares, ou se enfraqueceria à esquerda, ficando desguarnecido

e perdendo militantes, e se desfiguraria diante da ARENA, à direita (CARDOSO, 1976m).

A partir de 1976, sua atuação política começa a ficar mais explícita. Em um período no qual a abertura ainda era muito parcial, as reuniões da SBPC terminavam por tornar-se espaços importantes de articulação e debate, e Cardoso, como um dos intelectuais mais renomados do país naquele momento, participava ativamente dos encontros anuais. No daquele ano, apresentou uma discussão sobre estatização, investimentos estrangeiros e o papel das multinacionais no Brasil e no mundo. As multinacionais teriam se fortalecido muito no cenário internacional, mas a resposta à crise econômica de 1973 teria sido um fortalecimento dos Estados, e esse seria o contexto em que se dava o investimento estrangeiro no Brasil: diante dessas condições, ele defendia a existência de políticas para regular e controlar o investimento das multinacionais no país. Seria necessário, então, para que os recursos nacionais pudessem ser utilizados pelas empresas sem ferir os interesses da nação, disciplinar o uso da poupança das multinacionais, tendo em vista os interesses nacionais; controlar, via ministério público e parlamento, as decisões das empresas, que por afetarem a população como um todo, não podem ser consideradas de ordem privada; fortalecer os sindicatos, para que produtores diretos e administradores locais tenham mecanismos de controle (CARDOSO, 1976n). Os novos investimentos deveriam se ligar à transferência de tecnologia, e uma ordem internacional mais justa ajudaria a melhorar as condições de negociação dos países periféricos. Nada disso teria a ver com propostas socialistas, segundo ele, porque isso estaria fora da realidade brasileira naquele momento. Cardoso afirma ali que tem coisas que não pode falar por razões óbvias – provavelmente a presença de técnicos e funcionários do governo – mas que não havia porque não falar sobre o estilo de desenvolvimento, que poderia ser modificado em termos mais convenientes para a nação. Sua apresentação gerou muita repercussão, e diversas das entrevistas concedidas por ele nas semanas seguintes tiveram como objetivo explicar suas teses defendidas no encontro. No contexto da sanha de setores empresariais contra a “estatização” promovida pelo governo Geisel, muitos jornais criticaram a reunião da SBPC e a apresentação de Fernando Henrique como sendo defensora de uma posição ‘estatizante’ que tenderia ou ao autoritarismo ou ao socialismo. Além de responder às críticas, Cardoso utilizou os jornais para avaliar a reunião como tendo sido politicamente muito positiva, especialmente por conta das teses políticas pró-democracia aprovadas na Assembleia

geral (CARDOSO, 1976o), e marcar posição sobre o que ele considerava ser o papel dos cientistas: eles teriam um papel fundamental de, com sua independência, também lutar pela cidadania (id. 1976p).

Cardoso se via, até ali, numa dupla condição em sua relação com a política: por um lado, era um cientista que, com suas responsabilidades diante da luta pela democracia, cumpria o papel de pensar, de ‘produzir a ciência possível existente entre apologetas e catastrofistas’, e de estudar as condições de possibilidade para as transformações efetivas. Nesse contexto, propunha as medidas concretas relacionadas à forma como o Estado deveria lidar com as multinacionais. Por outro lado, já se via também como “intelectual orgânico” da Oposição, com as responsabilidades de formulação e articulação que isso acarretava. No cotejo entre “intelectual orgânico” e cientista, aceitou o convite da Universidade de Cambridge para passar a maior parte de 1977 dando aulas por lá.

Mesmo longe, quando vinha ao Brasil tentava formular propostas concretas para a oposição do país a partir de princípios democráticos e igualitários. No segundo semestre de 1977, suas intervenções públicas tiveram como foco a defesa da democracia substantiva, apontando para a materialização do início desse processo em uma Assembleia Constituinte; a criação de condições (inclusive na eventual Constituinte) para a melhor distribuição de renda; e uma crítica constante aos setores de esquerda que não consideravam a correlação de forças quando faziam suas propostas políticas. Em *Chega de Retórica*, entrevista à revista Veja, ele defende diretamente a abertura de espaços de participação, tendo em mente a ideia da democracia substantiva que vá às raízes das relações sociais, que atenda às demandas de emprego, saúde, renda, educação e participação (CARDOSO, 1977f, p.3). Ele argumentava que situação estrutural para ocorrer uma transformação e para a abertura política no Brasil era melhor do que antes, e era preciso compreender que democracia significa espaços de discussão, de conflito: neste sentido, é preciso reconhecer que há uma tendência de pensamento socialista no Brasil, que devia poder se expressar politicamente, embora ainda não houvesse uma tendência socialdemocrata, porque as condições são muito diferentes das europeias (id.ibid.). Essa tendência socialista e mesmo uma eventual tendência socialdemocrata que pudesse surgir deveriam focar, para se consolidar como alternativa política futura, na discussão sobre a estrutura da produção, não apenas na distribuição de renda. De qualquer forma, na perspectiva de Cardoso, o que era possível de ser realizado naquele momento era aumentar as áreas de negociação, abrir espaços, aumentar a participação (id.ibid.), criar

mecanismos para o que ele chamava de ativação da sociedade civil. Em todo esse cenário de possibilidades, ele volta a refletir sobre o papel do intelectual.

Eu tenho muita irritação com um radicalismo retórico que anda por aí. Substitui-se a realidade por um modelo de solução, ignorando a correlação de forças. Quem pensa assim se comporta como membro da elite. Pensa que sabe o que deve ser feito – e não ouve nada. Na hora de pagar o pato, não são os verbalmente radicais que pagam. O que conseguem fazer é frear a possibilidade real de você caminhar. Eu digo sempre que há muitos setores da esquerda brasileira que continuam vivendo entre fevereiro e outubro de 1917, e choram porque não há um Palácio de Inverno na América do Sul. Não havendo o Palácio de Inverno para tomar, como em 1917, não se faz nada... Isso é típico do intelectualóide, revela uma brutal dependência cultural. Essa gente tenta aplicar chavões e palavras de ordem gastas, que já não correspondem a uma prática social real.

O intelectual não pode pensar que ele comanda, que ele vai lá dar a palavra de ordem. Eu tenho uma visão mais modesta da função do intelectual. O que ele pode fazer *é articular o debate, fazer aflorar aquilo que está na sociedade*. E, se ele tiver uma vocação *realmente democrática*, não vai manipular. Vai usar construtivamente essa possibilidade. (CARDOSO, 1977f, p.6). [grifos nossos]

O intelectual não deve dirigir os processos, colocar as palavras de ordem. Boa parte de sua crítica aos intelectuais mais à esquerda, entre acadêmicos, militantes e dirigentes de organizações políticas era a de que eles proporiam elementos programáticos sem nenhum tipo de análise da correlação real de forças, e distantes dos anseios populares. Para ele, o papel do intelectual era articular o debate, fazendo aflorar o que já existe de forma latente na sociedade, e sem manipular nada: ele diz que participa dos debates no MDB como “intelectual engajado na redemocratização” e, portanto, com papel de articulador e proponente de alternativas, não de substituição do povo (id., 1977j). É neste sentido que justifica, de forma cada vez mais complexa, suas posições mais moderadas: elas não seriam fruto de uma escolha, mas sim da imposição das estruturas, da imposição das condições objetivas, da correlação de forças existente em um determinado momento.

É tendo em mãos essa percepção sobre seu próprio papel que ele vai intensificando sua atuação política. Naquele momento, está defendendo uma Constituinte, mas ao mesmo tempo afirmando que o resultado dela será um compromisso de diversos interesses: não passaríamos “do zero para o infinito”, principalmente porque não havia movimentos fortes, o nível da luta social era muito baixo (CARDOSO, 1977g). Ele sabe que a palavra compromisso pode soar mal, mas diz que a repete propositalmente, porque a tarefa é dizer a verdade, “ter a coragem de ensinar as coisas como são e evitar que o idealismo infantil, beatífico, acabe substituindo a política” (ibid., p.9). A consequência

dessa substituição da política pelo idealismo infantil seria exatamente a imposição das regras da extrema direita, como o Brasil conhece bem. Neste sentido, o compromisso defendido por Fernando Henrique, por parte das oposições, deveria ser o de não levar uma guerra de morte ao sistema dominante, mas sim entender que há uma chance de construir um novo pacto constitucional que redefina as relações pelo tempo que a Constituição durar, seja uma ou duas décadas. O Brasil difere da realidade espanhola porque lá a transição democrática fora precedida de um enorme movimento social, coisa que por aqui não existia ainda (id.ibid.).

Dialogando com os setores mais avessos à democracia em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Cardoso afirma que a democracia não traria o caos, e que não se passaria do autoritarismo para nenhum tipo de socialismo distributivista, mas sim para um capitalismo com funcionamento melhor (CARDOSO, 1977h, p.4). Era necessário pensar na distribuição de renda, mas junto com uma discussão racional sobre a produção, porque caso contrário a distribuição tendia a gerar inflação. Não existiriam condições para uma socialdemocracia como a europeia no Brasil porque não havia classe operária organizada, e porque os empresários não propuseram nenhum tipo de pacto com os trabalhadores (id.ibid.). Cardoso seguia afirmando um dos pressupostos centrais necessários para a construção de suas formulações sobre a dependência: não era possível nem desejável pensar o Brasil em termos europeus, numa oposição socialdemocracia x fascismo (id.ibid.), e um partido simplesmente operário não prosperaria num país como o nosso, porque as condições eram muito diferentes daquelas em que esses partidos surgiram na Europa – o principal desafio do ponto de vista organizativo era construir um partido de assalariados, mais amplo do que um partido apenas de trabalhadores, uma espécie de congregação de movimentos, inclusive de classe média, intelectuais, estudantes, ecologistas, igrejas, etc.: ele poderia ter até um horizonte socialista, mas com a democracia incluída nele, e deveria ser antiburocrático (CARDOSO, 1977l). Esse eventual partido deveria estar disposto a ser frentista, fazer alianças inclusive com setores proprietários, porque não estamos no século XIX: não se tratava, de sua perspectiva, de uma preferência pela conciliação de classes, mas sim de uma exigência da realidade (CARDOSO, 1977m).

Enquanto não se forjava esse partido, ele seguia debatendo suas propostas a partir de questões conjunturais. Mesmo que a inflação e a sucessão presidencial fossem os temas mais debatidos na imprensa, Cardoso dizia que apesar de importantes, eram questões

superficiais, enquanto as de fundo seriam a concentração de renda, a participação política, a dependência. O regime militar havia se proposto a resolver o primeiro e o último, mas não conseguira resolver nada, e existiam setores cansados dentro e fora do regime (Cf. CARDOSO, 1977i; 1977j). O governo estava, devido à crise econômica e à sua própria dualidade, passando por uma intensificação das diferenças internas, e havia perdido a legitimidade com os setores mais liberais que o apoiavam, o que fazia com que defendesse uma transição lenta e direcionada a uma democracia muito restrita, apelando aos estados, municípios e às oligarquias (CARDOSO, 1977n).

Em 1977, em mais um casuísmo eleitoral, o governo fechara o Congresso para aprovar um conjunto de leis – mudanças na forma de aprovar emendas constitucionais; expansão da Lei Falcão para as eleições de 1978, mudanças no cálculo para eleger deputados federais (SKIDMORE, 1988, p.42). A ideia de democracia restrita do governo se materializava, para Cardoso, nas propostas aprovadas no pacote de abril, especialmente a Lei Falcão, mas também na manutenção dos senadores biônicos e na ideia da adoção do voto distrital, que fortaleceria novamente as oligarquias (CARDOSO, 1977l).

Fernando Henrique não propunha rupturas que ele considerava inviáveis e distantes da correlação de forças, e tampouco compactuava com a ideia de que as coisas permanecessem como estavam, ou mudassem apenas muito lentamente. Afirmava que a oposição não podia aceitar a tese defendida pelo regime de adiar as eleições, porque a democracia tinha que vir imediatamente e a Constituinte deveria ser compreendida como um processo de debates que é o único caminho possível para essa democratização (CARDOSO, 1977m). Para ele, na busca pela construção do compromisso necessário, não havia problema algum em dialogar com as lideranças da ARENA, desde que se tivesse delegação de setores da sociedade civil para isso (como teriam a OAB e a CNBB, por exemplo). Caso contrário, esses diálogos seriam outra forma de cooptação (CARDOSO, 1977o). E os diálogos só teriam sentido se caminhassem para a proposta de uma Constituinte que tratasse dos temas da participação, da dependência, da distribuição de renda, e de temas novos que estão emergindo como os direitos das mulheres, a ecologia, etc. (id.ibid.).

Fernando Henrique Cardoso parecia caminhar ainda em 1977 orientado pela tensão que percebemos existir em sua produção até o início dos anos 1970. O “dever ser” de uma transformação social profunda e estrutural, de uma mudança de sistema, parecia distante e inalcançável, embora ele nunca tenha afirmado até ali que não almejava essa

transformação: o que parecia é que ela não era viável para o momento. Por outro lado, a partir de uma análise concreta do “ser” entendido como a situação estrutural em que o Brasil estava inserido e da correlação de forças interna do país, a transformação do regime político e a partir daí alguma abertura em direção a uma distribuição de renda mais justa – o “dever ser” que aparecia como mais palpável a Cardoso já em inícios dos anos 1970 – se fortaleciam como principais impulsionadores da dimensão prática de sua trajetória. Se essa dimensão até 1973 esteve relacionada ao trabalho do intelectual propriamente dito, vinculado prioritariamente à universidade – fosse como planejador ou formulador de teorias – a partir de 1974 se soma um viés mais militante político propriamente dito, que até 1977 se intensifica paulatinamente, e se consolida em 1978 com a candidatura ao Senado pelo MDB.

É nesse processo de transição entre uma prática vinculada ao papel político mais estritamente relacionado ao cientista/intelectual, passando por uma prática de intelectual engajado até chegar à militância política propriamente dita que vai se consolidando nele a perspectiva de um realismo cada vez mais pragmático. Em *A questão da democracia contemporânea*, escrito em julho de 1977, Cardoso (1977e) afirmava que era preciso, no caso brasileiro, dar asas a utopias igualitárias e transformadoras, mas que sem a análise real da correlação de forças, elas poderiam se transformar em ópio contra a viabilidade e a urgência das práticas efetivas.

No espectro da opinião democrática moderna cabe uma alternativa socialista, e isto deve ser dito e reconhecido. Seria, entretanto, retórico e inoportuno fazer a pregação de um socialismo de eleitos numa sociedade em que a maioria continua tão afastada das elites quanto estas de uma prática realmente popular. O espaço político para tais opções cria-se na própria sociedade; não é necessário usar tribunas definidas em outros contornos para colocar questões que devem ser debatidas a fundo por aqueles que, por definição, constituem os atores privilegiados de tal opção. Reconhecê-la com alternativa contemporânea não é ato de fé, mas honestidade elementar de analista político. Saudá-la, amanhã, como possibilidade talvez possa constituir uma reconciliação entre a razão e o querer. (CARDOSO, 1977e, p.2).

Embora reconhecesse a existência do socialismo no espectro da opinião democrática e defendesse que isso fosse explicitado, ele não se via na condição de portador dessa alternativa, por não ser parte daqueles que “por definição, constituem os atores privilegiados de tal opção”, e tampouco acreditava que esses atores estivessem mobilizados ou mesmo convencidos de construir uma alternativa socialista, como vimos em outros momentos. Entretanto, se essa possibilidade viesse a se consolidar no futuro,

isso podia reconciliar razão e querer: se aqui talvez estivesse se referindo aos intelectuais defensores da alternativa socialista, também parecia estar falando de si mesmo. Por enquanto, nas condições colocadas até aquele momento, a razão que lhe proporcionava um determinado entendimento do “ser” o impedia de acreditar na possibilidade – mesmo que a almejasse – de um “dever ser” vinculado ao socialismo e, mais do que isso, ele não acreditava que devesse partir dos intelectuais qualquer iniciativa deste tipo, de forma artificial, inclusive porque isso poderia atrapalhar a viabilidade de transformações reais, possíveis e urgentes. Portanto, se não havia condições objetivas e nem setores sociais robustos propondo essa alternativa, basicamente não havia o que fazer neste sentido, a não ser buscar melhorar as condições políticas para que, num futuro eventual, essa possibilidade pudesse surgir. Esse é o âmago mais profundo da justificativa que Fernando Henrique dava – para os outros e aparentemente para si mesmo – a respeito de suas posições políticas naquele momento.

Para a ideia do partido de assalariados que Cardoso via como o caminho necessário para a organização política das classes populares no Brasil, ele defendia a possibilidade de um horizonte – e portanto uma dimensão futura – socialista, embora achasse inviável – pelas condições aludidas anteriormente aqui – uma alternativa socialdemocrata. Quando em entrevista para a revista *Versus* ele descreve como poderia ser esse partido – democrático, antiburocrático, uma frente de movimentos, com intelectuais de diversas vertentes, etc. –, e é perguntado se isso não seria uma perspectiva utópica, ele responde:

(...) meu realismo é utópico. Eu acho que há bases reais para algo na direção do que eu expus acima. Mas se nós não criarmos com a imaginação e a vontade um horizonte de alternativas, o realismo se transforma numa atitude cínica de acomodação com tudo o que existe. É difícil, mas não é impossível. Mais ainda: temos a chance de, ao invés de imitar e de repetir os velhos debates da esquerda nos termos do século XIX e inícios do século XX, propor algo novo. (CARDOSO, 1977l, p.10).

Havia um aspecto utópico e de imaginação que ele fazia questão de não abandonar. Embora o horizonte utópico fosse moderado pela dimensão do real, e mesmo essa alternativa realista utópica fosse muito difícil (não impossível), ele reconhecia que sem isso, só restaria uma adequação à ordem existente. Para ele (1977p, p.7) a política seria o que permitiria a conexão dos objetivos mais gerais com os meios de alcançá-los, a “travessia do caminho”: qualquer ação política mais forte demanda uma filosofia política (o que se quer) e uma adequação destes fins aos meios existentes. De certa forma,

essa concepção de política, que está totalmente conectada com suas conclusões teóricas e com sua análise conjuntural sobre o Brasil, é o elemento que guiará toda sua ação militante, que a partir de agora se tornará cada vez mais importante. Em junho de 1977, ele voltava de Cambridge para participar como palestrante – na sua condição de “intelectual orgânico” da oposição – de um simpósio do MDB intitulado “A luta pela democracia”. Lá, ele sistematiza boa parte de suas posições políticas para o momento, e tem como ponto de partida justamente essa concepção de política.

(...) é preciso temperar a ideia força definida no campo do utópico pela possibilidade de condicionar a ação a meios disponíveis, e, portanto, é preciso refrear o ímpeto da ideia força através de toda uma disciplina que nos leve a obter uma espécie de sabedoria do real. É preciso uma dose de realismo. Entretanto, estamos aqui no campo que é do fio da navalha. Por quê? Porque o realismo pode descambar facilmente para o oportunismo, se ele não está guiado por alguma ideia-força. E as ideias-força podem descambar facilmente para uma atitude beatífica, mas ineficaz, se ele não está ancorado na possibilidade de ordenar um encadeamento de fatos de tal maneira que se chegue até onde se quer chegar. (CARDOSO, 1977p, p.8).

Neste simpósio, Cardoso defende que o MDB incorpore no seu discurso a ideia de que foi o povo brasileiro, com seu trabalho, o responsável pelo “milagre” econômico em seu caráter positivo, e que se o regime militar está buscando construir um Estado poderoso, não tem tido êxito na construção de uma nação: era preciso buscar o reencontro entre estado e nação, um processo penoso e cuja oportunidade já poderia até ter sido perdida; volta a defender a constituinte como única maneira real de garantir-se a democratização do país e volta a afirmar a necessidade da democracia substantiva (id., p.28). A transformação política aparece explicitamente como precedendo, na situação brasileira, as demais transformações: abertura política aparece como condição necessária para a transformação econômica e a social, invertendo a ordem do que o regime propunha (id., p.31). Entre outros elementos programáticos importantes, aparece a defesa de uma nova ordem partidária e a constatação de que não há como desenvolver a economia no contexto mundial de finais dos anos 1970 sem um Estado forte e presente. Afirma, ainda, que é preciso desenvolver a economia e garantir crescimento, mas com controle popular sobre a distribuição dos bens e sobre a própria forma da produção, e que ainda que sejam temas difíceis de serem encarados, o devem ser sem retórica, mas com firmeza (id., p.23).

A necessidade de começar a transformação pela democracia tem a ver com a abertura de espaços para que o povo possa se organizar, e deve ser materializada numa

constituente democrática, que não poderia se assemelhar à democracia elitista e restrita proposta pelo regime, mas tampouco ao paternalismo populista.

Passamos vários anos em regime populista e sabemos, também, por experiência, que o paternalismo populista tampouco leva a alguma parte. Leva, de imediato, talvez, a um desabafo, e em seguida, ao golpe. Acredito que as lideranças, e mais que as lideranças, o povo brasileiro, tem amadurecimento o suficiente para dar-se conta de que ninguém está propondo uma ordem que seja revolucionária. Isso não interessa a ninguém. Talvez possa interessar aos demagogos ou àqueles que, nos seus ambientes restritos, imaginam que ao fazer formulações ultra-revolucionárias transformam a realidade. Às vezes transformam, para o lado oposto. (CARDOSO, 1977p, p.32).

Depois de apresentar suas propostas para a conjuntura e de refletir sobre a relação da utopia com as tarefas imediatas, Cardoso fazia questão de tranquilizar seus interlocutores do MDB, afirmando que não se tratava de nada próximo a propostas revolucionárias. Para garantir as transformações possíveis, ele voltava a reafirmar a necessidade de unidade com setores de dentro do regime: o fato novo daquele momento histórico era o descontentamento de setores de dentro do regime, que já não acreditavam mais na alternativa autoritária de poder, e “se já não creem nela, e se nós todos cremos no Brasil”, é preciso buscar alguma alternativa que una governo e povo (ibid., p.26). Além dessa unidade com setores de dentro, ele afirmava aos seus colegas de partido que não seria possível a construção da constituinte necessária para aquele momento sem mobilização. Para lograr um pacto constitucional com base, ele precisaria ser precedido por movimento que envolva não só o MDB, mas também a OAB, os setores da igreja que se preocupam com o bem-estar do povo, e até setores do Exército (ibid., p.52), ou seja, uma mobilização dos setores médios.

Mesmo que mantivesse o elemento utópico de sua ideia-força transformadora (ora sobre as possibilidades de uma nova ordem mundial, ora sobre as potencialidades de um eventual partido de assalariados), quando Cardoso avaliava concretamente as condições para as transformações possíveis – e as via sobretudo no âmbito político – o realismo pragmático se impunha. O que parecia possível era a abertura do regime em direção a uma “democracia restrita”, que poderia gerar condições para outros tipos de mudança mais profundas em direção a uma democracia substantiva e, quem sabe, a outro tipo de desenvolvimento. Para construir a tarefa possível imediata, era necessária a aliança com setores de dentro do regime, tendo como base de sustentação mobilizações dos setores

médios. *A “paixão pelo possível” emerge, neste momento, como a marca principal da forma de fusão entre teoria e prática em Fernando Henrique*, uma característica que seria definidora – e limitadora – dos rumos de sua vida intelectual e política.

Não há política separada da história e da filosofia. Em Cardoso, a distância entre a realidade percebida cientificamente – a história, o “ser” – e o horizonte de possibilidades construído filosoficamente – a filosofia, o “dever ser” – se estreita durante o período analisado, e isso tem consequências políticas. Embora haja utopias na dimensão do “dever ser” que orienta sua percepção, quando traduzidas na forma de propostas concretas, parecem resumir-se ao próximo passo possível: uma aliança com setores do regime para garantir algum tipo de abertura política, que pudesse futuramente gerar condições para transformações mais profundas. Fora disso, as possibilidades seriam praticamente inexistentes e as tentativas de algo diferente perigosas. O estreitamento da distância entre “ser” e “dever ser” nesses termos consolida a ‘paixão pelo possível’ que ao mesmo tempo engloba o reconhecimento da importância das utopias e estreita os horizontes concretos de alternativas políticas imediatas. No entanto, embora enfraquecida ou um pouco mais próximo de ser resolvida, a tensão à qual viemos nos referindo segue viva.

Uma das características dos limites do “possível” que movia suas inquietações parecia ser a falta de protagonismo – devido às condições objetivas brasileiras e às características do capitalismo internacional – das classes populares nas mudanças possíveis no Brasil. Esse é o principal elemento a ser analisado nos anos seguintes da trajetória política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso e é o tema do próximo tópico.

3.2. A falta de aposta nas classes populares (1978-1984)

Demonstramos que a vida propriamente política e militante partidária de Fernando Henrique começa em 1974, mas se intensifica muito a partir de 1978, quando se candidata nas eleições daquele ano ao Senado Federal pelo MDB. Em 1974, o governo Geisel começara a discutir um pouco mais diretamente a abertura política. Entretanto, na ânsia por garantir uma abertura muito controlada e totalmente dirigida pelos grupos que estavam no poder, o regime militar continua buscando modificar regras eleitorais, manipular eleições, etc. A partir de 1979, com o governo do General João Batista Figueiredo, a postura do regime vai se tornando menos ambígua quanto a abertura, mas ao mesmo tempo a situação social e política do país já tinha se modificado a ponto de a

democratização ter se tornado inevitável. É nesse contexto de crise política e com a crise econômica ainda vigente e acentuada que ele começa a intervir politicamente de forma mais articulada e a se tornar uma figura pública de peso no país. A partir daí, com o desenrolar do governo Figueiredo e toda a discussão sobre a sucessão, eleições diretas, a política econômica, ele passa a se posicionar mais concretamente e a cumprir um importante papel de articulador político no MDB, que logo viraria PMDB – já que nesse cenário, também estão colocadas as mudanças na legislação partidária, que abrem o caminho para a criação de novos partidos no Brasil.

Nas eleições de 1978, Cardoso concorre como Senador pelo estado de São Paulo e tem o expressivo resultado de 1,4 milhões de votos, sendo eleito suplente de Franco Montoro. Fernando Henrique era um candidato muito próximo dos operários metalúrgicos do ABC, e seu suplente era Maurício Soares, advogado da categoria (Cf. KECK, 1988, p.419). No mesmo ano, acontecem as primeiras greves massivas no ABC paulista, e surge a figura de Lula como líder sindicalista, além de começarem as bases de discussão para a formação do que viria a ser o Partido dos Trabalhadores, das quais Cardoso participa no início. Nas eleições de 1982, faz campanha para Montoro como governador pelo PMDB e, com sua eleição no final do ano, assume, a partir de 1983, a cadeira de Senador da República. É como Senador que começa a despontar como figura política de alcance nacional, e tornar-se cada vez mais protagonista nas articulações acerca da transição política no Brasil. Aqui, sua concepção de política como travessia, fundamentada na “paixão pelo possível” bem orientada teoricamente, aliada ao lugar que ocupava, começa a forjar definitivamente o perfil de Fernando Henrique como um político que entende o seu papel como sendo o de atuar por dentro dos limites da institucionalidade, por dentro da ordem.

A produção teórica de Fernando Henrique durante esses anos continua e o fio condutor das preocupações é o mesmo. Entre 1978 e 1982, praticamente todas as publicações acadêmicas de Cardoso são relacionadas a discutir as novas condições de inserção da América Latina e do Brasil no mundo; as mudanças no interior dessas sociedades, especialmente relacionadas às transformações na composição de suas classes sociais, consequência das mudanças na estrutura produtiva dos países; e, em conexão com essas análises, uma discussão teórica sobre a conformação de partidos políticos nesses países e as características que os partidos populares ou de massas deveriam assumir. Há textos especificamente sobre a análise econômica e social mais estrutural, e há textos

especificamente sobre a questão dos partidos. Há também, ainda em 1978, um texto escrito com José Serra que despertou muita polêmica e muito interesse de analistas, especialmente aqueles mais focados em discutir as formulações sobre a dependência, justamente porque foca nas polêmicas com Rui Mauro Marini.

Discutiremos neste tópico as formulações teóricas de Fernando Henrique no período e sua intervenção política através da imprensa, suas articulações políticas e discursos no Senado. Buscaremos enfatizar especialmente um aspecto importante relacionado à articulação entre teoria e prática em Cardoso: como um dos elementos que discutimos no início do trabalho, relacionado às particularidades de sua nacionalização do marxismo e à falta de um pressuposto analítico-político de *aposta* nas classes trabalhadoras como protagonistas da transformação política se materializou na atuação política do intelectual.

Uma das polêmicas teóricas mais conhecidas de Cardoso foi travada contra o que foi chamado posteriormente de “vertente marxista da dependência”, especialmente com relação a Rui Mauro Marini. Os esforços mais consistentes para produzir uma teoria marxista da dependência partiram do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) na Universidade de Santiago, com pensadores que buscavam desenvolver a teoria marxista do imperialismo com ênfase nos países subdesenvolvidos (KAY, 1990, p.16). Dentre os principais autores dessa vertente, com muitas diferenças entre eles, estariam Rui Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, entre vários outros. Como discutimos anteriormente, Cardoso fazia parte de outra vertente interpretativa da dependência e em diversos momentos na década de 1970, a partir da repercussão de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Cardoso buscou explicar suas diferenças com relação às teses desses autores e defender suas próprias ideias diante delas.

A polêmica que depois afunilará na direção de Rui Mauro Marini começa ainda em 1972, com um texto de Cardoso intitulado *Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia*, mas se segue por alguns anos, tendo pelo menos mais um texto de 1973 republicado algumas outras vezes com o título de *As novas teses equivocadas*, e um de 1978, escrito em parceria com José Serra, chamado *As desventuras da dialética da dependência*. Já tratamos aqui lateralmente de alguns elementos da polêmica, especialmente na primeira parte do trabalho, mas como ela atinge seu ápice na discussão que acontece em 1978 – com uma resposta de Marini intitulada *Las razones del neodesarrollismo* – e como acreditamos que a forma como a discussão foi travada por

parte de Cardoso tem bastante a dizer sobre sua prática política naquele momento, preferimos dedicar alguns parágrafos a mais à dita polêmica neste ponto do trabalho em que nos deteremos um pouco mais sobre o período que vai de 1978 a 1984. Além disso, a forma como essa polêmica foi tratada por alguns autores (Cf. WAGNER, 2005; VARGAS, 2009) despertou diversos tipos de interpretação sobre a obra e a trajetória de Fernando Henrique que nos parecem, se não totalmente equivocadas, pelo menos apressadas.

Por não ser nosso objetivo neste trabalho aprofundar essa discussão propriamente teórica e nem delimitar quem “estava certo” ou teria “vencido o debate”, tentaremos descrever em poucas linhas o âmago da crítica de Cardoso a Marini e apenas os aspectos mais relevantes da resposta de Marini⁴¹, para tratar alguns aspectos da polêmica que se relacionam diretamente com o tema que ora nos interessa: a relação teoria e prática em Cardoso.

Ainda em 1972, Cardoso partia da constatação de que a etapa atual da dependência naquele momento abria possibilidades de aceleração da industrialização nas economias periféricas, redefinindo-se, assim as bases da dependência nesses países: ele entendia que se essa percepção fosse levada às últimas consequências, seria necessário repensar teoricamente as questões do imperialismo e do subdesenvolvimento (CARDOSO, 1972b, p.20). Ele explica que na medida em que se avança o processo de internacionalização do mercado interno e que se aumenta a industrialização nas economias periféricas e o papel do consumo local dos produtos fabricados pela economia dependente, cresce também a massa de capital gerada pelo setor internacionalizado da economia. Por outro lado, diminui proporcionalmente o investimento de “hot money” com relação ao investimento feito graças às poupanças locais ou ao crédito internacional, e aumenta a quantidade de dinheiro que, sob a forma de lucros, juros ou royalties, voltam às economias centrais (ibid., p.21). No passado, essas economias centrais exportavam capital, mas agora recebem mais recursos do que exportam, e isso agrava o problema da realização da mais-valia.

Tudo isso demandaria novas interpretações do ponto de vista teórico mais amplo, mas por trás dessas questões estão as relacionadas à produção e à forma de exploração da

⁴¹ Para uma discussão teórica mais aprofundada sobre as polêmicas de Cardoso com Marini, especialmente a de 1978, que envolve também José Serra, ver *O Marxismo Fora do Lugar*, de Alvaro Bianchi (2010).

mais-valia. Neste ponto se encontra, da perspectiva de Cardoso, a primeira polêmica com Ruy Mauro Marini e outros do que depois se tornaria conhecido como a “vertente marxista da dependência”: para Cardoso, a nova forma de dependência estaria baseada na exploração de mais-valia relativa e no aumento da produtividade e não na superexploração da classe trabalhadora (id.ibid.). Com essa afirmação, ele diz que se opõe às teses de Andre Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” – sem citar o autor diretamente em nenhum momento, como bem lembra Prado (2010) – e que “la interpretación de Rui Mauro Marini sobre la naturaleza fundamental de las relaciones de dependencia como una forma de reproducción de la explotación de plusvalía absoluta y de la producción de materias primas baratas, requiere certa delimitación” (CARDOSO, 1972b, p.21).

Ele afirma que sua tese insiste que o novo caráter da dependência não impede o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Isso porque de uma perspectiva marxista, desenvolvimento econômico capitalista não supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os setores produtivos, mas sim um processo contraditório e gerador de desigualdades: ou seja, haveria desenvolvimento, mas isso não significava aumento da igualdade, por exemplo. Existiria, então, simultaneamente, dependência e desenvolvimento, ainda que os beneficiários desse processo fossem as “empresas estatales, las corporaciones multinacionales y las empresas locales asociadas a ambos” (id., p.22). A partir daqui, Cardoso começa a discutir com o conceito de superexploração de Marini: depois de fazer um resumo do que considera ser a linha argumentativa do autor, Cardoso diz que sua contribuição é importante para mostrar o mecanismo que gera as condições para a máxima exploração da força de trabalho sem a necessidade sequer de sua reposição, sempre que existisse – como existiu historicamente – reserva fácil de mão de obra (id., p.23). Entretanto, o que ele questiona da tese de Marini é que ela, embora tenha valor histórico, não teria valor teórico, na medida em que a superexploração não é *necesária* para o desenvolvimento do capitalismo nas condições atuais: “facilita, complementa, pero no es un requisito para la expansión capitalista” (id.ibid.). Cardoso defendia que o capitalismo central, no que possui de específico e dinâmico, depende da produção de mais-valia relativa e do aumento de produtividade e não da base espoliativa proporcionada pelas regiões exploradas (id.ibid.).

La razón por la cual trato de limitar el alcance teórico de las explicaciones dadas por Marini (*sin negar su peso histórico*) se relaciona con la propia teoría marxista del capitalismo y con el punto, anteriormente mencionado, relativo a la compatibilidad entre dependencia y desarrollo capitalista (...). Atribuir al proceso de explotación irrefrenado de la fuerza de trabajo de la periferia del sistema el carácter de elemento necesario para la acumulación en las economías centrales (*conviene decir que Marini no afirma categóricamente esto*) lleva a descaracterizar la especificidad del capitalismo industrial (CARDOSO, 1972b, p.24) [grifos nossos]

Em 1972, as críticas de Cardoso aos demais dependendistas eram bastante elegantes, e ele reconhecia a importância e o peso histórico das explicações de Marini. No entanto, aqui já aparece – reconhecida implicitamente pelo próprio Cardoso – uma marca da *forma* como essa crítica seria construída: ele deduzia ou extrapolava os argumentos de seus interlocutores para construir a crítica de forma mais clara. Quando ele associa a tese da superexploração de Marini à ideia de que ela seria necessária para a acumulação nas economias centrais mesmo reconhecendo que ele não afirma explicitamente isso, há uma espécie de dedução exagerada a partir do argumento do interlocutor como método de construção do próprio argumento crítico. Evidentemente, é uma forma bastante questionável de se travar o debate, ainda que aqui isso esteja explicitado pelo próprio Cardoso.

Dada a diferença do potencial de divulgação no Brasil dos textos de Fernando Henrique Cardoso e de Marini (Cf. PRADO, 2010), essa característica na forma de fazer a crítica, ainda nesses primeiros textos de 1972 e 1973, contribuiu decisivamente com uma interpretação bastante distorcida no Brasil do que era a produção teórica de Ruy Mauro Marini – naquele momento sequer publicado no país, embora com inúmeras publicações por diversos países da América Latina⁴². No texto de 1973, o que Cardoso chamava de ‘as teses equivocadas sobre a dependência’ seriam cinco: o desenvolvimento do capitalismo na periferia seria inviável; o capitalismo dependente estaria baseado na exploração extensiva da mão de obra e preso na necessidade de sub-remunerar o trabalho; as burguesias locais teriam deixado de existir como força social ativa; a penetração das multinacionais levaria os Estados a uma política expansionista (sub-imperialista); e, por fim, o caminho político do continente estaria diante da encruzilhada socialismo x fascismo (CARDOSO, 1975m). O método da crítica é parecido ao do texto de 1972: ele

⁴² Marini também era pouco conhecido entre os leitores de língua inglesa. Ainda em 1989, Cristóbal Kay afirmava apesar de ser – de seu ponto de vista – o mais destacado teórico marxista da dependência, seu trabalho era quase completamente desconhecido no mundo de língua inglesa (Cf. KAY, 1989; KAY, 1990, p.17).

generaliza os argumentos dos interlocutores sem recorrer frequentemente a citações dos autores criticados, e discorre sobre esses argumentos, utilizando-os para defender suas próprias teses.

Especificamente com relação a Marini, ele o associa diretamente à segunda tese, referente à superexploração (e na discussão dela diz que as consequências analíticas do argumento levam a complementar e corroborar a primeira tese, da inviabilidade do desenvolvimento na periferia); à questão do sub-imperialismo; e, menos diretamente, à discussão sobre socialismo x fascismo. Com relação ao sub-imperialismo, ele basicamente diz que não há dados o suficiente que mostrem essa tendência, e que há um mecanicismo nas análises que deixam de levar em consideração se realmente existem forças sociais – frações da burguesia – capazes e dispostas a tocar uma política expansionista no contexto da nova dependência (id., p.37). Sobre a dicotomia socialismo x fascismo, argumenta basicamente que historicamente o capitalismo tem encontrado formas de se renovar contraditoriamente, o que abre espaço para que existam muitas alternativas entre um extremo e outro (id., p.38), o que não significa que essas possibilidades sejam necessariamente positivas.

O texto de 1978, escrito com José Serra, é muito mais duro nas críticas. O conteúdo delas é basicamente o mesmo, mas agora eles recorrem a mais citações do autor – ainda que muitas delas se deem de forma distorcida, incompleta, como Marini (1978) demonstra em sua réplica – e são muito mais agressivos. Eles afirmam que há “imaginação adulteradora”, “novidade meramente verbal” e que essas e outras características da argumentação de Marini gerariam falsas saídas políticas, que colocariam inclusive em risco físico às pessoas que se envolvessem nelas (CARDOSO & SERRA, 1978, p.10).

Para responder ao conjunto de críticas, mas principalmente às de 1978, Marini publica *Las razones del neodesarrollismo* que, diferente do texto de Serra e Cardoso (que foi publicado na mesma edição da Revista Mexicana de Sociologia por influência do próprio Marini), não foi publicado pelo CEBRAP, e ficou sem resposta por parte dos autores. Marini argumenta que os autores distorcem diversas de suas citações e atribuem a ele teses que ele nunca subscreveu (MARINI, 1978, p.59) e explica, uma a uma, suas posições diante das críticas de Serra: em síntese, afirma que as teses de Cardoso e Serra tentam eliminar as diferenças entre o capitalismo dos países avançados e o capitalismo dependente; que eles regressam ao aparato conceitual cepalino, rompendo com a própria

ideia de dependência do ponto de vista teórico, e fazem isso porque seriam os novos ideólogos da burguesia brasileira, que buscavam dar credibilidade à ideia de um desenvolvimento capitalista de estilo norte-americano ou europeu no Brasil, um tipo de “neodesarrollismo, todavía avergonzado, pero que no tardará en ir perdiendo sus inhibiciones” (id., p.103); que eles afirmariam que as conquistas sociais no Brasil haviam sido concessões da burguesia, mais do que vitórias dos trabalhadores, etc.

Señalemos, más bien, que Cardoso se ha desvivido por construir una alternativa para la colaboración de clases entre la clase obrera y la oposición burguesa, oposición que expresa hoy una fracción del gran capital que intenta imponer su hegemonía sobre el aparato de Estado, en el marco de un régimen renovado, en el figurino que la nueva administración norteamericana ha bautizado de democracia “viable” o “gobernable” (es decir, restringida) (...)

Este es el “camino al socialismo” que proponen los autores de las *Desventuras*: la subordinación de la clase obrera al Estado, teniendo como programa el desarrollo del subimperialismo brasileño. Como todo proyecto socialista burgués, se resume en la afirmación de que los burgueses son burgueses en interés de la clase obrera” (MARINI, 1978, p.104).

Adolfo Wagner, em dissertação de mestrado defendida na UFRJ em 2005, em que trabalha o debate entre Cardoso e Marini, busca explicar o que teria mudado entre 1972 e 1978, o que teria acontecido para que o tom e a forma da crítica de Fernando Henrique tivessem se tornado tão agressivos. Comentando a mesma passagem de Marini, Wagner afirma que Cardoso na verdade representaria naquele momento de transição do regime militar, “um intelectual que expressa os pontos de vista de uma fração da burguesia associada ao grande capital estrangeiro”, que sabia que não havia condições para uma hegemonia liberal naquele período e que atuou no sentido de garantir essas condições para o futuro (WAGNER, 2005, p.145), corroborando assim com a tese de Emir Sader (2005), citada por nós na introdução deste trabalho.

A tese de Wagner acerca desse episódio é clara: Fernando Henrique teria mudado de tom por questões políticas. A questão de fundo que teria orientado essa mudança seria o fato de que as conclusões políticas das teses de Marini levariam a alternativas inviáveis:

É neste quadro que o artigo as *Desventuras da Dialética da Dependência* deve ser compreendido. A conjuntura [em 1978] já apontava para o processo de transição do regime militar. De um lado, uma parte dos setores oposicionistas – dentre eles um potencial candidato ao senado pelo MDB – negociava com os militares o formato que ela teria. Do outro lado, crescia a mobilização dos movimentos sociais que, como vimos, tencionavam controlar os rumos da abertura democrática. Em um quadro assim, um intelectual como: Marini – bem

como o grupo ao qual fazia parte – representava uma ameaça (WAGNER, 2005, p.145).

Aqui está então a tese: Fernando Henrique representava o setor da oposição que optava pelas negociações e pessoalmente já negociava, em 1978, com o regime. A lógica da argumentação de Wagner é, então, a seguinte: Cardoso era um representante de uma fração da burguesia associada ao capital estrangeiro que optava por uma solução de conciliação de classes, por isso temia tanto a figura e o posicionamento político representado por Marini. Como em 1978 o processo de negociação com o regime estava em curso, Cardoso (aqui, com Serra) aumenta o tom das críticas a Marini para defender a posição política que serviria aos interesses da classe que representava.

Embora o texto de Wagner não demonstre sob nenhuma perspectiva que Cardoso faria parte dessas negociações que começaram em 1978, como demonstramos ele efetivamente defendia que a democratização possível do Brasil naquele momento deveria contar com setores de dentro do regime. Como veremos mais adiante, já em 1978 Cardoso começara a flertar de forma cada vez mais intensa com uma saída negociada para a ditadura. Mas mesmo em 1972 e 1973, nos momentos mais brandos da polêmica entre Cardoso e Marini e em um momento em que segundo a própria reconstrução histórica de Wagner não havia negociações relevantes em curso entre setores da oposição e do regime, e menos ainda com a participação de Cardoso, o conteúdo político de sua crítica a Marini era o mesmo. Para ficar em um exemplo, no texto de 1973 Cardoso já afirmava que “a distorção analítica pode ter consequências práticas muito graves. Leva, às vezes, à proposição de políticas desastradas para os que desejam transformar a realidade em benefício das classes e grupos sociais dominados” (CARDOSO, 1975m, p.26). Cardoso criticara desde o início, de forma dura, a alternativa da luta armada, essa não era uma novidade relacionada a eventuais negociações em curso em 1978.

Além disso é, em nossa opinião, um erro atribuir a Cardoso em 1978 ser representante de uma fração da burguesia ligada ao capital estrangeiro, como faz Wagner, ou mesmo um representante da visão de uma fração do grande capital, como faz o próprio Marini. A avaliação de Wagner parece ter caído no erro – muito comum, quando se trata de analisar a trajetória e as ideias de Fernando Henrique Cardoso – de um olhar retrospectivo iluminado por divergências políticas construídas em outro tempo – para usar uma expressão de Pedro Lima (2015, p.141). Efetivamente, é verdade que algo muda entre 1972 e 1978, e Wagner acerta quando busca na política a explicação para essa

mudança, embora erre quando atribua apressadamente isso a uma vontade negociadora de um representante de uma fração da burguesia. Na conclusão de *Desventuras da Dialética da Dependência*, Cardoso e Serra afirmam:

Precisamente porque el estilo economicista de las interpretaciones de la “dialéctica de la dependencia” desfiguran el movimiento de lo real y tratan de mantener la idea de la Revolución anclada en obstáculos insuperables de naturaleza económica, el análisis político se vuelve al mismo tiempo ardiente e indefenso. Se hacen apuestas en los lances finales, cuando, “en bloque”, los oprimidos podrán reaccionar frente a la descomposición *inevitable* del orden económico, pero se dejan las coyunturas específicas sin respuesta. Se supone que se va de la represión absoluta (el fascismo, la barbarie) al socialismo, sin que se diga cómo: en vez de propuestas de caminos que permitan a la clase obrera, a los asalariados en general, aumentaren su fuerza concreta, se oye el coro de slogans principistas. Para no hablar del horror que la política inspirada por el catastrofismo y por el principismo siente ante *la necesidad de definir los campos de los aliados y de interferir, para ampliar, en las brechas puestas como posibles por las contradicciones que minan la cohesión de las clases dominantes.*

Existe, por lo tanto, una relación directa entre los equívocos teóricos sobre el desarrollo capitalista de la periferia y el simplismo político que es prescripto. Fue porque la pretensión dogmática de un saber economicista y voluntarista ya hizo pagar caro a mucha gente, en muchas circunstancias, que nos pareció que valía la pena desarticular la nueva versión de la misma fábula, como intentamos hacerlo en este trabajo. (CARDOSO & SERRA, 1978, p.53) [grifos nossos]

Esse trecho deixa nítida a motivação política dos autores. E a diferença fundamental entre eles e Marini parecia ser a de que eles acreditavam na possibilidade de definir um campo mais amplo de aliados para buscar a democratização e a transformação em benefício das classes sociais e grupos dominados. Os autores falavam em socialismo, afirmando que por sorte o futuro socialista não depende das ideias de Marini: seus argumentos seriam mais sólidos e sustentariam, por caminhos diferentes, a mesma alternativa socialista que Marini defendia, para eles, de forma equivocada (id., p.11). De nosso ponto de vista, o que muda de 1972 para 1978, e motiva a maior agressividade de Cardoso e Serra em comparação com as críticas anteriores, a não publicação da resposta de Marini pelo CEBRAP e a própria forma como a polêmica foi travada (com citações distorcidas, por exemplo) é que em 1972 Cardoso não estava, ainda, engajado em uma alternativa política concreta como em 1978. Neste último ano, Cardoso já era parte importante do MDB e se candidataria a Senador pelo partido. Havia, aqui, com base em uma análise estrutural da realidade, muito fundamentada nas características da dependência e nos resultados do desenvolvimento dependente e associado, uma opção

política que não desconsiderava a importância da atuação por dentro da ordem institucional e que, pelo contrário, acreditava que essa era a única saída possível.

Como discutiremos em breve, Cardoso defendia que a transformação social seria encabeçada especialmente por setores médios em aliança com as classes trabalhadoras. Aos poucos, incorpora nesse marco de alianças setores menores do capital. Por que então não dizer que em 1978 ele era um representante de uma fração do capital? Se Wagner pode ter cometido o erro de um olhar retrospectivo, não podemos dizer o mesmo de Marini que, já em 1978, afirmava que Cardoso era um ideólogo da burguesia brasileira, que se esforçava em desarticular toda a crítica ao capitalismo brasileiro e desarmar a classe trabalhadora de qualquer possibilidade de dar fundamento científico à sua luta de classes (MARINI, 1978, p.105). Mais do que isso, como se não bastasse o ataque às ideias da classe trabalhadora, segundo Marini Cardoso também operaria para deslegitimar as iniciativas tomadas por ela – dentre elas a luta armada – e construir a ideia de que os aumentos salariais obtidos nos anos anteriores, por exemplo, haviam sido concessões da burguesia (id., p.104). Marini arrematava suas críticas a Cardoso da seguinte maneira:

La vida misma se encargará de mostrar la inutilidad de estos esfuerzos. Y lo hará por la lógica implacable de la lucha de clases, que está ya encendiendo la lucha ideológica, al plantear sin tapujos las grandes cuestiones a discutir, y que ha producido una nueva clase obrera, más madura y más organizada, en quien se arraiga cada vez más la conciencia de que el Estado es su enemigo de clase. Hoy, el movimiento obrero brasileño exige la democracia sindical y la autonomía respecto al Estado, mientras da sus primeros pasos en la lucha política; mañana, avanzará hacia la construcción de su partido y de la alianza con las amplias masas trabajadoras de la ciudad y del campo para hacer frente al problema del poder. (MARINI, 1978, p.105).

Muitos observadores contemporâneos, tendo vivido ou conhecido a experiência dos anos 1990 com Cardoso no poder, veem correção e até uma capacidade de previsão na formulação de Marini naquele momento. Entretanto, se Marini não pode ser acusado de cometer o erro de uma visão retrospectiva, é preciso olhar o que a “vida” se encargou de mostrar ainda naquele momento. Essa nova classe trabalhadora brasileira que surgia e havia gerado um novo movimento operário que lutava por democracia sindical, autonomia e que já organizava as primeiras grandes greves do novo sindicalismo brasileiro dava seus primeiros passos na vida política – antes de formar o seu partido – apoiando, em 1978, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado (Cf. KECK, 1988). A principal liderança que emergia dessa nova classe operária brasileira – Luiz Inácio Lula da Silva – não só apoiou como foi um dos impulsionadores da candidatura de

Cardoso, que por sua vez incorporou na sua plataforma as pautas do movimento sindical brasileiro. Lula afirmava que havia decidido “remar contra a maré e apoiar o homem que achava ser o melhor dos candidatos”⁴³. E, quando pressionado em determinada atividade para fazer campanha também para Franco Montoro (que era o principal candidato do MDB ao Senado, “concorrendo” contra FHC), dizia:

O trato é que iria pedir votos só para o Fernando Henrique Cardoso. Todo mundo sabe que sou o principal cabo eleitoral do Fernando Henrique Cardoso. Agora querem que eu peça votos também pro Montoro. Eu não vou pedir. Se não me deixarem fazer o que eu quero, eu desço e levo o palanque todo comigo, e vamos fazer o comício em outro lugar⁴⁴.

Ora, estaria completa e diametralmente equivocada a principal liderança dessa nova classe trabalhadora que emergia madura politicamente e bem organizada ou FHC, naquele momento, não era simplesmente um representante de uma fração da burguesia ligada ao capital internacional?

Há muitos problemas no debate entre Cardoso e Marini: ambos exageram – a partir de diferenças políticas – as conclusões a partir do que consideram ser a perspectiva do adversário. Nem Marini era um estagnacionista, nem Cardoso um apologeta do desenvolvimento dependente e associado. Nem Marini era um aventureiro irresponsável politicamente, nem Cardoso um representante da burguesia. Se a visão de Cardoso prevaleceu no debate hegemônico das ciências sociais no Brasil, isso não se deve necessariamente a uma melhor qualidade dos argumentos ou à correção total de sua perspectiva, mas muito mais – como bem mostram Wagner (2005) e Correa Prado (2011) – à difusão de seus escritos no país em um momento que Marini, muito provavelmente pela censura, não conseguia publicar em português no Brasil (e quando o CEBRAP teve a oportunidade de fazê-lo, não fez).

Por outro lado, se no campo da esquerda – acadêmica e política – prevalece a visão equivocada que Marini tinha em 1978 de que Cardoso já era simplesmente um representante de uma fração da burguesia, isso se deve sobretudo a uma leitura apressada e iluminada pelos desdobramentos políticos de fins dos anos 1980 e 1990, em que Fernando Henrique foi elevando seu protagonismo político até ser Presidente da

⁴³ Ver a reportagem intitulada “Mãos Dadas”, de Cynara Menezes na Folha de São Paulo, em 10 de novembro de 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1011200213.htm>

⁴⁴ Ver a coluna de Jorge Bastos Moreno, “Lula já garantiu eleição de FH”, publicada no jornal O Globo em 13 de agosto de 2010. Disponível em <http://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-moreno/post/lula-ja-garantiu-eleicao-de-fh-315862.html>

República, com um programa realmente distante de qualquer perspectiva popular. O fato é que em 1978 ele era – como candidato ao Senado – uma aposta da classe trabalhadora organizada, que cogitou junto com diversos outros setores, através de Lula, a formação de um partido amplo que o incluísse. Quando surge o PT, em finais de 1979 e formalmente em 10 de fevereiro de 1980, Cardoso, ainda que apoie a iniciativa, não a constrói, ficando no PMDB. Aos poucos, as trajetórias do novo movimento operário organizado no Brasil e de Fernando Henrique Cardoso vão se separando, até se consolidarem posições bastante diferentes. Entretanto, isso não significa que esse processo estivesse dado em 1978 – que, pelo contrário, foi o principal momento de encontro entre essas trajetórias – nem que já estivesse colocado de forma decisiva no DNA da produção teórica de Cardoso.

Como bem descreve Milton Lahuerta, a atuação do CEBRAP nos anos 1970 havia construído uma legitimidade dessa instituição e de seus membros como formuladores teóricos de uma espécie de partido informal da sociedade civil, que simbolizava a oposição ao regime militar e assumia um papel diretivo intelectualmente. Nesse cenário, a figura de Fernando Henrique se destacou muito (LAHUERTA, 2001, pp.64-65). Cardoso personificava essa intelectualidade da oposição e, por isso, em 1978, ele foi escolhido para ser o candidato de tudo isso. Era uma candidatura que expressava um encontro de setores que ainda não tinham se expressado politicamente no Brasil, entre estudantes, jornalistas, artistas, intelectuais, sindicalistas e também jovens empresários (id., p.82). Naquele momento, era uma candidatura da sociedade civil, que aglutinava vários setores, ampliava a influência do MDB, mas era muito influenciada pelo sindicalismo, a ponto de, como vimos, ter como suplente Maurício Soares, diretamente ligado ao sindicalismo do ABC. A forma que essa expressão política podia tomar sem romper a coerência com suas formulações teóricas anteriores era diversa.

De nossa perspectiva, a única forma de, por um lado, atribuir o correto valor à produção teórica de um intelectual e por outro compreender precisamente sua trajetória política é jogar luz na relação entre teoria e prática existente no processo. Ela é sempre eivada de tensões, influenciada pela conjuntura política, pela correlação de forças, pela posição (e opção) de classe do intelectual em questão, etc. No caso de Cardoso, entre os anos de 1978 e 1984, parecem consolidar-se algumas características que depois viriam a ser marcantes em sua trajetória política e que são a principal razão para que tantos observadores busquem em suas ‘origens teóricas’, ‘num marxismo simplesmente

epistemológico', ou nas suas teses sobre a dependência a explicação para um comportamento que não pode ser compreendido fora da dinâmica complexa existente da forma como se construiu relação entre teoria e prática neste intelectual. O objetivo da discussão que segue é demonstrar concretamente o processo através do qual essa consolidação foi se dando, por ora focados no período de 1978 a 1984.

3.2.1. Nem calco, nem cópia: o partido da transformação nos moldes brasileiros

Uma das coisas que não desaparece nas preocupações teóricas e nas pesquisas e publicações de Cardoso é a busca por caracterizar os regimes políticos autoritários na América Latina e, a partir disso, as condições de atuação das oposições e das forças sociais que buscam a democratização. É com essas questões em mente que escreve em 1978 *Os regimes autoritários na América Latina*, e em 1979 *Os impasses do regime autoritário brasileiro*. Mais uma vez, Cardoso (1982a) usa o conceito de autoritarismo burocrático para definir os regimes políticos não democráticos da América Latina, mas destaca a existência de diferenças entre os regimes e, obviamente, afirma que o conceito não pode ser utilizado para descrever países que não vivem sob ditaduras⁴⁵, mas apenas para as intervenções militares que visaram combater a esquerda e fundaram regimes burocráticos. Continua afirmando que a relação entre o tipo de Estado (capitalista dependente) e o regime político não é de determinação, mesmo quando o caráter do Estado impõe limites e gera contradições, como no caso brasileiro, e que pode haver desenvolvimento dependente sem autoritarismo, assim como pode haver autoritarismo que não proporcione nenhum tipo de desenvolvimento.

Quando os setores radicais de esquerda eram fortes, os regimes inicialmente eram muito repressivos, com características mais acentuadamente fascistas (mas não seriam fascistas, dentre outras coisas porque não mobilizavam as massas). Depois, o empresariado passa a ganhar força política e econômica e a repressão por si não basta mais para legitimar o regime, é fundamental que seja acompanhada do crescimento econômico. Essas situações, derivadas da dualidade expressada em regimes autoritários burocráticos (Cf. CARDOSO, 1975h), geram oportunidades de abertura e de ação para as oposições.

As ambiguidades da política dão motivos a esperanças. Certas vezes elas abrem caminhos favoráveis à mudança gerando forças dentro de

⁴⁵ Isso parece uma obviedade, mas é mais uma das críticas retrospectivas feitas a FHC. Há autores que dizem que sua teoria do autoritarismo era uma negação de que tivesse havido ditadura militar no país.

uma ordem estabelecida que finalmente minam o governo autoritário. O próprio funcionamento dos regimes autoritários e a consecução dos objetivos econômicos propostos criam novos desafios para os militares e novas formas de oposição. Os militares não serão capazes necessariamente de superar estas dificuldades. A probabilidade de mudança pode depender numa grande extensão da capacidade política dos grupos de oposição de proporem alternativas criadoras de poder que tratem destes mesmos desafios oferecendo soluções diferentes e melhores (CARDOSO, 1982a, p.62).

A responsabilidade dos grupos de oposição era, então, enorme. Dependia da capacidade de iniciativa deles, segundo a perspectiva de Cardoso, a possibilidade de mudanças na direção da democratização dos regimes autoritários. A capacidade de ação dessas oposições, por sua vez, estava diretamente relacionada às situações concretas de cada regime, à correlação de forças internas, às peculiaridades na aliança de classes que sustenta o Estado dependente, aos condicionantes econômicos, etc. No caso brasileiro, havia um certo hibridismo no regime, que o diferenciava das ditaduras mais fechadas do Chile, Argentina, Uruguai (CARDOSO, 1979a, p.179). Para ele, foi essa hibridez, marcada por uma ideologia conservadora com elementos de liberalismo, por um esquema de rodízio entre as elites no poder, pelo não fechamento do Congresso, pela existência de partidos políticos (mesmo que apenas dois), que gerou uma situação em que se abriam espaços para a contestação do regime. Depois de 1973, com a crise econômica, essa contestação começou a existir de forma mais forte e organizada, e o governo Geisel começou um processo de transição por cima, uma “distensão”, que deveria ser seguida por Figueiredo. Contudo, tudo foi feito de forma muito controlada e repleta de casuísmos: senadores biônicos, o pacote de leis eleitorais de abril de 1977, a Lei Falcão, etc. e, mais recentemente, a proposta de reforma partidária, que ele acreditava que seria realizada por cima, a partir de articulações parlamentares, e que priorizaria a criação de partidos controlados, com a ideia de dividir a oposição (até ali concentrada no MDB) e garantir vitória dos grupos de poder do regime nas eventuais eleições futuras (CARDOSO, 1979a, p.190). Cardoso dizia que não acreditava ser possível uma transição totalmente controlada pelo regime e que, mesmo com as debilidades da oposição, seria muito difícil o regime conseguir conter as forças transformadoras: o nó górdio estava no sistema de partidos e na relação entre a sociedade civil e o Estado, e por isso era necessário debater esses dois temas (id.ibid.).

Para ele, a crise do regime autoritário brasileiro tendia a desdobrar-se no tempo, sem que necessariamente houvesse nem um recrudescimento militar, nem um dia D da democratização, mas sim uma longa guerra de posições em que trabalhadores, classes

médias assalariadas e setores não reacionários das classes dominantes conseguiriam moldar um sistema mais aberto para o futuro (ibid., p.191). Tudo isso dependeria da presença mais ativa de lideranças populares e operárias, baseadas em organizações sindicais, populares, partidárias e da atualização da visão política desses setores e dos setores radicalmente mais democráticos da oposição, para entender que a democracia não se esgota no sistema de partidos. Se a isso se somar o fortalecimento da “centro-direita”, que enfraquece a direita que prevalecia no regime, haveria boas chances de se avançar na democratização do Estado (id.ibid). Aqui, ele volta, portanto, a afirmar a importância da adesão de setores do interior do regime à ideia de transformação. E termina afirmando que tudo isso dependerá das lutas sociais e da interrogação sobre se a própria forma democrática do Estado não teria que passar por uma transformação social de base mais profunda que, se não era provável, tampouco era impossível (id.ibid.). Neste sentido, Cardoso apostava numa aliança bastante mais ampla do que as classes trabalhadoras, como sendo a forma razoável de, sem rupturas que poderiam levar a retrocessos (e cujas tentativas concretamente não tinham dado em resultados positivos), democratizar o país.

A crise política brasileira se desenrolava num cenário de crise econômica e de busca por alternativas de desenvolvimento. Em palestra proferida na reunião do grupo do Financial Times, formado por empresários e economistas importantes, no Rio de Janeiro, em outubro de 1979, ele demonstrava como o milagre econômico brasileiro foi concentrador de renda, como a crise internacional impunha novos desafios para o Brasil – em especial na questão energética – e apontava a necessidade de resolução da questão agrária e a inflacionária como os desafios mais importantes no país (CARDOSO, 1979b). Entretanto, a mensagem fundamental da palestra era que, diferentemente do que os setores que deram o golpe de 1964 e parte do empresariado acreditavam, já no fim dos anos 1970 era indiscutível a necessidade de democratizar o regime para garantir as condições para solucionar esses e outros problemas econômicos do país. Cardoso falava da necessidade de reformar o sistema financeiro, taxando lucros abusivos, o sistema tributário, aumentando a progressividade dos impostos, centralização e controle por parte do Estado da questão da dívida externa, e retomada e reorientação de investimentos públicos, privilegiando a estrutura econômico social urbana, porque isso teria efeitos redistributivos (ibid., p.9-10). Entretanto, a força social e a legitimidade necessárias para fazer esses enfrentamentos econômicos só seria possível num regime democrático, que,

neste sentido, “aparece como condição favorável à ruptura de um modelo econômico e sua substituição por outro” (id.ibid).

(...) trata-se fundamentalmente de romper o nó górdio da dependência estrutural e do estilo consumístico e concentrador de renda do modelo de crescimento adotado. É para isso que o regime democrático torna-se essencial na reorientação econômica. De fato, sem as pressões sociais que obriguem a redistribuir os recursos de forma mais racional quanto ao bem-estar coletivo e ao mesmo tempo obriguem a expor menos a economia aos azares de uma estratégia baseada na ilusão da abundância permanente que permitiria importações crescentes, não se dará o salto que hoje é possível e necessário (CARDOSO, 1979b, p.11).

Fernando Henrique, então, condicionava a transformação econômica – na direção da ruptura do nó górdio da dependência estrutural e da redistribuição de renda – a uma transformação democrática. Esta, por sua vez estava condicionada à participação de setores mais amplos do que as classes populares e mais amplos do que apenas a oposição de sempre ao regime, mas também à participação de lideranças populares e operárias. De fato, a palestra para um grupo empresarial na qual o centro do argumento é a afirmação de que os empresários também deveriam apoiar a democratização diz muito sobre o que era a política dele naquele momento. Seria ele um representante desses setores, ou tentava incidir politicamente – tendo como base os interesses das camadas médias e classes trabalhadoras – na sua forma de atuar?

Nesse mesmo contexto está a ebulição do ABC em 1978. O movimento grevista que impactaria politicamente o país e seria muito importante para a luta popular contra o regime ditatorial emergiu em maio de 1978, e gerou articulações importantes com o próprio Fernando Henrique, a ponto de Lula tê-lo incentivado decisivamente a se candidatar e o apoiado entusiasmadamente. Quando estoura a greve da Scania que depois se alastraria pelas fábricas do ABC paulista, inaugurando o período do chamado “novo sindicalismo” no Brasil, ele escreve com empolgação, na Folha de São Paulo de 28 de maio, que renascia o movimento sindical, a esperança por dias melhores, o afã de organizar os trabalhadores, falar e propor alternativas, negociar, etc. (CARDOSO, 1978b). Agora sim era o momento de começar a “falar de democracia sem adjetivá-la. Ela vem da base”, e os trabalhadores grevistas não estavam atrelados a nenhum partido político e muito menos ao governo, mas ao mesmo tempo sabiam que há um momento das lutas que é propriamente político e que seu movimento abria caminho para a reformulação mais ampla da vida sindical brasileira e para a discussão dos problemas centrais da democratização no Brasil (id.ibid.) Por isso, Cardoso dizia que “todos os que

têm interesse real no fim do autoritarismo (...) saúdam no movimento dos trabalhadores paulistas os sinais de um amanhã mais promissor”.

Conforme demonstramos, Fernando Henrique temia qualquer ideia de substituição do povo e dos trabalhadores, e se percebia, no papel de intelectual, como um articulador entre os diversos setores que buscavam, naquele momento transformar o regime autoritário. A emergência do novo sindicalismo que lutava pelo direito a negociar salários e não aceitava as imposições do regime ditatorial, com uma liderança consolidada – Lula – e um movimento de base forte, não poderia deixar de ser parte desse processo. O desafio da oposição, para aquele ano de 1978, seria o de manter unido o MDB e articular a sociedade em torno de um programa positivo: com a desmoralização do regime depois do Pacote de Abril de 77, a esperança no futuro dependeria em grande parte da criatividade que a oposição demonstrasse naquele ano para forjar os partidos e propor as ideias ordenadoras do momento (CARDOSO, 1978c). Cardoso via sua própria candidatura como a conexão entre a oposição do MDB e as classes populares, e com o apoio de Lula e de outras lideranças sindicais, incorporou a pauta do novo sindicalismo em seu programa. Todavia, ainda que Cardoso considerasse natural e positivo que num futuro próximo surgissem novos partidos, dada a diversidade da oposição, ele defendia veementemente a necessidade da unidade de toda a oposição em torno do MDB naquele momento e, dentro do próprio MDB, do surgimento de candidaturas que expressassem as forças populares (CARDOSO, 1978d), como viria ser a dele naquele ano.

Na medida em que concorreria com Franco Montoro, do próprio MDB, Cardoso precisava justificar sua candidatura para a base do próprio partido e, para isso, dizia que seu sentido seria o de expressar a diversidade da oposição sem romper a unidade do MDB (CARDOSO, 1978e). Sua candidatura teria sido inicialmente impulsionada pela procura dos sindicalistas do ABC, especialmente Lula, e depois se agregaram setores progressistas da Igreja e da Universidade: seu papel seria o de articular setores de dentro e de fora do MDB, o que garantiria uma ampliação da base de representatividade do partido (Cf. CARDOSO, 1978f; 1978g). Todos estes setores viam nele, segundo sua interpretação, algo na direção do socialismo, ou da justiça social (CARDOSO, 1978h). Do ponto de vista mais programático, ele próprio via sua atitude na campanha como sendo radicalmente democrática, o que era simbolizado pelo lema “democracia para mudar” (id. 1978i) e na direção da autonomia sindical, mas ele afirmava perceber poucas distinções de classe social nessa pauta democrática (id. *ibid.*). Na conformação dessa candidatura,

nos apoios e na forma como Cardoso concebia seu programa, se expressa em boa medida a complexidade da imbricação entre teoria e prática em nosso intelectual naquele momento.

Neste início de atuação propriamente militante dentro do MDB – e principalmente como candidato – buscando cumprir esse papel de articulador que ele entendia como a função do intelectual, as posições centristas e moderadas de Cardoso vão se acentuando e tornando mais claras. Talvez um dos principais exemplos seja o apoio dentro do MDB à contra-candidatura à presidente do General Euler Bentes Monteiro, que havia sido general no governo Geisel e rompido com o regime militar junto com a frente de oposição encabeçada por Severo Gomes, ex-ministro da Agricultura no governo Castelo Branco e da Indústria e do Comércio no governo Geisel. As eleições de 1978 – indiretas, via Colégio Eleitoral – teriam, do lado do governo, a chapa formada por João Figueiredo e Aureliano Chaves, e do lado da oposição o general Euler. Enquanto a chapa da situação representava a continuidade da ideia de democratização lenta e gradual, o general Euler defendia uma Assembleia Constituinte e uma mudança na política econômica do governo (SKIDMORE, 1988, p.47).

Fernando Henrique não abria mão de defender democracia imediatamente, mas argumentava que o general Euler representava bem a necessidade a distensão necessária e possível naquele momento: um nome que tinha saído de dentro do Estado para a sociedade civil. Ele afirma que a solução para o Brasil teria de passar prioritariamente pela sociedade civil, com o surgimento de novos líderes, “Lulas”, etc., mas pragmaticamente, para aquele momento, defendia o nome do ex-ministro como candidato (Cf. CARDOSO, 1978j).

Em uma entrevista concedida em julho de 1978, ele deixa bem clara a forma como pensava a política naquele momento. Quando perguntado sobre as opções de transformação por fora das vias institucionais e sobre os limites da aliança pela redemocratização que estava sendo feita com os setores provenientes de dentro do regime, Cardoso responde primeiro que a via clandestina, além de não estar colocada como possibilidade concreta por nenhum setor social relevante, só levou ao fracasso e à tragédia no período anterior; e, além disso, a história – mudança de regime na Espanha, em Portugal e inclusive na China – mostrava que era preciso fazer alianças para enfrentar o inimigo comum, que no caso brasileiro era o regime autoritário. Continuava:

Isso aí, ou une forças para enfrentar o inimigo. O resto é poesia. O resto é mesmo poesia (...) E se você não entender que política é transformação não entende nada. Na política muitos em certas ocasiões se unem; uns por oportunismo, outros por idealismo (...) Eu acho que, no caso presente, o regime brasileiro está se transformando e é importante você ter um aríete, uma ponta de lança que leve o Governo a fazer mais concessões (...) E, para mim, a melhor candidatura é aquela que tiver mais condições de ameaçar. É esse meu ponto de vista (CARDOSO, 1978l, p.2).

Na mesma entrevista, Cardoso afirma que Montoro o convidou para ser suplente e não concorrer às eleições para o Senado, mas ele achou que era possível se lançar como nome porque São Paulo precisa de mais lideranças e porque ele teria uma base social diferente, mais intelectualizada e mais jovem que a de Montoro, além do apoio do novo sindicalismo. Além disso, o fato de o MDB ter definido na convenção que seriam apenas dois candidatos, e não três – o que o teria obrigado a ter vencido a convenção “na marra”, numa disputa política acirrada – fazia com que muitos setores que eram anti-Montoro estivessem propensos a apoiá-lo (id.ibid.). Nesse momento – meados de 1978 – já está consolidada uma posição de militante político partidário em Fernando Henrique e, junto com suas formulações mais gerais acerca da conjuntura, começam a surgir cálculos mais pragmáticos, não mais apenas relacionados às condições de transformação do regime, mas também às suas condições em termos de viabilidade eleitoral. De qualquer forma, se Cardoso acreditava na necessidade articulação com setores insatisfeitos de dentro do regime, o fazia a partir de uma perspectiva que não era a de um setor do empresariado ou da burguesia internacional, como argumentava naquele momento Rui Mauro Marini, e como argumentariam muitos anos depois diversos analistas.

As eleições indiretas presidenciais elegeriam João Figueiredo, e um mês depois aconteceriam as eleições para o Congresso – com o pacote de abril vigente e um terço dos senadores sendo eleitos de forma indireta, os “biônicos” – nas quais Cardoso tem uma expressiva votação. Com as mudanças casuísticas da legislação eleitoral, a ARENA mantinha o controle político do país, mas novamente perdera nas eleições diretas para o Senado, tendo o MDB angariado 52% dos votos, contra 34% da ARENA e 14% de votos nulos (SKIDMORE, 1988, p.48).

Do ponto de vista mais geral, Cardoso nunca deixara de afirmar que em algum momento seria natural que novos partidos surgissem no seio da oposição por conta de sua diversidade. Contudo, com as sinalizações que já começavam de que o regime abriria sob seu próprio controle o sistema partidário – como forma de fragmentar a oposição, naquele momento concentrada eleitoralmente no MDB – a intervenção política de FHC estava

muito concentrada na ideia da necessidade absoluta de manter a unidade da oposição em torno do MDB (Cf. CARDOSO, 1978d; 1978e; 1978m; 1978n). Em *Democracia hoje*, a partir de uma discussão sobre a democracia como um espaço do dissenso, oposto da homogeneização (criticando aqui o regime, mas também setores da esquerda que não valorizariam a discussão democrática), ele dizia que o problema imediato era vencer o autoritarismo e, para isso, o MDB era central, entretanto, no futuro, esse partido não seria mais suficiente porque os interesses das classes e setores que estão unidos na luta democrática são diversos, e portanto devem se expressar politicamente de formas diferentes (CARDOSO, 1978n, p.15).

Vimos que Cardoso defendia a ideia da construção de um partido de assalariados, que tivesse condições de expressar boa parte dos setores que se colocavam ali contrários ao regime ditatorial, em toda sua diversidade, e acreditava que havia possibilidades de o MDB se tornar esse partido, embora isso não fosse necessariamente provável, dados os muitos problemas que o partido já apresentava por conta de seus vícios de origem e necessitava de “conteúdo” (Cf. CARDOSO, 1978h). A formulação política de Cardoso sobre os partidos estava diretamente relacionada com a forma como interpretava a sociedade naquele momento. Para além do pragmatismo momentâneo, relacionado à campanha e à necessidade de unidade eleitoral, a proposta partidária de Cardoso era muito bem embasada teoricamente.

Neste sentido, é interessante cotejar esse momento da produção teórica de Cardoso com os rumos que havia tomado o CEBRAP ao longo da década de 1970. A bibliografia sobre o tema (Cf. LAHUERTA, 2001; SORJ, 2001) mostra que o CEBRAP havia colocado novos temas em discussão nas ciências sociais brasileiras, e de certa forma também na dinâmica cultural da oposição: haviam construído uma nova interpretação do Brasil, e talvez o principal diferencial tenha sido sua capacidade de perceber o papel que poderiam cumprir as novas camadas sociais produzidas pela modernização autoritária na democratização do país (LAHUERTA, 2001, p.71). No contexto da valorização política da sociedade civil – e também da crescente profissionalização das ciências sociais do país – houvera um deslocamento das análises marxistas mais histórico-estruturais para uma perspectiva que destaca a autonomia relativa da dimensão política: neste sentido, o grupo caminhava para uma agenda de debate mais focada nos aspectos institucionais (id.,p.75). No caso de Cardoso, essa dimensão ganhava também os contornos mais diretos da disputa política imediata. No entanto, no final dos anos 1970 e início dos 80, nos momentos em

que debateu a estrutura partidária brasileira e, principalmente, o modelo de partido que considerava ideal para efetivar as transformações que defendia para o país, Fernando Henrique esteve sempre embasado por sua análise histórico-estrutural da sociedade (forjada em boa medida entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970, mas atualizada) e por uma análise de classes da sociedade.

Em *En torno al Estado y el desarrollo*, livro publicado por Rosario Green, em 1982, no México, que traz as conferências de Raúl Prebisch e de Fernando Henrique Cardoso e os debates que se seguiram a elas, ambas dadas em 1981 na UNAM, talvez se encontre a melhor síntese da formulação teórica que ele estava fazendo naquele momento sobre a situação da América Latina e de como enxergava as consequências dessa análise para a construção dos partidos políticos na região. Nesse texto, intitulado *Reflexiones sobre la estructura social y política de los países más industrializados de América Latina*, e em outro publicado em março de 1978 na revista Contexto, chamado *A questão dos partidos*, encontram-se as condensadas as principais reflexões de sua trajetória acadêmica e intelectual até ali. Embora escritos em momentos distintos (entre 1978 e 1982 a questão da construção de um partido socialista no Brasil foi debatida e de certa maneira superada com o surgimento do PT), em ambos, Cardoso apresenta uma espécie de estado da arte da reflexão sobre as sociedades dos países mais industrializados da América Latina, os paradigmas políticos utilizados para interpretar a situação e propor alternativas, e as críticas aos limites desses paradigmas para compreender as sociedades latino-americanas e a brasileira em particular, para, por fim, apresentar sua própria proposta partidária.

Em *Reflexiones*, Cardoso (1982b) pretende discutir sociedades como a brasileira e a mexicana (onde dá a conferência), as mais industrializadas do continente. Ele demonstra que nos anos 1950 prevalecia a ideia de que não seria possível o desenvolvimento dos países periféricos sem industrialização; que essa industrialização teria de ser alcançada enfrentando os interesses imperialistas; e que era preciso um grupo social local para encabeçá-la: essa seria, em resumo, a perspectiva da CEPAL. Nos anos seguintes, no entanto, o mundo havia se transformado muito com o processo de internacionalização dos mercados, as multinacionais teriam começado a assumir mais protagonismo político e econômico e a dependência teria se transformado, como ele demonstrara em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Emergiam novas questões, como “quem controla o desenvolvimento?” ou “queremos mesmo industrialização, se as consequências são essas que estão gerando concentração de

renda?” Nos anos 1960, começam a discutir-se as condições políticas para as transformações econômicas – e seus estudos sobre a dependência estão nesse bojo – e nos anos 1970 teria ocorrido a mudança mais importante: as empresas multinacionais passaram a ir diretamente à periferia: nesse cenário é que Brasil e México se industrializam mais, e Chile, Argentina e Uruguai, que eram os países mais industrializados no período anterior, acabam assumindo outro modelo, tendo que abrir-se mais aos fluxos do mercado internacional tendo menos controle sobre o próprio processo de industrialização (CARDOSO, 1982b, p.141).

Tudo isso gera uma situação nova, sobre a qual o pensamento político e social ainda não tinha conceitos e teorias para analisar com propriedade. Nesse cenário, ele propõe pensar outra vez, atualizando o que havia feito antes, as formas dinâmicas de estruturação das sociedades na América Latina diferenciando-as em termos de como se dá a conexão das economias nacionais com o sistema internacional de produção (ibid., p.144). Diferentemente da Europa, nas sociedades latino-americanas não há uma pequena burguesia relevante, mas seguindo a mesma tendência da Europa e dos Estados Unidos, o setor de serviços estava crescendo muito: neste sentido, e essa é uma reflexão que será central para FHC, é uma *masa de assalariados*, e não a pequena burguesia, que forma as camadas médias nas sociedades mais industrializadas da América Latina.

Si uno piensa que en el futuro las sociedades que crecen con estas características del capitalismo oligopólico van a ser sociedades donde la clase obrera en su sentido estricto será mayoritaria, se equivoca; es porque no leyó las estadísticas, porque no tiene la costumbre de mirar los datos. Cuando uno observa los datos, la cosa no es así; lo que resulta es que aquí estamos creando una sociedad donde la capa de empleados tendrá una gravitación numérica enorme, más importante que cualquier otra capa, y más todavía en la medida que la sociedad avanza en esa forma de industrialización actual y de modernización y se vuelve una sociedad en la que los servicios se convierten en un sector sumamente importante (...) (CARDOSO, 1982b, p.145-146).

Neste contexto, os profissionais liberais também são muito importantes, e a Universidade cria uma massa de pessoas de ocupação indefinida em uma sociedade que ainda não completou sua modernização, mas ao mesmo tempo já aumentou as expectativas das pessoas com relação a ela. A burocracia privada e estatal também cresce em importância, pois mesmo que numericamente não seja grande, é por ela que passam boa parte das decisões públicas. Os operários, por sua vez, mudam suas formas de luta: as greves são diferentes, em boa medida porque o “patrão multinacional” é mais abstrato, menos presente concretamente. Luta-se por autonomia das decisões, para além de

salários, e luta-se contra a autoridade em geral, inclusive o próprio Estado. Por sua parte, as camadas médias assalariadas também fazem greve e se apropriam de métodos que classicamente seriam da classe operária. Como Cardoso afirmava em 1978, as classes trabalhadoras se tornaram mais heterogêneas, a pequena burguesia era quase inexistente e os efeitos da modernização geraram condições para a unificação de pautas: poluição, desigualdade, dificuldade de consumir geravam aspirações que iam se tornando comuns nas condições contemporâneas de existência, a partir da massificação gerada pela disseminação das TVs, por exemplo, mas também questões relacionadas ao direito das mulheres, e diversas outras. Só classe média alta e burguesia ficavam de fora dessa conjugação de interesses comuns surgida dos efeitos da industrialização (CARDOSO, 1978o).

Estaríamos, então, diante de uma sociedade em que as classes se movem com características novas e onde as formas tradicionais de organização política não são mais suficientes. Num contexto de grandes transformações e crise generalizada, empresa e Estado eram o que se mantinham firmes para Cardoso, e não existiriam as categorias e conceitos para entender e explicar o momento. Relembrando uma de suas tentativas para fornecer instrumental analítico para entender a sociedade contemporânea, Cardoso afirma que tentou utilizar a ideia de “anéis burocráticos” para explicar como se tomavam as decisões dentro da esfera do Estado, buscando demonstrar como se criavam grupos de interesses privados no interior da burocracia estatal, e como esses grupos eram uma ponte de conexão – não democrática, mas existente – entre uma parte da elite da sociedade civil e o Estado (Cf. CARDOSO, 1970; 1974d). Para ele, era preciso entender esses novos mecanismos concretos de funcionamento do Estado para neles – ou através deles – incidir na situação, e faltava sistematização e compreensão geral acerca das transformações que haviam ocorrido.

Tanto a tradição liberal quanto a tradição marxista tinham visão de conjunto dos processos, mas não dariam conta de explicar as transformações que aconteciam já nos anos 1970 no mundo e na América Latina (CARDOSO, 1982b, p.151). No campo dos setores progressistas, existiriam dois grandes paradigmas como orientação para pensar a organização política no Brasil: um mais recente ligado a uma idealização da sociedade civil, que demonizava o Estado, e outro mais ortodoxo, que considerava o proletariado a vanguarda das massas e acreditava que o partido só poderia se organizar em torno dele. Ambos se equivocam, para ele, por conta de uma interpretação liberal da relação Estado-

sociedade civil: era preciso encontrar uma síntese entre Estado e sociedade civil, e tanto a tendência mais esquerdista de um “partido de trabalhadores” quanto a ideia de socialdemocracia estariam amarrados a essa segunda perspectiva, sem conseguir encontrar as sínteses possíveis e sem reconhecer as peculiaridades brasileiras (CARDOSO, 1978n, p.15). Fora da ortodoxia, enquanto uns mistificavam a sociedade civil e nela – entendida de forma abstrata – depositavam as esperanças da transformação política, outros mais rebuscados teoricamente – os pós-modernos – chegavam a propor inclusive o fim da ideia de História e das grandes narrativas, sem por sua vez apresentarem propostas políticas (id.1982b, p.153). De forma resumida, esse era mais ou menos o panorama traçado por ele sobre o estado da arte das reflexões sobre a situação política na América Latina.

Buscando fugir dessa falta de alternativas e ‘atualizar’ as interpretações progressistas sobre as sociedades latino-americanas e suas possibilidades, Cardoso considerava necessário forjar novas categorias para analisar a realidade, pensar em ações práticas e principalmente – voltando a tocar no tema da utopia como necessária – propor uma nova ‘utopia realista’ que ajudasse a produzir conhecimento e a agir politicamente. Para unificar uma sociedade fragmentada nas condições existentes, era ainda necessário guiar-se por princípios do século XVIII, como igualdade e liberdade.

Pero ¿cómo se pueden tener realmente libertad e igualdad? ¿De qué manera sabemos la forma de sociedad en la que estamos? ¿De qué modo se podría por lo menos empezar a pensar esta nueva utopía realista que permitiera una transformación y no sencillamente se estancara en aras de un futuro imposible? *Creo que a raíz de eso habría que repensar los enganches entre las capas medias y las capas obreras.* (...) los efectos de la forma de acumulación, del crecimiento de la empresa, del hecho de que el Estado se ha vuelto un Estado pragmático, de alguna manera imponen a las distintas categorías una forma de vida y una forma de dominación que los homogeneiza. (CARDOSO, 1982b, p.154) [grifos nossos]

A conexão entre as camadas médias e a classe operária, então, estaria na raiz da possibilidade de construção de novas utopias que permitissem uma transformação real da situação de dominação e concentração de renda. Não se tratava de uma ideia socialdemocrata – como vimos, Cardoso afirmava naquele momento que a socialdemocracia não tinha condições de se firmar no Brasil, porque nem os empresários estariam dispostos a negociar, nem havia uma classe trabalhadora organizada a ponto de garantir o processo – mas sim da tentativa de democratização efetiva da sociedade, com controle social sobre o Estado, que deveria manter-se mais como um cenário de atuação

do que como um ator, mantendo a autonomia dos grupos sociais. Começa aqui a se fortalecer uma ideia que iria se tornando cada vez mais importante para Cardoso: os grupos sociais organizados deveriam controlar o Estado, tornando público os espaços que são simplesmente estatais (ibid., p.172). A diferenciação entre público e estatal surgia naquele momento como elemento importante na defesa atualizada da democratização.

Politicamente, portanto, o desafio central para Fernando Henrique seria o de conectar classes médias e classe operária. A transformação estrutural das sociedades latino-americanas e suas peculiaridades traziam com elas a necessidade de novas ferramentas analíticas e novas formas de ação política se o objetivo era a transformação social. Nesse contexto, ele afirmava não ter medo de ser heterodoxo, pois sabia que os modelos clássicos não funcionavam na América Latina (CARDOSO, 1978p, p.14). No Brasil, talvez fosse possível efetivar essa conexão, combinar a massa com os setores mais avançados da classe proletária. Por isso, defendia um partido que pudesse ser uma espécie de confederação de movimentos e, em termos de classe, incluísse o proletariado, mas também o campesinato, as classes médias, os técnicos: para transformar o Brasil, como vimos, seria preciso de um partido do conjunto de assalariados, que sentem o efeito da exploração, e também capaz de agregar as pautas provenientes propriamente das camadas médias (como o feminismo, as questões identitárias, etc.) (CARDOSO, 1978p).

Um partido dos assalariados que pretenda ser a base para o processo de democratização substantiva há de ser aberto aos diferentes aspectos da crítica contemporânea aos efeitos negativos do capitalismo oligopólico e terá a imensa tarefa de constituir-se como um cadinho de homogeneização política de interesses e aspirações tão díspares quanto os do bóia-fria que luta por contrato de trabalho, do camponês que deseja terra, do operário que reivindica controle e salário, do técnico que deseja a autonomia tecnológica nacional, da mulher que almeja igualdade, do oficial que deseja sua pátria respeitada, do estudante que quer liberação, e assim por diante. Se ele não for capaz de ser "moderno" ao mesmo tempo que essencialmente reivindicativo do primado de uma ordem social mais equalitária, dificilmente encaminhará com êxito o processo de fusão das várias aspirações que podem criar a força de um movimento político-social (CARDOSO, 1978n, p.20).

Esse partido teria necessariamente de ser um partido “ônibus”, em que correntes de opinião diferentes coexistem, e podem deixar o partido ao passo que outras entram, ao longo dos processos políticos (CARDOSO, 1982b, p.222).

A abertura do regime ia seguindo aos trancos e barrancos, com pressão dos setores organizados da sociedade e tentativa de controle do processo por parte do governo militar. Figueiredo foi empossado presidente em março de 1979, em meio a muitas discussões e

manifestações em defesa da anistia. Em agosto daquele ano seria aprovada a lei que anistiava quaisquer cidadãos envolvidos em crimes políticos entre 1961 e 1979. Essa anistia englobava pela primeira vez líderes políticos como Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, mas criava também o neologismo que permitia anistiar os “crimes conexos”, que teriam sido cometidos para combater os crimes políticos contra-revolucionários – ou seja, a tortura, os desaparecimentos, etc. (Cf. GASPARI, 2017c, 1.68504; SKIDMORE, 1988, p.54). O governo Figueiredo começaria marcado por uma política de recessão econômica comandada por Mário Simonsen: o Brasil conseguira manter o crescimento depois do choque do petróleo às custas do superaquecimento da economia e do endividamento, mas com a inflação ultrapassando a marca de 1978, de 40%, Simonsen não propunha outra alternativa que não a recessão (id., p.50). Como boa parte dos estrategistas políticos de dentro do regime se negavam a acreditar que o milagre econômico havia terminado, alimentavam a crença de que Delfim Netto – ministro da Fazenda à época do crescimento – podia operar um novo milagre e o próprio, que havia voltado recentemente de Paris (para onde tinha sido enviado pelo governo Geisel como embaixador) para assumir o Ministério da Agricultura, alimentava as críticas a Simonsen e cavava seu lugar novamente à frente do Planejamento nacional (id.ibid.). Apenas 5 meses depois de ter assumido, Simonsen não resiste à pressão e se demite, sendo Delfim nomeado para seu lugar.

Em *Os Anos Figueiredo*, texto de 1981 em que analisa os primeiros anos deste governo, Cardoso argumenta que, depois de concedida a anistia por parte do regime, era lógico que se efetivasse uma abertura política do ponto de vista do sistema partidário, com o objetivo de dividir mais a oposição, até aquele momento unificada partidariamente no MDB. A lógica da “armadilha” do regime seria baseada na percepção de que os líderes políticos exilados e os grupos que se referenciavam neles não aceitariam dividir as mesmas fileiras partidárias com aqueles que não tinham sido exilados, os da “resistência democrática” que não tinham sido exilados nem expulsos da vida pública (CARDOSO, 1981a, p.7). Efetivamente, em 20 de dezembro de 1979 foi sancionada a lei que reestabelecia o pluripartidarismo no Brasil, e parte da “armadilha” descrita por FHC se consolidou: Golbery do Couto e Silva, um dos principais articuladores da ala mais moderada do regime nos governos Geisel e Figueiredo, articulou a “estratégia da divisão” (SKIDMORE, 1988, p.54). De fato, Golbery e Figueiredo articulavam em 1979 a ideia de um projeto para “conservar o poder efetivo até 1991”, durante todo o processo de

transição (Cf. GASPARI, 2017c, 1.70036). A reforma partidária era parte importante da criação de condições para esse projeto.

A ARENA se transformou em Partido Democrático Social (PDS), o MDB se transformou em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas surgiram também o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que com Ivete Vargas e Jânio Quadros escanteou Leonel Brizola e funcionou em muitos momentos com proximidade do PDS; O Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado pela dissidência do trabalhismo do PTB, com Brizola à frente; o Partido Popular (PP), que buscava uma atuação entre PDS e PMDB, e cuja principal liderança naquele momento era Tancredo Neves; e, principalmente, o Partido dos Trabalhadores (PT), que surgia de uma conjunção de movimentos que ia desde o sindicalismo paulista até setores da universidade e da Igreja. No contexto do surgimento dos novos partidos, Cardoso entendia que se havia perdido uma ótima oportunidade de criar-se algo novo juntando os setores mais combativos da resistência democrática com os que haviam permanecido no país, nos moldes que ele defendia para a sociedade brasileira. Cardoso estivera nas articulações para um partido socialista amplo, com os setores que entraram no PT, mas a articulação não avançou porque prevaleceu a ideia do partido estritamente classista, com a qual Cardoso não concordava (CARDOSO, 1985a).

Foi no final da década de 1970, mais precisamente depois de sua candidatura ao Senado em 1978, que se consolidariam as rupturas no próprio CEBRAP e começariam a se cristalizar suas diferenças políticas com o que seria o petismo. Mesmo com o afastamento de Francisco Weffort do CEBRAP em 1976 e da fundação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) sob sua coordenação, com o intuito de estudar os movimentos sociais e uma hegemonia de base popular, focada numa perspectiva autônoma da classe trabalhadora e de certa forma crítica ao crescente institucionalismo do CEBRAP, até pelo menos 1978 todo aquele conjunto de intelectuais funcionava sob uma certa liderança política de Cardoso (LAHUERTA, 2001, p.83). Entretanto, o surgimento do PT (do qual Weffort seria secretário geral por quinze anos) consolida as diferenças e marca também o início de um momento diferente da trajetória de Cardoso, com afastamento tanto da velha esquerda comunista e ortodoxa quanto da nova esquerda que seria representada pelo PT – e que para Cardoso terminaria sendo corporativista, atrasada e idealizadora da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Cardoso avaliava que o que deveria ser o PTB, terminou sendo linha auxiliar do PDS; o trabalhismo histórico renovado do PDT ficara à mercê de apenas uma liderança, Brizola; o PMDB, “frente que aspira a ser partido, tornou-se demasiado partido pelo que não une: a expectativa de ser poder, sem poder dizer que poder será”; e o que seria “um forte movimento trabalhista novo virou um PT demasiado principista para ser forte sindical ou popularmente” (CARDOSO, 1981a, p.7).

No contexto dessa discussão sobre a possibilidade da criação de partidos modernos no Brasil, Fernando Henrique publica na revista do CEBRAP um texto chamado *Poulantzas e os Partidos*, em 1982, em que, tendo como mote o “último” Poulantzas – que havia rompido com as ideias estruturalistas de Althusser (e com as suas próprias) e passado a conceber o Estado de forma um pouco mais complexa – discute elementos teóricos sobre a questão partidária e termina por tratar um pouco dos partidos no Brasil. Cardoso constrói sua argumentação especialmente baseado em uma entrevista concedida por Poulantzas pouco antes de seu suicídio, em 1979. Basicamente, o que traz de Poulantzas é a ideia de que era um equívoco analítico solidificar a noção de um “dentro” e um “fora” do Estado: como ele já havia mostrado, no Brasil, os modos de se ver o Estado por parte das principais correntes políticas existentes seriam distorcidos na medida em que parte do espectro político no país não via nada senão o próprio Estado (a direita e a esquerda mais ortodoxa) enquanto a outra parte, no afã de combater o Estado e na associação automática dele com o regime ditatorial, só enxergava a politização na sociedade civil (a nova esquerda, tanto cristã quanto anarquista) (CARDOSO, 1982c, p.4). Era preciso conceber essa relação em termos novos.

A velha esquerda e a politicagem tradicional fazem seu circuito vital entre os Partidos e o Estado, deixando à margem a sociedade e os movimentos sociais (salvo na hora da cata ao voto). Em contrapartida, o gênero de política de certos setores “puros” das oposições sindicais ou de correntes esquerdistas do PMDB e do PT (que se engalfinham e se esfalfam correndo atrás de cada tremor da sociedade civil e não colocam as questões reais e concretas da organização do Poder e do Estado) é incapaz de articular lutas que levem de fato a politização das massas a encontrar-se com o enigma do Poder. (CARDOSO, 1982c, p.4).

Poulantzas contribui com a complexificação da ideia de Estado quando demonstra que este não é simplesmente um bloco monolítico ou uma máquina das classes dominantes, à qual a esquerda deve alcançar e destruir simplesmente a partir do exterior. O filósofo grego não cai em uma interpretação liberal da perspectiva gramsciana que só enxerga o consenso. Mas se havia uma substituição de Lênin por Gramsci na concepção

de partido, de Estado e de política, com a utilização distorcida do conceito de “hegemonia fora do Estado” como pré-condição para tomar o poder, ela não resolvia a tensão existente entre movimentos sociais e Estado, ou dos Partidos revolucionários e reformistas com o Estado (ibid., p.5). A crise dos partidos que Poulantzas debatia no contexto europeu tinha sua versão própria na situação brasileira, e Fernando Henrique buscava utilizar aquelas reflexões para pensar os partidos por aqui.

Assim, quando Poulantzas recordava que o austro-marxismo havia fracassado, em meio a discussão de concepção de partido entre as II e III Internacionais, na tentativa de encontrar uma fórmula que incorporasse movimentos sociais de democracia direta aos mecanismos da democracia representativa (os primeiros terminaram se dissolvendo no Estado) e afirmava a irredutibilidade da tensão entre partido e movimento, Fernando Henrique reforçava a ideia afirmando que essa tensão existia também entre instituições representativas e formas democráticas diretas, liderança institucional e emergência de lideranças espontâneas, etc. (id.ibid). Seria justamente no contexto da percepção dessa tensão irredutível que o espectro político que vai do centro à esquerda no Brasil travava seus debates partidários. O problema é que mesmo percebendo essa irredutibilidade e saudando-a como positiva, os partidos reais existentes no Brasil continuavam tentando resolvê-la fundindo movimento social com política institucional: para Cardoso, isso era percebido mais claramente no PT, mas existia em setores do PMDB e no PDT também (id.ibid).

Cardoso demonstrava que essa crise geral dos partidos alcançava inclusive os estavam no poder. No caso brasileiro de início da década de 1980, era a administração que sustentava os partidos no poder, e não o contrário: o PDS não sobreviveria sem os casuísmos eleitorais, e por sua parte as classes dominantes – o establishment econômico, as multinacionais, etc. – não precisavam de um partido como o PDS para reproduzir a ordem vigente (ibid., p.6). Ele dizia que Poulantzas via o mesmo cenário na Europa, e não conseguia resolver o impasse em que os velhos partidos de esquerda se haviam metido: ficaram entalados entre a burocratização da vida e o crescimento da importância do Estado, por um lado, e por outro os movimentos sociais (essencialmente policlassistas, com pautas de classe média, feminismo, ecologia, etc.). As soluções inovadoras corriam o risco de não ‘pegar’, e as soluções tradicionais já haviam feito água: daí a tensão irredutível, que Cardoso admitia ser uma confissão – tanto dele quanto de Poulantzas – de quem “não vê bem a saída” (id.ibid.). O caso brasileiro seria ainda mais grave, porque

aqui não havia sequer a tradição da existência de partidos modernos, esses que estavam em crise na Europa. Cardoso sistematizava sua dúvida da seguinte maneira:

Será que nos países sem tradição partidária, que se industrializam e crescem economicamente sob o ímpeto da internacionalização da produção, formando um sistema oligopólico dominado pela Grande Empresa, pela Empresa Estatal e pelas Burocracias, ainda cabem partidos “à la Européia”? (CARDOSO, 1982c, p.6).

É óbvio por suas reflexões que Cardoso tinha uma resposta a essa pergunta, embora até ali não tivesse esboçado uma sistematização mais concreta de alguma solução. O que ele imaginava era que, diferente do que Poulantzas previra para a França, não haveria uma americanização da política brasileira, ainda que algumas características da sociedade norte-americana tivessem se acentuado no Brasil com o modelo de desenvolvimento adotado, com a sociedade de consumo, comunicação de massa, etc.

Ele reconhecia o esforço em dotar os partidos mais à esquerda naquele momento – PT, PDT e PMDB – de um formato mais europeu, com convenções, programas, militância, etc., porém, pelas características da sociedade de massas brasileira naquele momento, parecia que as pessoas eram mais influenciadas pela TV e pelo impulso do mercado do que por partidos políticos, por exemplo. O capitalismo vigente no Brasil daquele momento era o norte-americano da segunda metade do século XX, que não geraria uma sociedade nem um pouco parecida com a europeia. Neste sentido, Cardoso criticava os partidos locais afirmando que as tentativas de construí-los como cópia dos modelos clássicos se baseavam mais numa vontade de repetir uma Europa que nunca existirá por aqui do que em uma análise da realidade concreta do Brasil (ibid., p.7).

Mesmo depois das eleições de 1982 e dos resultados extremamente positivos do PMDB, que havia eleito nove governadores (dentre eles Franco Montoro em São Paulo, o que levaria o suplente Fernando Henrique à cadeira no Senado Federal), vinte senadores, 420 deputados estaduais e 200 federais, ele mantinha-se cauteloso com relação ao futuro de seu partido. Dizia que o PMDB não poderia cair na “mexicanização”, que significaria uma confusão total do partido com as administrações, e nem por outro lado ficar olhando de fora os governos encabeçados por representantes do partido, apenas criticando-os publicamente sem contribuir com eles: era preciso encontrar um equilíbrio entre esses extremos (CARDOSO, 1983a).

Fernando Henrique estava no PMDB porque acreditava que esse era o partido mais próximo de lograr enfrentar o desafio de gerar um espaço de conexão política entre

as classes médias e as classes trabalhadoras. Vimos que era nesse processo de representação das camadas médias em contato com as forças populares que estariam colocadas, para ele, as possibilidades de transformação real da situação de dominação e concentração de renda no Brasil. Fora disso, ou se estaria diante de purismos que levariam à construção de modelos partidários que alimentariam o sectarismo e pouco ou nada contribuiriam com a transformação real, ou se cairia em um fisiologismo que reproduziria a ordem vigente, risco que Cardoso buscava evitar dentro do MDB, porque sabia que existia, pelo menos desde 1978, o ano de sua candidatura ao Senado (Cf. CARDOSO, 1978q). Se o PMDB quisesse ser capaz de liderar o processo de reforma social no Brasil, teria que encontrar uma composição e um funcionamento diferentes dos que existiam classicamente.

Se não era possível ser um partido estritamente ideológico e classista, a exemplo dos partidos clássicos europeus (Cf. CARDOSO, 1983b), e se o PMDB era por definição um partido-frente, um partido “ônibus”, ele tampouco podia ser um partido-ônibus no sentido do Partido Democrata norte-americano, em que cabia simplesmente todo mundo sem praticamente nenhuma distinção ideológica ou programática (CARDOSO, 1983a, p.85). Por suas origens e pelas características do mundo moderno, inclusive na Europa, o PMDB nunca deixaria de ser um partido amplo e diverso, entretanto, essa amplitude deveria ser mesclada com a existência de um núcleo ideológico forte e com peso na definição de rumos do partido: para dar certo, o PMDB deveria ser um *blend*, uma mistura selecionada desses dois modelos, adicionando também aspectos do modelo mexicano (CARDOSO, 1983a, p.86; 1983d). Essa mistura permitiria a realização da tarefa política fundamental para Cardoso:

Para ir direto ao ponto e concluir, estou convencido de que o processo de transformação social e política de hoje passa por uma relação de aliança entre as classes médias e os trabalhadores. O partido que não exprimir isso, não poderá liderar o processo de reforma social. (...) E o PMDB passará no teste e se constituirá num grande partido, transformador da sociedade brasileira, se durante os próximos anos consolidar-se como a expressão política dos trabalhadores, das classes médias assalariadas, da reforma social e do interesse nacional (CARDOSO, 1983a, p.86).

O PMDB defendia a democratização da sociedade e do Estado, e no contexto de fissuras na base governista que permitia a articulação inclusive com setores de dentro do regime que estavam insatisfeitos, o partido deveria, para Cardoso, construir essas pontes e alianças. Do ponto de vista da composição e do programa do partido, o PMDB deveria se colocar ao lado do trabalhador – entendido como assalariado, em sentido amplo – e do

trabalho, mas também de todos os setores da sociedade, *inclusive do capital*, que são esmagados pelo grande capital monopolista: além dos assalariados, portanto, a pequena propriedade, a pequena empresa, a média empresa (CARDOSO, 1981b, p.26). Era assim que ele pretendia o PMDB como um partido de massas no Brasil. O *blend* que proporcionaria um partido amplo e diverso, ao mesmo tempo tendo um núcleo ideológico mais firme e definidor de rumos, tomava forma concreta nessa ideia do que era e do que poderia se tornar o PMDB naquele momento na perspectiva de Cardoso. O partido deveria estar aberto a sofrer influência dos movimentos sociais e da atuação da sociedade civil como um todo, sem buscar necessariamente incorporar esses movimentos: o desafio era criar um partido que estivesse enraizado na sociedade mas sem se confundir com ela, que tivesse a seiva que vem das raízes da sociedade sem sufocar seus organismos (ibid., p.27).

Cardoso afirmava que o setor dos trabalhadores industrializados organizados tinha ideias potentes para transformar o país, especialmente relacionadas à busca por sua autonomia nas organizações e sindicatos, negociação direta com os patrões e a criação de um clima de liberdade que permitisse que a pressão pelas negociações partisse deles, não dos patrões. O PMDB deveria incorporar isso como parte fundamental do seu programa, porque a autonomia política dos trabalhadores como classe era imprescindível para a democratização da sociedade. No entanto, ao lutar em conjunto com os trabalhadores por autonomia, o PMDB não deveria almejar se tornar um partido de trabalhadores, mas sim refletir a vontade política desse setor da sociedade de forma conectada com a de outros setores, dentre os quais se localizam especialmente a classe média assalariada, por vezes mal definida como pequena-burguesia (CARDOSO, 1981b, p.28). Se Cardoso afirmara anteriormente a necessidade de se colocar ao lado da pequena e da média empresa (a pequena burguesia propriamente dita), na mesma reunião ele dizia que o foco deveria ser mesmo nas camadas assalariadas dos setores médios, como profissionais liberais em geral – médicos, professores, bancários, etc. Historicamente esses setores eram, no Brasil, mais próximos das elites, mas pelas situações peculiares da sociedade contemporânea, isso havia mudado de sentido e eles haviam se tornado centrais.

Neste sentido, Cardoso afirmava para seus pares no PMDB que não havia motivo algum para ficar acanhado ou ter vergonha com a proposta de ser um partido também das classes médias, um partido com uma proposta política que unificasse esses setores com os trabalhadores e se antecipava às prováveis críticas vindas de setores ‘pseudo-revolucionários’ ou obreiristas. A base social de um país complexo como o Brasil é muito

mais complicada do que apenas a classe trabalhadora, e o desafio de unificar os interesses dos trabalhadores com os das classes médias era condição necessária para a transformação do país, mesmo que em determinadas fases históricas esse processo fosse encabeçado por um ou outro desses segmentos (id.ibid.). Para ele, além de todos os setores citados, o PMDB também deveria ser sensível à presença da massa de marginalizados, do setor não formal, que é enorme e difusa no Brasil: esses setores que não são organizados e que terão dificuldades de estar dentro do partido teriam que de alguma forma também ser parte central das preocupações de transformação do PMDB (id.ibid.).

Em síntese, o partido político necessário para o Brasil deveria ser uma mistura de partido-ônibus com partido ideológico, e ser capaz de aglutinar interesses das camadas médias (e inclusive de alguns setores do capital, esmagados pelo grande capital monopolista) e das classes trabalhadoras. Essa era sua diferença fundamental com os setores que optaram por fundar e construir o PT: Cardoso não acreditava em um partido estritamente classista para um país como o Brasil naquele momento. Ele admite que em algumas fases históricas esse processo pode ser encabeçado mais por um desses setores do que por outros, mas não explicita que setores, naquele momento, deveriam ser os protagonistas do processo de transformação e democratização que o Brasil precisava. Se a resposta não está explícita na sua obra até ali, a prática política de Cardoso naquele momento e nos primeiros anos como Senador nos oferece uma hipótese que parece bastante robusta. Se Cardoso não era, como querem alguns de seus críticos extemporâneos, um representante de uma fração da burguesia, defendia decididamente naquele momento uma política e sobretudo um instrumento político que representasse uma estratégia de conciliação de classes. Esse instrumento político deveria ter como eixo principal uma aliança entre setores médios e trabalhadores, eventualmente incluindo setores do capital. Sua prática política nos primeiros anos de Senado dará corpo a uma estratégia fundamentada num protagonismo cada vez maior dos setores médios, em detrimento dos trabalhadores.

“Creo que se requiere una nueva utopía (que en mi caso personal sería socialista) que proponga una nueva organización de la vida concreta e incorpore al Pueblo”, declarava Cardoso (1982b, p.156), no mesmo debate no México em 1981. Contudo, dizia acreditar que se os que produzem conhecimento podem fazer algo para contribuir com isso, mesmo sob o risco de incompreensões e de assumir posições muito heterodoxas, é colocar *os desafios reais presentes* (ibid., p.157). De fato, toda a preocupação teórica de

Cardoso continuava fundamentada na busca pela compreensão dos limites estruturais em que se colocavam esses desafios: quando confrontado com uma crítica sobre ausência das classes populares e das lutas sociais em sua análise naquela palestra, respondeu:

Yo no hice el análisis de la lucha social porque no quería hacerlo. Si uno lee el Capital, primer tomo, no hay nada en él sobre la lucha social, pero absolutamente nada. Porque no siempre se puede volver al punto de partida que es la lucha de los contrarios. Pero yo creo que hay que explicar también esa lucha, porque se da así. Yo quería apuntar hacia algunos elementos estructurales, que muy mediatizados pueden quizás explicar las perspectivas políticas distintas que se producen. Por eso no hablé de las luchas sociales, no por no considerarlas, sino porque yo creo que hay que aclarar ciertas cuestiones antes, porque si no se hace una especie de petición de principio, no se explica nada más que por la lucha. *La lucha se da en un cierto marco. Mi preocupación es justamente qué marco es este* (CARDOSO, 1982b, p.186) [grifos nossos].

A obsessão com esses marcos – ou os limites estruturais – seguia, em princípios dos anos 1980, sendo uma marca constante na produção de Cardoso. Tangencialmente, ele continuava dizendo que seu horizonte utópico era socialista. Caberia perguntar-se, então, quando chegaria o momento de, finalmente, tendo compreendido os marcos, analisar as classes e as lutas populares propriamente ditas, o que para um intelectual que se definia como defensor de uma utopia socialista – ainda que heterodoxa – deveria ser uma preocupação importante.

Voltando à perspectiva de Gramsci (2000, p.17), pensando no papel do moderno Príncipe para compreender e contribuir com a construção de uma vontade nacional-popular, vimos que Cardoso se preocupa muito com “uma análise histórica (econômica) da estrutura social”, mas apenas indiretamente com as “condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular”. Em verdade, esta era compreendida por ele naquele momento como a construção de uma vontade coletiva que partisse de uma fusão de interesses das classes trabalhadoras com os setores médios (com setores pequenos burgueses incluídos), sob protagonismo indefinido. No mesmo debate no México, a advogada e socióloga argentina Haydée Birgin afirmara que alguns anos antes, Cardoso havia dado grande importância às camadas médias para explicar a redemocratização no Brasil, e que a forma como em 1981 assegurava a elas um papel importante na aliança de classes que poderia surgir, praticamente projetava nelas a utopia possível (CARDOSO, 1982b, p.199). O que Birgin intuía é que o protagonismo do processo defendido por Cardoso como sendo o possível para a transformação almejada no Brasil deveria ser exatamente dos setores médios. Na sua resposta, Cardoso enfatiza

que estava certo quando atribuiu às camadas médias – Igreja, Ordem dos Advogados, movimento estudantil, SBPC, etc. – a redemocratização, já que não houve nenhuma greve relevante entre 1968 e 1978, e que quando essas voltaram a ocorrer, no ABC paulista, já se havia conquistado um clima de maior liberdade (ibid., p.200), mas não aprofunda a ideia do protagonismo das classes médias na utopia contemporânea possível.

Uma das características que se destacam em Fernando Henrique e que conseguimos demonstrar até aqui é um apego crescente à realidade concreta, ao “possível”. Se sempre existiu uma tensão entre as potências transformadoras da práxis dos setores subalternos da sociedade e os limites estruturais em que eles atuam, esta tensão foi se resolvendo, na prática, ao longo da trajetória de Cardoso. Como observamos a partir de Michael Löwy (2000b), a consideração da visão de mundo das classes subalternas como privilegiada para a produção de conhecimento objetivo sobre a realidade – e, portanto, para perceber a amplitude do conjunto de possibilidades de transformação existente – é baseada numa *aposta* no papel histórico dessas classes. Essa aposta é, em boa medida, pré-científica, muito mais política do que qualquer outra coisa. Como já discutimos, o fato de ele ter focado sua produção muito mais na análise dos condicionantes e limites estruturais para as mudanças e menos nas possibilidades de alternativas tem a ver com uma debilidade do seu engajamento militante original – que faz com que seu processo de nacionalização do marxismo seja *sui generis* – que por sua vez está relacionada justamente à falta dessa aposta nos setores subalternos.

Não é que Cardoso não reconhecesse nenhum elemento pré-científico ou nenhum pressuposto político em sua análise. Em outros momentos, já se colocou e colocou sua ciência ao lado de setores progressistas ou capazes de encabeçar mudanças. Como vimos, defendendo suas análises sobre a dependência, Cardoso disse que não existia pressuposto de neutralidade científica nelas e que elas se consideram mais verdadeiras porque supunham que ao discernir os agentes históricos capazes de impulsionar um processo de transformação e ao dar-lhes instrumentos teóricos e metodológicos, captariam mais precisamente o sentido do movimento histórico e ajudariam a destruir a ordem de dominação dada (CARDOSO, 1980a, p.101). Há aqui uma conexão de como Fernando Henrique percebe sua própria produção científica com a perspectiva que adotamos – principalmente com Michael Löwy e Gramsci – sobre a sociologia diferencial do conhecimento e sobre as condições para a fusão entre história, filosofia e política. Entretanto, há uma diferença fundamental: Cardoso não tem clareza sobre quais são esses

setores progressistas, e por isso se coloca dentre os que estão sempre “reticentes com relação às alternativas políticas”.

Yo no creo que el mundo cambie en un día, en una fecha “D”. No creo en esto, ni siquiera que esa fecha sea la de una revolución que triunfe en un momento. Es un proceso; ese proceso se acelera, disminuye su paso y va más lento, y en este sentido yo creo que conviene sacar provecho de una mala coyuntura, que es la de la crisis. Si usted me pregunta cuál es la base científica para eso, le contesto, para serle franco, que ninguna; creo que en la política hay un momento en que se apuesta, se juega o no se juega, así es en la lucha. (CARDOSO, 1982b, p.199).

Fernando Henrique faz suas apostas e as tem como pressupostos para pensar e agir politicamente. Mas não são apostas no papel específico de uma classe ou na superioridade desta para compreender a realidade. São apostas nas possibilidades de mudança em meio à crise, mudanças processuais que aparentemente devem ser encabeçadas pelas classes trabalhadoras em conjunto com as classes médias, num *blend* que envolveria também setores do capital. Ele, como já discutimos, era proveniente de uma família de classe média com conexões históricas com a burocracia estatal e tinha construído uma carreira como intelectual universitário ligado a centros de pesquisa nacionais e internacionais. Como Löwy demonstrara na metáfora topológica⁴⁶, havia a possibilidade de que um pintor passasse de um mirante a outro, mudasse de patamar (LÖWY, 2000b, p.212): era possível que alguém de uma classe social pudesse ter a perspectiva de outra, desde se localizasse politicamente com ela. O requisito para adotar a visão das classes subalternas como superior do ponto de vista cognitivo era uma aposta em seu papel histórico de transformação da realidade e essa aposta, que levaria ao engajamento político ao lado desses setores, definitivamente, nunca esteve presente no pensamento de Cardoso.

Por outro lado, ele estivera conectado politicamente com setores da sociedade civil – especialmente o novo sindicalismo e a Igreja – que emergiram na luta contra a ditadura e que, embora em diversos momentos tenham pendido para a radicalidade, pareciam se distanciar dela a partir de fins dos anos 1970 e início dos 1980 ou sofreram derrotas importantes. A partir de 1978, com o papado de João Paulo II, os setores progressistas da Igreja no Brasil passariam a ser perseguidos: os mais radicais se ‘refugiariam’ no projeto petista e lutariam contra a orientação central da Igreja, mas as condições para o progressismo católico piorariam muito no país (Cf. DELLA CAVA, 1988). Por sua parte,

⁴⁶ Ver o capítulo 1 deste trabalho, p.35.

o movimento operário também teria divisões e dificuldades. Em abril de 1980, depois das falhas nas tentativas de Delfim Netto de resolver a crise econômica e da insuficiência da proposta de reajuste salarial feita pelo Ministro do Trabalho, explodiria uma nova greve no ABC (SKIDMORE, 1988, p.57). Nesse contexto, Cardoso se coloca ao lado dos trabalhadores, critica os empresários e destaca que a greve transcendia sua pauta salarial concreta para se tornar um lugar de solidariedade geral entre Igreja, intelectuais, deputados e a classe operária (Cf. CARDOSO, 1980d; id., 1980e). Entretanto, a greve não tem vitórias concretas e é derrotada politicamente, o que mostraria alguns sinais dos limites do novo sindicalismo (SKIDMORE, 1988, p.58). Como demonstra Keck (1988, p.431), havia uma divisão no movimento operário quanto a estratégias políticas, com um setor mais propenso a negociações, e outro – a CUT, que construiria com outros setores o PT – mais combativo. Conforme demonstramos, Cardoso se distanciou do projeto petista e, conseqüentemente, desse setor da classe trabalhadora e de boa parte do que restava da Igreja progressista.

Neste sentido, além da falta de aposta original e de engajamento político anterior ao lado dos setores populares, no momento em que esse encontro existiu, a conjuntura brasileira era pouco favorável para a radicalização, e as opções políticas levaram Fernando Henrique a distanciar-se novamente desses setores, dos quais ele estivera próximo alguns anos antes. O ambiente no qual Cardoso se localizava na oposição era de moderação. Com o fracasso na greve de 1980 e a adesão de setores empresariais à ideia da democratização (Cf. SKIDMORE, 1988, p.68), o receio constante dos retrocessos e o pragmatismo na busca de aliados o levavam à moderação política cada vez mais nítida. Não se trata, portanto, de um “problema de origem”, que teria determinado todo seu curso político. A falta de aposta, que levou ao que chamamos de nacionalização do marxismo *sui generis*, só auxilia a compreensão de sua trajetória se cotejada com o contexto social e político no qual ele esteve inserido: se ela influenciou suas escolhas, só pode ser compreendida na imbricação entre teoria e prática inserida em determinadas conjunturas. Essa imbricação criou as condições para as opções políticas de Cardoso.

Nesse emaranhado de questões que envolvem características do próprio Fernando Henrique e elementos importantes da conjuntura política nacional – e internacional – está a raiz da “reticência” com relação às alternativas políticas. Em *As Surpresas do Desenvolvimento*, texto de 1980, ele argumenta que os resultados do desenvolvimento dependente e associado tinham trazido surpresas e aberto novas possibilidades de

mudanças: não tinham nem confirmado as previsões dos catastrofistas e nem as dos defensores da ordem, o desenvolvimento efetivamente trouxera mudanças estruturais, embora não tivesse resolvido o problema das maiorias sociais (CARDOSO, 1983c, p.83). O grande problema estrutural dos países de desenvolvimento dependente e associado seria o de repetirem com atraso e em condições históricas diferentes as bases materiais da industrialização dos países centrais, o que gera dependência tecnológica; e da consequente importação e endividamento nos momentos de crise. Nesse contexto, Fernando Henrique via uma “carência de opções no sentido de transformações mais radicais nos países que, embora dependentes, lançam-se pela via da industrialização-associada” (ibid., p.87).

A situação estrutural havia mudado e as alternativas políticas ainda não haviam emergido para Cardoso. Em um cenário que certamente não repetiria as certezas do passado e no qual as alternativas de desenvolvimento ainda não eram nítidas, a reticência de Cardoso quanto às alternativas não poderia ser mais clara: para ele, o que caberia aos intelectuais era “ao menos não consolidar crenças que já não têm base, para permitir que a linha de fuga do horizonte abra perspectivas mais generosas aos povos do mundo subdesenvolvido e dependente” (CARDOSO, 1983c, p.88). Diversos textos deste momento deixam uma impressão de que Cardoso não encontrava muito o que propor do ponto de vista mais estrutural, parecia estar esperando pelo surgimento de alternativas, e enquanto isso negava as alternativas existentes, por serem desconectadas das mudanças do mundo, atrasadas, equivocadas, etc. As discussões que ele tenta travar sobre outro desenvolvimento possível estão nesse bojo de busca por alternativas sem muito sucesso. Ele chega a reconhecer isso em vários momentos, e a compilação de textos publicada em *As Ideias e Seu Lugar* demonstra essa lacuna, principalmente em *O desenvolvimento na Berlinda* (CARDOSO, 1980c).

Para o Brasil, Cardoso argumentava politicamente que primeiro era necessário conseguir a liberdade para depois poder debater e efetivamente construir um modelo – ou um estilo – de desenvolvimento que proporcionasse mais igualdade. Ele parecia manter aberta a possibilidade futura de algo distinto da dependência associada, mas sem saber bem o que seria. Não era uma revolução socialista, mas tampouco eram as coisas como estavam. Ele tinha as respostas políticas imediatas – a busca pela democratização – e depositava no sucesso da democratização substantiva as possibilidades do surgimento de

alternativas futuras, que vez por outra seguia afirmando sem muito aprofundamento que, para ele, poderiam ser socialistas.

Mesmo com todas as mudanças estruturais no capitalismo internacional, a discussão democrática continuava, para ele, totalmente atual, e a própria ideia de democracia teria se atualizado com as transformações das sociedades latino-americanas. Ele demonstra que o fato de a empresa monopólica ou oligopólica multinacional dominar a economia e ter concorrência de empresas estatais, do Estado ter papel importante e ativo na economia, gera um cenário em que a ideia liberal de livre iniciativa não passa de retórica: a sociedade se dinamiza, a desigualdade se atualiza e gera-se uma aceleração do tempo histórico, atraso e modernidade convivem mutuamente, e uma nova democracia, diferente da dos moldes liberais, precisa ser defendida. O máximo que ele conseguia falar sobre a base social desse processo era que aquelas transformações sociais (já discutidas aqui, relacionadas à proletarianização da pequena burguesia, aos interesses comuns de uma massa de assalariados, etc.) gerariam o sujeito político dessa nova democracia (democracia essa que pode ser social “e tomara que socialista”): a aliança das classes trabalhadoras e das classes médias assalariadas (CARDOSO, 1981c, p.32).

Para pensar as alternativas de superação da situação de dependência e de profunda concentração de renda, Cardoso afirma preferir não se ocupar das possibilidades revolucionárias, por não acreditar que elas sejam pertinentes ao Brasil, nem da continuidade da lógica de desenvolvimento vigente naquele momento, porque já sabia onde aquilo ia dar. Apesar disso, achava importante criticar uma terceira alternativa que estava emergindo e que poderia gerar ilusões: uma espécie de reação societária, de aposta na sociedade civil que voltava à ideia de comunidade substituindo agora o indivíduo burguês pelo movimento social, e que tinha como principal risco perder de vista a disputa do Estado e, ao ser obrigada a interagir diretamente com ele nas demandas concretas, terminar legitimando o autoritarismo e a burocratização (CARDOSO, 1982d, p.23). Em contraposição a tudo isso, a reação moderna e consistente, que abriria novas alternativas para a década de 1980, seria a democratização do Estado, não sua negação “em nome da boa sociedade”, com o reforço dos aspectos de planejamento democrático e do caráter público, mais do que estatal, de suas agências sociais (ibid., p.25). Dessa democratização dependeria todo o resto possível, num futuro indeterminado.

Assim como no final dos anos 1960 e início dos 1970, mesmo com as mudanças estruturais pelas quais o capitalismo tinha passado (e talvez ainda mais por causa delas), Cardoso estava munido principalmente de um projeto democratizante que criasse condições para uma distribuição de renda mais justa no país. O PMDB, que para ele deveria se colocar ao lado dos trabalhadores, dos setores médios e dos setores do capital que eram esmagados pelo modelo de desenvolvimento vigente, concretamente precisava propor o controle democrático do Estado, exigindo controle direto da opinião popular sobre o PIS, PASEP, dos fundos de saúde, etc. (CARDOSO, 1981b, p.31). As pautas concretas defendidas por ele naquele contexto – relacionadas sobretudo à democratização, tendo o adendo do aspecto “substantivo” que incluía maior justiça social – somadas à falta de aposta nas classes trabalhadoras aumentavam as pistas sobre quais setores, na aliança entre classes trabalhadoras e setores médios assalariados, seriam os protagonistas, as forças mais capazes de mudar as coisas.

Em 1978, Fernando Henrique Cardoso foi o candidato da classe trabalhadora organizada brasileira para as eleições para o Senado. Naquele momento, mesmo com toda a moderação política, sua trajetória se cruzou organicamente com a do setor mais organizado e dinâmico da classe trabalhadora brasileira: ele não era um representante nem um ideólogo da burguesia. Durante a convergência de crises que marcou todo esse período e o início do processo de transição política no Brasil, a fusão consciente entre teoria e prática fez com que Cardoso fosse, naquele momento, *um representante daquilo que ele efetivamente almejava expressar: uma síntese reformista entre os setores médios e as classes trabalhadoras.*

Entretanto, com uma militância cada vez mais orgânica no MDB e um estreitamento paulatino de horizontes políticos, esses caminhos se separaram: na transformação do movimento trabalhista em projeto partidário, Fernando Henrique ficou de fora. As formulações teóricas de Cardoso sobre a sociedade brasileira de fins dos anos 1970 e princípios dos 1980, somadas à sua prática política anterior, ao contexto político em que se encontrava o processo de transição no país e à sua falta de aposta – fosse originária ou por opção política – nas classes trabalhadoras o levaram a defender como instrumento político de transformação um partido que tivesse protagonismo dos setores

médios, ainda que devesse encampar pautas das classes trabalhadoras e de pequenos setores do capital.

O surgimento do PT, principal instrumento político da classe trabalhadora brasileira a partir da década de 1980, foi um *elemento político central na consolidação do deslocamento de Cardoso em direção oposta à da classe trabalhadora organizada*. Ainda que sua falta de aposta nas classes trabalhadoras o impedisse de vislumbrar alternativas mais radicais, até 1978 não o impedira de defender as pautas concretas desses setores e representá-los numa candidatura. *Com o surgimento do PT, no início de 1980, o projeto de partido e de método político defendidos por Cardoso ganhavam um adversário político – não apenas intelectual – de peso*, e isso seria, nos momentos decisivos, importante para determinar as opções políticas de Cardoso nos anos seguintes.

Até aqui, nosso caminho argumentativo tendeu a mostrar que a aposta política de Fernando Henrique no início dos anos 1980 fazia era nos setores médios. Esse era inclusive, por suas origens de classe e opções políticas, o único “lugar” a partir do qual ele se via capaz de intervir decisiva e organicamente e, portanto, era a partir daí que ele percebia sua capacidade de contribuir com a transformação da situação brasileira. A partir de 1983, Cardoso assume a cadeira no Senado Federal, e passa a ter uma atuação política cada vez mais importante. Nessa atuação entre 1983 e 1984, a opção prioritária pelas mudanças graduais e construídas a partir da institucionalidade, conduzida pelos setores médios, fica cada vez mais nítida.

3.3. Senado: o possível, dentro da ordem. (1983-1984)

Sem dúvidas, o ano de 1983 é um marco para nossas preocupações nessa pesquisa. É neste momento que se consolida a prática política de Fernando Henrique Cardoso como uma dimensão prioritária de sua existência. Primeiro porque é o ano em que ele assume a cadeira de Senador da República pelo estado de São Paulo, como suplente de Franco Montoro, que assumira o posto de Governador do Estado. O intelectual estava assumindo um cargo público no Brasil pela primeira vez, e não deixaria este lugar pelas duas décadas seguintes, tendo cada vez mais protagonismo político no país. Exerceu o primeiro mandato de Senador entre 1983 a 1987, tendo sido reeleito e ficado até 1992, quando assume o Ministério de Relações Exteriores do governo de Itamar Franco, e posteriormente o Ministério da Fazenda do mesmo presidente, em 1993. Aí, a partir da construção de um plano bem-sucedido de recuperação econômica no país, consolidou as

credenciais para candidatar-se à Presidência da República no ano seguinte e se tornar Presidente por dois mandatos, de 1995 a 2002.

Além de assumir a cadeira de Senador, o que por si só demandava uma prática de atuação política mais direta, Cardoso assumiu a presidência do diretório estadual do PMDB-SP em junho de 1983. Tudo isso intensificou ainda mais sua participação como parte da “opinião pública” nacional, através de artigos na imprensa, participação em programas de rádio e TV, etc. Se compararmos suas intervenções na imprensa nos anos anteriores com as de 1983, o salto é grande. Se entre 1975 e 1980 a média era de 11, 12 artigos publicados na imprensa por ano, em 1981 esse número passa para 43, em 1982 fica em 40 e em 1983 e 1984 sobe para 62 e 65, respectivamente. É mais de um artigo publicado na imprensa escrita por semana.

Alvaro Bianchi (2010), afirma que a corrente intelectual proveniente do Seminário d’O Capital, da qual Cardoso fazia parte, passou a agonizar lentamente a partir dos anos 1970, na medida em que seus expoentes foram ascendendo a posições de poder: “os compromissos com a política cotidiana se fizeram cada vez mais intensos arrefecendo o impulso crítico que havia sido exibido anteriormente” (BIANCHI, 2010, p.198). No entanto, mesmo no momento em que ele começa a assumir posições políticas cada vez mais importante, em meados dos anos 1970 e principalmente a partir de 1983, ele continua desenvolvendo uma interpretação do que era o Brasil e da América Latina, ainda de que de forma muito menos sistemática do que nos anos 1960 e princípios dos 1970, e das peculiaridades e oportunidades abertas pelo cenário internacional do capitalismo mundial. E mesmo que ela seja influenciada por sua prática política, continua também o orientando politicamente, numa relação complexa e dialética, talvez – e aqui Bianchi pode ter razão, sem o mesmo impulso crítico. Neste sentido, se o “grosso” de sua interpretação sobre o Brasil e o mundo havia sido desenvolvido nos anos anteriores, com as formulações sobre a dependência e a consequente discussão sobre o autoritarismo brasileiro, isso não significa que ela não tenha sido desenvolvida pelo menos no sentido de construção de novas hipóteses, e principalmente ‘atualizada’ nos anos em que sua atuação política se intensifica.

À medida que a transição democrática vai avançando, com o fortalecimento de partidos e instituições políticas, a possibilidade de os intelectuais seguirem vivendo o cenário anterior, uma problemática de *intelligentsia*, vai sendo questionada pela nova realidade (Cf. LAHUERTA, 2001; SORJ, 2001). Segundo Lahuerta (id.,p.90), a

diferenciação das camadas cultas e a perda de prestígio de suas elites tradicionais, a ruptura da lógica política unitária face ao imperativo corporativo, o aumento da profissionalização e da competição da atividade política e a crise das referências políticas que possibilitavam a definição de uma identidade comum nos intelectuais colocou em xeque o cenário anterior. Sorj (id., p.79) demonstra como a organização do PT e a atuação dos intelectuais no seio do PMDB e dos sindicatos vai esvaziando a universidade como centro de atuação e debate ideológico. Nesse contexto se dá a profissionalização de Cardoso na política, especialmente a partir de 1983.

Do ponto de vista mais geral, o ano de 1982 marcaria o início da crise da dívida dos países latino-americanos, especialmente a partir da moratória mexicana, em agosto e no caso do Brasil do chamado “setembro negro”, em que o país precisou de 3 bilhões de dólares em empréstimos para fechar seu balanço (Cf. GARCÍA BERNAL, 1991; CERQUEIRA, 1997). Para se ter uma ideia da dimensão da crise em termos mundiais, vale a pena citar um trecho de Eric Hobsbawm:

Houve um momento de verdadeiro pânico no início da década de 1980, quando, começando com o México, os grandes devedores latino-americanos não mais puderam pagar, e o sistema bancário ocidental esteve à beira do colapso, pois vários dos maiores bancos tinham emprestado seu dinheiro com tal volúpia na década de 1970 (quando os petrodólares entravam a rodo, clamando por investimento) que agora ficariam tecnicamente na bancarrota. Por sorte para a economia dos países ricos, os três gigantes latinos da dívida não agiram em conjunto, fizeram-se acordos separados para programar as dívidas, e os bancos, apoiados por governos e agências internacionais, tiveram tempo de ir cancelando contabilmente, aos poucos, os bens perdidos e mantendo a solvência técnica. A crise da dívida continuou, mas não era mais potencialmente fatal. Esse foi provavelmente o momento mais perigoso para a economia mundial capitalista desde 1929 (HOBSBAWM, 2003, p.412).

A partir daí, a dívida externa passaria a ser parte fundamental da definição de rumos da política econômica brasileira. Nas eleições de 1982, ocorridas em novembro, o governo tentara manter o tema da dívida fora da agenda, enquanto o Ministro Delfim Netto negociava diretamente com o FMI as condições necessárias para que o Brasil pagasse (SKIDMORE, 1988, p.63). Como veremos, a crise da dívida teria tal dimensão que alteraria por muitos anos o paradigma de desenvolvimento dos países latino-americanos, de uma economia mais orientada a partir da intervenção estatal para uma mais orientada às políticas neoliberais (Cf. KAY, 1998, p.2).

As eleições de 1982 foram decisivas para a continuidade do processo de abertura política no Brasil (CF. LAMOUNIER, 1988; SKIDMORE, 1988, GASPARI, 2017c). O

governo, em seu projeto de manter o poder até 1991, preservou maioria no Colégio Eleitoral e manteve-se próximo da maioria geral no Congresso, mas pela primeira vez em dezoito anos, governadores de oposição assumiriam a administração de dez estados, entre eles São Paulo (com Montoro, que possibilitara a ascensão do suplente Fernando Henrique ao Senado), Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro: como demonstra Gaspari (2017c, l.69978), essa novidade mexia com as estruturas do poder.

Era nesse cenário que em março de 1983, já como Senador, em palestra proferida na Conferência “Democratizing Brazil”, em Yale⁴⁷, Cardoso começava defendendo suas teses antigas, afirmando que o modelo de desenvolvimento dependente e associado não havia gerado estagnação, mas sim a abertura – com contradições, é verdade – de um elenco de possibilidades políticas que resultaram no fim das contas no enfraquecimento do autoritarismo. Para ele, o desafio teórico do momento era explicar as condições em que esse processo se deu e principalmente justificar uma posição democrática nesses países “marcados pela heterogeneidade (estrutural, no dizer de muitos) inter e intraclasses, pela permanência de bolsões de pobreza e pelas desigualdades” (CARDOSO, 1988a, p.38). O desenvolvimento dependente e associado não gerou simplesmente uma nova dualidade, e os dados mostravam que: 1) aumentou a massa de trabalhadores do setor secundário; 2) a industrialização concentrou-se espacialmente, mas também criou manchas industriais no nordeste em menor proporção no norte do país; 3) a forma adotada pela acumulação não reproduziu um modelo “prussiano” de concentração do investimento na indústria de base e nem o modelo “fordista”: é o desenvolvimento baseado na combinação da industrialização invertida, que começa pelos produtos finais, com a forma de industrialização que absorve realmente o progresso técnico e abre investimentos em setores de bens de capital e em escala menor nos setores de “ponta” da segunda linha da fronteira tecnológica; tudo isso num contexto de: 4) reação em cadeia entre investimentos na indústria e no setor de serviços; 5) avanço maior do setor terciário moderno e ligado à indústria do que do “não moderno”; 6) capitalização da agricultura, mudando a estrutura agrária; 7) houve mudanças nos níveis de pobreza e na distribuição de renda, não no sentido de aumentar a igualdade, mas aumentar o piso de

⁴⁷ Essa conferência, intitulada Dependência e Democracia, deu origem ao artigo que aqui utilizamos como referência, publicado em 1988 no livro “Da distensão à abertura – as eleições de 1982”, organizado por David Fleischer (1988). Além disso, o mesmo texto foi publicado com o título “Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática”, na famosa coletânea organizada por Alfred Stepan, chamada “Democratizando o Brasil”.

renda; 8) tudo isso baseado em investimento estrangeiro e financiamento internacional, que com a recessão mundial geram a dependência da dívida externa para sustentar a atividade econômica local; 9) e, apesar desse vínculo dependente, o mercado interno absorveu o grosso da atividade produtiva (ibid., p.40).

A sociedade formada por esse tipo de desenvolvimento seria uma mistura de sociedade de massas moderna com a sociedade que havia sido interpretada como “dual”: o Brasil seria uma espécie de síntese incompleta, uma cópia original, na qual a relação entre Estado e sociedade civil se dá de forma diferente dos modelos clássicos conhecidos e, portanto, não cabe nos modelos teóricos mais consolidados (ibid., p.42). Ele continua a análise mostrando que o proletariado não se generaliza por seu número, os trabalhadores rurais não tendem a avançar como mancha de óleo, o setor informal cresce e dá dinamismo à economia, a pequena burguesia e as profissões liberais se tornaram assalariadas. Além disso, continua afirmando que o empresariado estatal constitui uma camada significativa da classe dominante, a burguesia nacional busca seus interesses entre as multinacionais e o Estado, e o grande capital estrangeiro aparece socialmente como burocracia internacionalizada de administradores profissionais, com forte presença estrutural (ibid., p.43).

Do ponto de vista político, sua tese nessa conferência era que todo esse cenário fez com que expectativas fossem rompidas e surgisse o “inesperado” – a democratização – quando dez anos antes muitos não viam muitas perspectivas de como o autoritarismo terminaria. Várias hipóteses tentavam explicar porque a democracia estava chegando: a primeira era baseada na ideia do fosso entre a sociedade civil e o Estado, em que da primeira teria brotado a democracia em contraposição ao segundo; no polo politicamente contrário, mas partindo do mesmo pressuposto do “fosso”, os defensores do regime diziam que a democracia havia partido do próprio Estado; haveria também uma versão mais radical da primeira hipótese que dizia que a democratização surgiria de apenas alguns setores organizados da sociedade civil autônoma, deixando inclusive os partidos de fora (ibid., p.46). A primeira dessas hipóteses, que apontava a dinamização da sociedade civil, seria “liberal democrata”, a segunda que enfatizava a força do estado seria “liberal conservadora estatizante”, e a terceira, que via uma democratização via sociedade civil, mas à força, seria “democrata basista” ou “autonomista”. Ainda haveria a visão socialista clássica que oscilava entre esses polos.

Em um país assim, a ideia democrática não é justificada prioritariamente na noção de cidadão proprietário ou a partir do individualismo possessivo. A atitude democrática no Brasil acaba se justificando muito mais na coletividade dos movimentos, no “nós” do que na representatividade democrática, embora considerada importante, não parece suficiente.

Sem que exista a transparência da informação e do processo de tomada de decisão na empresa (privada ou do Estado) e na burocracia (*idem, ibidem*), e sem que existam mecanismos de participação e de controle envolvendo tanto os partidos quanto, de modo direto, os públicos interessados, o processo de democratização torna-se capenga e encontra pouca receptividade numa sociedade na qual o “privado” e sentido estrito, é débil diante do interesse organizado, corporativo e estatal.

Não creio que essas ideias, de modo rigoroso, sejam “novas”. Mas a combinação delas e especialmente sua difusão no Brasil são, de fato, novas. Eu não diria que a redemocratização, com as características que começam a insinuar-se, pudesse ocorrer sem que houvesse, ao mesmo tempo, um choque entre o Brasil que se urbaniza e se industrializa e o arcaico conjunto de práticas e noções geradas pelo Estado autoritário (CARDOSO, 1988a, p.58).

O novo do processo seriam os efeitos não esperados do desenvolvimento dependente e associado, que teriam gerado condições para uma democratização à brasileira. Aqui, Fernando Henrique debita a possibilidade dessa democratização a um choque entre o Brasil que se “modernizou” e o Brasil arcaico. Como veremos mais à frente, essa dicotomia “moderno x arcaico”, da qual Cardoso tentara fugir antes, passará a ser importante politicamente nos anos vindouros de sua trajetória. Com efeito, há nesse texto, como demonstra Lahuerta (2001, p.78), uma crítica à idealização dos movimentos sociais e da sociedade civil, enquanto na mesma conferência Weffort apostava todas as suas fichas na organização autônoma dos trabalhadores (Cf. WEFFORT, 1988).

Tentando aprofundar a explicação da emergência desse “inesperado” e dessas características mais particulares da luta democrática no Brasil (e em outros países da América Latina), em conferência em Paris em junho de 1984, intitulada *A democracia na América Latina*, Cardoso afirma que a tese defendida por O’Donnel e Schmitter⁴⁸ (1986) de que as democratizações ocorreriam de forma pacífica e negociada e por dentro do regime era apenas parcialmente correta: as pressões de dentro do regime encontram eco

⁴⁸ Como demonstra Bernardo Ricupero (2014), quando O’Donnel formula a teoria dos Estados Burocrático Autoritários nos anos 1960 e 1970, está preocupado com suas determinações estruturais. Entretanto, quando analisa as transições para a democracia – e seu livro com Schmitter é a maior expressão disso – passa a uma abordagem mais focada na agência, sobretudo destacando a ação dos agentes de dentro dos regimes no sentido da liberalização (e eventualmente da posterior democratização) da sociedade.

decisivo na sociedade que está fora dele, e isso também determinara o processo de democratização dos países latino-americanos (CARDOSO, 1984a, p.15). A expansão da democracia na América Latina contou decisivamente com a ação de grupos e pessoas ligados ao que se convencionou chamar, numa utilização imprecisa do conceito, de ‘sociedade civil’, que faria alusão a tudo o que não está dentro dos regimes militares, sem nenhuma caracterização mais precisa. Mesmo reconhecendo os exageros existentes na atribuição de importância à “sociedade civil”, Cardoso afirma que o fato é que houve uma espécie de “invenção de atores” nos países em que se diminuiu a influência do autoritarismo: num primeiro momento as entidades de resistência, como Comissões de Justiça e Paz da Igreja, Mães dos Desaparecidos, Comitês de Anistia; depois – e esse segundo processo é particular da América Latina – se criaram instâncias reivindicativas, canais de negociação entre a sociedade e o regime, e mesmo lideranças a partir de círculos pequenos de pessoas, mas capazes de gerar fatos novos e ter bastante influência, dadas as características da sociedade de massa contemporânea (CARDOSO, 1984a, p.16). Como exemplo, ele afirma que no Brasil, ainda nos anos anteriores à distensão, a reunião anual da SBPC passou a ter importância política cada vez maior, pelos posicionamentos pró-democracia de renomados cientistas, que eram amplamente divulgados e agitados pelos meios de comunicação de massa (id.ibid).

Fernando Henrique dá bastante importância à atuação dos meios de comunicação e da imprensa para dar maior nitidez à reivindicação democrática e social. Primeiro, os meios teriam dado espaço e “politizado” os empresários, depois, com o surgimento do movimento operário independente do Estado, também teriam potencializado as reivindicações dos trabalhadores (id.ibid.). O que chama a atenção de Cardoso, outra novidade do processo, é o ressurgimento da política “fora dos tentáculos do estado – ao nível da sociedade – mas por mecanismos próprios das ‘sociedades de massa’”, sempre com um viés quase publicitário e que pode ser consumido pelo grande público (ibid., p.17).

Os sindicatos no Brasil se organizaram, fizeram trabalho de base, engajaram advogados, criaram jornais, forjaram lideranças e lutaram pelos direitos de suas categorias ainda durante a ditadura, e quando começa a liberalização, as greves emergem de forma bem organizada e firmadas em lideranças construídas no período anterior à liberalização.

Mas viu-se, mais ainda, o mesmo processo de fusão entre os aspectos reivindicantes, a vontade democrática e o estilo “mass-consumption” da sociedade da propaganda: Lula – líder metalúrgico do novo sindicalismo – foi capa de revista entre 1979 e 1982, em maior proporção do que qualquer outro líder, em qualquer outra época, da história do Brasil (CARDOSO, 1984a, p.18).

Esse movimento de pinça que aglutina a reivindicação legítima das bases sociais à criação de um produto de mercado seria um aspecto novo da política de massas, claramente percebido no Brasil. Ainda que vários setores se assustassem, com parcela de razão, com as possibilidades de que essa forma de fazer a luta democrática estiole “o conflito social e corte o ímpeto a transformações mais profundas”; e que tudo possa virar manipulação, esta era a forma concreta pela qual se dava a mobilização nas sociedades de massas, e pela qual se poderia rearticular a política de massas (id.ibid.).

Da perspectiva de Cardoso, há mais dois fenômenos importantes gerados nessa nova forma de sociedade advinda do modelo de desenvolvimento dependente e associado. Primeiro, a segmentação social aumenta. Como o desenvolvimento “chega” mais em umas partes que em outras, cresce a heterogeneidade estrutural no interior das classes: as diferenças entre um trabalhador do ABC e um trabalhador boia fria do Nordeste é gritante. Entretanto, com a difusão dos meios de comunicação de massa – rádio e TV – toda essa heterogeneidade tem contato com o mesmo tipo de “abundância” publicitária, que demonstra os produtos do “progresso”, do desenvolvimento, etc., que acabam sendo almejados por todos – e isso vale também para os setores médios. Mesmo que sejam mais publicidade do que realidade, simbolizam um novo tipo de horizonte humano e cultural (CARDOSO, 1984a). O segundo fenômeno está diretamente relacionado com o primeiro: numa sociedade segmentada e ao mesmo tempo permeada por uma expectativa de algo bem melhor na vida, as reivindicações se apoiam mais na parte que no todo, conta mais a categoria profissional do que a classe, a vizinhança ou o bairro do que o município, o líder local mais que o nacional, a paróquia mais que o partido, etc. (id.ibid.). Esse espírito de comunidade – com relação direta entre lideranças e base – e a atuação como ‘movimento social’ são características importantes que emergem cada vez mais no processo reivindicante.

Nesse contexto de aparente ‘enfraquecimento’ da ideia de partido e com essa nova configuração social que emerge a partir das consequências do desenvolvimento dependente e associado se encaixa a ideia defendida por Cardoso de partido-frente, de partidos que juntem setores heterogêneos, mas ao mesmo tempo – dada a desigualdade

social que permanece e precisa ser enfrentada – tenham núcleos ideológicos. Os partidos podem e devem continuar cumprindo um papel fundamental, porque a espontaneidade não é suficiente, mas por conta dessas mudanças eles precisariam transformar-se para poder atuar.

Da mesma maneira, o Estado não deixa de ser importante. Em outro texto de 1984, ele argumenta que não há uma crise propriamente do Estado, porque mesmo onde a sociedade civil se levantou ‘contra’ ele, como no Brasil, as reivindicações e demandas acabam se direcionando ao Estado, que neste sentido até ganha legitimidade, mesmo com o regime e o governo não sendo legítimos: o que estaria acontecendo na América Latina com o processo de democratização não deveria ser confundido com uma transformação fundamental do Estado, mas sim do regime político (CARDOSO, 1984b, p.26). A internacionalização dos mercados e a atuação do Estado também como produtor – dois processos que haviam se consolidado nos anos 1970 – faziam com que a separação entre sociedade civil e Estado fosse praticamente impossível na realidade. Neste sentido, um desafio colocado para o Estado na perspectiva de avançar a democratização era o de incorporar o ‘popular’ em suas esferas, naquelas condições estruturais dadas pelo modelo de desenvolvimento adotado até ali. Vimos que o Estado era visto por Cardoso como um espaço contraditório, no qual existiam as mesmas disputas que existiam no âmbito da sociedade: ele buscava incorporar o que chamava de uma análise dialética do Estado, e a consequência política disso era aquela defesa da *transformação do estatal em público*. (ibid., p.35).

Um dos principais desafios para um país que havia caminhado aos trancos e barrancos rumo a um processo de abertura do regime democrático nas condições do desenvolvimento dependente e associado era construir uma institucionalidade democrática capaz de gerar mecanismos de controle da burocracia e do corporativismo, tão fortes em nossa sociedade e tão criticados pela ‘sociedade civil’. No contexto dessa constatação, Cardoso afirma explicitamente que Weber acertou ao apontar a burocracia como o que viria a se tornar o inimigo principal com o desenvolvimento do capitalismo:

Fue Weber quien se dio cuenta de que el crecimiento del capitalismo tendría como sub-producto una cosa mucho más terrible que el patrón, que es la burocracia, que es el burócrata que se transforma en patrón y que impide, muchas veces, que se puede tener como blanco directo a quien manda: pues la burocracia, por definición, manda sin faz, sin cara. Y no habrá avance democrático real, efectivo, en una situación en la cual, como dije, el Estado se afiance, si a la par no se hace la crítica de ese mismo Estado bajo su cara burocrática, si a la par no se demuestra que hay que tener una fuerza

antiburocrática que debe también proyectarse sobre los partidos porque también ellos se burocratizan. De alguna manera habrá que buscar los caminos de la constitución de esta fuerza antiburocrática (CARDOSO, 1984b, p.35-36).

No contexto social e político que estava se formando no Brasil, o principal desafio da democratização era, então, o de lutar contra a burocratização, que seria um inimigo inclusive maior do que o “patrão”, o burguês. Se o desafio era esse, o protagonismo do processo talvez estivesse muito mais nos setores da sociedade que se chocam mais com essa burocratização e com o corporativismo do Estado do que com os setores populares, que tinham ainda no patrão o principal antagonista. Ele terminava esse texto de 1984 afirmando que para constituir essa força antiburocrática, partido e movimentos sociais tinham papeis diferentes a cumprir, porém conectados, numa espécie de amálgama meio desordenado em que a balança do protagonismo penderia ora para a espontaneidade, ora para a institucionalidade.

No pós-autoritarismo militar, a democracia se tornara um valor em si nas sociedades latino-americanas, e algumas crenças se consolidaram. A autonomia do social passou a ser reivindicada e o sentimento da desigualdade social levava à defesa de reformas efetivas no sistema produtivo e nas formas de distribuição e apropriação de riqueza, sem as quais nenhuma Constituição ou Estado de Direito eliminariam “o odor de farsa da política democrática” (CARDOSO, 1984a, p.25). Nem o sistema político deveria absorver a dinâmica do social, e nem a “pan-politização” do social seria capaz de reconstruir as instituições. O que estava acontecendo nos países latino-americanos requeria, para ele, uma “releitura de Rousseau e de Montesquieu à luz de um pós-marxismo que não renegue a preeminência do conflito de classes” (ibid., p.26).

As práticas desse processo novo de democratização ainda estavam nascendo e, por isso, faltava quem as teorizasse com profundidade, mas, mais ainda, faltavam passos a serem dados para ver se seria possível realmente falar de uma nova democratização ou se as esperanças morreriam no nascedouro. Cardoso terminava dizendo: “como homem político, mais do que como teórico, faço o que posso para tornar viáveis as esperanças de um novo estilo de democracia. E confio no êxito” (id.ibid.).

Como vimos, ele já havia constatado que a forma de fazer a luta democrática nas sociedades de massas contemporâneas na América Latina, e no Brasil em particular, corria o risco de estiolar “o conflito social e *cortar o ímpeto a transformações mais profundas*”, e que não havia muito como fugir disso (CARDOSO, 1984a, p18). Por outro

lado, entendia que o grande desafio político do momento era construir um partido que forjasse uma aliança entre setores médios (e inclusive pequenos setores do capital) e classes trabalhadoras. Por fim, identificava a burocracia, mais do que os “patrões” como sendo o principal inimigo a ser combatido, embora mantivesse a ideia de que reformas no sistema produtivo e na distribuição de renda eram pilares fundamentais de uma redemocratização substantiva.

Efetivamente, sua atuação “como homem político” foi pautada por esses marcos. Sua falta de aposta nas classes trabalhadoras e sua “reticência” com relação às alternativas políticas faziam com que, mesmo que não deixasse de perceber os conflitos e as classes sociais como fundamentais para compreender a sociedade, atuasse politicamente buscando justamente “estiar” parte desses conflitos, construindo uma aliança a mais ampla possível em torno da pauta da redemocratização e da construção de reformas: pequenos e médios setores do capital (“esmagados pelo capital monopolista”), setores médios (assalariados, pequeno burgueses, etc.) e classes trabalhadoras deveriam atuar juntos, já que parte dos seus interesses apareciam, na sociedade de massas, como em alguma medida convergentes. Cardoso percebia que essa forma de fazer política trazia o risco de impedir avanços mais profundos, mas era para ele a única forma concreta possível de mobilização e de rearticulação de uma política de massas na sociedade contemporânea. Munido dessa interpretação da sociedade brasileira e movido por sua paixão pelo que considerava ser o possível, ele pautou sua atuação nos primeiros anos de Senado Federal.

Ao assumir sua cadeira no Senado, Cardoso via quatro crises em curso no Brasil: primeiro, a crise econômica, cuja face principal era a dívida externa, mas que tinha diversas consequências, dentre elas o desemprego que assolava as massas de trabalhadores e os assalariados de classe média; a crise social, com miséria, fome e violência, com uma situação que eventualmente podia explodir; e as crises de governabilidade, com as divisões na cúpula do poder, e a de legitimidade, que era bastante antiga no Brasil (CARDOSO, 1983e). Em seu discurso de estreia, proferido em 27 de abril de 1983, Fernando Henrique parte da constatação dessas crises para afirmar que há, em contestação a elas, uma vontade constituinte no Brasil, uma vontade de mudança que não tem a ver com o nome que será o sucessor do presidente Figueiredo, mas sim com o conteúdo da política que se implementará no país.

Seu discurso de estreia sistematiza de forma bastante geral o que ele defendia para aquele momento no Brasil (Cf. CARDOSO, 1983f). A primeira grande proposta,

encampada por ele e por toda a oposição brasileira, inclusive como forma de superação de boa parte da convergência de crises que assolava o Brasil, era a democratização efetiva do país, com eleições diretas para presidente da república e o fortalecimento do Congresso Nacional; depois viriam a defesa da diminuição das funções do SNI; a revogação da Lei de Segurança Nacional da forma como ela estava colocada – e servia para perseguições políticas e censura. Mas além disso, havia as defesas no campo da economia: era preciso mudar a forma de negociação com o FMI acerca de nossa dívida externa, não cedendo aos ditames do órgão internacional e tentando construir um modelo de pagamento da dívida que não gerasse recessão e agravamento dos problemas sociais do país; o governo deveria trabalhar com verdade e transparência na forma de lidar com esse problema da dívida; o arrocho salarial não era solução para os problemas econômicos do país nem para a inflação, nem para a geração de empregos, e os juros altos tampouco.

De fato, a dívida externa se tornava central para a discussão sobre os rumos do Brasil, e para a própria oposição. Com a eleição de governadores oposicionistas em 1982, em meio a um cenário de centralização administrativa, os governos precisariam de recursos advindos do governo federal para que suas administrações funcionassem. Porém, em março de 1983 o governo Figueiredo, a partir das negociações de Delfim Netto, já era forçado a subordinar toda a política econômica às exigências da negociação da dívida provenientes do FMI, o que limitava muito as condições de financiamento (SKIDMORE, 1988, p.65). Nesse cenário, as oposições em breve começariam a perder popularidade (id.ibid.)

É interessante notar que, na análise de conjuntura de seu discurso de estreia, ele identifica os setores que mais sofrem com a política econômica do governo nos trabalhadores, que sofrem com a política de arrocho salarial, e também os empresários privados e governos estaduais (CARDOSO, 1983f, p.13). Esses últimos sofrem com os juros elevados, mas também com o que Cardoso chama de privatização e apropriação das empresas públicas por parte da burocracia, e de sua transformação em empresas estatais (ibid., p.14). Do ponto de vista programático, defende ainda que o governo parasse com a sangria que tem tentado fazer no estado de São Paulo como forma de inviabilizar a gestão de Franco Montoro. Um dos pontos mais interessantes do discurso é a forma como ele opta por finalizar sua exposição inicial, apontando para uma negociação nacional como a única solução possível para os problemas.

Não venho aqui vender ilusões. Mas estou convencido que havendo decência de propósitos, reestabelecendo-se a confiança, a própria crise propicia o que todos dizem almejar. Uma grande negociação nacional que, pelas circunstâncias, leva hoje sindicatos e empresa, partidos e Forças Armadas, eleitorado e líderes da opinião a reverem suas diferenças e a terem de ceder, cada qual alguma coisa, para não termos de ceder tudo amanhã, aos estrangeiros, ao poder autoritário, a uma nova maré de preconceitos e privilégios.

Tomara que eu possa, nesta Casa, contribuir junto com tantos outros para que não se perca a fé deste povo brasileiro, sua vontade de persistir lutando e a esperança, de que todos precisamos. É tempo de arriscar. Tentemos, pois, o impossível: que a Democracia almejada e as Reformas Sociais necessárias venham juntas com a mudança nos rumos da economia. E que sejamos nós os políticos os fiadores deste pacto. Pacto feito à luz do sol. Aberto a todos. Confiantes, todos, que saberemos preservar o futuro do país. (CARDOSO, 1983f, p.15).

Ao longo de todo o discurso, ele apela para o nacionalismo e para o sentimento de mudança existente na própria situação. Em vários momentos, tenta dialogar com ela na forma e no conteúdo, e termina sendo bastante elogiado por senadores do governo (esses, mesmo dizendo discordar de vários pontos, elogiam a forma do discurso e sua reflexão) e da oposição nos apartes. Interessante é notar que, para ele, no “tempo de arriscar”, o “tentar o impossível” era apelar para uma grande saída negociada, que buscasse construir condições para a democratização com mudanças econômicas. Aqui não há muito espaço para utopias transformadoras e nem para a busca por caminhos de mudanças mais radicais: Fernando Henrique enxergava seu papel como Senador, como político, como sendo o de buscar construir as articulações necessárias para, a partir da institucionalidade, avançar na democratização do regime e, se possível, na alteração da política econômica do governo. Era análogo ao papel que tinha como intelectual, mas agora por dentro da ordem institucional brasileira.

Em outro discurso importante no Senado e muito repercutido na imprensa, Cardoso (1983g) busca, em 15 de junho de 1983, responder às propostas feitas pelo Senador da base governista Roberto Campos. É uma resposta construída para ser dada em nome do PMDB, que começa dizendo que como o governo estava totalmente sem rumo, era louvável a tentativa de Campos de sistematizar uma proposta de saída econômica para o país, embora a proposta apresentada fosse ruim. Basicamente, reafirma suas teses do discurso de estreia, de textos anteriores e de toda sua intervenção na imprensa naquele momento: estaríamos chegando ao limite do tecido social com a política econômica adotada pelo governo, não havia mais condições de tolerar as políticas propostas pelo FMI, e neste sentido as propostas “ortodoxas” economicamente de Campos eram retrógradas e penalizavam os mais fracos, obrigando-os a pagarem pela crise. Cardoso

defendia a negociação com o FMI e explicava que a inflação no Brasil não era de demanda – e portanto a redução de salários não era solução – mas sim proveniente do déficit do setor público, da especulação e da “ciranda financeira”, dos juros altos mantidos para obter recursos fora do país e da dívida externa. Por fim, defendia a eleição direta para Presidente da República como forma de reconstruir um pacto social que permitisse a saída da crise.

De fato, as eleições diretas, as críticas à política salarial, à forma e negociação da do pagamento da dívida externa com o FMI e à política econômica do governo em geral dominam os escritos de Fernando Henrique para a imprensa em 1983. Se não é necessário tratar dos mais de 60 textos publicados na imprensa por ele naquele ano, vale trazer alguns mais representativos ou nos quais se destacam elementos interessantes para as reflexões que aqui propomos. Em *O imbróglio* (CARDOSO, 1983h), publicado em 9 de junho na Folha de São Paulo, ele diz que o caos econômico existe é cada vez mais claro: as alternativas apresentadas pelo governo – cortar investimentos públicos, controlar salários, cortar subsídios de mercadorias populares, reajustar taxas de juros – penalizavam trabalhadores assalariados e classes médias. Nada disso tocava na questão central para Cardoso: a especulação financeira sustentada e ativada pelo próprio governo e pelas empresas públicas.

Imagine o leitor as consequências: o déficit do Tesouro aumenta galopantemente para pagar a correção monetária e os juros de papéis que, em enorme proporção, estão nas mãos do próprio setor público. Não é isso o caos? E que culpa têm os assalariados ou os investimentos do setor público desta ciranda financeira? Ou os empresários que se desesperam por manter suas empresas funcionando? É preciso muito descaramento para, nesta situação, falar-se em corretivos enérgicos apenas para o lado dos produtores e da massa popular. Enquanto o governo não se dispuser a atacar de rijo os interesses financeiro-especuladores – inclusive e irrecusavelmente os seus mesmos – não terá credibilidade para pedir sacrifícios ao País e não enganará aqui dentro, assim como não conseguirá, com outros artifícios, enganar aos credores externos (CARDOSO, 1983h)

Nas críticas à política econômica adotada pelo governo estava marcada sua preocupação em defender interesses das classes trabalhadoras e de setores do empresariado.

Em *Depois da moratória* (CARDOSO, 1983i), publicado dia 13 de junho no Shopping News, ele afirma que todos sabem que a rolagem da dívida tem sido conduzida de forma inepta no Brasil, e que mesmo que retoricamente o governo repudie a palavra “moratória”, ela acontece na prática, mas sem o estabelecimento da negociação de melhores condições para o país. Entretanto, a crise econômica brasileira era muito maior

do que apenas a dívida, passando por inflação, desemprego, juros altos, achatamento salarial, declínio da atividade econômica. Diante dessas constatações, ele defendia que as oposições formassem alternativas a longo prazo, sabendo que o Brasil tinha “potencialidades que o tornam um País viável como poucos na tormentosa conjuntura internacional”, mas corria o risco de desperdiçar as oportunidades se não conseguisse “urgentemente encaminhar as mudanças tecnológicas e institucionais imprescindíveis para prosseguir em outras bases, com maior autonomia e fortalecimento do mercado interno, o processo de modernização da sua economia” (CARDOSO, 1983i). A preocupação com o “bonde da história” e com as oportunidades que o Brasil poderia estar perdendo se tornaria cada vez maior em Cardoso daquele momento em diante.

Nesse contexto de crise e tensão social, em 21 de julho de 1983, 3 milhões de trabalhadores paralisariam no país, naquela que foi a maior greve geral durante o período da ditadura militar. Em artigo publicado no mesmo dia, Cardoso defende a greve propriamente dita, tanto no conteúdo quanto como sendo um direito dos trabalhadores, diz que todos os partidos de oposição (PT, PMDB, PDT e até PTB) se solidarizam com a greve e que ‘não existe democracia sem pão’. Ele faz questão de interpretar a greve como não sendo contra empresários ou governos estaduais, talvez nem sequer contra o governo central como um todo, mas sim contra os setores que apoiam a política econômica encampada pelo governo (CARDOSO, 1983j).

De fato, a greve era contra a política de arrocho salarial do governo e contra a ortodoxia com a qual Delfim Netto conduzia a política econômica. A inflação de 1982 tinha chegado a 100%, e o Brasil tinha colhido um novo empréstimo do FMI de U\$4,4 bilhões, assinando uma “carta de intenções” em que se comprometia a uma política de arrocho salarial, desemprego e recessão (PEDREIRA, 2013). O que se seguiu em 1983 foram alterações sucessivas na política econômica e salarial: três decretos-lei foram editados apenas no primeiro semestre – 2012, 2024 e 2045 – até o último ser aprovado, com o objetivo de reduzir salários. Além disso, o decreto 2036 (o “pacote das estatais”) buscava desnacionalizar empresas públicas e reduzir direitos dos servidores (id.ibid.). Neste sentido, chama atenção o destaque dado por ele para o fato de a greve não ser “contra empresários” e nem sequer contra todo o governo central: no fundo, a greve não seria simplesmente a busca pelos interesses dos trabalhadores, mas um processo contra a política econômica da ditadura, que prejudicava “todo mundo”. Talvez fosse essa sua

forma de, diante de uma mobilização expressiva da classe trabalhadora, buscar manter os elos e as alianças que ele acreditava serem fundamentais para o momento.

Em agosto, Cardoso (1983l; 1983m; 1983n) publica três artigos falando das propostas do PMDB para o país sair da crise naquele momento. São eles: *É hora de se avançar na democracia* (uma entrevista concedida a Carlos Marchi, do Jornal do Brasil), *O PMDB é maior que a crise* e *A proposta do PMDB*. Vale a pena discorrer um pouco sobre o processo de disputa interna que estivera em curso naqueles meses no PMDB, para compreender melhor as posições e as propostas de Cardoso. Nada melhor do que recorrermos ao texto de contextualização do jornalista Carlos Marchi, publicado na mesma edição em que foi publicada sua entrevista com FHC. Marchi (1983) começa a contextualização em julho, quando Celso Furtado havia voltado de Paris e sido procurado por Teotônio Villela, presidente interino do PMDB (Ulysses Guimarães estava de licença) para aperfeiçoar um “documento de combate” do PMDB contra o governo. Furtado afirmou que não queria fazer um documento apenas de demarcação política e se propôs a construir uma proposta alternativa de política econômica: nesse contexto Ulysses Guimarães retorna às atividades como Presidente do partido e articula o “núcleo pensante” do PMDB em São Paulo – Cardoso, José Serra, Severo Gomes, João Manoel Cardoso de Melo, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Belluzo – com o governador Franco Montoro, e assim surgiu o “grupo paulista” do PMDB e uma nova proposta de ação política para esse partido (MARCHI, 1983).

De tanta conversa, sedimentou-se uma nova formulação política para o PMDB e para o país. Entendeu-se que não se antevia, não se desejaria estimular uma saída revolucionária. A situação exigia uma alternativa democrática, que necessariamente passaria por um processo de negociação nacional. Com um programa alternativo, o Partido teria rápida acumulação de forças, se reaglutinaria. Por duas semanas, a ideia foi aperfeiçoada em debates internos, começando a mostrar força quando imobilizou setores moderados, que defendiam uma proposta de consenso nacional, mas sem maior substância. E também quando levou setores radicais a um desordenado contra-ataque, insuflando a impaciência de Teotônio Villela (MARCHI, 1983).

Ulysses Guimarães esvaziou os protestos dos setores mais radicais ao encampar a ideia das eleições diretas como carro-chefe da proposta, ao passo que retomara a bandeira da negociação ampla (inclusive com setores do PDS). Mas liquidou os boatos de que negociaria com o planalto diretamente, e passou a liderar a mobilização popular em torno das diretas. Enquanto o grupo de Tancredo Neves defendia a negociação com o PDS via colégio eleitoral e a proposta de um nome de consenso para a transição, a opção de

Ulysses pelas diretas – posição que sempre tivera sido a de Cardoso – teve peso decisivo. A mobilização era uma parte central da estratégia do PMDB naquele momento, principalmente em torno das eleições diretas, mas também de um programa econômico alternativo (elaborado por Celso Furtado). Este poderia ser resumido em: declaração de moratória que respeitasse a soberania do país; eleições diretas em todos os níveis; retomada do desenvolvimento e fim da política recessiva; defesa das empresas estatais; prioridade social para os investimentos públicos; desdolarização da economia; fortalecimento do mercado interno; reorganização do mercado financeiro; atribuição ao Parlamento a questão da dívida interna; redistribuição dos sacrifícios da crise, e não penalizar apenas os salários; repasse à União dos riscos do cambio de estados e municípios; e reforma tributária (MARCHI, 1983).

Como se nota a partir do relato de Marchi, boa parte das propostas de Cardoso e principalmente da forma de se construir o processo de transformação – uma negociação, sem grandes rupturas – se tornaram propostas do próprio PMDB no processo. Na entrevista, ele reafirma todos esses pontos, e diz que a proposta de eleições diretas está conectada a, futuramente, uma Constituinte (CARDOSO, 1983l). Além disso, afirma que PMDB é responsável e vai governar o país, por isso construiu a proposta anunciada por Ulysses Guimarães à nação focada principalmente no não pagamento da dívida externa por três anos e no fim dos arrochos como forma de combater a inflação, mas também nas eleições diretas e na retomada do crescimento com apelo ao mercado interno (CARDOSO, 1983m; 1983n). Para ele, era preciso que, além das pontes estendidas pela oposição, o governo saísse do imobilismo e começasse a negociar de verdade. Uma das formas de pressionar o governo a ceder à ideia de eleições diretas era argumentar que essa solução era a única possível para a crise, inclusive porque a chance de que Paulo Maluf – pré-candidato do PDS que não agradava à cúpula do governo – superasse o indicado por Figueiredo dentro do PDS era grande (CARDOSO, 1983o).

Maluf surgira no cenário como possibilidade depois que, em 1980, o ministro da justiça, Petrônio Portela, que era uma das apostas de Figueiredo para a sucessão, morrera inesperadamente de infarto: Golbery e Figueiredo, empenhados na tentativa de garantir uma transição controlada até pelo menos 1991, terminaram por ficar sem um personagem principal definido para seu plano (Cf. GASPARI, 2017c, 1.68586). Delfim Netto poderia ser a alternativa, mas com o desempenho péssimo da economia sob seu comando, isso também seria impossibilitado um pouco depois. Depois de alguns atentados de direita

(especialmente a bomba do Riocentro, em 30 de abril de 1981) e da fraqueza com a qual Figueiredo lidou com a situação, Golbery renunciaria a seu posto no governo. Figueiredo, por sua vez, não teria capacidade de articular sozinho a sucessão, o que dera espaço para Maluf crescer como alternativa dentro do PDS (SKIDMORE, 1988, p.66).

Em setembro e outubro, Cardoso escreve dizendo que havia risco de ebulição social (CARDOSO, 1983p) e dá uma entrevista dizendo que considera a crise brasileira muito grave, e não descarta uma ruptura social seguida de novo golpe militar, e por isso PMDB não trabalha para acirrar os ânimos (CARDOSO, 1983q). Quando faz o balanço de 1983, ele afirma que se avançou na democratização do país, que pela primeira vez o governo perdeu a aprovação de decretos no parlamento e que o Congresso saía, por isso, mais fortalecido: era necessário iniciar o mais rápido possível a negociação geral sobre as eleições diretas e as premissas para as mudanças constitucionais, porque o Brasil precisava de uma saída negociada para a crise, sob pena de em qualquer cenário de ruptura, termos retrocesso (CARDOSO, 1983r; 1983s).

Em seu último texto publicado na imprensa no ano, em 25 de dezembro, *A crise e depois*, Cardoso coloca algumas questões de fundo, que se tornariam bastante importantes em seu pensamento vindouro. Para ele, a questão chave do momento era o vínculo entre a forma que se optaria por enfrentar a crise econômica no Brasil e as alternativas que se abririam ou fechariam no futuro a partir das opções do presente. A saída para as crises de 1873 e 1929, que duraram mais ou menos 15 anos cada uma, foram novos ciclos tecnológicos, e a saída para a crise atual provavelmente seguiria o mesmo caminho e estaria já no horizonte: o problema de fundo era, então, se embarcaríamos ou não no novo ciclo de desenvolvimento que já se insinuava (CARDOSO, 1983t). Era preciso saber defender o parque produtivo e os recursos humanos do país para estar apto a participar deste próximo ciclo. Mas a solução que o Brasil vinha adotando era a pior possível, porque fazia, em nome da ortodoxia conservadora que visava atender aos interesses dos banqueiros estrangeiros e dos especuladores internos, exatamente o contrário.

Em nome desses interesses que não podem confessar seu nome, estamos aprofundando, ao contrário de atenuar, o impacto da recessão internacional sobre a nossa economia. Sacrificamo-nos no presente e, o que é pior, estamos enterrando nosso futuro, não de grande potência – sonho tolo da época do “milagre brasileiro” – mas de País viável, capaz de assegurar pão, trabalho e dignidade a 120 milhões de brasileiros. (...) O Brasil corre o risco de perder o bonde da história, não porque lhe falem recursos naturais, braços, cérebros e máquinas para se lançar a uma nova etapa do desenvolvimento, e sim porque falta um compromisso com o futuro aos seus governantes (CARDOSO, 1983t).

Com esse diagnóstico Cardoso finalizava o ano de 1983. Essa ideia de que o Brasil poderia se tornar inviável e perder o bonde da história já havia aparecido em 1983 e se repete aqui, e como veremos voltará com tudo no início da década de 1990. Para o momento, o desafio político mais urgente seguia sendo o de tirar os governantes que encampavam essa política destruidora do futuro do país da direção do Estado brasileiro. Para isso, o principal ponto tático a ser defendido eram as eleições diretas, que gerariam participação popular que, em sua visão, eram a única forma de garantir que o próximo governo pudesse realmente colocar rumo na economia do país.

O ano de 1984 é o ano em que ocorrem as principais mobilizações de massa do Brasil até então, especialmente relacionadas às eleições diretas. O movimento das diretas-já, que começara ainda em 1983, ganhou muita força e, em 25 de janeiro de 1984, mais de 1 milhão e meio de pessoas se reuniram em São Paulo para defender as diretas. Os cinco textos que Cardoso publica na imprensa em janeiro falam sobre as diretas e mobilizam para o ato político do dia 25, além de reforçar a ideia das diretas como única solução possível para a crise. Em março, ele analisa os efeitos da mobilização popular dentro do Congresso, e diz que muitos parlamentares do PDS apoiam as diretas e que por isso era preciso manter a mobilização popular, porque era possível aprovar a Emenda Dante de Oliveira⁴⁹ no Congresso: o governo estava obrigado a negociar a legitimidade do poder (com as diretas) e um programa de emergência e salvação nacional, que tocassem na questão da dívida, dos salários, dos juros, do emprego e da ativação da economia (CARDOSO, 1984c).

No contexto de mobilização com engajamento dos partidos de oposição e de diversos setores organizados da sociedade civil, o PMDB sofria críticas por supostamente buscar negociar com o governo em detrimento de construir a mobilização. Cardoso sempre respondeu a essas críticas afirmando que o PMDB estava fortalecendo e convocando as mobilizações, mas principalmente que não havia contradição entre negociar e mobilizar: a negociação tinha que acontecer via Congresso com os parlamentares do PDS, para que votassem a favor da emenda, e a pressão popular ajudava nisso (CARDOSO, 1984d). Ainda no bojo dessas discussões, ele diz que o secretário geral do PMDB, Afonso Camargo, havia ido negociar com o governo por conta própria, e que isso havia sido uma bobagem dele que não representava a posição do partido: o PMDB

⁴⁹ Era a emenda que propunha a garantia das eleições diretas.

só negociaria as diretas, e como o governo não queria negociar, não havia negociação direta com o regime (CARDOSO, 1984e). Dizia, ainda, que suas conversas com o vice-presidente Aureliano Chaves não eram negociação, mas sim uma forma de saber o que ele pensava: é interessante notar que nesta entrevista para a Folha, o repórter pergunta sobre a possibilidade de uma chapa Aureliano-Cardoso para a presidência, e ele responde que isso era irreal, primeiro porque a lei não permitia e segundo porque ele não era candidato a vice. Poderia ser até a presidente, mas não agora, e apenas com eleições diretas (id.ibid.). É o primeiro momento em que ele coloca publicamente a possibilidade de vir a ser candidato a presidente.

Nas vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, Fernando Henrique exalta as mobilizações e diz que se perdessem a votação, ainda havia mais duas emendas pelas diretas que podiam ser votadas e a reação popular (das manifestações, da opinião pública), seria decisiva (CARDOSO, 1984f). Em 25 de abril de 1984, por uma diferença de 22 votos, a Emenda foi derrotada na Câmara de Deputados: foram 298 votos a favor, 65 contra, 113 ausências e 3 abstenções – eram necessários 320 votos favoráveis para a aprovação. Dois dias depois da votação, Cardoso (1984g) faz um discurso no Senado em que argumenta que a votação mostrou que se formou uma nova maioria “mudancista” no Congresso: com essa nova maioria, não seria difícil eleger um candidato a presidente via eleição indireta através do Colégio Eleitoral, mas eles se manteriam na luta pelas diretas. Cardoso aqui dava o recado que guiaria seus próximos passos: continuar a luta pelas diretas – ainda que já com poucas esperanças – mas costurar uma alternativa via Colégio Eleitoral.

No mesmo discurso, afirma que não há condições de negociar com um governo que reprime as manifestações, e defende a construção de um Conselho Nacional pela Democracia, formado por delegados dos principais partidos e das principais organizações da sociedade civil, além de personalidades reconhecidas na luta democrática (id.ibid.). Ele seguia afirmando que havia uma vontade de mudança no país e que haveria uma grande decepção se a oposição resolvesse negociar a despeito do povo. Era preciso dar um passo adiante, manter a sociedade alerta e ativa: nada substituiria a mobilização popular, mas ela deveria estar sempre *combinada com a organização democrática do debate* (CARDOSO, 1984h).

Em uma série de textos e entrevistas em maio de 84, Fernando Henrique vai construindo uma argumentação de que sem as diretas não haveria negociação possível,

mas já começa a ceder ao apelo à tática do colégio eleitoral, que deveria ser considerado como uma bomba atômica: se o inimigo tem, nós temos que ter também (Cf. CARDOSO, 1984i). Nesse momento, ele já era considerado um dos principais interlocutores oposicionistas nas negociações com o governo, segundo os repórteres Ruy Fabiano e Gilberto Dimenstein (1984, p.5), que o entrevistam para o *Correio Braziliense*. Aos poucos, Cardoso vai afirmando mais decididamente a necessidade de articular e fazer a disputa da sucessão presidencial via Colégio Eleitoral.

O Brasil vivia um momento de grave crise econômica, política, social e internacional, uma profunda tensão política, desde a crise econômica iniciada em 1973. Esse momento, do ponto de vista político, parecia ter atingido seu ápice nesses dias de mobilização e negociação acerca das diretas. Nos momentos de crise, “em certos momentos históricos chamados de transição”, como diria Gramsci (1973, p.198), quando as forças práticas desencadeadas precisam ser justificadas para ser mais eficientes ou quando se multiplicam programas teóricos que exigem também ser justificados realisticamente ao serem assimiláveis por movimentos práticos, se coloca mais fortemente o problema da identidade entre teoria e prática. Nesse momento de crise, a “moderação” de Fernando Henrique emerge com toda a força, e surge um elemento muito interessante no que diz respeito a sua relação com as massas. Ele sempre afirmara ser muito importante a mobilização popular, mas a forma como ele percebe a mobilização naquele momento de extrema tensão – principalmente para ele, um dos principais interlocutores da oposição com o governo como Senador da República, e defensor histórico das eleições diretas, tendo a Emenda sido derrotada na Câmara – parece trazer elementos importantes com relação à forma com acreditava ser possível a transformação política no país.

Dois textos escritos em um intervalo de tempo muito pequeno, mas em momentos políticos diferentes – um no dia 19 de abril, 6 dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira e o outro no dia 10 de maio, 15 dias depois da derrota – trazem à superfície um elemento importante na reflexão sobre teoria e prática política em Fernando Henrique Cardoso. No primeiro texto, publicado na Folha com o título de *O impasse*, Cardoso diagnostica as mobilizações pelas diretas como, em conjunto, a maior mobilização de massas da história do país até ali, algo que havia transcendido os partidos e as organizações da sociedade civil. Era como se, “de repente, do âmago desta sociedade injusta, os sans-culotte contemporâneos – que vão da classe média deserdada e perdida

ao povão do desempregado – tivessem irrompido na história”, mas pedindo eleições e não trabalho e comida, porque percebiam que as eleições poderiam mudar os rumos mais gerais do país (CARDOSO, 1984j). Essa massa, embora tivesse tido sua atuação potencializada pelos partidos, organizações, meios de comunicação, não tinha um elo firme com essas organizações e menos ainda com a institucionalidade. Entretanto, em resposta a isso o regime oferecia apenas a chamada “Emenda Figueiredo” (ou “emendão”) que mantinha o colégio eleitoral como método para 1984, mas garantia eleições diretas para 1988.

O fosso entre a aspiração nacional e a pinguela de mudança oferecida pelo regime acabará sendo preenchido por ameaças, medidas de emergência, ordens do dia e outros remédios autoritários.

Com este pano de fundo, como podem as oposições avançar numa agenda democratizadora? Se o governo não cede no principal, se insiste num Colégio Eleitoral repudiado, e se a chamada imaginação política se resume a colocar no emendão dispositivos que adoçam apetites localizados, que proposta real pode haver para a vontade constituinte deste povo?

Quase nada. As oposições ficarão entrincheiradas nas palavras de ordem que encontrarem eco nas ruas. Votarão com ânimo redobrado a emenda Dante de Oliveira. Se aprovada esta, enfrentarão a tempestade dos donos do poder, escudadas na opinião pública. Se derrotada a emenda, ficarão as oposições emparedadas entre a pressão das massas pela mudança rápida e global e a amarga opção institucional entre deixar tudo como está, rechaçando a emenda do governo ou votá-la, mesmo com alterações, sofrendo, com isto, enorme desgaste popular.

Manter-se-ão incólumes os que se podem abrigar na utopia porque, descompromissados com os setores organizados da sociedade, expressam, mais com as tripas do que com a cabeça, a presença dos sans-culotte na vida brasileira. E são muitos. (CARDOSO, 1984j).

Aqui estava descrito o impasse que Cardoso via na conjuntura naquele momento. O fosso entre o que o regime propunha e o que as massas queriam provavelmente seria preenchido com repressão e retrocessos pelo regime, caso a ideia das diretas avançasse pela força da mobilização popular. Caso a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada, as oposições institucionais teriam que enfrentar a tempestade dos donos do poder, respaldadas apenas pela opinião pública. Por outro lado, se a emenda não passasse, Cardoso já colocava o dilema vindouro nos termos de uma escolha a ser feita entre as mudanças graduais e lentas oferecidas pelo regime ou nada. Se o “possível” passasse a ser apenas as mudanças oferecidas pelo regime, era preciso garanti-lo, e Cardoso sabia que essa opção desgastaria os setores da oposição diante do povo, porque a populações mobilizadas queriam uma mudança global e rápida. Só se manteriam incólumes os que se abrigam na utopia, porque expressam – ainda que mais com as tripas do que com a

cabeça – o povo mais pobre do país, os sans-culotte. Fernando Henrique, por outro lado, fazia parte de um setor político que não era “descompromissado” com os setores organizados da sociedade e por isso não podia ter atitudes que, em sua perspectiva, seriam irresponsáveis.

No bojo desse reconhecimento implícito de que ele e o seu setor organizado no PMDB não eram os representantes da maior parte desses sans-culottes, mas sim de “setores organizados da sociedade”, a mobilização popular espontânea e massiva parecia ser, no frigidar dos ovos, mais um problema do que uma solução para Cardoso: em caso de vitória, ela colocaria os opositores diante da ira do governo, e talvez propiciasse retrocessos autoritários; em caso de derrota, ela seria incapaz de compreender as concessões institucionais que seriam necessárias para que pelo menos algumas vitórias parciais fossem alcançadas no que diz respeito às diretas (garanti-las para 1988). Apesar da saudação que faz às mobilizações, ele reconhece implicitamente que elas colocam o seu partido e figuras como a dele – de perfil negociador já consolidado, um dos principais interlocutores da oposição no governo – numa situação difícil. Ainda que ele não demonstre em nenhum momento que preferisse fazer parte dos setores que “se abrigam na utopia”, ele sabe que seu *modus operandi* na política não é o de estar sintonizado com as mobilizações de massa espontâneas, e a reflexão colocada por ele neste texto interessa porque nela há uma análise – e quase um lamento – das consequências próprio pragmatismo, num momento de grande crise política e mobilização social do país.

No outro texto, de 10 de maio, intitulado *Impasse e mobilização*, Cardoso parece trazer outra perspectiva. Entre muitas notícias desalentadoras da conjuntura, a mais preocupante, dizia ele, era a diminuição da mobilização popular. Ele afirma que sem a participação ativa da sociedade, sem pressão popular, e sem definição estratégica das lideranças da oposição que incluía essa pressão popular, não há saída para a crise, a oposição ficará imobilizada (CARDOSO, 1984l). Era preciso, então retomar com ímpeto a luta pela redemocratização.

Quero deixar claro meu ponto de vista. Sei, como todo mortal, que existe uma emenda no Congresso e que esta, se não aprovarmos as diretas-já, deixará as oposições na difícil contingência de votar no menos ruim: eleições indiretas agora e diretas em 88 ou indiretas sempre, como reza a Constituição atual. Por isso mesmo não haverá passos adiante no plano institucional se a política resumir-se aos corredores de Brasília. Sacudamos, pois, uma vez mais o torpor e a perplexidade (CARDOSO, 1984l).

No artigo de abril, Cardoso saudava as mobilizações, mas não podia deixar de refletir, relativamente acuado, sobre os dilemas e os riscos que elas traziam para o país – o retrocesso – e para as oposições institucionais. Em maio, menos de um mês depois – já com a derrota da Emenda Dante de Oliveira – o problema se tornara o oposto: a falta de mobilização, que não gerava respaldo para uma atuação mais dura da oposição e a obrigaria a, eventualmente, ceder à proposta do governo como sendo a menos ruim. O que muda entre o um texto e outro é justamente o peso das mobilizações. Em 16 de abril, três dias antes do primeiro artigo, um comício em São Paulo havia reunido, de novo, mais de 1,5 milhão de pessoas. Depois disso, não houve mais mobilizações deste tamanho pelas diretas. Mesmo antes da votação da emenda e com toda aquela pressão popular, em caso de derrota no Congresso, Cardoso sabia que faria junto com o PMDB a opção por aprovar a emenda do governo que garantia eleições diretas 4 anos mais tarde, e tentar uma vitória no Colégio Eleitoral, negociando com os dissidentes do PDS. Por isso, a preocupação naquele momento era que, *mesmo com a mobilização*, por suas características – em boa medida espontânea, massificada pelos “sans-culotte” não representados em partidos, organizações, etc. – em caso de derrota da emenda a única solução seria negociar o menos ruim. Depois, consolidada a derrota da emenda Dante, e ao mesmo tempo com o arrefecimento das mobilizações, ele começa a justificar sua postura futura – a de negociar – na falta dessas mobilizações: não haveria passo adiante no plano institucional se a política se resumisse aos corredores de Brasília.

Nesse processo em torno das diretas e das opções que se abriam, como demonstra Kinzo (2001, p.7), o PMDB optara decididamente por buscar tentar influenciar o processo sucessório jogando as regras do jogo. Cardoso havia sido parte importante dessa decisão. “A solução negociada evitaria a imprevisibilidade e os riscos de uma mobilização popular e, conseqüentemente, a reação por parte dos militares da linha-dura contra qualquer tentativa de mudança radical” (id.ibid.). Como retoma Meneguello, com exceção do PT, formara-se um consenso no Congresso entre os partidos de oposição em torno do projeto de democratização encabeçado pelo PMDB: o PDS havia cindido por conta da convenção que elegeu Maluf candidato e formara a Frente Liberal, agrupamento composto por políticos do regime anterior que defendiam uma transição moderada (MENEGUELLO, 1999, p.41).

A forma como Cardoso atuou nos dois “atos” da transição brasileira naquele período que talvez tenha sido o ápice da crise em torno da disputa pelos caminhos da

transição – primeiro na mobilização pelas diretas, depois na opção pela solução institucional (Cf. KINZO, 2001, p.6) – diz muito sobre como se expressava naquele momento a relação entre teoria e prática nele. A concepção de política de Fernando Henrique que fica marcada nos seus primeiros anos de Senador é a de que a forma adequada para que as mudanças aconteçam seja aquela que segue as regras institucionais, “*a organização democrática do debate*”. Se o regime não era legítimo – e ele combatia o regime e questionava sua legitimidade – era preciso pressionar para que se mudassem as normas, as regras, e para que a partir daí se pudesse construir outra coisa. A pressão popular seria uma forma de impulsionar essas mudanças. Entretanto, num regime como o brasileiro, qualquer tipo de ruptura proposta ou impulsionada de forma desorganizada pela pressão popular corria um grande risco de gerar um retrocesso, na perspectiva de Cardoso. Neste sentido, a opção que ele tomaria por defender a participação no Colégio Eleitoral e por aceitar a emenda Figueiredo, mesmo reconhecendo isso como uma derrota, não tinha a ver com a existência ou não de mobilização social: estava relacionada com as reações do próprio regime, da institucionalidade vigente naquele momento. Com ou sem mobilização, se as diretas não fossem aprovadas institucionalmente, Fernando Henrique não via outro caminho a seguir: não cogitava nenhum tipo de ruptura ou de medida mais radical, porque não acreditava que elas fossem possíveis. Essas alternativas, “falsas saídas”, ficavam para os setores que “se abrigavam na utopia”.

Em entrevista dada ao jornal do PMDB, ele reafirma que o PMDB mobilizou as ruas e atuou no Congresso, e que derrotada a emenda a situação impunha a disputa via Colégio Eleitoral: os setores que, por princípios, aparentemente não topavam essa situação (parte do próprio PMDB, boa parte do PT, etc.) estariam sendo irresponsáveis, priorizando a retórica e o ataque ao companheiro que estaria no mesmo lado da trincheira contra o regime, à disputa real da política contra o regime (CARDOSO, 1984m). O título da entrevista, *O que é isso companheiro?*, é direcionado a esses setores. Cardoso afirma que se houvesse alguma brecha pelas diretas, buscariam atuar através dela, mas se não, o caminho era disputar o Colégio para derrotar Maluf, e o melhor candidato para isso era Tancredo Neves. Embora o PMDB sempre tivesse repudiado o Colégio Eleitoral, esse repúdio não podia significar imobilismo diante da possibilidade de uma aventura malufista, principalmente quando se percebeu que havia uma nova maioria no Congresso capaz de garantir uma vitória de um governo de transição: neste sentido, a mobilização social e a campanha pelas diretas deveriam continuar, mas agora com outro mote:

“Constituinte com Tancredo para mudar”! (CARDOSO, 1984n). Além disso, Cardoso começa a construir a ideia de que Tancredo seria, quando eleito pelo Colégio, um presidente de transição, com a responsabilidade de convocar uma Constituinte, e com uma legitimidade diferente – menor – do que seria um presidente com voto popular. Mais do que isso, para garantir a eleição indireta de Tancredo seria necessária a aliança com setores do PDS, portanto a construção de um programa que não seria estritamente o do PMDB, mas sim de transição, negociado e encabeçado por Tancredo (CARDOSO, 1984o).

Ao longo de todo o resto de 1984, Cardoso não deixa de defender em suas intervenções na imprensa e no Senado uma política salarial mais benéfica para os trabalhadores – diferente da proposta pelo regime – e uma reforma tributária também mais justa, como partes da solução para o Brasil. As tarefas da transição, que seria encabeçada por Tancredo, seriam limpar todo o “entulho autoritário”, ou seja, as leis e reminiscências da ditadura militar no aparato legislativo do Brasil, e reorganizar a economia. Ele defendia ainda a Constituinte para 1986, e que o mandato presidencial tivesse duração de 4 anos.

Já no final daquele ano, tendo a data da votação no Colégio Eleitoral sido definida para 15 de janeiro de 1985, o PMDB passou a tentar construir um clima de campanha eleitoral, com comícios populares com Tancredo Neves, e isso deu origem a uma tese que ressignificava as eleições indiretas por parte de Cardoso. Mesmo com a falta de legitimidade desse processo eleitoral, começava a se dar um processo de mobilização popular em torno do nome de Tancredo Neves que ganhava contornos de uma campanha eleitoral e, para ele, conferiria um pouco mais de legitimidade ao futuro presidente da transição e um tom de vitória da oposição, mesmo sem as diretas (CARDOSO, 1984p). Por isso ele exaltava novamente as mobilizações populares e convocava o comício de 7 de dezembro, mais um da “campanha” de Tancredo, afirmando:

Aberto o caminho até o Colégio Eleitoral, cabe pôr ênfase crescente no conteúdo social dessa conquista. Foram as massas trabalhadoras e assalariadas urbanas que, com sua consciência despertada e sua mobilização pelas eleições diretas, fizeram a sucessão presidencial descarrilhar dos trilhos do continuísmo. No próximo dia 7, São Paulo há de mostrar ao Brasil que essa consciência continua desperta para desfazer as armadilhas continuístas. E pronta para respaldar as mudanças políticas, sociais e econômicas que traçam a linha de coerência entre a campanha de Tancredo e a das diretas-já (CARDOSO, 1984q).

Se estávamos corretos há pouco, quando definimos uma prioridade à institucionalidade como forma de mudança na perspectiva de Cardoso, o que significaria

essa convocação para a mobilização? Ora, ela seria fundamental para *respaldar* uma articulação e construção política que já havia sido feita, de aliança de setores do PMDB com o PDS, formando o que viria ser conhecido como Aliança Democrática, e garantindo a maioria no Colégio Eleitoral e um governo de transição composto por setores provenientes da antiga oposição ao regime, mas também por “democratas tardios”, dissidentes de última hora. A mobilização em torno de uma pauta clara e definida previamente pelos setores dessa articulação já não emparedava os setores da oposição nem os colocava em situação difícil: muito pelo contrário, tendo a política partido da institucionalidade e estando necessariamente limitada aos seus marcos, ela serviria para fortalecer essa movimentação.

Neste sentido, embora afirmasse que a mobilização cumprira papel fundamental na transformação do regime, naquele momento Cardoso conduzia uma prática política coerente com uma certa desconfiança dos setores populares – principalmente os não organizados politicamente – e dos setores organizados que propunham caminhos de transformação mais radicais. Sua prática política, conectada com toda a perspectiva teórica, via esses setores organizados em torno de propostas mais radicais como adversários. A mobilização popular era útil à transformação se, de certa forma, tivesse sua condução controlada por pautas já construídas no âmbito da institucionalidade: de outra maneira, ela mais poderia atrapalhar, trazendo retrocessos e reação violenta do regime, do que ajudar. O PMDB não podia abrir mão de suas pautas, deveria encampar uma “guerra à miséria”, e para isso seria necessário “quebrar o pau”, mudar os investimentos sociais, a carga tributária, tirar de alguns... e isso geraria tensão social (CARDOSO, 1984r, p.33), mas a forma de fazer isso seria ocupar os espaços por dentro da institucionalidade.

Obviamente, esse tipo de atuação política negociada e mais pautada pela institucionalidade mesmo em um regime antidemocrático, embora fosse respaldada pelas análises que Cardoso fazia estrutural e conjunturalmente da sociedade brasileira e não significasse abrir mão de questões que para ele eram fundamentais como a guerra à miséria ou a defesa do aumento salarial, gerava reações e críticas por parte dos mais diversos setores da esquerda. Em uma entrevista concedida à Miriam Leitão, para a *Playboy* de outubro de 1984, Fernando Henrique se define politicamente como sendo de “esquerda independente”. A jornalista pergunta, então, por que ele brigava tanto com a esquerda.

Pelo seguinte: eu quero ter uma visão moderna da realidade e muitas vezes me parece que a esquerda não é capaz de ter essa visão. Fica muito presa a certas fórmulas. No começo dos anos 70, a esquerda queria que eu escrevesse que o país estava estagnado. Eu achava que não. Achava que o golpe de 64, reacionário politicamente, tinha facilitado a evolução capitalista e produzido efeitos transformadores na estrutura social do Brasil. Isto foi considerado como apoio aos militares, como revisionismo, estas coisas que a esquerda fala sempre (...)

Há anos eu brigo com a esquerda. Já entrei em polêmica sobre vários temas. E não tenho medo nem das polêmicas, nem das acusações, porque eu tenho convicções e sustentação teórica do que digo. Então, está bem, eu posso estar errado, mas não há nada imoral em estar errado. E a crítica da esquerda é de que eu estou vacilando, quando eu posso apenas estar com uma análise errada. Muitas vezes estive errado, mas isto não é imoral. A esquerda pega uma bandeira e fica amarrada a ela. Mas para ser coerente não precisa ser tolo. (CARDOSO, 1984r, p.30).

Essa esquerda “tola” era a que o criticara, por exemplo, quando em uma oportunidade casual ele conversou com o Presidente Figueiredo. Uma esquerda que ele definia como “ético-udenista, que tem uma visão moral de mundo e quer ser consciência julgadora dos outros”, e que ele localizava no PT e em menor medida em setores do próprio PMDB. Ele se percebia, a partir de sua expressiva votação para Senador em 1978 – junto com Lula, Maluf e outros – como uma das figuras novas que haviam surgido para a política nos últimos tempos, no contexto da sociedade de massas, e dizia que dentro do futuro governo Tancredo, consolidada a aliança com setores do PDS, haveria uma disputa entre três grandes tendências políticas: a dos liberais conservadores, a dos liberais democratas e a dos democratas populares. Ele se localizaria entre esses últimos, que seriam aqueles que queriam mexer nas coisas essenciais, nas estruturas (ibid., p.34).

Ainda que ele mesmo enxergasse os democratas populares de forma bem ampla e diversa, vale a pena refletir sobre o que a trajetória de Fernando Henrique e a conexão entre teoria e prática em seu pensamento/ação pode nos dizer sobre sua localização política até aquele momento. Não há dúvidas que ele se tratava de um democrata: toda sua produção teórica aponta para, nas condições atuais do capitalismo internacional e do desenvolvimento da sociedade brasileira a partir do modelo dependente associado, a viabilidade e, inclusive, a probabilidade de uma transformação democrática nos regimes autoritários da América Latina. Cardoso demonstra que não havia barreiras estruturais neste sentido, e que a tendência numa sociedade de massas era a democratização. Realmente, sempre defendeu a democracia do ponto de vista teórico e lutou por ela no âmbito político com mais intensidade e destaque a partir do PMDB, pelo menos desde sua candidatura em 1978.

Se o adjetivo popular se refere à defesa dos interesses imediatos da maioria população, é possível que até aquele momento Cardoso pudesse efetivamente ser definido como democrata popular. Ele via a democratização como uma condição necessária para que se pudesse tocar nos “temas essenciais”, relacionados à política econômica, à dívida externa, aos salários, enfim, à estrutura do país e à forma como eram distribuídos os ônus da crise e as riquezas para as pessoas. Concretamente, ele sempre trabalhou no sentido de alavancar essas pautas e, nos anos vindouros, buscaria apresentar propostas concretas em vários níveis da política econômica. Como discutimos, ele argumentava que a forma que o Brasil escolheria para sair da crise seria decisiva para a viabilidade do país no futuro, no sentido de proporcionar vida digna para a maioria de sua população – e que o regime militar estava, no governo Figueiredo e com Delfim Netto à frente da Fazenda, afundando as esperanças para o futuro. As pautas econômicas defendidas por Cardoso até ali, talvez com o exemplo principal sendo a questão do salário e a defesa da liberdade de organização, da autonomia sindical, caminham neste sentido.

Porém, se o adjetivo popular se refere a uma aposta no povo como protagonista da transformação, nos “sans-culotte” brasileiros, ele muito provavelmente já naquele momento não servia a Fernando Henrique. Do ponto de vista teórico, ele demonstrava que as condições estruturais da sociedade brasileira faziam emergir uma nova forma de segmentação entre as classes sociais, mas ao mesmo tempo uma homogeneização de interesses de diversos setores que de um lado eram esmagados pelo capital monopolista e de outro almejavam as benesses do desenvolvimento (às quais tinham acesso via publicidade, etc.), e que por isso era possível e necessário construir uma aliança entre as camadas trabalhadoras e os setores médios no país, incluindo também setores “menores” do capital, para alavancar as transformações democratizantes e econômicas no país. O PMDB – ou qualquer partido que se quisesse moderno – seria vitorioso em liderar essas transformações se conseguisse ser o partido dessa aliança. Contudo, nem do ponto de vista teórico nem na prática política Fernando Henrique apostava nas classes populares como dirigentes desse processo. Isso fica nítido em diversos momentos, mas especialmente quando se analisa a forma como ele atuou durante a crise das diretas e as mobilizações populares, com a prioridade que deu às negociações parlamentares e os limites dentro dos quais parece ter atuado.

Essa distância da alcunha ‘popular’ fica nítida, também, na forma como ele opta por se diferenciar dos demais setores de esquerda: ele seria da “esquerda independente”,

mas diferentemente do conjunto da esquerda queria ter “uma visão moderna da realidade”. Ora, que setores “modernos” emergiam ou existiam na política brasileira naquele momento: o proletariado organizado, os setores médios, assalariados, profissionais liberais, pequenos empresários, além obviamente do capital oligopólico internacional, ligado às multinacionais, etc. Sem dúvidas, boa parte daqueles “sans-culottes” que haviam ido às ruas eram muito mais “arcaicos” do que modernos, se a dicotomia a ser adotada era essa. Boa parte dos trabalhadores organizados já tinham seu partido – o PT – que era criticado por Cardoso precisamente por ser um partido que se queria classista.

Da base social que ele considerava importante para a transformação, sobravam os setores médios e os pequenos setores do capital. Com o crescimento de sua atuação e de seu protagonismo político, como Senador, era com esses setores que ele se relacionava prioritariamente. Conforme argumentamos, o fato de ele ser proveniente das classes médias e nunca ter feito a aposta necessária nas classes populares, que poderia fazer com que ele “mudasse de mirante” – para lembrar a metáfora epistemológica de Michael Löwy – já fazia com que ele tendesse, mesmo do ponto de vista teórico, a conferir um protagonismo maior aos setores médios do que às classes populares nas transformações possíveis no Brasil moderno. Isso se fortaleceu a partir dos rumos que foram sendo seguidos pelas forças políticas do país que já tinham sido parte de sua base social – especialmente o novo sindicalismo e os setores progressistas da Igreja – e os meandros da própria economia internacional, com a crise da dívida. No meio de tudo isso, sua própria atuação política como Senador do PMDB, que foi caminhando cada vez mais na direção de um perfil de habilidoso negociador com regime, foi definindo, na prática, onde estaria o protagonismo das transformações políticas no Brasil em sua perspectiva. Neste sentido, naquele momento, o adjetivo “popular” não seria o mais adequado para Cardoso.

A trajetória política de Fernando Henrique Cardoso se confunde com o percurso da transição brasileira à democracia. Cardoso foi forjado como político no ambiente da transição, e especialmente a partir de sua atuação no Senado, passou de certa forma a contribuir com a maneira como aquela foi forjada. É comum na bibliografia a percepção do caráter controlado e negociado da transição brasileira. Neste contexto, a oposição também teve seu papel. Para Thomas Skidmore,

No final, a liberalização foi o produto de um relacionamento dialético intenso entre o governo e a oposição. Os militares que eram a favor da abertura precisavam agir cautelosamente, por medo de provocar os

“linha-dura”. Suas aberturas para a oposição estavam planejadas para tirar de campo os elementos “responsáveis”, demonstrando deste modo que havia moderados prontos para cooperar com o governo. Ao mesmo tempo, a oposição pressionava constantemente o governo para acabar com seus excessos arbitrários, e desse modo relembrar os militares de que seu papel não tinha legitimidade. Enquanto isso, os moderados da oposição tinham que recordar aos radicais que eles estariam nas mãos dos “linha-dura” caso se excedessem (SKIDMORE, 1988, p.1971).

Bolívar Lamounier, por sua parte, destaca a correção da interpretação de que as mudanças ocorridas entre 1974 e 1984 “tiveram como base uma negociação implícita, no sentido de que os dois lados, governo e oposição, encontraram espaço para redefinir sucessivamente seus respectivos papéis, visualizando ganhos que adviriam da continuidade do próprio processo’ (LAMOUNIER, 1988, p.125). Assim, a trajetória de Cardoso parece ter caminhado, até ali, como uma expressão desse ‘relacionamento dialético’ ou da ‘negociação implícita’. Ele entra nesse processo munido e orientado por uma formulação sobre a dependência que via poucas alternativas estruturais possíveis e percebia a possibilidade de um desenvolvimento dependente e associado, mas ainda com tensões a serem resolvidas sobre possibilidades políticas existentes para além do que parecia determinado estruturalmente. Se havia uma abertura – ainda que pequena – ao imprevisível, que podia ser configurar num engajamento político diferente do que aconteceu, o próprio curso da crise da transição brasileira gerou a conexão entre teoria e prática expressa na encarnação de um espírito pragmático e negociador, que buscava atuar dentro dos limites muito estreitos do que parecia ser possível dentro da realidade brasileira.

Se a trajetória de Cardoso é uma ascendente em direção a um certo “praticismo”, um predomínio da prática sobre a teoria (sem abandoná-la por completo nunca), esse processo se intensificou nos seus primeiros anos de Senado Federal. Desde a forma como foi travada a polêmica com Marini em 1978 já existiam indícios de uma importância cada vez maior da prática política nas análises de Cardoso, *mas foi no ápice da crise política brasileira que a tensão entre os limites estruturais e as potências da práxis, na conjugação forçada e necessária entre teoria e prática, parece ter tomado contornos de definição em Fernando Henrique: era preciso atuar dentro dos limites do possível, e isso equivalia a atuar por dentro da ordem, para transformar o país. Se surpresas podiam acontecer, elas não dependiam dele e nem dos setores que ele organizava. Mais do que isso, elas tenderiam a ser prejudiciais, causar retrocessos. Cardoso diagnosticava que a*

democracia em uma sociedade de massas tendia a estiolar o conflito social e cortar o ímpeto de transformações mais profundas, e se adequou a isso através da priorização da atuação negociada e por dentro da ordem.

Retomando a discussão com Marini, é verdade que Cardoso já em 1978 flertava com uma saída negociada da ditadura, mas ali ele ainda aparecia como alternativa política para a classe trabalhadora organizada: naquele momento era um representante da síntese que buscava construir entre setores médios e classes trabalhadoras. Nos anos seguintes, com a criação do PT e o desenrolar da crise das diretas, as marcas da ideia de conciliação de classes e a distância dos principais setores organizados da classe trabalhadora consolidaram em Fernando Henrique um perfil negociador, institucional e distante dos setores populares. Para além da falta de aposta nas classes populares, as características da transição brasileira e sua atuação no Senado – especialmente na crise das diretas – trouxeram à superfície uma nova característica: *a desconfiança* com relação a esses setores.

Como demonstramos, ainda em 1984 mantinham-se pautas econômicas populares e uma defesa de determinados interesses dos trabalhadores no programa defendido por Cardoso. Entretanto, era muito difícil que a opção por construir uma prática política orientada sobretudo pelo *respeito à ordem*, especialmente quando a ordem era um regime antidemocrático, passasse impune quanto ao projeto político que defendia. As características da transição brasileira e a construção de uma nova ordem – com toda a tragédia da morte de Tancredo e a presidência de um “democrata recém-convertido” como Sarney – seguramente contribuíram para intensificar marcas importantes da atuação política de Cardoso nos anos seguintes. Ele foi forjado como político nessa transição, e à sua maneira ajudou a forjá-la com as características que teve. Entre os anos de 1985 e 1989, quando ocorreriam as primeiras eleições diretas no país, Cardoso teve muito protagonismo político, especialmente durante a Constituinte de 1988 e, já muito influenciado por sua prática, atualizou sua interpretação sobre o mundo e o Brasil. Logo depois, viraria ministro de Estado e candidato a presidente, portando um programa já completamente descolado dos interesses mais diretos das camadas populares. É esse o período que analisaremos no próximo capítulo.

4. O retorno ao dualismo pela política: atitude cínica de acomodação?

4.1. Moderno x Arcaico: o retorno ao dualismo pela política (1985-1989)

Politicamente, os anos que vão de 1985 a 1989 consolidam a transição democrática brasileira (KINZO, 2001, p.5; KECK, 2010). Primeiro, em 1985, toda a expectativa pelo que viria a ser o governo Tancredo Neves é interrompida abruptamente pelo problema de saúde do presidente eleito, seguido de sua morte. Dada a articulação feita anteriormente em torno da Aliança Democrática, José Sarney, vice indicado pelo PDS na chapa com Tancredo, assume a Presidência da República no país. Depois do baque da derrota na luta pelas diretas-já, viria para a população brasileira o baque de contar com um Presidente “recém convertido” à democracia, proveniente do partido que dera sustentação ao regime militar. Cardoso, como Senador, assumiu o papel de liderança daquele governo no Congresso, e ficou nessa função durante todo o ano de 1985. Neste mesmo ano, ele se candidataria pela primeira vez a um cargo executivo, concorrendo – e sendo derrotado – à prefeitura de São Paulo. Em 1986, se candidataria à reeleição como Senador e seria eleito com uma votação bastante significativa.

As políticas implementadas pelo governo Sarney expressavam os limites da forma como foi negociada a transição brasileira. Ainda em 1988, Maria do Carmo Campelo de Souza apontava para as dificuldades que a democratização brasileira enfrentaria, e afirmava que os resultados da barganha política que daria ao regime democrático sua armação institucional dependiam “ainda dos compromissos e enfrentamentos entre os grupos sociais e políticos, e entre seus porta-vozes” (SOUZA, 1988, p.613). De fato, como demonstra Meneguello (1999, p.), a bibliografia que analisa a transição brasileira é consensual em “apontar nos procedimentos institucionais e nas articulações para a candidatura de Tancredo Neves os limites estreitos das transformações políticas que seriam conduzidas no novo período”. Entretanto, como destaca o próprio trabalho de Meneguello, algumas mudanças institucionais importantes foram efetivadas ao longo dos anos Sarney.

A principal dessas mudanças, sem dúvidas, foi elaboração e a promulgação da nova Constituição. 1987 é o ano que marca o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, na qual Fernando Henrique teve papel importantíssimo, sobretudo na formulação e nas articulações que deram forma a seu(s) regimento(s) interno(s). Diversas

polêmicas – especialmente com relação à duração do mandato do presidente Sarney e ao regime de governo, se parlamentarista ou presidencialista – marcam a intervenção política de Cardoso neste período, até 1988. Neste ano, em grande parte motivado pelas polêmicas da Constituinte, ele finalmente romperia com o PMDB e se tornaria um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 1989, nas primeiras eleições diretas para presidente no Brasil depois do regime militar, o PSDB lançaria o nome de Mário Covas, e no segundo turno apoiaria Lula contra Fernando Collor de Melo.

São anos politicamente bastante conturbados para o Brasil, e de intensa atividade de Fernando Henrique. A crise econômica continuava muito forte, a inflação atingia patamares exorbitantes e a questão resolução da dívida externa se tornava cada vez mais urgente. Nesse contexto, Fernando Henrique não para totalmente sua produção teórica, embora ele mesmo reconhecesse que ela se tornara secundária diante de suas funções como político profissional: “o curso das transformações no Brasil e as responsabilidades políticas que assumi limitaram muito minhas possibilidades de acompanhar os trabalhos nas ciências sociais”, dizia (CARDOSO, 1987a, p.6).

Sua principal preocupação teórica naquele momento era a discussão sobre a inexistência – ou a insuficiência – de uma teoria da mudança na sociologia contemporânea. Em *Problemas de mudança social, outra vez?*, de 1986, publicado na revista Novos Estudos, do CEBRAP, ele tenta trazer um balanço geral da sociologia da mudança, debater novos temas que surgiram nas últimas décadas e formas possíveis de interpretá-los. Para ele, depois que a sociologia perdera o ímpeto inicial de descobrir as “leis” das mudanças sociais para prevê-las e explicá-las, várias tentativas foram feitas no sentido de explicar as mudanças que realmente aconteciam dentro das sociedades: o estrutural funcionalismo de Parsons e Merton teriam dado o modelo desses estudos nos anos 1950, buscando compreender as mudanças na transição das sociedades ‘tradicionais’ para as modernas; depois, nos anos 1960 e 1970, o neomarxismo teria sido uma nova inflexão na sociologia da mudança (tanto com sua vertente acadêmica de releitura de Marx, encabeçada por Althusser e Poulantzas, quanto com as discussões sobre a dependência), mas também vieram os estudos comparativos entre as sociedades capitalistas e socialistas e uma vertente que questionava a visão gradualista das mudanças nas sociedades competitivas modernas (CARDOSO, 1986a, p.56).

Cardoso faz esse breve balanço bibliográfico para chegar ao ponto que, para ele, é o mais importante: sem que se tivesse uma crítica formulada à teoria da revolução e do

papel do proletariado nas grandes transformações, houve uma mudança de interesse da sociologia, na busca por compreender os “novos atores” que emergiam (id., p.57). A década de 60 havia rompido com a confiança na compatibilidade entre crescimento econômico, forças sociais transformadoras e bem-estar humano, e abalado as crenças na razão ocidental, e os novos atores sociais que emergiam estariam localizados nesse cenário, do qual a leitura clássica não daria conta. Neste contexto, ele defendia que as grandes teorias haviam sofrido abalos importantes, já que as pesquisas empíricas mostravam que não se seguiam os modelos previstos nas mudanças sociais: a revolução, por exemplo, onde havia ocorrido não tinha sido tocada pelo proletariado, não tinha surgido nos grandes centros do capitalismo, etc. A lição que Cardoso tirava das teorias contemporâneas da mudança social era resumida em algumas palavras:

(...) cada sociedade, em épocas históricas determinadas (...) refaz o percurso. Não apenas “amalgama” soluções, como pode manter duplicidade (ou pluralidade) de padrões de estrutura social, de formas de organização e de cultura ou, até mesmo, pode recusar as soluções ocidentais por inteiro (ou quase, como o Irã, por exemplo). Ao invés de Uma Só Teoria, teorias de mudança. Ao invés do Ator Privilegiado, um caleidoscópio quanto a agentes de mudança. Ao invés de um Resultado Único, homogeneizador, universal, uma distribuição mais nuançada e rica de alternativas históricas. (CARDOSO, 1986a, p.58)

Cada sociedade faz seu percurso dentro de um quadro universal, e apesar de Cardoso não concordar com aqueles que não veem possibilidade de teoria alguma, continua buscando uma espécie de abordagem que dê conta da especificidade das situações. Para ele, seria equivocado ficar simplesmente com uma abordagem como a de Montesquieu e dizer que cada situação tem seu espírito, sua explicação fechada em si mesma, mas também é equivocado buscar o tempo todo os grandes fatores uniformizadores: era preciso fazer uma análise concreta onde se pudesse recuperar o movimento do universal no específico de cada situação (CARDOSO, 1986b, p.10). As mudanças sociais e econômicas influenciariam e criariam condições para mudanças políticas, mas estas acontecem de acordo com a realidade, tradição, de cada país, de formas diferentes e não totalmente determinadas por aquelas. A preocupação com a busca do universal nas situações específicas, da articulação do específico com o geral, que marca o início da produção teórica mais robusta e de Cardoso e é característica do processo de nacionalização do marxismo implementado por ele, segue como uma de suas premissas de análise. Contudo, aqui ele agrega um elemento teórico diferente: a necessidade de recuperar uma dialética que não tivesse a ambição da negação, que portanto fosse apenas analítica (id.ibid.).

Essa ideia, que está em um texto de 1986 e talvez seja uma das marcas, do ponto de vista teórico, de seu afastamento do marxismo, é repetida por Fernando Henrique em entrevista dada a Pedro Lima em 2010, quando afirma concordar com Albert Hirschman quando este diz ser “melhor usar a dialética sem a ideia de uma finalidade que derive dessa contradição, porque muitas contradições podem não dar em nada” e que se teria mais liberdade pensando o mundo “com múltiplas contradições que podem ou não resultar em alguma coisa” (CARDOSO, 2010, p.226). Seria, então, uma articulação do particular com o universal através de uma dialética que não buscaria necessariamente uma síntese transformadora, que supere a realidade analisada. É interessante notar que, mesmo munido dessa ideia de dialética, em 1986 Cardoso terminava o texto sobre as mudanças sociais afirmando que para que elas ocorressem com força, era fundamental uma utopia transformadora, e afirmava que a utopia da época do fim do milênio seria acabar com a pobreza (CARDOSO, 1986a, p.61). Era como se a utopia transformadora pudesse ser baseada em pressupostos políticos, subjetivos (para usar o termo que ele utiliza no mesmo texto), mas a análise da realidade não demandasse nenhum tipo de compromisso com uma ideia de negação ou superação.

Sobre a sociedade brasileira, Cardoso continuava refletindo acerca de suas condições estruturais e de como essas mudanças contemporâneas difíceis de serem compreendidas pela sociologia – e resultantes do desenvolvimento dependente e associado – afetavam o Brasil. Nossa sociedade tinha se desenvolvido e alcançado, do ponto de vista dos setores mais dinâmicos, índices próximos dos países mais desenvolvidos, porém, ele continuava afirmando que isso não significava que o crescimento econômico conduziria à incorporação de toda a população aos setores mais modernos da sociedade (CARDOSO, 1986c, p.18). Crescimento sem políticas sociais efetivas de combate à miséria e *ao atraso* não geraria melhoria de vida para boa parte das pessoas (id.ibid.). Cardoso, que apostava anos antes numa homogeneização de interesses de diversos setores, fruto das características da sociedade de massas contemporânea, agora percebia de forma mais clara os limites dessa homogeneização e, principalmente, percebia que parte da sociedade ficava em boa medida de fora desse processo de dinamização e modernização.

Retomando o ponto de partida: apesar de “parecida” com as sociedades desenvolvidas (quando se olha o núcleo dinâmico dela), na sociedade brasileira o desenvolvimento do capitalismo não está tendendo à homogeneização social (mesmo com as diferenças “normais” de tal

sistema) nem assegura, por sua dinâmica, forças capazes de reduzir a pobreza e eliminar as desigualdades fundamentais.

Não há dúvidas quanto ao dinamismo e à modernidade do padrão de sociedade que se criou. Os índices de consumo de massa, exposição aos meios eletrônicos de comunicação, homogeneização de valores, etc. são conclusivos a esse respeito.

Mas faltou na evolução da sociedade brasileira o que houve, por exemplo, na sociedade americana: a Guerra de Secessão rompeu estruturas mais fundamentais. Entre nós, as evoluções políticas e econômicas fizeram-se com menores rupturas. Pagamos hoje o preço da manutenção de antigos privilégios: temos uma revolução democrática incompleta.

É este o grande desafio brasileiro. Importa menos divergir sobre o dinamismo da economia e sobre seu ímpeto de expansão do que concordar sobre o fundamental: os passos adiante requerem coragem, serenidade e objetivos claros. Estes, democraticamente, não podem ser outros se não os de guerrear a miséria existente e dar acesso racional à terra e ao emprego aos milhões de deserdados que nosso progresso manteve, criou ou ampliou. (CARDOSO, 1986c, p.22).

Cardoso constatava aqui que a dinamização de nossa economia não assegurava a criação de forças sociais capazes de reduzir a pobreza e eliminar as desigualdades fundamentais. Isso se devia, principalmente, à falta de rupturas em nossa história. Essa afirmação de que faltou revolução, coadunada com uma responsabilização das elites do país pela situação do país aparece em diversos momentos em Cardoso (Cf. CARDOSO, 1976h; 1977e; 1989a; 1989b). O interessante aqui é a tensão que permeia suas constatações teóricas com o que ele afirmava como sendo seus anseios políticos naquele momento: era preciso uma utopia de combate à pobreza, mas ao mesmo tempo a sociedade brasileira não produzia forças sociais capazes de efetivar essa tarefa. Era, então, tarefa dos setores dinâmicos existentes – pelo menos os democráticos – buscar construir as condições para guerrear a miséria, dar acesso à terra e emprego e de alguma forma incorporar a massa de pessoas que estava de fora da modernidade. Essa massa, por si mesma, não tinha condições de emancipar-se, e os setores organizados das classes trabalhadoras (parte do setor dinâmico da sociedade) não pareciam ter condições de efetivar essa luta – não eram forças sociais capazes de reduzir a pobreza e eliminar as desigualdades fundamentais.

Outro texto importante, que sintetiza a atualização de sua interpretação do que era o Brasil naquele momento, é resultado da palestra proferida por ele em 9 de setembro de 1986, no ciclo ‘A virada do século 20’, promovida pela pinacoteca do estado de São Paulo. Em texto que reproduz sua fala, publicado na Folha de São Paulo com o título *Mudanças na sociedade Brasileira*, ele começa pensando em como a sociologia clássica

via as tendências de desenvolvimento no capitalismo. Ele afirma que Marx acreditava que a massa de explorados, pelo seu tamanho e importância produtiva, poderia transformar radicalmente a sociedade; por outro lado, Comte e Spencer, de outra perspectiva política, viam etapas progressivas e graduais dessa transformação possível; mas o fundamental do argumento era mostrar que todas as correntes sociológicas do século XIX e início do século XX compartilhavam a ideia de que se caminharia para uma industrialização, e que esta alteraria as condições de vida no sentido de uma valorização crescente do sistema produtivo industrial direto (CARDOSO, 1986d, p.8). Entretanto, contemporaneamente os dados mostravam que não era isso que estava acontecendo. O setor de serviços crescia muito no mundo inteiro e o desenvolvimento da tecnologia poupadora de mão de obra deixava muita gente excluída da produção direta (id.ibid.). A evolução das sociedades capitalistas havia gerado, para Cardoso, pessoas “inimpreáveis”, uma espécie de “lixo humano”, e os Estados que historicamente tiveram condições de se preparar para esse cenário conseguiram criar estruturas para assistir de alguma forma essas pessoas. Ele intuía que a direita cresceria politicamente por culpar os desempregados por sua própria situação, e não o sistema como um todo: mas o fato é que viveríamos no século XXI num mundo com abundância, produção enorme, mas com muita miséria.

No caso brasileiro, havia agravantes: sem dúvida, não éramos um dos Estados que se preparou para conviver com essa situação, e vivíamos todos esses resultados do desenvolvimento de forma misturada com o atraso. Nesse cenário,

(...) qual a melhor maneira de entrar no século 21: fechando o mercado de maneira que progressivamente possamos ir tomando conta de certos avanços tecnológicos e criando-os aqui, ou abrindo o mercado e deixando que o efeito venha de repente? E que venha por intermédio das multinacionais? Essa é a discussão. E que tem implicações sobre como a sociedade vai se organizar, qual o modelo cultural, que chances vamos ter no futuro. No caso da informática, se tomou essa etapa intermediária, mas foi só nesse campo; no resto a transformação se fez por importação e por saltos, acrescentando às diferenças sociais preexistentes novas diferenças, muito profundas (CARDOSO, 1986d, p.9).

No Brasil, teríamos um processo em que a desorganização da base cultural precedente seria muito maior do que a existente nos países de desenvolvimento originário, e por isso não teríamos condições de controlar os efeitos das transformações que ocorrem na sociedade. Acrescentava-se a tudo isso mais um drama: todo esse processo de transformações estava acontecendo, conjunturalmente, num momento de democratização do país, em que os grupos de maior poder ou melhor organizados, por serem inseridos

nos setores mais avançados da sociedade, fechavam seus interesses de forma corporativa e se defendiam, deixando para trás grupos de menor poder relativo (id.ibid.). Embora ainda não o afirmasse diretamente, e mesmo que estivesse falando de diversos setores sociais, aqui estava também o centro de sua crítica aos setores organizados da classe trabalhadora naquele momento. Numa sociedade ainda mais segmentada do que antes, cuja integração passaria pela existência de setores privilegiados – “que disfarçam isso, sempre vão ter uma retórica geral em nome da miséria, do povo, dos pobres, mas quando se olhar os benefícios colhidos, quem ganha são os setores com mais capacidade de barganha” (id., p.10) – ele mostrava que muitas categorias lutavam com mais ímpeto para aumentar a diferença de seus pagamentos com relação ao salário mínimo do que para o aumento do salário mínimo em si. Cardoso atacava aqui o que em outros momentos denominava ‘grupos corporativos’.

Como o Brasil não tinha instituições fortes e preparadas para defender o ser humano e menos ainda o trabalhador (bastava, segundo ele, olhar para o funcionamento da previdência social, onde os trabalhadores pagam pela aposentadoria dos outros trabalhadores), a única forma de fazer essa situação melhorar nas condições contemporâneas seria aumentar “muito a taxa de crescimento”, porque assim cresceria o setor mais avançado da economia, e esse setor arrastaria consigo o mais atrasado (id.ibid.). Isso seria possível até o limite da ocupação de terras, e o Brasil tinha muito potencial nesse sentido. Contudo, mesmo com a incorporação via reforma agrária, a tendência era que as lutas sindicais elevassem o valor do trabalho e a reação empresarial aumentasse a produtividade e a tecnologia, então era possível que no século XXI também no Brasil aumentássemos a riqueza, a produtividade, mas igualmente o número de inimpregáveis (id.ibid.).

Em todo esse contexto, Cardoso já não enxerga mais alternativas possíveis no nível estrutural, econômico. O nosso problema não estaria mais no sistema produtivo, isso estaria “resolvido” (id., p.11), mas sim no polo social. O Brasil seria, no século XXI, formado *por uma sociedade superdesenvolvida ao lado de um atraso total, e por vezes com um vazio imenso entre eles* (id.ibid.). Como não havia muito o que fazer na perspectiva da produção, a forma de solucionar o problema da exclusão de milhões de pessoas passava a ser, para Cardoso, atacar a questão no aspecto cultural e educacional. A questão da pobreza e da miséria, mesmo no Brasil, já seria naquele momento quase uma opção das elites ligadas aos setores mais dinâmicos da sociedade (porque havia

condições materiais para superar esse problema), dentre elas inclusive setores das classes trabalhadoras, então a solução seria educar e convencer essas elites a incluir os setores que estavam de fora do desenvolvimento.

A ideia de que as estruturas estavam consolidadas e eram praticamente imutáveis, mas de que era possível convencer os setores mais dinâmicos a buscar políticas de inclusão, explica bastante da intervenção política de Fernando Henrique naqueles anos: não se tratava de enfrentar as estruturas e nem de produzir rupturas que não foram produzidas quando deveriam ser – no passado distante, como no caso dos Estados Unidos com a Guerra de Secessão – mas sim de encontrar as brechas e os caminhos possíveis *nesse sistema* para melhorar as condições de vida das pessoas. A sua paixão pelo possível somada à falta de aposta nas classes trabalhadoras ia tomando a forma cada vez mais nítida de um programa-guia, um manual de atuação política.

Mas as coisas são assim mesmo, contraditórias e simultâneas, são caóticas, e o que vai ordená-las, não é o mundo do não-trabalho vindo da miséria, é o mundo do trabalho vindo da abundância. E esse mundo coloca problema cultural e de dimensão moral. Por que, de alguma maneira, com os recursos disponíveis, a pobreza já é quase uma opção. Não opção dos pobres, mas dos ricos. Nós acabamos sendo muito coniventes com a pobreza, com a miséria. (...)

Num país como o Brasil, o México, a Argentina, até mesmo como a Colômbia (para se falar nos latino-americanos) tem-se hoje um potencial muito grande para enfrentar esses problemas com energia, e se isto não é feito é por falta de vontade. Vontade social, política e falta de motivação até moral para que isso possa ocorrer. (CARDOSO, 1986d, p.11)

Cardoso acreditava que era possível enfrentar o problema da pobreza, era possível mover-se guiado por uma utopia de combate à miséria mesmo munido de uma dialética interpretativa que não buscasse a negação nem a superação do sistema, já que isso parecia estruturalmente impossível. A forma de fazer isso era apostar na dimensão cultural e educacional, apelando para a ‘moral’ dos setores que podiam ordenar esse caos, justamente aqueles mais ligados ao desenvolvimento. Não se tratava necessariamente de focar de antemão na educação dos setores excluídos, mas sim do próprio setor dinâmico da sociedade, para que este entendesse a necessidade de incluir.

Com esse espírito ele já atuara politicamente nos anos anteriores, mas a partir desse período isso passará a ser definitivo. O que marca politicamente o início do ano de 1985 é a expectativa com relação à posse e como seria a presidência da república de Tancredo Neves. Fernando Henrique afirmava que o primeiro desafio do novo governo seria limpar o que ele definiu como “entulho autoritário”, democratizando as instituições,

liberalizando a legislação partidária, garantindo que as próximas eleições fossem diretas e garantindo autonomia sindical; defende um papel mais protagonista do Congresso nacional, fiscalizando e legislando; que as forças armadas não deveriam ter nenhuma função tutelar, mas sim apenas de defesa nacional (CARDOSO, 1985b). Além disso, o governo teria desafios econômicos importantes a enfrentar: não bastava distribuir renda, era preciso também alterar a forma como se apropria a renda no Brasil, mas essa seria uma tarefa difícil para um governo de transição como seria o de Tancredo (id.ibid.) e provavelmente teria que ser feita pelo governo seguinte, qualquer que fosse sua orientação partidária. Tancredo poderia já começar a enfrentar questões como a dívida externa (condicionando seu pagamento ao crescimento econômico do país e rompendo com a política do FMI), a carestia e o crescimento (CARDOSO, 1985c), além de tocar na reforma agrária e acesso à terra, na diminuição de juros e no movimento de tornar públicas (e não simplesmente estatais) as empresas do Estado, com controle social, prestação de contas ao congresso ou a órgãos específicos, livre acesso às informações. Além disso, criar mais regras para a atuação das multinacionais no país, de forma a garantir condições para que se desenvolvesse a tecnologia também aqui (CARDOSO, 1985b).

O PMDB, encabeçando esse processo de transição, teria muitos desafios como partido: por ser um partido ônibus, ao estar à frente do Estado, se não fosse moderno o suficiente e não soubesse diferenciar as pautas das maiorias dos privilégios, corria o risco de se tornar simplesmente um partido de clientela (CARDOSO, 1985d). O partido seguramente seria açoitado à esquerda pelos partidos mais ideológicos e poderia perder quadros por isso; e, além disso, seus melhores quadros técnicos estariam diretamente no Estado. Nesse cenário, PMDB tinha que ser a ponta de lança das reformas sociais no governo, com seus ministros e deputados, sob pena de não ser capaz de cumprir a vontade de mudança das maiorias do país, e terminar se tornando um “Arenão” (id.ibid.).

FHC refletia sobre todas essas questões na expectativa de um governo de transição, mas encabeçado por um democrata convicto que, da sua maneira, havia lutado pela democratização do país nos anos anteriores. Para ele, o governo teria necessariamente que ter cautela, fazer a transição com tranquilidade, porque “reformas sem voto são como ternos comprados feitos, precisam de ajustes” (CARDOSO, 1985e). A transição democrática deveria ter sido encabeçada pelo regime, que não teve coragem nem capacidade de fazer isso, e a oposição acabou assumindo a tarefa, com o PMDB à frente. Tancredo Neves havia, nesse processo, se tornado figura central para Fernando

Henrique, porque tinha um perfil agregador e capaz de encarnar a transição democrática, coisa que nenhuma outra liderança conseguia daquela forma (id.ibid.): ironicamente, ele dizia isso em entrevista publicada dia 10 de março de 1985, quatro dias antes de Tancredo passar mal na véspera de sua posse, e cinco de José Sarney (um “democrata recém convertido”, membro ainda do PDS), assumir a Presidência da República.

Já deixamos nítida a forma como entendemos que Fernando Henrique Cardoso orientava sua prática política – em conjunção com sua produção teórica – naquele momento. Essa orientação pragmática e ao mesmo tempo limitada ao que a ele parecia ser o possível, que já tinha definido algumas tensões anteriormente existentes na sua trajetória e consolidado um perfil de atuação por dentro da ordem institucional e em alianças prioritárias com setores médios ou menores detentores do capital, o levava a ter muita cautela na análise do que seria o governo de Tancredo Neves. Ele não tinha sido eleito pelo voto popular, e encabeçava uma aliança diversa, inclusive com setores provenientes de dentro do regime: por essas características, as expectativas de Cardoso eram reduzidas com relação à capacidade do governo de dirigir mudanças profundas no país, embora as características de Tancredo e as potencialidades do PMDB, tornassem possível avançar em algumas questões, como a negociação da dívida externa, a limpeza do entulho autoritário, etc. Entretanto, a doença de Tancredo – elemento trágico da transição política brasileira – fez com que um processo que já era muito limitado e negociado se tornasse ainda mais contraditório, na medida em que quem assumiria o governo constitucionalmente (e Fernando Henrique sempre defendeu seguir a Constituição, com o vice assumindo) era José Sarney.

Uma das pretensões políticas que já estava clara em Cardoso naquele momento era a candidatura ao governo de São Paulo no ano de 1986. Ele afirma isso explicitamente em entrevista concedida pouco antes da internação de Tancredo, quando diz que recusou as ofertas de ministérios porque queria ter espaços de repercussão nacional para se fortalecer para a eventual disputa do governo de São Paulo nas eleições seguintes. Ele havia recentemente assumido a “liderança do governo” no Congresso, um cargo que havia sido criado especialmente para ele. Um entrevistador do *Jornal do Brasil* tratava isso como um “prêmio de consolação”, já que ele havia ido de possível presidenciável no ano anterior para essa situação, ao que ele respondia afirmando que nunca tivera a pretensão de ser presidenciável antes, e que o que buscava era um espaço que ao mesmo tempo desse repercussão política e o aproximasse das decisões referentes à transição brasileira.

Com essa liderança do governo, acreditava que faria parte de uma espécie de coordenação política, com canal direto com o presidente Tancredo (CARDOSO, 1985f). Obviamente, quase tudo mudou com o afastamento de Tancredo, à exceção das pretensões políticas de Cardoso. Mas se o novo cenário não as alterou, diminuiu ainda mais suas expectativas com relação às potencialidades do governo de transição.

Sem Tancredo Neves, seria preciso “renegociar tudo”, pois ele havia sido o grande arquiteto da Nova República (CARDOSO, 1985g). Era preciso focar imediatamente nas reformas constitucionais e Cardoso entendia que tinha uma responsabilidade grande nessa matéria: afirmava nesta entrevista que havia sido muito prestigiado por Tancredo, que havia dado carta branca para ele na negociação da Constituinte. Quando o entrevistador insinua que Tancredo talvez o considerasse seu sucessor, ele parece timidamente concordar, e buscar fortalecer naquele momento a ideia de uma candidatura para o governo de São Paulo (id.ibid.). Outra tarefa que se fazia urgente para o governo era informar ao país que a situação orçamentária deixada pelo regime militar era pior do que o que eles imaginavam, o que dificultaria a ação do novo presidente, e paralelamente a isso renegociar a dívida externa e o aumento do salário real: a única forma de Sarney conseguir enfrentar esses desafios era se aproximar do PMDB (CARDOSO, 1985h).

O PMDB faria uma convenção extraordinária no primeiro semestre de 1985, e Fernando Henrique afirmava que mais do que nunca o partido precisava debater seus rumos: convocar as eleições para a Constituinte em 1986, defender reposição das perdas do salário mínimo; defender controle da inflação com austeridade, mas para todos, inclusive empresários, banqueiros, credores da dívida, etc.(CARDOSO, 1985i). Cardoso se esforçava em, mesmo publicamente, pautar as disputas dentro do PMDB, defendendo que os debates na convenção fossem mais programáticos do que reclamações por indicações políticas e cargos. Nessa convenção, que depois foi elogiada por Fernando Henrique como tendo cumprido seu papel (Cf. CARDOSO, 1985j), ele seria indicado para candidato à prefeitura de São Paulo no mesmo ano.

Se por conta da mobilização popular Tancredo tinha se tornado milagrosamente um presidente do povo, mesmo via eleições indiretas, Sarney precisava conseguir legitimidade popular expressando um programa e uma agenda que passassem confiança para a população. Cardoso defendia uma agenda concreta – com eleições diretas nas capitais em 1985, eleição da Constituinte em 1986 e diretas para presidente em 1988 – e

dizia que o momento era de tocar na questão da dívida externa e da enorme dívida social existente no Brasil (id.ibid.).

Dentro daquela leitura mais geral sobre o Brasil e no contexto desses desafios se encaixará a primeira candidatura de Fernando Henrique a um cargo executivo, nas eleições para prefeito de São Paulo. Essa candidatura dirá muito sobre o giro político dado por Cardoso a partir de 1978 e consolidado em seus primeiros anos de atuação no Senado. As eleições de 1985 na capital paulista contariam com doze candidatos, sendo apenas três com relevância para efetivamente disputar o cargo: Jânio Quadros, pelo PTB, Eduardo Suplicy, pelo PT e o próprio Cardoso pelo PMDB. O pouco peso dos demais concorrentes fica nítido quando se nota que ao final do pleito, com a vitória de Jânio, os três juntos tinham somado 95,85% dos votos válidos (LIMONGI, 2008, p.52).

Cardoso buscava emplacar uma interpretação da eleição de 1985 – especialmente porque enfrentaria como adversário principal Jânio Quadros – como um momento de luta pela continuidade da democratização e da luta pelas diretas, enfrentando a formação de um arco conservador que havia se formado para destruir o PMDB em São Paulo – e depois no Brasil – e que tentava reerguer o populismo de direita (CARDOSO, 1985m; 1985n). Nesse contexto, dizia que as lideranças do PMDB e do Partido da Frente Liberal (PFL, herdeiro do PDS⁵⁰) tinham posições parecidas no que dizia respeito à transição, e por isso, na campanha dele,

O PMDB estende a mão a todos os partidos e setores da população que percebem os riscos da aventura e o sem sentido de um retrocesso (...) Contaremos com o apoio de setores do P.F.L que não se esqueceram que foi a ruptura com o malufismo que os fez parte da Nova República (CARDOSO, 1985o, p.1)

Era necessário um arco de alianças que incluísse inclusive setores do PFL para derrotar o cerco conservador e o retrocesso representado por Jânio Quadros. Esse discurso de lançamento de campanha foi proferido em julho. Já em agosto, Cardoso (1985p) critica a “recaída do PFL”, que não havia apoiado sua candidatura, dizendo que era preciso unir na campanha “liberais, socialistas, comunistas, democratas” e todos que querem a mudança. Em termos de programa, Cardoso defendia que a campanha denunciasse a exploração do Brasil pelo FMI, defendesse as reformas e o crescimento econômico, tocasse no tema da segurança pública, destacasse o papel da mulher na nova sociedade,

⁵⁰ A Frente Liberal, agrupamento dissidente do PDS que havia se formado no momento da convenção que escolheu o nome de Maluf como candidato do PDS à Presidência em 1984 se tornou oficialmente o Partido da Frente Liberal em janeiro de 1985 (Cf. MENEGUELLO, 1999).

mas também deixasse claro que um dos grandes desafios era impedir a vitória de Jânio Quadros, o maior representante do retrocesso (id.ibid.).

Durante a campanha, há três entrevistas, uma de setembro e as outras duas de novembro que são muito interessantes para nossos propósitos. Na primeira, intitulada *Comunista atrapalha?*, feita uma semana depois de Cardoso aparecer pela primeira vez liderando as pesquisas, ele responde aos ataques de Jânio Quadros, que dizia que ele era um candidato comunista. Afirma que o apoio dos comunistas não atrapalha a campanha, embora diga que é importante que as próprias forças comunistas não supervalorizem seu tamanho para não gerar distorções, demonstrando certo incômodo com o excesso de bandeiras vermelhas em seus comícios, exatamente o que gerava as críticas de Jânio (CARDOSO, 1985q). Para relativizar a ‘acusação’ de comunista, dizia que havia sido Jânio, e não ele, quem condecorara Che Guevara e apoiara Muamar Khadafi na Líbia. No contexto dessa discussão, Cardoso afirma com todas as letras que não é comunista e que a grande preocupação dos empresários com relação a esse tema era relacionada estritamente ao respeito à livre iniciativa, que ele diz que defende e que por isso boa parte do empresariado apoiava sua campanha.

Eu não faço anticomunismo, porque acho que é uma coisa que não corresponde ao pensamento democrático. Mas também não quero ser confundido porque também não é democrático. (...). Ninguém está discutindo comunismo no Brasil, nem mesmo socialismo. Nenhum partido está propondo mudança do regime. Eu acho, sem dúvida alguma, que o marxismo-leninismo está em refluxo no mundo todo. E acho que no Brasil nenhum partido propõe o socialismo claramente. E não propõem por falta de base real. (CARDOSO, 1985q, p.21).

Se nos anos anteriores havia uma ponta de utopia socialista como vontade pessoal de Cardoso, aqui, no processo concreto de disputa pela prefeitura de São Paulo, com chances reais de vitória, a afirmação definitiva era a de que não existia base real para qualquer proposta de socialismo no Brasil. Suas perspectivas teóricas sobre o mundo e sobre o país – que poderiam dar margens a diferentes saídas políticas e cujas tensões emergiam de tempos e tempos em sua própria obra, sobretudo no fim dos anos 1960 e na década de 1970 – foram sendo modeladas e moderadas pela prática política real. Se em 1978 percebia que várias forças sociais que apoiavam sua candidatura viam nele algo na direção do socialismo (Cf. CARDOSO, 1978h) e em 1981 ainda colocava as possibilidades de uma democracia socialista, expressando pelo menos um desejo por isso (Cf. CARDOSO, 1981c), aqui, na campanha de 1985, seu objetivo muito pragmático é se afastar de qualquer alcunha de socialista, para agregar o máximo de setores possíveis em

torno de sua candidatura, que tinha como mote principal o combate ao retrocesso antidemocrático. Sua interpretação sobre Brasil em 1986 que, como demonstramos, não vê e principalmente não procura mais possibilidades de alternativas na esfera da produção, já estava eivada por mais esse movimento político decisivo que ele consolidara em 1985.

Em novembro, em entrevista publicada com o título de *A trajetória de um intelectual*, ele discorre sobre sua trajetória política e acadêmica, e, como não poderia deixar de ser num contexto de campanha, o faz de forma bastante auto elogiosa. Dentre outras declarações interessantes, afirma que enquanto Guevara dizia nos anos 1960 que aquele modelo de revolução feito em Cuba se generalizaria, ele dizia o oposto e afirma: “o negócio da dependência, quem inventou fui eu. Eles se apropriaram, o Thetotônio dos Santos, o Ruy Mauro Marini” (CARDOSO, 1985a, p.33). Entre a tese do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e a tese de Guevara e Régis Debray, a esquerda teria optado pela segunda, mas ele não acreditava em nenhuma – falava da internacionalização dos mercados e dizia que o capitalismo ia se desenvolver na periferia latino-americana: apesar de seus adversários teóricos acharem que ele torcia por isso e chegarem a dizer até que defendia o regime militar, afirmava que eram apenas constatações baseadas na análise que ele fazia da realidade (id.ibid.).⁵¹

No mesmo jornal, há outro documento interessante, de Eduardo Suplicy. O candidato do PT, adversário de Cardoso na disputa pela prefeitura, faz duras críticas a Cardoso e afirma que ele era, naquele momento, um “pragmático do poder”. Corroborando a tese discutida aqui de que em 1978 ele ainda era uma aposta das classes trabalhadoras organizadas, Suplicy afirma que foi em 1979 que as coisas começaram a mudar, que ele começou a se afastar da base social que esteve nas origens de sua entrada na vida pública durante a campanha de 1978 (SUPLICY, 1985). Aprofundava a crítica:

Fernando Henrique tem procurado dizer agora que ele é um democrata. (...) É difícil negar que a democracia da qual ele é líder hoje no Congresso não seja uma democracia bastante capenga, biônica. Por

⁵¹ Cardoso afirmava, ainda nesta entrevista, ele fora o responsável por convencer a mãe de Vladimir Herzog a fazer a missa póstuma que seria uma marca na luta contra a ditadura militar, e que por essa época, 1977, surgira a ideia do Partido Socialista: ele foi procurado por Lula e em 78 lançou sua candidatura ao Senado nesse contexto, mas Lula teria terminado muito influenciado por outra liderança sindical, o “Alemão”, do MR8, e a Convergência Socialista teria conseguido emplacar a ideia de um partido classista: essa teria sido a diferença que o afastou do PT. FHC teria topado um partido com os sindicalistas, mas não com aqueles “grupelhos”. Como acreditava que o Brasil não reproduziria os modelos europeus de partido – defendia um partido-ônibus, mais amplo, com setores médios – não foi para o PT. (Cf. CARDOO, 1985, p.33).

isso, mais preciso seria dizer que Fernando Henrique é hoje um pragmático do poder. Ele acha que é importante chegar ao poder para realizar as coisas que ele imaginava acreditar. Mas os acertos os mais diversos que ele está sendo obrigado a fazer, os compromissos que está estabelecendo o envolverão de tal forma na engrenagem do poder vigente que, se Fernando conseguir atingir o poder, ele pouco poderá mudar. É a lógica final a que leva o pragmatismo (SUPLICY, 1985, p.32).

Muito confiante de sua vitória, Cardoso dá uma entrevista na Folha pouco antes da eleição, em que aborda vários temas. Afirmar que depois da prefeitura de São Paulo, a única coisa mais importante que pode querer para ajudar a resolver os problemas do país é a Presidência da República (CARDOSO, 1985r). Quando perguntado pelo repórter, depois de afirmar que não acredita na estatização como solução para o problema da habitação no país, se essa não seria uma posição estranha para um candidato de esquerda, responde:

Sempre fui contra a estatização e, nos governos militares, um dos pontos que critiquei foi o aumento da presença do Estado na economia. *E não sou candidato de esquerda. Essa história de esquerda hoje é uma coisa vaga*, tem de ser definida para não se transformar apenas num rótulo. Sou candidato do PMDB. E o programa do PMDB fala de controle público sobre as empresas, não de controle estatal (CARDOSO, 1985r, p.7). [grifos nossos]

Para além da discussão sobre estatização, o mais importante aqui é a afirmação de que ele não era um candidato de esquerda, e sim do PMDB. O PMDB representava algo amplo, uma mistura de ideologias, de grupos sociais, etc., e ele era líder do governo Sarney – com todas as suas contradições, algumas bem apontadas por Suplicy – no Congresso. Ele se definia como candidato de tudo isso, não de esquerda. Em 1984, na entrevista à Playboy que discutimos anteriormente, ele se considerava de “esquerda independente” e aqui, cerca de um ano depois, num contexto de disputa eleitoral, num país presidido por José Sarney – e liderado pelo próprio Fernando Henrique no Congresso – já afirmava que não era de esquerda, ou pelo menos que não era um candidato que representava essas ideias, que eram uma ‘coisa vaga’, um rótulo.

Uma pista importante para explicar esse movimento, além das já apontadas até aqui, é perceber o fortalecimento de um elemento na forma como Cardoso enxergava os desafios do Brasil naquele momento. Ele tentava atribuir uma importância enorme para a eleição de São Paulo no contexto da consolidação da democratização do Brasil e relacionava esse peso ao fato de que nela seria “travado o embate do Brasil moderno com o Brasil retrógrado” (CARDOSO, 1985q). Essa divisão entre o moderno e o arcaico, que fizera parte de seus primeiros escritos acadêmicos, influenciado ainda pelo que nos anos

1950 era o funcionalismo de Florestan Fernandes, passaria a ser a linha de corte fundamental utilizada para justificar suas posições políticas dali em diante. Como demonstramos, como resultado do processo de desenvolvimento dependente e associado pelo qual o Brasil tinha passado, Cardoso acreditava que naquele momento – meados dos anos 1980 – o Brasil era um país formado em parte por uma sociedade superdesenvolvida e em parte pelo atraso total, “por vezes com um vazio imenso entre eles”. A única solução possível para tirar esses setores do atraso total – que significava miséria, ausência de direitos, exclusão, etc. – era, de um lado, proporcionar um crescimento econômico o maior possível, para que o grande crescimento dos setores dinâmicos puxasse em alguma medida os setores atrasados, e por outro lado investir em educação e cultura para que, moralmente, o setor dinâmico se sentisse responsável pelo processo de incorporação dos demais.

A capacidade de articular dialeticamente o particular com o universal, que levou Cardoso a ter uma interpretação potente acerca do Brasil nos anos 1960 e 1970 evoluíra para uma interpretação do Brasil, em 1983, como sendo uma “síntese incompleta”, como uma mistura entre a sociedade moderna de massas, por um lado, e a sociedade que havia sido interpretada anteriormente como dual, por outro. Todavia, nos anos seguintes, especialmente em 1985 e 1986, Cardoso parecia incorporar politicamente um retorno à ideia de uma sociedade dual, com um lado moderno e um arcaico, e um vazio imenso entre ambos. A campanha de 1985 – uma disputa entre uma São Paulo moderna e uma retrógrada – é decisiva para Cardoso no sentido de delimitar os setores com os quais ele faria alianças prioritárias na política e os critérios que utilizaria para isso. No ano seguinte, sistematizaria a interpretação do Brasil nos termos que foram colocados no início deste capítulo. Nesse sentido, a hipótese que aventamos aqui acerca desse período é a de que se consolida na interação dialética entre teoria e prática em Cardoso, especialmente a partir dos desafios políticos e pragmáticos trazidos pelas eleições de São Paulo em 1985, uma interpretação do Brasil baseada, de novo, num dualismo moderno x arcaico, e essa interpretação servirá como fundamento para Fernando Henrique definir seu campo de atuação política pelo menos até a candidatura presidencial de 1994.

Essa valorização da dicotomia moderno x arcaico fica nítida em diversos momentos dos escritos de Cardoso entre os anos de 1985 e 1989, e é a base da explicação oferecida por ele sobre sua movimentação política no período, desde as posições que assume na conjuntura às alianças que costura, da interpretação que fará do processo da

Constituinte à forma como se afasta e se aproxima do governo Sarney em diferentes períodos entre 1986 e 1987, da sua ruptura com o PMDB e fundação do PSDB às posições que toma – ou titubeia em toma – nas eleições de 1989 e diante do governo eleito de Collor.

Em longa entrevista dada à revista *Shalom*, orientada ao público judeu de São Paulo, ainda durante a campanha para prefeito, a apologia ao moderno como definidor de suas posições políticas se expressa eloquentemente. O entrevistador parte do mote de que a eleição para a prefeitura de São Paulo seria muito maior, do ponto de vista das repercussões políticas, do que apenas a cidade e pergunta se ela não ajudaria a fortalecer a “perspectiva mais moderna do PMDB”: ele responde que São Paulo tem muito a oferecer ao país (e vice-versa), porque é o “novo, é o moderno, é o dinâmico, é a empresa moderna, é a universidade, é a criatividade, é o sindicato moderno” (CARDOSO, 1985s, p.24). Cardoso seguia:

Eu acho que existe a questão popular e progressista, mas há também o arcaico e o moderno. O outro lado [Jânio Quadros] é o arcaico. E São Paulo vai decidir se ele já tem condições para levantar vôo e se impor ao Brasil como um alvo, um passo adiante na modernização e uma visão popular (id.ibid.)

Além do popular e do progressista, estaria a divisão entre o moderno e o arcaico, e seu principal adversário nas eleições de São Paulo representaria justamente o arcaico. A cidade decidiria se daria um passo adiante na modernização e em uma visão popular. A preocupação com o popular não sai completamente do vocabulário e das pautas de Cardoso, mas o que o orienta politicamente é o enfrentamento ao arcaico – inclusive porque no campo do popular, politicamente, já havia o PT. Depois da vitória de Jânio, Cardoso faz um balanço positivo das eleições em nível nacional, e diz que em São Paulo a derrota veio mais pela divisão da maioria democrática – criticando o PT e outras candidaturas – do que pelo crescimento da direita atrasada (CARDOSO, 1985t). Além disso, essa derrota enfraquecia o grupo mais moderno e reformista no PMDB, e provavelmente Orestes Quécia – que para Cardoso era um representante dos setores mais atrasados do partido – seria o candidato ao governo do ano seguinte (CARDOSO, 1985u): nessa derrota eleitoral começa a crise definitiva de Cardoso com o PMDB, que terminaria com a fundação do PSDB dois anos e meio depois.

Com efeito, a vitória de Jânio Quadros em São Paulo era a primeira vitória de um candidato de direita numa eleição urbana relevante desde 1974 (LIMONGI, 2008, P.52)

e, neste sentido, não era de todo equivocada a interpretação de Cardoso de que aquele pleito tinha grande importância nacional. Além disso, se vislumbra-se o resultado das eleições (Quadros teve 37,5% dos votos, Fernando Henrique 34,2% e Suplicy 19,7%), é bem claro que a leitura de Cardoso estava correta: a derrota tinha vindo muito mais pela divisão do “campo democrático” do que por um fortalecimento robusto da direita (id.ibid.). Neste sentido, a disputa entre PT e PMDB nessas eleições parece ter consolidado, para Fernando Henrique, sua localização num campo mais central, que tinha o PT como adversário político mais do que como potencial aliado.

No início de 1986, Cardoso repete algo que já tinha dito durante as eleições, que Sarney e seu governo ficavam num enigma constante entre a referência que sempre teve na Frente Liberal do PDS (que depois virou PFL) e a dependência que tinha do PMDB. Este, por sua vez, precisava se fortalecer ideologicamente: haveria no partido setores liberais, liberais conservadores e socialistas, e Cardoso gostaria que ele fosse socialista democrático, mas achava que no máximo ele conseguiria ser socialdemocrata (CARDOSO, 1986e). Interessante notar que se antes negava a possibilidade de uma socialdemocracia no Brasil, e considerava mais legítimas posições socialistas, agora ele dizia que o PMDB poderia se tornar socialdemocrata e deveria ocupar esse espaço (CARDOSO, 1986g). Cardoso era confrontado nessa entrevista pela primeira vez com a insinuação de que ele seria neoliberal, e respondia que concordava com o neoliberalismo político (a defesa da democracia) e com a crítica ao Estado, que não é social por natureza, mas via o pensamento neoliberal como insuficiente, porque apostaria tudo no mercado (id.ibid.).

Ainda no início do ano, Cardoso começa a aumentar o tom das críticas ao governo Sarney, e a esboçar uma ruptura: deixa de ser líder do governo no Congresso e começa a fazer críticas cada vez mais duras na imprensa. Tancredo havia organizado a transição para o PMDB ser o núcleo político e o PFL ser uma espécie de apêndice, mas com Sarney no governo isso teria se invertido. Além disso, o PMDB teria ficado muito preso à política dos bastidores em Brasília, e deixando as ruas – que expressavam a descrença de uma população que via os mesmos governantes do regime anterior à frente da democracia (CARDOSO, 1986f). O ensaio de ruptura com o governo começou a se dar com a mudança ministerial, em que Sarney teria “exagerado na dose”, dando muito peso à ala moderada das Forças Armadas e aos jovens do antigo PDS. Cardoso acreditava que se tivesse vencido as eleições de 1985 o quadro nacional do PMDB seria outro, e que o

partido tinha muita responsabilidade pela forma como se estava dando a transição (CARDOSO, 1986g). Interessante notar que Cardoso faz críticas à atuação do PMDB – priorizando a institucionalidade e deixando as ruas para os demais e pressionando pouco pela mudança de orientação política do governo Sarney – que poderiam muito bem ser críticas à sua própria atuação como líder do governo em todo o ano anterior. Os limites que Cardoso identificava na atuação do PMDB pareciam ser análogos aos limites que identificamos em sua atuação política naquele período e no imediatamente anterior.

Pouco depois de praticamente anunciar sua ruptura com o governo, é lançado o primeiro plano Cruzado, que tem efeitos positivos na economia durante algum tempo. O Plano, lançado em 26 de fevereiro de 1986, congelava preços, congelava a taxa de câmbio por um ano, fazia uma reforma monetária, entre outras medidas. O mais relevante, contudo, é ter em mente que ele foi muito bem avaliado no início, mas que logo depois das eleições daquele ano, ocorridas em novembro, o descongelamento dos preços faria o governo perder totalmente sua popularidade (SINGER, 1999, p.54). Cardoso recua muito nas críticas, elogia o plano e volta a falar de uma perspectiva de apoio – sem deixar a cobrança de lado – ao governo: o pacote econômico teria sido proposta do PMDB, e era importante para resolver os problemas econômicos mais urgentes do país, mas não suficiente (CARDOSO, 1986h). Em junho, dizia que o Cruzado já havia dado certo, e que seria o momento de pensar os próximos passos, aumentar os investimentos nos setores tradicionais e em setores inovadores, pensar as reformas sociais (combater a pobreza absoluta, fazer proposta de reforma agrária e pensar os transportes públicos) e reformar o Estado, para se tornar mais eficiente: era hora do presidente – com o qual ele tinha rompido dias antes do Cruzado – “dar o apito”, para que não se perdesse tempo (CARDOSO, 1986i). Menos de três meses depois, escreveria preocupado com a crise do plano Cruzado, que seria devida ao ágio e à sonegação, mas também à ineficiência do Estado, e que gerava uma pressão inflacionária muito grande: o governo precisava abastecer a população e manter os preços razoáveis, mas também investir no futuro, e como as duas coisas entravam em choque, é preciso de um bom plano de ação (CARDOSO, 1986j).

A explicação para essa mudança de tom, primeiro de uma crítica mais profunda que apontava uma ruptura para, depois, o reconhecimento do sucesso do plano e da influência do PMDB no processo, seguido de uma postura de ‘apoio crítico’, pode ser buscada também no contexto eleitoral. Se no início do ano o governo estava

extremamente desgastado, com o Plano Cruzado houve um alento e um aumento de popularidade do governo Sarney: nesse contexto Cardoso construiu sua campanha ao Senado em 1986. Nela, volta a enfatizar as pautas mais sociais, da perspectiva que considerava possível: aumentar a produtividade e garantir melhores condições de salário e trabalho, porque isso fomentaria o desenvolvimento e ajudaria a avançar na resolução da questão social (a exclusão).

Os bóias-frias, os trabalhadores do setor urbano, a partir de um patamar superior, querem a mesma coisa: melhores salários, melhores condições de trabalho e mais respeito às categorias profissionais. Têm razão. Como poderão os empresários responder às demandas? Certamente não há de ser pedindo ajuda repressiva ao governo, nem transferindo custos ao consumidor, nem desempregando. E não podem fazer milagres, nem deixar de investir, haverão de regatear e negociar. Mas é fundamental que cumpram os acordos e que se modernizem eles também para, aumentando a produtividade, numa conjuntura de expansão econômica, poderem fazer frente tanto à necessidade de melhores salários e condições de trabalho, como de mais lucros para os novos investimentos. É a receita capitalista, pois no caso não há qualquer reivindicação prática nem resqúcio de socialismo. Haverá sempre os que, no bojo da reivindicação trabalhista, procurarão tirar proveito político eleitoral ou os que procurarão mostrar que os limites do sistema capitalista não permitem o atendimento das reais necessidades dos trabalhadores. Mas nem Lula formulou isso no contexto brasileiro: lamentou, apenas, que o país não se modernizasse como alguns países europeus que ele conhece (CARDOSO, 1986l).

Não se tratava nem de resqúcio de socialismo, porque no contexto brasileiro havia condições de, dentro dos limites do capitalismo, atender às reais necessidades dos trabalhadores. A luta de Fernando Henrique, que ele queria continuar travando como Senador e como Constituinte era por uma democracia que funcionasse e por mudanças que tornassem a sociedade mais justa e mais humana (CARDOSO, 1986m): o PMDB havia garantido os passos da democracia até aquele momento e consequentemente os pré-requisitos para as próximas mudanças que seriam as da justiça social. Se o partido soubesse fazer isso, sairia revigorado das eleições e com condições de ter atuação importante na Constituinte (CARDOSO, 1986n). Cardoso foi eleito com mais de 4 milhões de votos, e seguiu o curso de sua carreira política como Senador, com cada vez mais importância política para o país. O governo Sarney, por sua vez, seria acusado de “estelionato eleitoral” por ter supostamente manipulado os dados e a realidade da economia para beneficiar seus candidatos na campanha. Apesar de ter sido perguntado sobre isso em alguns momentos, por conta de seu giro político de crítica e depois apoio ao governo, Fernando Henrique não parece ter sido afetado politicamente por isso nos

anos seguintes, especialmente porque só voltaria a disputar eleições em 1994, concorrendo à Presidência da República.

No início de 1987, no contexto – quase constante – de crise econômica do país, Cardoso afirmava que não adiantava lamentar-se, era preciso buscar as alternativas, que estavam relacionadas ao crescimento econômico, que no Brasil – por suas condições estruturais – era possível. Apresentava algumas propostas: era preciso assegurar os avanços de 1986 (que tinham garantido a vitória eleitoral do PMDB, inclusive em São Paulo com a eleição de Quéricia para o Governo do estado), primeiro fortalecendo a democracia; depois, com investimentos nos setores que “puxam a economia”; em terceiro lugar, investimento em saúde, educação, habitação, para amenizar os efeitos da inflação sobre os salários; em quarto lugar, pagar menos da dívida, definindo um teto de PIB pra isso; e, por fim, fortalecer o Congresso acabando com os governos via decretos de lei (CARDOSO, 1987b). É interessante notar que, no campo das prioridades, depois da democratização Cardoso coloca, logo depois da consolidação da democratização, o investimento nos setores que “puxam” a economia, os setores modernos: esses investimentos garantiriam as condições para os desafios seguintes, e por isso eram imprescindíveis para o país. Aos poucos, ele ia se tornando a síntese de uma aliança de empresários com setores médios, mais do que destes com os trabalhadores.

Era momento de formular propostas concretas e viáveis, vinculadas aos setores capazes de encampá-las. Não adiantava ter posições ideológicas meramente retóricas, e Cardoso as identificava na esquerda e na direita. A direita dizia que era preciso cortar gastos e conter salários para resolver a inflação e os problemas econômicos do país, e a esquerda só sabia dizer que era preciso moratória, aumentar salários, tabelar juros, mas sem se aprofundar em nada (CARDOSO, 1987c). Nessa coluna publicada em janeiro na Folha, ele dizia que não o agradava a aliança do PMDB com o PFL que estava sendo aventada para o Governo Quéricia, que preferiria que ele buscasse alianças com PDT e PT que eram mais afinados ideologicamente com o PMDB, mas que ainda assim, simplesmente porque havia afirmado que era necessário formar maioria na Assembleia e que provavelmente a aliança com o PFL aconteceria independente dele, que fora acusado de defendê-la.

E como em política o que vale é o que se pode fazer e não apenas o que se deseja, eu fico com a minha preferência, e a aliança, se o governador eleito a desejar e a Executiva anuir, será feita. É tão simples como o que acabo de expor e tão difícil de, escapando do xingamento, dizer o que

se pensa e marcar as diferenças. Não obstante, repito, é hora de buscar identidade. Mas é preciso também evitar a confusão entre uma postura coerente com o simplismo de posições estridentes que impedem ou dificultam a ação verdadeiramente transformadora, a qual requer sempre que se considere, além da vontade dos atores, a força que a torne possível (CARDOSO, 1987c).

A política se move nos limites do possível. Aqui, a eventual aliança com o PFL encabeçada pelo futuro governo Quéricia parecia ser motivo de incômodo para Cardoso (mesmo que ele tivesse aventado a mesma aliança, ainda durante a campanha, em sua candidatura em 1985), que acreditava na necessidade de “buscar identidade”. Mas, mais importante do que buscar identidade, era evitar posições estridentes, que impedissem ou dificultassem a ação verdadeiramente transformadora, ou seja, as transformações verdadeiramente possíveis.

O desconforto com relação à eventual aliança com o PFL, assim como as principais questões enfrentadas por Cardoso em 1987 e 1988, estariam eivadas da dicotomia que apontamos anteriormente, entre o moderno e o arcaico. Em 1985, ele aventara a possibilidade de aliança com os setores modernos do PFL que, como partido, terminou recusando essa aliança, prevalecendo seu setor mais arcaico. Agora, com Quéricia, a possibilidade de aliança não era necessariamente apenas com os setores modernos. Uma das principais frentes de intervenção de Cardoso a partir nesse momento foi a Constituinte e, nessa atuação, as características que temos ressaltado de sua articulação teoria e prática ficam bastante nítidas.

4.1.1. Constituinte e PSDB: socialdemocracia para engatar o Brasil no Primeiro Mundo

Fernando Henrique teve um papel importante de articulação política e de costura, dentro da diversidade existente entre os constituintes, de um regimento que pudesse ser aprovado e gerasse condições para a construção da nova Constituição. O processo de construção da Constituição brasileira foi longo: o início dos trabalhos aconteceu em fevereiro de 1987 e a promulgação só sairia em outubro de 1988. O Regimento Interno, do qual Cardoso seria relator, acabou sendo decisivo para a forma que o texto constitucional tomaria, como demonstra Sandra Gomes (2006). Ao longo de todo o processo, ele reflete sobre as disputas internas e sobre o que viria a ser essa Constituição. Nessas reflexões, eivadas pelas disputas políticas que ele enfrentava e por seus posicionamentos, há alguns elementos de interesse para nossa investigação. Analisando a participação dos parlamentares na discussão, retoma Sérgio Buarque de Holanda para

diferenciar conservadores – que teriam racionalidade e consistência – de atrasados – que simplesmente reagiriam a quaisquer propostas de inovação e mudança por pura ignorância ou desconhecimento de seus possíveis efeitos (CARDOSO, 1987d). É interessante notar que, embora discordando politicamente da posição dos conservadores, ele demonstrava mais simpatia ou respeito por eles do que pelos simplesmente atrasados.

Isso poderia parecer menos importante, mas quando avaliamos suas perspectivas depois de terem sido montadas as comissões temáticas da Constituinte⁵², esse aspecto parece ganhar relevância. Em coluna chamada *Convergir no essencial*, Cardoso dizia que se especulava muito sobre a tendência de cada uma das comissões (de direita, de esquerda, de centro, progressista, conservadora, etc.), mas que essas especulações não dariam conta das opções políticas concretas que estavam em jogo.

Com isto não quero dizer que não poderá haver polarização propriamente ideológica em torno de certos temas. O que me parece improvável – além de indesejável – é que esse tipo de divisão venha a permear o conjunto do debate constitucional. Tanto mais porque *há outro tipo de recorte na sociedade brasileira: aquele que separa o arcaico do moderno*. Olhando bem, há conservadores modernos e progressistas perfeitamente arcaicos. Por isso não deve constituir surpresa se, sem abrir mão de divergências mais gerais, progressistas e conservadores convirjam para garantir aquilo que a meu ver é fundamental neste momento: abrir espaço para a continuação do processo de modernização do Brasil, tanto no plano econômico quanto no social e político (CARDOSO, 1987e). [grifos nossos]

Esse essencial não deveria ser buscado na subjetividade da consciência dos constituintes, mas nas *tendências objetivas* do desenvolvimento da sociedade brasileira. Para ele, o Brasil que se industrializava, seria o mesmo que estaria em transição do universo do paternalismo para o da competição, do favor pessoal para a afirmação de direitos: esses valores da modernidade, que já impregnavam a sociedade brasileira, seguramente predominariam na Constituinte, que bem ou mal seria um retrato dessa sociedade (id.ibid.).

A busca, no fundo, era pela modernidade, que era a única maneira de produzir uma sociedade um pouco mais igualitária, garantindo a dinamização da economia a partir dos setores mais modernos, o convencimento das elites de que a miséria e a fome deveriam ser combatidas e de uma postura não corporativista dos setores mais avançados das classes trabalhadoras e das classes médias e, com isso, estariam colocadas as

⁵² No primeiro regimento interno, aprovado no início de 1987, foram formadas oito comissões temáticas que enviariam relatórios para uma Comissão de Sistematização, o que tendia a tornar o trabalho extremamente extenso (Cf. GOMES, 2003, p.197).

condições de maior igualdade na parte dinâmica da sociedade e para diminuir o sofrimento da massa de excluídos. Fernando Henrique dizia que na Constituinte, os partidos tinham sido substituídos por quatro grupos políticos básicos: os conservadores arcaicos, os progressistas arcaicos, os conservadores modernos e os progressistas modernos (CARDOSO, 1987f). Como a tarefa era modernizar, essa passava a ser politicamente a questão-chave para ele: ainda que se considerasse um progressista moderno, *era mais importante estar conectado com os setores conservadores modernos do que com os progressistas arcaicos* para efetivar as transformações de que o Brasil precisava.

Superados muitos percalços, Cardoso acreditava em julho de 1987 que poderia ser gerado um bom texto final, depois das negociações nas comissões. Afirmava que não dava nem para não modernizar, como queriam os “passadistas”, nem para colocar na Constituição regras que “serão desrespeitadas pela vida”, porque não eram realistas: mas entre esses dois lados, havia uma boa margem de negociação, e temas como reforma agrária, anistia, concessões de comunicação, seguridade social, jornada de trabalho teriam de ser tocadas objetivamente (CARDOSO, 1987g). A Carta seria uma expressão do país, com suas contradições, com a vontade de mudança, mas sem acordo quanto a métodos e objetivos para enfrentá-las (CARDOSO, 1987h). O processo até ali havia sido muito rico sociologicamente como produção de matéria prima sobre o país, mas juridicamente era ainda muito pobre (id.ibid.) e a Constituição seria, provavelmente, conservadora economicamente, progressista no social e democrática no plano institucional, assim como previram diversos estudiosos, mas um pouco menos do que o previsto em tudo, e um pouco mais no campo da democracia (CARDOSO, 1987i).

Com o texto já praticamente fechado, Cardoso diz que a Constituição tem defeitos (é muito detalhista, muito extensa, tem algumas coisas que não se efetivarão sem muita luta social), mas tem avanços importantes (CARDOSO, 1987j) e expressaria um equilíbrio dinâmico entre uma sociedade que se transforma e forças políticas conservadoras difíceis de serem rompidas a frio, sem que os constituintes tivessem tido o sopro dos movimentos sociais para avançar (CARDOSO, 1987l). Entretanto, esse primeiro texto sofreu duras críticas dos setores conservadores do parlamento e da sociedade, além do próprio Presidente Sarney: aparentemente, a primeira versão de Regimento Interno, com a composição das Comissões Temáticas e as dificuldades de se alterar as decisões em plenário, acabaram beneficiando os setores mais progressistas, que

tinham uma representação maior nas comissões temáticas e na comissão de sistematização do que no plenário geral (GOMES, 2006, p.204). Nesse cenário, os setores insatisfeitos terminaram formando o que ficou conhecido como “Centrão”, um grupo de 152 parlamentares que se sentiam prejudicados com aquele texto e se articularam para construir um novo regimento interno (id., p.208). O novo regimento geraria outra forma de decisão, e o texto final que iria a voto em 1988 seria bastante diferente do de 1987: sobre este texto definitivo, em 1988, Cardoso dizia que era um retrato de um país moderno e arcaico ao mesmo tempo, mas com vontade de mudança: era uma Constituição democrática e com vários avanços, ainda que corporativista em vários pontos e que enfrentaria dificuldades para ser implementada em tempos de crise (CARDOSO, 1988b).

Do ponto de vista da democracia e da institucionalidade, os dois pontos mais polêmicos da discussão constitucional eram o tempo de mandato do Presidente da República e o regime de governo. Sobre o primeiro, a discussão era basicamente entre as propostas de 4 ou 5 anos de duração, e boa parte dos que defendiam a última opção se relacionavam à vontade de Sarney de não ter seu mandato diminuído. Por outro lado, sobre regime de governo, a divisão era entre parlamentaristas e presidencialistas. Cardoso assumiria posição pelo parlamentarismo e pelos quatro anos de mandato. Essas posições, contrastadas com as de diversos setores do PMDB, aceleraram o processo de sua crise com o partido. Depois da reaproximação com o governo ao longo de 1986, 1987 voltava a ser um ano marcado mais por críticas e tensão de Fernando Henrique com Sarney, no contexto do fracasso do plano econômico de Bresser Pereira e principalmente da atuação de Sarney para influenciar pontos da Constituinte. Dizia, em maio de 1987, que Sarney teria usado a estratégia de dividir o PMDB e se aliar com o PFL (juntando os setores conservadores de ambos os partidos) para garantir o não encurtamento do seu mandato, e que as tensões podiam levar o PMDB a rachar na sua convenção de 13 e 14 de julho daquele mesmo ano (CARDOSO, 1987m).

Nas vésperas da convenção, Cardoso (1987n) afirmava que o partido estava “no limite”, com excessiva preocupação sobre cargos, práticas clientelistas, etc. e, ou resolvia programaticamente suas questões, ou não teria mais razão de ser. Aos poucos, já começava a anunciar sua ruptura: diz que seguramente estaria em um partido novo em breve, que poderia ser um PMDB renovado ou outro partido. Logo depois da convenção, avalia que a disputa no interior do partido era sobretudo pela hegemonia e por poder, já que 75% da militância concordava com o plano econômico em vigor naquele momento,

elaborado por Bresser Pereira⁵³: a disputa real seria em torno do mandato de quatro ou cinco anos (CARDOSO, 1987o). Cardoso naquele momento defendia que a Aliança Democrática havia se tornado um mal, já que naquele estágio da democracia brasileira seria momento de os partidos se diferenciarem, fortalecerem suas identidades, e essa “geleia geral” era ruim para o país: o PMDB havia sido o partido da resistência e que falava das bandeiras sociais, que agora estavam enferrujadas por falta de recursos (CARDOSO, 1987h). Agora, deveria se tornar o partido da mudança, que defendesse o crescimento, o investimento, e a implantação de políticas de bem-estar social de forma conectada: o primeiro sem o último seria um retorno à política de Delfim Netto, de primeiro crescer o bolo para depois dividir, e o último sem o segundo seria populismo (id.ibid.).

De fato, um dos aspectos mais importantes para a formação do Centrão era a articulação da defesa das posições do Presidente Sarney, mas também o recuo de algumas pautas progressistas aprovadas no primeiro texto. Vimos que o primeiro regimento interno da Constituinte beneficiava os setores mais progressistas. No texto aprovado em 1987, o regime de governo era semipresidencialista, o mandato presidencial ficava em cinco anos (mas o de Sarney tendo apenas quatro), a jornada de trabalho semanal ficava com máximo de 40 horas, a estabilidade no emprego era garantida depois de 90 dias de contratação, o direito a greve era irrestrito e a expropriação para a reforma agrária permitida para terras não produtivas (GOMES, 2006, p.199). Por outro lado, na versão final do texto, depois das votações nominais em plenário de alguns temas e do método de negociação das lideranças (a partir das necessidades geradas com a mudança do Regimento), o regime permanecia presidencialista, o mandato de Sarney duraria cinco anos, a jornada de trabalho ficaria em 44 horas, o direito de greve nos serviços essenciais e no serviço público seria regulado por leis específicas posteriores e ficava proibida a expropriação de terras produtivas para reforma agrária (id.ibid.). Neste sentido, a versão final da Constituição representou recuo em vários pontos que seriam pautas progressistas. É interessante notar que, dentre todos esses recuos, articulados pelo Centrão e pelo

⁵³ O Plano Bresser foi mais um plano heterodoxo de combate à inflação no Brasil, depois do Cruzado. O fracasso do plano, consolidado já no final daquele ano, aumentaria a sensação de que seria necessário um plano ortodoxo no sentido econômico, com altos custos para a população, para combater a inflação (Cf. LEVY, 2015, p.37). Em 6 de janeiro de 1988, “Com o fracasso do Plano Bresser, o presidente José Sarney nomeia como seu ministro da Fazenda Máílson Ferreira de Nóbrega, que inaugura uma política econômica que se propunha ser ortodoxa e gradualista (Giambiagi et al., 2011, p. 117), com o objetivo de estabilizar a inflação no patamar de 15% ao mês e reduzir o déficit público. A nova política econômica ficou conhecida como “política do feijão com arroz”” (RIBEIRO et.al, 2015, p.199).

próprio Presidente Sarney, os que incomodaram decisivamente Cardoso foram os relacionados ao tempo de mandato e ao presidencialismo.

Em março de 1988, quando o parlamentarismo é derrotado e o mandato de Sarney fica em cinco anos, por meio de votação na Assembleia Constituinte, Cardoso diz que venceu o Brasil arcaico, com apoio dos utopistas do PDT e do PT, mas que os verdadeiros operadores da vitória do presidencialismo e da prolongação do mandato foram do PMDB: depois dessa jogada, ele via que não havia recuperação possível para o partido (CARDOSO, 1988c). Defendia o parlamentarismo porque era um sistema mais moderno e, ainda que parecesse pouco exequível no Brasil para alguns analistas (e para ele próprio em anos anteriores), boa parte dessa inexequibilidade viria do presidencialismo imperial brasileiro, que não permitiria que partidos e parlamentares se fortalecessem; além disso, houve mudanças estruturais importantes no Brasil e a sociedade civil tinha se organizado muito, por isso o país estaria preparado para um sistema parlamentarista, mesmo que não fosse puro (defendia que mesmo no parlamentarismo brasileiro houvessem eleições para presidente, que tivesse algumas funções importantes) (CARDOSO, 1987p; 1987q).

Se em março de 1988 ele já praticamente anunciava sua ruptura com o PMDB, antes disso, em outubro de 1987, ao descrever os grupos internos do partido, tratava da esquerda voltando a afirmar a tese da falta de modernização como o principal problema: “setores da direita se atualizaram mais do que a esquerda”, ainda muito presa a conceituações superadas sobre questões como empresa, produção e capitalismo:

Existe uma possibilidade de ser uma esquerda que não entendeu, ainda, a enorme transformação do mundo (...) Será que São Paulo é atrasado ou será que já houve uma certa fratura na História e ainda estamos localizados no passado? O Brasil tem essas duas componentes. Temos que ter presente isso. Não dá para fazer uma posição de esquerda européia, porque o Brasil não é europeu. Mas também não dá para ser africano, porque o Brasil não é africano. (CARDOSO, 1987r, p.10).

O grande problema da esquerda partidária do PMDB era o mesmo do resto da esquerda brasileira: tinha concepções atrasadas. Mesmo assim, se os setores de esquerda saíssem do partido, Cardoso afirmava que sairia junto, porque boa parte do PMDB havia se aliado ao “Centrão” para barrar as transformações na Constituinte, e o “Centrão” nada mais era do que uma articulação política de homens do passado (CARDOSO, 1987s). Nesse caso, entre sair com os progressistas atrasados e ficar com os conservadores atrasados, ele escolheria a primeira opção, embora não devesse formar um partido com eles. O fato é que o PMDB já tinha acabado para Cardoso, que afirmava isso literalmente

em uma entrevista ao Correio Braziliense em dezembro de 1987: o partido teria morrido quando não teve capacidade de governar e quando operou para reconstruir o antigo regime: dos 130 deputados do PMDB que estavam no Centrão, 100 tinham sido da base de sustentação do regime militar (CARDOSO, 1987t). Efetivamente, metade do PMDB na Constituinte havia votado com o Centrão com relação à duração do mandato de Sarney, e esse foi um fator decisivo para a construção do PSDB (GOMES, p.214). O mais provável é que o PMDB não conseguisse se reformular como partido, então Cardoso já admitia publicamente a possibilidade de fundação de um novo partido, que viria a se chamar Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Neste bojo, em seu primeiro discurso no Senado do ano de 1988, Fernando Henrique busca sistematizar uma interpretação sobre os desafios do Brasil, para justificar sua postura e os votos que daria na Constituinte. Ele intitula sua intervenção de *A crise e as opções nacionais*, em que diz que a crise que o Brasil vivia era total, mas sobretudo de confiança, e para sair dela é preciso adotar um caminho de médio e longo prazo, que tentaria propor. O primeiro passo seria aprovar logo a Constituição Federal e garantir as eleições para presidente imediatamente: a vontade política da população, para realmente acreditar que houve uma transição democrática, era eleger diretamente o presidente e, mesmo que isso não fosse suficiente para resolver a crise, daria fôlego para os passos seguintes (CARDOSO, 1988d; 1988e, p.4-5).

No longo prazo, divide sua defesa em três elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao mercado e à empresa. O Brasil precisa se integrar no mundo globalizado com desenvolvimento industrial e tecnológico, precisa fazer a opção pela modernização e não pelo isolamento (a la Camboja) (id., p.7). Essa opção, por sua vez, implicaria um processo de modernização e globalização da economia, com o desenvolvimento de vínculos com o mercado internacional, mas garantindo uma inserção soberana neste. Se feita sem soberania, essa inserção levaria o país a se tornar reserva de mercado dependente das economias centrais. Essa opção pela inserção soberana só seria possível com um espírito de empresa vigorando tanto na esfera pública quanto na privada e, portanto, com um cenário de competição, menos regulação estatal e bastante organização da sociedade civil (id., p.8). Se em 1985 defendia regras para a atuação das multinacionais, como forma de garantir a produção tecnológica local (Cf. CARDOSO, 1985b), agora o desafio pendia para a diminuição da regulação do Estado.

Neste contexto entraria o segundo desafio, o de modernizar o Estado. Este seria o agente propulsor do desenvolvimento no Brasil, e por isso a dicotomia estatização x privatização seria um falso dilema: era preciso delimitar com clareza as áreas de investimento público e as formas de cooperação com o setor privado, combater a burocracia tradicional ‘preguiçosa’ e também a tecnocrática moderna vinculada a interesses privados, e separar o Tesouro dos interesses das empresas e dos cidadãos (id., p.9). Um terceiro elemento de longo prazo seria a consolidação de uma democracia social, aumentando a eficiência do Estado nas áreas sociais e buscando combater a miséria, já que existiam condições estruturais para isso. O populismo, que seria parte do arcaísmo demagógico e prometeria redistribuir a renda sem pensar em como garantir o crescimento econômico, não poderia ser a solução nessa seara (id., p.13). Por fim, Cardoso terminava o discurso dizendo que o melhor sistema de governo para garantir esses avanços era o parlamentarismo, que, como vimos, seria derrotado alguns meses mais tarde na Assembleia Constituinte.

Ainda em janeiro de 1988, ele afirmava que Sarney havia se desconvertido da democracia e decidido tomar o caminho de volta rumo ao autoritarismo: quem controlaria o governo naquele momento, na visão de Cardoso, eram homens do antigo regime, e isso ficava ainda mais claro com a saída de Bresser Pereira do ministério da Fazenda. Nesse contexto de discussão sobre a crise do PMDB, e em conexão com a sistematização dos desafios apresentada por ele no Senado, Cardoso afirmava:

Há uma indecisão dentro do PMDB e fora dele também, e há na esquerda, sobre qual é o papel do Brasil no mundo. Subjacente às posições no PMDB existem dois modelos: há um modelo do Brasil como uma grande Nigéria, que é um país com desigualdades, um país que requer um Estado forte e que requer uma liderança que unifique ao redor do grande partido todo povo para fazer a reconstrução nacional e fazer as mudanças sociais. O modelo africano do partido único da libertação nacional, lutando contra o inimigo externo. E há o modelo dos que dizem que o Brasil tem liberdade política de 150 anos, que se industrializou, que é a oitava economia do mundo, que está ligado ao sistema internacional de produção e que tem uma sociedade civil forte e diferenciada que se organiza e que não vai ter o modelo de um só partido. Qual é a do PMDB? O PMDB é um partido que vai votar pela ocidentalização do Brasil ou pela terceiromundização? Se for para a ocidentalização, nós vamos para o parlamentarismo como objetivo, porque é o modelo que leva à negociação de uma sociedade civil complexa. Se for pela terceiromundização, nós vamos para um presidencialismo caudilhesco (CARDOSO, 1988f)

Ele enxergava no PMDB certa incapacidade de resolver de maneira moderna os dilemas que via na sociedade brasileira. Ainda que justificasse sua ruptura futura em razão das práticas clientelistas, “conservadoras arcaicas”, que o partido consolidara, não menos

importante era o equívoco programático de setores do “progressismo arcaico”. A ideia de ocidentalização, de conexão urgente do Brasil com o mercado internacional, de adequação do Brasil à globalização, ia ganhando força em suas análises. Essa era a *única maneira* de impulsionar o crescimento econômico, dinamizar ainda mais os setores modernos da sociedade e, em consequência de tudo isso, de alguma forma criar as condições para incorporar a massa de excluídos e inimpregáveis. O centro do problema era “saber para onde vai o Brasil: continuaremos sendo um grande país do Terceiro Mundo ou seremos capazes de engatar no Primeiro?” (CARDOSO, 1988g, p.7).

Pois bem, além de não ter clareza programática sobre o Brasil e de trabalhar pelo presidencialismo, a maioria do PMDB trabalhara também pela manutenção do mandato de 5 anos para Sarney, e para Fernando Henrique, tudo isso era baseado na manutenção de uma unidade absurda com o PFL que ajudava a barrar os avanços de pautas importantes para o povo, como o congelamento de preços e fortalecia elementos negativos, como o arrocho no funcionalismo público (CARDOSO, 1988h). Com esse espírito de crítica geral ao atraso do PMDB, de crítica geral à esquerda e à esquerda do PMDB em particular, em junho de 1988 Cardoso participa da fundação do PSDB.

Este teria que ser um partido capaz de conduzir o Brasil para uma política coerente com o tamanho de seus desafios, relacionados principalmente à inserção do Brasil na economia mundial e à solução da pobreza internamente. Cardoso afirma que o momento era difícil para construir um novo partido, por conta da crise, e que o novo não deveria vir para dividir os progressistas: torcia para os que se mantinham no PMDB buscando dar uma última batalha e dizia que provavelmente eles se encontrariam num futuro próximo (CARDOSO, 1988i). No seu discurso de desligamento da liderança do partido no Senado e do próprio PMDB, depois de fazer um balanço de sua trajetória e expor os conhecidos motivos de sua ruptura (clientelismo, corrupção, atrelamento excessivo ao governo, indefinição programática), diz que se estiver errado no julgamento sobre o PMDB não ter mais volta, reconhecerá isso no futuro: mas estava convencido de que o PMDB fora “tragado pela cultura política tradicional” e que ao se fortalecer, “reforçará a ordem conservadora arcaica” (CARDOSO, 1988j, p.22). Por tudo isso, prefere arriscar com a construção de um novo partido com convicção do que garantir uma carreira política tradicional e estável permanecendo no PMDB (CARDOSO, 1988l).

O PSDB já iniciava sua empreitada como partido institucional com a disputa eleitoral da cidade de São Paulo em 1988. Não era um momento fácil para um partido de

orientação mais centrista, na medida em que o governo Sarney estava muito desgastado por conta da crise econômica dos anos anteriores: em 1988, a inflação anual chegou a 1037% e houve recessão de 2% na economia (SINGER, 1999, p.54). O cenário fez crescer candidatos de esquerda no país. No PSDB, o candidato ideal seria Franco Montoro, mas esse ficara impossibilitado de concorrer por questões de saúde, e o partido lança o nome do economista José Serra. Nas eleições, que ocorreriam no dia 15 de novembro, concorreram, além de Serra, como principais candidatos, João Leiva pelo PMDB, Paulo Maluf pelo PDS e Luiza Erundina pelo PT. Em mais uma eleição polarizada, como demonstra Limongi (2008, p.55), os últimos dias de campanha foram decisivos para surpreendentemente eleger, pela primeira vez, o PT na cidade. É muito interessante notar que Cardoso, nas vésperas das eleições, já em novembro, teme muito uma vitória de Maluf e diz que ele ressurgiria em São Paulo mais pela derrota e pelos erros dos outros partidos do que por méritos próprios, e que disso dos responsáveis era o PT, que lançara a “candidatura inviável” de Erundina, que tinha superado a de Plínio de Arruda Sampaio nas prévias (CARDOSO, 1988m).

Entretanto, dias antes das eleições, Erundina sobe nas pesquisas e Fernando Henrique defende posição contrária à retirada da candidatura de Serra para fortalecer a petista contra Maluf (defendendo uma posição oposta à sua em 1985, quando criticou Eduardo Suplicy por não ter retirado a candidatura em benefício da dele contra Jânio) porque diferentemente da época da ditadura, agora seria o momento de fortalecer os partidos (CARDOSO, 1988n). Depois das eleições, com a vitória de Erundina, Cardoso, surpreso, dizia que quando se esperava o inevitável, acontecia o inesperado: o povo dissera não ao governo nacional nas urnas, e o principal instrumento disso havia sido o PT. Este partido teria trazido ar fresco à política e sempre feito oposição séria ao regime e ao governo Sarney. Reconhecendo tudo isso, o PSDB preferira manter sua marca e sua candidatura até o fim, pensando em se construir como partido para o futuro e Cardoso julgava que fizera a coisa certa (CARDOSO, 1988o). De fato, mesmo sem a retirada da candidatura de Serra e de João Leiva, os votos dos eleitores do PMDB e do PSDB migraram nos últimos dias para Erundina, no que ficou conhecido a partir daquelas eleições como o “voto útil” (LIMONGI, 2008, p.55)⁵⁴.

⁵⁴ Além disso, a estratégia do PSDB defendida por Cardoso parecer ter demorado para dar resultados na cidade de São Paulo: apesar do crescimento vertiginoso do PSDB nacionalmente e estadualmente em SP (com a eleição de Covas para governador em 1994 e de FHC para Presidente), o partido só ganharia eleições municipais em São Paulo em 2004, com José Serra (Cf. LIMONGI, 2008).

1989 seria um ano importante na história política do Brasil, com as primeiras eleições diretas para presidente desde o regime militar. Neste ano, Fernando Henrique escreve *Estrategias para el desarrollo democrático en América Latina*, em que discute longamente as peculiaridades do desenvolvimento histórico da ideia de democracia na região, para terminar com algumas propostas relacionadas às estratégias necessárias para consolidar o regime democrático diante de uma população que não estava vendo vantagens práticas na democracia, porque ela não tinha trazido mais igualdade (CARDOSO, 1989c, p.15). Em resumo, as estratégias que defendia estavam relacionadas à democratização ainda mais profunda do Estado, de novo com a ideia de tornar mais público o que era estatal; nesse mesmo bojo, a privatização de setores que não deveriam ser estatais (que haviam se tornado estatais durante os regimes militares para socializar as perdas – esse é um dos primeiros momentos em que Cardoso defende explicitamente as privatizações); tornar transparentes também as empresas, já que suas grandes decisões afetam a todos; mecanismos de participação para que as decisões aflorem da sociedade civil; regulamentação da rádio e principalmente da TV, partes fundamentais da democracia de massas (id.ibid.) Reconhecia que a participação direta era importante, porém, na busca por se diferenciar do PT, ressaltava que havia momentos em que ela não seria desejada e que o sistema de representação precisaria funcionar bem.

Com esse receituário de propostas em mãos Cardoso encarava as eleições de 1989. Sobre elas, afirmava que o fato de serem eleições isoladas, apenas para presidente, enfraqueceria ainda mais os partidos, já que a escolha eleitoral provavelmente se daria mais entre indivíduos que encarnam algo do que a entre programas (CARDOSO, 1989d): era possível que no contexto geral de ojeriza à política, o país elegeisse um “salvador da pátria”, que por sua vez encontraria um congresso forte, mas sem um sistema parlamentarista, e a junção de tudo isso representaria riscos à democracia (id.ibid). Por isso teria sido melhor o parlamentarismo, as eleições em 1988 e a aprovação do voto distrital misto, que segundo Cardoso politizava mais o processo. Fernando Collor de Melo poderia ser o “salvador da pátria”, e o fenômeno de sua ascensão nas pesquisas se explicaria por sua capacidade de fazer política de massas, com mídia, e de representar a antipolítica (CARDOSO, 1989e).

O PSDB lançara Mário Covas como candidato. A proposta era mais ou menos a apresentada por Fernando Henrique acima, com características socialdemocratas, mas também com uma forte ideia de reestruturação do Estado. As linhas programáticas do

PSDB na campanha eram totalmente coerentes com a forma de ver o Brasil e o mundo que Cardoso havia desenvolvido nos anos anteriores. Segundo as palavras do próprio Covas, o que ele estava propondo na campanha era um “choque de capitalismo”, um choque de modernização na área econômica e na área social (CARDOSO, 1989f). Além disso, o que muitos pensavam ser uma fragilidade do PSDB, o apoio mais forte da classe média à sua candidatura, era, para ele, sua vantagem, porque era daí que viriam a maioria dos seus quadros: se não se isolasse da classe média e conseguisse uma política de emprego sem preconceito antiempresarial, e com distribuição de renda, o PSDB se tornaria a alternativa de poder que o país estava precisando (CARDOSO, 1989g).

As eleições aconteceram num contexto de grande insatisfação popular com José Sarney: segundo pesquisa de setembro de 1989, 68% consideravam sua gestão ruim ou péssima, o que fez com que no segundo turno chegassem dois candidatos de oposição: Collor e Lula (SINGER, 1999, p.51). Com o resultado do primeiro turno, tendo Collor (PRN) atingido 30,47% dos votos e Lula (PT) 17,18%, indo ambos para o segundo turno, com Brizola (PDT) com 16,51% e Covas (PSDB) com 11,51% logo atrás, o PSDB foi bastante pressionado para se posicionar. Com um segundo turno nesses moldes, a eleição tendia a ganhar em polarização ideológica, com um confronto entre partidos de direita e de esquerda em torno das candidaturas (id., p.52). De antemão, PSDB afastou a possibilidade de apoiar Collor, mas Cardoso faz questão de dizer que neste cenário o alinhamento com o PT não era automático, o partido e Lula precisariam mostrar o que pretendem para o país, de forma qualificada (CARDOSO, 1989h). “A palavra está com quem venceu, não havendo porque fazer-se cobranças de um partido novo, como o PSDB, que deseja bem cumprir seu papel na escolha para o segundo turno sem desfigurar-se em alinhamentos automáticos” (id. *ibid.*).

Ainda antes do segundo turno, Cardoso dá uma entrevista que foi publicada com o título *O país na iminência de uma enorme crise* em que faz uma análise que se mostraria bastante acertada com relação ao que seria o futuro com o novo presidente, qualquer que fosse. O eleitorado brasileiro teria votado, no primeiro turno, pelas mudanças, e haviam sido os grotões, os desterrados – os “sans-culotte”, os setores que ele dizia não terem condições de por sua própria força alterar a situação do país – que escolheram Lula e Collor: era preciso saber como foi possível, num “país dinâmico e que é hoje um dos campeões do capitalismo, fazer ouvir sua voz pela garganta dos mais pobres. Não foi só o atraso, portanto. Foi a pobreza,” e Lula era autêntico nessa luta, enquanto Collor

aparecia como uma montagem (CARDOSO, 1989i). Lula tinha o apoio dos setores da igreja mais organizados, enquanto Collor se respaldava nas partes menos organizadas da sociedade: o cenário pós-eleições tenderia a uma grave crise institucional, e o PSDB precisaria estar preparado para isso, porque ambos haviam sido eleitos como salvadores da pátria, e nenhum dos dois conseguiria cumprir a expectativa do eleitorado, porque não haveria condições para isso. Se eleito, Lula não poderia “dizer não”, mas não teria condições materiais para implementar o “sim”, enquanto Collor ficaria na mesma situação, mas da perspectiva dos ricos (id.ibid.). Depois das eleições, seria necessário defender com firmeza a legalidade democrática, e o PSDB precisava cobrar – depois de dizer não a Collor “pois o que ele representa e o maniqueísmo da política brasileira o obrigaram a isso” – o PT para que mudasse seu programa, para tornar-se pelo menos compatível com a Constituição, o que seria imprescindível para o próximo presidente (id.ibid.).

É interessante notar que Cardoso parecia um tanto ressabiado com a opção de o PSDB ter vetado o apoio a Collor de antemão, mesmo no contexto de uma eleição tão polarizada ideologicamente. Se essa decisão tinha a ver com o que ele representava, tinha a ver também com um maniqueísmo da política brasileira que os obrigava a isso, da sua perspectiva. Escreve um texto dedicado especificamente a essa questão do maniqueísmo, intitulado *Opções conscientes*, na Folha de São Paulo, 17 dias antes do pleito. Dizia que parecia estar havendo uma recaída ideológica no Brasil, como se um lado fosse o bem e o outro fosse o mal, e não era bem assim: PSDB acredita na democracia e por isso havia feito uma opção, por Lula, mas não concordavam com os 13 pontos programáticos da Frente Brasil Popular porque alguns deles iam contra o programa do PSDB: se quisessem, além do voto, a sustentação política do PSDB num eventual governo, precisariam mudar o programa (CARDOSO, 1989j). A três dias das eleições, Fernando Henrique reforçava a ideia de que sempre houvera recusado o maniqueísmo, por um lado, mas também, por outro, o não reconhecimento das diferenças: *Collor havia se aliado com os conservadores do passado* e Lula demonstrara disposição a não governar sozinho, e no segundo turno havia deixado ainda mais claro que representava o campo progressista (CARDOSO, 1989l).

Depois da vitória de Collor, Cardoso afirmaria a legitimidade da eleição, mas para mantê-la, o presidente eleito deveria respeitar a Constituição. E principalmente, anunciava a oposição responsável do PSDB ao governo:

Responsabilidade perante os interesses do povo e do país não quer dizer participação em governo, nem apoio acrítico, nem “crédito de confiança”. Quer dizer outra coisa: estaremos atentos a cada ato do presidente e do governo, para apoiá-lo no Parlamento, se vier para solucionar a crise brasileira, especialmente a inflação, a dívida externa, a retomada do crescimento econômico, a necessária redistribuição de renda. Mas também para exercermos a crítica dura e democrática em caso contrário. (...) Sem maniqueísmo, mas também sem servilismo e sem adesismo (CARDOSO, 1989m).

O período que vai de 1985 a 1989 marca a contraposição política de Cardoso à esquerda, o reconhecimento explícito de que não havia alternativas no que diz respeito à produção e a emergência da dicotomia moderno x arcaico como principal corte político em sua perspectiva. Esse último aspecto, como discutimos anteriormente, parece ser uma espécie de retorno, no âmbito da política, aos primórdios de sua produção teórica, ainda nos momentos anteriores à consolidação do marxismo como sua forma de interpretar o mundo. Neste momento de sua trajetória, embora haja resquícios importantes do marxismo na hora de analisar as sociedades, sobretudo com a atenção à estrutura econômica e às classes sociais, Cardoso prefere, sempre que pode, declarar seu afastamento do marxismo como forma prioritária ou superior de visão da realidade: ele havia sido formado no marxismo e não negava isso, mas afirma nunca ter sido politicamente marxista, e coloca outras vertentes teóricas, por exemplo as influenciadas por Weber, no mesmo patamar da interpretação de Marx. Embora continue analisando a sociedade da perspectiva das classes sociais, procura as contradições menos nas diferenças de interesses entre elas e mais no corte entre o que representaria o moderno – e assim uma possibilidade de crescimento econômico e dinamização da sociedade que seria benéfica para todos – e o atraso – que tanto pela via do conservadorismo fisiológico quanto pela via do progressismo corporativista típico das classes trabalhadoras organizadas no Brasil prejudicaria esse processo de modernização.

É dentro desses marcos que Cardoso faz questão de dizer que não era maniqueísta quando se tratava da eleição Lula x Collor, mesmo num cenário de profunda polarização entre forças de direita e de esquerda (Cf. SINGER, 1999). Como ficará claro nas próximas páginas, ele chegou a flertar com a ideia de que “o Brasil estava decolando” e que Collor era um presidente que queria ser moderno: por trás da crítica ao maniqueísmo havia, então, além da ideia de afirmar que o PT não era todo o “bem”, Collor tampouco era todo o “mal”.

Nos anos seguintes, antes de ser indicado para Ministro da Fazenda e logo depois se candidatar à Presidente da República, FHC consolidou uma interpretação do Brasil

relacionada às ideias de “engatar-se no primeiro mundo” e não isolar-se, como já começara a discutir no período que analisamos neste tópico. Essa discussão já aparece num debate com Aluizio Mercadante e Luciano Coutinho, ainda no período eleitoral. Cardoso afirma que o Brasil precisava se inserir com soberania, mas que essa inserção não era mais uma opção, e sim um dado da realidade, e que o maior risco que corríamos não era derivado da forma de inserção pela qual optaríamos, mas estaria representado pela autarquização ou pela marginalização forçada pelo desinteresse do resto do mundo: esse seria o pior cenário. (CARDOSO, 1989b, p.28). A inserção preconizada por Cardoso deveria ser soberana, preocupada com o mercado interno, e o país teria que dar conta do desafio de compatibilizar a inserção com o combate à pobreza. Mas o fundamental é que ela ocorresse, de uma forma ou de outra.

No mesmo debate, Cardoso reafirma o corte entre o moderno e o arcaico: admitia que eram cortes complicados, que geram confusão porque “quando as pessoas têm uma visão mais moderna, elas aparecem próximas umas das outras, em confronto com os arcaicos, e isso é que dá confusão de não saber muito bem onde a pessoa está no espelho ideológico” (id., p.41), mas eram reais e dividiam a sociedade brasileira. Uma das características do “moderno” era fortalecer as instituições, e ele localizava as principais diferenças dele com o PT como sendo relacionadas à forma como se percebia a questão da participação política: enquanto aquele partido apostava na participação direta, ele acreditava na prioridade da construção de instituições que garantisse a viabilidade e a continuidade da participação. Os canais para ativar a sociedade seriam o principal problema, não a falta de ativação, porque se ela se ativa sem canais, tende a colapsar⁵⁵ (id., p.41).

Aqui, aparecem já bastante consolidadas as características que Fernando Henrique Cardoso veio desenvolvendo nos últimos anos. O corte fundamental definido entre o arcaico e o moderno, mesmo que isso trouxesse alguma confusão ideológica, emerge agora para fortalecer a opção pela construção da política por dentro da ordem, pela via institucional. Além disso, por trás das reflexões sobre o risco existente de nos tornarmos

⁵⁵ Naquele momento, a prefeita de Fortaleza-CE era Maria Luiza Fontenele, do PT. Era a primeira capital governada por uma mulher, e a primeira prefeitura de uma capital do país dirigida pelo PT. As tentativas fracassadas de promover participação popular e o perfil da gestão – que gerava boicotes de setores empresariais importantes para a cidade, tais como o de coleta de lixo e o do transporte público – terminaram por gerar um caos na cidade, o que levou à expulsão de Maria Luiza do PT três anos depois de assumir a prefeitura (Cf. BRILHANTE, 2012).

marginalizados pelo desinteresse do sistema internacional, estava a ideia de que o Brasil já havia perdido oportunidades históricas importantes, e que o principal desafio do momento era não se tornar um país irrelevante, uma espécie de “quarto mundo”, expressão que Cardoso utilizaria nos anos seguintes. Para isso, era necessário integrar-se: se fosse possível uma “integração soberana”, ótimo, se não, era melhor qualquer integração do que nenhuma, e era preciso ter uma estratégia para garanti-la, qualquer que fosse ela (id., p.28). Essa ideia se fortaleceria ainda mais nos anos seguintes e terminaria de consolidar a base de interpretação que fundamentaria as últimas posições políticas de Cardoso que interessam a esta pesquisa.

No momento de maior intensidade da crise política da transição brasileira e da crise da dívida com todas as suas consequências, a fusão consciente entre teoria e prática em Cardoso se expressara numa concepção bastante moderada das possibilidades de transformação e na opção por uma prática política adaptada e restrita à via institucional. No período analisado neste tópico, parece prevalecer um *momento praticista* em Cardoso. O protagonismo como Senador, candidato a Prefeito, líder do governo Sarney, relator do regimento da Constituinte, exerce sobre sua produção teórica um efeito importante: os cortes políticos feitos por Cardoso passam a ser justificados a partir do *retorno a um dualismo que tinha sido abandonado teoricamente já nos primeiros anos de sua trajetória acadêmica*. A dicotomia ‘moderno x arcaico’, superada na análise dialética sobre a dependência, retorna como eixo fundamental através do qual Cardoso analisa as forças políticas brasileiras e delimita os objetivos de seu “dever ser”. Por sua vez, volta a ser a base de orientação para suas formulações sobre o Brasil, o mundo e a necessária integração entre ambos. O Brasil seria formado uma sociedade moderna, superdesenvolvida, convivendo ao mesmo tempo com uma parte atrasada: entre elas, haveria um fosso, uma desconexão. O desafio político era crescer economicamente a parte desenvolvida e conectá-la com o mundo globalizado, para assim alavancar por uma via indireta a qualidade de vida do setor mais atrasado.

Em um momento em que a transição democrática se consolidara e que parte da crise política (na qual ele atuara mais incisivamente) fora resolvida, esse processo pode ser expressão e consequência de um enfraquecimento da disputa de hegemonias, com o fortalecimento de uma hegemonia neoliberal, nacional e internacionalmente. Se em 1978 Cardoso expressava politicamente exatamente o que acreditava ser – a expressão

reformista de um encontro entre trabalhadores e classes médias, um representante dos “assalariados” – em 1989 há um descolamento entre o que pretende representar e a forma como concebe o mundo e atua politicamente nele. Diante do que havia sido sua produção teórica e do tamanho dos desafios a que se propusera anteriormente, o praticismo desse período se expressa na aceitação de uma condição muito mais limitada do ponto de vista da fusão entre ‘ser’ e ‘dever ser’, que proporciona sua compreensão da realidade. A dimensão prática de sua militância, baseada um “ser” muito concreto e presente, dilacera qualquer possibilidade de um “dever ser” que não seja a evolução natural do “ser” vivido.

4.2. Um novo olhar para o mundo e as chances do Brasil (1990-1992)

Se durante a década de 1980 houve uma crise econômica – a crise da dívida – e uma disputa de hegemonias, especialmente em torno da forma como se construiria a transição democrática brasileira, a partir de 1989 começa-se a consolidar uma nova hegemonia no Brasil. Diferentes autores, mesmo com diversos enfoques e abordagens (Cf. BOITO JR., 1996; GALVÃO, 2003; SALLUM JR., 1994), afirmam que o processo de consolidação da hegemonia neoliberal se deu neste momento. Todos destacam o resultado das eleições de 1989 como um bom indicativo, mas Galvão e Sallum Jr. destacam também a importância do Plano Real neste processo. O fato é que a partir desse momento, a disputa anterior ia se resolvendo em torno da construção de um novo projeto. Como veremos, Cardoso reconhece essa hegemonia e busca se posicionar diante dela.

Logo depois das eleições, ele identificava uma crise dos partidos no Brasil. O PFL havia minguado e o PMDB continuava em forte crise interna, mas as crises mais importantes para ele eram as dos partidos que ele chamava de socialdemocratas, o PDT, o PT e o próprio PSDB. O PT brigava entre administrações dirigidas pelo partido e o partido propriamente dito, o PDT entre Brizola e outros que queriam ser destaques personalistas, e o PSDB brigando entre “base e cúpula”, com muita gente da base dizendo que a cúpula aderiria ao governo Collor (CARDOSO, 1990g). O mais grave é que esses partidos estariam perdidos com relação às questões-chave do cenário mundial: não sabiam que posição tomar sobre o papel do Estado na economia, sobre a globalização político-econômica, sobre os benefícios corporativos. Haveria, assim, uma crise de modernidade nesses partidos, que por vezes se tornavam “baluartes do arcaísmo pensando que são progressistas” (id.ibid.). O PSDB ainda podia superar isso no seu congresso e criar a capacidade de contribuir para dar rumos consistentes à política brasileira, mas

deveria passar a limpo o que é ser socialdemocrata no Brasil, sem ser nem “petista enrustido” e nem “liberal envergonhado” (id.ibid.).

Esse era o desafio político que Cardoso encarnava naquele momento: entender as questões-chave do panorama mundial, o cenário estrutural e as possibilidades de atuação, para buscar dar rumos consistentes ao Brasil. Nesse sentido, o ano de 1990 é outro marco na trajetória de Fernando Henrique Cardoso. Os desafios para o Brasil já estavam colocados, e se relacionavam diretamente com a forma como o país conseguiria integrar-se no cenário mundial. Cardoso, então, sentia a necessidade de voltar seu olhar analítico para o mundo de forma mais aprofundada. Ao ser convidado para proferir uma palestra sobre “as grandes tendências mundiais do final deste século”, na abertura de um encontro organizado em Lisboa pela Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social, em 14 de novembro de 1990, Cardoso justificou o porquê de ter aceitado o convite para falar sobre esse tema da seguinte forma:

Sinceramente, tendo ocupado a maior parte da minha vida acadêmica no esforço para compreender as possibilidades e os limites do processo de desenvolvimento sócio-econômico da América Latina, e tendo, nos últimos anos, consagrado o melhor das minhas energias para ajudar a reconstrução democrática no Brasil, sinto-me tentado agora a aventurar-me em temas mais amplos, *sem cuja compreensão dificilmente será possível integrar países de desenvolvimento econômico retardatário às grandes correntes da transformação do mundo contemporâneo* (CARDOSO, 1991a, p.11). [grifos nossos]

Aí estava sintetizado o que Fernando Henrique entendia como sendo seu principal desafio teórico no momento, e os motivos políticos para isso. Era preciso compreender as tendências para ajudar na integração do Brasil às grandes correntes da transformação do mundo contemporâneo. Voltando de um encontro de líderes do Norte e do Sul global, em janeiro de 1990, ele afirmava decididamente que o mundo havia mudado muito e que se o Brasil continuasse num maniqueísmo bobo entre “esquerda e direita” ficaria atrasado, sem voz nem vez na reestruturação do mundo, sem ter sequer uma política para atrair parte dos recursos que seriam liberados com o fim da guerra fria: no mundo, naquele momento apenas os albaneses e fascistas apoiavam o isolamento, e o Brasil não podia seguir esse caminho (CARDOSO, 1990a).

Buscando discutir as relações entre o “norte” e o “sul” globais no novo contexto internacional que emergia no início dos anos 1990, Cardoso proferiu em dezembro de 1990 uma palestra intitulada *The North-South relations in the present context: a new dependency?*, no IV Encontro Sobre o Futuro do Socialismo realizado em Sevilla, na

Espanha. Num mundo em plena mudança, Cardoso afirmava que a ideia do socialismo só poderia continuar existindo se deixasse de ser protesto para voltar a ser esperança, pensando utopias de médio alcance como justiça social e liberdade, mas ao mesmo tempo se rendendo ao mercado sem adequar-se totalmente à sua lógica (CARDOSO, 1990b). A teoria de classes fundamentada no marxismo precisava ser revista, principalmente porque a revolução técnico-científica teria reduzido o número de explorados diretamente: daí vinha a necessidade – preconizada já há tempos por ele – de repensar o protagonismo do proletariado. Além disso, afirmava que era preciso ter instrumento político para a transformação, mas não ficar restrito a partidos e ao próprio Estado, e sim englobando também elementos de poliarquização, instrumentos provenientes da própria sociedade civil (id.ibid.).

Acontece que todas essas mudanças não teriam atingido o mundo de igual maneira, e se a globalização contemporânea tendia a formar novos blocos entre os países de centro (destruindo a antiga hegemonia dos EUA e da URSS no contexto da antiga polarização Leste-Oeste), também tinha tendências a desintegrar o terceiro mundo em várias linhas diferentes de desenvolvimento possível. Mesmo com a liberalização do Leste e sua abertura para investimentos estrangeiros, provavelmente o capital não migraria todo para lá, porque o ambiente no “Sul” ainda era mais propício aos investimentos estrangeiros: provavelmente, o cenário de fim da guerra fria geraria, com menos necessidade de investimento em armas, mais para ajuda humanitária e investimentos nos países de terceiro mundo, assim como a crescente preocupação ambiental poderia aumentar o montante de recursos direcionados ao Sul global (CARDOSO, 1990c).

Todo esse cenário somado às condições estruturais dos países de desenvolvimento não originário teria gerado uma gama de possibilidades para eles, relacionadas a suas condições de integração. Primeiro, houvera um crescimento do chamado “quarto mundo”, com aqueles países que são quase totalmente desintegrados do sistema, com problemas de necessidades básicas e fome; outras partes do terceiro mundo puderam se integrar na economia internacional, tanto os mais industrializados como alguns países asiáticos como alguns menos industrializados que encontraram nichos de atuação na economia mundial, como o Chile ou mesmo a Colômbia com a produção de drogas e, principalmente, os produtores de petróleo; por fim, alguns países de tamanho continental, como a Índia, o Brasil, e a Indonésia, por exemplo, e com algumas características diferentes a China, que

até aquele momento haviam sido incapazes de dar um salto de integração, mas tinham recursos internos para escapar da “quaternização” que levaria à pobreza sem esperança (CARDOSO, 1990b, p.15). Segundo ele, todo esse novo contexto mudaria as relações de dependência descritas nos anos 1960 e 1970, inclusive as formuladas por ele próprio:

Therefore, it is not anymore a question of a South that was at the fringe of the capitalist core and was attached to it through the classical relations of dependence; not even the phenomenon, described 25 years ago by Enzo Faletto and by myself in the book about “Dependence and Development in Latin-America”, of the transfers of parts of the productive system, through multinational companies, and the association of local producers with the foreign capital to form the “dependent-associated” development style.

In fact, this is another, more cruel phenomenon: either the South (or parts thereof) enters the democratic-technological scientific race, invests heavily in research and development, undergoes the “informational changes”, or it *becomes unimportant, unexploited and unexploitable*. Therefore, the South undergoes a double risk: of not being able to integrate itself or of “being integrated”. (CARDOSO, 1990b, p.15-16). [grifos nossos]

Havia, assim, um fenômeno novo: ou os países entravam na corrida democrático-tecnológica do novo mundo, ou se tornariam irrelevantes, não exploráveis. Mais do que isso, dentre os que conseguissem a integração, superando o primeiro e mais grave risco, o dilema a ser enfrentado era o de integrar-se soberanamente, a partir de seus próprios critérios, ou “serem integrados”. Nesse contexto, países que tinham apenas grandes áreas disponíveis para exploração e mão de obra barata, fatores que antes eram importantes para acoplar-se de alguma forma no modelo de dependência anterior, agora podem se tornar completamente irrelevantes. Os desafios, então, para os países do Sul, estariam relacionados não apenas a temas econômicos, mas também a questões sociais: a educação, por exemplo, era fundamental para garantir a integração, mas também um Estado melhor e mais eficiente, a alta produtividade das empresas, etc. (id.p.19).

Nesses países que precisam integrar-se, a prioridade seria reformar as sociedades (id.ibid.): alguns lugares davam respostas regressivas aos desafios (isolamento baseado em discursos anti-imperialistas, por um lado, e nacionalismo religioso, por outro), que não responderiam às situações de forma sustentável. Enquanto para os países que ficassem isolados no quarto mundo a única solução seria ajuda humanitária internacional, fundamentada em um novo humanismo (que era inclusive necessário materialmente, porque os problemas do quarto mundo chegariam ao primeiro com a imigração), outros com melhores possibilidades estruturais de desenvolvimento precisavam apenas de ajuda

em termos de renegociação em melhores condições do pagamento de suas dívidas externas (id., p.21).

Na conferência dada em Lisboa, Cardoso toca nos mesmos temas, buscando apontar as tendências gerais do desenvolvimento do mundo no final do século XX. Começa afirmando que a primeira tendência é a da unificação do processo econômico: o que ele descrevera 25 anos antes como internacionalização dos mercados, preocupado com o processo em que as empresas estrangeiras passavam a disputar o mercado interno dos países periféricos, transferindo seus parques produtivos para lá, na verdade era um fenômeno muito mais complexo, de internacionalização do processo produtivo como um todo, que supôs uma enorme reorganização dos mercados financeiros internacionais (CARDOSO, 1991a, p.12). Além disso, com a nova revolução tecnológica e a nova onda industrializante, a tendência para a unificação continuaria, com a conformação de blocos que tenderiam a dialogar entre eles: o amálgama do capitalismo contemporâneo seria ciência e produção, e o limite para participar dessa corrida seria o investimento em ciência e tecnologia, tendo como pressuposto a liberdade de iniciativa que gera a imaginação e a criatividade (em suma, o limite seria o desenvolvimento tecnológico) (id., p.13).

Quanto ao terceiro mundo, “conceito confuso” que qualifica mais os “deserdados da terra, que são, precisamente, os países inintegráveis aos grandes grupos econômicos regionais”, Fernando Henrique acreditava em um destino pior.

Dizendo de modo cruel: a História é impiedosa para com os que ficam à margem do “main-stream”. Eles são deixados no caminho mais como detritos do que como peças de museu do anacronismo. Suas populações ou encontram os caminhos do “desenvolvimento alternativo” – do socialismo da pobreza – ou vivem das sobras, insuficientes, do banquete dos ricos. A África, especialmente a do Sahel, partes significativas da América Latina, especialmente no mundo andino e na América Central e regiões superpovoadas da Ásia Meridional constituem o “público alvo” deste mundo da desesperança e da miséria.

Por certo, os países continentais – tipo Índia, Indonésia, Paquistão e Brasil – se não se integrarem ao sistema econômico global, ainda disporão de alternativas com a exploração de seus mercados internos, fechando-se e mantendo ilusões de “um outro desenvolvimento”. *O mais provável, entretanto, é que a maioria deles desenvolva uma estratégia dupla (ou ambígua) abrindo-se às correntes econômicas internacionalizadoras e, ao mesmo tempo, absorvendo aos poucos suas áreas mais atrasadas através de políticas compensadoras que impeçam a pura marginalização das massas rurais e das populações periféricas das grandes cidades.* (CARDOSO, 1991a, p.14-15) [grifos nossos].

O Brasil era um desses países de nível intermediário – não seríamos uma África, mas já tínhamos internamente setores desimportantes (CARDOSO, 1991b) – que tinham,

como todos os demais do terceiro mundo, o desafio de se integrar no sistema, mas que mesmo que não o fizessem provavelmente conseguiriam pelo menos por um tempo manter-se com a exploração de seus mercados internos. Entretanto, para ele o mais provável era que esses países adotassem a estratégia ambígua que ele descreveu, conectando sua parte mais dinâmica com as correntes internacionalizadoras, e tentando absorver – na verdade, simplesmente impedir a pura marginalização – os setores mais atrasados⁵⁶.

Do ponto de vista mais ideológico, Cardoso reconhecia uma tendência a uma “redução fenomenológica”, que dificultava uma resposta para a questão da justiça social, da busca pela igualdade e pela felicidade, enfim, da construção de uma nova utopia. O mundo parecia “defrontar-se com a dicotomia antiga entre o ‘neo-liberalismo’ triunfante e uma pálida social-democracia, lutando por sua sobrevivência como ideologia ainda ‘moderna’” (id., p.22) que, depois do seu sucesso na construção dos Estados de Bem-Estar também sofrera profunda influência das ideias neoliberais antiestatizantes.

Cardoso dizia que faltava à socialdemocracia “o charme da utopia”. Mas não adiantava agregar utopias do século passado à ideia socialdemocrata para dar conta dos desafios do presente. Neste sentido, sustentava que o reencontro do milênio vindouro com a Utopia desdenharia das teorias globais sobre a exploração e sobre a negação da negação (id., p.24).

Mas, ao matar a dialética hegeliana (e a da Revolução Marxista) não poderá esquecer-se da “microdialética do cotidiano”, nem de que, mesmo sem a busca de um Fim Último, o conflito, a luta (também de classes) continuará sendo o motor da história. Esta continuará existindo, só que sem uma configuração final pré-determinada; será, como sempre foi, aventura aberta à ação dos homens (id.ibid.).

O fato é que ainda existiam ricos e pobres e isso incomodava a “boa consciência do mundo”. Se não se acreditava mais na negação da negação, na superação da injustiça via Revolução, a dor da injustiça repercutia também sobre quem estava em situação melhor, e por isso os mecanismos de correção continuariam a ser buscados (id.ibid.). Não à toa na reestruturação russa Gorbachev havia apelado a um comportamento *ético* ao recusar o

⁵⁶ O texto em questão traz vários outros elementos interessantes, especialmente lendo retrospectivamente, pela quantidade de acertos que têm com relação a questões mundiais que, naquele momento, eram ainda emergentes mas que nos 30 anos seguintes se fortaleceriam. Vale a pena ler especialmente as reflexões sobre o islamismo e sua vinculação com diversos nacionalismos.

terror atômico e a corrida armamentista: Cardoso acreditava que esse componente ético, por utópico que fosse, seria revalorizado no milênio que chegava.

O desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista, socialmente injusta, cria as possibilidades (pelo lado da acumulação e da tecnologia) e cria a necessidade (pelo lado da pobreza) da correção dos rumos que levam à injustiça flagrante. Entretanto, para que uma nova vaga “social-democrática”, se quisermos assim chamá-la, sacuda o mundo no próximo milênio, será necessário tirar a social-democracia da palidez de suas atuais correntes, gordas e preguiçosas, graças aos próprios êxitos anteriores. Para que a social-democracia possa pôr em xeque o triunfalismo irritante do neoliberalismo ingênuo, é preciso repor o extermínio da pobreza como questão central da política futura (CARDOSO, 1991a, p.24).

Para ele, havia condições materiais para exterminar a miséria, e isso dependeria em boa medida dos países mais desenvolvidos. Restava espaço para a luta e para transformações, e o objetivo da “utopia viável” que deveria instrumentalizar a socialdemocracia para “sacudir o mundo no próximo milênio” era combater a miséria. Como não parecia possível mudar estruturalmente a situação dos países que se tornavam o “quarto mundo” e menos ainda transformar as bases do sistema internacional globalizado, a forma que restava para combater a miséria era o humanismo, baseado num componente ético. A luta continuaria sendo fundamental, mas provavelmente o máximo que poderia almejar seria esse tipo de solução. Conforme demonstramos, no caso do Brasil, uma sociedade dividida e com um vazio imenso entre a parte mais desenvolvida e a mais atrasada, *o mais provável* era a conexão à economia internacional e, ao mesmo tempo, políticas compensadoras que impedissem a pura marginalização dos setores excluídos.

Dentro de tudo isso, o grande problema, para Cardoso, é que *A esquerda não registrou as mudanças*: título de palestra sua que foi publicada na revista O Socialismo do Futuro, em 1991. Para ele, não haveria outra maneira para os setores progressistas se colocarem no mundo e manterem sua relevância se não pensar nos termos que propunha, de integração ao sistema global: a outra alternativa é ter a massa de pessoas à margem, excluídas. Ou nos definíamos com relação à política que implementaríamos para uma economia que é global, ou essa economia nos levaria mecanicamente à sua própria maneira para a globalização (CARDOSO, 1991b, p.10). Não dava mais para ter uma visão autárquica dos interesses nacionais, eles precisavam ser colocados em novos termos: a esquerda deveria repensar o Estado, as privatizações, diversas questões, mas não repensava nada (id., p.11).

E às vezes vejo e ouço com certa tristeza a repetição de uma porção de coisas que lembram sempre José Bonifácio, o Patriarca, que esteve na Europa, na França, na Suécia, durante a revolução francesa. E ele não percebeu que estava havendo a revolução. Nunca escreveu nada sobre a revolução francesa. E isso acontece com um homem esplêndido como foi José Bonifácio, como político e como cientista. E imaginem o que não acontece conosco. Acontece. Nós às vezes não percebemos que as coisas mudaram e eu acho o que está havendo nesse momento é esse processo muito grande de mudanças e ainda não temos na prática respostas (...) A resposta tem que ser uma visão diferente do que é o mercado, do que é o Estado, como você controla, de não Estado, e de uma forte ênfase em como é que se resolve a pobreza (CARDOSO, 1991b, p.11).

Da mesma forma que José Bonifácio, mesmo com todo seu esplendor, estava na França e não percebeu a Revolução Francesa, a esquerda brasileira estava no mundo e não percebia suas transformações. Cardoso, com essa analogia, dizia, no fundo, que – talvez já há muito tempo – tentava explicar, em vão, o que estava acontecendo para a esquerda brasileira, que insistia em não entender. Essa incompreensão de seu próprio papel e das transformações no planeta afastavam Fernando Henrique cada vez mais de qualquer perspectiva de esquerda, que em geral era associada por ele ao atraso.

O que Cardoso defendia, naquele momento, em termos de programa, era uma socialdemocracia que tentasse perder a palidez que caracterizava aquela corrente política no mundo naquele momento. No entanto, na América Latina a ideia da socialdemocracia enfrentaria dificuldades diferentes e maiores do que na Europa. Ele discorre sobre essas dificuldades de forma sistemática em dois momentos em 1990 e 1991: *Os desafios da social-democracia na América Latina*, publicado como capítulo de um livro organizado por um professor da Universidade de Utrecht, na Holanda, e na apresentação oral no seminário *State and Market: is there any latinamerican perspective?*, realizado em julho de 1991, na USP. A tese de fundo de Cardoso é que a socialdemocracia na América Latina emerge num momento de triunfo do neoliberalismo, por um lado, e de fracasso do socialismo bolchevique, por outro, e por isso tem o desafio de criticar essas duas perspectivas, mas num contexto de profunda desigualdade – diferente do europeu – que gera consequências importantes do ponto de vista do programa socialdemocrata (CARDOSO, 1990d).

Para chegar às condições contemporâneas e às peculiaridades latino-americanas, que traçavam os desafios da socialdemocracia, Cardoso buscava reconstruir a história político-econômica da América Latina. Primeiro mostrava como com a urbanização, a industrialização e a emergência das classes médias e do empresariado nacional nos países

do continente, surgiu a crença de que a questão central para as classes populares e para o interesse nacional era substituir as políticas agroexportadoras por políticas de desenvolvimento econômico (id., p.32). A passagem de um modelo para o outro se deu sem quebra completa das estruturas de dominação anteriores, tendo sido mais uma transformação do Estado a partir de alianças entre forças tradicionais e setores emergentes (classes médias e empresariado local) com setores representantes do populacho do que qualquer tipo de ruptura revolucionária (id., p.33). Isso, por sua vez, fortaleceu uma perspectiva revolucionária de caráter anti-imperialista para as demandas das classes médias nos países de Enclave, e nos países com desenvolvimento industrial maior, veio o nacional-populismo. Em ambas as alternativas, e aqui está o ponto fundamental para Cardoso, o Estado teria se fortalecido: no período entre guerras, na América Latina o Estado foi considerado o agente central do desenvolvimento econômico, da possível distribuição de renda e da melhoria das condições de vida do povo (id.ibid.) A CEPAL teria sido responsável por racionalizar esse processo, sistematizá-lo teoricamente e fundamentar a construção de um programa político para o campo progressista.

Foi ela quem colocou em circulação os grandes temas do progressismo latino-americano: a industrialização, o fim do *deterioro de los términos de intercambio*, as reformas estruturais (industriais ou agrárias) e a distribuição de renda formaram os pilares da crítica social e das expectativas de reorientação das economias dependentes da América Latina. Como articulador desse processo, o Estado passou a ser encarado não como a expressão de uma dominação de classe (*à la* Marx), mas como o ponto de encontro entre os interesses nacionais e os populares, sem contradições antagônicas com os interesses dos “novos produtores”. Se contradição havia, era com o “imperialismo” e com “os latifundiários” e demais “nefastos personagens” da antiga ordem.

Deu-se, assim, uma espécie de benção teórica ao nacional-populismo e ao revolucionarismo de classe média sem que se lhes fizesse a crítica tanto pelo aspecto do “distributivismo sem produção”, quanto, do ângulo político, de “participação simbólica” sem representação democrática (CARDOSO, 1990d, p.33-34).

Para Cardoso, na América Latina, a ideia de progresso não nasceu associada às lutas contra a dominação burguesa e nem às reivindicações de maior representação democrática: diferente da Europa, a reivindicação social e a de desenvolvimento econômico teriam surgido antes da reivindicação propriamente democrática, e em boa medida a despeito dela (id.ibid.). Enquanto na Europa a socialdemocracia incorporara o sufrágio universal como forma de chegar ao poder, na América Latina a opção foi pelas frentes progressistas que buscavam desenvolver o PIB e a produção nacional, sem se preocupar com redistribuição: isso teria gerado um pensamento mais estatizante do que democrático, mais corporativista do que distributivista, com as massas preferindo uma

personalidade diretamente ligada a elas que lhes garantisse salários e empregos a lutar por autonomia, pela conformação de partidos, por regras democráticas, etc.

Esse modelo populista e desenvolvimentista entra em crise em meados dos anos 1960 e principalmente na década de 1970, e surgem os estados autoritários e repressores: aumenta a dívida externa, aumenta a inflação, diminuem os salários e a distribuição e, conseqüentemente a repressão se intensifica. Nesse contexto, o Estado – que era o mocinho da história até ali – passa a ser visto como algo negativo, há uma ruptura entre Estado e a ideia de “sociedade civil” (id., p.37). A crítica ao estatismo veio junto com a crítica ao populismo, e a nova moda passou a ser valorizar a “sociedade civil”, a iniciativa privada, o mercado e a desregulamentação como pivôs do desenvolvimento, com a ideia de que o desenvolvimento social seria subproduto do desenvolvimento econômico (id., p.38).

Na outra conferência, Cardoso busca fazer um breve resumo da história do “mercado”, para construir de outra maneira o mesmo argumento. O mercado teria surgido inicialmente como alternativa à tirania, mas depois, com a violência do processo industrial, começou a ser percebida a necessidade de alguma regulação por parte do Estado (CARDOSO, 1991c, p.2). Assim teríamos entrado no século XX: aí viria o imperialismo e o aumento do tom das críticas a partir dos países que não se beneficiavam do desenvolvimento do mercado. Com o processo da Revolução Russa e as pressões das classes trabalhadoras, forma-se o Welfare State na Europa. A partir daí, quando esses estados de bem-estar entram em crise, emerge, em resumo, o neoliberalismo como resposta, com o mercado aparecendo novamente como solução para todos os problemas, como se fosse sinônimo de democracia; na América Latina, por outro lado, nunca houve Welfare State e o capitalismo se organizou inicialmente com base na escravidão e no trabalho servil indígena, tendo o mercado surgido de forma totalmente diferente do processo europeu; quando o autoritarismo foi implementado, como vimos, surgiu a ideia da sociedade civil como opositora ao Estado; isso, por fim, conectado à onda neoliberal, fez com que a ideia de democracia, de comunidade e toda a valorização da sociedade civil se misturasse com o neoliberalismo, gerando uma total inversão ideológica (CARDOSO, 1991c, p.14). O moderno passara a ser, novamente, defender o mercado como se fosse a única alternativa. Viveríamos, na América Latina, ainda as conseqüências desse processo, num ciclo de forte hegemonia das ideias neoliberais.

O ciclo atual não é favorável ao primado do interesse público, mas trata-se de ficar firme. Quando a onda é muito forte, é prudente agachar-se. Sem vergar. Sem quebrar. Deixar que passe a onda, porque ela passa. Mas claro que não sem se fazer nada. É preciso recolocar as questões de modo a recuperar a noção de estado como instrumento do interesse público. E mostrar que essa recuperação não se faz em detrimento do mercado, ela requer uma domesticação do mercado. Sem isso, dificilmente haverá democracia. Vamos torcer para que seja possível reconciliar mercado, estado e liberdades democráticas (CARDOSO, 1991c, p.16).

Cardoso não se identificava com o neoliberalismo, e queria contrapor sua ideia socialdemocrata à vaga neoliberal que se impunha no continente. Porém, constatava que o ciclo não era favorável, então o momento era de agachar-se e resistir, tentando recolocar as questões e revalorizar o Estado de forma a não se contrapor ao mercado.

As semelhanças que a socialdemocracia na América Latina tinha com a europeia se limitavam à opção pela reforma como meio de transformação, ao invés da revolução, e as ideias do pluralismo partidário e da construção de um partido policlassista (CARDOSO, 1990d, p.38). O alvo da onda libertária na América Latina não teria sido o padrão capitalista e o mercado, mas sim o Estado opressor. Além disso, as lutas sociais no continente teriam vindo sempre embebidas de populismo e corporativismo, e a ideia neoliberal de “progresso com racionalidade” não poupava sequer a dimensão social do populismo. Nesse contexto, a tradição da socialdemocracia de basear suas críticas na desigualdade provocada pelo mercado sem regulação esbarrava, na América Latina, no triunfo do neoliberalismo (id.ibid.). Para defender o “Estado socialmente necessário”, então, era preciso criticar o Estado como ele realmente era na América Latina, e por isso aceitar algumas críticas provenientes do liberalismo, ainda que demonstrando suas distorções (id.ibid.). As particularidades da socialdemocracia latino-americana e do contexto na qual estava inserida faziam com que para defender o ponto de vista dos assalariados e trabalhadores fossem necessários dois cuidados constantes: restringir o corporativismo e não descuidar da produção (id., p.39).

Essa preocupação diferencia a social-democracia nas condições latino-americanas tanto da europeia como do populismo preexistente. Com efeito, no caso da América Latina a distribuição de renda via pressão corporativa tem efeitos muito mais negativos do que o ocorrido na Europa (...) [onde] dificilmente, as vantagens relativas de um grupo social de assalariados terão significado perdas para outro grupo de assalariados.

Na América Latina, ao contrário, dadas as enormes desigualdades não só entre ricos e pobres, entre capitalistas e assalariados, mas entre os setores sociais organizados (que incluem segmentos importantes das classes trabalhadoras e das classes médias) e setores não organizados (não só “marginais” à produção, mas *idem ibidem* das classes

trabalhadoras e médias), as pressões corporativas constituem empecilhos para a *universalização* das conquistas sociais. É assim com o salário, com a Previdência, com os benefícios da aposentadoria, com o acesso à educação e à saúde, etc.

Sobre os ombros da social-democracia latino-americana recai portanto a difícil tarefa de distinguir-se do populismo-corporativista, em nome da universalização das vantagens sociais, sem se transformar em obstáculo para avanços efetivos que alguns setores podem e devem obter. (CARDOSO, 1990d, p.40).

A luta contra o corporativismo e, portanto, contra demandas de setores organizados das classes médias e trabalhadoras, era uma dura missão da socialdemocracia na América Latina, em nome da universalização dos benefícios. Ela não deveria confundir-se com a direita liberal que afirmava que todas as pautas eram corporativas, mas tampouco aceitar todas as demandas sem preocupar-se com os efeitos delas no conjunto da sociedade, tal como faziam os populistas (id.ibid.). Com relação à produção, a atenção necessária era para que se evitasse um discurso distributivista que descuidasse da necessidade de aumentar a racionalidade da produção e a produtividade, para que houvesse o que distribuir. Também nessa esfera, a socialdemocracia latino-americana teria de enfrentar-se com alguns dilemas importantes. Em sociedades desiguais e pobres como as nossas, há muitas demandas sociais que são justas, mas que não teriam condições de ser atendidas imediatamente. Não se tratava, então, de evitar apenas o atendimento às demandas corporativistas, mas em alguns momentos, em nome do crescimento, de tampouco atender a demandas que eram efetivamente justas:

A social-democracia volta a enfrentar aqui o ponto mencionado anteriormente. Ela precisa opor-se, em nome do crescimento econômico e da racionalidade a médio prazo, as demandas que, por justas que sejam, criem situações que impeçam no futuro a continuidade dos benefícios que se desejam. Esta é a outra dimensão da contradição já abordada entre vantagens para um grupo específico e universalização dos benefícios. Só que neste caso não se trata apenas de uma vantagem corporativa. Medidas gerais em si justas (por exemplo, aumentos salariais) podem não ser sustentáveis no decorrer do tempo e (ou) podem tirar mais no futuro do que concedem, como benefício, no presente.

Vou além: na situação de pobreza e desigualdade existente na América Latina, se a social-democracia não for capaz de juntar esses dois termos, o da prosperidade necessária com o da distribuição de renda, terá fracassado (CARDOSO, 1990d. p.41-42).

Esses seriam os grandes desafios da socialdemocracia diante de todo o contexto de necessidade de integração dos países latino-americanos às economias globais. Chama a atenção o realismo com o qual Cardoso expunha os limites daquilo que propunha como programa para a América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil. Como viemos

discutindo até aqui, Cardoso vai ao longo de sua trajetória consolidando uma paixão pelo que acreditava ser possível que molda sua atuação política, ao passo que acredita que o protagonismo dos processos de transformação não estaria exclusivamente com os setores populares ou as classes trabalhadoras, mas sim num amálgama que envolvia setores médios, classes trabalhadoras e pequenos setores detentores do capital. Nesse amálgama, entretanto, está embutida uma desconfiança para com os setores organizados das classes trabalhadoras por conta de seu corporativismo, que de certa forma é expandida também para os setores organizados das camadas médias, como vimos nas passagens discutidas acima. Dentro desses marcos, o critério prioritário utilizado por Fernando Henrique para construir sua atuação política e suas alianças não é o caráter de classe das reivindicações ou a orientação política dos atores, mas um corte entre o moderno – entendido como o campo que compreende a necessidade de integração à globalização e que portanto está disposto a adequar o Estado brasileiro a isso, modernizando-o – e o arcaico – o campo das oligarquias, mas também do progressismo atrasado e da esquerda, populista e corporativista, que não teria “registrado as transformações do mundo”. Aqui estão sintetizados os elementos-chave do conteúdo que a relação teoria e prática assumia em Cardoso no início dos anos 1990. O programa concreto que defendia para o Brasil e a forma como lidou com o governo Collor deixam demonstrar claramente essa conjunção de fatores.

Do ponto de vista do Estado, esses desafios da socialdemocracia se concretizavam no combate à dicotomia ‘privado x estatal’: a questão que orienta as decisões sobre o Estado deveria ser como trazer competitividade, como tornar pública as decisões das empresas, e qualquer análise objetiva sobre privatizações deveria diferenciar as empresas que foram estatizadas para socializar perdas daquelas que realmente produzem, e de setores que prestam serviços que não podem ser baseados e pautados pelo lucro (id., p.43). Não se devia ser contra as privatizações por uma questão de princípios: algumas seriam necessárias e positivas para o conjunto da sociedade. Era preciso enfrentar tanto o neoliberalismo que queria privatizar tudo indiscriminadamente quanto o populismo que queria tudo na mão do Estado, sempre buscando criar condições para o desenvolvimento da economia e combater a privatização do Estado (inclusive a partir da própria burocracia). Com relação ao nacionalismo, era preciso entender que a globalização tornava o protecionismo algo obsoleto, e o importante não era rechaçar o mercado externo, mas sim buscar diminuir a diferença de como se produz e se consome interna e

externamente. A abertura da economia deveria acontecer, sempre pautada em critérios baseados na igualdade de salários, tecnologias e consumo entre o setor exportador e o mercado interno (id. p.47). Do ponto de vista da democracia, a ideia era defender o parlamentarismo como regime de governo e o fortalecimento das instituições democráticas, para além das ideias assembleístas e do movimentismo que marcavam boa parte da esquerda (id., p.48).

No caso do Brasil, Cardoso elaborou, a partir de seu escritório político de Senador, uma cartilha chamada *A Social Democracia – o que é e o que propõe para o Brasil*, em que buscava explicar didaticamente o que era a socialdemocracia historicamente, suas características na América Latina e o que propunha concretamente para a realidade brasileira. Era uma espécie de cartilha programática do PSDB, para ampla divulgação. Basicamente, depois de explicar o que era a socialdemocracia e suas características mais gerais, entrava na discussão sobre o Brasil afirmando se tratar de um país mal desenvolvido, daí a necessidade de crescer e distribuir renda ao mesmo tempo e, para sair da crise em que estávamos, de cobrar de quem sempre foi poupado nos planos econômicos no Brasil: os mais ricos e os credores da dívida externa, mesmo que no início desse processo de ajuste da economia os assalariados se prejudicassem, para que depois os custos do combate à inflação não caíssem sobre eles no longo prazo (CARDOSO, 1990e, p.19). Era preciso, sem demagogia, dizer a verdade à população brasileira. Além de resolver estagnação, inflação e dívida externa, era necessário repensar o modelo econômico: no Brasil, a indústria cresceu protegida da concorrência estrangeira, e por isso se tornou pouco competitiva: não era possível abrir de uma vez a economia, e fortalecer a capacidade competitiva investindo em ciência e tecnologia era fundamental para garantir uma abertura equilibrada (id. p.20). Por sua vez, o capital estrangeiro podia cumprir um papel importante de modernização, mas precisaria ser regulado e adequado aos interesses do país (id.ibid.). Seria preciso uma revolução educacional, com investimento também em pesquisa, pelo menos em áreas prioritárias do conhecimento, decididas de acordo com o projeto estratégico de integração do país; era necessário distribuir renda com aumentos reais de salários em longo prazo e melhoria nos serviços sociais; fazer uma reforma agrária que não assustasse a agroindústria e o setor moderno da agricultura; defender o meio ambiente; reformar o Estado, privatizando o que é preciso com os critérios colocados anteriormente; garantir uma reforma tributária que cobre mais

dos mais ricos; e, por fim, implementar o parlamentarismo no Brasil (CARDOSO, 1990e).

Com relação aos outros partidos, o PSDB afirmava ter uma identidade com o campo que fez oposição ao autoritarismo e reconhecia no PT a expressão da vitalidade e da autonomia das organizações populares, mas se diferenciava na questão do assembleísmo, que no limite seria antidemocrático, e rejeitava a “visão monoclassista”, isto é, não se via como representante de uma única classe social, mas sim de uma aliança ampla que inclui trabalhadores, classe média e empresários sensíveis às demandas de justiça social (CARDOSO, 1990e, p.31). Era a junção do assembleísmo com a visão monoclassista que levava ao corporativismo (id.ibid.), que como observamos era um dos principais “inimigos” do programa da socialdemocracia latino-americana na perspectiva de Cardoso. Com relação ao PDT, a principal diferenciação era relacionada ao personalismo, e havia um questionamento acerca do ‘nacionalismo anacrônico’ de setores da esquerda em geral (id., p.32).

Por fim, a cartilha afirmava que o PSDB e a socialdemocracia brasileira nutriam uma expectativa cautelosa com relação às elites que se mostravam simpáticas às suas propostas, porque parte dela, apesar de demonstrar sensibilidade diante das injustiças sociais, insistia nas propostas de solução liberais, como se bastasse tirar o Estado e liberar o mercado para que tudo melhorasse (id., p.33). A socialdemocracia reconheceria as leis de mercado e o dinamismo da empresa, mas sempre sujeitos ao controle democrático da sociedade, através do estado e das organizações não estatais da sociedade civil (id.ibid.).

Fica nítido aqui que Fernando Henrique Cardoso buscava encontrar um espaço de atuação para a socialdemocracia brasileira e para o PSDB que ocupasse um lugar de ‘crítico racional’ ao neoliberalismo, aceitando alguns elementos de suas concepções, mas criticando exageros. Esse programa garantia uma diferenciação do PSDB com relação aos partidos mais tradicionais da esquerda brasileira, e também com relação aos simplesmente neoliberais ou os fisiológicos da direita.

Em outra sistematização do mesmo tema, Cardoso (1990f) descreve as quatro linhas estratégicas que seriam centrais para uma política socialdemocrata no Brasil. A primeira, relacionada ao crescimento econômico: não bastava arrecadar mais do que se gasta em nível estatal, era preciso arrecadar melhor, resolver a questão da dívida, combater a sonegação de impostos e fazer uma reforma fiscal; fortalecer o mercado

interno e se inserir conscientemente no cenário de internacionalização da economia. A segunda, ao combate à desigualdade: era preciso aumentar salários ao longo do tempo, revolucionar a educação no país, garantir assentamentos para os sem-terra, sem assustar os proprietários, e discutir e mexer, no futuro, na Previdência, que não se sustentaria no tempo da forma como estava organizada. Depois, a democracia: era preciso respeitar a constituição, melhorar a legislação partidária, restringindo a existência de partidos artificiais, mexer no sistema eleitoral, implementando o voto distrital misto, e no regime de governo, decidindo – via plebiscito – pelo parlamentarismo. Por fim, a governabilidade: o parlamento deveria ter capacidade de negociar, e o governo apresentar um programa de mudanças claro, não caindo no maniqueísmo e apoiando apenas os mais ricos; as elites precisavam perder alguma na recuperação econômica do país. Se o governo não fizesse isso, o povo não o deixaria governar e, se fizesse sem o apoio do Congresso, também não conseguiria se sustentar no governo (id., p.18).

Estruturalmente, o maior desafio para o Brasil era inserir-se de forma consciente no mercado internacional. Por outro lado, o desafio da socialdemocracia, a qual Cardoso se filiava, era o de atualizar essa forma de inserção e a discussão interna, relativizando a vaga neoliberal e garantindo a atuação de um “estado socialmente necessário”. A inserção consciente só podia acontecer dentro dos limites do possível, e o mais provável era que países como o Brasil adotassem aquela estratégia dupla, de inserção da parte mais dinâmica do país, e políticas compensadoras para os não incorporados, para, pelo menos, diminuir a marginalização absoluta. Nesse caso, o Estado socialmente necessário deveria cumprir, pelo menos, essa função assistencialista. A socialdemocracia de Cardoso apregoava uma participação do Estado em outras questões também, como investimento em ciência e tecnologia em alguns setores específicos, investimento em educação, saúde, etc. Entretanto, em um momento em que “o ciclo atual não é favorável ao primado do interesse público”, com uma onda de neoliberalismo muito forte, a única coisa a fazer era agachar-se, “deixar que passe a onda”, mas não sem fazer nada! Era preciso “recolocar as questões de modo a recuperar a noção de estado como instrumento do interesse público”.

No fundo, o que Cardoso estava buscando fazer com a descrição e a proposta programática da socialdemocracia para o Brasil era recolocar as questões, manter a viva a chama da ideia socialdemocrata, mesmo num contexto em que ele parecia acreditar que a atuação do Estado seria muito limitada pela vaga neoliberal. A moderação e o realismo

com o qual descreve os dilemas que a socialdemocracia teria de enfrentar em um país como o Brasil são expressões nítidas de como a teoria – que percebia os limites do possível em um mundo em transformação, e colocava os desafios para o Brasil nesse contexto – e a prática política – distante das classes populares, moderada, negociadora e bem informada teoricamente – se imbricavam em Cardoso, nesse momento dando margem a um programa e uma atuação política que defendiam, no limite, uma atuação que reduzisse os danos de um possível que parecia se impor sobre nós, sem muita chance de saída. Era se segurar em algumas ideias, mesmo que muito limitadas, e esperar a onda passar, para poder implementá-las. Mas seria esse programa ‘realista’ capaz de agachar-se e manter-se firme até que a onda neoliberal passasse, ou ele seria levado por ela? Internacionalmente, como mostra Perry Anderson (1995), a hegemonia neoliberal tinha feito com que os partidos socialdemocratas na Europa terminassem por aderir às proposições neoliberais e implementar – às vezes com mais afinco do que os partidos liberais – suas políticas. Como veremos, a atuação de Fernando Henrique como Ministro da Fazenda (especialmente com a elaboração do Plano Real) e sua candidatura à Presidência despertariam diversas críticas e caracterizações que o apontariam como representante do “Consenso de Washington” e da política neoliberal no Brasil (Cf. FIORI, 1998; SORJ, 2001; VELASCO E CRUZ, 1999).

Se Cardoso tinha essa percepção geral sobre as possibilidades do Brasil, e acreditava que dificilmente um país nas nossas condições cairia para o “quarto mundo”, em alguns momentos entre 1991 e 1992 ele chegou a escrever – ou dizer em entrevistas – que nós corríamos esse risco. É interessante notar, em meio ao turbilhão que foi o governo Collor, como Cardoso se posicionava diante da relação do Brasil com o “bonde da história”, que não podia ser perdido. Como veremos, essa tensão geral era permeada também pelos rumos que tomava o governo e pelas expectativas que isso gerava em Cardoso.

Em setembro de 1991, em entrevista à *Veja*, ele analisa as propostas de entendimento nacional e de solução para a crise tentadas pelo governo Collor até aquele momento e diz que elas não tinham dado em nada porque mesmo que Collor sinalizasse para o primeiro mundo, os investimentos não estavam vindo porque banqueiros e capitalistas trabalhavam com realidade, não com retórica (CARDOSO, 1991d). Logo depois, dizia que se o Brasil não se ajustasse ao compasso do mundo num intervalo de três a cinco anos, ficaria patinando, perderia o bonde: para fazer esse ajuste, era preciso

resolver nossas questões internas, articular setores da sociedade em torno de um projeto de desenvolvimento coerente com esse objetivo (id., p.8). Quando perguntado sobre o papel do Brasil no mundo, ele responde:

Nosso problema atual é trabalhar para não cair no Quarto Mundo e fazer parte daquela lista que não servem sequer para ser explorados. Depois da Guerra do Golfo e do desmoronamento da União Soviética, os Estados Unidos viraram os donos do mundo. Acontece, no entanto, que o dono do mundo não é o país mais próspero. Hoje, a prosperidade mora no Japão e na Europa. Como fica ostensiva a posição americana de dono do mundo, abre-se espaço para uma reforma da ONU. Esse é o momento para o Brasil forçar um entendimento em escala internacional. Mas é fundamental que o país mude e mostre aqui dentro, através de uma mudança radical, que quer se transformar num país desenvolvido (CARDOSO, 1991d, p.9).

Em discurso no Senado em 5 de setembro de 1991, ele afirmava que as forças que lutaram pela democracia no Brasil até aquele momento não tinham sabido governar, e que havia uma crise fiscal do Estado, uma abertura da economia sem política industrial e de desenvolvimento científico, o que levava a uma inserção fora do nosso controle, com sucateamento da indústria nacional. A crise se dava em três níveis: administrativa, porque o governo Collor havia desmantelado o aparelho estatal sem uma reforma mais profunda, o que fazia parecer que os ataques ao funcionalismo público eram simplesmente caça às bruxas, e não parte de um projeto maior; fiscal, porque faltava uma reforma tributária que cobrasse mais de quem ganha mais; e de objetivos, porque as privatizações não deviam acontecer para obter mais recursos imediatamente, mas sim porque o Estado não tem capacidade de não deve gerir determinadas áreas (CARDOSO, 1991e). Nesse contexto, o governo havia proposto o chamado “emendão”, pacote de propostas de mudanças constitucionais, que tocavam em questões do funcionalismo público, da previdência, repasses orçamentários aos estados e municípios, fim da gratuidade do ensino público, etc. Cardoso dizia que o PSDB não concordava com todos os pontos, mas estava disposto a negociar, e que o governo deveria buscar o entendimento nacional e se articular com o Congresso, evitando funcionar propondo as coisas de cima para baixo (id.ibid.).

A minha angústia é real e não é só minha, é do povo brasileiro. Enquanto não encontramos um caminho, o mundo está encontrando muitos caminhos. Nós talvez estejamos entrando num desacaminho. (...) os países não precisam dar certo, muitas vezes eles não dão. O meu medo é que o Brasil comece a perder o ponto como um doce que se está fazendo e que não dê mais certo (CARDOSO, 1991e, p.16).

Em setembro de 1991, então, Cardoso temia pelos rumos do país. No início do ano seguinte, com um pouco mais de otimismo, seguia na linha de que tínhamos condições de melhorar, mas o governo precisava se mexer. “O Brasil é um país saudável,

tem uma base industrial importante. Tem universidades, imprensa, sindicatos. Temos uma base para alcançar a velocidade de cruzeiro. O Brasil já decolou. Com um programa de dois, três anos, e um mínimo de coordenação, a coisa avança”, dizia ele em janeiro de 1992 (CARDOSO, 1992a, p.23). Já em julho, Cardoso voltava a equilibrar suas perspectivas sobre o Brasil com suas considerações teóricas anteriores. O que estava em jogo não era se o Brasil ia continuar se modernizando, mas sim se o faria com um projeto próprio ou se seria modernizado pelos outros:

De um jeito ou de outro, vai haver retomada do crescimento e modernização das formas de produção e consumo. Quando menos, porque somos um espaço econômico muito grande e muito denso, apesar das desigualdades, para ser simplesmente ignorado pelos países e empresas dominantes do capitalismo global.

Ou nós nos modernizamos, ou eles nos modernizam à maneira deles. O que de fato está em jogo hoje é isto: se seremos capazes, enquanto povo e nação organizada, de dar rumos ao nosso próprio desenvolvimento. Em outros termos, se haverá modernização enquanto um projeto nacional brasileiro. Este, sim, pode acabar engavetado. Não tanto por falta de verba, mas de decisão; não por falta de consenso, mas de confiança (CARDOSO, 1992b).

Naquele momento, Cardoso lamentava que a crise de corrupção e credibilidade que começava a assolar o governo Collor e a figura do próprio presidente (que seria afastado em outubro de 1992 e teria o impeachment definido no final daquele ano) chegasse no momento “em que se amplia o consenso sobre alguns pontos que ele incluiu na agenda nacional” (id.ibid). Esses pontos seriam justamente relacionados à modernização, ao ajuste e à adequação do Estado brasileiro aos ditames da integração no mercado internacional. Aqui, faz-se interessante discorrer um pouco sobre a forma como Cardoso lidou, desde o início, com o governo Collor, e como isso esteve marcado por suas percepções sobre os desafios do país e a partir do corte entre a busca pela modernização e o combate ao que representava o arcaico no país⁵⁷.

4.2.1. Relação com o governo Collor.

⁵⁷ Cardoso escrevia semanalmente na Folha, e em diversos outros jornais. Além disso, dava entrevistas aos mesmos jornais e a outras revistas. Assim, praticamente toda semana ele estava comentando temas relacionados às políticas implementadas pelo governo Collor. Há muita discussão sobre as formas de combater a inflação, a questão dos salários, os planos econômicos Collor I e Collor II, etc. Optamos por não trazer cada uma dessas intervenções em detalhes porque não consideramos fundamentais para os argumentos que buscamos sustentar nesta tese. Aqui, optamos por focar nos textos em que ele trata mais diretamente da relação com o governo Collor, o que não significa que não fale de temas econômicos e outros relacionados às medidas deste governo.

Como vimos, já nas discussões sobre o que fazer no segundo turno, Cardoso tentou combater o que ele chamava de uma “perspectiva maniqueísta” no que dizia respeito à disputa Lula x Collor, mesmo que o PSDB tivesse decidido por apoiar o primeiro – talvez mais apressadamente do que ele desejasse. No Congresso, ele enxergava tarefas urgentes – regulamentar a constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovar o projeto, de sua autoria, de distribuição de lucros para trabalhadores, etc.: Cardoso havia recebido o líder do governo Collor e o ministro da justiça e, diante dos boatos de que a cúpula do PSDB aderiria ao governo, justificava esse encontro dizendo que isso era cortesia democrática, e que há momentos em que dizer não é construtivo, mas que em vários momentos o PSDB teria que dizer sim a medidas corretas do governo (CARDOSO, 1990h).

Cardoso tentava emplacar um entendimento, dentro do PSDB e fora dele, de que algumas questões relacionadas à forma de se administrar o país na conjuntura daquele momento eram basicamente objetivas, e não deviam ser tratadas em termos doutrinários ou ideológicos: a modernização se impunha e não era uma opção, era uma necessidade. Neste sentido, tudo o que o governo fizesse no sentido da modernização deveria ser apoiado pelo PSDB, e o que fosse exagero, distorção e etc., deveria ser criticado. O critério fundamental era como cada medida e proposta contribuiria para a modernização (às vezes, mesmo que prejudicasse interesses imediatos de setores populares, conforme observamos nas discussões sobre os dilemas de socialdemocracia na América Latina). Em fevereiro de 1990, um dos grandes adversários político de Cardoso naquele momento, Roberto Campos, afirmara no Senado que a socialdemocracia defendida pelo PSDB nada mais era do que liberalismo enrustido: como era de praxe, Cardoso respondia com essa ideia dos temas objetivos, dizendo que Campos estava errado em colocar as questões naqueles termos. O papel do Estado na economia, as privatizações e as políticas sociais estavam para além das questões doutrinárias (CARDOSO, 1990i). Para ele (id.ibid.), era inegável que setores sociais precisavam da atuação do Estado, mas também que setores do Estado precisavam ser privatizados. Por trás das questões doutrinárias havia sempre interesses concretos, e em política, eram eles que importavam: os socialdemocratas endossariam o mercado desde que com contrapesos nas políticas sociais corrigissem as distorções que ele fatalmente traria em detrimento dos assalariados e dos setores que não comandavam os oligopólios (id.ibid.).

Todavia, não era possível fugir dos ventos liberalizantes. Como vimos, Cardoso dizia que era uma “onda” a qual era necessário esperar passar, resistir colocando as questões, mas sem a ilusão de que seria possível derrotá-la de imediato. É interessante notar que nesse contexto Cardoso comenta a derrota dos Sandinistas nas eleições nicaraguenses de 1990, dizendo que ainda que o cerco norte-americano tenha sido grande no processo, o fundamental era que o povo também queria liberdade, e votou por isso (CARDOSO, 1990j). De alguma forma, ele buscava conectar essa análise sobre o processo na Nicarágua com a situação brasileira e com a relação da esquerda com o governo Collor: afirmava que a direita defendia reformas modernizadoras que ela mesmo nunca havia feito, e que a esquerda partia do princípio – equivocado – que Collor já tinha assumido trajes conservadores e reacionários, do ultraliberalismo econômico e do casuísmo político (id.ibid.). O real estaria no meio de tudo isso: efetivamente, o governo deveria tomar cuidado para não se isolar, buscando dialogar com os mais diversos setores da sociedade, mas se a esquerda continuasse achando que só devia bater, podia terminar com as mesmas decepções que os sandinistas tiveram.

Fica nítida a opção por uma posição de centro, com críticas à direita e por vezes mais duras à esquerda. O programa que orientava essa posição política era um modelo de socialdemocracia preconizado. Buscava ser de ‘centro’, progressista e moderno, mas em um contexto em que, reconhecidamente, o máximo que se podia fazer com relação às críticas ao liberalismo triunfante era “colocar as questões”, sabendo que naquela conjuntura era difícil implementá-las. A tendência de um programa assumidamente de centro que buscava se adequar a uma conjuntura internacional de triunfo do neoliberalismo sem enfrentamentos maiores era, aos poucos, adaptar-se a esse cenário. Essa era a tensão que permeava a relação de Cardoso e do próprio PSDB com o governo Collor, e que motivava a desconfiança e as críticas que recebiam dos setores mais à esquerda do espectro político brasileiro.

Nesse contexto, Fernando Henrique e o líder do PSDB na câmara, Deputado Euclides Scalco, conversaram com o presidente Collor longamente em junho de 1990. Ele afirma que aproveitou a oportunidade para fazer críticas à provisoriidade das instituições democráticas no Brasil e ao excesso de medidas provisórias do governo e que apesar de o presidente fazer isso porque não tinha maioria parlamentar estável, deveria recorrer a outros meios, se não ficaria difícil consolidar a democracia no país (CARDOSO, 1990l). Nesse momento a relação do PSDB com o governo Collor estava

mais estremecida: em julho, Cardoso reforça a análise de que Collor governava sem o Congresso e sem a sociedade, e que mesmo que tivesse tentado um diálogo maior com a sociedade a partir daquele momento, continuava sem diálogo com o Congresso (CARDOSO, 1990m). Nesse contexto, afirmava que o PSDB se colocava contrário à reforma administrativa proposta por Collor – sem diálogo – porque ela estava sendo feita apenas com demissões, sem um projeto mais amplo, contra os ataques do presidente à constituição e contra as políticas econômicas que colocavam o salário como vilão da inflação outra vez (id.ibid.).

Pensando sobre os dilemas do PSDB, muitas vezes acusado de não tomar posição clara com relação ao governo, na véspera do período eleitoral de 1990, Cardoso refletia sobre como no Brasil, em época de eleições, prevalecia o velho maniqueísmo do certo e do errado, e como nesse contexto o PSDB não tinha como fugir dessa simplificação da política. “Nossa posição de razoabilidade ficaria muito exposta em um país que simplifica para defender ou atacar sem piedade (...) Novamente viriam as acusações de murismo bem como transformariam a virtude do ‘depende’ em oportunismo ou titubiedade” (CARDOSO, 1990n). Mas depois das eleições seria novamente hora de fazer valer a parcimônia e o programa do PSDB, com a defesa da governabilidade (e a construção de condições para ela) e do parlamentarismo como formas de trazer essa razoabilidade à esfera das instituições políticas (id.ibid.).

Mais uma vez aqui se destaca o pragmatismo muito bem informado de Cardoso. Se boa parte da nossa sociedade é ‘arcaica’, está fora do setor dinâmico (e o maior desafio da socialdemocracia é justamente criar mecanismos para incorporá-los ou pelo menos para evitar a marginalidade total), é óbvio que isso implica na forma como as pessoas percebem as forças políticas e, no limite, votam: nas palavras dele está implícita uma ideia de que boa parte da sociedade brasileira não compreende as posições razoáveis do PSDB, a “virtude do depende”, a ponderação. Nesse caso, o que resta ao partido é, no período eleitoral, ceder ao maniqueísmo para, passadas as eleições, voltar a implementar seu programa da forma mediadora, ponderada e ‘razoável’ defendida por Cardoso.

Na sua lógica, a partir do corte entre moderno e arcaico, em uma sociedade como a brasileira em que boa parte das pessoas – e boa parte da classe política, da esquerda à direita – tem um raciocínio arcaico, a melhor forma de fundir teoria e prática é, em alguns momentos, paradoxalmente separar discurso e prática. O que defende aqui é que a melhor forma de implementar a prática razoável do PSDB é, no período eleitoral, esquecer

discursivamente toda a formulação teórica que apregoa razoabilidade e moderação e render-se ao maniqueísmo, acusar, atacar, bater, defender-se, para vencida essa etapa, voltar ao programa e à prática adequada a ele. Aqui vale mais uma digressão. Se é verdade que um dia Fernando Henrique Cardoso teria, já como Ministro da Fazenda, proferido alguma frase no sentido de “esqueçam o que eu escrevi”, dada a coerência de sua atuação política com sua formulação teórica, é mais provável que estivesse aplicando o paradoxo demonstrado acima do que renegando o que escreveu. Ele sempre negou que tenha proferido a frase⁵⁸, e até agora nosso trabalho contribuiu para demonstrar que realmente não tinha razões para isso. Contudo, lidando com uma classe política arcaica que muito provavelmente, da sua perspectiva, não entendia nada do que ele tinha escrito e tentado explicar nos anos anteriores, e precisando negociar cada passo para fazer seu programa avançar, ele poderia ter se expressado daquela maneira para dizer algo do tipo: esqueçam o que eu escrevi – porque vocês não entendem nada daquilo e nem vão entender – e prestem atenção ao que eu estou fazendo e dizendo agora. Na lógica através da qual Cardoso concebia a política, forma mais eficaz de fundir teoria e prática no contexto de uma sociedade arcaica é, em alguns momentos, renegar a teoria em aparência para, na prática política, movimentar setores – sejam eleitores ou aliados políticos – para construir justamente políticas coerentes com aquilo que estava formulado na teoria.

Fora das campanhas eleitorais e das articulações políticas, em seu espaço semanal na Folha de São Paulo, cujos leitores eram parte da ‘opinião pública’ do país, a classe política, etc., podia ser sincero quanto a tudo isso (inclusive a ponto de dizer que nas eleições o PSDB precisava mudar de cara, esquecer na aparência a ponderação e a razoabilidade, para depois retomá-la). Esse espaço sempre fora usado por Cardoso para dialogar com setores das próprias elites políticas e classes médias do país, buscando explicar suas posições e fortalecê-las. Essa liberdade da sinceridade é o que o permitia escrever, pouco depois do artigo anterior, que mesmo que o PSDB e Márcio Covas – candidato ao governo de São Paulo – fossem acusados de hesitação, isso era confusão de setores que misturavam ponderação democrática diante da complexidade das situações

⁵⁸ Já em 1993 ele nega que tivesse dito isso. Em entrevista com Mac Margolis, para a Newsweek, em 29 de julho, ele responde: “Eu nunca disse...isso eu vi na Folha, mas o que se vê na Folha, é uma coisa...”. (CARDOSO, 1993p, p.10). Além disso, Celso Lafer (2009, p.83) afirma que estava presente no almoço em que a frase teria sido proferida, e ela teria sido uma resposta a uma pergunta dele. Cardoso teria dito: “Celso, você que escreve tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não é bem assim”. Para Lafer, o que ele queria dizer com isso é que a reflexão não é fixa e imutável, mas passa por ajustes em função da evolução das circunstâncias e do tempo (id.ibid.).

com vacilações psicológicas (CARDOSO, 1990o). O PSDB – e ele – eram mais uma vez, vítimas da acusação de pessoas que *não compreendiam suas posições políticas*.

No final de 1990, havia por tudo isso uma discussão sobre a crise de identidade do PSDB, que permeava o meio político brasileiro. Por isso, Cardoso era obrigado, o tempo todo, a tentar explicar as posições do partido. Ele dizia que o apoio a Lula no segundo turno das eleições agora estava custando caro, porque o eleitor de Covas em 1989 não se identificava com Lula, tinha outro estilo, e isso havia gerado desconfiança (CARDOSO, 1990p) e acusações de “petismo enrustido”. Uma de suas preocupações era tirar essa pecha, e mesmo nas condições arcaicas que a política brasileira apresentava, ele defendia que o PSDB não deveria ter medo de dizer algumas coisas porque poderiam ser interpretadas como sendo de direita. Não deveria se basear no julgamento dos partidos de esquerda.

O PSDB não tem assumido com toda franqueza a sua posição real. Ele imagina que, ao dizer certas coisas, pode ser mal interpretado e jogado para a direita, então ele não diz. Aí vem a questão do titubeio. E eu acho que a gente tem que dizer. Nós achamos que estamos certos, não estamos fazendo nenhuma safadeza. Não é só isso. Nós somos pessoas muito habituadas à argumentação, e a política de massas é mais emblemática, é mais simbólica do que argumentativa (CARDOSO, 1990p).

O jornalista, Reinaldo Azevedo, pergunta nessa mesma entrevista, logo depois desse trecho, se o PSDB tentaria mudar a sociedade ou adequar-se ao perfil da sociedade de massas.

Tem que fazer as duas coisas. Ou você propõe mudanças e faz mudanças, ou não tem sentido falar-se em um partido social-democrático. Mas, ao mesmo tempo, para fazer essa mudança, o PSDB precisa ter a capacidade de uma política mais expressiva, mais simbólica e menos discursiva. (id.ibid.)

Não havia problema em ter pautas que pudessem ser confundidas com a direita (e que Cardoso já tinha muito bem formuladas, como vimos na discussão sobre as características da socialdemocracia na América Latina), desde que se tivesse uma forma de propagar essas pautas adequada à sociedade de massas no Brasil. O fato era que, para ele, enquanto não soubessem situar o PSDB como um partido progressista moderno, o atraso político continuaria acusando qualquer tentativa de valorização do reformismo como adesista: a esquerda estava errada quando interpretava Collor como continuidade do autoritarismo para acomodar as forças conservadoras e dizia que por isso ele seria derrotado pela inflação e pela corrupção, como aconteceu com o governo Sarney (CARDOSO, 1990q).

Pode até ocorrer que as forças mencionadas corroam o governo Collor. Mas não convém esquecer que se Collor não está reformando a sociedade em benefício dos pobres e dos assalariados, está mudando práticas de governo e está rompendo nós górdios do modelo de desenvolvimento anterior que se esgotara. Além disso, diante do imobilismo passadista de setores situados à esquerda do espectro político (com raras exceções) Collor está buscando ligar simbolicamente as massas espoliadas a uma expectativa de futuro. Podemos não acreditar nisso.

A crítica do PSDB ao governo não deve, entretanto, partir da viseira do passado. Deverá fazer o processo social e político avançar e não retroceder. Ao lado do respeito à Constituição e da probidade administrativa, o PSDB deve cobrar mais e não menos reformas. (CARDOSO, 1990q).

A partir do corte entre moderno e arcaico, Cardoso parecia apostar no governo Collor. Ainda que ele não estivesse trabalhando em função dos interesses dos assalariados e trabalhadores, estava caminhando no sentido da modernização do Estado, e isso por si só era um avanço no contexto brasileiro. Nesse sentido, aqueles que criticavam as reformas implementadas, o faziam com a viseira do passado: era preciso cobrar mais reformas, e não menos.

Depois de muitas idas e vindas e dois planos econômicos, Cardoso faz um balanço sobre a relação do PSDB com o governo. Em 16 de abril de 1992, apenas algumas semanas antes de serem tornadas públicas as denúncias de corrupção que viriam a derrubar Collor, ele conta que o PSDB havia discutido compor o governo, e a maioria havia sido contra: ele se mostra ressabiado com isso, diz que “falaram mais alto as preocupações de grande parte da bancada e das bases do partido, receosas de se confundir com a direita e abrir mão da marca oposicionista na véspera da eleição” (CARDOSO, 1992c). Com efeito, Cardoso havia sido convidado para ser chanceler de Collor, cogitou aceitar e não foi por conta da negativa do partido. Para ele, se tivesse ocorrido, não teria sido uma adesão forçada em nome de uma “salvação nacional”, mas sim uma opção por ajudar o país e o presidente a completarem a virada rumo à modernização a um custo menor em termos de recessão e clientelismo (id.ibid.). Havia sido uma oportunidade de mostrar no âmbito federal que os tucanos eram capazes de governar, e também de forjar alianças pelas reformas políticas fundamentais, como o parlamentarismo, o voto distrital misto e o fortalecimento dos partidos (id.ibid.).

Devo dizer que não encontramos da parte do presidente nenhuma restrição que invalidasse essas razões. Encontramos, sim, uma obstinação enorme em levar adiante as reformas políticas e econômicas, mesmo através de alianças conservadoras. E a expectativa de contrabalancear essas alianças com o apoio dos tucanos. (...)

Afinal, o que significa ser “de esquerda” no Brasil hoje: cultivar uma nostalgia encabulada do nacionalismo estatista dos anos 50, ou apostar na modernização do Estado e na auto-organização da sociedade dentro de uma economia de mercado? E o que nos distingue dos setores demagógicos e populistas da oposição? Temos saídas viáveis para a crise econômica, ou vamos repetir os chavões de um distributivismo e desenvolvimentismo inconsequentes, que não entregam o que prometem e deixam a conta para a próxima administração? Continuaremos culpando o “capital estrangeiro” por nossa pobreza, ou sustentaremos políticas sociais e reformas na educação, na saúde, na Previdência para diminuir as desigualdades? (CARDOSO, 1992c)

Não importava que as alianças fossem conservadoras, Collor estava obstinado em fazer as reformas modernizadoras, e Cardoso convicto de que o PSDB deveria tê-lo apoiado de início. O partido não o fez porque seria irresponsabilidade das direções – inclusive sua – se comprometerem com o governo sem o respaldo da base, mas isso não os impediria de “continuar dialogando com o presidente em torno de uma agenda mínima de mudanças” (id.ibid.). Esse talvez tenha sido o momento de maior apoio explícito de Fernando Henrique a Collor e às suas políticas. Pouco mais de dois anos depois, durante os debates intelectuais sobre o que representava a candidatura de FHC, José Luís Fiori identificaria em 1991, no momento em que Cardoso teria apoiado a reorganização do governo Collor, sua decisiva adesão ao neoliberalismo (FIORI, 1998b, p.17).

Se o arco de alianças de Collor era conservador e se as propostas por vezes “se assemelhavam” ao neoliberalismo, isso era menos importante do que efetivar as transformações no Estado brasileiro que gerassem condições para que ele se integrasse no mundo globalizado, engatasse de alguma forma no primeiro mundo, ou pelo menos melhorasse suas condições para conseguir isso no futuro. Se fosse necessário fazer isso enfrentando politicamente as forças atrasadas da esquerda, isso tampouco importava.

Acontece que poucas semanas depois estouraria o escândalo de corrupção que atingiria Collor em cheio: seu irmão faz as conhecidas denúncias e é aberta uma CPI para apurar o caso. Cardoso parece bastante assustado – e de certa forma confuso – com a situação: critica de início Pedro Collor de Melo por ter feito as acusações naquele momento, e baseado em interesses familiares e empresariais (CARDOSO, 1992d). Não haveria hora mais inoportuna: “o que existe é um governo que, recém-recomposto, levou imensa trombada a partir de interesses menores, familiares e empresariais. E o país precisa que a administração prossiga, que as reformas se façam, que o Congresso não fique parado” (id.ibid.). Terminava dizendo que se nada tivesse de concreto nas denúncias, melhor para o país, e que se viessem mais denúncias, não seriam da sociedade séria e

trabalhadora e nem dos parlamentares, mas do mesmo “porão” de onde brotaram essas: mas defendia que os responsáveis por irregularidades fossem punidos exemplarmente (id.ibid.). Aqui Cardoso parece ainda embasbacado com as acusações a Collor, e a mensagem que passa busca ao mesmo tempo tirar a credibilidade do denunciante e dizer que a hora para uma crise institucional era péssima, mas deixando brechas para a defesa da punição de todos os culpados.

Pouco depois, no Senado, defende a CPI instaurada para apurar as denúncias, diz que ela era também um julgamento do Congresso como um todo, e afirma que os culpados devem ser punidos, doa a quem doer – e doeria muito para o país se o presidente fosse um deles (CARDOSO, 1992e). A única coisa boa, da perspectiva de Cardoso, no cenário de crise política do país era que as instituições pareciam estar firmes e se fortalecendo, de certa forma mostrando que a democracia brasileira havia se consolidado (CARDOSO, 1992f). Dizia que Collor havia conseguido definir novas metas e retomar o entusiasmo do país (e, como mostramos, o dele próprio), mas aí viera um “raio na cabeça”, com acusações da própria família, de amigos, etc., e agora o desfecho que “ninguém queria” parecia ser inevitável (CARDOSO, 1992g). Com o desenrolar da situação, a paulatina perda de apoio político do presidente e as confirmações das acusações, Cardoso percebia que o impeachment estava dado.

A sociedade espera que o Congresso seja capaz de tecer – junto com ela – uma saída política que assegure a governabilidade. (...) Daqui para frente, não há como hesitar: a modernidade ou se casa com a decência na gestão dos negócios (públicos e das empresas) ou é farsa. Por isso mesmo, a resolução do impasse atual não pode ser ‘aritmética’. Não basta saber quem chega aos dois terços [quantidade necessária de votos para garantir o impeachment na Câmara] ou a um terço. Isso é pouco e é pobre. É preciso, antes, sentir o país. Perguntar com franqueza à sociedade se ela está disposta a dar os passos políticos que até há pouco ninguém desejava. (CARDOSO, 1992g).

Em agosto de 1992, Cardoso já definia Collor como um “cadáver político” em entrevista para a Folha, e dizia que provavelmente ele cairia e Itamar Franco (o vice-presidente) assumiria, mas que mesmo que não caísse não tinha mais condições de governar (CARDOSO, 1992h). Mais importante ainda, ele afirmava que o novo governo faria com que se modificasse a situação no país, o momento seria “de passar do conceito de oposição ao governo, para outro conceito, um pouco mais amplo do que esse, de Refundação da República. Então todos têm que participar” (id.ibid.). Aqui Cardoso explicitamente se colocava à disposição, junto com o PSDB, de compor o governo que viria a ser encabeçado por Itamar Franco. Como vimos, flertara bastante com a ideia de

participar do governo Collor, e criticara o PSDB por não ter percebido a importância daquela oportunidade de contribuir por dentro com a modernização do país. Depois, às vésperas da crise estourar, Cardoso atingira seu tom mais elogioso com relação ao governo: porém, a crise, que inicialmente gerara perplexidade nele e uma certa confusão em termos de como se posicionar, se desenrolou muito rapidamente e o ajudou a se reposicionar na política, trazendo a ideia da necessidade de uma ‘refundação da república’, e se colocando à disposição para construir o governo Itamar. Aqui ele já estava convencido de que a melhor solução era o impeachment, mesmo com as consequências negativas que podia trazer, porque a alternativa a ele era o impasse político (CARDOSO, 1992i). Desde o início da crise política, como afirmaria pouco depois (CARDOSO, 1992l), ele já se encontrava quinzenalmente com Itamar Franco para trocar opiniões sobre os rumos do país.

Para que crises assim não acontecessem novamente, ele seguia enfatizando a importância das reformas políticas no país, relacionadas ao financiamento eleitoral, ao voto distrital misto, à regulamentação dos partidos políticos (era preciso diminuir o número de partidos) e ao parlamentarismo (CARDOSO, 1992j). De qualquer forma, depois de afastado o presidente (em 2 de outubro de 1992) era hora de começar a pensar nos rumos do governo Itamar, no qual Cardoso teria protagonismo ainda maior do que gostaria de ter tido no governo Collor e havia sido impedido pelo PSDB.

Em 14 de setembro é publicada uma entrevista do Jornal da Tarde na qual Cardoso já se coloca como um dos construtores do novo governo. Afirma que o Brasil já tinha um programa de modernização e que não havia críticas generalizadas às metas do presidente Collor, os rumos já estariam traçados, assimilados pelo Congresso e, como a derrota de Collor não era política, mas sim por questões morais, Itamar daria continuidade a esse projeto (CARDOSO, 1992l). Naquele momento, esses rumos deveriam apontar para a integração do Brasil no mercado internacional com competitividade, com atenção à integração dentro do Cone Sul; para a reforma fiscal (talvez o mais urgente) e a renegociação das funções do Estado, o que incluía a questão das privatizações; a tudo isso, era preciso acrescentar a decência e a preocupação com o desemprego e com o desespero das empresas (id.ibid.). Cardoso dizia que Itamar não teria mais resquícios nacionalistas e que a influência dos nacionalistas no governo seria inexistente: o mundo havia mudado e a defesa dos interesses nacionais naquele momento implicava abrir brechas no mercado mundial, incentivar tecnologia e atrair capitais (id.ibid.). Além disso,

Itamar não era contrário às privatizações, desde que elas não fossem pagas em “moedas podres” ou título de dívidas agrárias e nem contrário às políticas do FMI: “ele era. Só que agora todos os países do mundo estão ligados ao FMI. O próprio FMI mudou nas suas políticas e não tem mais aquela visão monetarista extremada” (id.ibid.). Cardoso aqui falava de uma mudança de percepção sobre o FMI que embora estivesse implícita no seu giro político, não havia sido verbalizada dessa maneira: se ainda em 1983 e 1985 ele falava em combater as políticas do FMI e criticava muito o governo (fosse o de Sarney ou o de Figueiredo) por adequar-se à lógica do órgão internacional, agora dizia que o próprio FMI tinha mudado, e não havia mais motivos para ser contra os acordos com o órgão.

Com o presidente Collor afastado em 2 de outubro, Itamar Franco começa a compor o novo governo e no dia 5 do mesmo mês Cardoso assume sua primeira função dentro de uma administração federal, a de Ministro das Relações Exteriores do país. Em 25 de outubro, saem dois textos de Cardoso, um deles defendendo as reformas políticas (CARDOSO, 1992m) e no outro – a primeira entrevista publicada dele como ministro – diz que é fundamental que a sociedade esteja articulada com a política externa do país e que antes de discutir com o FMI era preciso definir as reformas tributária e fiscal, portanto era preciso que o governo acelerasse esses processos (CARDOSO, 1992n). Para fora, na sua área de atuação propriamente dita como Ministro, defendia três grandes linhas de atuação: primeiro, entrosamento com a economia internacional em comércio, investimentos e tecnologia; segundo, uma iniciativa na América do Sul que, embora priorizando, não se limitasse ao Cone Sul (pensando também a Amazônia e toda aquela região de fronteiras); a terceira seria uma questão mais política, de intensificar a intervenção nas Nações Unidas (id.ibid.). Era preciso olhar bem para a Europa para manter boas relações comerciais, prestar atenção ao acordo que estava entrando em vigor entre Canadá, México e EUA, e valorizar o mercado comprador da Ásia (Japão, China, Coreia, etc.) (id.ibid.).

A importância de Cardoso no governo Itamar era crescente, e de certa forma transbordava sua atuação como Ministro de Relações Exteriores. Em dezembro de 1992, escreve um texto na Folha no qual busca “palpitar sobre a aflição nossa de cada dia, a inflação, os juros altos, a reforma fiscal e assim por diante” (CARDOSO, 1992o), defendendo as linhas programáticas que assumiu ao longo de todo o governo Collor em termos econômicos. Resumindo, afirma que é preciso organização e moralidade no

governo; compreensão de que as causas da inflação eram diversas e, portanto, as frentes de solução também deviam ser variadas (cortes nos gastos públicos, reforma fiscal, disciplinamento da rolagem das dívidas dos estados, definição de política monetária coerente, de política salarial coerente); defende a continuidade do processo de privatizações e algumas decisões importantes que o Congresso deveria tomar, aprovando a lei de concessão dos serviços públicos, a lei sobre propriedade industrial, a lei de licitações e a lei dos portos (id.ibid.).

Cardoso era ministro das Relações Exteriores, mas opinava publicamente nos jornais sobre economia e sobre os rumos gerais do governo e do país. Isso se justificaria porque entendia que a política externa não podia estar desconectada dos rumos internos do país, mas também refletia uma importância cada vez maior de Fernando Henrique no governo. Seu protagonismo só cresceria até assumir o Ministério da Fazenda, com a missão de, depois de décadas, resolver o problema da inflação e organizar a economia do país. Como protagonista dos rumos brasileiros, com uma compreensão sobre os desafios da socialdemocracia e a dificuldade de vencer a vaga neoliberal, por um lado, e sobre as probabilidades de integração do Brasil na economia mundial (com aquela estratégia dupla e ambígua), por outro, Cardoso seguirá dando forma concreta – e cada vez mais importante para o país – à sua paixão, desconectada das classes populares, pelo que suas formulações teóricas o faziam considerar como sendo os limites possível.

A atualização da interpretação de Cardoso sobre o cenário internacional colocava o Brasil numa situação intermediária. Por ter uma quantidade de recursos e um território muito grandes, o país provavelmente não corria o risco de se tornar uma nação irrelevante no cenário mundial. O risco que corríamos era o de ‘sermos integrados’ sem ter protagonismo no processo – e já havíamos perdido muito tempo para começar a tentar mudar esse curso. No contexto da percepção dos desafios do mundo, era preciso transformar o Estado, modernizá-lo, e abrir a economia, para atrair investimentos e garantir o engate com os países mais desenvolvidos. Para as populações irrelevantes ou inimpregáveis, no Brasil e no mundo, não havia solução estrutural: seriam necessárias a ajuda humanitária e programas assistencialistas. Cardoso reconhece que a hegemonia neoliberal é forte, e que o desafio dos socialdemocratas é manter-se resistindo à onda até que ela diminua, colocando e mantendo vivas as questões pertinentes, sobretudo com relação a um “Estado socialmente necessário”.

A forma como Cardoso via o mundo e a integração capitalista justificava a defesa de um programa político muito assemelhado à ortodoxia neoliberal em voga naquele momento, embora seguisse afirmando suas restrições a essa tendência: o excessivo apego ao ‘possível’ o impedia, ainda que expressasse o contrário, de resistir à força da onda neoliberal. Em um momento de hegemonia tão consolidada no mundo e em processo de consolidação no Brasil, o possível era seguir a onda, mesmo que a vontade expressasse o contrário. Por isso, Cardoso termina argumentando que por conta das peculiaridades de seu desenvolvimento histórico, a socialdemocracia na América Latina se deparava com desafios muito mais difíceis que a europeia, sobretudo relacionados à necessidade de, por vezes, em nome da estabilidade econômica, não atender os interesses imediatos das camadas populares, seja porque eram corporativos, seja porque ainda que fossem demandas justas, não eram sustentáveis no tempo.

Ao fim e ao cabo, para resistir à força da onda neoliberal no mundo inteiro percebida e por vezes criticada por Cardoso, provavelmente teria sido necessário um outro tipo de engajamento político. Entretanto, a forma como Cardoso fizera evoluir suas interpretações sobre o Brasil e sobre o mundo e as escolhas políticas que havia feito o imobilizavam, mesmo contra o que afirmava ser sua vontade, diante dessa nova hegemonia. Os anos de 1993 e 1994 são, em sua trajetória, um momento marcado pelo protagonismo político e por opções que o afastariam daquilo que buscara outrora representar. Seria também um momento marcado por uma nova tensão, agora entre as políticas que ele implementava e a forma como se via politicamente.

4.3. O Brasil nas mãos de Cardoso: encontro do ‘ser’ com o ‘dever ser’ (1993-1994)

Duraria pouco o período de Fernando Henrique Cardoso no Ministério das Relações Exteriores. Em maio de 1993 ele assumiria a pasta da Fazenda e passaria a ter protagonismo ainda maior na política brasileira pelos nove anos seguintes.

No início daquele ano, ainda como Ministro de Relações Exteriores, Cardoso recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Chile, em Santiago. Em seu discurso, tratou de fazer um retrospecto de sua carreira intelectual até ali e traçar um panorama dos desafios das ciências sociais naquele momento, voltando a tocar pontos importantes de suas formulações – e a defender-se de críticas recorrentes. Depois de afirmar que seu trabalho sobre a dependência só foi possível pelo encontro de cientistas e pensadores proporcionado pelo Chile e que era uma expressão daquele encontro, ele

refuta mérito individual por aquela produção. Cardoso afirma que ele e seus colegas questionaram as teorias do desenvolvimento existentes naquele momento e sobretudo a ideia de que a única alternativa na América Latina seria a revolução, e que aqui o capitalismo não teria condições de se desenvolver. Por isso, tiveram que enfrentar muitas críticas da esquerda.

Algunos decían, estos señores están de hecho planteando la posibilidad de desarrollo de estos países bajo el capitalismo y eso es inaceptable. Decían que sin revolución no podía haber transformación. Nuestra respuesta fue: nosotros no estamos calificando ni de buena ni de mala la transformación, sencillamente estamos subrayando que hay una transformación posible encauzada por un sistema de producción que es capitalista.

Más tarde, ya de regreso a Brasil, tuve que crear otra idea para ser más preciso. Ella fue la de desarrollo dependiente pero asociado, porque en Brasil en los setenta hubo una transformación muy fuerte. Otra vez tuve que pelearme con sectores que se creían progresistas, que decían que no, que estaba todo estancado, que no había ninguna posibilidad que bajo un régimen militar se produjera una transformación que significase la acumulación de riquezas y por ende el bienestar. Y otra vez tuve que decir que no hay que confundir las cosas, que no estaba en defensa (no podía) del régimen militar, que lo que estaba diciendo era que además del sistema de gobierno había también otra formación, más de fondo, que estaba dando un salto adelante en el sistema productivo. Señalaba que ella iba a producir transformaciones básicas en el futuro de la sociedad y que era inútil quejarse; como sociólogo había que reconocer ciertas tendencias de la sociedad (CARDOSO, 1993b, p.17).

Cardoso explicava, mais uma vez, que buscava reconhecer as tendências estruturais e os limites possíveis para as mudanças, que isso não significava que torcia por elas. “Era inútil queixar-se”. No momento em havia escrito os trabalhos sobre a dependência, vimos que havia ainda uma tensão não resolvida em Cardoso, entre os reconhecer como insuperáveis os limites estruturais que o capitalismo impunha para as mudanças, muito bem compreendidos e estudados por ele, e as potências transformadoras dos setores subalternos da sociedade, que podia gerar desdobramentos surpreendentes. Efetivamente, ele não parecia “torcer” pelo desenvolvimento das tendências que apontava. O curso de sua trajetória, no entanto, o colocou em condições, duas décadas depois, de poder fazer bem mais do que simplesmente torcer por uma alternativa ou outra: como Ministro, e depois como Presidente, ele poderia contribuir decisivamente, escolher as apostas e as opções que o Brasil tomaria diante dos problemas e dos dilemas com os quais convivía no início dos anos 1990.

No mesmo discurso no Chile, Cardoso sustentava que as principais teorias sociais existentes tinham suas preocupações relacionadas, de uma forma ou de outra, com a

questão da exploração. Contudo, como ele já afirmava alguns anos antes, havia países – e lugares dentro de países – que com as mudanças no capitalismo internacional e sua generalização tinham populações que não serviam sequer para serem exploradas: o novo desafio teórico das ciências sociais seria responder o que fazer diante dessa situação (id., p.18). Embora reconhecesse o desafio, ainda não tinha respostas muito claras para isso, e essa talvez seria a principal lacuna de sua interpretação sobre o mundo e do que fazer diante dos desafios impostos pelas novas condições do capitalismo global naquele momento.

No Brasil, como Ministro de Relações Exteriores, podia tentar ajudar a criar as condições para uma integração adequada do país à economia internacional. Ele buscava dar um perfil universalista para a política externa brasileira, com relações multipolares, tratando de tirar vantagens para o país a partir da fragmentação do poder mundial que era a tendência naquele momento (CARDOSO, 1993c). A nova ordem internacional ainda estaria em construção, e a única certeza que se tinha era que o modelo isolacionista ou autárquico não era uma opção possível: era preciso buscar mercados, recursos financeiros e tecnologia mundo à fora, e para isso o Brasil precisava ser um parceiro comercial favorável (id.ibid.). Os desafios de um mundo multipolarizado eram muitos, mas as oportunidades também, e

Para aproveitá-las o país há de tomar, como está tomando, decisões internas importantes. A abertura da economia; a reforma do Estado; a atração aos investimentos estrangeiros; a aprovação da Lei de Patentes; a normalização das relações com a comunidade financeiras internacional; a determinação na proteção do meio ambiente e dos direitos humanos – são todas políticas imprescindíveis que colocam o Brasil no rumo das tendências positivas do cenário internacional. A globalização da economia mundial e a universalização dos valores democráticos e do livre mercado constituem pontos de referência fundamentais. (CARDOSO, 1993d, p.10).

Para aproveitar as oportunidades e não perder o bonde, o Brasil precisava se transformar internamente. Conforme observamos, com relação à reforma do Estado, dentre várias outras medidas como privatizações, mudanças na previdência e uma reforma tributária e fiscal, Cardoso sempre defendeu mudanças no arranjo institucional brasileiro, que para ele parecia inadequado para uma democracia moderna. Os percalços da Constituintes teriam gerado uma engenharia institucional complicada no país, que dificultava seu funcionamento, e por isso seguia defendendo três pontos básicos em termos de transformações das instituições brasileiras: uma reforma no sistema partidário, com políticas que restringissem a proliferação de partidos artificiais; uma mudança no

sistema de votos, adotando o voto distrital misto, pois assim os partidos se fortaleceriam e os políticos seriam melhor acompanhados; e uma mudança no regime de governo, com a adoção do parlamentarismo (CARDOSO, 1993e).

1993 seria o ano da realização do plebiscito sobre o regime de governo, e Cardoso considerava a defesa do parlamentarismo uma de suas prioridades políticas naquele momento. Por isso, com José Serra, escreve uma cartilha de campanha de ampla divulgação defendendo esse regime de governo, tentando trazer as diferentes posições sobre o tema e, principalmente, o que esse regime traria de bom para a consolidação e a modernização da democracia brasileira (Cf. CARDOSO & SERRA, 1993).

Entretanto, em maio daquele ano, Cardoso seria convidado pelo presidente Itamar Franco para aquela que talvez fosse a função mais importante no sentido de construir as transformações internas que ele considerava necessárias para que o Brasil pudesse avançar. Em seu primeiro discurso, na transmissão do cargo, fala de um “projeto de país”. Afirma que a discussão sobre as privatizações não era mais ideológica, não havia opção nessa questão, porque simplesmente o Estado não tinha condições de administrar muitas das suas empresas – não haveria capacidade do Tesouro para isso – e o que se poderia e devia discutir era como elas deveriam ser feitas (CARDOSO, 1993f, p.3). Cardoso afirmava que havia espaço para crescer economicamente, porque a situação orçamentária do Brasil era razoável, e que era preciso combater a inflação, mas não a qualquer custo, porque o limite era a fome, a vida do povo (id.ibid.).

Em junho, Cardoso anuncia o PAI – Plano de Ação Imediata, seu primeiro plano à frente da economia do país. A linha era combater a inflação, e o primeiro passo era “arrumar a casa”, acertando as contas do Estado brasileiro. O plano representava os primeiros passos na reforma estatal que, para Fernando Henrique, contribuiria para ajustar o Brasil às necessidades da economia internacional. O mais urgente era resolver a inflação e o déficit no orçamento, e por isso propunha-se o corte de 6 bilhões de dólares em gastos do governo; a cobrança de ações mais enérgicas contra os sonegadores; e a aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Além disso, fazia um apelo aos empresários para que pagassem o que deviam ao Estado e desistissem das ações que questionavam as dívidas na justiça; diz que buscava resolver a questão da dívida dos estados com a União; e enfatizava a necessidade da continuação do processo de privatizações (CARDOSO, 1993g). Depois de cada medida importante do Ministério, Cardoso reunia a imprensa e a detalhava ponto a ponto em entrevista coletiva, e no dia

seguinte lançava um pronunciamento em cadeira de rádio e TV, direcionado à toda a nação. Esses pronunciamentos – os primeiros em rede nacional de FHC – eram muito interessantes por seu didatismo, por uma busca incessante de *explicar* o que estava propondo. Antes de explicar as medidas do PAI, Cardoso dizia ao povo brasileiro:

Quero ter com vocês, com todos os brasileiros, uma conversa franca sobre o nosso país, sobre o nosso futuro e dos nossos filhos e netos. O Brasil acostumou-se a ver seus ministros da fazenda virem à televisão para fazer promessas, anunciar planos mágicos e vender projetos salvadores. Posso frustrar quem espera de mim algo parecido. Aqui, falando com vocês olho no olho, não está nenhum super-homem. Está apenas um cidadão brasileiro, ministro de Estado. Não estou aqui, repito, para fazer promessas nem para vender ilusões. Não se pode brincar inconsequentemente com as necessidades, a esperança e com os sonhos de um povo.

Venho com a verdade. Uma verdade dura, mas necessária. A inflação não vai acabar de um dia para o outro com um golpe, com um tiro, ou com um passe misterioso. Hoje, o Ministério da Fazenda tomou um conjunto de providências que vão ajudar a colocar o Brasil nos trilhos. A inflação vai acabar, sim, mas com um trabalho sério, sistemático, e continuado (CARDOSO, 1993h, p.2).

Três meses depois do início do PAI, Fernando Henrique faz um balanço positivo do programa: os primeiros passos estavam sendo dados e, aos poucos, a inflação seria resolvida (CARDOSO, 1993i). Quando enfrentava críticas, sobretudo as que diziam que seu programa não fazia nada mais do que seguir a ortodoxia econômica e as premissas neoliberais de austeridade, Cardoso voltava a apegar-se ao peso do possível. Não se tratava de um programa ortodoxo, mas sim de um programa óbvio: era necessário colocar a casa em ordem, senão não havia condições de governar. “Se puser o Aluísio Mercadante do PT como Ministro da Fazenda, ele vai também colocar a casa em ordem, senão ele não governa” (CARDOSO, 1993j, p.9). Os dois inimigos principais do Brasil estavam interligados, seriam a miséria e a inflação, e o programa aventado por Cardoso seria, segundo ele, muito assemelhado à socialdemocracia europeia, com a diferença de que lá não havia a miséria, e por isso eram necessárias algumas medidas diferentes (id.ibid.). Em setembro, em depoimento dado à CPI da Desestatização, à qual fora convocado para prestar alguns esclarecimentos e explicar o programa de privatizações, volta a afirmar que privatizar se tornou algo imprescindível na política econômica brasileira, não era uma questão ideológica (CARDOSO, 1993l, p.2). Era muito negativo ter que tirar dinheiro do Tesouro para sustentar empresas públicas que não eram lucrativas, e a razão principal das privatizações teria a ver com isso. Havia razões acessórias, relacionadas à má gestão e ao clientelismo, mas Fernando Henrique dizia que não era determinado que o Estado era, por natureza, um mau gestor, por isso essas razões eram menos importantes. E, de

novo, ele buscava se diferenciar da onda neoliberal que ele reconhecia que assolava a América Latina.

Há razões também políticas que me levam a crer que é necessário repensar a questão do modelo da participação do Estado no processo econômico. Agora, sei que há outras tendências, outros pensamentos chamados neo-liberais que acreditam que a questão fundamental é que o Estado não deva intervir em nada e que, provavelmente, o setor privado, por si, é capaz de tudo. Não é o meu pensamento. Nunca foi e nem é o meu pensamento. Acabei de dar minhas razões, porque acho que deve haver a privatização, por isso disse que não se tratava de uma questão ideológica (...) (CARDOSO, 1993l, p.8)

Afirmava que não entrava na “tese fácil da privatização selvagem”, mas a privatização precisava acontecer para reequilibrar as contas públicas – não para pagar custeio das atividades do Estado, mas para pagar as dívidas. Nesse caso, era preciso privatizar às vezes mesmo empresas lucrativas, que não davam prejuízo para o Estado, porque se de um lado havia dívidas e de outro patrimônio, não havia escolha: era preciso usar o patrimônio para pagar as dívidas (id., p.11). Era preciso lutar pela incorporação do Brasil ao mundo, e também para isso serviriam as privatizações, os cortes, a austeridade.

Fernando Henrique afirmava que o Estado havia crescido desordenadamente ao longo do período ditatorial, e dizia achar engraçado o fato de democratas defenderem a manutenção dessas empresas (id.ibid.). As aposentadorias também custavam muito, especialmente a de parte dos servidores públicos e, para distribuir renda no país, seria necessário modificar questões desse tipo. Mas defendia também outras formas de distribuição de renda que não mexiam com direitos dos trabalhadores: nesse contexto, recorda as duas leis propostas por ele, a da taxação de grandes fortunas e a da distribuição de lucros para os trabalhadores, que não haviam sido regulamentadas pelo Congresso (id.,p.30).

Cardoso via em sua atuação no Ministério da Fazenda outra potencialidade importante além da de definir a política macroeconômica do país de forma coerente com a necessidade de integração. Identificara no Ministério o principal alicerce do clientelismo brasileiro, com um poder de clientela enorme. E estava, portanto, buscando, através da transparência das medidas, da divulgação do orçamento com os cortes, mudar essa situação (CARDOSO, 1993m). Depois de eleito Presidente da República, em fins de 1994, ele chegará a dizer que não havia mais clientelismo em nível nacional no Brasil.

Mas além dos cortes orçamentários, Cardoso tentava implementar uma mudança na forma como se geria o Estado: as negociações com os estados estavam indo bem, e o

tema chave passava a ser, em meados de 1993, a questão salarial. Apesar de o salário não ser uma das causas primárias para a inflação, como Cardoso argumentara ao longo de todos os anos anteriores, era parte de uma cadeia de transmissão para ela, e o objetivo do governo deveria ser o aumento do salário real (via combate da inflação), não necessariamente salário nominal. Discutindo essa questão, ele voltava a argumentar sobre a necessidade de se implementarem algumas medidas:

É sempre fácil reivindicar. Como os salários do Brasil são baixos, em geral as reivindicações são justas. Só que não cabe ao administrador julgar a justiça ou não, tem que julgar na viabilidade. E tem que discernir as prioridades. O que se faz, tem que analisar o conjunto, as consequências dos atos que nós tomamos. Como estamos absolutamente convencidos que não se trata de uma política de oportunismo, nem se trata de uma política em detrimento da massa salarial, nós estamos persuadidos de que esse é o caminho certo e vamos tentar persuadir os setores correspondentes, inclusive os setores políticos correspondentes (CARDOSO, 1993n, p.5).

Colocava-se em prática, aqui, o que Cardoso já preconizara como um dos desafios mais difíceis da socialdemocracia na América Latina: seria preciso, em muitos momentos, abrir mão de reivindicações justas em nome da construção de estabilidade econômica e do interesse de longo prazo do conjunto da sociedade. É interessante notar que, embora tivesse sempre criticado a lógica implementada por Delfim Netto de “primeiro crescer o bolo, para depois distribuir”, havia alguma semelhança com a ideia de primeiro garantir a estabilidade macroeconômica para depois permitir os ganhos para os setores populares. É verdade que Cardoso continuava afirmando que o que buscava era crescimento econômico e distribuição de renda *ao mesmo tempo*, mas talvez a experiência de dentro do Estado já o tivesse feito relativizar algumas críticas. Na comemoração do ano do Jubileu da Receita Federal, com a presença de Delfim Netto, Cardoso dizia ser uma satisfação tê-lo ali, porque “a despeito de muitas mutações, há continuidade do país. O país não se forma só em função de rupturas e desavenças. (...) se forma também em função de ser uma linha de continuidade que ultrapassa conjunturas” (CARDOSO, 1993o, p.2). Fosse Aluísio Mercadante, fosse Delfim Netto ou fosse ele próprio, o ponto defendido por Cardoso era que todos teriam a obrigação de tomar mais ou menos as mesmas medidas, sem que cortes ideológicos ou preferências políticas pudessem ter qualquer influência. Os limites do possível se imporiam sobre qualquer um.

Além disso, parece que a perspectiva de dentro do governo aumentou a aposta de Fernando Henrique nos setores empresariais. Ele dizia que o setor privado estava indo muito bem e apontava para um caminho promissor para a economia brasileira, enquanto

o setor público capengava (CARDOSO, 1993p). Se uma das críticas que fazia à onda do neoliberalismo triunfante, à qual a socialdemocracia buscava resistir, era uma apologia ao setor privado em detrimento do público, sua experiência no Ministério parecia, em alguns momentos, aproximá-lo desse tipo de compreensão.

Estou voltando dos Estados Unidos, de uma reunião com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e conversei com os principais órgãos de imprensa dos Estados Unidos. A pergunta é sempre a mesma, um pouco de perplexidade, mas ‘não dá para acabar com essa desordem inflacionária’[?]. Depois dizem: mas como é que o setor consegue crescer com tudo isso? Esse é o verdadeiro milagre que não foi feito pelo governo nem pelo Estado, foi feito pelo país, pela sociedade. As empresas se ajustaram e estão em expansão. Este ano vamos ter um crescimento do PIB da ordem de 5%. É uma coisa muito concreta. (...).

Temos uma grande desordem financeira o setor público, que nos levou realmente a realizar déficits e encolher a capacidade do Estado num sentido genérico, de atender a demanda da sociedade. (CARDOSO, 1993q, pp.4-5).

Enquanto as empresas estavam operando um milagre econômico, o setor público continuava em frangalhos. Talvez a onda prevalecente do neoliberalismo estivesse influenciando suas perspectivas mais do que admitiria. Pensando em flexibilidade orçamentária, Cardoso passou a defender a desvinculação dos recursos da União – porque ela não seria racional, já que as prioridades mudam no tempo: o racional seria fazer uma locação de recursos por cinco anos e uma avaliação anual, mas como o Brasil vivia de incertezas políticas, todos os setores buscavam garantias constitucionais para que os recursos fossem direcionados a eles (CARDOSO, 1993r, p.6). Havia uma crítica embutida ao corporativismo nessa questão, e Cardoso dizia que se não enfrentássemos questões como essas, continuaríamos tratando uns aos outros como inimigos, provavelmente se referindo às críticas que recebia de setores da esquerda. Nessa mesma linha, descrevia as políticas que implementava para combater a inflação como não sendo realmente ortodoxas, porque era a inflação que segurava a concentração de renda no Brasil naquele momento.

a inflação (...) está penalizando duramente o pobre. Então combater a inflação não é ortodoxia econômica porque não sou ortodoxo coisa nenhuma. Tenho um forte compromisso social e sou social-democrata, de ver a vida de um lado que não era dos ricos, não há porque a essa altura mudar de lado. Não se trata disso... (CARDOSO, 1993r, p.8).

O fato é que Cardoso enfrentava uma tensão constante entre as políticas que estava implementando, a forma como elas eram recebidas pelos mais diversos setores da sociedade (mesmo os que elogiavam), e a maneira como ele se definia politicamente.

Com efeito, se a socialdemocracia na América Latina teria de enfrentar aqueles dilemas que ele havia colocado alguns anos antes, a posição de alguém que se dispusesse a fazer isso não tinha como ser fácil, pelo menos diante dos setores organizados das classes trabalhadoras. O apoio que o empresariado o oferecia também o distanciava ainda mais dos setores organizados das classes populares e dos partidos de esquerda. Mas para ele, o Estado precisava voltar a ser administrável para poder cumprir suas funções sociais (CARDOSO, 1993s), e esse seria o seu esforço empreendido naquele momento: era como se estivesse sendo levado pela onda neoliberal só até o ponto em que ela contribuísse para que os objetivos socialdemocratas voltassem a ser viáveis. Ao que parece, entendia suas posições como uma ortodoxia econômica – imposta pelas condições objetivas da realidade – com fins que, no limite, eram sociais, não necessariamente ortodoxos.

Vale a pena trazer algumas discussões sobre FHC já presidente para cotejar com nosso argumento. É interessante notar como é possível relacionar as características da hegemonia neoliberal durante a década de 1980 com a ‘evolução’ das principais teorias do desenvolvimento na América Latina, entre elas a da dependência e o estruturalismo cepalino. Cristóbal Kay percebe que com a crise da dívida no início dos anos 1980 houve uma mudança de paradigma na forma de pensar o desenvolvimento na América Latina, com uma predominância das ideias neoliberais (KAY, 1998, p.4). O autor busca nas contribuições das teorias latino-americanas, a saber, o estruturalismo e a teoria da dependência, formas de forjar um novo paradigma de desenvolvimento, na medida em que o estritamente neoliberal não resolveria os problemas de distribuição e igualdade na região. No bojo desta discussão, feita por Kay em 1998, quando Cardoso já era Presidente da República há quatro anos, ele afirma que o estruturalismo teria melhores condições pragmáticas de influenciar nos rumos concretos das políticas na América Latina do que as vertentes mais radicais da dependência, e que um “neoestruturalismo” estaria sendo construído, como uma espécie de síntese entre estruturalismo e neoliberalismo, o que também já havia sido trabalhado por outros autores (Cf. KAHLER, 1990; ROSALES, 1988; SUNKEL & ZULETA, 1990).

Segundo Kay, muitos líderes latino-americanos (entre eles Cardoso) viam a necessidade de fazer os ajustes no Estado para abrir a economia e adequar os países à globalização (ainda que, seguindo o exemplo dos países do sudeste asiático, não abandonassem o papel do Estado) (id., p.13). Contudo, com as consequências sociais negativas das políticas neoliberais, esses líderes buscavam justificar sua ‘adesão’ ainda

que parcial às ideias neoliberais com pelo menos dois argumentos: o primeiro relacionado à necessidade das mudanças e do sacrifício no curto prazo, para que no longo prazo a situação melhorasse estruturalmente; o segundo relacionado à falta de alternativas.

Latin American governments point to the political economy of neoliberalism becoming the basis for policy in other areas of the world that are identified as ‘competitor’ regions in the world economy – Eastern Europe and East Asia, in particular. It becomes paramount, according to Latin American Treasury ministers, to ‘modernize’ their economies in order to make them more competitive in world markets and so they can better take advantage of global forces. Such modernization is necessary in order to successfully attract foreign investment from global corporation that have a wide range of options of where to invest (KAY, 1998, p.15).

Ou seja, para adequar-se às novas condições do panorama mundial, não havia outra alternativa que não fazer os ajustes. Como temos observado, essa é a forma de justificativa utilizada por Cardoso. Ele não parecia ver nenhum outro tipo de alternativa, nesse momento de onda neoliberal tão forte, e o máximo que podia almejar era algum tipo de amenização dessa ‘onda’. Se Cardoso estava nos anos 1970, para Kay, numa posição particular entre a vertente marxista e a vertente reformista (continuadora do estruturalismo cepalino) da teoria da dependência, as políticas adotadas por seu governo terminariam sendo expressão de um ‘neoestruturalismo’ que seria uma síntese entre o estruturalismo e o neoliberalismo (id.ibid.). Como contraponto ao dualismo das teorias da modernização Cardoso havia forjado uma estrutura de pensamento e interpretação sobre a América Latina que se colocava entre as vertentes mais reformistas e as mais revolucionárias da teoria da dependência. Entretanto, já no início dos anos 1990 – diante da forte hegemonia neoliberal que se construía – representava uma expressão contraditória entre uma perspectiva com resquícios de estruturalismo (já distante das vertentes mais radicais da dependência, mas que negava o dualismo) e uma mais neoliberal e monetarista (que não precisava negar o dualismo proveniente das teorias da modernização).

É neste sentido que Sorj (2001, p.121) argumenta que as políticas aplicadas por Cardoso no governo haviam sido elaboradas fora dos marcos ideológicos e teóricos nos quais ele havia transitado como sociólogo. “Os argumentos com os quais procura mostrar coerência entre seus atos e suas visões do passado são uma construção a posteriori, muitas vezes brilhante, mas sustentada por andaimes muito frágeis” (id.ibid.). Sebastião Velasco e Cruz, ao analisar os discursos de Cardoso sobre a globalização em algumas conferências dadas por ele em 1996 (mas também desde alguns textos do início dos anos 1990), detecta

uma ambiguidade que ele define como sendo entre argumentos “deterministas” e argumentos voluntaristas, que “ressaltam o papel da vontade” (VELASCO E CRUZ, 1999, p.238). Dentre os primeiros estariam os discursos em que aparece a ideia de que não há alternativas à globalização, e nos últimos predominaria a ideia de que a globalização é um cenário no qual há alguma margem de ação. Para o autor, isso seria um exercício de retórica, que teria a função de justificar componentes distintos de sua política governamental.

Os argumentos deterministas dão cobertura, basicamente, à política de estabilização ancorada no câmbio (...) cujos efeitos, traduzidos em desemprego crescente e taxas de crescimento renitentemente baixas, são naturalizados como consequências inevitáveis da globalização. Os argumentos de teor voluntarista, por sua vez, dão suporte às políticas setoriais – inclusive àquelas desenvolvidas pelo BNDES, em parte com o fim de atenuar o impacto negativo das medidas adotadas para preservar a política cambial –, e à política exterior, domínio no qual, ao contrário do seu vizinho argentino, o governo brasileiro continua buscando atuar com relativa autonomia (VELASCO E CRUZ, 1999, p.239).

Essa ambiguidade entre determinismo e voluntarismo, que aqui aparece como discurso retórico num Fernando Henrique já eminentemente político, percorre toda sua trajetória, de diferentes maneiras. Se Velasco e Cruz relata a dificuldade de procurar a explicação para isso na obra assistemática de Cardoso, nosso trabalho mostrou que mesmo em seu período mais sistemático (até o início dos anos 1970), havia uma tensão que denominamos ser entre as determinações estruturais e as potências da práxis. Esta, que foi se resolvendo nas escolhas políticas feitas por Fernando Henrique Cardoso em determinadas conjunturas específicas ao longo de sua trajetória, agora se traduzia como mecanismo retórico de justificativa de posições políticas. No entanto, não se tratava de uma retórica vazia. Pelo contrário, a evolução da forma como Cardoso via o mundo e o Brasil – mesmo com a tensão resolvida politicamente – o levava a uma concepção de socialdemocracia que, no contexto de hegemonia neoliberal, não podia fazer mais do que seguir a onda com algumas ressalvas. Por conta dessas ressalvas, ele nunca aceitou a caracterização de suas políticas como neoliberais, e menos ainda dele como sendo um neoliberal.

Voltando à 1993, em novembro Cardoso faz um discurso no Senado para apresentar suas medidas como Ministro, e seu plano para o Brasil. Diz que a corrupção que assola o país tem um fundo estrutural: o modelo pelo qual se decidia o gasto público embutiria um pacto entre velhas elites oligárquicas que estavam no legislativo e no

executivo, o que tentava combater isso a partir da Fazenda (CARDOSO, 1993s, p.4). Defendia as medidas que continuariam o processo de recuperação econômica do Brasil: a reprogramação do orçamento de 1994 com cortes, a aceleração da privatização e a revisão constitucional: a ideia da reforma era remover entraves ao mercado aberto, garantir desvinculações orçamentárias, abrir mais espaço para privatizações, etc. (id., p.24). A grande empreitada de Cardoso no final de 1993, depois de praticamente resolvida a negociação da dívida externa, era convencer os parlamentares da importância da revisão constitucional, para garantir condições para o Brasil dar o “grande salto” (CARDOSO, 1993m, p.4).

Em reunião da Secretaria de Planejamento, ele fazia um balanço geral de sua atuação até ali: o fim de 1993 chegaria com superávit, e a dívida externa estava sendo negociada definitivamente, ao passo que a dívida interna dos estados já teria sido rolada; continuava afirmando que a luta para combater a inflação não era por ortodoxia, mas para fazer política social sem demagogia, e ele e sua equipe estavam criando as condições para isso; se o governo gasta mais do que arrecada, fabrica dinheiro e gera inflação, e por isso o corte de gastos públicos era fundamental para estabilizar a economia do país (CARDOSO 1993t). Dizia que estavam enviando a proposta orçamentária para 1994 e que precisavam da emenda constitucional de desvinculação de recursos, porque sem ela tudo ficaria mais difícil, e estavam propondo uma reserva de emergência de 15% de todos os recursos da União para fins sociais, cortando na própria carne do Estado, e aumentando 5% em cima das alíquotas dos impostos federais: era, segundo Cardoso, uma grande contribuição do Estado em termos de cortes e uma contribuição pequena da sociedade em termos de aumento de impostos (id.ibid.). Com a aprovação da desvinculação, do IPMF e do COFINS, haveria condições de dar o grande salto na economia em 1994.

Em novembro de 1993, o Estadão já pergunta a Fernando Henrique sobre sua eventual candidatura à Presidência. Na mesma entrevista, ele fala que o plano que tinha para a economia – e que seria anunciado no mês seguinte e ficaria conhecido como *Plano Real* – era viável e já estava sendo executado (CARDOSO, 1993t). E explicava o plano, em resumo, dizendo que o ponto básico era a ideia da rigidez orçamentária, com desvinculação de recursos da União, mas com a proposta do Fundo Social de Emergência que valesse por dois anos, para que o Congresso tivesse tempo de fazer a revisão constitucional sem pressão: seriam 15% do orçamento reservados para fins sociais, e nenhum setor sairia perdendo porque com o combate à sonegação, esse valor era mais ou

menos o que se arrecadaria a mais em termos de impostos, então na prática não haveria diminuição de valores investidos. Esse era o principal instrumento para zerar o déficit, mas complementarmente também haveria o aumento de 5% sobre as alíquotas dos impostos federais, já descrita por ele anteriormente (CARDOSO, 1993u).

O primeiro passo do plano era acertar as contas do Estado, o segundo passo implementar a Unidade Real de Valor, que serviria de medida de valor real, e o terceiro seria a transformação desse índice em nova moeda. Ele dizia que mostraria que, no âmbito da economia, o Brasil era viável, e que a solução não viria em um dia “D”, mas sim com um processo sério e com confiança da sociedade (id.ibid.). No pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, Cardoso explicava o plano detalhadamente e tratava também das sugestões para a reforma constitucional: reforma tributária, com menos impostos e mais organização na arrecadação, para diminuir a sonegação e garantir mais justiça; reforma administrativa, descentralizando a administração e acabando com alguns privilégios de funcionários públicos; previdenciária, acabando com as aposentadorias especiais, gerando convivência entre o setor público e o privado; mudança nas relações entre estados, municípios e União; e reforma no sistema do orçamento (CARDOSO, 1993v).

A URV seria aprovada em fevereiro de 1994, e o plano parecia demonstrar sinais de êxito futuro. A partir daí, começam a se fortalecer cada vez mais as especulações sobre Cardoso como candidato a Presidente da República, o que faz com que passe a responder várias questões nesse sentido em suas entrevistas. Em entrevista ao *Correio Braziliense*, já começa a refletir sobre uma eventual candidatura, e inclusive sobre as alianças necessárias:

Você vê que como estão numa questão eleitoral há sempre a tendência permanente de juntar o processo econômico com o processo eleitoral. Vamos esperar para ver como a questão partidária se organiza. Estão inventando uma aliança PFL-PSDB, deixando o PSDB nervosíssimo. Por que estão descobrindo que vai ser preciso ter um arco de apoio para fazer alguma coisa no Brasil (CARDOSO, 1994b).

Na continuação da conversa, afirma que o Brasil quer produzir um novo Tancredo, que possa simbolizar uma união nacional, e mesmo sem ele e o PSDB terem buscado isso, ele havia se tornado essa figura. Além disso, a “sociedade” queria produzir alguma figura política que fosse capaz de derrotar o Lula nas eleições. Embora soubesse que era um dos “dez brasileiros que têm possibilidade de chegar à Presidência da República”, cogitava permanecer no Ministério para continuar o trabalho, e não estava articulando pessoalmente para ser candidato à Presidente, ainda que houvesse gente que defendia isso.

“Estou dizendo que eu não estou trabalhando para ser e que intimamente tenho uma grande dúvida” (id.ibid.).

Primeiro não é uma posição cômoda ser anti. É chato. Depois, o ciclo de aliados não será definido por mim. Isso tudo me dá confusões interiores, psicológicas, emocionais. Por outro lado, tem seu aspecto positivo. Mesmo biograficamente, será que não está no momento de o país precisar de um gesto de outro tipo? Sei que posso ser candidato. O partido quer, tem outras forças que querem, eu tenho alguma chance de ganhar. Mas eu também posso contribuir decisivamente para acertar o país fazendo o que eu estou fazendo. Será que isso não é mais correto e até politicamente melhor? Eu tenho 62 anos. Daqui a quatro anos vou ter 66. Não é um cálculo elementar de fazer. Depende de quê? De ter alguém candidato daquelas forças. (CARDOSO, 1994b).

Antônio Carlos Magalhães havia proposto a aliança do PFL com o PSDB, e apesar de setores do partido fazerem duras críticas à possibilidade, ela parecia ter a simpatia de Cardoso⁵⁹. Mesmo com todas as dúvidas que aparentava ter, Cardoso decidiria algumas semanas depois por sua candidatura à Presidência da República pelo PSDB, e a aliança com o PFL se consolidaria. Aqui é interessante notar que sua concepção de política, fundamentada na ideia de construir o possível dentro das condições impostas pela realidade o levava a afirmar que nem sequer o arco de alianças de uma eventual candidatura sua poderia ser decidido por ele. Era como se entendesse que possuía uma leitura da realidade mais ampla e correta que a maioria das pessoas – dentro e fora do meio político – mas se percebesse mais como um instrumento da realidade para tentar conseguir algum tipo de transformação consentida do que como um ator capaz de orientar essas transformações. Voltando à analogia, era como se se deixasse conscientemente levar pela onda da realidade, tentando mudar seu curso dentro dos limites oferecidos por ela. Sua candidatura, se viesse, seria uma expressão disso. Veio. E foi⁶⁰.

Com a aprovação da URV e depois do Fundo de Emergência no Congresso, garantia-se equilíbrio por dois anos nas contas públicas (e dava tempo para discutir-se com calma a revisão constitucional no Congresso). O plano ia dando certo, e o Real

⁵⁹ Ver Folha de São Paulo, de 2 de março de 1994, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/02/brasil/16.html>

⁶⁰ Como demonstram Galvão (2003) e Sallum Jr. (1994), o Plano Real teria um papel decisivo na consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil. Galvão afirma: “Com o impeachment de Collor, o projeto em fase de implementação se viu ameaçado. O governo de Itamar Franco – sustentado por um amplo leque de forças políticas – manteve, em linhas gerais, os pilares do modelo econômico neoliberal implementado por seu antecessor, mas durante sua gestão, esse modelo seria conduzido de modo errático (...) O Plano Real permitiu a continuidade e a consolidação do projeto neoliberal inaugurado por Collor, assegurando a vitória – com ampla maioria de votos – de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições de 1994” (GALVÃO, 2003, p.92).

deveria ser implementado em julho: para Cardoso, era consistente e não tinha fins eleitoreiros, e o Real seria uma moeda baseada na confiança dos brasileiros e, se chegasse ao governo, manteria as contas públicas em ordem (CARDOSO, 1994c). A ideia de que não havia alternativas e de que o Plano Real era a melhor forma de ajustar as condições internas do país às necessidades do mundo globalizado movimentou Cardoso nesses anos, e encontrou eco em muitos analistas e políticos no país. É interessante aqui como ilustração retomar as reflexões de Lidia Goldestein, que elogiava muito a inovação teórica de Cardoso e Faletto em sua capacidade de articular os aspectos internos com os externos na análise sobre a dependência. Em 1998, no *post scriptum* que escreveu para seu livro *Repensando a Dependência*, a autora afirmava:

No mundo *globalizado* a *dependência* do capital externo é maior do que nunca. O mesmo Plano Real implementado em outro momento, quando as condições fossem outras, não teria dado resultado. Entretanto, sem *condições internas* o Plano também teria fracassado. O esgotamento do modelo *nacional desenvolvimentista* e a fatura da sociedade após 15 anos de inflação e estagnação desarticularam o arranjo até então existente. A abertura e a privatização viabilizam a estabilização e os três processos em conjunto permitem a construção de uma nova estrutura econômica, baseada em um novo paradigma, cuja consolidação é o **único caminho para minimizar os eternos percalços colocados pela dependência** (GOLDESTEIN, 1998, p.135) [grifos em itálico da autora, em negrito nossos].

Cardoso teria, portanto, contribuído com a construção das *condições internas* para possibilitar o desenvolvimento que tanto valorizava desde *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Privatizações, abertura da economia, etc., seriam partes de um novo paradigma que seria o único caminho possível para minimizar os efeitos da dependência. A autora, em 1998, parece concordar com o que Cardoso já dizia em fins dos anos 1980: não havia alternativas. Na campanha eleitoral de 1994, assim como em sua atuação anterior como Ministro da Fazenda, isso ficou muito claro.

Já em campanha, Cardoso dá entrevista ao Estadão (publicada com o título de *Cardoso Planeja reforma radical do Estado*) e afirma que o PT usava uma linguagem antiga sobre perdas salariais para criticar o plano econômico, em um momento em que na prática não havia perdas com a URV: mas o grande problema do PT é que Lula seria corporativista, e por isso não tinha condições de reformar o Estado (CARDOSO, 1994d). Pensando nas diferenças do PSDB para os adversários, defendia que existiria um programa nacional-desenvolvimentista, estilo anos 1960, por parte do PMDB; um nacional-autoritário, do PDT; e um nacional-populista, do PT (id.ibid.). Em contraposição a isso, o programa do PSDB não seria neoliberal, mas corresponderia à ideia de um Estado

reformado com capacidade de fazer as reformas sociais necessárias e ser interlocutor do Brasil no processo de globalização. A aliança com o PFL era justificada como forma de garantir maioria no Congresso e, para Fernando Henrique, o PFL tinha aceitado o programa econômico do PSDB e, num eventual governo, o PMDB se alinharia às suas posições. Terminava dizendo que os bolsões de pobreza no Brasil não seriam resolvidos só com o crescimento econômico: era preciso criar programas específicos para essas áreas (id.ibid.).

Em discurso proferido em 25 de julho, chamado de *O Real e o Sonho*, Cardoso apresenta um panorama geral do seu programa, começando por afirmar que não seria nem populista nem neoliberal, porque protegeria os que viveriam do salário controlando as contas públicas. Era isso que ele havia feito na economia brasileira como Ministro (CARDOSO, 1994e) e assim almejava fazer como Presidente. Seu governo teria cinco grandes prioridades – emprego, educação, saúde, agricultura e segurança – e cinco mecanismos para garantir que as mudanças fossem possíveis: verbas do orçamento, fundos das privatizações, participação nos mercados financeiros nacional e internacional, parcerias com o setor privado e financiamento assegurado por fontes bilaterais como o BID, FMI, etc. (id.ibid.). Mais uma vez, terminava dizendo que o desafio mais imediato era a miséria, contra o qual seria necessário recorrer a programas sociais assistencialistas. Para que todos esses objetivos fossem possíveis, o Estado tinha que ser reformado fiscal e administrativamente, ficando menor, mais forte e mais ágil; as privatizações tinham que continuar; era preciso integrar-se internacionalmente; e, por fim, seria preciso muita capacidade de negociação (id.ibid.).

Na campanha presidencial, as características que marcaram os anos anteriores da trajetória de Cardoso se tornam cada vez mais fortes. Em entrevista à *Veja*, em agosto, vários temas que discutimos aqui são tratados de forma clara. Para ele, dentre os vários erros do PT na campanha (naquele momento Cardoso já era líder nas pesquisas, e Lula tinha caído bastante) estavam os ataques ao plano Real, mas principalmente o fato de centrarem fogo nas alianças feitas pelo PSDB, no contexto de uma sociedade de massas que, distante da política institucional, simplesmente não liga para essa questão das alianças (CARDOSO, 1994f, p.21). A aliança com o PFL teria servido para penetrar no Nordeste, e não representaria necessariamente o atraso: Antônio Carlos Magalhães (que havia sido o idealizador da aliança, ainda em março) fazia, segundo Fernando Henrique, um governo de mudanças na Bahia, com 70% de aprovação popular (id., p.24). O PSDB

se aliara com um setor reconhecidamente de direita política, e Cardoso era obrigado a justificar essa aliança recorrendo ao velho argumento da dicotomia moderno x arcaico, mas sequer afirmava com todas as letras que se tratava de um setor moderno, o máximo que conseguia responder ao ser questionado sobre isso era que ACM tinha percebido “o sinal dos tempos”. Da mesma forma que na campanha de 1985 Cardoso opera uma “radicalização” das características moderadas já presentes, em 1994 o processo se repete, mas como a moderação já era enorme, a radicalização o faz dar passos, do ponto de vista das alianças políticas e de como elas se justificavam, à direita.

Na mesma toada, Cardoso continua batendo na tecla de que acelerar as privatizações e a flexibilização de monopólios não se trata de questão ideológica, mas sim de necessidade de um Estado que não tem condições de expandir as empresas e, nem mesmo, de gerir sozinho empresas que rendem bem, como a Petrobrás (id., p.26). A sociedade brasileira não aceitaria mais propostas demagógicas, teria ficado mais exigente, e as empresas, mesmo sem ajuda dos governos, teriam ficado firmes e mantido suas condições de competir (CARDOSO, 1994g). É interessante notar que Cardoso continuava – e agora com mais ênfase – defendendo a tese de que houvera um protagonismo do setor empresarial na recuperação econômica do Brasil, e de que esse setor seria fundamental para as mudanças. Boa parte do empresariado brasileiro apoiava sua candidatura, reconhecia nela uma defesa de seus interesses, embora Fernando Henrique se recusasse a divulgar quem eram os empresários doadores das suas campanhas, já que a lei naquele momento ainda não obrigava a isso (CARDOSO, 1994f, p.22).

Nas vésperas da campanha eleitoral, em 3 de julho de 1994, José Luís Fiori escreve um artigo para a Folha em que faz uma interpretação geral sobre a trajetória de Cardoso e caracteriza o Plano Real e sua candidatura como expressões do Consenso de Washington⁶¹. Depois de descrever a trajetória intelectual de Cardoso antes de entrar na

⁶¹ O “Consenso de Washington”, expressão cunhada pelo economista inglês John Williamson, expressava um conjunto de regras de ajuste das economias periféricas, para superar as crises: disciplina fiscal, através da qual o Estado deveria limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; redução dos gastos públicos com a focalização destes em educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária, que ampliasse a base sobre a qual incidiria a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de restrições que impediavam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais, e o afastamento do Estado do setor; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e, por fim, o direito à propriedade intelectual (Cf. WILLIAMSON, 1989).

vida política, Fiori argumenta que é possível estender e atualizar a análise de Fernando Henrique nos anos 1970 à “nova situação estrutural” no contexto da globalização contemporânea, e que nessa atualização bastava ter claro que a globalização também é política, e os Estados nacionais têm que optar como se conectam à nova situação. Neste sentido, afirma:

FHC sabe como ninguém que mudar ou refazer esta articulação econômica e aliança política é o problema central que hoje está posto no cenário brasileiro. E, frente a esse desafio, tomou sua primeira e decisiva decisão: resolveu acompanhar a posição do seu velho objeto de estudo, o empresariado brasileiro, e assumiu como um fato irrecusável as atuais relações de poder e dependência internacionais.

Deixou seu idealismo reformista e ficou com seu realismo analítico abdicando dos "nexos científicos" para se propor como "condottiere" da sua burguesia industrial, capaz de reconduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado, renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira (FIORI, 1998, p.17).

Como consequência disso, teria aderido à estratégia de ajuste do FMI e do Banco Mundial (ao neoliberalismo expresso no Consenso de Washington), mas diante da hipótese de uma aliança de centro-esquerda que poderia revolucionar o sistema político e social brasileiro aproximando-o do social-liberalismo, optou por uma aliança de centro-direita com o PFL, que garantiria o apoio dos demais partidos conservadores num eventual segundo turno (id.ibid.). Ao fazer isso, estaria refundando a economia de forma coerente com sua obra e trajetória anterior, mas sem refundar o Estado brasileiro, e isso sim contradiria suas ideias e seu passado reformista (id., p.18). Cardoso responde a Fiori reafirmando que não é neoliberal e que sua aliança é baseada nos setores que apoiam a reestruturação do Estado, nos setores mais ‘modernos’, que têm condições reais de efetivar as transformações que todos os candidatos almejavam, mas que não sabiam o caminho e não tinham condições políticas de construí-lo (CARDOSO, 1994h).

O argumento de Fiori em sua tréplica (1998b) é que Cardoso oculta o papel do poder político nas suas formulações, como se ele não tivesse tido opções. Como vimos, Cardoso efetivamente construía o discurso da falta de alternativas, mas mais do que isso, formulava concretamente uma linha de corte entre o que ele considerava moderno e o que era arcaico, que passara a ser fundamental como critério de justificativa de suas alianças e opções políticas nos anos anteriores. O fato é que ainda que Cardoso buscasse se desconectar de uma perspectiva definidamente neoliberal, além dos críticos, o próprio John Williamson, talvez o principal formulador das políticas de ajuste e criador do termo

“Consenso de Washington”, em entrevista à Folha durante a candidatura de Fernando Henrique, associa o Plano Real às políticas de ajuste e elogia a coragem do candidato neste sentido⁶².

Ainda que FHC tivesse dificuldades de admitir, o fato é que além de seus críticos à esquerda, a imprensa e os próprios formuladores das políticas neoliberais reconheciam em seu programa as características fundantes daqueles preceitos. Além dos elogios e da identificação direta, as recomendações de Williamson para que o plano seguisse tendo êxito eram exatamente as que Fernando Henrique defendia como forma de recuperar a economia e a credibilidade do Brasil e garantir as condições de sua inserção bem-sucedida no mercado mundial. Efetivamente, por tudo o que vimos até aqui, é muito difícil negar que sua candidatura fosse, naquele momento, a expressão do Consenso de Washington, como argumenta Fiori.

Em 3 de outubro de 1994, Fernando Henrique Cardoso seria eleito Presidente da República do Brasil no primeiro turno, com pouco mais de 54% dos votos. Eleito, diz que o Brasil tem condições de virar uma quadra da história e que a primeira coisa que faria como presidente seria propor as mudanças constitucionais ao Congresso, no sistema tributário e fiscal, na saúde e na previdência (CARDOSO, 1994i). Perguntado sobre o que pensava da elite do país, diz que o problema não está nas elites – que são os melhores em seus setores, como era Lula, por exemplo, no sindicalismo – mas sim nas classes dominantes.

As nossas classes dominantes são cegas. E à medida que as várias elites não têm tido competência para desviar, para mudar o rumo das coisas, acabam ficando muito sufocadas pelas classes dominantes. E elite não

⁶² Em meio a respostas sobre se o Plano Real havia sido gerado para estabilizar a economia a tempo de gerar resultados eleitorais para FHC – questão à época muito debatida – vale a pena destacar um trecho da entrevista de Williamson:

“Folha - O sr. acha que o Plano Real e a estratégia do candidato Fernando Henrique Cardoso seguem os preceitos econômicos definidos no Consenso de Washington?

Williamson - O plano é consistente com o Consenso de Washington. Mas eu ficaria surpreso se descobrisse que não tem mais nada de novo, apesar de saber que a sua visão econômica (de FHC) é muito parecida com o que denominamos o Consenso de Washington.

Folha - O sr. acha que o Consenso de Washington, de 1990, continua sendo uma visão consistente para a economia brasileira?

Williamson - O Consenso de Washington é necessário, mas não suficiente para o Brasil. A primeira coisa que recomendamos é um corte radical no déficit público. No caso do Brasil, se isso não for feito, o país nunca conseguirá controlar sua inflação. O corte no déficit também não é a única medida que vai realizar a mágica. É preciso ter um bom plano de estabilização, e o Plano Real é um bom plano. Se o Brasil conseguir conduzir as duas coisas ao mesmo tempo, o corte no déficit e o Plano Real, o país terá uma boa chance de controlar sua inflação. Mas qualquer cenário de déficit fiscal no próximo ano trará a inflação de volta.” (WILLIAMSON, 1994).

é para isso. Elite é para você fazer o que há de melhor na sua área. A nossa classe dominante é muito imediatista. Não tem visão de médio e longo prazos. Acho até que ela perdeu a capacidade de conduzir o Brasil. A prova disso é esta eleição. Os únicos candidatos com chances, Lula e eu, não têm ligação com as classes dominantes, no sentido orgânico das coisas! As classes dominantes não puderam colocar nenhum candidato delas. Elas se acoplaram, talvez até, a mim! (CARDOSO, 1994i, p.19)

Ainda que colocasse uma dúvida, Cardoso sabia, inclusive por conta dos financiamentos que recebera, mas também por todos os apoios que seu programa tinha recebido, que as classes dominantes haviam se acoplado à sua candidatura. Ele, portanto, tinha apoio das classes dominantes do país – essas, que eram cegas que sempre foram muito criticadas por ele –, tinha apoio de setores da política que há pouco eram considerados atrasados, como o PFL, e buscava construir um programa de reforma do Estado que se parecia muito ao da ortodoxia neoliberal, ainda que seus fins fossem, para Cardoso, diferentes. Continuava justificando suas posições com o argumento do atraso da esquerda e de sua incompreensão das transformações do mundo.

- O que fez o sr. caminhar da esquerda mais para o centro? Nos anos 70 e 80 estava muito mais à esquerda. Quais as razões dessa sua mudança?

- Mudou o mundo. Mudou o que é a esquerda. O Santiago Dantas já falava de esquerda positiva e esquerda negativa, na sua época. Eu não quero repetir a fórmula, mas você hoje tem um setor que pensa que é de esquerda, mas não é progressista. É apenas uma etiqueta. As mudanças propostas pela chamada esquerda brasileira não são mudanças. São inviáveis, não dão saída para o país. Por exemplo: se opuseram ao plano de estabilização. Isso é um suicídio intelectual e político. Num sentido mais radical, esquerda sou eu. Estou propondo coisas que vão para frente. Você poderá perguntar: “Em benefício de quem?” E vão dizer: “Ah, não em benefício do povo”. Não senhora! Em benefício do povo, sim! Sem essas mudanças, povo nenhum tem condições de levantar a cabeça. (CARDOSO, 1994i, p.20).

Como afirmaria em discurso de despedida do Senado Federal, em dezembro de 1994, o autoritarismo estava superado no Brasil, e o desafio agora era romper com a herança corporativista deixada pela Era Vargas (CARDOSO, 1995, p.10): por isso era tão importante combater as ideias dessa esquerda retrógrada. Se politicamente ele era apoiado pelas classes dominantes e por setores da direita (mais ou menos modernos, segundo sua perspectiva), programaticamente seus objetivos eram, para adaptar o país aos ditames da integração internacional, enfrentar desafios que os setores políticos da esquerda consideravam afrontas aos interesses populares. Nesse sentido, suas propostas eram identificadas não só por seus críticos, mas também por seus apoiadores dentro e fora do país, com os preceitos neoliberais. Nesse cenário de apoio da direita e das classes

dominantes, com um programa que definitivamente não era de esquerda, Cardoso travava suas batalhas ideológicas buscando afirmar que fazia e defendia, dentro do possível, o melhor para garantir as mudanças que seriam benéficas para o país e para o povo, ainda que fosse incompreendido. Mesmo eleito presidente, a tensão que existia em seu pensamento seguia presente, agora na forma de exercício de justificativa retórica para posições políticas que, por toda sua trajetória, eram já muito distantes do universo no qual ele havia sido forjado como intelectual e iniciado sua militância política mais efetiva.

Se Fiori argumentava que desde 1990 Cardoso teria aderido decisivamente ao neoliberalismo, nós mostramos que naquele momento ele buscava formular uma concepção de socialdemocracia que resistisse, na medida do possível, à onda neoliberal. Entretanto, por toda sua trajetória e alianças políticas que fizera até ali, essa concepção extremamente moderada não parecia ter força o suficiente para enfrentar a onda neoliberal, cuja força Cardoso reconhecia. Neste sentido, mais do que uma adesão deliberada, FHC parece ter sido atropelado pela hegemonia neoliberal a ponto de se tornar seu principal construtor no Brasil enquanto seguia afirmando buscar resistir a ela.

Ao fim e ao cabo, Fernando Henrique Cardoso acreditava na possibilidade de integrar o Brasil à economia internacional através da abertura dos mercados e da reforma do Estado. Ele queria ser um agente desse processo e disse isso ao longo da campanha, mas sabia que isso por si não bastaria para resolver o problema da miséria no país. Sobre esse problema, o mais urgente, não havia solução proposta para a incorporação de todo aquele setor que não excluído – que ele chamava de inimpregáveis, o “lixo humano” que o capitalismo contemporâneo gerava – e a única alternativa defendida por Cardoso era a ajuda, fosse ela assistencialista do Estado ou humanitária da iniciativa privada. Conforme demonstramos, ainda em 1991, ele dizia que o mais provável quanto aos países como o Brasil era que desenvolvessem uma “estratégia dupla (ou ambígua) abrindo-se às correntes econômicas internacionalizadoras e, ao mesmo tempo, absorvendo aos poucos suas áreas mais atrasadas através de políticas compensadoras que impeçam a pura marginalização” (CARDOSO, 1991a, p.15).

Ao longo de sua trajetória intelectual e política Fernando Henrique sempre buscou justificar suas posições negociadoras e moderadas com a ideia de combater a retórica irreal, os discursos fáceis, e construir politicamente as condições para “aumentar os

limites do possível”. Como Ministro da Fazenda e candidato a Presidência da República, em um contexto de hegemonia neoliberal consolidada, a partir da evolução de suas próprias formulações e posições e do leque de alianças que havia se articulado em torno dele, não conseguia propor nada além do que considerava o *mais provável* de se acontecer num país como o Brasil. Ao invés de aumentar os limites do possível, o máximo que Cardoso alcançava naquele momento era apresentar passos elementares em direção ao desenvolvimento mais provável, que não conseguia encontrar nenhum tipo de solução estrutural para resolver a situação das massas não incorporadas porque deixara de lado, já há muito tempo, sequer a cogitação da possibilidade de qualquer transformação mais estrutural no país. Como Ministro, foi protagonista na construção do Plano que consolidaria a hegemonia neoliberal no país. Como candidato – e como Presidente – daria continuidade a esse processo, intensificando-o. Assim, “ser” e “dever ser” se encontram numa fusão que associa o horizonte de possibilidades à realidade imediata, reduzindo-o a uma reprodução do presente como única alternativa.

Já eleito, em discurso proferido no Itamaraty, discutindo as perspectivas de seu governo, dizia que os temores sobre as alianças que ele havia feito eram infundados, porque o Brasil havia mudado.

Eu sempre me opus muito àqueles que pensam a política em termos estáticos e que têm uma visão do tipo “fulano é tal coisa”. É, mas deixa de ser. Todo o jogo, todo o interesse da política, tudo o que tem de aventura na política é transformar a opinião do outro. Nesse processo, você pode também ser transformado pelo outro. É normal que assim seja (CARDOSO, 1994, p.1).

A luta na política teria seu sentido na transformação do outro, e no curso do processo era normal também transformar-se. Sua atuação no Ministério da Fazenda e a campanha eleitoral de 1994 expressaram uma relação entre teoria e prática que parece ter sido a culminância de um processo – construído sem grandes rupturas, a partir das formulações teóricas, das opções políticas, das alianças e dos dilemas enfrentados por ele ao longo de sua trajetória – *em que, ao invés de transformar e alargar os limites do possível, Fernando Henrique foi cada vez mais modelado e transformado por eles.*

Considerações Finais

Buscamos analisar a relação entre teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso para tentar jogar luz em aspectos pouco considerados ou pouco aprofundados de sua trajetória, mas também como forma de dialogar com uma problemática mais ampla, de como se estabelece a relação entre teoria e prática em intelectuais latino-americanos que se querem transformadores da realidade no campo do marxismo. No primeiro capítulo do trabalho, tratamos de demonstrar os referenciais teóricos que nos orientaram na construção do problema e na análise do objeto ao longo do todo o texto, e de localizar Fernando Henrique Cardoso na problemática mais ampla com a qual nos propomos dialogar.

Fernando Henrique Cardoso construiu, especialmente nos primeiros anos de sua trajetória acadêmica mais relevante, um processo de nacionalização do marxismo *sui generis* no Brasil: a partir da fusão entre pesquisa empírica e teoria marxista cria um arcabouço interpretativo original, forja novas categorias e contribui tanto para a compreensão da realidade latino-americana e brasileira quanto para o desenvolvimento do próprio marxismo. Porém, a particularidade desse processo – a substituição do engajamento político baseado numa aposta no protagonismo e na capacidade das classes populares pela pesquisa empírica – se não prejudica inicialmente seu alcance teórico, terá consequências político-teóricas importantes no futuro. Se Cardoso fazia uma análise acurada do cenário latino-americano e brasileiro, pelas características do processo tinha dificuldades de vislumbrar alternativas estruturais, profundas.

Ainda assim, a contradição entre a constatação da impossibilidade de mudanças estruturais versus a esperança em transformações inesperadas provenientes dos setores populares formou uma tensão importante em Fernando Henrique. Não estavam embutidas em sua formulação teórica anterior todos os passos políticos que seriam dados por ele. No segundo capítulo do trabalho, buscamos demonstrar tanto os elementos desse processo de nacionalização do marxismo *sui generis*, que tem como ápice as formulações sobre a Dependência nos livros *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* e *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* quanto a existência dessa tensão no início da produção teórica mais robusta em Cardoso.

Entretanto, em um momento de disputa de hegemonias e crise, um daqueles momentos de transição no qual a necessidade e as condições para a fusão entre teoria e prática aumentam, a convergência entre sua origem de classe, sua falta de aposta original nas classes trabalhadoras, suas formulações anteriores e o próprio momento histórico vivido pelo país criou as bases para a resolução da tensão existente em Cardoso em prol da ideia da impossibilidade das transformações estruturais. Isso foi consolidando o que chamamos, utilizando uma expressão emprestada de Albert Hirschman, de “paixão pelo possível”. Esta, somada à falta de aposta nas classes trabalhadoras como portadoras do maior potencial de transformação da realidade, foi estreitando cada vez mais os horizontes transformadores em Fernando Henrique Cardoso. Isso não o impediu de, ainda em 1978, ser o candidato ao Senado que representava boa parte do novo sindicalismo brasileiro (o setor mais avançado da classe trabalhadora naquele momento) em uma síntese com os setores médios, mas fez com que nos anos posteriores houvesse um distanciamento entre ele as pautas das classes trabalhadoras organizadas.

A entrada mais orgânica de Cardoso na vida institucional, ainda no período da crise da transição, resolveria definitivamente aquela tensão. Seu distanciamento das classes populares se tornou – depois do surgimento do PT e da percepção da transição negociada como única saída – desconfiança política. Para ele, a única forma possível de transformação democrática no Brasil, que não causasse rupturas que gerassem retrocessos autoritários, era a que podia ser construída a partir da ordem institucional, e essa era a forma de atuação política que Cardoso considerava mais coerente. Em meio a essas reflexões e a esses giros práticos, ele se afastava paulatinamente a partir de 1979 das ideias da esquerda e da organização dos setores populares em direção à concepção de um protagonismo das classes médias e de empresários. O terceiro capítulo do trabalho buscou demonstrar como aquela tensão inicial foi se resolvendo na prática política e como os primeiros anos de Senado Federal (a partir de 1983) consolidaram nele um perfil programaticamente moderado e politicamente institucionalista, já completamente separado de qualquer perspectiva – ou mínima possibilidade – de transformação por fora das instâncias democráticas.

A partir de 1985, com a consolidação da transição democrática brasileira em curso e pelas funções políticas que exercia, a relação teoria e prática em Cardoso passa a ter como marca um momento praticista. A predominância da prática política concreta o leva, teoricamente, a um retorno ao dualismo estrutural que ele tinha ajudado a superar com as

formulações sobre a dependência. O Brasil era visto como um país que tinha uma sociedade superdesenvolvida e moderna convivendo com um setor extremamente atrasado, com um fosso entre eles. Ao mesmo tempo, o mundo se globalizava, o capitalismo avançava, e gerava situações em que muitas pessoas eram inimpregáveis e muitos países inintegráveis. A tarefa, naquele contexto, seria acelerar a modernização do Brasil, desenvolver e engatar seu setor mais dinâmico ao mundo globalizado, para assim ter condições de amenizar os problemas da população atrasada e excluída. Não havia mais solução estrutural possível para esses setores.

Com essa interpretação em mãos, num momento de consolidação de uma nova hegemonia no país, Cardoso encurta até o limite a distância entre a forma como ele via a realidade – o “ser” – e o que almejava em termos de transformação – o “dever ser”, para voltar aos termos gramscianos. Neste momento, a imbricação entre história, filosofia e política, e a fusão entre teoria e prática se forjam de maneira diametralmente oposta àquela que Gramsci demonstrava ser a melhor forma de compreender a realidade: somente o “dever ser” como *vontade concreta* conecta filosofia, história e política e é a interpretação realista e historicista da realidade, porque localiza o presente num contexto mais amplo, que é *história, momento, e conjunto de possibilidades*. Momento e conjunto de possibilidades praticamente se fundem em Cardoso, e o possível, que orienta suas ações, passa a ser o provável: o desenvolvimento nos termos da hegemonia estabelecida naquele momento. É a materialização política de uma dialética que não busca mais a síntese, e que se reconcilia com a efetividade. O quarto capítulo do trabalho pretendeu demonstrar justamente esse derradeiro processo de adequação à hegemonia vigente em Cardoso, que culmina em sua candidatura à Presidência da República.

Se voltarmos à metáfora do mirante, perceberemos que Cardoso nunca ocupou a posição, supostamente privilegiada do ponto de vista epistemológico, das classes trabalhadoras. No entanto, do horizonte de visão menos amplo de seu lugar nas camadas médias, com sua capacidade intelectual, talento e condições objetivas, produziu um conhecimento extremamente relevante para a compreensão da realidade latino-americana e brasileira em seus aspectos internos e específicos e em suas relações com o externo e universal. Cardoso nacionalizou o marxismo, mesmo sem a aposta militante prévia nas classes trabalhadoras. Neste contexto, sua produção teórica explicava, mas não propunha, demonstrava as condições, mas não via os mecanismos para superá-las. As conclusões de Cardoso acerca da impossibilidade da transformação não eram consequências necessárias

de suas próprias formulações, mas consequência da *forma* através da qual ele chegou a elas, e principalmente das opções políticas que, em conjunturas determinadas, ele fez – e que poderiam perfeitamente ter sido outras.

A falta da aposta militante como ponto de partida, as dificuldades reais da situação estrutural brasileira e latino-americana, detectadas por Cardoso, e as características do processo de transição para a democracia no Brasil, fizeram com que, aos poucos, a distância entre o que ele compreendia como o real e o que ele entendia como possível fosse cada vez menor. Nesse processo, mesmo aparentemente contra sua vontade, o possível – já confundido com os ditames da hegemonia neoliberal vigente – o atropela. Já desfalcado de suas perspectivas utópicas – mesmo as mais realistas – sua previsão dos anos 1970 se confirma tragicamente em sua própria trajetória no início dos anos 1990: sem a imaginação e a vontade de um horizonte de alternativas, seu realismo só consegue transformar-se numa atitude resignada, “de acomodação com tudo o que existe”.

Referências bibliográficas

Textos de Fernando Henrique Cardoso

1948 – O Petróleo. In: **Tribuna Estudantil**, São Paulo, ano 1, n.1, abr.1948, Opinando, p.3;

1958 – O Café e a Industrialização. Suplemento comemorativo sobre o Café. In: **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 19/01/1958, pp.5-6;

1959 – & IANNI, Octavio. Condiciones y efectos de la industrialización en Sao Paulo. In: **Sobretiro de Ciencias Políticas y Sociales**, ano V., Num.18, México, out-dez., 1959, pp.577-584;

1959a – Estabilidade no Emprego. In: **Revista Brasiliense**, n.23, maio-junho, pp.162-169;

1959b – As exigências educacionais do processo de industrialização. In: **Revista Brasiliense**, n.26, novembro-dezembro, pp.141-168;

1959c – Reforma no Ensino Superior. In: **O Jornal do Ceupes**. São Paulo, ano 1, n.1, p.6;

1960a – Condições sociais da industrialização em São Paulo. In: **Revista Brasiliense**, n.28, março-abril, pp.31-46;

1960b – A estrutura da indústria de São Paulo (a partir de 1930). In: **Educação e Ciências Sociais**, v.7, n.13, fevereiro, pp.29-42;

1960c – Proletariado e mudança social em São Paulo. In: **Sociologia**, v.22, n.1, março, pp.3-12;

1960d – Atitudes e Expectativas Favoráveis à Mudança Social. In: **Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais**, ano III, num.3, agosto 1960, pp.15-22;

1961a – Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.11, junho, pp.148-163;

1961b – Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. In: **Revista Brasiliense**, n.41, maio-junho, pp.92-122;

1963 – El empresario industrial en América Latina. In: **Consejo Económico y Social**. Mar del Plata: CEPAL.

1964 – Projeto de Estudo. Empresários industriais e desenvolvimento econômico na América Latina. In: **América Latina**, Rio de Janeiro, ano 7, n.1, janeiro-março, pp.101-104;

1965a – Las elites empresariales en Latinoamérica. In: **Relatorio ILPES**, Santiago, novembro;

1965b – El proceso de desarrollo en América Latina: hipótesis para una interpretación sociológica. In: **Relatorio ILPES**, Santiago, novembro;

1966a – Directrices para un programa de trabajo entre economistas y sociólogos. In: **Economía y administración**, v.2, n.5, pp.33-37;

1966b – & REYNA, J. Industrialización, estructura ocupacional y estratificación social en América Latina. In: **Relatório ILPES/CEPAL**, Santiago, 23 de agosto;

1967a – Las elites empresariales en América Latina. In: **Relatório ILPES/CEPAL**, Santiago, março;

1967b – Los agentes sociales del cambio y conservación en América Latina. In: **Relatório ILPES/CEPAL**, Santiago, agosto;

1968 – Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: raízes estruturais da crise política brasileira. In: **Revista Civilização Brasileira**, v.IV, n.17, janeiro-fevereiro, pp.67-95;

1969 – **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro;

1970a – Participación social y desarrollo: la clase obrera y los grupos marginales. In: **Boletín Elas**, v.4, n.6, dezembro, pp.50-61;

1970b – Industrialización, dependencia y poder en América Latina. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. V.7,n.19, setembro-dezembro, pp.116;

1970c – “Teoria da dependência” ou análises concretas de situações de dependência? In: **Debates Econômicos**, n.11, Porto Alegre, pp.19-34;

1970d – Aspectos políticos de la planificación. In: **Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales**, vol.1, num.1, FLACSO, abr. 1970, pp.120-136;

1971 – **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes. Ideologias do empresariado industrial Argentino e Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores;

1972a (1964) – **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil** (2ª Ed.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro;

1972b – Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependência. In: **Revista Latino-Americana de ciencias sociales**. Buenos Aires: FLACSO, pp.3-31;

1972c – A cidade e a política. In: SINGER, Paul & CARDOSO, Fernando Henrique. **A cidade e o campo**. São Paulo: Cebrap (Cadernos Cebrap 7), pp.29-61;

1972d. – “O partidão do Sr. Freire”. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 20-27, nov. 1972;

1972e. – “Uma austera, apagada e vil tristeza”. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n. 4, 27 nov. /4 dez. 1972;

1973a – Lição ou Símbolo. Mimeografado. Publicado em inglês como “Cuba: lesson or symbol?”. In: BARKIN, D. & MANITZAS, N. (eds). **Cuba, the logic of the revolution**. Andover: Warner Modular Publications, pp.267-287;

1973b – A questão da democracia. In: **IEPES, Textos para discussão**;

1973c – “Os mitos da oposição I”. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, fev. 1973;

1973d – “A esfinge fantasiada”. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n. 9, 1-8 jan. 1973;

1973e – “Os mitos da oposição II”. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n. 22, 2-9 abr. 1973;

1974a – O inimigo de papel (The Paper Enemy). In: **Latin American Perspectives**, vol.1, num.1, pp.66-74;

1974b – A emergência de um novo poder mundial. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8/09/1974, Novas Utopias, pp.6-7;

1974c – **Energía e Industrialización**. Conferência (sem local confirmado). 42p.

1974d – **O Estado e as Políticas Públicas**. Mimeografado. Texto apresentado para o seminário “Políticas públicas e seus impactos na América Latina”, realizado entre 12 e 17 de agosto de 1974 em Buenos Aires;

1974e – O problema institucional brasileiro-2: a democracia do Prof. Huntington. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.94, 26/08/1974;

1975 - & BOUGNICOURT, Jacques; FAVAR; PORTAS, Nuno. Declaração sobre problemas territoriais e do "habitat" dos países do terceiro mundo: à atenção das Nações Unidas na Conferência de Vancouver, em 1976, sobre o "habitat". In: **O Jornal**, [Portugal], 13/06/1975, Urbanismo, pp. 24-25;

1975a – Introdução. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.11-24;

1975b – A crise internacional e o futuro dos países subdesenvolvidos. Em busca de uma nova utopia. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.121, 28/02/1975;

1975c – Nem só de pão. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.123, 14/03/1975;

1975d – As multinacionais e a democratização. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.130, 2/5/1975;

1975e – Além do debate. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.142, 2/8/1975;

1975f – Opções fundamentais. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.137, 20/03/1975;

1975g (1974) – A questão da democracia. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.223-240;

1975h (1974) – A questão do Estado no Brasil. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.187-222;

1975i – O incerto caminho até a democracia: quatro opiniões sobre o futuro político do Brasil. In: **Visão**, São Paulo, v. 46, n. 6, pp. 12-20, 24/03/1975. Debate entre José Sarney, Roberto Saturnino Braga, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Castelo Branco, mediado por Luiz Weis e D'Alembert Jaccoud.

1975j – As opções da oposição em São Paulo. MDB no poder? In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.120, 2/2/1975;

1975l – O projeto institucional e o povo. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.113, 3/1/1975;

1975m (1973) – As novas teses equivocadas. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.25-62;

- 1976 – & FALETTTO, Enzo. **Post Scriptum a Dependencia y Desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: CEDES/G.E Clacso, 1976, pp.1-38;
- 1976b – A nova ordem, uma questão política. In: **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 24/5/1976, pp. 2,. Entrevista concedida a Leila Gouveia.
- 1976c – Estatização e autoritarismo esclarecido. In: **Estudos CEBRAP**, n.15, pp.5-24;
- 1976d – Estado na Economia não define regime político. In: **Jornal de Brasília**. Brasília, 07/1976;
- 1976e – Democracia, hoje. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09/1976; Caderno Tendências/Debates, p.3;
- 1976f – O tempo da democracia. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09/1976; Caderno Tendências/Debates;
- 1976g – Alternativas Brasileiras. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08/1976; Caderno Tendências/Debates;
- 1976h – Ainda as alternativas. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 08/1976; Caderno Tendências/Debates;
- 1976i – Eleições: o fato e a versão. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31/10/1976; Caderno Tendências/Debates;
- 1976j – A responsabilidade das elites. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/10/1976;
- 1976l – O caminho para uma oposição independente e unida. In: **Movimento**. Depois das Eleições. Novembro de 1976, p.4;
- 1976m – Que posição ganhou (ou perdeu?). In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.213, 3/12/1976;
- 1976n – As multinacionais e a política. In: **Última hora**. Rio de Janeiro, 1/8/1976;
- 1976o – O fato e a versão: ainda a SBPC. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.194, 23/7/1976;
- 1976p – A SBPC e a responsabilidade dos cientistas. In: **Jornal Opinião**. Rio de Janeiro, n.192, 9/7/1976;
- 1977a (1973) – A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. In: GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. (coord.). **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp.53-82;
- 1977b – Estado capitalista e marxismo. In: **Estudos CEBRAP**, num.21, jul-set.1977, pp.5-31;
- 1977c – Latin America: styles of development and their limits. In: **The Journal of Social Studies**, Vol.1, Jan., pp.97-115;
- 1977d – Expansão estatal e democracia. In: **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, Inúbia, num. 2+3(5), 1977, pp. 17-20;
- 1977e – A questão da democracia contemporânea. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17/6/1977; Caderno Tendências/Debates;

1977f – Chega de retórica. In: **Veja**. São Paulo, 3/8/1977, pp.3-4. Entrevista concedida a Geraldo Hasse;

x1977g – Um canal de mobilização. In: **Constituinte**. São Paulo, ago.1977 pp.9-10;

1977h – Cardoso não crê que democracia traga o caos. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11/9/1977, Caderno Política e Governo, p.4;

1977i – Fernando Cardoso aponta a inflação e a sucessão presidencial como os dois grandes problemas brasileiros. In: **A Notícia**. Joinville, 25/9/1975. Entrevista a Cláudio M. Loetz;

1977j – O jogo político. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25/9/1977, Folhetim, pp.20-22;

1977l – A bionocracia (entrevista a Cristina Ribeiro e Neusa Maria Pereira). In: **Revista Versus**, dez.1977, pp.9-10;

1977m – Democracia vem já ou não vem. In: **Coojornal**. Porto Alegre, 18/12/1977. Entrevista a Marcelo Lopes;

1977o – O diálogo e a Constituinte. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/1977;

1977p – **Intervenção no Simpósio “A Luta pela Democracia”, do MDB**. Mimeografado. 18/6/1977;

1978 – & SERRA, José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. In: **Revista Mexicana de Sociología**. México: IIS-UNAM, v.40, n. extraordinário, 1978, pp.9-55;

1978a – Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política. In: CARDOSO, Fernando Henrique & LAMOUNIER, Bolívar (coords.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.45-74;

1978b – Os trabalhadores e a democracia. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28/5/1978, Tendências/Debates, p.3;

1978c – Os males do presente e as esperanças do futuro. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8/1/1978, Futuro Hoje, p.4;

1978d – A tarefa da oposição é unir o povo. In: **Movimento**. São Paulo, n.141, 13/3/1978, p.7;

1978e – A candidatura. In: **Revista de Política**, México, mai.1978;

1978f – A oposição tem que dar as cartas. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 26/11/1978, Folhetim, p.3-6. Entrevista concedida a Jefferson Del Rios;

1978g – Fernando Henrique: a política como instrumento de transformação. In: **Jornal da Tarde**. São Paulo, 1/8/1978. Entrevista concedida a Ennio Pesce;

1978h – O candidato Cardoso. In: **IstoÉ**. São Paulo, 13/9/1978, pp.38-42;

1978i – No debate, a proposta: fim da Lei Falcão [debate entre Fernando Henrique Cardoso, Cláudio Lembo e Franco Montoro]. In: **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 6/8/1978, pp. 4-5. Entrevista concedida a Aluisio de Toledo Cesar, Eduardo Martins e Tadeu Afonso;

- 1978j – A saída civil. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10/9/1978, Tendências/Debates, p.3;
- 1978l – Se você não entender que política é transformação, não entende nada. In: **Última Hora**. Rio de Janeiro, 15/7/1978;
- 1978m – Democracia hoje. In: **Plural**. São Paulo, out.-dez., 1978, pp.7-19;
- 1978n – A questão dos partidos. In: **Contexto**, num.5, mar.1978, pp.1-20;
- 1978o – A vez e a hora das oposições. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1/3/1978, Tendências/Debates, p.3;
- 1978p – O intelectual Fernando Henrique Cardoso, filho e neto de generais, fala de militares, estudantes, do futuro político do país... In: **Status**. São Paulo, fev.1978. Entrevista concedida a Jorge Cunha Lima;
- 1978q – **Democracia, já**. Discurso na convenção do MDB. São Paulo, jun.1978;
- 1979a – Os impasses do regime autoritário brasileiro. In: **Estudos CEBRAP**, n.26, pp.168-194;
- 1979b – **Brasil: impasse econômico e alternativas**. Mimeografado, out.1979, 14p.;
- 1980a (1977) – O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos. In: **As ideias e seu lugar**. Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980, pp.89-108;
- 1980b (1977) – Por um outro desenvolvimento. In: **As ideias e seu lugar**. Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980, pp.109-128;
- 1980c (1979) – O desenvolvimento na berlinda. In: **As ideias e seu lugar**. Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980, pp.129-163;
- 1980d – Ainda a greve. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 7/5/1980, Tendências/Debates, p.3;
- 1980e – Por que São Bernardo? In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 11/5/1980, Folhetim, pp. 11-15. Debate com a participação de Fernando Henrique Cardoso, Mino Carta, Jorge Maluly Neto, Almir Pazzianotto, Celso Frederico, Eduardo Matarazzo Suplicy, Leôncio Martins Rodrigues, Diego Antonio A. B. Fernandez e Moacyr Pinto da Silva;
- 1981a – Os anos Figueiredo. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.1, dez.1981, pp.4-11;
- 1981b – PMDB: um partido de massas? In: **Revista do PMDB**, ano 1, n.1, dez.1981, pp.25-55;
- 1981c – La democracia en las sociedades contemporáneas. In: **Nueva Sociedad**. Caracas, jul.-ago.1981, pp.25-34;
- 1981d – Creio na conversa e na possibilidade de mudar. In: **Nova**, São Paulo, pp.122-128. Entrevista concedida a Judith Patarra;
- 1982a (1978) – Os regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, David (org.) **O Novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp.41-62;

1982b – Reflexiones sobre la estructura social y política de los países más industrializados de América Latina. In: GREEN, Rosario (org.). **En torno al Estado y el Desarrollo**. México: Nueva Imagen, 1982, pp.133-228;

1982c – Poulantzas e os partidos no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n.2, abr.1982, pp.3-7;

1982d – **As políticas sociais na década de 80: novas opções?** Mimeografado. Conferência em Santiago do Chile, 1982, 25p;

1983a – PMDB, ou o teste da oposição no governo. In: **Presença**. Revista de política e cultura, num.1, nov.1983, pp.81-86;

1983b – Partidos, hoje. In: KONDER, Leandro; CERQUEIRA FILHO, Gisálio; FIGUEIREDO, Eurico de Lima (Orgs.). **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 97-107;

1983c – As surpresas do desenvolvimento. In: **Eurípedes Simões de Paula. In Memoriam**. São Paulo: FFLCH/USP, pp.31-85;

1983d – Partidos impuros. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10/12/1983, Tendências/Debates, p.3;

1983e – As quatro crises. In: **Novos Estudos CEBRAP**, num.7, v.3, nov.1983, p.1;

1983f – **Considerações sobre a situação atual do país**. Discurso proferido no Senado Federal em 27 de abril de 1983.

1983g – **As razões da oposição** (resposta ao Senador Roberto Campos). Brasília: Senado Federal. Discurso proferido em 15 de junho de 1983;

1983h – O imbróglio. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9/6/1983, Opinião, p.2;

1983i – Depois da Moratória. In: **Shopping News**. São Paulo, 13/6/1983;

1983j – Também de pão. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21/7/1983, Opinião, p.2;

1983l – É hora de se avançar na democracia. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21/8/1983, Especial, pp.1-2;

1983m – O PMDB é maior que a crise. In: **Shopping News**. São Paulo, 28/8/1983;

1983n – A proposta do PMDB. In: **O Hidrófilo**. Águas de Lindóia, ago.1983, 1p.

1983o – Cardoso diz que Maluf traz problemas para o governo. In: **A Tribuna**. Espírito Santo, 23/8/1983;

1983p – O apito da panela. In: **Jornal DCI**. São Paulo, 17-19/9/1983;

1983q – Fernando Henrique considera crise muito grave e não descarta golpe. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, out.1983, p.64. Entrevista concedida a Carlos Brickmann;

1983r – FHC: Diretas para presidente. In: **Atuação**, ano 1, num.2, nov.1983, pp.1-2;

1983s – Antes do recesso. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17/11/1983, Opinião, p.2;

1983t – A crise e depois. In: **Shopping News**. São Paulo, 25/12/1983;

- 1984a – **A democracia na América Latina**. Mimeografado. Palestra proferida na Conferência March Bloch, em Paris, em 18/6/1984;
- 1984b – La sociedad y e Estado. In: **Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política**, n.5, jan.-jun. 1984, pp.25-36;
- 1984c – Ainda as diretas. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15/3/1984, Opinião, p.2;
- 1984d – O PMDB e as diretas. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22/3/1984, Opinião, p.2;
- 1984d – Colégio é retrocesso, diz Fernando Henrique. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28/3/1984. Entrevista concedida a Carlos Brickmann;
- 1984e – Fato e versão. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29/3/1984, Opinião, p.2;
- 1984f – **A Nova Maioria**. Brasília: Senado Federal. Discurso proferido em 27 de abril de 1984;
- 1984g – Um passo adiante. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2/5/1984, Opinião, p.2;
- 1984h – O colégio eleitoral é como uma bomba atômica; se o inimigo tem, a gente tem que ter também. In: **Jornal da Tarde**. São Paulo, 17/5/1984, p.11. Entrevista concedida a Fernando José Dias e Moacir Japiassu;
- 1984i – O impasse. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19/4/1984, Opinião, p.2;
- 1984l – Impasse e mobilização. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10/5/1984, Opinião, p.2;
- 1984m – O que é isso companheiro? In: **São Paulo Hoje**. São Paulo, num.4, jul.1984, pp.9-12. Entrevista concedida a Carlos Alberto Sardengerg e Luiz Roberto Serrano;
- 1984n – Entrevista do Senador Fernando Henrique Cardoso. In: **Jornal de Botucatu**. Botucatu, 27/10/1984;
- 1984o – A tradição necessária. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19/7/1984, Opinião, p.2;
- 1984p – Legitimidade e participação popular. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24/11/1984, Tendências/Debates, p.3;
- 1984q – A vitória é da praça. In: **Linha Direta**. Brasília, n.5, 30/11/1984;
- 1985a – A trajetória de um intelectual. In: **Revista Leia**. São Paulo, nov.1985, pp.29-33;
- 1985b – Primeiro limpar o entulho autoritário. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 17/1/1985;
- 1985c – O que o Brasil espera. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14/2/1985, Opinião, p.2;
- 1985d – O PMDB. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19/2/1985, Opinião, p.2;
- 1985e – A ventura da mudança. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10/3/1985, Folhetim, Especial, p.5;
- 1985f – Dos livros à liderança do governo. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17/5/1985. Entrevista concedida a Roberto Lopes;

- 1985g – Sem Tancredo, teremos que renegociar tudo. In: **Correio Braziliense**. Brasília, 7/4/1985, p.5. Entrevista concedida a Armando Rollemberg;
- 1985h – Entrevista de Fernando Henrique Cardoso. In: **Shopping News**. São Paulo, 21/4/1985, pp.1-2;
- 1985i – A convenção extraordinária. In: **Linha Direta**. Brasília, num.8, 4/5/1985;
- 1985j – Rumo à Constituinte. In: **Linha Direta**. Brasília, num.9, 30/5/1985;
- 1985l – A dívida social. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13/6/1985, Opinião, p.2;
- 1985m – “Entro na briga para ganhar”. In: **Linha Direta**. Brasília, num.10, 16/8/1985;
- 1985n – Só a aliança muda o país. In: **Senhor**. São Paulo, num.226, pp.3-8. Entrevista concedida a Ana Maria Lage e José Onofre;
- 1985o – **Discurso de lançamento da candidatura**. Mimeografado. Jul.1985;
- 1985p – Fernando Henrique candidato a prefeito de São Paulo. In: **Jornal do candidato a vice-prefeito Dorival de Abreu**. São Paulo, s.n., ago.1985;
- 1985q – Comunista atrapalha? In: **Afinal**. São Paulo, 3/9/1985, pp.20-23. Entrevista concedida a Melchíades Cunha Junior e Sandro Vaia;
- 1985r – Cardoso afirma que quer ser Presidente da República. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15/11/1985, Política, p.7. Entrevista concedida a Carlos Brickmann;
- 1985s – O que pensa Fernando Henrique. In: **Shalom**. São Paulo, ago.1985, 20-32. Entrevista concedida a Marcos Faerman;
- 1985t – Sinal de alerta. In: **Linha Direta**. Brasília, num.14, 20/12/1985;
- 1985u – Cardoso agora quer PMDB com aliança à esquerda. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22/12/1985, p.8. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Lins da Silva;
- 1986a – Problemas de mudança social, outra vez? In: **Novos Estudos CEBRAP**, num.16, dez.1986, pp.54-61;
- 1986b – Cambios sociales en el espacio político. In: **Encuentro Internacional de Sociología**, Dossier II. Valencia, 10-12/1/1986;
- 1986c – **Aspectos estruturais da sociedade brasileira**. Mimeografado. Discurso proferido para alunos do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Mai.1986;
- 1986d – Mudanças na sociedade brasileira. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19/10/1986, pp.8-11;
- 1986e – Uma voz progressista. In: **Afinal**. São Paulo, 28/1/1986, pp.22-26. Entrevista concedida a Melchíades Cunha Junior;
- 1986f – Fernando Henrique prega volta às ruas. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26/2/1986, p.4. Entrevista concedida a Cecília Pires;
- 1986g – Começar tudo de novo. In: **Senhor**. São Paulo, num.259;
- 1986h – O PMDB e o pacote. In: **Linha Direta**. Brasília, num.15, 31/3/1986;

- 1986i – Novos passos. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/6/1986, Opinião, p.2;
- 1986j – O cruzado na berlinda. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18/9/1986, Opinião, p.2;
- 1986l – A hora do social. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24/7/1986, Opinião, p.2;
- 1986m – O Brasil daqui a 20 anos. In: **Gazeta de São João da Boa Vista**. São João da Boa Vista, 10/9/1986;
- 1986n – Vamos consolidar a democracia. In: **Jornal de São Vicente**. São Vicente, 14/9/1986;
- 1987a – **Democracia. Desafio do presente e perspectivas**. Mimeografado. Senado Federal, 48p.;
- 1987b – De novo a crise. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15/1/1987, Opinião, p.2;
- 1987c – Identidade e ação. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22/1/1987, Opinião, p.2;
- 1987d – Os conservadores e o atraso. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/3/1987, Opinião, p.2;
- 1987e – Convergir no essencial. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9/4/1987, Opinião, p.A-2;
- 1987f – Para ser Presidente, é preciso virar a mesa. In: **O Globo**. Rio de Janeiro, 23/8/1987. Entrevista concedida a Artur Pereira e Luiz Lanzetta;
- 1987g – Semifinal. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30/7/1987, Opinião, p.A-2;
- 1987h – Fernando Henrique: Aliança chegou ao fim. In: **DCI**. São Paulo, 8-10/8/1987, p.9. Entrevista concedida a Eduardo Leão Coelho;
- 1987i – Carta será aberta às transformações, diz Cardoso. In: **Diário do Grande ABC**. Santo André, 16/8/1987. Entrevista concedida a Alexandre Polesi;
- 1987j – Soberania é o limite. In: **Linha Direta**. Brasília, out.1987;
- 1987l – Tarefa cumprida. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19/11/1987, Opinião, p.A-2;
- 1987m – Fernando Henrique condena bloco governista. In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 24/5/1987, p.6. Entrevista concedida a Sônia Jóia;
- 1987n – Cardoso afirma que PMDB já chegou ao seu limite. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10/7/1987, Política, p.A-6. Entrevista concedida a Gilberto Dimenstein e Igor Fuser;
- 1987o – O dia seguinte. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23/7/1987, Opinião, p.A-2;
- 1987p – Sistema de governo. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15/9/1987, Opinião, p.A-2;
- 1987q – O sacolejo necessário. In: **O Globo**. Rio de Janeiro, 21/10/1987;
- 1987r – Sarney pode perder apoio do PMDB. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 4/10/1987, p.9;

- 1987s – O Centrão reorganizou o passado. In: **Estado do Paraná**. Curitiba, 6/12/1987;
- 1987t – Líder do Senado assegura: o PMDB já acabou. In: **Correio Braziliense**. Brasília, 13/12/1987, p.10. Entrevista concedida a Ilara Viotti;
- 1988a (1983) – Dependência e democracia. In: FLEISCHER, David (org.) **Da distensão à abertura. As eleições de 1982**. Brasília: UnB, 1988, pp.37-59;
- 1988b – Constituição, afinal. In: **Jornal de São Vicente**. São Vicente, 12/10/1988;
- 1988c – O que estava em jogo. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28/3/1988, Tendências/Debates, p.A-3;
- 1988d – Até quando? In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21/1/1988, Opinião, p.A-2;
- 1988e – **A crise e as opções nacionais**. Brasília: Senado Federal, 1988;
- 1988f – Sarney desistiu da opção pela democracia, diz Cardoso. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 3/1/1988, Política, p.A-6;
- 1988g – Sarney parece Figueiredo. In: **Veja**. São Paulo, 29/6/1988, pp.5-8. Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite;
- 1988h – Haja paciência. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2/6/1988, Opinião, p.A-2;
- 1988i – A convergência necessária. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9/6/1988, Opinião, p.A-2;
- 1988j – Discurso de desligamento da liderança e do PMDB. In: **Diário do Congresso Nacional**, ano XLIII, num.65, pp.1802-1815;
- 1988l – Partido novo. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23/6/1988, Opinião, p.A-2;
- 1988m – São Paulo perde. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 8/11/1988, p.11;
- 1988n – Hora do voto. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10/11/1988, Opinião, p.A-2;
- 1988o – Hora da verdade. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17/11/1988, Opinião, p.A-2;
- 1989a – A revolução e sua falta. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20/7/1989, Opinião, p.A-2;
- 1989b – Participação, reformas e modernização. [Debate entre Fernando Henrique Cardoso, Aluízio Mercadante, Luciano Coutinho]. In: **RBCE**, Rio de Janeiro, num.25,v.4, set./out.1989, pp.26-42;
- 1989c – **Estrategias para el desarrollo de la democracia en América Latina**. Mimeografado. Conferência ministrada em 11/9/1989;
- 1989d – Cesarismo ou democracia. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 4/6/1989;
- 1989e – Parlamentarismo ainda que tardio. In: **Gazeta de Pinheiros**. São Paulo, 2/6/1989, p.4. Entrevista concedida a Virgínia Pinheiro;
- 1989f – A novidade dos choques. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 6/7/1989, Opinião, p.A-2;
- 1989g – Voto certo. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16/11/1989, Opinião, p.A-2;

- 1989h – Segundo turno. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23/11/1989, Opinião, p.A-2;
- 1989i – O país na iminência de uma enorme crise. In: **O Globo**. Rio de Janeiro, 25/11/1989, p.6;
- 1989j – Opções conscientes. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30/11/1989, Opinião, p.A-2;
- 1989l – Reta de chegada. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14/12/1989, Opinião, p.A-2;
- 1989m – Oposição e responsabilidade. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21/12/1989, Opinião, p.A-2;
- 1990a – A vitória do mercado. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 3/2/1990, Espaço Aberto, p.2;
- 1990b – **The north-south relations in the present context. A new dependency?** Mimeografado. Palestra proferida no “Encontro sobre o Futuro do Socialismo”, Dez., 1990, 23p.;
- 1990c – **Detente in east-west relations and its consequences on south economies.** Mimeografado. Escrito para o Simpósio “The opening of the east: implications for the South”, Viena, jul.1990, 5p.;
- 1990d – Desafios da social-democracia na América Latina. In: **Novos Estudos CEBRAP**, num.28, out.1990, pp.29-49;
- 1990e – **Congresso, desenvolvimento e democracia: perspectivas e ação imediata.** Mimeografado. 19p;
- 1990f – **A social-democracia. O que é e o que propõe para o Brasil.** São Paulo: Escritório Político do Senador Fernando Henrique Cardoso, 1990;
- 1990g – Crise nos partidos. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1/2/1990, Opinião, p.A-2;
- 1990h – Tarefas do Congresso. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15/2/1990, Opinião, p.A-2;
- 1990i – Liberalismo e social democracia. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22/2/1990, Opinião, p.A-2;
- 1990j – Voto e decisão. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1/3/1990, Opinião, p.A-2;
- 1990l – Provisoriedade democrática. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28/6/1990, Opinião, p.A-2;
- 1990m – O PSDB e o governo. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2/7/1990, Opinião, p.A-2;
- 1990n – Post-Scriptum: e depois das eleições? In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 3/8/1990, Opinião, p.A-2;
- 1990o – Dúvidas e certezas. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 6/9/1990, Opinião, p.A-2;

1990p – Senador quer mudar a cara do PSDB. In: **Diário do Grande ABC**. Santo André, 23/9/1990, p.8. Entrevista concedida a Reinaldo Azevedo;

1990q – Ainda a crise de identidade. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8/11/1990, Opinião, p.A-2;

1991a – Caminhos para o Novo Milênio. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Discursos sobre a ordem mundial**. Brasília: Senado Federal, pp.10-25;

1991b – A esquerda não registrou as mudanças. In: **O socialismo do futuro**, mai.1991, pp.8-12;

1991c – **Estado, mercado e democracia. Existe uma perspectiva latino-americana?** Mimeografado. Palestra proferida no evento 'State and market: is there any Latinamerican perspective?', realizado na USP em 29/7/1991;

1991d – Em busca de saída. In: **Veja**. São Paulo, 4/9/1991, pp.7-10. Entrevista concedida a Expedito Filho;

1991e – **A crise brasileira**. Brasília: PSDB, 1991, 29p.;

1992a – O Brasil já decolou. In: **Exame**. São Paulo, 8/1/1992, pp.23-25. Entrevista concedida a Nely Caixeta e Jorge Caldeira;

1992b – Projetos fora da gaveta. In: **Jornal da USP**. São Paulo, 12-17/7/1992, Artigos;

1992c – O círculo de giz do tucano. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16/4/1992, Opinião, p.A-2;

1992d – Razões para a CPI. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28/5/1992, Opinião, p.A-2;

1992e – Congresso em julgamento. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4/6/1992, Opinião, p.A-2;

1992f – Doa a quem doer. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2/7/1992, Opinião, p.A-2;

1992g – O desafio. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23/7/1992, Opinião, p.A-2;

1992h – Collor é um 'cadáver político', diz Cardoso. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22/8/1992, Brasil, p.13. Entrevista concedida a Gilberto Dimenstein e Josias de Souza;

1992i – Ainda falta a decisão. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13/8/1992, Opinião, p.A-2;

1992j – Reforma política. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20/8/1992, Opinião, p.A-2;

1992l – Os novos rumos de Itamar. In: **Jornal da Tarde**. São Paulo, 14/9/1992, p.6. Entrevista concedida a Vicente Dianezi;

1992m – Agenda para a modernização. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25/10/1992, Mais!, pp.6-7;

1992n – O mundo está se organizando em blocos. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 25/10/1992, Política. Entrevista concedida a Dora Kramer e Rosângela Bittar;

1992o – Colher torta. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23/12/1992, Tendências/Debates, p.A-3;

1993 - & SERRA, José. Parlamentarismo no Brasil. Como e Porque. In: SERRA, José. **Reforma política no Brasil. Parlamentarismo x Presidencialismo**. São Paulo: Siciliano, 1993, pp.195-219;

1993a (1972) – O Modelo político brasileiro. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil;

1993b – El mundo y las ciencias sociales, ayer y hoy. In: **Boletín. Asociación Chilena de Ciencia Política**, num.2, v.1, jan.-mar.1993, pp.16-18;

1993c – Política externa: a opção universalista. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 24/1/1993;

1993d – Política externa. Fatos e perspectivas. In: **Política Externa**, num.1, v.2, jun.1993, pp.3-10;

1993e – Alcances e limites da engenharia institucional. In: LAMOUNIER, Bolívar; NOHLEN, Dieter. **Presidencialismo ou parlamentarismo**. Perspectivas sobre a reorganização institucional brasileira. São Paulo: IDESP, 1993, pp.156-163;

1993f – **Transmissão do cargo**. Mimeografado. Discurso de posse como Ministro da Fazenda, Brasília, 21/5/1993;

1993g – **Entrevista coletiva sobre o PAI**. Mimeografado. Brasília, 14/6/1993;

1993h – **Pronunciamento em cadeia de rádio e TV sobre o PAI**. Mimeografado. Brasília, 14/6/1993;

1993i – **Entrevista coletiva nos 3 meses do PAI**. Mimeografado. Brasília, 14/9/1993;

1993j – **Entrevista para o Der Spiegel**. Mimeografado. Brasília, 30/6/1993;

1993l – Depoimento à CPI da desestatização. In: **Senado Federal. Subsecretaria de Taquigrafia**. Brasília, 1/9/1993, 43p.;

1993m – **Discurso perante o Conselho Monetário Nacional**. Mimeografado. Brasília, 24/11/1993;

1993n – **Fala na reunião do Conselho Monetário Nacional**. Mimeografado. Brasília, 27/10/1993;

1993o – **Discurso na Comemoração do ano jubileu da Receita Federal**. Mimeografado. Brasília, 18/11/1993;

1993p – **Discurso na reunião da Confederação Nacional do Comércio**. Mimeografado. Brasília, 5/8/1993;

1993q – **Pronunciamento no V Congresso Brasileiro de Integração Municipal**. Mimeografado. Brasília, 5/10/1993;

1993r – **Reunião da SUDENE**. Mimeografado. Brasília, 24/11/1993;

1993s – **Discurso do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, em sessão plenária do Senado Federal**. Mimeografado. Brasília, 4/11/1993, 34p.;

1993t – O plano é viável e já está sendo executado. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 30/11/1993, p.B3;

1993u – **Entrevista coletiva. Anúncio do plano Econômico.** Mimeografado. Brasília, 7/12/1993;

1993v – **Pronunciamento em cadeia de rádio e TV. Plano Real.** Mimeografado. Brasília, 7/12/1993;

1994a – Discurso [íntegra do discurso proferido no Seminário O Brasil e as Tendências Políticas e Econômicas Contemporâneas]. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5/12/1994, p.8;

1994b – É chato ser anti. Me confunde. In: **Correio Braziliense**. Brasília, 6/3/1994, p.4. Entrevista concedida a Ricardo Noblat e José Negreiros;

1994c – Um país sem inflação. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12/6/1994;

1994d – Cardoso planeja reforma radical do Estado. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 10/7/1994; p.A-10. Entrevista concedida a Cristiana Lôbo e Bartolomeu Rodrigues;

1994e – **Discurso por ocasião do lançamento do programa O Real e o Sonho.** Mimeografado. Brasília, 25/7/1994;

1994f – Viagem às ideias do líder nas pesquisas. In: **Veja**. São Paulo, 24/8/1994, pp.20-27;

1994g – A maturidade de um grande país. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2/10/1994, Opinião, p.1;

1994h – Reforma e imaginação. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil**. Brasília: s/ed., 1994, pp.289-300;

1994i – Sr. Presidente. In: **Revista da Folha**. São Paulo, ano 3, n.130, pp.17-21;

1995 – **Discurso de despedida do Senado Federal. Filosofia e diretrizes de governo.** Brasília: Presidência da República Federal do Brasil, 1995;

2010 (1967) – & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica** (9ª Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

2010 – Apêndice. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: LIMA, Pedro Luiz da Silva do Rego **As desventuras do marxismo. Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ, 2015, pp.216-233;

2011 (1962) – **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul** (6ª Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

Referências Gerais

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp.9-23;

ARANTES, Paulo. **Um departamento francês de ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994;

ARAÚJO, Anna Paula Moreira de. **Francisco Weffort e o papel da intelligentsia nacional: considerações sobre uma trajetória**. Dissertação de Mestrado. Araraquara: Unesp, 2012;

BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB. In: **Lua Nova: Revista de cultura e política**, v.3, n.1, 1986, pp.27-34;

BERNARDES, Juliano. **A formação do Estado Desenvolvimentista brasileiro na obra de Octavio Ianni**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 2009;

BIANCHI, Alvaro. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. In: **Cadernos CEMARX**, n.4, 2007, pp.9-39;

_____. **O Laboratório de Gramsci. Filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008;

_____. O marxismo fora do lugar. In: **Política e Sociedade**, v.9, n.16, 2010, pp.177-203;

_____. **Ciência Política / Ciência e Política. Ensaio sobre o pensamento político nos Estados Unidos e Itália**. Tese de Livre Docência. Campinas: UNICAMP, 2012;

_____. **Arqueomarxismo. Comentários sobre o pensamento socialista**. São Paulo: Alameda, 2013;

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: **Crítica Marxista**, v.1, n.3, 1996, pp. 80-105;

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;

BRILHANTE, Matilde de Lima. Sob as máscaras da alegria: a construção da imagem política de Maria Luiza Fontenele a partir das charges dos jornais de Fortaleza (1985-1988). In: **Anais do VI Simpósio Anual de História Cultural Escritas da História Ver – Sentir**. Teresina: UFPI, 2012;

BUKHARIN, Nicolai. **Teoría del Materialismo Histórico. Ensayo popular de sociología marxista**. Madrid: Siglo XXI, 1974;

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolivar. **Os partidos e as eleições no Brasil (2ª ed.)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978;

CARDOSO, Fernando Henrique; TOLEDO, Roberto Pompeu de. **O Presidente segundo o sociólogo. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998;

CASTRO, Débora Cardio de. **Sociologia aplicada: a experiência dos intelectuais do DIEESE e CESIT.** Dissertação de Mestrado. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2007;

CERQUEIRA, Ceres Aires. **Dívida Externa Brasileira. Processo Negocial.** Brasília: Banco Central do Brasil, 1997;

COLLIER, David (org.). **O Novo Autoritarismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

_____. Introdução. In: COLLIER, David (org.) **O Novo Autoritarismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp.11-23;

CRESPO, Horacio. El marxismo latinoamericano de Aricó. La búsqueda de la autonomía de lo político en la falla de Marx. In: ARICÓ, José. **Marx y América Latina.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, pp.9-48;

DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.231-274;

DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico.** Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2012;

DIMENSTEIN, Gilberto; FABIANO, Ruy. Senador acha que, após emenda Dante, a oposição assumiu o controle do Colégio Eleitoral. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 mai. 1984, Caderno Política, p.5;

FEMIA, Joseph V.. An Historicist Critique of “Revisionist” Methods for Studying the History of Ideas. In: **Theory and history**, Vol.20, n.2, 1981, pp.113-134;

FERNANDES, Florestan. Relações culturais entre Brasil, Ocidente e Oriente. In: FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil.** 1ª Edição Digital. São Paulo: Editora Global, 2013, pp.209-224;

_____. O Homem e a Cidade-Metrópole. In: FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil.** 1ª Edição Digital. São Paulo: Editora Global, 2013b, pp.339-361;

FERNANDEZ, Raúl; OCAMPO, José F. The Latin American Revolution: a Theory of Imperialism, Not Dependency. In: **Latin American Perspectives**, n.1, v.1, 1974, pp.21-55;

FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. In: FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos.** 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1998, pp.11-22;

_____. As palavras e as coisas. In: FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos.** 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1998, pp.23-32;

FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura. As eleições de 1982**. Brasília: UnB, 1988;

FRANCO, Carlos. Apresentação. In: ARICÓ, José. **Marx y América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, pp.49-70;

FRANK, André Gunder. **Lumpenburguesia: lumpendesarrollo. Dependencia, clase y política en Latinoamérica**. Medellín: Editorial la Oveja Negra, 1970;

GALVÃO, Andréa. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003;

GARCÍA BERNAL, Manuela Cristina. Iberoamérica. Evolución de una economía dependiente. In: GARCÍA, Luís Navarro (coord.). **Historia de las Américas, Vol.4**. Madrid/Sevilla: Alhambra Longman/Universidad de Sevilla, 1991, pp.565-619;

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. In: **Box Coleção Ditadura [1ª Edição Digital. Versão Kindle]**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017, 1.17-1.13182;

_____. A ditadura escancarada. In: **Box Coleção Ditadura [1ª Edição Digital. Versão Kindle]**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017b, 1.13182-30720;

_____. A ditadura acabada. In: **Box Coleção Ditadura [1ª Edição Digital. Versão Kindle]**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017c, 1.65378-77178;

GEISEL, Ernesto. Discurso feito aos dirigentes da ARENA, no Palácio da Alvorada, em 29 de agosto de 1974. In: **Biblioteca da Presidência da República**. Brasília: Presidência da República, pp.113-122. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/17.pdf>> Acesso em 21/09/2017;

GIL, Mauricio Q. Zavaleta Mercado: ensayo de biografía intelectual. In: IBARGÜEN, Maya Aguiluz; MENDÉZ, Norma de los Ríos (Coords.). **René Zavaleta Mercado. Ensayos testimonios y re-visiones**. Buenos Aires: Mino y Dávila: 93-110, 2006;

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia – O que é a sociologia?** São Paulo: Difel, 1979;

GOLDESTEIN, Lúcia. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994;

_____. Repensando a dependência após o Plano Real. In: **Estudos Avançados**, 12(33), 1998, pp.131-135;

GOMES, Sandra. O impacto das Regras de Organização do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares: Um Estudo de Caso da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol.49, num.1, 2006, pp.193-224;

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel. Edición crítica del Instituto Gramsci. Tomo 5**. México: Editora Era, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere: Volume 3 - Notas sobre o Estado e a Política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000;

_____. **Cadernos do Cárcere: Volume 1 - Introdução ao Estudo da Filosofia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;

_____. **Cadernos do Cárcere: Volume 5 - O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002;

_____. **Cadernos do Cárcere: Volume 2 – Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006;

GUIMARÃES, César. Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília. In: **República no Catete.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, pp.155-175;

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve Século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 2003;

KAHLER, Miles. Orthodoxy and its alternatives: explaining approaches to stabilization and adjustment. In: NELSON, J.M. (ed.). **Economics Crisis and Policy Choice: The Politics of Adjustment in Third World.** Princeton: Princeton University Press, 1990, pp.33-61;

KAY, Cristóbal. **Latin American theories of Development and Underdevelopment.** New York: Routledge, 1989;

_____. **The Latin American Contribution to Development Theory. Working Paper Series no.82.** Den Haag: Institute of Social Studies, 1990;

_____. **Relevance of structuralist and dependency theories in the neoliberal period: a Latin American perspective. Working Paper Series No.281.** Den Haag: Institute of Social Studies, 1998;

KECK, Margaret. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.381-440;

_____. A transição. In: KECK, Margaret. **A lógica da diferença.** O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, pp.37-63;

KINZO, Maria D’Alva G. A democratização brasileira. Um balanço do processo político desde a transição. In: **São Paulo em Perspectiva**, Vol.15, n.4, pp.3-12, 2001;

LAFEER, Celso. O intelectual como político. In: **Novos Estudos**, Vol.83, Mar. 2009, pp.39-63;

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e a transição. Entre a política e a transição.** Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1999;

_____. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: **Cadernos AEL**, Vol.8, n.14-15, 2001, pp.57-92;

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.83-134;

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORÓN, Atilio; AMADEO, Javier; GONZALES, Sabrina. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**, 2007. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.8.doc>>

LEVY, Paulo Mansur. Inflação crônica, estagnação e instabilidade: o difícil caminho até a estabilização (1987-1994). In: RIBEIRO, Fernando José da Silva et.al. (org.). **Economia Brasileira no período 1987-2013**. Relatos e interpretações da análise de conjuntura do IPEA. Brasília: IPEA, 2015, pp.35-106;

LIMA, Pedro Luiz da Silva do Rego **As desventuras do marxismo. Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ, 2015;

LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. In: **Novos Estudos**, n.94, 2012, pp.187-197;

LINZ, Juan J. The future of an Authoritarian Situation or the institutionalization of an Authoritarian Regime: The Case of Brazil. In: STEPAN, Alfred (org.). **Authoritarian Brazil**. Origins, policies and future. New Haven: Yale University Press, 1973, pp.233-254;

LOVE, Joseph L. The Origins of Dependency Analysis. In: **Journal of Latin-American Studies**, Vol.22, Num.1, Fev. 1990, pp.143-168;

____ **A Construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998;

LOWY, Michael. Por um marxismo crítico. In: **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000a, pp.58-67;

____ **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 2000b;

____ Introdução. In: LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Perseu Abramo, 2012 pp.9-74;

LUKÁCS, György. Tecnologia y relaciones sociales. In: **Teoría del Materialismo Histórico. Ensayo popular de sociología marxista**. Madrid: Siglo XXI, 1974, pp.41-51;

____ **História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003;

MAIO, João Marcelo Ehlert. O projeto Unesco e uma agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 4, n.41, 1999 pp.141-158;

MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os economistas**. São Paulo: EAESP/FGV/Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa, n.3, 1997;

MARCHI, Carlos. PMDB quer forçar abertura no Congresso. A articulação da proposta alternativa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 ago., 1983, Caderno Especial De Olho nas Eleições Diretas, pp.1-2;

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (Respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra). In: **Revista Mexicana de Sociología**. México: IIS-UNAM, v.40, n. extraordinário, 1978, pp.57-106;

MARTINS, Eder Luiz. **Marxismo e a Universidade no Brasil. Um estudo sobre o Seminário Marx (1958-1964)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2008;

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999;

MENEGUELLO, Rachel. Governo Sarney. Dilemas e virtudes de uma transição negociada. In: **Secuencia**, vol.44, mai-ago. 1999, pp.37-72;

MORSE, Richard M. **O Espelho de próspero. Cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Schwarcz, 1988;

O'DONNEL, Guillermo. **Modernización y Autoritarismo**. Buenos Aires: PAIDOS, 1972;

_____. **Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado Burocrático Autoritario**. Buenos Aires: CEDES, 1975;

O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philip. **Political life after authoritarian rules: tentative conclusions about uncertain transitions**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986;

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: Crítica da razão dualista. In: **Novos Estudos Cebrap**, num.2, 1972, pp.1-79;

PALTI, Elias. **El problema de las “ideas fuera del lugar” revisitado. Mas allá de la “historia de ideas”**. México: Colegio de Mexico, 2002;

_____. La historia intelectual latinoamericana y el malestar de nuestro tiempo. In: **Anuario IEHS**, Tandil: Universidad Nacional de Centro, 2003;

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990;

PEDREIRA, William. Há 30 anos, trabalhadores desafiavam a repressão militar na primeira greve geral em plena ditadura. In: **CUT Nacional / Imprensa**, 2013 Disponível em: <https://cut.org.br/noticias/ha-30-anos-trabalhadores-as-desafiavam-a-repressao-militar-na-primeira-greve-ger-a9a6/>

PEREIRA, Astorjildo. Posição e Tarefas da inteligência brasileira. In: **Coleção Temas de Ciências Humanas**, n.4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978;

PORTANTIERO, Juan Carlos. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, pp.47-60;

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015;

_____. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. In: **Comunicação & Política**, v.29, n.2, 2011, pp.68-94;

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961;

_____. **Evolução política do Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963;

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômica da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSTHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Vol.1. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp.69-136;

RODRIGUES, Leôncio Martins. Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;

RODRIGUES, Lidiane. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e ‘um seminário’ (1958-1978)**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2011;

ROSALLES, Osvaldo. An Assessment of the Structuralist Paradigm for Latin American Development and the Prospects for its Development. In: **CEPAL Review**, Vol.34, 1988, pp.19-36;

RIBEIRO, Fernando José da Silva et. al. (org.). **Economia Brasileira no período 1987-2013**. Relatos e interpretações da análise de conjuntura do IPEA. Brasília: IPEA, 2015;

RICUPERO, Bernardo (2000). **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000;

_____. A (re)conciliação com a tradição. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.22, n.63, 2006, pp.163-165;

_____. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. In: **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v.03, 2013 pp.525-556;

_____. Da estrutura à agência. Momentos da interpretação de Guillermo O'Donnell sobre o autoritarismo na América Latina. In: **Revista de cultura política**, vol.4, num.2, 2014, pp.90-112;

ROMÃO, Wagner de Melo. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT**. São Paulo: Humanitas, 2006;

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital – Fragmentos para a história de uma geração. In: **Sociologias**, ano 7, n.14, jul-dez. 2005, pp.150-177;

SAES, Décio. **República do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2001;

SALLUM JR., Brasília. Transição política e crise de Estado. In: **Lua Nova**, n.32, 1994, pp.133-167;

SANTAELLA-GONÇALVES, Rodrigo. **Intelectuais em movimento: o Grupo Comuna na construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia**. São Paulo: Alameda, 2015;

SANTAELLA-GONÇALVES, Rodrigo; BRITO, Leonardo Octavio B. Ainda sobre a nacionalização do marxismo. In: **Revista Outubro**, n.28, abr. 2017, pp.54-79;

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência – Balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000;

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2000;

_____. **Um Seminário de Marx**. In: Novos Estudos Cebrap, n.50. São Paulo, 1998, pp.99-114;

SERRA, José & TAVARES, Maria da Conceição. Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. In: BIELSTHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Vol.2. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp.589-608;

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. A identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 a 1994**. São Paulo: EDUSP, 1999;

SINGER, Paul. As contradições do milagre. In: **Estudos CEBRAP**, num.6, out-dez. 1973, pp.58-77;

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.27-82;

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001;

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República Brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.521-562;

STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

_____. Introdução. In: In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.9-24;

SUNKEL, Osvaldo & ZULETA, Gustavo. Neo-structuralism versus neoliberalism in the 1990s. In: **CEPAL Review**, Vol.42, dez.1990, pp.35-51;

SUPLICY, Eduardo. Fernando Henrique é hoje um pragmático do poder. In: **LEIA**, São Paulo, nov. 1985, p.32;

TAPIA, Luis. **La producción del conocimiento local. Historia y política en la obra de René Zavaleta**. La Paz: Muela del Diablo, 2002;

TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999;

TRINDADE, Gleyton. Astrojildo Pereira: o dilema da nacionalização do marxismo no Brasil. In: **Crítica Marxista**, n.38, 2014, pp.71-84;

TZEIMAN, Andrés. Estado y desarrollo en América Latina: dilemas y debates de las ciencias sociales latinoamericanas en el posneoliberalismo (2006-2012). In: **Programa Becas. Informe de investigación**. Buenos Aires: Clacso, 2013. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131016123041/Tzeimaninformeoctubre2013trabajofinal.pdf>

VARGAS, Tatiana Prado. Particularidades da formação do capitalismo brasileiro: polêmicas acerca do caráter da dependência no Brasil. In: **Cadernos CEMARX**, n.5, 2009, pp.141-154;

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. Ideias do poder: dependência e globalização em F.H.Cardoso. In: **Estudos Avançados**, vol.13, 1999, pp.225-247;

WAGNER, Adolfo. **Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: O debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005;

WEFFORT, Francisco C. **Classes Populares e Política. (Contribuição ao estudo do “populismo”)**. Tese de doutoramento, São Paulo: FFLCH-USP, 1968;

_____. **Sindicatos e Política**. Tese de Livre-Docência, São Paulo: FFLCH-USP, 1972;

_____. Participação e conflito social. Contagem e Osasco 1968. In: **Cadernos CEBRAP**, num.5, 1972;

_____. Por que democracia? In: STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.483-520;

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John. **Latin-American Readjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1989;

_____. Pai do “Consenso” endossa real. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 7 de agosto de 1994. Caderno Mais! Entrevista a Fernando Canizán;

WOOD, Neal. The social history of political theory. In: **Political Theory**, Vol.6, n.3, Sage Publications, 1978, pp.345-367;

ZAVALETA MERCADO, René. Las Masas en Noviembre. In: ZAVALETA MERCADO (comp.). **Bolivia, hoy**. México: Siglo XXI, 1983, pp.11-59.